

Callipole

REVISTA DE CULTURA

N.º 15 - 2007



**Batalha de Montes Claros • Cerâmica espanhola do Paço Ducal
de Vila Viçosa • Edifício dos Paços do Concelho: 250 anos**



Natureza sobre azul

Adro da igreja de N.ª Senhora da Conceição.

Vila Viçosa

Foto de Joaquim Saial

Callipole

Revista de Cultura

Callipole

Revista de Cultura

Nº 15 - 2007



Vila Viçosa

FICHA TÉCNICA

ANTIGOS DIRECTORES

Francisco Chagas (institucional – n.º 1)
Manuel Inácio Pestana (do n.º 2 ao n.º 11)

DIRECTOR

Joaquim Saial

CONSELHO DE REDACÇÃO

António Rosa
João Ruas
Joaquim Saial
Joaquim Torrinha
Licínio Lampreia
Manuel Lapão
Margarida Borrega

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Viçosa
Divisão de Serviços Sócio-Culturais
Largo D. João IV 7160-254 Vila Viçosa
Telefones:
268.889.314 – Div. SS-C
268.889.310 – Paços do Concelho
Endereço electrónico de *Callipole*:
revista.callipole@gmail.com

EXECUÇÃO GRÁFICA

A Triunfadora – Artes Gráficas, Lda.
Almada

Tiragem: 1000 ex.
Periodicidade anual (15.º ano)

Depósito Legal: 121787/98
ISSN: 0872 5225

Colaboração solicitada.

Os textos assinados são da inteira responsabilidade dos autores.

Por motivos técnicos, *Callipole* só aceita colaborações em suporte informático: disquete, CD-Rom ou via *e-mail*.

Todos os autores receberão dois exemplares de *Callipole*, para além de 30 separatas do/s seus/s texto/s, caso este/s ocupe/m pelo menos 8 páginas da revista.

SOLICITA-SE PERMUTA
SE RUEGA EL CAMBIO
EXCHANGE WANTED
ON DEMANDE L'ECHANGE
MAN BITTET UM AUSTAUCH

CAPA

Edifício dos Paços do Concelho de Vila Viçosa - inaugurado em 2.Julho.1757; obras de interiores na década de 30 do século XX (foto de Joaquim Saial)

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Manuel João Fontainhas Condenado

VEREADORES

Joaquim António Mourão Viegas (Cultura)
José António Cardoso
Manuel Inácio do Polme Galhofas
Miguel António Patacão Rodrigues

Índice

Nota de abertura

<i>Joaquim António Mourão Viegas</i>	9
--	---

Para começar...

<i>O Director</i>	11
-------------------------	----

Tempo de História

Presença romana no concelho de Campo Maior	15
---	----

Rui Rosado Vieira

D. Fradique de Portugal, bispo de Sigüenza	29
---	----

Arquímínio Abalroado e Licínio Lampreia

Vila Viçosa: uma tragédia no Paço Ducal do Reguengo	39
--	----

Joaquim Torrinha

A Guerra da Restauração – Da Revolução Dezembrista à batalha de Montes Claros	91
--	----

Adriano Miranda Lima (Cabo Verde/Portugal)

Açorianos na defesa da Metrópole, em finais do séc. XVIII	115
--	-----

Luís Mendonça

Três visitas reais retratadas na revista madrilena <i>Nuevo Mundo</i>: duas de D. Carlos de Bragança a Espanha (1902 e 1906) e uma de D. Afonso XIII a Portugal (1903)	123
---	-----

Joaquim Saial

A imprensa periódica regional calipolense na primeira metade do século XX	133
--	-----

Noémia Serrano

Memórias de um piloto de aviões	139
--	-----

Rui Miguel da Costa Pinto

Comportamiento socialista y comunista en la reforma agraria de España y Portugal. Su reflejo en Extremadura y Alentejo	147
---	-----

Moisés Cayetano Rosado (Espanha)

Tempo de Artes & Letras

Cerâmica espanhola nas colecções do Paço Ducal de Vila Viçosa	171
--	-----

Maria de Jesus Monge

NOS 250 ANOS DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO DE VILA VIÇOSA

Paços do Concelho [de Vila Viçosa] 181

Túlio Espanca

Uma visão actualizada dos Paços do Concelho de Vila Viçosa 187

Manuel Lapão

Breve nota sobre a presença de *O Sobreiro, Paisagem Alentejana*, de D. Carlos de Bragança, na V Exposição Internacional de Arte de Barcelona, em 1907 191

Joaquim Saial

A influência do Impressionismo na dança moderna 195

António Cadima

Florbela Espanca: uma escritora além e aquém do seu tempo 201

Fabio Mario da Silva (Brasil)

O amor e o trágico na vida de Florbela Espanca 205

Manuel Serrano

O trinco da minha infância 211

Rosário Fernandes

Tempo de Fotografia

Gente do Alentejo 215

José Gema

Motivos Alentejanos 221

Anabela Dores

Tempo de Poesia

LIRA VÁRIA

SETE POEMAS DO SUL

Alentejo: os largos horizontes da poesia | Os velhos montes 231

Acordar no Sul | Monforte – Penúltima manhã de Setembro 232

Quantas estrelas | Beja, tarde de brasas 233

Baleizão 234

Luis Filipe Maçarico

Raízes | Clareira azul 235

Sarcasmo 236

Conceição Baleizão

Arte em Campo Maior	237
Eu quero	238
<i>Rosa Dias</i>	
nocturno	239
só mais um pai ao almoço	240
<i>Luís Jordão</i>	
TRÊS POEMAS	241
<i>Dilar Pereira</i>	
Da Guiné ao Algarve	242
História de um músico	243
<i>Carlos Luna</i>	
Poeta? Isso não!	244
Da vida colada ao chão	245
<i>Amadeu Carvalho Homem</i>	
Antero revisitado – A um poeta / A um poeta	246
<i>Luis Alfonso Limpo Piriz (Espanha)</i>	

LIRA CALIPOLENSE

Apenas...	251
Outra visão	252
Virgem padroeira	253
<i>Leolinda Trindade</i>	

Tempo de Museologia

A igreja de Santa Cruz, Vila Viçosa: museu entre o passado e o futuro	257
<i>Tiago Salgueiro</i>	

Tempo de Ciência, Indústria e Tecnologia

A «Fábrica de Refrigerantes Serra d'Ossa», do Redondo	271
<i>António Rei</i>	

SOCIEDADE FABRIL ALENTEJANA (SOFAL)

O passado glorioso de uma grande unidade industrial de Vila Viçosa (2ª parte)	277
<i>António Rosa</i>	

PIC-NIC – A paisagem e a pedra	287
<i>Susana Barradas</i>	
Tempo Vário	
Dois cruzeiros de pedra na terra da tarde	295
<i>Carlos Aurélio</i>	
A linguagem das portas de Vila Viçosa	307
<i>Luis Filipe Maçarico</i>	
Os nossos colaboradores	325
Normas mínimas de edição de escrita para publicação em <i>Callipole</i>	333

NOTA DE ABERTURA

O Com o presente número, a Revista de Cultura *Callipole* alcança 15 anos de vida, com ininterrupta trajectória editorial e portanto assinalável sobrevivência no panorama nacional das revistas desta área. Trata-se de um facto que adquire importância redobrada, se tivermos em consideração a habitualmente frágil e efémera vida destas.

Na verdade, sabemos por experiência própria que a sobrevivência de uma revista de cultura não é tarefa fácil. No entanto, hoje, a quinze anos de distância, podemos olhar para trás com satisfação e encarar os reptos do futuro com humilde determinação e confiança, dado que se trata de um projecto editorial que ao longo destes anos deu provas de notável capacidade de renovação. O momento e a circunstância exigem estender o olhar e reconhecer as influências recíprocas, os laços que nos ajudaram a crescer, o labor dos seus directores e, sobretudo, dos generosos e acreditados colaboradores.

Callipole, número após número, avança e enriquece-se porque assenta em propósitos dinâmicos e num espaço de encontro, de confluência de ideias e de pluralidade de conteúdos, assim como de construção de projectos originais e criadores.

Numa sociedade extremamente mediatizada, em que grande parte da informação que recebemos é veiculada através da televisão, da *internet*, da rádio, da actualidade imediata dos jornais e da invasão do mundo do titular e do sensacionalismo, seria erro grosseiro ignorar o importante papel das revistas de cultura – que devem manter a sua indispensável função de consciência cultural, não descurando, obviamente, a necessária renovação e adaptação ao tempo em que vivemos.

A chegada das redes de comunicação, o desenvolvimento de ferramentas de edição electrónica mais complexas e a crescente expansão universal do parque informático começaram a modificar o panorama da edição das revistas de cultura. Neste contexto, a Revista *Callipole* deu recentemente um passo na assunção das novas tecnologias, através da criação de uma página de apresentação electrónica dentro do *site* da Câmara Municipal de Vila Viçosa, que lhe permitirá abordar em melhor posição os desafios dos novos canais de comunicação, assim como a possível adequação a outros formatos, plataformas e formas de comunicação.

Nesta linha de actuação, pretendemos, acima de tudo, reforçar os objectivos culturais da *Callipole*, aproveitar as inúmeras potencialidades do mundo digital, susceptível de propiciar novo impulso transformador e acrescida visibilidade, assim como facilitar a interacção entre a revista e os seus leitores e colaboradores.

A conjugação destes pressupostos configura inequivocamente um conjunto de mais-valias e nova oportunidade para a Revista *Callipole*, em especial no que concerne à sua imagem pública, à captação novos leitores e colaboradores e, concomitantemente, à consolidação da sua posição no panorama nacional das revistas de cultura

Reforçar o seu dinamismo, servir de veículo a novos autores, exercer a ponte cultural entre o aro alentejano e outros territórios nacionais constituem alguns dos principais propósitos que animaram a trajectória da *Callipole*, plenamente vigentes na sua etapa actual.

O VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA
Joaquim António Mourão Viegas

PARA COMEÇAR...

15 números, em 15 anos. Embora em apenas 11 volumes, 4 deles duplos, por desleixo de tipografias nada pontuais. Mas 15 números, apesar de tudo. O que não é mau e muito nos enche de orgulho – com este “nos” a ser propriedade de todos os elementos da Câmara Municipal de Vila Viçosa que de um modo ou de outro na tarefa tiveram influência, dos directores, membros do Conselho de Redacção, colaboradores, gráficos e, como é óbvio, dos leitores fiéis, calipolenses ou não. Cremos que é um feito e que a história da cultura regional alentejana assim o assinalará um dia. Parabéns para todos, portanto, e fiquemos com a esperança de mais festejos, de 20, 25, 50, 75 e 100 anos ou de outros números que nos apeteça realçar e que nós ou outros depois de nós celebrarão, consoante a genica de viver de cada um...

E comemoramos em 2007 com um exemplar de 336 páginas (recorde absoluto), escrito por 33 colaboradores, para as contas serem mais curiosas. Chegando-se assim, década e meia após a primeira, à página 2954. Quase 3000 suportes de papel, dos quais parte significativa regista textos sobre Vila Viçosa, escritos por calipolenses. Contabilidade curta, que esquece número de imagens e de colaboradores (nacionais e estrangeiros), mas que no entanto nos deixa satisfeitos com o dever cumprido – e cujo útil contributo para a fixação de memórias da velha urbe calipolense esperamos que os seus íncolas reconheçam, lendo (e relendo) a revista.

Voltando ao número 336 de páginas, informa-se que elas seriam pelo menos mais uma dúzia, se o Director não tivesse retirado seis fotografias suas do Tempo de Fotografia e um muito interessante texto do esquecido Damião António de Lemos Faria e Castro, sobre a Batalha de Montes Claros – que ampliaria com uma vista de passado de 204 anos um outro que aqui damos à estampa, de novo colaborador que muito nos apraz acolher. Ou ainda mais sete ou oito, se tivesse incluído material que, tendo chegado a desoras, ficou em carteira, como o anterior. Estes cortes eram de todo necessários, para não se ultrapassar o orçamento previsto, ponto de honra desde sempre assumido. Sobretudo, porque a *Callipole*, sendo portuguesa, não é auto-estrada nem estádio de futebol...

Mas não deixámos de patentear longuíssimo texto de 48 páginas (ao qual ainda por cima acrescentámos 3 de desenhos), do nosso colaborador, Dr. Joaquim Torrinha. Excedendo todos os limites possíveis e imaginários, indo contra uma das regras de edição definidas que aponta para 25 páginas como limite máximo (e pior que isso, não tendo o Director participado a “malfeitoria” ao Conselho de Redacção, ao contrário do que está estabelecido nestes casos), esta meio-novela, meio-história, tinha mesmo de ser publicada. Por pelo menos dois motivos, não diminutos: porque se tratava de ressuscitar em letra de forma e de fácil leitura a mais dramática e mítica história de amor de Vila Viçosa e porque assim de alguma forma se premiava o longo labor intelectual (para não falar do científico) deste co-fundador de *Callipole*, à beira de completar nove décadas de vida. Excepção, portanto, perfeitamente... excepcional e a não repetir.

Callipole não esqueceu nesta junção de n.º 15 e 2007, o 250.º aniversário da Casa da Câmara de Vila Viçosa – de cujo cofre afinal sai o dinheiro que paga as suas letras, as suas imagens, o

seu papel e as linhas com que este em cadernos se cose. Atravessando a hecatombe que varreu o País em 1755 e lhe deu cabo da capital, o prédio do nosso Município, que se pensou antes e se acabou depois da grande catástrofe que também atingiu a vila dos duques, aguentou-se, por ali ficou na praça e por lá está e estará, marcando-a. E para dele falar, se foram buscar as vozes de dois calipolenses: um, saudoso desaparecido e outro que na terra já deixou e continua a deixar risco – história e sentido prospectivo, como em casos destes de dois séculos e meio se impõe.

Pela 15.^a vez trilhámos quatro caminhos que vêm da arrancada inicial: manteve-se a reiterada matriz calipolense (primeira razão da existência da revista); contudo, escreveu-se também sobre temas não locais, mas significativos; continuou-se simpática abertura a investigadores e autores estrangeiros; e cooptaram-se colaboradores novos, assim se mantendo a capacidade regeneradora que nos tem caracterizado – fruto, como noutra ocasião se disse, de uma rede de contactos que, embora criada pelo Dr. Manuel Inácio Pestana, tem sido cultivada e desenvolvida com todo o carinho pelo Director e pelos membros do Conselho de Redacção.

Tendo *Callipole* e a Câmara Municipal de Vila Viçosa sido pioneiras em 2005 com a realização do I Encontro Transfronteiriço de Revistas de Cultura (que reuniu dezenas de revistas do Alentejo, Algarve, Extremadura e Andaluzia), chegou a vez de os nossos amigos espanhóis retribuírem, através de um II, em 10 de Novembro deste ano, na Diputación de Badajoz. Com programa de alto nível e galhardo acolhimento da estimada *Revista de Estudios Extremeños*, dirigida pelo também nosso colaborador Moisés Cayetano Rosado, o encontro teve a presença do Director de *Callipole* e do Dr. Licínio Lampreia - este, duplo representante da CMVV e do Conselho de Redacção da revista. Se possível, tentaremos dar no próximo número uma perspectiva, ainda que breve, dos dois importantes encontros.

Novidade absoluta é o facto de no dia do lançamento deste 15, quatro dos nossos colaboradores estarem no Cine-Teatro Florbela Espanca com os seus textos, em aparato de Encontro de Património: a Dr.^a Maria de Jesus Monge (Cerâmica espanhola nas colecções do Paço Ducal de Vila Viçosa), o Dr. Tiago Salgueiro (A igreja de Santa Cruz, Vila Viçosa: museu entre o passado e o futuro), o Dr. Luís Filipe Maçarico (A linguagem das portas de Vila Viçosa) e o Eng.^o António Rosa (Sociedade Fabril Alentejana – SOFAL – O passado glorioso de uma grande unidade industrial de Vila Viçosa). Temas muito nossos, por isso aliciantes. Em especial o último (sem qualquer desprimor para os outros), em que pessoalmente nos empenhámos e que teve saborosa e útil correspondência – com levantamento, do pó do tempo e do esquecimento humano, dessa lendária fábrica que à terra tanto deu.

Callipole aqui está pois, mais uma vez, à disposição dos leitores, pequena luz, em terra de muitas luzes, para durar... Assim o esperamos e para isso trabalhamos. Em termos de rotina, para o ano há mais; em termos de comemorações, até daqui a cinco.

O Director

Tempo de História

Presença romana no concelho de Campo Maior

Rui Rosado Vieira

O texto que se segue tem como objectivo principal apresentar uma visão de conjunto dos testemunhos da presença romana no actual território campomaiorense.

Para tal, recorreremos à leitura de estudos e relatórios de escavações arqueológicas divulgados pela bibliografia da especialidade, a notícias publicadas em jornais, a informações orais que considerámos credíveis, bem como a fontes historiográficas pós-romanas das quais pudemos, em alguns casos, recolher dados inéditos ou pouco conhecidos.

São numerosos e de natureza diversa os achados arqueológicos que atestam a existência da civilização romana, entre os séculos I e IV da era de Cristo, na área pertencente ao actual concelho de Campo Maior.

Apesar de os materiais que testemunham a sua presença se encontrarem dispersos pela generalidade do espaço concelhio, limitado a norte pelo rio Xévorá, a nascente pelo território de Badajoz, a sul pelo rio Caia e pelo concelho de Elvas e a poente pelo de Arronches, são mais significativos e frequentes à medida que nos acercamos das áreas em que aqueles dois cursos de água desembocam no Guadiana.

1. AS VILLAE, AS NECRÓPOLES E OUTROS VESTÍGIOS

Na “Herdade do Rico”, na região da Referta entre a freguesia de Degolados e Arronches, foram localizadas “duas sepulturas, das quais se recolheram, em uma delas, três vasilhas de barro e um lacrimatório de vidro, e na outra alguns pregos e bastantes cardas de ferro”. Esses achados encontram-se no “Museu Arqueológico do Paço Ducal de Vila Viçosa”¹.

Na “Herdade de Possilgais”, também na freguesia de Degolados, foram encontradas nas primeiras décadas do século XVIII, grande número de moedas, “a porção seria quase a que leva um alqueire (...) que tinham de uma parte uma cara e da outra uma figura como cerva, cão ou lobo, e as letras que se podia ler diziam *Julius Cezar*”².

Certas informações levam-nos a considerar que as antigas “Minas da Tinoca”, situadas a poucos quilómetros de distância da povoação de Degolados, nos limites com o concelho de Arronches, foram muito provavelmente exploradas pelos romanos.

No próprio espaço em que assenta a referida povoação, no extremo leste da Rua Nova, no sítio conhecido por “alto da escadinha”, foram achados, em meados do século XX, restos de um pavimento decorado com tesselas brancas e pretas e no local antigamente denominado por “montinho”, hoje Rua da Escola, ruínas de um forno cerâmico ou de um balneário³.

Interessante é a informação do pároco daquela freguesia ao inquérito mandado fazer em todo o país, em 1758.

Reportando-se a Degolados, diz: “(...) há no meio da Freguesia três vestígios de minas de

¹ VIANA, Abel. *Notas de Arqueologia Norte Alentejanas*.

² AZEVEDO, Estêvão da Gama de Moura e. *Notícias da antiguidade, aumento e estado presente da vila de Campo Maior (...)*, Câmara Municipal de Campo Maior, 1993.

³ LOPES, Francisco José e VIEIRA, Rui Rosado. *Degolados. Elementos para a sua História*, Junta de Freguesia de N.ª Sr.ª da Graça de Degolados, 1987.

ferro que ainda hoje conservam o nome de ferrarias e parece foram dos romanos, porque a pouca distância delas se vem vestígios de uma calçada (a que aqui dão o nome de alicerce) muito antiga, que pelo meio das pedras tem azinheiras muito velhas e se deixa ver em partes fora dos caminhos que hoje tem atravessando muitas herdades, porém se mostra que vão a uma ponte que está na passagem do Rio Caia, por baixo de Arronches, arruinada, a que chamam a ponte velha (...)”⁴.

A confirmar a antiguidade daquelas minas, um documento do ano 1255, ao fixar os limites entre os concelhos de Arronches e Campo Maior, diz que o seu traçado antes de se dirigir “ao arroyo que dizem dos Degolados” passava pelas “*ferrarias viejas*”⁵.

Também há registo da descoberta, em meados do XX, de restos de telhas da época romana, no sítio conhecido por “Eiras do Pompílio”, perto das “Argamassinhas”, na Herdade dos Adães⁶.

As proximidades ou o chão em que se encontram edificados os Montes dos “Pegados”, das “Argamassas”, bem como a “Herdade da Contenda”, foram igualmente lugares de assentamentos romanos. No primeiro daqueles “sítios” foram encontrados restos de uma *villa*. No segundo, uma *villa* e umas termas. No terceiro, localizado na “folha do Olherão”, várias “sepulturas, vasilhas e tijolos”⁷.

Já próximo da vila de Campo Maior, na “Avelada” ou “Valada”, foram descobertos, em finais do século XIX, além de restos de ladrilhos e telhas de fabrico antigo, uma lápide de granito com 80 cm de altura, “com a legenda LIBII

RAII”. Do mesmo local provém o fragmento de “uma placa funerária, moldurada, de mármore branco do tipo Estremoz-Vila Viçosa”, já estudada pelo Professor José d’Encarnação. Achados cuja natureza sugere ter ali existido uma necrópole romana⁸.

No caminho para a Quinta da Lapagueira, no “Poço dos Surdos”, foram identificados, em meados do século XX, vestígios de “alicerces” atribuídos aos romanos e, mais adiante, na “Herdade da Lapagueira”, um “vaso de bronze”, cujo estudo se encontra divulgado⁹.

Na estrada Campo Maior-Elvas, a dois quilómetros da primeira destas terras, em escavações realizadas na azinhaga de “Santa Vitória”, junto ao muro detrás da “quinta denominada da Rainha ou de S. João”, foi posto a descoberto, em 1925, um *dolium*, em óptimo estado de conservação, posteriormente oferecido ao Museu Municipal de Elvas¹⁰.

Mário Saa, autor do primeiro grande estudo sobre o traçado das principais estradas da Lusitânia, diz ter visto a poente do concelho, nas proximidades do rio Caia, no “Monte da Capela (...) alicerces de edifícios e no da Silveira, calçadas antigas e uma legenda sepulcral, em mármore ricamente ornado, que aí está servindo de soleira de porta. Diz respeito à família dos Máximos (...)”¹¹.

A sudeste do espaço concelhio, junto ao rio Caia, no “Monte da Amoreirinha”, foram achadas, em data que se ignora, várias moedas romanas, como testemunhou uma exposição de moedas antigas, organizada na Escola Secundária de Campo Maior, em Junho de 1988.

⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Dicionário Geográfico de Portugal de 1758*, Tomo XIII, fls. 56.

⁵ VIEIRA, Rui Rosado. *Campo Maior: de Leão e Castela a Portugal (Séculos XIII-XIV)*, ed. do autor, 1985.

⁶ ENCARNÇÃO, José d'. *A população romana de Campo Maior*, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 29, Coimbra, 1989.

⁷ Informação manuscrita do Sr. P.^o Henrique da Silva Louro.

⁸ *Jornal A Sentinela da Fronteira*, n.º 111, 23. Abril. 1882.

⁹ ENCARNÇÃO, José d'. *A população romana de Campo Maior*, obra citada; e DIOGO, A. M. Dias, “Notícia de um *turibulum*, em bronze de Ouguela (Campo Maior)”, in revista *Arqueologia*, 7. Junho. 1983.

¹⁰ RUIVO, João. *Revista Arquivo Translagano (Elvas)*, V Ano (1938).

¹¹ SAA, Mário. *As grandes vias da Lusitânia*, Biblioteca Nacional de Lisboa, F 8199.



Moedas romanas achadas nas proximidades do Monte da Amoreirinha

No interior da zona histórica de Campo Maior, na parte baixa da Rua de Ramires, na frontaria duma casa que faz esquina com a Rua João Minas, pode ver-se, a decorar a parte inferior de uma janela do segundo andar, um baixo-relevo, em pedra mármore, representando o rosto de três indivíduos, cuja autoria os especialistas atribuem aos romanos.

Além de uma lenda que pretende ligar a origem de Campo Maior às figuras gravadas na mencionada escultura, nada mais se conhece.

Trata-se, em nossa opinião, de peça arquitectónica vinda de um dos vários *sítios* romanos localizados no espaço concelhio, ou proveniente de uma edificação romana existente no próprio terreno em que o actual prédio se construiu e inserida na sua fachada, provavelmente, com fins decorativos ou para perpetuar a existência do singular achado.

A consistência desta última hipótese fundamenta-se nos abundantes vestígios encontrados no território circundante e na preferência que os romanos tinham pelos lugares situados nas proximidades dos cursos de água para neles edificar as suas *villae*. E no facto de sabermos que, bem perto do edifício que ostenta o baixo-relevo correu, noutros tempos, um ribeiro de moderado caudal. A linha de água, cujo percurso coincidia, *grosso modo*, com o trajecto entre os actuais sítios dos “Cantos de Cima”, Rua da Misericórdia, Rua Dr. Miguel Bombarda (ou das Poças) e ribeiro das Lajes, era alimentada pelas águas provenientes de ambas as encostas fronteiras ao vale, território que na época romana se encontrava ainda, certamente, coberto de mato.

Região de numerosos e importantes vestígios de povoamento romano encontra-se no



Baixo-relevo existente na fachada de um edifício na Rua de Ramires

território a nascente de Campo Maior. Em particular no espaço entre a ermida de S. Pedro, a menos de um quilómetro da zona histórica da vila e as estradas municipais que irradiam daquele sítio em direcção à ribeira de Abrilongo, ao rio Xévora e ao território circunvizinho de Ouguela, à antiga freguesia de Salvador da Matança¹² e aos montes de Castros, dos Pêguinhos e de Olivã.

Contudo, entre os diferentes sítios arqueológicos do concelho, o de S. Pedro destaca-se pela sua importância. Tendo em conta a considerável área, a natureza dos materiais encontrados, e a privilegiada situação viária que deteve em tempos remotos, reúne indícios que permitem admitir ter sido lugar de estabelecimento de uma povoação romana, que se terá mantido habitada até ao período de domínio árabe, no século VIII.

Ainda que tal evidência se encontre hoje já muito diluída, foi no espaço de S. Pedro e não noutra, como recorda um erudito campomaio-rensense nascido na centúria de Seiscentos, que em tempos remotos se cruzaram as estradas para Mérida, Badajoz, Ouguela, Albuquerque e Arronches¹³.

Aliás, não temos hoje dúvidas que, até época que não podemos precisar, mas anterior ao século XIII, existiu nas imediações da vila actual outra povoação e outro castelo, que por se encontrarem desajustados das exigências de defesa militar daquele tempo, foram, certamente, durante o período da presença árabe, abandonados e substituídos pelo castelo e pela vila que chegaram até aos nossos dias.

Tal é o que se pode inferir do contido num documento relativo à tentativa de solução de uma contenda sobre os limites territoriais entre os concelhos de Arronches e Badajoz, no ano 1290.

Ao procurar estabelecer-se a raia que separava o território pertencente à aldeia de Campo Maior, naquele tempo incluída no concelho de Badajoz, do espaço que fazia parte do concelho de Arronches, diz-se que o seu traçado vinha do rio Caia, muito provavelmente em direcção ao Cabeço de Santa Vitória, e daí “*directamente por onde agora é a aldeia de Campo Maior, indo ao castelo velho de Campo Maior e daí a direito à fonte de Ouguela*”¹⁴.

Donde podemos deduzir que a “aldeia de Campo Maior” fora, em tempos anteriores àquele ano, noutra espaço, e que a palavra “velho” posposta a “castelo” tinha em vista impedir que aquele limite se confundisse com o local em que se encontrava outro castelo de construção mais recente, não muito afastado daquele.

Um escritor de meados do século XVII, o Dr. Aires Varela, cônego da Sé de Elvas, autor de vários estudos“ historiográficos sobre a região adstrita àquele bispado, dedicou algumas páginas ao passado remoto de Campo Maior.

Ao escrever sobre a época da incorporação de Campo Maior na nação portuguesa, em 1297, refere-se aos habitantes de duas aldeias, a de Joannes e a dos Luzios, existentes no território circunvizinho ao castelo, povoações que a partir de então se unificaram e passaram a constituir uma única vila¹⁵.

A primeira daquelas povoações situava-se, antes da sua transferência para junto do castelo campomaio-rensense, no território da Avelada ou Valada, como se descreve num estudo recentemente publicado.

Quanto à aldeia dos Luzios, que segundo aquele texto se localizaria no espaço em que desde 1939 se encontra o estádio Capitão César Correia e antes fora um Forte, de início denominado dos Luzios e depois de S. João, so-

¹² VIEIRA, Rui Rosado. *Centros Urbanos no Alentejo Fronteiriço, Campo Maior, Elvas e Olivença (...)*. Livros Horizonte, Lisboa, 1999.

¹³ AZEVEDO, Estêvão da Gama de Moura e. obra citada.

¹⁴ *As Gavetas da Torre do Tombo*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Vol. V.

¹⁵ VARELA, Aires (Cônego), *Theatro das Antiguidades d'Elvas (...)*, ed. António José Torres de Carvalho, Elvas, 1915.

mos agora levados a admitir que se situaria algumas centenas de metros mais a norte, em área coincidente com o sítio romano de S. Pedro¹⁶.

O próprio topónimo Luzios aplicado à aldeia, poderá ter origem no facto de os terrenos em que assentava a povoação terem exibido, durante gerações, o cintilar provocado pela reflexão da luz em fragmentos de cerâmica, de vidro, de tesselas provenientes dos mosaicos que decoravam pavimentos e paredes, oriundos dos edifícios romanos ali construídos nos primeiros séculos da nossa era.

Em resultado de escavações de emergência efectuadas ao longo da década de 1980, numa área em fase de urbanização no Bairro do Fundo de Fomento e Habitação, em S. Pedro, frente ao Hospital, foram retirados da terra, um *dolium* de dimensões acima do comum, duas moedas do século II, várias agulhas e alfinetes de cabelo, uma cruz talhada em osso, uma mó e duas moedas do imperador Constantino.

Em 1991, quando se procedia ao desentupimento de um pequeno pontão existente sob a estrada que liga o sítio de S. Pedro a Ouguela, em espaço situado no interior do recinto da ermida de S. Pedro, foram detectados vestígios de edificações antigas.

Técnicos dos Serviços Regionais de Arqueologia do Sul, a quem o achado foi comunicado, encontraram, após escavações, um conjunto de materiais de origem romana, observados *in situ*, pelo autor destas linhas, entre os quais restos de um balneário com hipocausto e de dezenas de conchas de ostras¹⁷.

Testemunho não despidendo é o que relata a descoberta ocasional, cerca do ano 1955, em S. Pedro, sob o pavimento da Estrada Muni-

cipal 1114, no troço situado frente às instalações do antigo hospital, de parte de uma edificação romana, muito provavelmente, ainda intacta. No interior de um corredor, cujo acesso se fazia por lance de escadas com cinco degraus, foram vistos na ocasião, tijolos vermelhos, ossos humanos, lápides de mármore com inscrições e um pavimento decorado com tesselas azuis e brancas.

O achado, cuja localização exacta foi assinalada pela informante, terá sido comunicado às autoridades municipais da época, que após inspecção superficial mandaram tapar os buracos abertos. O assunto foi considerado encerrado, não chegando o sítio a ser objecto de visita por parte de técnicos qualificados¹⁸.

Pedaços de cerâmica colorida, fragmentos de vidro azulado, moedas, tijolos quadrados de grande tamanho, pedaços de mármore trabalhado, sepulturas, vestígios de edificações de natureza não identificada, pavimentos decorados com tesselas, ruínas de balneários, marcos miliários, restos de mariscos, foram alguns dos muitos materiais arqueológicos achados ao longo do tempo, numa área compreendida entre o chafariz existente junto do chamado "Rossio de S. Pedro", ermida de S. Pedro, Horta de S. Pedro, urbanização da parte sul do Bairro do Fundo de Fomento de Habitação, e confluência das estradas de Campo Maior, Monte do Bicho e Ouguela.

Igualmente importante em vestígios romanos é a região situada a nordeste do concelho, na proximidade das linhas de água situadas no vale do Xévora, nomeadamente entre os terrenos situados no sopé de Ouguela e as Herdades do Salvador e Olivã, bem como ao longo das encostas que descem suavemente desde a

¹⁶ VIEIRA, Rui Rosado. *Bartolomeu Joanes, rico cidadão lisboeta do tempo de D. Dinis (...), Ibn Marwan*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, n.º 12, 2002; Arquivo Histórico Militar (de Lisboa) e Arquivo Militar de Madrid, Plantas da Praça de Campo Maior dos séculos. XVII e XVIII; Arquivo Distrital de Portalegre, Livros da Provedoria de Elvas, Livro n.º 39, fls. 395 vº.

¹⁷ Revista *Almadan*, n.ºs 4-5, Nov. 1984-Nov. 1985, pp. 2-6; achados arqueológicos observados no próprio local, pelo autor do presente texto.

¹⁸ PEREIRA, Leonete Pontes R. Botelho. "Testemunhos sobre vestígios arqueológicos em Campo Maior", Actas do 1.º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre, Centro de Recursos e Animação Pedagógica da Escola Superior de Educação de Portalegre, Portalegre.

área de S. Pedro em direcção ao referido vale. Vertentes que na época romana beneficiavam da presença de água, em consequência da irrigação proveniente de represas aí construídas.

Na Horta de Vale de Manteigas, a pouco mais de 3km de Campo Maior, em espaço localizado entre as estradas da “Serrinha” e do “Bicho” (E.M. 1112 e 1113, respectivamente), podiam-se observar ainda há poucos anos, espalhadas pelo terreno, grande quantidade de tesselas brancas e pretas, fragmentos de objectos de vidro branco e azulado e restos de cerâmica colorida, como o autor deste texto pôde verificar.

De acordo com informação facultada pelo Professor Jorge de Alarcão, em “S. Pedro dos Pastores ou Defesa de S. Pedro” foram achados, em data e sítio não precisados, “mosaicos, uma moeda do imperador Aureliano e outra de Constâncio (ambas do século III d.C.), cerâmica doméstica e uma inscrição funerária. É (aquele lugar) uma das 15 estações arqueológicas da época romana no concelho de Campo Maior de que tenho conhecimento (...)”¹⁹.

Proveniente da mencionada Defesa de S. Pedro é igualmente, segundo o professor José d’Encarnação, o pequeno altar de mármore branco mandado fazer a expensas de uma Aprónia Máxima para “ser colocado sobre a campa do defunto”, no caso o esposo, de nome Gaio Márcio Tusculano, indivíduo, provavelmente, natural de Túsculo, cidade da Península Itálica. O pequeno monumento, cuja descoberta fora noticiada pelo P.^e Henrique Silva Louro, em 1956, foi recentemente reencontrado e depois de estudado, entregue ao museu municipal de Campo Maior²⁰.

Na “Herdade da Boavista”, a poucas centenas de metros à esquerda da estrada de Campo Maior-Ouguela, a cerca de dois quilómetros desta última povoação, foi posta a descoberto em 1929, uma sepultura em mármore “dentro da qual estavam um copo de vidro, uma tigela pequena, três bilhas de barro e outro objectos”²¹.

Na década de 1970, no olival do “campo da capela”, situado na contra-encosta fronteira a Ouguela, em espaço a nascente da estrada que vem de Campo Maior, a poucas dezenas de metros do cruzamento daquela via com as que levam à ermida de N.^a Sr.^a da Enxara, a Albuquerque e ao cume em que se encontra o lugar de Ouguela, quando se abriam covas para o plantio de oliveiras, foi encontrado o que se admite ser uma necrópole romana, onde, além de ossadas humanas e pedras sepulcrais, se acharam peças de cerâmica, moedas e “uma taça de vidro”, que actualmente se encontra no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa.

A norte de Ouguela, na “Herdade da Defesinha”, foi descoberta uma “ara votiva”, e mais perto da referida aldeia, na “Tapada da Pombinha”, um “pequeno fragmento de mármore com um numeral inscrito”, que depois de estudado se admite que se destinaria a ser incluído “em monumento de uma certa grandiosidade”²².

No vale situado nas cercanias da confluência da ribeira de Abrilongo com o rio Xévorá, segundo uma notícia de 1929, “teem sido encontradas colunas e pedestais de granito, estatuetas de bronze, moedas, etc. Estes objectos encontram-se no Museu Etnológico Português. Supõe-se que, em tempos remotos, tivesse existido ali uma povoação”²³.

No “Monte do Salvador”, mesmo á beira do rio Xévorá, na sua margem esquerda, em ter-

¹⁹ Informação manuscrita do Sr. Prof. Jorge de Alarcão.

²⁰ ENCARNÇÃO, José d'. *A população romana de Campo Maior*, obra citada.

²¹ *Jornal Notícias de Campo Maior*, n.º 38, 1. Junho. 1929.

²² Informação prestada em 1976, pelo Sr. José Galego, morador em Ouguela, ao autor deste texto; ENCARNÇÃO, José d'. *A população romana de Campo Maior*, obra citada.

²³ *Notícias de Campo Maior*, obra citada.

reno alguns metros acima do nível daquele curso de água, técnicos dos Serviços de Arqueologia do Sul, em escavações realizadas na década de 1990, puseram a descoberto várias sepulturas e um extenso mosaico romano policromo, em bom estado de conservação, como então o autor deste texto pôde observar.

Segundo depoimento recolhido em Campo Maior, no ano 1953, por um técnico do Instituto Português de Arqueologia, vindo de Lisboa expressamente para o efeito, sabe-se que numas courelas adstritas à “Herdade de Olivã”, apareceu “uma sala de cimento romano rectangular, com paredes que tinham em baixo um friso; sobre o cimento havia uns desenhos de pedrinhas brancas e pretas. Encontraram-se duas pedras com letras que uns senhores de Vila Fernando, entre eles o sacerdote indicado (P.^e Henrique da Silva Louro), disseram tratar-se de letreiros romanos (...)”²⁴.

A nascente de Campo Maior, nas cercanias do rio Xévara, no “Monte das Ilhas” e no “Casarão”, foram descobertos “alicerces de edifícios”²⁵.

Não muito longe dali, no olival dos Péguinhos, próximo do “monte” do mesmo nome, foram encontradas, na década de 1970, duas moedas do imperador Constantino e uma pulseira²⁶.

Em território quase contíguo, na “Herdade de Olivã, foram encontrados” restos de cerâmica e outros vestígios romanos e “numa grande depressão (...) diz-se ter existido um circo”²⁷.

Aliás, a zona dos “montes” dos Péguinhos e de Olivã, terá feito parte da antiga “freguesia dos Bilhares, que não é outra coisa senão os vilares romanos onde abundam restos de construções, entre as quais existiu um mosteiro”²⁸.

Uma lista de locais considerados património arqueológico do concelho de Campo Maior, a maioria dos quais atribuídos aos romanos, enumera alguns *sítios* não referidos nas páginas anteriores, que aqui se acrescentam.

A sudoeste do concelho, na “Horta de Vale de Preguiça”, uma “villa”.

A nordeste da povoação de Degolados, próximo da ribeira de Abrilongo, no “Monte Custódio”, uma “villa” e restos de uma “calçada” romana.

Na estrada Campo Maior-Ouguela, nas imediações da “Meia Légua”, no “Monte Cabecinha de Lebre”, outra “villa”.

A norte de Ouguela, no “Monte de Malha Pão”, uma “necrópole”, e no “Monte da Quinta”, um “habitat”²⁹.

2. AS ESTRADAS ROMANAS

A implantação de uma extensa rede viária pavimentada com grandes lajes de pedras, que cruzando o território peninsular de nascente a poente e de sul a norte, permitiu o incremento da circulação, a níveis nunca antes atingidos, de gentes, mercadorias e ideias, constituiu um dos principais contributos da civilização romana na Península Ibérica.

Abstraindo a questão relativa ao grau de importância populacional ou logística do *sítio* de S. Pedro, em Campo Maior, sobre o qual pouco se sabe, vários especialistas afirmam que aquele lugar era atravessado ou encontrava-se perto de uma das vias romanas que, vindo de Bótoa, ligava Mérida às povoações mais ocidentais da Lusitânia, como consta na principal fonte histórica sobre o tema – o itinerário do

²⁴ “Relatório da visita de observação a Campo Maior”, 20. Março. 1953, efectuado por técnicos do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, então com sede no Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos, em Lisboa.

²⁵ ENCARNÇÃO, José d'. *A população romana de Campo Maior*, obra citada.

²⁶ Informação prestada pelo proprietário do olival ao autor deste texto.

²⁷ ALARCÃO, Jorge de. *Portugal Romano*, Verbo, Lisboa, 1977.

²⁸ Informação manuscrita do Sr. P.^e Henrique da Silva Louro.

²⁹ Artigo 23.º do Regulamento do Plano Director Municipal de Campo Maior, aprovado em reunião da Assembleia Municipal de 7. Julho. 1955.

imperador Antonino Pio, redigido nos inícios do século III da era de Cristo.

Estêvão da Gama de Moura e Azevedo, governador militar de Campo Maior e membro da Academia Real de História, declarou ter visto, parcialmente enterradas, sob o “alpendre da ermida de S. Pedro”, nas primeiras décadas do século XVIII, duas colunas cilíndricas de granito com inscrições gravadas, que considerou ser obra dos romanos, cujos dizeres transcreveu³⁰.

A descrição do achado foi repetidamente divulgada em publicações, por diferentes eruditos ao longo do tempo, sem que os caracteres lavrados nas colunas tivessem alguma vez merecido a atenção dos estudiosos de epigrafia latina.

Porém, em resultado de trabalhos publicados em 1988, soube-se que as mencionadas colunas, uma das quais se encontra no museu municipal de Campo Maior, havia servido na época romana para, colocadas à beira das estradas, anunciar aos viajantes a distância em milhas.

Um daqueles marcos miliários, tal é a denominação atribuída, permitiu leitura profícua. Averiguou-se que era do tempo do imperador Severo Alexandre, datando dos anos 222-225 da nossa era e indicava estar à distância de 53 milhas da capital da Lusitânia, ou seja, a cerca de 75km de Mérida³¹.

Um estudo centrado na interpretação do significado da presença de certo miliário na região de Montijo-Badajoz, apresentado num encontro científico relativamente recente, refere também os miliários de S. Pedro, em Campo Maior, dando crédito à hipótese de aqui ter sido *Ad Septem Aras*, uma das povoações ou esta-

ções de muda mencionada no citado itinerário de Antonino³².

Deve dizer-se que a ermida de S. Pedro, tão antiga que se desconhecem as origens, foi desde o seu início igreja muito pequena e de arquitectura modesta, “feita de paredes de terra”, que por se encontrar muito arruinada, devido às destruições provocadas pela Guerra da Restauração (1640-1668), foi reedificada nas primeiras décadas do século XVIII, época em que era ainda muito frequentada pelos devotos³³.

Não obstante a importante informação contida no itinerário do Imperador Antonino, espécie de roteiro da rede viária romana, e da atenção que a historiografia da especialidade lhe tem dedicado, muito do seu conteúdo, objecto de interpretações divergentes, permanece por clarificar.

Até a estrada que de Lisboa atravessava o Alto Alentejo em direcção a *Alberterio* (*Alter do Chão*), *Matusaro*, *Ad Septem Aras*, esta já no actual território concelhio campomaiorense, e que de seguida entrava no actual território espanhol por *Budua* (Bótoa), *Plagiaria* e Mérida, cujo percurso, segundo os estudiosos do assunto, “se pode considerar seguro”, se encontra pontuada de dúvidas, quer quanto às distâncias entre as estações e à sua localização, quer em relação ao trajecto entre cada um das estações de muda indicadas no itinerário.

Tal desconhecimento resulta do facto de o citado itinerário nada mais registar, além dos mencionados lugares e das distâncias entre si, ignorando-se, assim, as designações de eventuais povoações existentes de permeio.

Contudo, a tradição oral expressa por trabalhadores agrícolas, pastores e antigos con-

³⁰ AZEVEDO, Estêvão da Gama de Moura e. obra citada.

³¹ ENCARNÇÃO, José d'. *Miliário de Severo Alexandre em Campo Maior*, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, Ficheiro Epigráfico, 25, 1988.

³² GORGES, Jean-Gérard et MARTIN, F.º Germán Rodrigues. “Un nouveau milliaire de Magenence en Hespánie. La borne de Torre Águila (Montijo, Badajoz) ...” In, *Économie et Territoire en Lusitanie romaine*, Colección de la Casa Velásquez, vol. 65. Madrid, 1999.

³³ AZEVEDO, Estêvão da Gama de Moura e. Obra citada, p. 32; *Dicionário Geográfico de Portugal de 1758*, Tomo VIII, “Notícias (manuscritas) da Villa de Campo Maior”, redigidas por Tomé Afonso Mendes. Prior da Matriz de Campo Maior, ANTT.

trabandistas, que no exercício das suas actividades calcorream a região fronteiriça do Guadiana, do “Zapatón”, do Xévora e da “Referta”, permite identificar, com rigor que cabe aos especialistas avaliar, parte do percurso da via Mérida-Lisboa. Mais concretamente, o troço entre Bótoa e Arronches, que do lado espanhol se denominava “caminho da calçada” e no português “estrada do alicerce”.

A mencionada estrada, no troço Mérida-Plagiaría, corria ao longo da margem direita do Guadiana, quase sempre à vista da mancha vegetal que assinalava a proximidade do curso do rio. Em Plagiaría (El Pesquero, Pueblonuevo del Guadiana, Badajoz?)³⁴, flectia em direcção a Bótoa, mas sem se afastar dos diferentes cursos de água da região. Chegada a Bótoa, a “calçada” atravessava a ribeira de “Zapatón”, entrando no actual território português.

Depois seguia pela margem esquerda do rio Xévora até próximo da ermida de N.^a Sr.^a da Enxara, em cujas imediações cruzava o rio.

Não obstante as dúvidas quanto à origem romana da ponte em ruína existente junto da mencionada ermida, uma vez que pode ter sido construída em época posterior, tal não exclui a possibilidade de no local ou nas cercanias, ter existido anteriormente outra edificada pelos romanos. Conjectura que se apoia na descoberta de importantes vestígios atribuídos àquele povo em território da margem direita, a menos de meio quilómetro a montante da ponte actual.

No sopé de Ouguela, na confluência da ribeira de Abrilongo com o rio Xévora, onde já foram encontrados restos de monumentos e artefactos que atestam a presença da avançada civilização romana, a pouca distancia do cruzamento de antigos caminhos que directamente conduziam, ou ainda conduzem, a Codosserra, Albuquerque, Villar del Rey, Bótoa, Badajoz, Elvas, Campo Maior e Arronches, bem se poderia

ter situado a estação de *Ad Septem Aras*, que segundo o itinerário de Antonino se encontrava a 12 milhas (cerca de 18km) de Bótoa.

Distância que poderá parecer exagerada se ignorarmos que uma das características do trajecto da referida “calçada” parece ser a de não eleger o traçado mais curto, mas antes optar por um percurso que corria nas proximidades das diferentes linha de água da região – “Zapatón”, Xévora, Abrilongo, Caia e Seda.

Preferência que se explica não só pela possibilidade de circular por vias de reduzida inclinação, facultada pela planura dos terrenos paralelos aos cursos de água, como pela necessidade de garantir o abastecimento daquele líquido a viajantes e animais, em especial durante os longos meses de Verão, quando a secura e as altas temperaturas na região se tornavam mais severas.

Transpondo o Xévora junto à ermida de N.^a Sr.^a da Enxara, a “estrada do alicerce”, que segundo testemunhos recolhidos apresentava, em meados do século XX, ainda em alguns pontos do percurso, vestígios do seu antigo empedrado, dirigia-se ao longo da margem direita da ribeira de Abrilongo para o território da actual freguesia de Degolados.

Certamente um caminho secundário ligava, pelo traçado mais exequível, a via atrás mencionada ao importante assentamento romano de S. Pedro, nas imediações de Campo Maior.

A via a que nos vimos referindo, depois cruzar o território da freguesia de Degolados pelas herdades de “Cevadais”, “Taqual”, “Adães”, região das mineira de “Marco Alto” e “Tinoca”, entrava no concelho de Arronches pelo “Alto dos Morenos”, “Revelhos”, “Folinhos”, em direcção ao rio Caia, cuja ponte, junto à vila de Arronches atravessava.

De seguida rumava a Assumar, Alter do Chão, nas imediações da qual atravessava a

³⁴ GORGES, Jean-Gérard et MARTIN, F.º Germán Rodrigues. *Un nouveau milliaire de Magence* (...), obra citada.

ponte, ainda hoje utilizável, de “Vila Formosa”, sobre a ribeira de Seda, dirigindo-se a Ponte de Sôr, às cercanias de Coruche e Lisboa.

3. AS BARRAGENS

Vestígios que igualmente atestam a presença da avançada civilização romana no concelho de Campo Maior são os relacionados com a edificação de barragens.

No sítio conhecido pela “Mourinha”, a menos de quinhentos metros a poente da estrada que liga Campo Maior a Elvas, pouco antes da ponte sobre o rio Caia, “numa ligeira depressão a meio da encosta, aproveitando um pequeno curso de água”, construíram os romanos, muito provavelmente para “fins hidroagrícolas” de uma *villa* próxima, uma represa “relativamente baixa e estreita” de que ainda hoje se podem ver algumas partes da sua estrutura³⁵.

As suas modestas dimensões e funções contrastavam com as do “complexo hidráulico” existente na *villa* vizinha de “Correio-Mor”, situada a menos de dez quilómetros a sul, no actual concelho de Elvas. Para fins diversos ali existiram, perto do século IV d. C., além de outras edificações, um aqueduto e duas barragens, uma das quais com capacidade mínima de 40.000m³ de água e com possibilidade de irrigar uma superfície de cerca de 2km² ³⁶.

No entanto, é a nordeste de Campo Maior, nos terrenos suavemente inclinados para o vale do Xévorá, que se encontram as mais importantes obras hidráulicas romanas existentes no concelho, as barragens de Olivã e a do Muro.

A represa de Olivã está situada a três quilómetros de Campo Maior, perto de trezentos

metros a sul da Estrada Municipal 1114, junto ao ribeiro de Olivã. Apresenta uma bacia hidrográfica de 1,1km² e face às suas reduzidas dimensões, admite-se que se destinava a irrigar os campos próximos, como parece demonstrar a existência, a cerca de 150 metros a jusante, de restos de uma canalização.

Na mesma estrada, a cerca de 1,3km a nascente da anterior represa, quase arrumada à berma norte da via, encontra-se, ainda em relativo bom estado de conservação, outra barragem denominada do Muro.

De dimensões superiores às suas congéneres de “Olivã” e do “Correio-Mor”, a represa do Muro tinha capacidade para armazenar 178.000m³ de água, que se destinaria a irrigação de explorações agrícolas e, sobretudo, “ao abastecimento de um importante núcleo urbano, provavelmente o que se localizaria a cerca de 2,7km a jusante, de acordo com os achados de condutas em cerâmica realizados entre estes dois locais”³⁷.

A comprovar a existência de canos para condução de água, em área bem a jusante daquelas duas obras hidráulicas, foram encontradas na década de 1970, quando se procedia à abertura de covas para plantar oliveiras na Herdade de Castros, canalizações que, considerando a sua orientação, pareciam destinadas a conduzir água para a região do “Monte dos Péguiños”³⁸.

Tendo em conta a original complexidade da barragem do Muro, o grupo de especialistas que a estudou, afirma tratar-se “de uma estrutura inédita que constitui o exemplo mais monumental da arquitectura hidráulica romana a sul do Tejo”³⁹.

³⁵ QUINTELA, António de Carvalho, CARDOSO, João Luis e MASCARENHAS, José Manuel. *Aproveitamentos hidráulicos romanos a sul do Tejo*, Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos, Ministério do Plano e da Administração do Território, Novembro, 1986.

³⁶ GORGES, Jean-Gérard et MARTIN, F.º Germán Rodrigues. “Un exemple de grande hydraulique rurale dans l’Espagne du Bastemos, La villa romaine de Correio Mor” (Elvas, Portugal), in *Économie et territoire en Lusitanie romaine*, obra citada.

³⁷ QUINTELA, António de Carvalho e outros. *Aproveitamentos hidráulicos romanos ao sul do Tejo*”, obra citada, p. 65; GORGES, Jean-Gérard et RICO, Cristian. “Barragens ruraux d’ époque romaine en moyenne vallée du Guadiana”, in *Économie et territoire en Lusitanie romaine*, obra citada.

³⁸ Informação prestada ao autor deste texto pelo Sr. José António Rosinha, um dos trabalhadores que participou na referida actividade.

³⁹ QUINTELA, António de Carvalho e outros, obra citada.



Vista parcial da barragem romana do Muro

Um documento do ano 1255 regista a existência de uma construção daquela natureza, em espaço que não só permite deduzir que se refere à barragem do Muro, como parece sugerir que, naquele tempo, a mencionada barragem ainda era utilizada.

Trata-se de uma “carta” de doação de Campo Maior e seu termo ao bispo de Badajoz, onde, ao descrever os limites entre aquelas duas terras se diz que a linha de separação passava pelo “cume sobre a fonte de Vale de Albuquerque (...?), Vale de Talha Bolsas donde está a *torre* e daí ao cabeço que está sobre a *represa*”⁴⁰.

A referência à presença de uma “torre”, certamente um pequeno recinto fortificado edificado em plena zona rural, pode igualmente apontar para construção erguida pelos romanos, como aliás há exemplos em diferentes lugares na actual Extremadura espanhola e no Alentejo⁴¹.

Certa historiografia recente interroga-se sobre as razões de tão densa implantação de obras hidráulicas na região do médio Guadiana e, em especial, sobre as finalidades das barragens que apresentam maior capacidade de armazenamento.

Salvo raras excepções, de que a barragem do Muro parece ser singular exemplo, as repre-

sas romanas situavam-se nas proximidades de *villae* e destinavam-se a fornecer água para usos domésticos dos colonos nelas instalados e a irrigar as terras necessárias ao fornecimento de produtos agrícolas para sua alimentação ou para exportação, no caso de se produzirem excedentes.

Contudo, admite-se que, em alguns casos, a água armazenada podia ser usada para irrigação de terras de pastagem de gado grosso, em especial cavalos, criando prados artificiais para utilização durante os períodos secos e quentes de Verão. Possibilidade que tendo em conta a grande capacidade de armazenamento da represa do Muro bem poderia aplicar-se aos terrenos agrícolas situados a jusante daquela importante obra de engenharia hidráulica.

Sabe-se que Mérida dispunha de um dos melhores hipódromos da Península Ibérica, cujos cavalos seriam provavelmente criados na região. Aliás, há registo da existência de uma coudelaria durante o período romano em local não muito afastado de Campo Maior, na *villa* de Torre de Palma, no concelho de Monforte⁴².

Além disso, há notícia de que também o território agrícola de Campo Maior foi em épocas recuadas, área com aptidão para a criação de cavalos de qualidade, dado que se destinavam ao serviço do rei.

Tal é o que se pode inferir duma carta régia de D. Fernando, de 15 de Março de 1368, data em que o rei se encontrava em Campo Maior.

Nela se ordena que, porque as pastagens até então utilizadas no agro campomaiorense se mostravam insuficientes para continuar a alimentar os cavalos pertencentes ao monarca, “se coute outra herdade”, situada em território que confrontava com os termos da Coudossera e de Ouguela⁴³.

⁴⁰ VIEIRA, Rui Rosado. *Campo Maior: de Leão e Castela a Portugal (...)*, obra citada.

⁴¹ MORET, Pierre. “Casas fuertes romanas en la Bética y la Lusitania”, in *Économie et territoire en Lusitanie romaine*, obra citada.

⁴² GEORGES, Jean-Gérard et RICO, Cristian. *Barragens ruraux (...)*, obra citada, p. 178; *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, Circulo de Leitores, 1992, I Volume.

⁴³ VIEIRA, Rui Rosado. *Campo Maior: de Leão e Castela a Portugal (...)*, obra citada.

4. CONCLUSÃO

A proximidade de Mérida – capital da Lusitânia, centro cultural e administrativo de uma vasta região e eixo de um dos mais importantes sistemas viários romanos na Península Ibérica, cujas duas das principais vias atravessavam o concelho ou as suas cercanias – e a relativa abundância de água e a fertilidade de parte considerável dos seus solos tornaram o actual território concelho campomaiorense alvo preferencial de estabelecimento das populações romanas, entre os séculos I e IV da era de Cristo.

A comprová-lo temos o registo das numerosas e ricas *villae*, das várias necrópoles, das estradas romanas e das importantes obras hidráulicas.

Quase nada se conhece sobre as gentes que com o seu esforço cultivou terras, pastoreou gado, transportou produtos, abriu e calçeteou caminhos, construiu pontes, barragens e *villae* e habitou no espaço do actual concelho de Campo Maior durante a época romana.

Segundo a historiografia da especialidade o território pertencente à colónia romana de Mérida abarcava a região de Campo Maior.

Acresce que o imperador César Augusto, ao fundar a colónia emeritense, cerca do século I dC, teve em vista recompensar os veteranos das suas legiões pelas vitórias alcançadas na Península Ibérica, entregando-lhe terras disponíveis a partir das áreas mais afastadas da capital.

Os antigos militares romanos ao receberem como reforma extensas parcelas de terra para cultivo, cuja dimensão se admite poder estar na origem da propriedade latifundiária característica do Alentejo, ter-se-ão tornado, assim, nos primeiros moradores das diferentes *villae* descobertas no concelho e proprietários das áreas agricultáveis circundantes.

Segundo estudos da especialidade, as *villae* romanas eram explorações pré-capitalistas. A sua produção, em especial o gado, os cereais, a lã, o linho e o presunto, era exportada para os principais centros urbanos do Alentejo e do Algarve, onde se comercializava⁴⁴.

Não se conhece o local exacto da povoação ou estação de muda denominada *Ad Septem Aras*. Contudo, considerando a distância a que se encontrava de *Budua* (Bótoa) e a natureza de alguns materiais arqueológicos encontrados no território campomaiorense, é quase certo que aquele lugar, mencionado no itinerário de Antonino, se situava em espaço pertencente ao actual concelho de Campo Maior.

Registe-se que o traçado da via romana que, cruzando o norte alentejano, ligava a capital da Lusitânia a Lisboa, em especial o que percorria o território cuja geografia julgamos conhecer melhor, ou seja, o troço entre Bótoa e Arronches, dá mostras de obedecer ao propósito de se aproximar dos principais cursos de água da região, assegurando, assim, a pessoas e animais que por ela transitavam, o abastecimento do indispensável líquido.

O concelho de Campo Maior apresenta o maior número de barragens romanas (três) e a de maior capacidade de armazenamento, entre todas as identificadas a sul do Tejo. A edificação de tais estruturas constitui indício evidente da existência de elevado poder económico e de consideráveis conhecimentos de técnicas de engenharia hidráulica, durante a época romana, no actual território concelho.

Além da língua, do domínio das ciências jurídicas, do apurado conhecimento das técnicas de agrimensura, do saber relativo à arte de edificar cidades, aquedutos, pontes, barragens e estradas, comuns a grande parte do mundo romanizado, que herança terão deixado os cerca de cinco séculos de presença romana na nossa região?

⁴⁴ ALARCÃO, Jorge de. *Portugal Romano*, obra citada.

Parece registar-se, na forma como as *villae* e outros vestígios materiais da presença romana se distribuem no espaço rural, uma grande coincidência geográfica com os locais em que se ergueram os “montes”, sedes das grandes propriedades agrícolas que marcaram a vida económica, social e política no Alentejo e, em particular, no concelho de Campo Maior, desde época remotas até ao nosso tempo.

Considerando somente os restos de construções romanas descobertas no próprio sítio em que foram edificadas, em especial as *villae*, verifica-se que na sua grande maioria se localizam nas imediações dos “montes” e, em alguns casos, até com as estruturas de raiz romana integradas nos edifícios de construção moderna.

Verifica-se, assim, que muitos dos “montes” e das extensas herdades do agro campomaiorense, os conhecidos latifúndios que chegaram até ao nosso tempo, cuja toponímia e limites se encontram no concelho de Campo Maior documentados, em grande parte, desde os séculos XV-XVI, se ergueram nos mesmos locais e exploraram as mesmas terras em que os colonos romanos se instalaram há perto de dois mil anos⁴⁵.

Herança que poderá provir também dos romanos é o antigo aglomerado populacional, fundado muito provavelmente nas proximida-

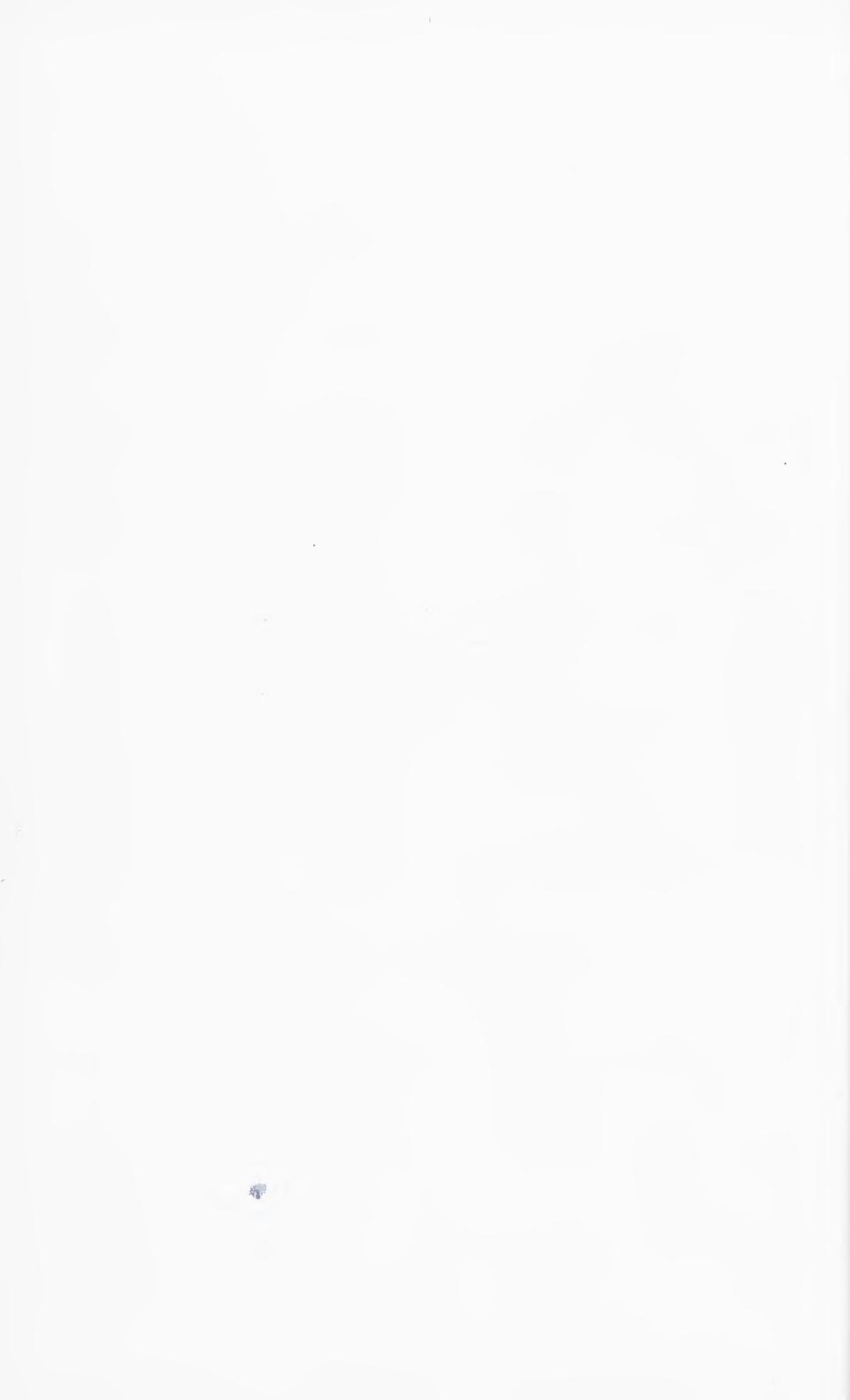
des da ermida de S. Pedro, cuja existência se infere da passagem contida num documento de 1290, referido no início deste texto.

A povoação em questão, certamente de origem romana, terá sido abandonada após a ocupação da Península Ibérica pelos árabes no século VIII, e substituída por outra edificada pouco depois nas imediações da fortaleza erguida pelos muçulmanos, e reedificada no reinado de D. Dinis – o Campo Maior que, transformado e ampliado, chegou aos nossos dias.

Face aos dados que dispomos, admitimos com muita probabilidade que a antiga aldeia vinda da época romana, da qual ainda restava no ano 1290, o “*castelo velho*”, se localizava no sítio romano de S. Pedro e aí subsistiu durante cerca de quinhentos anos, entre séculos II-III e inícios do século VIII da nossa era.

Terminamos desejando que as informações aqui reunidas – um significativo conjunto de testemunhos comprovativos da presença romana no concelho de Campo Maior – parte dos quais do domínio dos especialistas deste período histórico, mas desconhecidos da generalidade da população, possam contribuir para despertar nos campomaiorenses interesse pela preservação dos vestígios materiais da remota civilização romana existentes no território concelhio.

⁴⁵ VIEIRA, Rui Rosado. *Centros Urbanos no Alentejo Fronteiriço (...)*, obra citada.



D. Fradique de Portugal, bispo de Sigüenza

Arquímínio Abalroado e Licínio Lampreia

D. Fradique de Portugal foi um notável bispo, personagem marcante do Renascimento, cuja principal acção se desenvolveu no início do século XVI. A verdadeira dimensão do seu labor começa a ser paulatinamente desvendada, mostrando os contornos e a profundidade de uma personalidade e obra notáveis. Partindo destes pressupostos iniciais, apresenta-se breve reminiscência das suas ligações à Casa de Bragança. Referem-se as ligações familiares e primeiros passos da sua vida, que contêm aspectos ainda por desvendar no seu conjunto. Em seguida, estuda-se a vida e a obra de D. Fradique em Castela, sobretudo, no âmbito da sua ligação com a prestigiada corte dos Reis Católicos e sua acção em Sigüenza (Guadalajara – Castilla-La Mancha). Por último, apresentam-se os aspectos de síntese.

1. A CASA DE BRAGANÇA NO SÉCULO XV

Neste capítulo, deixamos uma breve síntese que serve de mote e de ponto de partida para compreender os antecedentes e o enquadramento da relação de D. Fradique de Portugal com a Casa de Bragança.

Para falar de Vila Viçosa e do seu posterior destino como sede da corte brigantina, devemos remontar pelo menos ao tempo em que D. Nuno Álvares Pereira teve a sua posse, a partir de 1385, o que equivale a dizer à época em que Vila Viçosa passou a integrar a grande casa senhorial do estratega da defesa da independência nacional¹.

D. Nuno Álvares Pereira reuniu um vasto património que se estendia de norte a sul do país, em recompensa e reconhecimento régio da sua actividade em defesa da independência, quando, em 1383, Portugal se viu ameaçado pelas pretensões de Castela.

O Condestável transferiu grande parte deste significativo património para a sua única filha, D. Beatriz, que viria a casar com o primeiro duque de Bragança, D. Afonso, bastardo de

D. João I. Posteriormente, em 1422, em doação ao neto D. Fernando, D. Nuno Álvares Pereira atribuiria, entre outras muitas possessões, a terra de Vila Viçosa.

A Casa de Bragança alcançou uma importante expressão de prestígio quando D. Afonso, já conde de Barcelos, recebeu em 1442 de seu irmão D. Pedro, então regente de Portugal na ausência de seu sobrinho D. Afonso V, o título de duque de Bragança, com as respectivas terras e benefícios.

Tendo morrido o filho primogénito de D. Afonso, primeiro duque de Bragança, que foi conde de Ourém e marquês de Valença, a cadeira ducal passaria, a partir de 1461, para o segundo filho, D. Fernando, que contribuiu decididamente para o fortalecimento e primazia social da sua casa. A terra alentejana foi palco do interesse do 2.º duque, que estabeleceu a sede da sua residência em Vila Viçosa, no que foi seguido pelos seus sucessores até ao duque D. João II, futuro rei D. João IV. Privilegiando esta vila com a sua presença, D. Fernando, 2.º duque de Bragança, iniciava nela a sede da grande casa que herdara. Tal explica

¹ Consulte-se a propósito Mendonça, Manuela. "A Casa de Bragança: Uma Corte Alternativa?", in *Actas das Primeiras Jornadas de História de Vila Viçosa*, Lisboa, 2005.

que, desde então, em Vila Viçosa se desenvolvesse toda uma Corte que girava à volta dessa grande Casa Senhorial. A nova realidade social do duque de Bragança imprimia à vila um novo estatuto no panorama geral do reino, podendo afirmar-se que, a partir de então, a povoação alentejana foi elevada a vila ducal, numa aliança que se manteria ao longo dos tempos.

A ascensão, o poder e o prestígio da Casa de Bragança resultam tanto das prerrogativas reais doadas pela Coroa, como decorrem das redes de fidelidade e dependências criadas pela casa brigantina. Esta asseveração engloba naturalmente as preferências e os benefícios régios concedidos por D. Afonso V ao 2.º duque, D. Fernando, assim como aos seus filhos, que são sistematicamente os destinatários dos favorecimentos régios, muitos dos quais resultaram de mercês pelos serviços prestados no Norte de África.

A conjugação destes factores permite dar a dimensão do poder da Casa de Bragança no momento em que foi duque D. Fernando, que conta com um núcleo familiar único para o fortalecimento da sua casa, formando no seu conjunto uma frente ímpar em Portugal, quer em poder, quer em prestígio, crescendo rapidamente à sombra da protecção que lhe dispensou D. Afonso V. Sirva de exemplo que: D. Fernando é o herdeiro da cadeira ducal, sendo já duque de Guimarães; D. João detém o título de marquês de Montemor; D. Álvaro é o chanceler-mor do reino e D. Afonso é o primeiro conde de Faro, pai de D. Fradique de Portugal².

A vila calipolense associa-se assim ao grande poder construído por D. Afonso, 1.º duque, a que sucedeu D. Fernando, que foram acrescentando grandeza à vila alentejana. Aqui, mais propriamente no paço medieval da alcáçova, se instalou a sede da Casa de Bra-

gança, princípio de um percurso de desenvolvimento e prestígio para Vila Viçosa. Deste modo se reforça, mais uma vez, Vila Viçosa na História de Portugal, integrando agora uma das duas casas mais poderosas do reino.

A Corte Ducal de Vila Viçosa foi, desde fins do século XV, a grande casa senhorial do reino, com ampla primazia e preeminência social, considerável poder territorial e alargadas clientelas que o tempo consolidou.

Em suma, os dados seguros que foram apurados sobre Vila Viçosa permitem-nos afirmar que esta vila alentejana desempenhou em momentos cruciais da vida de Portugal uma importante função política, cultural e social, o que teve uma influência formadora sobre as evoluções posteriores.

Quando morreu em Vila Viçosa, no dia 1 de Abril de 1478, D. Fernando deixava a semente do desenvolvimento da vila como sede de uma corte ducal que de Bragança tinha o nome.

A partir de então, a povoação caminhará ao ritmo da História nacional, sendo testemunha de momentos decisivos no processo histórico português. A sua situação estratégica levaria à construção da necessária fortaleza defensiva, a par de várias outras em zonas de fronteira, a que D. Dinis prestou particular atenção na guerra que opôs os dois reinos vizinhos.

2. ESTADO DA QUESTÃO

Sabemos que Vila Viçosa foi berço de personalidades ilustres, de grandes figuras que nela nasceram, viveram ou trabalharam, sem prejuízo da espiritualidade, da poética criativa e da obra artística e cultural que geraram outros calipolenses menos conhecidos, mas nem por isso menos importantes.

² D. Afonso teve mercê de Conde de Faro em 1469.

A juntar a estas figuras ilustres, existem outros nomes de calipolenses importantes, mas ainda mal conhecidos, relacionados com a casa ducal raiana.

Esta asseveração engloba inevitavelmente D. Fradique de Portugal, que é um nome praticamente desconhecido da história local e nacional, e seria para os autores deste trabalho mais um dos muitos nomes no universo de ilustres eclesiásticos portugueses sem obra conhecida, se uma recente visita a Sigüenza não tivesse permitido a atestação de que foi o autor de obra excepcional, cujos registos arquivísticos e documentais da cidade espanhola deixaram relatos circunstanciados³.

Se são ainda muito preliminares as considerações que se possam fazer sobre a curta vida de D. Fradique em Portugal, estima-se como certo que, no seu tempo, foi considerado um eclesiástico ilustre e uma figura de comprovado prestígio social que desenvolveu actividade em Castela, terra por onde passa a avaliação dos seus méritos e onde se encontra certamente a mais importante documentação a seu respeito.

Nascido na estirpe nobre dos Braganças, o seu nome tem profundas origens aristocráticas: foi o terceiro filho de D. Afonso e de D. Maria de Noronha, primeiros condes de Faro, e neto de D. Fernando I, segundo duque de Bragança.

Como se verifica através das suas ligações familiares, D. Fradique descendia do rei de Castela, Henrique II, pois a sua mãe era neta deste monarca e do rei D. Fernando de Portugal.

Em data indocumentada, mas certamente avançada do século XV (facto ainda não devidamente investigado), nasceu D. Fradique de Portugal.

D. Fradique devia ser muito jovem quando partiu para Castela com a mãe. Se considerar-



Foto dos autores

D. Fradique de Portugal, paço episcopal de Sigüenza

mos que os pais casaram em 1465 e que foi o terceiro filho, teria no máximo quinze anos quando partiu para Castela com D. Maria de Noronha. Por lá se deixaria ficar.

O pai, D. Afonso, exilado em Castela em 1483 devido aos trágicos factos relacionados com a decapitação do terceiro duque em Évora, D. Fernando, e a confiscação de bens a todos os que eram afectos à Casa de Bragança, o que teve certamente grande repercussão na família brigantina, acabaria por falecer precocemente em Sevilha, no ano de 1483.

Antes de se mudar com a família para Castela (também como outros membros da família que escolheram esse território para se refugiarem), pouco se conhece da sua vida em Portugal, facto que deve ser reputado ao precoce abandono do reino lusitano.

Sabemos que o pai, D. Afonso, se encontrava em Vila Viçosa no dia 19 de Outubro de 1478, seis meses após a morte de seu pai, visto que escreveu desta vila uma carta ao rei D. Afonso V, na qualidade de conde de Faro,

³ Agradece-se a D. Felipe-Gil Peces Rata, cónego da catedral de Sigüenza e autor de numerosos trabalhos sobre esta catedral, o apoio e inestimáveis informações, as ajudas, a disponibilização de materiais para esta pesquisa e as provas de amizade.

solicitando algumas mercês. Desconhecemos se a missiva obteve resposta, mas certamente que D. Afonso esperava que o Rei Africano lhe escrevesse para Vila Viçosa, em resposta à sua carta. Este facto sugere, sob prudentes reservas, que o conde de Faro estaria radicado nesta vila com toda a sua família. A sua mãe faleceu em 1520, quando era bispo de Sigüenza.

Um trecho retirado da obra do P.^e Joaquim José da Rocha Espanca, as *Memórias de Vila Viçosa*, coloca ênfase especial na origem calipolense de D. Fradique de Portugal, como aflora nesta linha: “tenho-o por nosso patricio enquanto não me provarem que o não é”⁴.

3. VIDA E OBRA CONHECIDA DE D. FRADIQUE DE PORTUGAL

D. Fradique foi um personagem que seguiu a vida eclesiástica, cuja obra e estatura humana se projectaram, desde muito cedo, para fora do seu país de origem, apontando novos caminhos e horizontes, muitas vezes inéditos.

Pouco se sabe da juventude e dos estudos de D. Fradique. Mas, conhecemos a sua estreita relação com os Reis Católicos que o acolheram muito jovem em sua casa, o que atesta forte circulação de ideias, modelos e pólos de referência cultural e eclesiástica, e permite imaginar o alto desenvolvimento que inevitavelmente se fomentava à sombra do prestígio da corte da rainha Isabel, convertendo-se num homem de confiança dos reis castelhanos.

O seu alto nascimento, as suas capacidades e virtudes, e o facto de estar junto dos

Reis Católicos, deixam-nos antever que frequentou um contexto impregnado de erudição e de requinte intelectual e recebeu uma cultura humanista muito sólida, consentânea com o ambiente que vivificava na Corte, alcançando maturidade cultural e espiritual muito sólida.

Foi educado junto dos Reis Católicos⁵ e estudou em Salamanca com mérito, aproveitamento e provas de sabedoria que o habilitaram para grandes empresas. Com efeito, desde cedo assumirá outros destinos e desempenhará elevadas funções, visivelmente coincidentes com a sua alta estirpe e craveira intelectual.

Contemporâneo de gente ilustre, granjeou o apoio, a admiração de grandes figuras da época e trocou correspondência com eruditos da geração, como, por exemplo, Lucio Marineo Sículo⁶, e conviveu com várias notoriedades do tempo que lhe permitiram, certamente, aprofundar os conhecimentos.

Tudo denuncia, pois, um homem com perfil religioso, personalidade culta e erudita, seguramente viajero, bem informado de modelos exteriores e com sólida formação eclesiástica e relações privilegiadas nos meandros da casa real, sendo natural a sua elevação às mais altas dignidades.

Em 1504, numa primeira referência a D. Fradique, encontramos-lo a servir a Rainha Isabel, A Católica, de quem foi conselheiro e testamenteiro, sendo mais tarde, em 1516, testemunha no testamento do rei D. Fernando. O exacto significado da juventude e estudos de D. Fradique de Portugal pode escapar-se-nos, mas o sentido e a profundidade da sua acção junto dos reis católicos, Fernando e Isabel,

⁴ Veja-se Espanca, Joaquim José da Rocha. *Memórias de Vila Viçosa*, Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, n.º 31, Vila Viçosa, 1984.

⁵ D. Fradique de Portugal era primo da Rainha Isabel, dado ambos serem trinets do Mestre de Avis e de D. Inês Pires Esteves.

⁶ Ilustre humanista italiano que em 1484 abandonou a Sicília natal para se fixar definitivamente em Espanha, ocupando duas cátedras, uma de Poesia e outra de Oratória, na Universidade de Salamanca, principal centro dos estudos humanísticos da época, em toda a Península Ibérica. Abandonou Salamanca em 1497 e entrou a formar parte da Capela Real dos Reis Católicos. Dado que os Livros de Claustros se perderam, a obra de Marineo é vital para conhecer a vida da Universidade de Salamanca entre 1484 e 1496, período em que D. Fradique teria estudado nesta Universidade. Beltrán de Herédia (1973) oferece uma edição completa do Elogio de Salamanca de Marineo e, ao mesmo tempo, edita numerosas cartas deste humanista relacionadas com esta universidade espanhola, com o objectivo de ilustrar a vida da instituição no final do século XV.

que o estimaram muito e tiveram em consideração os seus argumentos no que concerne às grandes questões do reino, transpira em várias referências e documentação conhecida, como, por exemplo, a obra do P^e Toribio Miniguella y Arnedo, intitulada *História de la Diócesis de Sigüenza y de sus Obispos*.

4. ACÇÃO RELIGIOSA, DIPLOMÁTICA E ARTÍSTICA

Escassas as considerações sobre a sua juventude e educação, a sua nomeação para importantes dioceses estima-se como sólido testemunho do seu labor e da sua acção eclesiástica. Apura-se que foi cônego de Segorb e de Albarracín, mas ignoramos se este título, que possuía por indulto apostólico sendo bispo, foi conferido antes de receber a consagração episcopal. Recebeu também as mitras de bispo de Calahorra, sucedendo ao cardeal D. Jaime Sierra.

A medida que o tempo corria, alargava-se o leque do seu conhecimento e sucediam-se os cargos de crescentes responsabilidades na hierarquia da Igreja. Por isso, não é de estranhar que, após os referidos ciclos, a cadeira da diocese de Segóvia fosse o seu seguinte noviciado eclesiástico.

Os documentos consultados lançam pouca luz sobre a data da entrada de D. Fradique na Igreja de Segóvia. No entanto, se considerarmos que o seu antecessor faleceu em 1507, o prelado teria ocupado a cadeira da diocese segoviana nesse mesmo ano ou, seguramente, no ano seguinte.

É também para ele um credo que a acção eclesiástica e devocional é solidária com o progresso humanitário e o desenvolvimento social, ambos concorrendo para o aumento da força e riqueza do Reino.

Assim, o prelado não associa apenas a causa eclesiástica à societária: associa as duas à

esfera da diplomacia, e as três ao serviço do Reino, constituindo apenas faces distintas de uma só realidade. Se a primeira constituiu um lugar comum de todas as elocuições religiosas e sociais, as restantes figuram nos escritos coevos com perfeita clareza.

Certamente que o complexo de relações internas e externas da sociedade em que viveu não lhe era ignoto. Na verdade, foi enviado como mediador e emissário itinerante para missões de grande complexidade e exigência, e atendeu a vários assuntos do reino, que o levaram a ausentar-se de Sigüenza, o que fala bem da preferência régia. A sua emulação tinha raízes profundas. Vem, pelo menos, da enviatura para várias missões diplomáticas e das íntimas relações com a Corte.

As constantes presenças em ilustres embaixadas e a integração em importantes comitativas, assim como a realização de várias viagens, permitem imaginar o prestígio e a influência deste vulto e configuram uma importante obra em benefício das relações internas e externas, dando constantes provas de eloquência e de sabedoria.

A este respeito, apresentaremos alguns exemplos dos vários que se poderiam citar para documentar as missões encomendadas pela casa real, que recorria frequentemente aos qualificados serviços do prelado.

Por mandato do rei católico, recebeu o marquês de Orset e a sua armada no Puerto del Pasaje (próximo de Guipúzcoa), que vinha em auxílio do Rei na contenda contra Navarra, com a incumbência de proporcionar aos ingleses todo o apoio necessário.

Além desse testemunho de actividade, outros assuntos do Reino ocupariam este ilustre prelado em terras de Castela. Procurou e conseguiu, juntamente com o cardeal Cisneros, a vinda de Carlos V a Espanha, após a morte do Rei D. Fernando.

Vejamos outro exemplo, que coloca especial ênfase nos seus serviços diplomáticos.

No final de 1521, depreende-se que o bispo se encontrava ausente no estrangeiro, possivelmente em Portugal, envolto em serviços do reino e em assuntos familiares, relacionados com o casamento do duque de Segorbe, seu sobrinho.

D. Fradique mantivera a nostalgia das suas raízes, já que três anos mais tarde pisou solo luso. Tanto quanto as fontes nos permitem inferir, o regresso do prelado a Portugal foi para acompanhar a irmã do Imperador Carlos V. Sabemos que foi amigo de Portugal e um mediador de confiança dos reis lusitanos.

Por outro lado, a obra de D. Fradique de Portugal encontra-se indissociavelmente ligada à diocese de Sigüenza.

A documentação conhecida, recenseada, sobretudo, da História de la Diócesis de Sigüenza y de sus Obispos, é esclarecedora sobre uma importante etapa da vida de D. Fradique de Portugal e permite desvendar traços da sua passagem por esta cidade. É no seu estudo que se localizam as informações mais significativas desta etapa da sua vida.

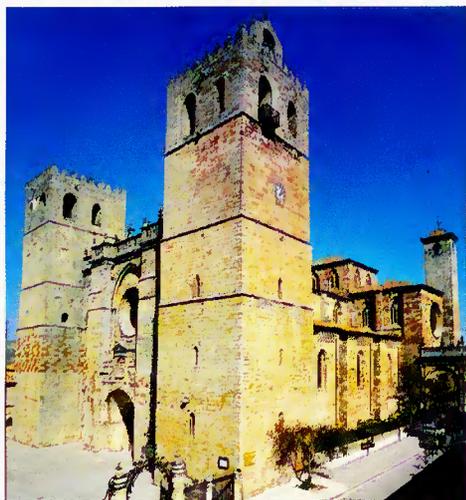
O período entre 1512 e 1532 baliza os voos cronológicos da sua actividade em Sigüenza. O ano de 1512 ficou assinalado na vida de D. Fradique de Portugal por acontecimentos importantes: no dia 20 de Janeiro, foi nomeado bispo de Sigüenza, por designação do próprio Papa Júlio II; em 12 de Março, tomou posse da diocese seguntina, e doze dias depois, fez a sua entrada solene na cidade, conforme o cerimonial previamente estabelecido e os bons usos e costumes da época.

Além do testemunho da importância desta acção devocional de D. Fradique a que nos referimos nas linhas anteriores, existe, igualmente, uma experiência de outras actividades de matriz artística e cultural.

A construção das catedrais foi, sem dúvida, o resultado mais espectacular do intenso movimento religioso e cultural que percorreu a

Europa durante a Idade Média e ao qual não foram alheios os reinos cristãos peninsulares.

Foi precisamente em Sigüenza que se construiu uma das catedrais mais interessantes de toda a Península Ibérica, cujo resultado final é de uma extraordinária riqueza compositiva e uma considerável carga histórica e documental.



Catedral de Sigüenza

Foto Editorial Escudo de Oro, SA, Espanha

Seria ousadia pretender agora descobrir a importância da catedral de Sigüenza. O que podemos afirmar é que D. Fradique de Portugal colaborou activamente no seu processo construtivo e neste incomensurável legado que, talvez como nenhum outro, tem vocação de permanecer e significar no tempo.

Da segunda metade do século XII até ao século XVII medeia um período que vê pôr no terreno vários ciclos construtivos que colocam a catedral seguntina na escala artística e na linha de grandiosidade monumental que hoje conhecemos.

A sua longa construção processou-se, ora com vultosos programas de obras, ora com adições, de acordo com a personalidade dos promotores, as circunstâncias históricas e as novidades introduzidas pelos mestres. Vários prelados durante o século XVI completaram

esta obra, com destaque para D. Fradique de Portugal que provocou a apropriação de novos códigos construtivos e a abertura a novas estéticas artísticas, com especial destaque para as delicadas obras do primeiro italianismo na catedral.

A prioridade do seu esforço no âmbito das realizações artísticas fixa-se, pois, num vasto e ambicioso programa em benefício da catedral de Sigüenza, que interveio amiúde em obras neste templo.

Foi dele um importante projecto de reordenamento e harmonização da fachada. A fachada desta catedral resulta impressionante pelo arcaísmo das duas torres maciças, com pequenas janelas românicas nos seus corpos inferiores e duplas janelas no corpo mais alto. Ainda que gémeas, uma delas leva o brasão de D. Fradique, que a terminou e converteu em campanário⁷.

Idêntico rigor artístico e intelectual encontra-se, de facto, em outra obra de D. Fradique: o altar de Santa Librada, mártir lusitana, um dos trabalhos mais importantes da catedral. Construído de 1515 a 1518, também foi patrocinado pelo bispo seguntino, com possível desenho de Alonso de Covarrubias, evidenciando uma linguagem e harmonia plenamente fiel aos cânones estéticos do renascimento e uma estrutura em forma de retábulo.

A série de enterramentos que ocuparam durante a Idade Média os espaços mais cobijados da catedral determinou que, a partir do século XV, os sepulcros dos prelados e dignidades buscassem outras zonas sepulcrais, fundando capelas no perímetro do templo. Como o espaço resultava exíguo, D. Fradique de Portugal teve certamente de arquitectar um engenhoso sepulcro.

Formando ângulo com este altar de Santa Librada, no cruzeiro norte da catedral, pode-

mos observar o mausoléu de D. Fradique, obra em pedra policromada que mandou construir. Não olhou a meios para levantar o seu sepulcro, tendo-o mesmo erigido a suas expensas.

Em 1539, data da morte do prelado, já estava concluído, visto que então o corpo foi trasladado para aqui. Na parte central do mausoléu, aparece o fundador a rezar acompanhado de dois familiares que lhe seguram os atributos e os paramentos do seu título eclesiástico, dirigindo o seu olhar para o altar de Santa Librada.

Em síntese, o considerável prestígio que a catedral goza, a invulgar riqueza dos seus elementos artísticos e arquitectónicos, incentivados pelas reformas sob a batuta de D. Fradique, colocam a obra como um dos templos de indisputado esplendor em toda a Península Ibérica do Século XVI. O grande esforço de construção e modernização que estas obras traduzem não é de somenos e, por isso, não se estranha que elas constituam uma página de ouro na história da arte seguntina, o que justifica a perduração do prestígio do nome de D. Fradique de Portugal em Sigüenza, ocupando uma posição de destaque na heráldica da cidade do Doncel.

Um acontecimento permite-nos precisar melhor os contornos do prestígio que D. Fradique possuía. Sendo já bispo de Sigüenza, o influente cardeal D. Bernardino López de Carvajal⁸ colocou especial empenho para que D. Fradique fosse destinado a outra diocese de forma que o cardeal pudesse continuar a ocupar a sede seguntina. A notícia provocou alvoroço e apreensão na comunidade de Sigüenza. No entanto, tanto o Rei Católico, como o Imperador Carlos V apoiaram o bispo, o que levou D. Bernardino López de Carvajal a desistir do seu propósito. Após sete anos de intranquili-

⁷ Acerca desta matéria, consulte-se Palácio, Pedro Navascués. "La Catedral de Sigüenza – Una Visión Personal", in *La Catedral de Sigüenza – La Puesta en Práctica de un Plano Director*, Madrid, Lunverg Editores, 2006.

⁸ Bispo de Sigüenza, de 1494 a 1511.

dade, Sigüenza rejubilava com o desfecho do conflito e a pacificação do bispado.

Desde já é possível traçar um percurso religioso desta figura entre 1532 e a data da sua morte, ocorrida em 1539. Como é por demais conhecido, após o consulado de Sigüenza, D. Fradique passou a arcebispo de Saragoça, nomeado por Carlos V que lhe deu posse a 12 de Abril de 1532 e o colocou em seguida como Vice-rei da Catalunha.

5. ASPECTOS DE SÍNTESE

Muitas hipóteses colocadas sobre a vida e a obra de D. Fradique de Portugal tiveram de ser abandonadas por impossibilidade de comprovação, dada a mudez dos documentos e das referências consultadas.

No estado actual dos nossos conhecimentos, é ainda impossível saber-se com nitidez e precisão aspectos relacionados com os primeiros anos da sua juventude em Portugal e da sua formação em Castela. O que de certeza se pode atestar é que D. Fradique de Portugal, como geralmente surge referido, é uma figura de comprovado prestígio eclesiástico, social e cultural. Com efeito, uma segura base de identificação da figura aqui tratada remete-nos inevitavelmente para o mérito do seu labor e para as suas qualidades humanas e eclesiásticas. O fundamento deste facto indiscutível encontra-se inscrito de forma indelével na amplitude da continuada acção e da generosa e abnegada entrega à causa eclesiástica e societária.

Dos dados apurados até ao momento sobre a vida e obra deste insigne prelado, sobressai um perfil de eclesiástico de interessante e multifacetada personalidade, dotado de estatuto cultural firmado, que se relacionou com a melhor aristocracia castelhana das primeiras décadas do século XVI e que ocupou cargos prestigiosos na hierarquia da Igreja.

Enfim, não restam dúvidas quanto ao lugar que lhe pertence no contexto da vida eclesiástica e da cultura, que no seu tempo mereceu encómio e chegou a justificar o estridente e caloroso elogio que chama a D. Fradique "um verdadeiro príncipe do Renascimento". Tudo ajuíza, portanto, do acerto desta asseveração.

Para além da sua obra conhecida, estamos seguros que novas pesquisas poderão alargar o conhecimento sobre este bispo do Renascimento e devolver, cheios de luz, os lados invisíveis e as zonas mais ocultas do seu incomensurável legado.

Falta ainda indagar com critério sistemático dados mais rigorosos sobre esta personalidade, que permitam entender melhor o lugar que lhe corresponde no contexto religioso e da cultura artística do seu tempo e a plena aferição dos seus méritos, podendo vir a proporcionar pistas para deslindar novos aspectos da sua vida em espaços calipolenses.

Trata-se, pois, de uma personagem que justifica estudo mais circunstanciado, dado o grau de responsabilidade e a trajectória e preponderância na estrutura eclesiástica e na sociedade da época em que viveu.

Enfim, uma investigação aturada da correspondência de D. Manuel e de D. João III poderá mostrar de forma mais eloquente aspectos menos conhecidos da vida e obra de D. Fradique de Portugal.

BIBLIOGRAFIA

ARNEDO, Toribio Minguela Y. *Historia de la Diócesis de Sigüenza y de sus Obispos*, vol. II, Madrid, 1912.

BEAUMONT, Maria Alice. *Cartas e Alvarás dos Faros da Casa Vimieiro*, Câmara Municipal de Cascais, 1968.

ESPANCA, Joaquim José da Rocha. *Memórias de Vila Viçosa*, Cadernos Culturais da

Câmara Municipal de Vila Viçosa, n.º 31, Vila Viçosa, 1984.

MENDONÇA, Manuela. "A Casa de Bragança: Uma Corte Alternativa?", in *Actas das Primeiras Jornadas de História de Vila Viçosa*, Lisboa, 2005.

PALÁCIO, Pedro Navascués. "La Catedral de Sigüenza – Una Visión Personal", in *La Ca-*

tedral de Sigüenza, La Puesta en Práctica de un Plano Director, Madrid, Lunweg Editores, 2006.

RATA, Felipe-Gil Peces. *La Fortis Seguntina*, Barcelona, Escudo de Oro, 1997.

SOUSA, António Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo IX, Coimbra, 1951.

Vila Viçosa: uma tragédia no Paço Ducal do Reguengo*

Joaquim Torrinha

NARRAÇÕES UXORICIDAS

As narrações uxoricidas escritas, disseminadas pela literatura portuguesa, constituíram um tema de extraordinária invulgaridade desde sempre, pelo que de escabroso, dramático, ou trágico representavam.

Nesta nossa dissertação referimo-nos só a uma das fundamentais e não aos inúmeros romances de cordel, que foram muitos e se repetiram, mas cujo interesse histórico se colocava na razão inversa da procura que tinham.

Enquanto que António Campos Júnior, em *O Pajem da Duquesa*, fez um romance histórico, com habilidade extraordinária, tirando partido de um facto real, acontecido no novo paço do poderoso duque de Bragança que foi D. Jaime – obra em seis volumes –, Luciano Cordeiro descreveu esse mesmo facto, gastando apenas um volume. Foi quanto lhe bastou para poder narrar os mesmos acontecimentos, que tratam da vida e da morte de D. Leonor de Guzmán, fidalga andaluza que, pelo seu casamento com D. Jaime, se tornou duquesa de Bragança, e do pajem António Alcoforado a quem aquele surpreendeu na câmara de sua esposa, altas horas da noite.

Enquanto o primeiro escritor se serviu do assunto tratando-o romanescamente, o segundo optou por uma narrativa histórica, dir-se-ia que feita somente à luz de análise crítica documental, declarando-o expressamente no pró-

mio do livro *A Senhora Duquesa*: «não faço um romance...» mas sim «instruir um processo».

Aqui reside a diferença, que se reflecte obrigatoriamente nas conclusões a que cada um chegou. Outro grande historiador se serviu destes escandalosos amores. Foi António Caetano de Sousa, autor da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, por quem Luciano Cordeiro não morria de amores, a ponto de dizer dele que era «um genealogista cortesão, mais cortesão até que genealogista e, muitas vezes até cortesão desastrado».

Não queremos passar sem deixar uma referência a Camilo de Castelo Branco, um dos maiores escritores do século XIX, que no capítulo II do seu *Cavar em Ruínas*, intitulado “Frades, ursos e um duque de Bragança”, escreve: «Agora passemos dos ursos aos frades e depois? Devota besta-fera chamada D. Jaime, duque de Bragança». “Besta-fera”, que desaforado epíteto este!!! E, já agora, acrescentamos um importante artigo inserido no *Panorama*, vol. 11, 1838, “Quadros da História de Portugal”, VIII, estudo que apresenta a verdade histórica e fisiológica da tragédia de Vila Viçosa, apesar de algumas inexactidões (cit. por Luciano Cordeiro, p. 89, de *A Senhora Duquesa*).

PERFIL DE D. JAIME

D. Jaime era um melancólico e disse o acusava o historiador Damião de Góis – muito da

* As ilustrações presentes neste texto foram solicitadas pela direcção de *Callipole* à pintora Emília Morais, a quem vivamente se agradece a disponibilidade demonstrada (e a gratuidade das mesmas). Para além de passarem a constituir elementos de iconografia da duquesa D. Leonor (de tão escassa existência), são de igual modo uma maneira de homenagear o Dr. Joaquim Torrinha nestes 15 anos da revista de que foi co-fundador e à qual tem prestado tão brilhantes contributos. Propositadamente, não foi realizado desenho da execução da duquesa - neste particular, convém exercitar a imaginação...

simpatia de Luciano Cordeiro –, que nos informa que ao tempo de o casarem se achava «muito doente de humor melancólico».

Luciano Cordeiro não era médico, mas não é preciso ser-se médico para acreditar facilmente num perfil nevrótico para a pessoa do duque D. Jaime, dadas as circunstâncias terríveis em que decorreu a sua infância. Neste caso, sobressaem as seguintes:

– a decapitação em Évora de D. Fernando II, terceiro duque de Bragança, pai de D. Jaime, tinha estes cinco anos apenas;

– a fuga com os irmãos para o exílio, em Espanha;

– a orfandade, chocante para qualquer criança;

– a morte do irmão mais velho, Filipe, no exílio e a suspeita que essa morte despertava – um envenenamento, desconfiança de que o próprio duque D. Jaime se não livraria também, mas à qual tinha sobrevivido.

Em contrabalanço, o regresso inopinado a Portugal, em situação vantajosa e inesperada, que lhe proporcionou D. Manuel alguns anos depois.

São emoções de sua natureza tão fortes que tornariam possível o desequilíbrio psicossomático, nevrótico, nele bem patente, porque repetitivo em mais do que um acto da sua vida.

D. Jaime, nas cartas que escreveu ao Rei e que Fernando Palha cita no livro *O Casamento da Infanta*, Carta de Marca, 1882, é o próprio a declarar que sofre de dores de cabeça que o impossibilitam às vezes de trabalhar e que, cansado que se encontra, procura descansar o mais tempo possível, deitando-se cedo, com o intuito de «deitar fora este humor melancólico». É o próprio, quem o afirma.

O historiador Damião de Góis, ao qual Luciano Cordeiro aponta como sóbrio e crítico e, por isso o admira, refere a devoção religiosa do duque D. Jaime e a sua doença, mas diz também que «foi um homem muito prudente, sendo um

bom conselheiro, recto, leal e autorizado, aliás uma forte personalidade do século XV».

Na verdade, isso ficou demonstrado, se atendermos aos cargos que ocupou e às missões que desempenhou quando para elas foi nomeado.

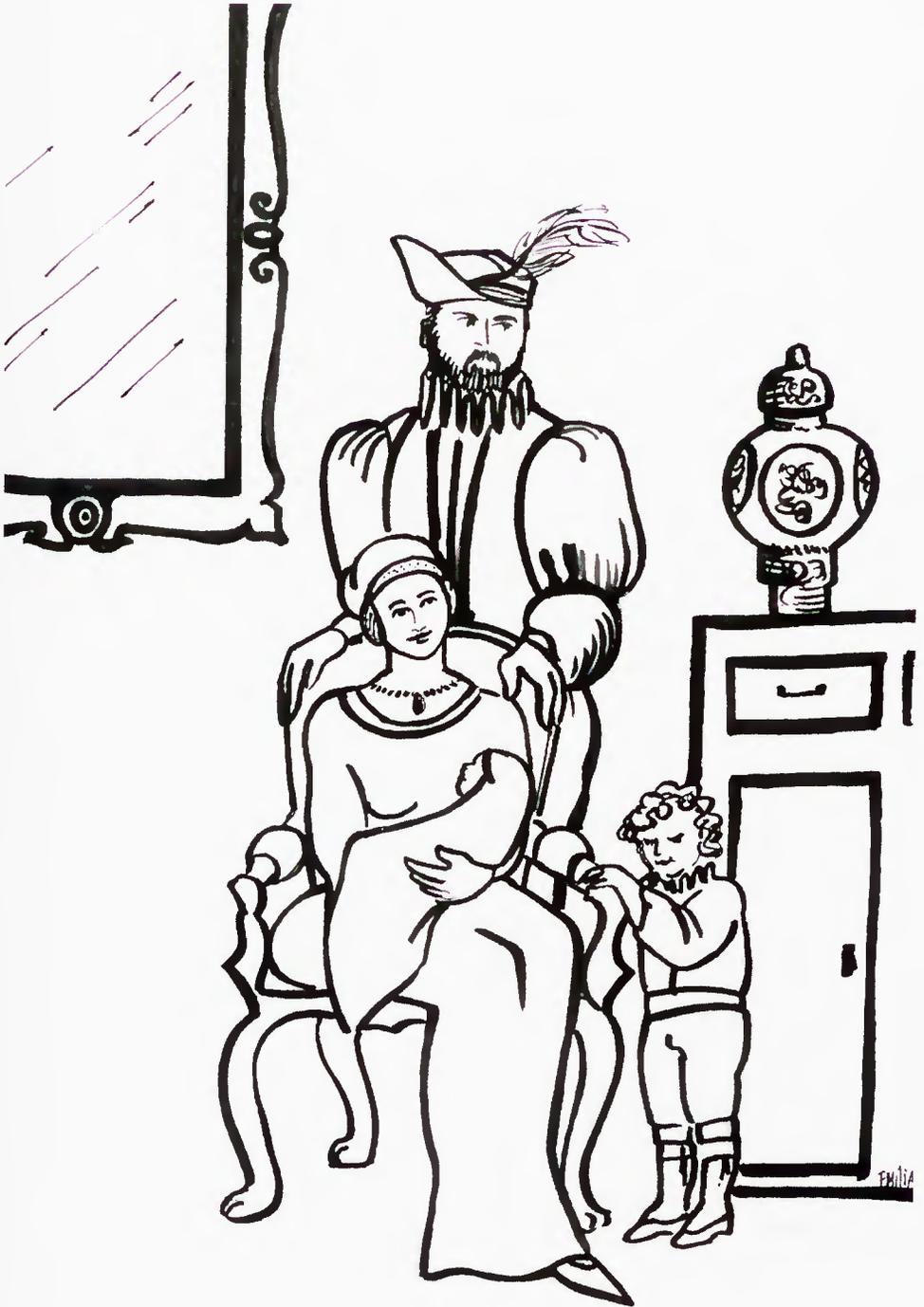
É certo e incontornável que é nas cartas de D. Jaime a D. Manuel I e a D. João III que se revela a verdadeira alma do Homem que era. E talvez que ao lê-las e meditando sobre elas, de algum modo pudéssemos aligeirar o peso do rol de culpas que remetemos para cima do duque, ao proceder como procedeu em relação a sua esposa, especialmente naquela hora em que praticou o gesto reprovável e hediondo de lhe decepar a cabeça.

Faltou-lhe nessa hora a prudência que lhe atribui Damião de Góis, o historiador, uma virtude capital da qual não soube tirar partido, não sendo capaz de distinguir entre a prática de um acto brutal e reprovável, apenas legitimado e acobertado pela letra das Ordenações e a falta de razão que a sua crença religiosa e a moral católica nela implícita o deveria colocar perante a análise de um facto para ele desonroso, sim, mas ao qual nunca poderia retaliar da forma como o fez.

O seu apurado sentimentalismo cristão e a filosofia que dele emana, são factores que obrigam a repudiar a atitude que exibiu.

Matar um semelhante é acto imperdoável à luz da religião católica e faz letra morta do Decálogo *Os mandamentos da lei de Deus*.

O comportamento marital de D. Jaime para com sua esposa, a duquesa D. Leonor, nunca correspondeu às obrigações proferidas nas juras mútuas feitas no momento do sponsório. Nem um nem o outro as cumpriram. A traição amorosa permanecia nele, a acompanhar o desinteresse que sempre por ela nutriu. Não por incapacidade do seu líbido, como chegou a aventar-se, e que ele provou não ser verdadeiro pelas relações extra-matrimoniais mantidas com uma moçoila de Arraiolos.



Campos Júnior, no *Pajem da Duquesa* descreve a cena que se deu numa casa que o duque de Bragança tinha nos arredores de Arraiolos, onde este se escondera – tinha dito que ia para o Norte – e onde se travava de amores com uma jovem de 18 anos e até põe em causa se o duque já teria um filho dela. E conclui, de modo muito pessoal: ai está a razão porque ele «tão pouco pára no paço e tanto se despega de sua esposa, que a deixa viver como se viúva fosse».

Mas escondendo os inconvenientes desta atitude do duque, profetiza que algo de mal pode acontecer, uma vez que a duquesa está na casa dos 19 anos, é andaluza e tem sangue dos Guzmán de Niebla.

Deste modo fica preparado o quadro para não nos surpreendermos com a paga da duquesa ao marido na mesma moeda. Sempre seria melhor do que cortar-lhe a cabeça!!!

Este factor, um dos principais parâmetros do processo, devia D. Jaime em consciência tê-lo pesado rigorosamente antes de praticar a degolação da esposa. Se assim tivesse procedido, talvez tivesse evitado tão repugnante acto e a sua dignidade não teria sido molestada.

Os acontecimentos históricos que se revestem de aspectos dramáticos tiveram sempre um reflexo na aceitação pública, que não se esgota nas classes sociais consideradas culturalmente mais baixas, pois também atingem com igual entusiasmo a camada média e até alguns indivíduos da superior classe intelectual.

A mistura de afectos que pululam no espírito dos comparsas versus a sensibilidade com que o espectador os apreende e trata mentalmente, chega ao extremo de os interiorizar e assumi-los como sua própria vivência e torna-os insensivelmente parte dessa complicada trama sentimental. É como se caísse numa armadilha de que nunca mais pode soltar-se.

Razões destas permitem explicar a dedicação, diríamos mesmo, o fanatismo com que

muitas pessoas se apegam à telefonia ou à TV e seguem, ouvindo ou vendo, as radionovelas ou as telenovelas durante meses, sem que por isso se enfastiem de ver e ouvir diariamente os mesmos actores desempenharem papéis referentes a uma história de ficção, nada real, criada apenas com intuítos comerciais.

Por considerarmos certo este raciocínio, achámos que poderia ser lógico e útil aproveitarmos-nos da receptividade espiritual dos nossos conterrâneos, para lhes contarmos histórias verdadeiras de personagens da vida real, alguns de Vila Viçosa, como em tempos idos o fizemos com a vida de D. Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra e esposa de D. Carlos II, bem como de outros vultos históricos e o estamos fazendo agora com D. Jaime e sua esposa.

Ambas as histórias têm pontos comuns, porque as envolve o halo do Amor, que nuns casos toma a vida doce e alegre e noutros amarga e tormentosa.

A D. Catarina calhou-lhe a viuvez, por morte do único marido que teve e a D. Jaime também, só que em circunstâncias diferentes.

Ambos em ambientes e países diferentes – D. Catarina, em Inglaterra, e D. Jaime em Portugal –, por caminhos diferentes pagaram elevado tributo a Cupido, o deus do Amor.

A primeira porque o sentiu intimamente, sofregamente pelo seu marido D. Carlos II, que não a poupou a tremendos desgostos, provocados pela aventureira troca de amores fortuitos com outras mulheres, mas que ela sempre amou e respeitou, sofrendo quanto só Deus o sabe. O segundo, D. Jaime que, ao contrário, nunca amou a esposa D. Leonor de Guzmán, a qual dizia dele que era o seu “dono e sombrio senhor”, que a “sustentava para ser a mãe dos seus filhos” e “tinha medo até da sombra do marido”.

Mas neste caso, D. Leonor não o respeitou e daí o ter ditado a sua própria morte às mãos dele.

A viuvez de D. Jaime reveste-se de aspectos sórdidos e impróprios de um nobre que não soube dignificar o nome que usava e, imbuído nos costumes da época, considerava a esposa um objecto secundário. Quando se sentiu sentimentalmente ferido, fez justiça por suas próprias mãos, antes de recorrer à verdadeira Justiça.

Só a destempe, de ter procedido como procedeu, o uxoricida ordinário procurou forma de poder justificar-se, fazendo depois o que deveria ter feito antes. Matou impiedosamente por presunção e seguidamente procurou os argumentos explicativos de tão nefasto acto. Fez o contrário do que devia ter feito, pois colocou a pena capital à frente do julgamento. Foi esse o seu grande erro, que também não teve coragem de expiar, como era hábito nessa época.

Vamos desenvolver a história desta tragédia e, no fim, retirarão os leitores as suas conclusões que é afinal o móbil, a intenção destas palavras: dar-vos a conhecer o facto histórico e obrigar-vos a concluir sobre o valor e a repercussão dele, que é a melhor forma de nos instruírmos.

LENDA OU FACTO HISTÓRICO?

«Uma lenda incongruente e truncada» é o que chama a este processo judicial o escritor Luciano Cordeiro.

Não lhe chama romance porque realmente não o é nem lhe chama história porque a destruição dos arquivos, a imaginação e a mentira substituíram-se aos documentos e, na ausência destes não pode construir-se a História.

Ora estes pressupostos dão origem a que haja lugar a interpretações diferentes sobre o acontecimento, tanto mais quanto é certo que o mais importante dos documentos sobre que se pode trabalhar, o relatório da Devassa não merece total aprovação por parecer ferido de parcialidade a favor do duque D. Jaime, neste

caso o réu, visto que no auto da Devassa apenas aparecem testemunhas de acusação contra D. Leonor, todas elas serventuários ou subordinados ao serviço diário do próprio réu.

Portanto não podemos afastar o perjúrio das declarações que proferiram e assinaram, e o valor probatório dessa Devassa fica assim diminuído por perda da credibilidade.

Torna-se necessário introduzir aqui mais um ou dois personagens, que influenciaram fortemente o comportamento místico de D. Jaime e o acompanharam ou com conselhos ou mesmo como auxiliares dos preparativos da sua mal sucedida fuga para o estrangeiro.

À cabeça colocamos Frei João das Chagas, franciscano que lutou para que D. Jaime se decidisse a enfiar o hábito de burel e a incorporar-se na Comunidade Conventual da Serra d'Ossa e fora trazido à corte ducal pela mão de Frei João Pedro Martins, o mesmo que acompanhara D. Jaime a Espanha quando fora para o exílio.

Frei João trouxe à presença do duque o penitente João Pedro Martins e disse-lhe que ele era capaz de o curar dos males que tinha, dando-lhe a beber uma poção secreta e milagrosa. Não está esclarecido que o duque a bebesse.

Interrompeu este colóquio o fiel criado D. João de Eça com um recado da duquesa viúva, sua mãe, para que fosse imediatamente falar com o rei, para tratar de assuntos que estavam ligados à Coroa e o rei não queria resolvê-los sem ouvir a opinião de D. Jaime.

É necessário dizer que o duque de Bragança era o mais importante fidalgo do Reino e aquele a quem o rei mais considerava e cometia encargos de monta.

Apesar da vida activa que levava, notavam-se nele alguns padecimentos psíquicos, os quais serviam ao próprio D. Jaime para desculpar-se de não mostrar interesse imediato no casamento com D. Leonor, que se mantinha em estância no castelo de Vila Viçosa, aguardando a idade propícia à efectivação do casamento, na companhia

de D. Isabel, mãe de D. Jaime e viúva do 3.º duque de Bragança, D. Fernando II, decapitado em Évora por ordem do rei D. João II.

E coscuvilhice ou não, com carácter difamatório e deslustrante, vomitavam-na os seus inimigos ou invejosos, proclamando que seria impossível a consumação do casamento por parte de D. Jaime, facto que haveria de ser oficial e redondamente desmentido mais tarde, com o nascimento de dois filhos do seu primeiro casamento e de oito do seu segundo, com D. Leonor de Mendonça, que chegaram à maioridade, facto esse que já era admitido, em segredo, por suspeita de que o duque tinha um filho da amante em Arraiolos.

Instado mesmo foi, por Sua Alteza Real D. Manuel I, na pessoa de um seu secretário, António Carneiro de nome, que de Lisboa se deslocara ao castelo de Vila Viçosa, para induzir o duque D. Jaime a casar-se dentro de semanas, o mais breve possível. Mas desta audiência nada de efectivo resultou. Pelo contrário, vamos assistir à despedida de D. Jaime da mãe e da prometida esposa, quando decidiu, secretamente, partir para Jerusalém afim de amortilhar a sua triste e pouco saudável vida num hábito de franciscano.

Partiria na companhia do seu fiel criado João Mateus.

Para esconder os seus designios, desculpara-se dizendo que o motivo da viagem e o de levar somente João Mateus era, apenas para visitar de surpresa os castelos das suas terras arraianas, missão a que o obrigava o seu cargo de fronteiro-mor do Reino. E também disse que as quatro semanas que gastaria nessa viagem de fronteiras em nada prejudicaria o seu casamento “de facto”, porque esse tempo não chegaria para completar, como ele o desejava, para dar o conforto e a dignidade que necessitavam as obras do paço do Reguengo, para onde iria viver logo após o acto esponsal.

E assim partiu de longada o místico D. Jaime, na ânsia frenética de se tomar Frei Jaime, trocando a casa ducal e até possivelmente a real, um dia – visto que D. Manuel não tinha herdeiros directos –, pela tonsura e envergando a capucha de pesado burel franciscano da Ordem de S. Francisco da Observância, também chamada da Piedade, em vez de se assoberbar sob o acetinado leve da capa com arminho e bordado.

Na crónica de El-rei D. Manuel I, de Damião de Góis, cronista e escritor seu contemporâneo (Cap. LXI da 1.ª parte) vêm descritos os factos posteriores à partida de D. Jaime para Jerusalém, facto de que se aproveitou Campos Júnior e nós próprios para descrever os sucessos que se vão desenrolando e desenvolvendo.

Frei João das Chagas foi o mensageiro da carta para D. Manuel I, carta que seu sobrinho D. Jaime deixara escrita, e fê-lo três ou quatro dias depois da partida deste.

Entretanto já tinha partido para Lisboa um frade agostinho, com a instrução de pôr ao corrente da situação o Rei e o irmão mais novo de D. Jaime, que vivia na corte, de nome D. Dinis, e ao qual, diz Damião de Góis, o duque penitente e fugido, fizera seu herdeiro universal (títulos, casa e bens). Este pormenor era o argumento convincente para a Corte de que D. Jaime partira para longe com a intenção de abraçar a vida de S. Francisco de Assis não voltando mais? À vida secular, talvez, nunca mais a Portugal.

Mas o frade agostinho, sendo o primeiro a chegar a Lisboa para espalhar a notícia da saída de D. Jaime do Reino, conseguiu também ser o primeiro a regressar a Vila Viçosa, pedindo urgentemente audiência a D. Isabel, a duquesa-mãe, que de pronto o recebeu.

O coração de mãe da duquesa velha palpitava de ansiedade e de temor, e esmorecida ficou quando o frade agostinho lhe revelou que o filho não estava no Reino exercendo as funções de fronteiro-mor, como o fizera crer a todos,

mas havia, isso sim, partido para o estrangeiro, não para S. Tiago de Compostela, nem para Roma, mas para bastante mais longe, para Jerusalém.

A inquietude mostrou-se forte e impulsiva na pessoa da duquesa-mãe e já se propunha partir de Vila Viçosa para a Corte de Lisboa, a fim de revolver tudo e todos e mais particularmente seu irmão o rei D. Manuel que tinha por D. Jaime especial afecto e consideração.

A fuga deu-se de forma inesperada, mas a reacção da Corte foi rápida e sábia.

Passado pouco tempo, os emissários perseguidores dos possíveis trilhos que D. Jaime poderia tomar até ao cabo da sua premeditada viagem, foram achá-lo em Calatayud.

Ao sabê-lo, a Corte encheu-se de júbilo, especialmente sua amantíssima mãe, a duquesa viúva, seu irmão D. Dinis e seu tio D. Manuel I.

Quem não ficaria plena de regozijo seria a prometida noiva.

Dir-se-ia mesmo que a notícia do regresso a Vila Viçosa do aspirante a frade, o místico D. Jaime, foi um acontecimento desagradável para a duquesa D. Leonor de Guzmán, que de si para consigo ou falando a sós com o seu espelho, se lamentava e implorava a N.^a Senhora que se apiedasse dela.

Para D. Leonor, uma esposa contratada por razões de conveniência que só a outros diziam respeito, o amor não tinha lugar face aquela união matrimonial. Era um casamento de puro interesse político, onde o oportunismo e as conveniências de alguns se impunham. D. Leonor era uma criança e D. Jaime homem feito, muito mais velho do que ela, para quem nunca terá tido palavra ou gesto onde se pudesse adivinhar uma réstia de carinho, de atenção, de louvor, quanto mais de amor, para com aquela gentil figurinha de coração ardente como a Sol da Andaluzia, os cabelos e os olhos da mesma cor, vivos e desejosos de se entrelaçarem com os do futuro marido.

Mas não, ela não o podia amar e dificilmente era capaz de disfarçar e, muito menos, de esconder esse sentimento, pelo que isso não passou despercebido a uma das suas aias, Ana Camelo, que em cada atitude ou cada pensamento da duquesa lhe parecia descobrir enfado e falta de amor pela figura de D. Jaime.

Era de mau presságio a ideia que a astuta Ana Camelo formara de sua senhora.

E com o coração a doer de amargura lá se foi de abalada para o paço, acompanhada das suas duas damas: Ana Camelo e Beatriz Pinheiro e ao encontro da confirmação da notícia de que o recém aparecido D. Jaime estava de regresso da sua imaginária romagem a S. Tiago de Compostela.

Claro que ninguém acreditava na versão desta viagem do duque. O próprio alcaide D. João de Eça conhecia a verdadeira história e o percurso que D. Jaime fizera até ser interceptado pelos emissários do rei, que o detiveram em Calatayud, na provincia de Aragão. Com efeito, a viagem não tinha sido para norte da península ibérica mas sim para o oriente dela; o próprio cronista Damião de Góis o confirma.

O paço do Reguengo estava quase pronto e as instalações dos noivos já se haviam tornado habitáveis. Contudo, ele não era o que é hoje, evidentemente, pois os filhos e os netos de D. Jaime prosseguiram continuamente com obras de melhoramento.

Para ali se dirigiu naquela tarde primaveril de Abril o séquito de D. Isabel, a duquesa-viúva do condenado duque de Bragança D. Fernando II, D. Leonor de Guzmán sua nora, o alcaide João de Eça, o vedor Fernão Velho, oficiais de serviço, as duas aias e criadas particulares de ambos, em séquito organizado, como era mister.

Antes de chegarem ao paço fizeram uma curta paragem para oração na Igreja dos Agostinhos, onde os frades residentes as aguardavam à porta da galilé e as conduziram à capela-mor sob pálido.

Na noite que se seguiu a esta visita chegou ao paço velho o fiel criado e companheiro de peregrinação até Calatayud, João Mateus, que trazia como companheiro um indivíduo que largara desta cidade espanhola com D. Jaime, quando este se decidiu por interromper o seu desejo de ausentar-se de Portugal em busca de sossego e apaziguamento espiritual e regressar antes, como o fez, a Portugal.

Os três caminhantes separaram-se já em Portugal, seguindo D. Jaime para Almeirim onde estava a Corte, que tinha por chefe seu tio, inflectindo o criado João Mateus e o desconhecido que o acompanhava para o paço velho. Ao chegar, a primeira coisa que fez foi entregar a mensagem que trazia da parte de D. Jaime para sua mãe, D. Isabel. Julga-se que o assunto principal dessa carta se referiria ao forasteiro e camarada de viagem de João Mateus. O que é certo é que ele foi para Borba com o criado que trazia logo que o dia amanheceu. Quem era o viajante? Só a duquesa viúva o sabia.

Mas a coscuvilhice palaciana tomou como porta-voz a boca desalmada de Ana Camelo, emérita alcoviteira que, muito em segredo, pespegou nos ouvidos da duquesa D. Leonor, a historietista de que o estrangeiro seria o pai desta, o duque de Medina Sidónia, que vinha auscultar as causas que emperravam as demoradas e definitivas cerimónias nupciais e também para dar mais brilho a essas cerimónias, ao mesmo tempo que no regresso levaria para Espanha a boa nova de que o acto matrimonial se teria consumado.

Neste momento Ana Camelo contou a D. Leonor, a eterna candidata às núpcias com D. Jaime, as razões dos obstaculares e prolongados adiamentos que constantemente esta inventava para não consumir o casamento.

Ana Camelo era boa contadora de histórias (ou de verdades) e não havia nada que lhe escapasse, até ao mais ínfimo pormenor. E se este não existisse, inventava-o.

Desta vez afirmou à duquesa que soubera isto tudo pela boca de Francisco Valderrama, criado de D. Jaime, de origem espanhola, que por sua vez o soubera por carta recebida de um seu irmão que era empregado de um grande senhor da Corte Real de Castela.

E a história tinha como centro a fuga iniciada por D. Jaime a fim de não se juntar à duquesa, por recear que os achaques e males resultantes do medicamento que indevidamente lhe tinham dado em criança, não trariam felicidade ao casal, e que só para obedecer aos desejos de El-rei tinha consentido em casar-se.

Foi a história mais negra que, até essa data, descerrou a cortina sobre a futura felicidade da noiva. Outras mais graves e atrozes lhe estavam reservadas e, com verdade ou mentira, a seu tempo apareceriam.

D. Jaime, 4.^o duque de Bragança admitia, ou suspeitava apenas que D. Jorge de Portugal, duque de Coimbra, filho bastardo de D. João II, se sentia regozijado com a persistente melancolia que o atacava, porque tinha não só inveja como também ódio em virtude de não se conformar com o engrandecimento que, aos poucos, D. Manuel I estava proporcionando à Casa de D. Jaime.

Mandou o duque chamar o médico espanhol Ribera, que estava em Borba, e com ele começou um período de cura dos seus males, com o aval prévio do próprio físico que não só o era por receitar remédios como também por os preparar secretamente. Físico e boticário, Ribera era principalmente ávido de dinheiro, e a sua cupidez sentia-se bafejada de sorte com este tratamento feito a doente tão notável e rico:

Na confissão que D. Jaime fez ao frade agostinho Frei Mateus, declara que pensou e tentou tomar o hábito de franciscano e professor, despegando-se da esposa, da casa e de todas as grandezas mundanas, abandonando o Reino e devotando-se exclusivamente à lei de Deus.

Ou fosse pela virtude das mezinhas que o duque emborcara ou influenciado mentalmente pela fama dos físicos que lhas receitaram ou por milagre das rezas que tanto os agostinhos como os franciscanos faziam ao Todo Poderoso pela saúde dele, o certo é que ele melhorou visivelmente e esta feliz notícia foi comunicada à princesinha D. Leonor pela antiga aia do duque, Maria Alcoforado, que dourou a imagem do noivo da melhor forma que pôde e considerou que a doença se afastara dele.

O que não se afastou da jovem duquesa foi o mau estar provocado pelos sonhos e pensamentos que a martirizavam e lhe impediam de acreditar na cura anunciada pela Alcoforado. Desanimada, ela receava que a melancolia e com ela toda a expressão visível dos seus efeitos regressassem ao corpo do senhor seu marido, e por isso a tranquilidade não tinha lugar na sua alma de noiva.

Antes preferia que não se consumasse o casamento, pois tinha medo que tal acontecesse e pediu que a não levassem para o paço, aonde haviam chegado fidalgos e outros convidados para assistir à celebração do acto. Simulou estar doente e pediu que chamassem uma médica, ideia que Maria Alcoforado tentou rebater com todas as veras da sua alma. E para além dessas desculpas, também lhe acudira à memória a lembrança da falta de carinho e desapego que o duque, lhe votava, trocando esses deveres pelas andanças atrás das grelhas dos confessionários dos frades dos conventos da região e no curtimento dos seus desvaios pela ascese nos matagais da Serra d'Ossa.

Tanto porfiou a Maria Alcoforado que venceu e convenceu a duquesa a ir para o paço onde se preparavam as festas dos seus esponsais para breve.

Até que chegou o dia do noivado. Formou-se o cortejo à porta do paço velho e estendeu-se uma fila de enorme extensão com a espectacularidade e luxo que os Braganças punham

sempre nas suas festas palacianas, indo a duquesa-viúva D. Isabel, os duques noivos, D. Dinis e o vigário ducal debaixo do pálio, às varas pegavam os mais altos representantes das terras de D. Jaime e na cauda do cortejo o pessoal do paço e as longas filas de alabardeiros, besteiros e espingardeiros, fechando o cortejo o povo em grosso volume.

Assim chegaram ao paço novo, ainda então arquitectonicamente incompleto, que dada a sua pobreza exterior não permitia que se adivinhasse o que de luxo e de opulência guardavam as suas paredes interiores. Tudo o que era rico, bom e bonito nessa Europa de invejas e de imitações de gosto se espalhava pelo chão e muros das salas do paço.

Os artesãos de Córdova, Veneza e Granada não davam mãos a medir para produzir o recheio dos paços ducais e reais de toda a Europa do fim da Idade Média e do começo do Renascimento.

Os armamentos mais sumptuosos e os objectos de maior valor artístico, tinham saído do paço velho para o novo, como convinha aos duques que passariam a viver, de agora em diante, nesta ainda inacabada mansão.

Realizou-se a cerimónia religiosa da bênção e da aspersão da água benta nos próprios aposentos destinados ao novel casal. Seguiu-se a recepção solene presidida por D. Leonor, finda a qual começou o banquete festivo que teve um final de elevado cariz artístico, aonde para além da dança se recitaram poesias e autos como era costume na época. A reunião conjugal fez-se à hora da ceia, exclusivamente para os dois.

Não foi uma festa que deixasse recordações de felicidade e de alegria mas sim a lembrança repetitiva dos medos e pavores que D. Leonor receava viessem a acontecer nela, em virtude das recaídas a que o marido estava sujeito. Para além dessa inquietação, a verdade é que ela não o amava, nem se sentia atraída pela

chama rutilante que envolve o acto nupcial. O duque nunca a tinha namorado, isto é, nunca tivera qualquer espécie de atitude ou de palavras que abrissem o seu coração ao entendimento do que é o Amor.

A vida em comum, logo no seu início veio levantar as suspeitas e reforçar os medos que a recém casada D. Leonor tentava ver dissipados da sua mente.

Com efeito, nos sonhos em voz alta que o duque por vezes tinha, ela apercebeu-se de que se havia urdido uma trama de ciúme dentro dele, chegando mesmo a proferir o nome das pessoas que em seu entender podiam ofender a pureza do seu matrimónio.

Era o duque bastardo, filho de D. João II, o negregado vulto que o atormentava, por ter tido a por ele suposta infâmia de cortejar sua esposa D. Leonor.

Mas – nobreza obriga –, ouvidos os conselhos de pessoas da intimidade, e embora sem a absoluta convicção do que teria forçosamente de aceitar, nestas tristes e confusas circunstâncias, D. Leonor, decidiu cumprir o papel de “esposa resignada e corajosa”. Aceitava sim ser a mãe dos netos de D. Isabel, a duquesa velha, viúva, à custa de sacrifícios e choros que afogavam o seu coração; e encomendou-se a Deus com o desfiar das suas orações.

Cerca de 1501 mudou-se D. Isabel para Lisboa, a fim de ir viver no paço de Santo Elói com a irmã, também viúva – esta, do rei D. João II.

Por 1505, tinha a duquesa cerca de 21 anos e já tinha dado à Casa de Bragança o primogénito D. Teodósio, marquês de Vila Viçosa, e uma menina de nome Isabel, como a avó paterna.

Em fins de 1506 levou D. Jaime sua esposa a Lisboa, facto que lhe deve ter dado grande prazer pois que vivia muito isolada numa corte envelhecida.

Muito próximo deste tempo, por 1508, chegaram a Vila Viçosa alguns políticos espanhóis,

de entre os quais se destacava D. Henrique de Guzmán e o seu tutor, cunhado de D. Isabel, que vinham pedir hospitalidade a D. Jaime e D. Manuel II, por motivos políticos.

Muito dilatadas eram as ausências que D. Jaime fazia de Vila Viçosa na sua missão de fronteiro-mor dos castelos fronteiriços, facto que desgostava e ofendia a auto-estima de sua esposa, jovem esbelta de encantadora tez que provocava aos vates o tanger da sua lira poética.

Tal estado de coisas não podia tornar feliz tão linda e amorosa esposa, que se via desacompanhada no dia-a-dia e afastada léguas e léguas da sua casa mãe, aonde nem já os pais existiam e do seu país de origem, rodeada de desconhecidos, cercada de velhos e vigilantes, em palácios de onde a alegria andava arredada.

Resignado e triste viveria esse doce anjo entre as pedras rudes e musgosas do castelo e os luxos sardanapalescos do paço, numa corte sem luzimento social, sem vida, sem divertimentos, entregue a si própria e à vigilância de Maria Alcoforado.

Pedro Girón, ambicioso e voluntarioso, pretendia que se fizesse o casamento de sua irmã Maria Arquidona com Henrique de Guzmán, mesmo havendo como havia entre ambos uma colossal diferença de idades. Este homem detestava o seu hospedeiro. Chamava-lhe rústico Bragança e monteador de javardos e, como espanhol fanfarrão das dúzias, do tipo do Cardeal Bufo criado para a *Ceia dos Cardeais*, por Júlio Dantas, mostrava um orgulho elevado ao mais alto expoente.

A conversa entre ambos excedeu os limites do respeito entre os irmãos e mostrou à saciedade o carácter de independência de Maria Arquidona e a ambição política de Pedro Girón cujos olhos se voltavam para a posse de Tarifa, Tânger, Gibraltar e Ceuta – as chaves da porta do Estreito que guardava a entrada do Mar Mediterrâneo.

AS DUAS DUQUESAS

Ao amanhecer daquele dia ribombou no ar o som estrepitoso do sinal de alardo que marcava o começo dos preparativos de uma grande caçada. Tanto no castelo como no paço, ainda incompleto, desde o som de alardo até ao início do desfile a caminho da tapada ducal, a azáfama não se interrompera.

A caçada era uma autêntica festa que se repetia algumas vezes durante o ano, e que impressionava todo o povo da vila pela sua perfeita organização e luxo. Fez-se esperar o conde de Urenha, D. Pedro, o que não passou despercebido a D. Jaime, que em revindita recomendou que não se prestasse qualquer espécie de homenagem aos retardatários.

Ao chegarem, apenas, acintosamente, D. Jaime se prestou a ajudar a duquesa de Medina-Sidónio a subir para o cavalo que lhe destinara.

Depois montou ele e fez um gesto significativo para que todos montassem.

Partiram e a uma das janelas do paço se quedou, triste e conformada D. Leonor, a duquesa, como era conhecida por antítese com a duquesa velha. A duquesa de Bragança já tinha 19 anos e era mãe de dois filhos. D. Jaime ainda esperou pela chegada de D. Maria de Arquidona, a qual tinha dito anteriormente que viria despedir-se do cortejo da caçada à hora da partida, para a saudar, apeando-se do seu cavalo e fazendo a convencional genuflexão; só o orgulhoso D. Pedro Girón e os seus acólitos se mantiveram montados.

Tal exagero na mudança do protocolo causou impressão e desconfiança no íntimo dos presentes, que não deixou de ser notado por alguns deles, pois não havia muito tempo que o duque de Bragança teria dito que se não desse a Maria Arquidona outro tratamento protocolar que não fosse o que exactamente lhe era devido como dama da mais alta nobreza espanhola.

D. Pedro de Girón em tal situação foi obrigado, também ele, muito contra sua vontade, a apear-se do seu cavalo e a colocar-se no lugar que lhe competia.

E, assim, todos acompanharam a duquesa espanhola até à porta da escadaria do paço, no alto da qual a esperava D. Leonor.

E novamente montados lá se foram a caminho das paragens da altanaria e das batidas aos lobos e javalis, no couto ducal.

Ficaram no paço as duas cunhadas que, juntas, almoçaram e jantaram e mandaram disso aviso pelo jovem pajem António Alcoforado, para o paço velho.

Foi neste exacto momento do recado dado ao pajem galá, como lhe chamavam, que Maria Arquidona se convenceu que a presença dele, bulia com o “estado de alma” da duquesa e vice-versa, quando em presença um do outro. E é também a primeira vez que, na ocorrência deste facto, Campos Monteiro vincadamente nota e assinala, a predisposição de um certo humor amoroso entre aqueles dois que quando crianças brincaram como irmãos e a quem a duquesa, depois do seu casamento com D. Jaime, teria posto de lado tão acintosamente que não podia deixar de ser percebido pelo próprio pajem.

Afastadas as damas de companhia, ficaram uma em frente da outra, à vontade para falarem do que lhes apetecia: disputa surda e encapotada sobre o pajem Alcoforado. Uma dizia que o levaria de bom grado para terras de Espanha quando partisse para o seu Reino e a outra que argumentava com as dificuldades de aceitação que o Alcoforado decerto apresentaria para aceitar tal viagem, pois era o “ai Jesus” de sua Mãe e esta pobre ficaria desolada com a saída do filho. E até poderia recorrer aos préstimos de D. Jaime, para que tal impedisse.

Nestas falas se confirmavam as presunções de Maria Arquidona sobre a ligação mental que existia ainda entre a duquesa e o pajem, embora D. Leonor ostensivamente mostrasse

uma mal disfarçada indiferença por ele, como lhe competia, na salvaguarda da posição que, como esposa de D. Jaime, ocupava. Facto este que não escapou à sagacidade da cunhada Maria de Arquidona que aproveitou para acentuar, mais uma vez, o que de brilhante seria para o palácio ducal de Sanlúcar poder possuir um pajem de tão elevado coturno.

O “galo tunante”, como lhe chamava Campos Monteiro, se, a tempo não lhe cortarem as asas será capaz de dar que falar no futuro. Ana Camelo e Beatriz Pinheiro, damas de companhia portuguesas destacadas para acolitarem Maria de Arquidona enquanto hóspede dos paços, conheciam a vida palaciegua por dentro e por fora. Tinham feito a análise de tudo o que se passara de alguns anos a esta parte e, do que não conheciam, inventavam por vezes para completar os raciocínios que as conduzia sempre ao lado mau do acontecimento, desde que o resultado servisse de algum modo para se ressarcirem dos ciúmes que sentiam e do desdém a que as votavam por virtude de situações de carácter social.

E daqui ao levantamento de suspeitas de escândalo rebentado entre a dama espanhola de perfeita formosura Maria Arquidona, a prometida ao duquesinho de Medina Sidónia, cunhada portanto de D. Leonor, jovem esposa do duque D. Jaime, e o “galito” amoroso da Rua da Freira, António Alcoforado, foi um passo.

Mas o segredo dessa invenção ficaria religiosamente guardado entre as duas como reciprocas e leais amigas, segundo o juravam.

Até aqui as desconfianças de amor exibido entre o “galito doido da Rua da Freira” e D. Maria Arquidona cifrava-se apenas no carinho com que esta tratava o pajem Alcoforado que seria excessivo no entender da aia e, no facto à sua vista praticado de o “ter beijado diante de nós” por duas ou três vezes na face.

Estes factos são irrelevantes e nunca poderiam servir de suspeita para ninguém de boa fé,

não só porque eram praticados à vista de todos como também porque a diferença de idades e de condições sociais permitiam o seu uso.

Entretanto, às coscuvilheiras serviam para justificar todas as hipóteses que pululavam nos seus cérebros inflamados e diabólicos.

E ambas apostaram em apurar o maior número de factos pseudo-comprometedores, tanto para a duquesa de Bragança como para a de Medina Sidónia, enredadeiras que eram, com o fim único – diziam elas – de “ficarem presas aos nossos interesses”. Portanto, “quantos mais segredos soubermos, melhor para nós”.

Ana Camelo era analfabeta, fingida, maliciosa e especialista em enredos desde que deles tirasse algum proveito. Veremos adiante do mais que era capaz.

Por este tempo, uma conversa havida entre D. Leonor e a cunhada Maria de Arquidona, deixou aquela a nitida impressão de que as palavras untuosas e falsas desta a poderiam levar um dia – sabe-se lá quando – a comprometê-la pelo extraordinário poder de persuasão com que sabia emití-las, subjugando as pessoas. Era firme no mal e corajosa para o criar e no espírito da duquesa de Bragança já se instalara o medo que ela lhe infundiu. Mas a duquesa já a considerava uma fingida de baixos méritos morais, embora, por vezes, lhe subissem à cabeça dúvidas pelo juízo que dela fazia.

A enredadora-mor, Ana Camelo, não era uma mulher qualquer; possuía dotes malévolos de enredadeira nata e na sua cabeça armazenava-se um autêntico arquivo de actos inventados e de pensamentos mefistofélicos, enfim um arsenal de mal pensar e de mal dizer de que qualquer órgão de comunicação social – se ao tempo estivesse desenvolvida a imprensa, que não o estava, claro –, não se importaria de possuir à mão.

Tudo lhe servia, desde que pudesse obter as benesses com que sonhava, da mentira à intriga, e uma vez que com isso pudesse satis-

fazer os seus intentos de subir a um bom lugar na Corte. Ao diante veremos qual a decisão de D. Leonor e se essa resolução serviu a Ana Camelo e comprometia a duquesa de Bragança.

D. Pedro de Girón – o fanfarrão que era irmão de Maria Arquidona, e que formalizara o casamento desta com D. Henrique de Medina Sidónia –, um fracachicha de físico, por ele designado por “menino outoniço” e que arranjava a maneira de casar este com sua irmã, numa espécie de negociata em que o irmão Girón delineava chegar a um dos mais elevados graus da sociedade andaluza ou até da espanhola: o de duque. Outras vezes dizia que ele era “um pequeno bisbórria”, “uma lombriga do ventre ilustre dos Medina-Sidonia”.

A ambição dos Girons os levou ao estado em que se encontravam, com residência vigiada em Vila Viçosa. Sempre que os irmãos falavam se zangavam. Mofavam ou criticavam-se mutuamente e estavam quase sempre em desacordo quanto à saída que deviam dar à sua vida.

Que fugisse o Pedro que ela ficaria com o encargo do enfermiço Henrique de Medina Sidonia, não pelo amor que lhe tinha mas para satisfazer a ambição e a vaidade que a devorava de vir a ser alta dama da corte espanhola.

Mas, desta vez, Maria de Arquidona conseguiu fazer ver ao irmão que, apesar de todas as suas bazófias por possuir a espada do grande Cisneiros e a primeira adaga do primeiro Girón, isso não impediria que fosse preso e entregue à justiça radical do rei D. Fernando de Castela. E então sim, D. Pedro de Girón teria sido deste modo o último conde de Urenha.

O ódio que D. Pedro de Girón tinha a D. Jaime era de morte; assim o entendeu o autor do *Pajem da duquesa*, a ponto de lhe colocar na boca esta frase: “Que a morte o não leve a ele nem me leve a mim sem que chegue a bendita hora de eu o reftar, para empeçonhar naquele sangue de javardo raivoso a minha mais rija

espada de Toledo.” Uma espanholada bem troante ao jeito das proferidas pelo cardeal Rufo na *Ceia dos Cardeais*, de Júlio Dantas.

Francisco Valederrama, que dá o nome à travessa que vai da rua Florbela Espanca até à avenida dos Duques de Bragança em Vila Viçosa, era cidadão espanhol e criado particular de D. Jaime, que nele tinha grande confiança. Ele notou uma vez que o Alcoforado filho andava sorumbático, absorto e estranhou o facto.

Esquecera-se o duque de dar provimento às acções que levariam à descoberta do paradeiro da bruxa de Montes Claros.

Está certo e sabido que a Arquidona fugira com as suas damas espanholas e o Joaquim Ortís, da mesma nacionalidade, sem a conivência de qualquer pessoa ao serviço da casa ducal, ou mesmo da vila.

Lá estava a escada escondida na embocadura de uma parede da câmara do Oratório da duquesa D. Isabel, que ligava ao túnel. É estranho que D. Jaime já tivesse ouvido falar dessa comunicação oculta, depois de regressar de Espanha e não tivesse o interesse ou a curiosidade, pelo menos, de ir saber do que a esse respeito se passava.

Por seu lado, Afonso Pires também ignorava, ou fingia ignorar, esse acesso de tão grande utilidade para uma emergência de natureza política. Teria sido mandado fazer no tempo de vigência do duque D. Fernando II que havia de ser, mais tarde, decapitado em Évora, acusado de conspirar contra D. João II por razões sobejamente conhecidas e não totalmente verdadeiras, segundo alguns historiadores.

Interrogado que fosse, já tinha de antemão firmado o propósito de confessar que “apenas sabia de uma só escada interior para a estrada”. Qual estrada? Possivelmente a que levava a Lisboa ou, o que é mais lógico e natural, à fronteira espanhola, ali bem perto.

Do que não há dúvida é que esta escada existia, porque D. Jaime ordenou ao seu cama-

reiro Afonso Pires Alcoforado que verificasse qual a utilidade que se podia esperar desse tortuoso caminho e a eventualidade de ser aproveitado em caso de guerra.

Lá foi o velho e fiel Alcoforado com dois cabouqueiros e verificaram que os respiradouros desse caminho subterrâneo estavam em boas condições de manutenção, sendo dois em “espécie de chaminé altas e esguias” dentro do castelo, o que na gíria dos habitantes deste eram tomadas como ventiladores dos canos de água. Lá fora, “até à distância de meia légua”, distribuíam-se outros três, cujo contacto com a superfície ficava disfarçado por manchas de silvados. Mas o mais importante é três investigadores terem encontrado vestígios de terem sido utilizados recentemente, pois além de pedras arredadas e mato desmoitado há pouco tempo ainda encontraram “um farrapo de veludo, que dava para que nos atrevêssemos a supor que pertenceria ao gibão do escudeiro espanhol que acompanhava D. Maria Arquidona na fuga. Ficou assim confirmada a fuga e a forma como foi perpetrada, mas desconhecemos a fonte documental onde se possa confirmar o facto.

Falta saber quem denunciou a existência de uma porta na câmara da duquesa e também se a tal “escada interior para a entrada”, que Afonso Pires disse a seu amo ser a única de que tinha conhecimento, era de facto a mesma ou se havia duas: aquela de que tinha conhecimento e que comunicava do cartório para a estrada, e a outra por onde furtivamente se escapara a Arquidona de maneira tão fácil.

A seguir à fuga de Arquidona, ou por insistência do Rei D. Manuel I ou por outra qualquer forte razão que a História não transmitiu, o que é certo é que na primavera de 1510 regressaram a Espanha, livremente e perdoados, o duque de Medina Sidónia, o impúbere D. Henrique e o irmão de sua esposa D. Maria de Arquidona, o bazófia do Girón.

Voltou a calma ao paço do castelo e também, assim o parecia, ao do Reguengo.

Soube-se mais tarde que a Arquidona fora esbarrar ao paço familiar do velho conde de Urenha, por carta desta dirigida ao filho.

Entretanto, com uma notícia vinda de Mourão, apresenta-se em Vila Viçosa um recoveiro com uma carta do alcaide daquela vila, a qual descobria o paradeiro do galo amoroso da rua da Freira – o Antonito – e rapidamente se fez a troca deste pelas moedas de ouro do resgate: cem foram elas.

O dinheiro foi recolhido por oferta: do tio D. Dinis, irmão de D. Jaime – 50 dobras, 10 dobras de Ana Camelo e, sem que ninguém o soubesse, mais 40 dobras em nome da duquesa de Bragança D. Leonor.

Fora de dúvida fica a existência do túnel falso, em bom estado de poder servir para as necessidades furtivas que se deparavam eventualmente, a qualquer das pessoas que o conheciam e não deveriam estas ser muitas. Mas quem de certo o conheceria era a Maria Arquidona, à qual ele poderia proporcionar uma fuga com total êxito.

O D. Pedro Gyrón, esse não precisou de usar da estratégia ou da valentia que na sua boca eram palavras costumeiras.

No dia aprazado partiu acompanhado por três fidalgos da Casa do duque D. Jaime e tão farto dele ficaram que se não fora a natureza do serviço que desempenhavam, bem como o respeito e submissão que tinham às ordens de quem lho encarregara – o duque D. Jaime – talvez Gyrón se tivesse calado com o auxílio da força que o acompanhava e engolido, antes disso, a imensa e chocarreira verborreia de ameaças contra todos os que vigiaram o seu exílio no paço velho e, até mesmo, contra o próprio anfitrião que o amesendara em sua própria casa e lhe e lhe pôs à disposição – sabe Deus com que falta de vontade – aposentos, segurança e criadagem.

Em Abril de 1511 já o Antonito parecia completamente restabelecido.

Logo em Junho do mesmo ano partiu o duque para mais uma longa viagem – de três ou quatro meses, dizia-se – para visitas de inspecção na qualidade de fronteiro-mor do Reino.

Primeiramente iria à corte, agora em Lisboa, depois seguiria para o norte e temos de contar ainda com uma visita a Arraiolos onde estava a jovem rolinha das suas delícias amorosas.

O brejeirote da rua da Freira, assim chamavam ao Alcoforado, admitido ao serviço da Casa Ducal, ficaria aos cuidados de Fernão Velho, vedor da duquesa e tinha por tarefa ser “pajem de companhia” do senhor D. Teodósio, filho do casal nobre.

Vai começar uma nova vida para o mafarico do Antonito, desenvolvida num espaço que lhe não era estranho e que sempre desejou.

A endiabrada enredadeira da Ana Camelo conseguiu amedrontar o jovem pajem Alcoforado de modo impressionante, como só ela sabia fazê-lo.

Por um lado, imiscuindo-se na vida da duquesa, em conversa com os pajens de seu filho D. Teodósio e por outro, levando-o a cantar modilhas, todas andaluzas e castelhanas, acompanhadas pelo som plangente da sua cítara. Tudo isto trazia à mente enlanguescida da duquesa revelações de anos passados e daria lugar a evocadoras insónias, peculiares nos jovens de vinte anos, cujo amor não encontrou ainda a moeda que o pagasse.

Era ponto assente na cabeça da Ana Camelo que as seroadas musicais não podiam acontecer mais na câmara da duquesa, como aconteceu à primeira, mas sim teriam de mudar de local, para obviar a ditos e mexericos muito vulgares entre a criadagem abundante naquele paço.

Por isso decidiu que continuassem como lhe convinha à urdidura da sua teia mas, agora, na câmara de D. Teodósio. Só que de uma à

outra das câmaras ia a distância de um passo que era ocupado pela sala do guarda-roupa da duquesa e, deste modo, se dava conta de tudo o que em qualquer delas se passasse.

Conseguiu a Ana Camelo colocá-los a sós, ao pajem Alcoforado e à duquesa.

Os amores clandestinos cresciam de violência dia a dia, ainda mais facilitados pelas ausências demoradas de D. Jaime, no recatado e singelo ambiente a que só os pajens meninos da duquesa estavam presentes... e Ana Camelo, propositadamente afastada por impedimento que sempre inventava, no intuito de deixar o par amoroso livre e mais à vontade. Isto é, deixava a isca ao pé da pólvora. Não faltavam os contos de desgostos amorosos, de noivos perdidos ou de moças afastadas dos que eram os seus desejos amorosos, nem a cítara e a melíflua voz do pajem maior a suscitarem amores sensuais. Os serões continuaram e durante eles a duquesa, agora já mãe, teve ocasião para exprimir os, até aí escondidos, sentimentos amorosos para com o Alcoforado e de trocar beijos cujo significado já não era como o primeiro que algum dia lhe tinha dado.

Estava completamente endoidada pela beleza e porte do Alcoforado, a esbelta duquesa de Bragança.

Estava também a um passo da maior desgraça da sua vida, desgraça que ela sabia medir mas a que já não tinha ânimo para resistir.

E um destes serões terminou já com um rodopio de beijos, em contraponto com frases ditas em voz baixa pela duquesa, para que não acordassem os pajens mais novos ali presentes, que desinteressados pelo conteúdo dos contos que o Alcoforado contava à duquesa, se tinham entregado nos braços de Morfeu.

Achava-se prendida ao doce enleio dos cantares e das falas do rapazote, receava-lhe as consequências que estavam à vista, mas não conseguia desprender-se do som delas nem alhear-se da forma sentimental como ele

as sabia exprimir. Remorso também os possuía e sentia, mas os trinados do melro da rua da Freira tinham um encanto enternecedor, tal como na fábula do passarinho e da serpente. Uma espécie de encanto sobrenatural inundava o espírito da duquesa face à presença do seu estimado pajem e companheiro de infância. Tudo o que vier a passar-se de aqui em diante, entre os dois, se anuncia pavoroso.

Os impulsos amorosos sobrepõem-se a toda a consciência e todas as razões, sobrelevam-nas mesmo, e só os santos conseguem resistir-lhe. O quadro que está passando dos amores entre um homem e uma mulher não é único; tem-se repetido muitas vezes. Os actores não medem distâncias nem idades, nem compromissos de honra, sagrados às vezes, nem nada. Ficam absortos e mergulhados com a cabeça na areia, como as avestruzes, e o Mundo fica-lhes concentrado nas palmas das mãos. Só eles vivem, só eles sentem e consideram-se o Universo naquele preciso momento. Mas há sempre quem os venha julgar depois. Veremos se, aqui, estamos em presença apenas de um acto preambular que nenhum efeito terá no final do romance que estas duas almas comprometidas encetaram. De tudo o que já se passou há matéria mais do que suficiente para julgar, com pleno direito, anómalos para não dizer maus, os actos praticados pela duquesa, casada com D. Jaime, mãe de dois filhos, e do seu jovem pajem, Romeu desatinado que não sabe respeitar as circunstâncias nem moderar as conveniências.

A Casa de D. Jaime era a de mais digna fidalguia do seu tempo. Fronteiro-mor do Reino, nomeado até sucessor do Rei em caso de falecimento deste, possuidor de património como de outro não há memória, podia levantar exércitos, aparelhar armadas para as empresas do norte de África, fazer a manutenção de hospitais, etc., etc. Tudo isto contava para aumentar o prestígio à tão nobre Casa.

Numa visita de cerimonioso agradecimento que Maria Alcoforado – mãe do mafarrico da rua da Freira – fez à duquesa D. Leonor de Guzmán, foi por esta confessado abertamente que sabia da existência de alguém mais na vida íntima do senhor seu esposo e pai de seus filhos e, muito se admirava que esta sua amiga não lhe tivesse já contado, porque era certo que devia já saber como era voz corrente. E logo acrescentou que o sabia de fonte segura e directamente da boca de Ana Ferreira para Beatriz Anes, criadas do duque de Bragança e que na vila corria essa perversa notícia de boca em boca. Maria Alcoforado desculpou-se como soube e pôde, com vistas no que devia à duquesa e também ao seu amo e senhor. Não podia tomar qualquer iniciativa quanto ao facto, por isso era melhor ignorá-lo e disfarçou a resposta de tal forma que satisfizesse a duquesa e afastou o ressentimento (pouco ele seria em meu entender) daquela sobre assunto.

Ana Camelo não era uma pessoa, era um bicho peçonhento cuja língua a cada momento despedia um fluido venenoso, capaz de conspurcar até a alma da pessoa a quem dirigia a palavra. A sua hipocrisia tinha sete cabeças, como a serpe de Anacreonte, e essa múltipla faceta tinha a capacidade de envolver no seu circuito várias pessoas, todas elas manobradas com o único sentido de satisfazerem ou tornarem-se úteis aos pressupostos egoísticos e malévolos de Ana Camelo, que visavam apenas poder ela manter atitude de superioridade infalível se algum dia lhe fizesse falta para, como testemunho, enriquecer a credibilidade dos seus argumentos.

Prendia todos no atoleiro das suas congeimações, envolvia a muitos mesmo no imbróglio e daí tirava sempre proveitos vultuosos a seu favor.

Imaginou que havia de ser rica, superior e independente e para garantia deste sonho toda a espécie de poucas-vergonhas lhe serviam.

Enfeitiçou o Alcoforado e D. Leonor, arranhou laços de amizade e de confiança com a mãe daquele, soube enfeitiçar a criada Pinheiro e, a todos os que se lhe deparavam no caminho que traçara para seu futuro, iria acontecendo sempre de igual forma. Era a mais perfeita enredadeira que havia em toda a corte ducal; a mais perfeita e a mais inteligente.

Com as desculpas de não poder interromper certos negócios de Estado, a tratar em Lisboa (e já íamos no fim de Outubro), recebera Fernão Velho uma comunicação de D. Jaime, avisando que não podia comparecer no dia de Finados mas que pedia e autorizava que fizessem as costumadas missas de sufrágio por seu pai e de seu irmão falecido em Espanha.

Como reflexo desta inesperada atitude de D. Jaime, a inquietação e a desconfiança mais se radicaram no espírito da duquesa, por achar estranho que D. Jaime interrompesse uma tradição de tantos anos como era a da sua presença e participação nos sufrágios.

E foi-se para a Ana Camelo fazer comentários acerca disso, os quais aproveitaram a esta para serrazinar mais a perturbada mente da duquesa, que embora já se sentisse possuída pelo sentimento de estar no limiar de um possível adultério e para resistir e defender-se dele, a si própria se impunha arranjar, a partir do acto das ausências prolongadas do duque, desculpas para os seus tenebrosos pensamentos, alguma dose de desculpas para os actos que por palavras, gestos e pensamentos ia misturando quando estava junto do seu pajem António Alcoforado.

O coração dos namorados não fala mas pressente e adivinha; e então quando os sentimentos que os unem, de tão fortes se tornam escaldantes, só à força são contidos ou dissimulados.

O comprometimento de que a própria duquesa já se sentia possuída, não a obnubilava por completo e, por isso, ainda lhe restava sa-

geza para encenar a relatividade das atitudes que era necessário exibir dentro dos seus aposentos, para poder conversar à vontade com o seu estimado pajem sem que alguém se apercebesse de que ele era o seu valido. Por isso, dispunha a cena com a mais sábia habilidade de forma a não fazer levantar qualquer espécie de suspeitas.

Naquele dia permitiu à Ana Ferreira que fosse à missa dos Agostinhos e à Beatriz Anes encomendou um almoço diferente do habitual. Ao pajem, que alvorçado de contentamento por se ver a sós com a duquesa na antecâmara desta, ordenava que falasse mais baixo e deixasse a porta entreaberta, o que de certo modo daria mais naturalidade à conversa que iriam travar. Ajoelhado sobre uma almofada aos pés da cadeira alta onde se sentara a duquesa, Alcoforado fazia de conta que lia um livro entreaberto entre as mãos mas, na verdade, o que fazia não era isso mas sim dizer naquele momento mais feliz da sua vida tudo o que ia na sua alma. Ele não lia no livro que sustentava enganadoramente nas mãos, transmitia sim oralmente o que sentia no coração.

Seis anos iam passados, os suficientes para criar no espírito do Alcoforado em relação à duquesa a imagem de uma noiva, o que esta perfeitamente entendia e sabia existir, de modo a sentir já o remorso da iniludível atitude amorosa que conscientemente provocava.

Ela sentia que se excedera, que se deixara transportar até um campo comprometedor dos seus deveres e da sua dignidade, como esposa de quem era. Havia nela uma espécie de arrependimento dessa culpa formada que, em parte era filha da atitude do seu próprio marido D. Jaime ou, pelo menos, nela se escudava.

Mas naquele momento de êxtase amoroso, em que a razão se escapa e o espírito enlouquece, tudo é possível. E talvez nesse preciso momento de intenso e louco arrebatamento, os lábios da duquesa deslizassem semiabertos,

lânguida e suavemente por sobre os olhos do pajem que em resposta lhos devolveu.

De este momento em diante o jogo ficara decidido e os trunfos ficaram nas mãos do pajenzito de 16 anos, para os poder lançar na primeira oportunidade. Afastou-se, frigidamente a duquesa sem que deixasse ao experiente moçoilo a sensação de que na forma como se lhe negara, neste momento, à continuação do idílio se escondia uma verdadeira capitulação.

A principal resistência tinha sido quebrada e a sorte parecia colocar-se ao lado do melro da rua da Freira. Ficou entontecida de contentamento a duquesa e, no breve exame de consciência que o seu sentimento de culpa lhe reclamava, chegou à conclusão de que o seu coração já não podia resistir mais aquele enlevo em que se afundara e, o que era pior ainda, mesmo que pudesse ela não o queria. Existia aqui a expressão de uma decisão segura e forte, de uma inabalável certeza que poderia abrir a porta à indignidade e desonra do seu nome.

No dia seguinte houve missa nos Agostinhos e lá estava a corte ducal e os pajens, claro está, e de entre todos um se distinguia, a ponto de o sabido Fernão Velho comentar para D. João de Eça “que o filho do Afonso Pires lhe estava parecendo grande demais para viver entre meninos e donzelas.” E não se enganava, o velho fidalgo.

Depois do compromisso assumido no encontro desta véspera de Finados entre o pajem e a duquesa, espiados os passos por ela dados durante essa noite de insónia, que tanto a atormentou, pela enredadeira e velhaca Ana Camelo, esta se aproveitou do facto para obter da sua ama e senhora promessas que chegariam, com a astúcia da Ana, para ficar a duquesa a coberto de qualquer má ou indefinida suspeita.

E a paga de tudo isto, para além dos empréstimos em dinheiro que esta já teria recebido, tudo se resolveria com a feitura de um testamento secreto com a assinatura da duquesa.

Começa a história a complicar-se: o segredo dos amores ilícitos caminha a passos largos para a divulgação. Não só a Ana Camelo mas agora, se o testamento se executasse, também o notário alcançaria o conhecimento de toda esta trama.

Para a aia Camelo, o principal intuito que regia toda a sua aviltada vida tinha aqui o seu termo: a independência económica e a possibilidade de ela própria, à custa de tão vultuoso dote amealhado, poder comprar um noivo à sua escolha e vir a ser uma verdadeira senhora.

Mas alguma coisa se passava de novo com a vida da duquesa, denunciada pela sua maneira de conviver no paço. A sua alegria diminuía e faltava aos serões.

O que sobressai de toda esta trama é que a desavergonhada e matreira Ana Camelo vai somando avultado capital, à custa do qual reforça os conhecimentos de toda a matéria amorosa que liga o pajem à duquesa. Capital que em qualquer altura pode render juros, administrado como vai ser por mãos tão pérfidas.

Os murmúrios acerca da maneira demasiadamente livre e afável como a duquesa tratava os seus pajens, particularmente o Alcoforado que tinha prosápias de homem, não agradavam ao dedicado servo de D. Jaime que dava pelo nome de D. João de Eça. O qual, por essa razão se dirigiu a Fernão Velho para que avisasse a sua senhora de que tal comportamento não parecia bem. Tal conversa não agradou muito a Fernão Velho que achava descabida e intrometida tal espécie de conselhos, que até podiam ser entendidos como ofensivos para a categoria e dignidade de tal senhora.

Eram fartas as desconfianças que resultavam da presença do Alcoforado, demasiado crescido já, para lugar tão selecto no meio de tantas mulheres, porque ele era belo e formoso e já tinha voz de adolescente.

Os dois velhos concordaram que a duquesa deveria ser delicadamente chamada à razão

e Fernão Velho, seu vedor, não teve outro remédio senão o de meter mãos à obra: pedir-lhe uma audiência secreta. Difícil seria para ambos a condução da audiência mas Fernão Velho começou logo direito ao fim e a duquesa, nervosa e temente, perguntou-lhe o que se dizia acerca dela.

E a resposta apareceu, solta e firme, chamando a atenção para o facto de o modo de vida que ela usava para com os pajens poder originar boatos intencionais que a prejudicariam na sua honra e dignidade. Este acontecimento bastou para que a duquesa ficasse cismando e levantou no seu espírito remorsos de consciência.

Certo dia, o vedor Fernão Velho assistiu ele próprio a um escandaloso dueto idílico nos corredores de ligação à ante câmara da duquesa, por onde os pajens deambulavam, dos quais os comparsas eram nada mais, nada menos uma vendedeira de frutos secos e guloseimas que as criadas costumavam comprar e de bolos de mel também do gosto de D. Leonor. Permite-se até esse dia a entrada numa zona altamente vigiada, por se tratar de moça de boa gente e porte honesto cuja família morava na mesma Rua da Freira, onde era vizinha dos Alcoforados.

Não foi preciso mais para que Fernão Velho tivesse de chamar à pedra o pajem da duquesa e ter com ele um diálogo moralizador e pedagógico, quanto à maneira do comportamento dos servos dentro do paço ducal.

Não se conteve Fernão Velho sem que tivesse logo ali, nesse momento, de pedir audiência à duquesa para a advertir do que se passava e dos perigos que poderiam resultar se o acontecimento chegasse aos ouvidos do quase sempre ausente marido.

Quem o veio receber foi a delambida e hipócrita da Ana Camelo que o acompanhou e lhe pediu que esperasse ali na sala do recebimento, até que ela avisasse a duquesa. De tal modo ficou esta surpreendida que desejou saber o

estado do ânimo com que vinha o seu vedor. Do pior, lhe respondera Ana Camelo para quem o vedor nem sequer olhara directamente. Antes de começar a conversa pediu Fernão Velho a retirada da embusteira Ana Camelo que saiu ouvindo atrás de si, desta vez, só o ruído brusco da porta que se lhe fechara nas costas.

Surpreendida e temente ficou D. Leonor ao ouvir contados, embora com a prudência devida ao respeito por sua ama e senhora, os actos e palavras com que o seu pajem tentou enternecer a vendedeira de pé descalço, na escadaria dos aposentos ducais. Surpreendida porque isso lhe alvoroçou talvez o sentimento de ciúme que ela já não podia ou não queria disfarçar e, temente pela possível brusca reacção que seu marido iria patentear, se o relato do acontecimento lhe chegasse aos ouvidos.

E isso não seria razão de somenos, porque a vendedeira atacada e ofendida possivelmente seria capaz de contar a alguém, cá fora, o enredo em que se tinha debatido contra o sedutor Alcoforado nos corredores do paço. Inesperadamente para o velho vedor, velho na idade e Velho no nome, da conversa resultou apenas a complacência de D. Leonor em manter o Alcoforado não ao seu serviço mas exclusivamente ao serviço de seu filho D. Teodósio.

Mas fê-lo com consciência de que a sua perdição amorosa a tornava refém, não só do amor propriamente dito que devotava ao pajem "sénior" mas também porque ficava amarrada e na dependência, para o futuro, do seu vedor como já o estava na de Ana Camelo. Eram demasiados, tantos compromettimentos. Que noites tão tristes lhe estavam pesando no pensamento aquela pobre menina, que não pôde e não soube vencer os riscos de um casamento imposto. Triste sorte a da duquesa.

Depois do diálogo que acabava de ter com o vedor, a duquesa ficou altamente confundida e perturbada. Já não sabia se os factos conhecidos que lhe aumentavam os ciúmes lhe dimi-

nuíam o amor ou se, perdendo-os, lhe ficava a querer ainda mais. Uma autêntica perturbação mental que não andava longe da loucura e poderia tornar-se num descalabro de funestas consequência para ambos. Mas quem também perdeu e sofreu com todos estes amorosos deleites do Alcoforado na pessoa da reles vendedeira de pé descalço, que soube resistir pudicamente, honra lhe seja feita, aos assaltos do galo pimpão, foi a Ana Camelo. Ela conseguiu ouvir a conversa de Fernão Velho com D. Leonor; pois não! Essa era a sua especialidade e a sua arma de defesa, quando chegasse a vez de pagar por todos os defeitos e ambições que a minavam. E começou a deitar sortes à ventura, perguntando a si própria o que faria se alguém desse com a língua nos dentes acerca do assédio do filho do Pires, com a sua vizinha vendedeira. Açoitado e expulsó do paço o marmenjo, iria Ana Camelo atrás dele para o amparar e lhe dar consolo? E então o testamento de D. Leonor que ainda não estava nas suas mãos e lhe seria a garantia futura de uma vida boa e independente? Em que grandes embarços ela agora se via metida.

Havia chegado a hora de tomar precauções e de acertar estratégias para os encontros do pajem com a duquesa. Os rumores acerca do estranho comportamento de ambos aumentavam e, para diminuir estas consequências ordenou a duquesa à sua aia Ana Camelo, sua reles e cavilosa confidente, tomasse as que lhe indicava: separar o Alcoforado dos outros pajens pois o convívio ajudava nas crianças ao conhecimento de tudo o que se passa em seu redor e a possibilidade de o repetirem cá fora, por vezes modificados da verdade também.

E com aliciadoras promessas de a favorecer no seu testamento relativo a um quinto da herança que lhe coubesse do pai Guzmán ia – julgava a duquesa, captando a Camelo, para os mais difíceis e responsáveis misteres que a tornavam conivente na vida dos enamorados.

Desta vez havia que repreender o Alcoforado, porque exagerava nos seus actos que se tornavam muito notados e portanto seria a Ana Camelo, a introduzi-lo, às escondidas, no guarda-roupa à hora morta da ceia, para sofrer a admoestação da duquesa. E a venenosa da Ana Camelo ia assim somando capital para se tornar a maior no meio daquele jogo amoroso, juntando sempre as suas palavras de agradecimento por todas as mercês generosas que a duquesa lhe anunciava e prometia.

Veio o pajem receber a repreensão de D. Leonor, sua amada, e forte ela foi, embora amenizada de imediato pelas amorosas juras de ambos que terminaram num demorado e sensual beijo. A cena foi interrompida pelo trepidante bater da porta onde assomou Ana Camelo, anunciando a chegada do duque de surpresa, com gente nobre de Lisboa. D. Leonor fingiu-se doente, recolhida no seu quarto, mas o duque adiou a visita para o dia seguinte, porque vinha cansado da jornada.

No dia imediato, o duque falou a todas as pessoas importantes de Vila Viçosa na sala do dossel e mandou ao juiz desembargador do paço de El-rei que lesse o alvará de Sua Alteza Real. Todos ficaram cientes do novo privilégio que El-rei, senhor e tio do duque, concedera ao sobrinho, de excluir das suas terras a jurisdição especial das rainhas, infantes, senhores e fidalgos. Grande privilégio esse e consequentemente grande aumento do poder, pois acima do duque só o Rei teria influência nos domínios daquele: "Depois de Vós, Nós" era esta a divisa dos Braganças. A desmedida altivez e orgulho lampejava-lhe nos olhos!

Nesse mesmo dia reparou D. Jaime no desenvolvimento físico do pajem Alcoforado e disse, depois de varias considerações, a Fernão Velho que o acompanhava: retirei o pajem dos aposentos das senhoras e mandai-o dormir a casa dele. Todos os dias, pela manhã,

regressará para acompanhar o meu filho. Avisai o pai Afonso Pires de que a terça continuará sendo a mesma.

Dolorosa se tornou para a duquesinha a notícia de que o seu pajem favorito fora intimado a mudar de funções, facto este que não passou despercebido à perversa Ana Camelo que escondida detrás de um reposteiro, ouviu as palavras de intimidade que a duquesa e o pajem António trocaram ao despedirem-se, indo assim somando pontos para, se um dia fosse preciso os colocar no prato da balança que mais a favorecesse.

Nesse dia já o Alcoforado foi dormir a casa dos pais com armas e bagagem.

Esta alteração de hábitos na vida palaciana do António Alcoforado tornou mais difíceis os contactos entre os dois enamorados e obrigou a que a duquesa necessitasse de alargar os meios de transmissão e de contacto com o seu pajem, a quem mesmo de dia era difícil ter ao lado, uma vez que tinha sido vedada a subida de homens aos aposentos da duquesa.

Por isso a rede de comunicação desta se dilatou a ponto de não ser só a Ana Camelo, a antiga mensageira e confidente, mas também já um moço de recados, o Roseymo, se enredarem na meada. E em casos de amores escondidos é regra que quantos menos os conhecerem, melhor eles correrão.

Mas não pensava assim o cérebro de D. Leonor, a quem a sofreguidão de saber do Alcoforado exigia um relacionamento constante, já que mais não fosse apenas sustentado por recados. Tais sentimentos de afecto levaram-na à prática de actos denunciadores do seu estado de espírito, após esta forçada separação do seu pajem preferido.

Certo dia, Ana Camelo encontrou-a a tecer tranças de cabelos e fios de ouro para trazer ao pescoço o dia inteiro. Este facto nunca foi esquecido e mais tarde foi denunciado num grave depoimento do libelo condenatório, que ocorreu após o uxoricídio praticado por D. Jaime.

A separação ditada por D. Jaime com o apoio do vedor, acabaria por causar os maiores danos nas relações calorosas dos dois amantes espirituais. E uma noite, uma daquelas em que D. Jaime inventava como desculpa da sua ausência uma visita de trabalho a Lisboa e se deteria em Arraiolos, onde estava a moçoila que o afagava, aconteceu a serenata que o Alcoforado, entontecido de amores, foi fazer debaixo da janela de D. Leonor de Guzmán. Eram altas horas da noite, damas adormecidas, só a duquesa suspirava voltada para o luar de Abril, ouvindo o tanger da cítara acompanhando a voz do lúbrico cantor.

A escalada até à janela da câmara ducal, conseguiu-a o Alcoforado à custa de estrênuo esforço e, face ao misto de desejo e medo que alvoraçava o coração da duquesa que o auxiliava na subida, segurando e puxando com as duas mãos o pequeno tapete que cobria a distância entre a padiola, os cestos dos alvanéis empilhados no chão e o gradeamento da janela do aposento onde estava a amada.

Um relampejante beijo selou aquela primeira aventura! Não estava longe de acontecer a outra, a futura, aquela que os haveria de separar até à eternidade.

Com o desejo satisfeito, fugiu rapidamente o Alcoforado, acobertando-se com a sombra dos loureiros, mas não sem que ouvisse, proferrida pela duquesa, a frase:

«— Passa por aqui amanhã cedo para te ver.»

Estava enlouquecida de amor pelo Alcoforado a duquesa, pois nem sequer as responsabilidades que tinha e sentia de esposa e mãe de filhos, conseguiam sobrepujar a veemência de um amor estranho, profundo que contrariasse, ao menos, os seus impetuosos desejos, incompatíveis com a sua situação familiar e social.

Tão difícil assim é dominar o fervor de uma dedicação tão arreigada, ultrapassando um mundo de conveniências que é absolutamente forçoso respeitar. Oh! Que forte é o Amor!

Não queremos discutir se adúltera é só a mulher que engana realmente o marido ou se o é também aquela que assim procedeu só em pensamento e compreende e sabe que está no limiar de um abismo moral. Pensamos que esta o é igualmente, e em muito maior escala, porque se a primeira comete adultério impensadamente, num acto fortuito de loucura, de desespero ou de vingança e dele se arrepende conscienciosamente, não pode ser exactamente condenada como outra que o faz em pensamento contínuo, hora a hora, minuto a minuto, considerando-o como a única coisa importante da sua vida presente e da futura. Esta está, com certeza, em pecado mortal.

À duquesa, nada desta vida a fazia arrepende ou arrepiar caminho e mostrava um amor cego que declaradamente se descobria, mas para o qual a sua cegueira se mostrava impotente sequer de disfarçar convenientemente. A sua desvairada impudência era tão baixa que nem sequer tinha a preocupação, útil neste caso, de saber escolher os mensageiros para levar e trazer as cartas de amor, pois já lhe não bastava a utilização da interesseira Ana Camelo, dama da sua alcova, senão também o Reynoso, criado emprestado por seu marido, para fazer os recados. E por acaso o Reynoso sabia ler e escrever e poderia, por isso, interferir de maneira curiosa na troca de correspondência entre o Alcoforado e D. Leonor, ficando senhor do que nas cartas se escrevia, porque de recados por via oral já ele era o único e bom conhecedor. E é claro que, com o espírito de alcoviteiro sabujo, na hora da verdade, esta seria função do valor da espórtula. Mas não era só o Reynoso que sabia ler.

Havia mais quem, das portas dos aposentos para dentro o soubesse, embora incipientemente e essa era Ana Camelo. Esta mulher incarnava o espírito do próprio diabo; mesmo lendo mal e pouco, ela saberia conduzir a água ao seu moinho, porque lá esperta isso era ela.

E de facto em uma que leu, percebeu que a duquesa dizia estar receosa de que pudesse aparecer no paço um neto da duquesa D. Isabel, mãe de D. Jaime, facto que se tornaria injustificável dadas as longas ausências (às vezes três meses) deste em viagens a que o obrigavam o seu cargo de fronteiro-mor do Reino e, também, porque o duque não fazia caso da esposa, subindo escassas vezes à alcova nupcial quando estava em Vila Viçosa. Os seus desejos carnaís pareciam receber acalmia duradoira nas viagens a Arraiolos, onde uma moçoila de 18-20 anos lhe quebrava esses cálidos ímpetos.

Um dia, Ana Camelo, com verdade ou com mentira, anunciou que estava doente e pedia, por isso, uma folga no serviço que lhe competia. A doença era mais mental do que física, pois o que ela sentia era um mal-estar característico das pessoas que se deixam enredar pelos próprios conhecimentos que adquiriram e não são capazes de se libertar deles convenientemente. Ana Camelo construía com base em tudo o que sabia, acerca dos amores secretos do Alcoforado com a Guzmán, uma meada tão intrincada que acabava por se deixar enredar nela.

De facto, o poder e a verdade dos documentos amorosos que tinha em seu poder eram tão fortes e tão seguros que a faziam estremecer. Sabia demais e havia muito tempo que o sabia e ocultava; e era precisamente a ocultação que trazia à flor da pele o remorso de se ter calado e o medo de não ter denunciado a tempo o mal que deixou alastrar.

Ela conhecia com certeza, esperta que era, que essa “adaga envenenada” que tinha nas suas mãos se podia converter em faca de dois gumes e virar-se para ela na hora da verdade.

D. Jaime não era pessoa para perdoar a quem o traísse. E Ana Camelo, ela bem o sabia, armazenava o conhecimento de factos que não devia ter deixado chegar ao ponto a que chegaram simulando que os desconhecia, para cons-

truir o edifício futuro com que ela interesseiramente sonhava. Receava agora que D. Jaime, quando soubesse o que se vinha passando, não lhe perdoasse o silêncio comprometedor e a falta de ajuda manifesta para causa declarada tão pouco honesta. O castigo para Ana Camelo, se viesse a acontecer, era muito bem merecido e bem aplicado.

A duquesa, preocupada com a doença da amiga, foi visitá-la, aproveitando para reiterar para breve a antiga promessa de lhe fazer uma doação em dinheiro e, depois de demorada conversa regressou à sua câmara na ilusória convicção de que a Ana Camelo era a colaboradora conveniente, fiel e amiga, embora a achasse reoosa e arrependida der ter sido testemunha dos factos passados e amedrontada com o que poderia acontecer no futuro a ela e à sua senhora. Cada vez mais preocupada, a Ana Camelo procurava encapotadamente por todos os meios ao seu alcance escudar-se com documentação que aliviasse a sua posição neste romance e, para isso, comprou ao Roseymo um resumo escrito dos recados que oralmente ele levava ao Alcoforado a mandado da duquesa e vice-versa.

E pagou-lhe generosamente o trabalho que lhe encomendou mas não sem que o obrigasse ainda a fazer acrescentamento escrito à matéria dos recados, consoante os seus desejos e conveniências e as necessidades de maior comprometimento da duquesa, matéria com a qual Ana Camelo queria enriquecer o significado e as intenções desses recados.

Assim se tornaram os recados em documentos escritos e, ainda por cima, acrescentados com as falsidades que à Ana Camelo convinham. Que mulher horrível esta e que desgraça caíra sobre a cabeça da duquesa, totalmente entregue aos enredos desta negociante, enlouquecida por um amor sem estribeiras.

Após a leitura dos recados que o corrupto Roseymo levava e trazia do Alcoforado para a duquesa e desta para ele, umas vezes em carta

e outras de viva-voz, exacerbou-se um ódio ciumento no intimo do coração de Ana Camelo que a transtornou por completo e dentro dela se desenvolveu um sentimento de ciúme tão grande que nada deste mundo a poderia fazer retroceder, sendo capaz, no limite, de permitir que essa documentação em seu poder possuísse a força necessária e suficiente para destruir a ternura amorosa em que se deleitavam os dois amantes.

O zelo amoroso da maldosa Ana Camelo seria arma mais do que suficiente para fazer despoletar toda a armadilha em que aqueles dois jovens, insensatamente, se haviam envolvido de modo tão profundo e tão descuidado.

Ana Camelo estava senhora e dona de todo um conjunto de argumentos escritos e vividos que chegavam para condenar o par amoroso e, uma vez provado em inquérito, tornar-se causa de punição mortal de ambos os comparsas.

E a velhaca era mesmo isso que pretendia, preparando-se assim para tomar essa decisão no dia em que o Alcoforado desprezasse o acalentado amor que ela lhe devotava e exigia que fosse correspondido. Ela seria capaz de tudo no dia em que o amor que lhe dedicava se virasse em ódio vingador por não ter sido correspondida; denunciá-los até e isso seria o sentimento mais hediondo que poderia manifestar mas a verdade é que esse ciúme lhe perpassava pela mente nas horas negras da noite em que o isolamento e o desespero mais a feriam.

Mas tudo se modificaria se ele quisesse ser noivo dela em primeiro lugar, acto que funcionaria como moeda de troca a favor da vida da duquesa, a quem ela, Ana Camelo, faria tudo para salvar. Este era o primeiro passo dado no sentido do bem-estar da moça de câmara da duquesa e era dado à custa do sacrifício do Alcoforado e contra a sua vontade. O outro viria depois – o dinheiro – e esse não chegaria a boceta repleta da duquesa para saciar os apetites malévolos, gulosos e exagerados da Ana Camelo.

Um correio chegou ao paço, avisando a duquesa da chegada do marido nessa noite ou no dia seguinte. Era mais um empecilho a transtornar o idílio entre os enamorados.

Mas para Ana Camelo foi a notícia de bom augúrio, pois chegava a hora de encurralar os amantes entre a espada e a parede, obrigando-os com ameaças a uma transigência do amor entre ambos em seu favor, porque senão abria ela própria o escândalo.

Se a transferência dos laços amorosos se verificasse, tudo ficaria resolvido entre ela e o Alcoforado, com a saída de ambos de Vila Viçosa para bem longe, onde se desvanecessem por completo as reminiscências do cenário anterior. Bem poderia acontecer fugirem mesmo para terras de Espanha, com o dinheiro que a duquesa haveria de pagar para calar a boca da perversa coscuvilha que tivera por sua moça de câmara.

Mas não eram estas as únicas armas que a malvada trapaceira possuía. Uma outra ela tinha: estava grávida do pajem António e isso a levava a exigir a paga de uma dívida de honra por parte dele. E aqui ela era irrefragável e a decisão tomada era inabalável.

Apetrechada de tão fortes argumentos foi-se, de imediato, antes da chegada do duque, até à rua da Freira, bater à porta da casa dos Alcoforados, para pôr tudo em pratos limpos. Só encontrou o falcão da rua da Freira, pois os pais estavam longe de Vila Viçosa e as criadas tinham ido à horta com certa demora.

Ótimo cenário para a conversa; e discreto também.

A argúcia, a realidade e a necessidade de uma reparação, emprestavam à Ana Camelo uma grande força de argumentação e uma lucidez perfeita enquanto descrevia com autêntico realismo o desenvolvimento do projecto que concebera para salvação dos três.

Precisava apenas da licença dos pais o Alcoforado para poder casar.

Reagiu o António logo à primeira impressão, com a cobardia esperada dos irresponsáveis que são incapazes de assumir as responsabilidades dos actos que praticam voluntariamente.

Primeiro era preciso preparar a mãe do Alcoforado, depois chegarem ao pai e depois se veria.

Mas o tempo urge e no paço, de aqui a pouco tempo, era impossível esconder à vista dos outros o que agora disfarçava ainda dentro de si.

«— Preciso da tua promessa e da licença dos teus pais para o casamento dentro do prazo que te dou: Janeiro do ano que vem», foi esta a imposição primeira.

Cada vez mais cobarde e temeroso lembra a possível oposição dos pais a tão surpreendente e extraordinário acto.

«— Nada perdido — responde Ana Camelo —, fugiremos para Castela que é perto e eu tenho comigo dinheiro suficiente para isso, comprar terreno de cultivo e ainda um tio padre numa terra raiana, que nos casará sem licença, nos dará abrigo para as primeiras impressões e até poderia deixar-nos o que tem. Quanto à duquesa, não te preocupes que até será bom para ela o nosso casamento, pela influência que ele terá nas desconfianças que pululam no cérebro de D. Jaime.»

Afinal, este chegou antes do tempo que tinha anunciado e parece que vinha com ares de doente, como de resto acontecia sempre que regressava de viagens demoradas, para além de um certo mau humor que todos lhe notavam.

Paralelamente também os pais do António Alcoforado e o seu irmão Manuel vieram mais cedo do que se esperava e, tanto um acontecimento como o outro concorriam para dificultar o secretismo das visitas nocturnas aos aposentos da duquesa D. Leonor, prejudicando essas tentativas de escalada à janela, por onde começavam, o que levou a interrompê-las por alguns dias.



Contudo era imperioso e urgente da parte do Alcoforado fazer chegar ao conhecimento da duquesa o *ultimatum* que lhe dirigia a Ana Camelo, pelo que, para ganhar tempo decidiu fazê-lo por escrito. Era uma longa carta lembrando as muitas e deliciosas horas em que juntos se desfaziam em promessas de amor e beijos sem conta, atrevimento este tão infantil, tão perigoso e tão comprometedor para ser escarrapachado numa longa carta que ia ser levada pela mão de um carteiro improvisado, inexperiente e, ainda por cima, levando a assinatura de António Alcoforado.

Tal modelo de cartas com assinatura seria, na hora da verdade, a prova comprometedora da alucinada ligação entre os dois amantes. Nem que a ligação fosse simplesmente sentimental, ela continha potencialmente o gérmen da infidelidade e possivelmente o do adultério.

A carta lá se foi pela mão do Roseymo, que não foi capaz de a entregar senão à Ana Camelo, ou seja, o sítio onde nunca devia ter caído. Foi assim somar-se ao conjunto de provas a que a falsa amiga da duquesa, agora gerando um filho que era do Alcoforado, precisava para violentar, apressando-o, o galá da rua da Freira na decisão a tomar para o caminho rápido do matrimónio já por ela exigido em tempo útil, como lhe explicara.

Infantil atitude esta da parte do António, pois ainda não haviam passado duas horas já a enredadeira tinha, a custo, soletrado as quatro folhas da carta, ficando deste modo com o mais formal, rico e longo documento sobre os acontecimentos passados, nomeadamente a descrição sucinta do que se passou entre ele e a própria Ana Camelo, a quem tinha engravidado, não por amor ou desejo seus que esses estavam exclusivamente reservados à duquesa, mas simplesmente porque ela se lhe meteu à cara. E atrevia-se o Alcoforado a descrever por escrito a repugnância que tinha só de pensar na condição de ser marido de tal mulher. Antes Deus o cegasse... para não ver tal coisa.

Não se esqueceu também de recomendar à duquesa que fingisse ignorar o conteúdo desta carta, que o calasse e nunca desse conhecimento a ninguém, nem a essa perigosa pessoa a quem ele apodava de “gata assanhada”, que enganosamente a servia com juras de lealdade. Deste modo enganador podiam decorrer os dias suficientes para eles os dois prepararem a fuga e ausentar-se de uma vez para sempre desta vila ducal.

Podemos fazer ideia do estado de espírito de Ana Camelo, quando chegou ao fim da leitura e da raiva que dela se apossou ao sentir-se objecto repugnante, uma serva hipócrita e traçoieira, sempre com a mente posta na salvação da sua própria pessoa, passando por cima de tudo e de todos, apenas com esse pensamento de ser desleal e concorrente despeitada do maior amor de sua ama e senhora.

O espírito de revolta cresceu dentro dela, a animosidade aumentou e o desejo de vingança perseguiu-a como se fosse a imagem permanente de um espelho ou a sombra de um vulto malquerido. Encerrou-se num quarto, onde derramou talvez pela primeira vez na sua vida as lágrimas do desânimo em que se via mergulhada naquele momento. Remoou sobre os dizeres da carta que acabara de receber, superiores em valor probatório ao de todas as outras que ela guardara já e até decorara, prevenindo-se para se algum dia tivesse necessidade de as arrancar à sua peçonhenta memória, as pudesse pespegar na mesa do juiz quando um dia chegasse a hora da inquirição.

Mas a carta não era para a Ana Camelo; ela a faria chegar às mãos da duquesa adúltera e deste modo esta ficaria sabendo toda a tramóia que a despudorada “gata assanhada” estava urdindo.

Ainda a duquesa não tinha acabado a leitura e já, no seu íntimo se tinha instalado a surpresa e o medo; a surpresa porque não esperava dela a manifesta traição e o medo porque percebia

perfeitamente o peso negativo dos actos que vinha praticando e que a poderiam indiciar como adúltera.

Ciente do valor da prova que aquela carta resumia tão claramente, decidiu queimá-la e espalhar aos ventos as suas cinzas, apagando desta forma, de uma vez para sempre, o testemunho vivo do escândalo que vinha provocando e começando a engendrar uma estratégia para se defender daquela vibora peçonhenta, agora, também como ela, lançada na corrida pela disputa do galã.

Bem avaliadas as posições de uma e de outra, o balanço final era favorável à enredadeira Ana Camelo. O crime de uma e de outra era de diferente dimensão.

O da Camela não ofendia senão a sua própria personalidade, viria a ser uma mãe solteira e, para além disso, desrespeitara a disciplina dentro da própria corte ducal, ao passo que a duquesa D. Leonor de Guzmán tinha de responder pela honra dela, da do seu marido e pelo respeito para com os filhos. Era uma mulher casada, senhora de estirpe que desrespeitara tudo o que de mais digno pode haver no seio de uma família que, neste caso, tinha como chefe um homem muito respeitável, o segundo na hierarquia do Reino.

A vida na câmara da duquesa, dia a dia, que sempre decorria da mesma maneira, com a conversa entre as serviçais e ela própria, tornou-se repentinamente num fingimento permanente, escondendo-o, as agora rivais, o melhor que podiam e sabiam, não só o ódio que as alimentava uma face à outra, como o receio de um futuro que se adivinhava ensombrado.

A luta que cada uma desenvolvia interiormente, centrava-se na figura do Alcoforado, a quem guardavam rigorosamente para que não pudesse fugir com uma ou com outra. Fingiam todo o dia na convivência circunscrita à câmara da duquesa e espiavam de noite não fosse sair a surpresa da fuga a qualquer hora. Que horror de vida aquela!

Afinal, analisando bem, isso era o que elas bem mereciam.

O duque chegou doente, doença cujo curso durava havia mais de um mês, tal qual o médico já tinha prognosticado.

Entretanto, mantinham-se as escaladas audaciosas do jovem Alcoforado até à janela do quarto da duquesa, com acentuada frequência. Um verdadeiro atrevimento de um que escalava e de uma que o permitia e desejava, como se estivessem doidos de amor! Senão doidos, pelo menos cegos. E durante o dia, a todas as horas, pesava na consciência da duquesa o desejo iniludível de encontrar a oportunidade certa, para no momento exacto desferirem o golpe que as havia de libertar daquela situação tão embaraçosa para ambas: Ana Camelo grávida e a duquesa manchada pelo labéu infamante do adultério. Neste momento estavam permanentemente possuídas por um ódio mútuo, suscitador das maiores falsidades. Para manterem a posse do tesouro que para elas representava o Alcoforado. Agora já não era só o amor que a uma e outra dominava os pensamentos e os actos mas também a necessidade de escaparem a um julgamento futuro que poderia ser fatal a qualquer delas.

Ana Camelo continuava acumulando os documentos escritos – as cartas de amor – que cada vez mais comprometessem D. Leonor, bem como fixava o teor dos recados do par amoroso que o Reynoso levava e trazia como ingénuo mas interessado pombo-correio. Era tempo de a mexeriqueira carrear todos os elementos que podia obter.

Num certo dia foi ao encontro da negra Francisca da Silva, mulher bem conceituada no paço, onde servia já no tempo da duquesa-viúva e cujo mister era lavar as roupas dos filhos do duque: o pequeno D. Teodósio já com cerca de sete anos e da irmã mais pequena do que ele. E teve com ela uma conversa na pequena alcova que lhe servia de dormitório.

A conversa teve como objectivo contar à negra Francisca tudo o que se passava entre os intérpretes daquele desvario amoroso que envolvia tão ardentemente o seu pajem e a sua duquesa, nomeadamente dar-lhe conhecimento da troca das cartas, dar-lhas a ler porque a negra não só era pessoa de boa formação como até sabia ler, coisa pouco comum naquela época. Leu-as a negra e ficou estarecida; tudo lhe parecia um sonho e não uma realidade.

Enquanto fez a exposição dos factos à negra Francisca, a alcoviteira Ana Camelo ia desdobrando os acontecimentos ao sabor dos seus interesses, mentindo, alterando a data das ocorrências e descrevendo pormenores conforme os seus desejos, mas sempre dando a ideia de que era uma peça sem importância naquele xadrez de amores estonteantes que abraçava o coração daqueles modelos precursores de Romeu e de Julieta.

Mal suspeitava a negra Francisca, mulher de bons costumes e de acendrada devoção ao sério trabalho que exercia e lhe permitia manter uma tradição de certo relevo na vida da família ducal, que o simples acto de ler as cartas do Alcoforado para D. Leonor acarretaria enorme peso para a sua consciência e um comprometimento futuro, conhecimento e comportamento esses que a malvada da Ana Camelo havia de aproveitar para a aliciar à prática de outras acções.

E logo ali a maquiavélica Camelo fez notar à virtuosa Francisca da Silva que, no presente momento, esta sabia do assunto mais do que ela própria, pela simples razão de que não sabendo ler não poder tomar conhecimento das coisas. E por isto mesmo lhe pedia conselho sobre o que havia a fazer de modo que pudesse «cumprir o encargo de lealdade que todos aqui devemos ao nosso amo e senhor».

Todos?

«— E vós mais do que eu, porque conheceis bem os recados e as cartas porque sabeis ler», acrescentou, intencionalmente, a brejeira.

Aqui se deu por achada a Francisca, dama de honesta fama e de imediato, esperta que era, descobriu as intenções daquela alcoviteira que andava em busca de pessoas que a ajudassem na nova trama que preparava.

«— E se não denunciarmos o que se está passando, ficaremos rés da nossa própria consciência.»

Com mentirosas palavras de convicção, conseguiu Ana Camelo levar no mesmo barco a pobre Francisca da Silva e ficou combinado que no dia seguinte iriam dar expediente à ideia da primeira, que era ir junto do vedor da duquesa, Fernão Velho, e contar-lhe tudo o que ambas conheciam.

Tudo, é modo de dizer, porque a negra Francisca só tinha lido cartas.... Que até podiam ser falsas.

Ao outro dia, logo de manhãzinha desceram à sala onde Fernão Velho as esperava e aí começou o libelo.

Ao entrar, a negra explicou de viva voz como se de um trovão rouquejante se tratasse:

«— Grande mal, grande mal!»

Surpreendido com o ineditismo do facto, Fernão Velho perguntou:

«— Que mal?», ao que Francisca retorquiu:

«— Homem em casa.»

Nova pergunta do vedor:

«— Com quem?» Suspeitava ele que fosse com Madalena Ferreira.

«Não!», responde a Francisca.

«— Então com quem é?», indaga o vedor, já enfadado com a demora.

E a resposta veio rápida e concreta:

«— Com vossa ama!»

Tal como se caísse sobre Fernão Velho o tecto da sala onde estavam, este gritou-lhe:

«— Como sabes isso?»

Dando por findo o seu depoimento, transferiu, de imediato, a sequência da conversa para a responsabilidade da Ana Camelo, aliviando, deste modo, a sua:

«— Ana Camelo vos contará tudo em pormenor, pois ela o sabe.»

Ana Camelo relatou tudo o que lhe convinha, com a argúcia que a caracterizava, deixando a marca da fingida ingenuidade própria, que punha sempre em todas as coisas da sua vida.

Fernão Velho engolira as lágrimas que a notícia lhe provocou, e maior desgosto não tinha ainda sofrido, nem mesmo no dia em que subira ao cadafalso, em Évora, por ordem do rei D. João II, pai de D. Jaime, o velho duque de Bragança D. Fernando II, a quem servira no paço velho do castelo.

Sem respeitar a dor e o abatimento moral, que causara ao vedor, saiu-se Ana Camelo, esta dessorada mulher, com a frase que trasladamos tal e qual vem escrita num dos depoimentos das testemunhas do processo:

«— Peçamos a Deus que nunca a senhora duquesa D. Isabel haja outros netos senão os filhos dos seus filhos.», o que ainda mais arrepiou a sensibilidade de Ferrão Velho.

Mas logo Ana Camelo, que sopesava o estado de ânimo em que ficara o vedor, lhe insinuou que ele mesmo podia evitar que o mal fosse mais longe. Como? Segurando muito simplesmente o pajem Alcoforado que era a chave do negócio amoroso.

E uma vez que não tinha tempo a perder, porque o bebé lhe crescia nas entranhas, abriu a sua boceta e pespegou com quatro das cartas que trazia, nas mãos do vedor Fernão Velho que, acto contínuo, leu por alto duas delas, sendo uma, a da senhora duquesa e pediu que lhe deixasse ficar duas que escolheu para ler com vagar.

Num remoque fingido, a alvissareira ainda remordeu a frase:

«— Peço-vos que não as mostreis, nem mesmo ao senhor duque e que não as demostreis excessivamente.», ao que o vedor respondeu:

«— Só eu as lerei e amanhã, logo de manhã, estarão lidas.»

Mal saíram as denunciantes, Fernão Velho, pressuroso, começou a ler as cartas no silêncio daquela sala e de imediato regougou:

«— É um caso perdido e irremediável!»

As cartas continham matéria de morte, face à letra das Ordenações em vigor.

E falando consigo próprio, passou o tempo a matutar na desgraça que lhe viera parar às mãos e no horror que seria ter de ser ele mesmo a transmitir a D. Jaime aquilo que acabava de ouvir e de ler. Mas não podia calar-se, pois jurara lealdade ao duque ao tomar posse do lugar de vedor.

A única pessoa que no meio deste imbróglio se sentia melhor, era a Ana Camelo, porque tinha a prova do delito nas suas mãos e isso lhe garantia, à partida, uma certa supremacia se as cartas dos doidos enamorados saltassem de novo à ribalta.

Então a duquesa estaria perdida e o amante não teria melhor sorte. O Reymoso poderia, no máximo, ser despedido do emprego. O vedor poderia ser acusado de não ter montado a *intelligenza* correcta na corte ducal, de modo a que a duquesa não tivesse ensanchas para movimentos tão largos e, sobretudo, tão libertinos. A guarda que montara não funcionava eficientemente, nem de dia nem de noite. As outras damas da câmara tinham o seu horário e cumpriam-no com verdadeiro sentido de responsabilidade. A única coisa que comprometia a estratégia montada pela Ana Camelo era a sua prenhez, concebida fora das regras tradicionais, possivelmente adquirida adentro das portas do paço, quem sabe se mesmo num encontro rápido, às escondidas, durante o trajecto que o pardal da rua da Freira fazia, correntemente, nos grandes corredores mal iluminados, sem que ninguém os estorvasse ou soubesse... a não ser ela que tinha como dever primeiro guardar a senhora duquesa e protegê-la dia e noite.

O tempo o diria.

O dever gritava aos ouvidos do vedor Fernão Velho chamando-o à realidade e apontava-lhe o sentido da obrigação, que sobre ele pesava, de mostrar ao duque os instrumentos de culpa nos quais era difícil acreditar, não porque não fossem a expressão pura da verdade, mas sim porque há verdades em que é difícil acreditar.

O que se estava passando dificilmente merecia crédito.

Decididamente, Fernão Velho não era homem para voltar costas ao perigo, nem para recear fosse o que fosse, por isso já se compenetrara de que iria encontrar-se com o duque nessa mesma noite, para que a escuridão e o silêncio no paço ajudassem ao secretismo com que o queria acobertar.

D. Jaime já se sentia melhor e o próprio médico já abria mão de autorização para que ele se levantasse algumas horas.

Mas naquele momento já estava na cama, onde se metera ajudado pelo seu guarda-roupa Pêro Vaz. Retirara-se o criado que levava o jantar à cama de seu Amo e só lá ficou o camareiro Fernão Rodrigues.

Passados alguns dias D. Jaime já começara a tratar dos negócios que tinha em atraso. Entreteve-se com o alcaide-mor D. João de Eça, discutindo assuntos militares e das coisas que se passavam por Marrocos e pela Índia aqui onde Afonso de Albuquerque passeava fulgurante a sua radiosa estrela. Despediu-se D. João de Eça e afastou-se.

Fernão Velho aproveitou o momento para bater à porta e entrou com um semblante tão grave e pesado que surpreendeu o próprio duque, que tinha nele o seu melhor amigo, um homem de honrado comportamento já provado na corte de seu pai D. Fernando.

Discreteou com ele sobre a educação do filho D. Teodósio, ao qual desejava oferecer os mais inteligentes meios, para que pudesse vir a ser digno sucessor seu. Fernão Velho sentia que não podia postergar mais o momento de anun-

ciar ao duque o móbil que expressamente o trazia até ali e aquelas horas, quando já se entrava no paço em período de descanso. E esse retraimento em expor de viva voz e com documentos comprometedores na sua mãos devia-se a dois factores fundamentais, filiados no respeito e consideração que sempre devotou à desgraçada Guzmán desde menina e moça.

Dava-lhe dó o pensar no que iria suceder a essa jovem enlouquecida por um estranho amor, que nunca lhe reconhecera nem sequer sentira enquanto esposa da ducal figura. Mas D. Jaime tinha uma grande quota-parte de responsabilidade no âmbito destes tresloucados actos, porque não tratava sua esposa com o dever e o respeito que a condição de ambos lhe deveria merecer, sendo um esposo infiel como era do conhecimento geral.

Por outro lado, Fernão Velho receava que o sentimento de dó e piedade que nutria pela delinquento chegasse a ser percebido por D. Jaime, pois isso ofendê-lo-ia, se ele como seu melhor amigo e confidente não estivesse inteiramente a seu lado. Não podia, esse era o seu dever como pessoa de inteira confiança do duque, fazer de ignorante perante acontecimentos de tão grave natureza, ainda por cima documentados.

Saiu do aposento o último dos seus servos, o guarda-roupa Pêro Vaz, todo ele muito devoto amigo dos Alcoforados, especialmente do Afonso Pires, o patriarca da casa, e ia com alegria estampada no rosto por reconhecer um bom alívio nos padecimentos do seu amo.

Também Pêro Vaz estranhou a cara do vedor e inquiriu da sua saúde. Tudo bem, foi a resposta.

Tem de ser agora, disse de si para consigo Fernão Velho, cuja consciência impoluta não consentia mais demoras e exigia ser descarregada.

Bateu, entrou e, surpreendentemente, também o duque lhe notou escondido por detrás do

rosto sinais de mau parecer. Desculpou-se o vedor como pôde e num rompante fulgurante decidiu-se:

«– Desejava que Vossa Senhoria me concedesse alguns momentos para ouvir certas palavras de urgência... que só à pureza vos poderei dizer.»

«– Oh! Oh! – exclamou o duque –, logo à entrada li no vosso rosto que andava mouro na costa!»

Com esta resposta não contava o vedor que ficou hesitante e mais nervoso ainda quando viu o duque soerguer-se de repelão, exigindo rapidez de acção, pressa na exposição, rápida e súbita, para acalmar a ansiedade que o invadia.

O nervosismo do duque – nem isso pode causar admiração a ninguém, em face de colóquio tão exigente e só permitido aos dois – estava-lhe estampado no rosto e as consequências dele decerto se iriam reflectir no bom andamento do mau estado de saúde, que ainda o retinha metade do dia acamado.

«– O que houve afinal, vedor?», gritou o duque, já perdida a paciência.

Responde seca e simplesmente o vedor, separando e repenicando as palavras, uma a uma:

«– Sois... ofendido e traído... na Vossa honra...»

Tais palavras penetraram na alma do duque como coriscos, e perguntou de chofre:

«– A duquesa, com quem?»

Adivinhara D. Jaime a “palavra-chave” e exigia em brados desabridos lançados à face de Fernão Velho que despejasse, rápido e bom som, o nome do comparsa da duquesa.

Cheio de receio e em tom cavo e lacrimoso, responde o vedor:

«– O pajem António Alcoforado.»

Não queria acreditar o duque, que um reles servo a quem ele acomodara por mor do pai Afonso Pires, fidalgo honesto e leal, tivesse tal assomo de ingratidão e de falta de respeito. E

continuou, nu e fora da cama esbracejando e gritando como um possesso:

«– Desde quando? Testemunhas do facto?»

«– Mas ninguém aqui viu ou desconfiou, oficiais meus e alcaiotas a encobrirem a rascoia, faltando ao seu dever e à consideração e respeito para comigo, a traçoando-me?»

«– Senhor, vim cumprir aqui um dever de lealdade e já tive a dor de vos ouvir palavras de oprimidora suspeita que nunca mereci, nem a vós desde a volta de Castela, nem ao senhor duque vosso pai, cerca de vinte anos.»

Longo tempo levou a acalmar-se o duque mas ao deitar-se de novo tentou explicar que aquele enorme momento de excitação já passara, e que todo aquele aparato que mais parecia de um louco, tinha sido apenas um “calafrio” que lhe tinha vindo do coração não pela mulher, isso é o que menos vale mas «pela minha honra, minha e de meus filhos».

Era chegada a hora da prova e ela saltou do bolso do gibão de Fernão Velho: duas cartas. A primeira que lhe entregou foi a escrita pela duquesa, combinando com o amante a hora do costume em que o esperava à janela (quantas vezes já teria acontecido?) e para o avisar que para tornar a escalada mais fácil podia aproveitar uma escada que os pedreiros tinham deixado encostada à parede nova. Pedia-lhe que «não faltasse porque estava morta de saudades e da sede dos seus beijos.» Não poderia existir maior e melhor prova nem mais grave, comprometedora e estrondosa. Ali se denunciava que já outras vezes houvesse escalada até à janela dos aposentos ducais e para o que servia essa escalada. O adultério parecia ter sido consumado em parte em espírito se é que em físico não o foi também completamente.

Acabada a leitura da primeira carta, pegou D. Jaime na segunda e começou a lê-la à luz bruxuleante de uma vela, tardando muito tempo nesse trabalho. Talvez fosse anotando na sua

memória as penas que pensava infligir aos culpados e que, a cada passo da leitura, relampejavam saltitantes na sua mente.

Finalmente voltando-se para o Fernão Velho lhe disse que se sentasse e começasse o seu depoimento, à vontade.

Assim lhe contou o vedor toda a conversa tida com a velhaca da Ana Camelo nessa manhã. E nada mais podia de momento acrescentar.

Para que as outras cartas pudessem chegar às mãos do duque, havia que trocar sabiamente as voltas à Ana Camelo, mais astuta do que se pode imaginar. O vedor foi tentá-lo usando uma cilada bem urdida, porque Ana Camelo não era pássaro que caísse em qualquer arriosa.

O duque tinha pouca saúde e estava sempre sobressaltado com o que poderia acontecer-lhe no dia de amanhã. Por isso pediu a Fernão Velho que, sob juramento pela sua honra de fidalgo e pela sua fé de cristão, havia de cumprir o encargo que lhe ia cometer, qual foi o de se ele duque morresse antes de este processo chegar ao fim, mandasse expulsar deste paço, em seu nome e como se ele vivo fosse, e entregasse na cadeia das mulheres, essa exautorida que «vilmente me infamou.» «E com ela todas a que estão ao seu serviço, e ao pajem que o metam na prisão escura do castelo, de ferros aos pés.»

«— Mando também que o meu cadáver seja levado para a igreja dos Agostinhos e metei-vos a caminho de Lisboa, para irdes levar a El-rei a carta que eu lhe escrever esta noite e ficará nas mãos de Fernão Rodrigues.»

«— Senhor, sim.», respondeu o Fernão Velho, levantando as mãos postas como se estivesse face aos Evangelhos. E com lágrimas nos olhos afirmou que tudo cumpriria. Despediram-se, não sem que o duque lhe pedisse, por mais de uma vez, que voltasse «amanhã bem cedo». Tal era o estado de ânimo em que o duque se encontrava, no desejo de tudo saber e de completar o processo do qual queria ser o próprio verdugo.

Ao outro dia o camareiro do duque veio presto, mas ficou sobressaltado com o fácies deste que lhe parecia diferente do costume e não se conteve sem que lhe fizesse sentir o significado da sua observação, motivo este mais do que suficiente para que o duque começasse de imediato a contar-lhe a razão da exacerbação dos seus males que, no momento, seriam mais de natureza moral, sentimental e menos de ordem física.

Terminou, pedindo-lhe que no dia seguinte lhe trouxesse do seu cartório o livro das Ordenações, o código de Direito da época, que lhe permitia fazer justiça por suas próprias mãos em caso de sumo ultraje, como era de facto tudo que se estava passando e que só agora, tardiamente, chegava ao seu conhecimento. Não se viam nos olhos do duque as mesmas lágrimas que, a custo, o seu leal camareiro Fernão Rodrigues consegue disfarçar nos seus.

E continuava como um possesso, mal ferido estava em sua honra de Homem e de Senhor por essa «Mã Mulher», expressão esta que aparece, textualmente, em um dos depoimentos do processo e devassa contra quem o haviam casado.

Contemporizador o camareiro apelava para o bom senso do duque, recomendando-lhe presença de espírito para tirar primeiramente a limpo a verdade, não andassem por ali à mistura ignóbeis enredos.

«— Pugnas e choras por quem, Fernão Rodrigues, tu que és o meu melhor amigo?», pergunta o duque.

«— Choro de mágoa por vós senhor, se vos não iludiram... de dó, piedoso dó... e de dó por aquela senhora que no meu coração julgava digna de Vós. Perdoai-me senhor porque eu queria à senhora duquesa como à minha vida própria, por ser Vossa mulher e por criar os Vossos filhos e ter dela recebido muitas mercês.» Assim respondeu ao duque a nobreza da palavra de honra do homem que era o seu maior amigo.

Acalmou-se o duque, considerando razoáveis as palavras do seu servo, camareiro e amigo e pediu-lhe que o ajudasse a vestir-se, posto o que se foi sentar a uma mesa onde podia escrever à luz morna de dois castiçais.

Atirou para cima da mesa com as duas cartas que trazia consigo.

«— Senta-te e lê esta nojenta peçonha que eu bebi, lendo-as, e ao fim me dirás se ainda permanece em ti o dó que manifestaste por tal mulher.»

Enquanto o duque enlouquecido pela dor, pelo ódio, pela repugnância de tudo o que acabava de ter conhecimento escrevia a toda a pressa, o seu melhor amigo de pé, encostado a um contador, não fazia outra coisa do que chorar abundantemente. Era já de madrugada; os dois estavam cansados e deprimidos. A gravidade dos factos era superior a tudo.

«— Leste?», indagou o duque.

«— Tudo, senhor.»

«— E daí?»

«— Por vós senhor, para a vida e para a morte», foi a resposta sentida, comovida e honesta do seu camareiro.

«— Aqui te entrego todas as cartas que acabo de escrever: para El-rei, para minha mãe e para D. João de Eça. Esta, que fica aqui guardada — e indica-lhe o sítio — é para Fernão Velho e contém as minhas últimas determinações, que ele porá em execução, se eu não o puder fazer o que nelas digo, tu lhas possas entregar para sejam executadas. E ajuda-o tu como se a meu lado estivesses, fosse contra quem fosse. Se eu morrer por aí depressa, guarda a de El-rei e a de minha mãe e só depois de cumpridos os meus outros mandados lha entregarás “por tua própria mão”. E ainda hás-de ler mais cartas para ficares conhecedor de tudo.»

la agora começar a descansar da noitada, dormir.

Dormir? Quem poderia dormir descansado com a alma encharcada de lama, sem que an-

tes a aliviasse com a espada da justiça. O descanso era propenso à meditação, o isolamento traz transparência às ideias e, por isso o duque se escondeu no seu quarto, dando ordem para que ninguém entrasse.

Foi preparando tudo da melhor maneira, ajeitando o cenário daquele drama que estava criando.

«— Chamem o médico — ordenou —, mas mandem o recado pelo moço Roseymo, que ele se encarregará de dar à língua levando-o ao sítio certo e aqueles mais onde eu pretendo que ele chegue, ao coro das mulheres e à casa do Alcoforado na rua da Freira.»

Estamos no fim de Outubro, depois do dia 28, cremos.

A duquesa estava à janela da sua câmara já por volta das dez horas da noite e começava a entoar as suas orações em voz alta, para que embalasse em profundo sono as duas velhas criadas que a acompanhavam e, desse modo, se sentisse solta para os pérfidos voos amorosos que preparava para mais altas horas.

Pela uma hora da noite, escalava o Alcoforado à janela da duquesa. Era a terceira vez que o fazia com a facilidade que lhe oferecia a escada dos alvanéis que ali trabalhavam de dia.

Seria uma noite inesquecível para os amantes, pois foi aquela em que se decidiu a fuga e se aventaram contas ao dinheiro e às jóias que cobririam financeiramente os primeiros passos da mesma. Deitaram sortes à ventura sobre a escolha de uma ocupação laboral onde auferissem os réditos necessários a uma vida, modesta que fosse, mas que permitisse o livre gozo do seu amor em liberdade, sem constrangimentos de qualquer espécie.

O destino último seria lá para os lados de Aragão, bem longe da fronteira portuguesa; aí ninguém empeçaria os ses trinados amorosos.

Ficavam para traz os amores de um marido que não a amava nem era amado, mas mais importante do que isso dois filhos, dois anjos, duas

pequenas aves que ensaiavam agora os seus primeiros adejos de asa da sua juventude.

De nada se temia a descuidada duquesa, nem sequer do amor maternal que lhe devia repicar no sino da consciência. Fora dotada apenas para o amor impuro, próprio dos adúlteros e ela o era pelo menos, em pensamento.

Terminada a noitada, entre juras, abraços e beijos, ficou concertada nova surtida do Alcoforado lá para os fins da primeira semana de Novembro; talvez esta já com tudo preparado para a abalada. Seria já a última?

Do outro lado do cenário, tudo o que o duque tinha ordenado estava em plena execução; a montagem tinha resultado eficiente e tudo o que o duque pensara e desejara estava realizado.

Constava que o duque iria morrer da doença, pelo que sua velha mãe, acompanhada do próprio Rei, já vinha a caminho de Vila Viçosa. Talvez não aguentasse até ao dia de Todos-os-Santos. Tal era a certeza que já se lhe marcara o funeral para a igreja dos Agostinhos, templo da sua protecção.

Só à Ana Camelo a notícia desconcertava os planos. O que ela desejava era que o pleito fosse dirimido pelo próprio duque e não caísse nas malhas da justiça aplicada por outros, o que lhe podia estragar os planos. Congeminava, urdia nova teia para nela entretecer novos planos.

Interromperam-na, reclamando a sua presença no aposento de Fernão Velho. Pelo sim pelo não preveniu-se com a boceta onde guardava as restantes cartas.

De regresso, Ana Camelo vinha, ao que parece, menos incomodada. Parecia-lhe que a doença do duque ainda não seria a da morte.

Nesse mesmo dia ficou já de prevenção o escrivão da sua câmara Jorge Lourenço, não fosse o duque sentir-se na hora da morte desacompanhado e sem poder ditar as suas derradeiras, secretas e graves determinações, como ele próprio lhes chamava.

Dito isto voltou-se novamente para a leitura do livro das Ordenações, reproduzindo-o em parte, para que o seu camareiro Fernão Rodrigues o ouvisse: «Do que matar sua mulher pela achar em adultério»... e logo a seguir: «Achado algum homem sua mulher em adultério, licitamente poderá matar assim ela como aquele que achar com ela...». E continuou lendo o restante sobre o assunto até se achar bem esclarecido. Quem ficou sem nenhum esclarecimento foi o Jorge Lourenço, tabelião, que ficou mais intrigado por nada perceber.

Na casa dos Alcoforados na rua da Freira, a ama de peito do duque sentira vivo desgosto com a grave doença deste, pois não só o amamentara como era grande amiga de sua mãe. Nesta casa ignoravam tudo o que se estava passando; julgamos que o Reynoso não conseguiu passar a mensagem necessária para estabelecer desconfiança na cabeça dos pais do Alcoforado e do próprio irmão Manuel. Tanto assim era que num dos dias em que o duque estivera doente, o pai Afonso Pires ordenou ao filho António para que fosse ao paço indagar do estado de saúde do senhor duque, e desculpá-lo pelo estado de saúde em que se encontrava não lhe permitir que ele próprio lá se deslocasse.

Por estranho que pareça o António Alcoforado descartou-se pessoalmente do encargo que o pai lhe cometera indo ele mesmo. Recebeu-o o criado particular de D. Jaime, Gaspar Ferraz de nome, homem da inteira confiança e, como tal, um dos conhecedores da sua falsa recaída.

Levou o recado ao duque, que respondeu:

«— Diz-lhe tu, como coisa tua, que estou gravemente enfermo e que em breve o pai dele, Afonso Pires, receberá notícias do meu mal. Dá-lhe a entender que não pudeste falar comigo.»

Nesse mesmo dia, o duque mostrou desejo de falar pessoalmente com Pêro Vaz. O seu camareiro dissuadiu-o de o fazer, caso se tratasse da questão do Alcoforado que estava em mar-

cha, pois ele era íntimo dos pais, do Afonso e da Maria e protector exactamente do filho António.

«— Mas eu mesmo o perei ao facto do segredo e o farei sem que ele sonhe de quem se trata.»

Voltaram os dois, o camareiro e Pêro Vaz.

D. Jaime, bem junto de Pêro Vaz, começou:

«— Tive conhecimento ontem de que um rapaz audacioso se intrometia por uma janela na câmara da duquesa por amores de uma rapariga das que lá estão. Claro que fiquei em cuidado pelo escândalo que isso representa e que eu não quero tolerar, não só pelo facto em si como principalmente pelo que as más-línguas possam dizer, ousando mesmo caluniar a senhora duquesa.»

«— Quem seria capaz de tamanha torpeza?», interrompeu Pêro Vaz.

«— Quero que tu e o hortelão Pêro Fernandes vigiem desde a meia-noite até de madrugada; deixai-o subir e entrar, após o que, ficando tu de guarda, mandes o Pêro Vaz avisar-me.»

«— Sempre às ordens, senhor.»

Fernão Velho ia acarretando mais cartas do pajem para a duquesa, mais lenha para queimar o comportamento dos amantes, pois nada mais era preciso para começar a instrução do processo do que fazer a leitura dos relatos, de que aquele papalvo do Alcoforado fazia alarde repetidamente, quando o aconselhável nesta situação era esconder e dissimular o que praticava.

25 de Outubro de 1512, segunda-feira!

Pêro Vaz foi informar o duque do que acontecera de noite. Ouvira abrir a janela da senhora duquesa por duas ou três vezes e vira uma mulher que a ela assomara e dissera para dentro que era aquela hora, porém que nada mais pudera ver. Mas do Alcoforado nada; não apareceu nessa noite.

Continuava a haver apenas provas escritas, as cartas, umas inteiras outras cortadas como uma tesoura em bocadinhos, o que já era alguma coisa. Faltava apenas o franco delito.

E das cartas, já tinham conhecimento cinco pessoas dentro do paço: Ana Camelo que dizia não saber ler mas soletrar e bem, a lavadeira negra, Francisca da Silva, que sabia ler bem, o Ferrão Velho, o camareiro Fernão Rodrigues e o duque que até já lera algumas.

No dia de Todos-os-Santos entregou a duquesa ao Roseymo um recado com palavras de oculto sentido, as quais só o destinatário Alcoforado poderia descodificar com sobeja perfeição mas que para o Roseymo não seriam totalmente destituídas de significado, conhecendo este, como de facto conhecia, o teor de antecedentes recados já levados ao mesmo destinatário.

E no mesmo dia, a uma hora mais tardia do serão, o mesmo Roseymo foi portador de mais uma carta com igual destino, e cuja entrega a duquesa quis desculpar como se fosse a encomenda de um missal ao padre Bastião Lopes, pela intenção que lá ia escrita.

Só que as testemunhas que observaram a entrega, eram capazes de interpretar de outra forma o verdadeiro caminho que a carta levava... e que não seria exactamente o do clérigo mas sim o do Alcoforado.

Não bastava o desgosto que toldava o sentimentalismo de Maria Alcoforado, pelo afastamento forçado que no paço tinham imposto ao seu filho, com desculpas de mau pagador, julgava ela na sua credibilidade de mãe amantíssima que acredita ter sempre o melhor filho do Mundo, senão ainda ver como ele andava triste e deprimido nestes últimos tempos.

Lá em casa só a mãe vivia enganada quanto ao motivo da recente mudança de comportamento de António, uma vez que o fiel criado João Fernandes dava pelas suas frequentes saídas e o irmão Manuel não tinha assim o sono tão pesado que não tivesse dado pela falta da espada algumas vezes, porque lha levava o irmão altas horas da noite.

Mas o João Fernandes, acicatado pelo Manuel Alcoforado tinha-se armado em espião

dos passos mal dados do pajem nas noites de menos luar e emboscando-se na sombra dos alpendres do convento dos Agostinhos, daí perscrutava todos os meandros pelos quais este chegava junto da janela da duquesa.

Contudo nada disse ao Manuel – guardando completo segredo no que respeita à mãe Maria Alcoforado – senão aquilo que não pudesse afligi-lo. E isso mesmo nada de positivo acrescentava à descoberta do enredo, porque apenas veio dizer que para além do percurso que lhe vira fazer, sendo de noite, e à distância a que se encontrava desconhecia o que lá fora fazer o pajem.

Mentiu o fiel criado, que só o era neste caso em relação ao António, embora nesta situação se compreendam perfeitamente as razões que o levaram a isso.

Mas que ele sabia o que o pimpão da rua da Freira ia fazer, àquele local, a altas horas da noite, armado de capa e espada, mas não o dizia a ninguém. A ninguém excepto ao próprio pajem, que ele sabia, por ter visto, que a janela da senhora duquesa se abria e por ela se introduziu alguém. A quem iria visitar a desoras, isso desconhecia, mas que entrara lá, isso entrara.

Não fez mais nem menos do que alertar, chamando a atenção do doidivas amoroso para o perigo daquele seu arrojo, fosse este porque razão fosse e do enorme castigo que o senhor duque lhe aplicaria, quando soubesse algo sobre o acontecido, nem que fosse apanhado apenas com a mais inferior das escravas que serviam a câmara da senhora duquesa.

E calou consigo tão tremendo segredo o bom do criado João Fernandes, receoso de que uma palavra sua resultasse num pequeno drama que envolveria todo o paço e mesmo toda a vila.

Apesar da desconfiança reinante nos jovens quanto ao perigo do que se estava preparando e das cautelosas medidas de segurança, de que era mister os enamorados perceberem e tomarem as devidas precauções, a verdade é

que os recados do Roseymo continuavam de cá para lá e de lá para cá, ao sabor de uma levandade e inconsciência que bradava aos céus. Mas como diz o ditado o Amor é cego...

Já faltava só o Roseymo, um moço de recados sem escrúpulos, sem eira nem beira, à procura sempre de quem lhe desse mais para o servir, a saber da gravidade dos actos de ambos os pecadores. Ainda por cima em primeira-mão, contados e ouvidos à hora pecaminosa da intenção e antes ainda de serem transmitidos.

Novo e soalheiro dia nascera e com ele, na casa do Afonso Pires Alcoforado, alguma alegria, que adveio do alívio sentido nas suas fortes dores reumáticas, o que tornava possível matar o desejo de poder arrastar-se até ao paço, porque queria pedir a D. Jaime, a Fernão Velho e a outros camaradas um serviço de maior aplicação para o seu filho António, que, no momento, se cifrava em acompanhar o pequeno D. Teodósio em um ou outro dia que lhe apetecia passear.

Uma visita de um grande amigo daquela família Alcoforado, Pêro Vaz, foi breve porque outros deveres o chamavam ao paço mas deixou a promessa de que no Natal, próximo já, contassem com ele para ouvir a voz e a citara do melro e para a ceia da consoada.

Deduzia-se claramente que Pêro Vaz estava longe do conhecimento do escândalo que já bulia dentro do paço e cá fora, na boca do temível Reynoso, porque se alguma coisa lhe constasse decerto não se arriscaria a entrar na casa amiga dos Alcoforados e criar-lhes expectativas que de antemão sabia irrealizáveis.

Também a anfitriã, Maria Alcoforado, estava muito satisfeita com as melhoras do marido e com a mudança de rosto do filho que se mostrava alegre e prazenteiro, com a alegria própria dos seus dezassete anos incompletos. E sem sequer sonhar o porquê desta mudança, inventou que seria algum amor novo que surgira, o que seria lógico e credível acontecer naqueles verdes anos.

Como estava enganada esta mãe!

Cedo foram todos para a cama, porque no outro dia era o de Finados e havia obrigações de missas para cumprir.

Iria à missa a mãe e o seu "Ai Jesus" António; o Manuel ficaria a acolitar o pai a contas com as suas dores, até eles regressarem.

Foram para a cama cedo mas nem todos adormeceram. Velava António Alcoforado, esperando pela hora do adormecimento total das pessoas daquela casa, pois não podia faltar ao encontro com a duquesa, respeitando o que ela lhe pedira pela boca do Reymoso.

Só que não podia ir desarmado aquela hora da noite e a espada do irmão que costumava levar, estava premeditada e prudentemente fechada à chave na arca.

Resolveu o António pedir, por empréstimo, a do seu velho criado João Rodrigues, que morava numa casa ao lado da sua.

Aí encontrou forte resistência para a consumação do acto que pretendia realizar e, ainda por cima, na companhia do mesmo João Rodrigues a quem pedia apoio para o praticar.

Prudente e receoso este João Rodrigues, conhecedor de tudo o que se passava agora, insistiu pela desistência da entrevista, que achava altamente perigosa.

Mas ao Alcoforado, o compromisso assumido mostrava-se mais forte do que a razão do seu criado e isso levou a comprometer este a segui-lo.

E lá foram ambos pela calada da noite, noite em que a duquesa estava esperando, tendo vigiado com precavida antecedência o local por onde o seu amásio deveria alcançar a janela da sua alcova.

Um vulto de mulher se perspectivava por entre o vão da janela e uma voz se ouviu incitando e encorajando o pajem a que subisse. Era D. Leonor de Guzmán, que ressarcida do susto que há poucos minutos tivera, por lhe parecer que tinha visto uma cabeça humana a destacar-se do

grosso tronco do loureiro grande no jardim, o incitava, agora, à escalada.

João Fernandes, terminada a escolta que dera ao filho do seu amo, voltou constrangido e medroso ao seu apartamento junto à casa dos Alcoforados, onde acendeu uma vela a Santo António, na devota intenção de que Ele pedisse misericórdia para com aqueles pecadores. Feito isto, teria de regressar ao Terreiro do Paço para prestar cobertura à saída do Alcoforado do local onde o tinha deixado.

A escada das obras, que já servira algumas vezes para o Alcoforado subir até à fatídica janela, não estava lá. Era necessária uma corda com nós para que ele vencesse o tramo que faltava. Gritou para cima pedindo a corda.

A tal cabeça ao lado do tronco de árvore que a duquesa causara infundada desconfiança, sempre era, afinal, a de um homem, um dos dois que a mandado dos responsáveis do duque vigiavam durante a noite a possível efectivação das visitas clandestinas do pajem à sua duquesa. E, ainda o Alcoforado, no fim da escalada não teria tido tempo para enrolar a corda por onde subira, já um dos vigias ducais ali destacados, dizia para o outro:

«— Vai imediatamente avisar alguém da câmara do senhor duque D. Jaime do que se está passando.»

Estes dois homens eram nada mais, nada menos do que o guarda-roupa de D. Jaime, Pêro Vaz e o hortelão Pêro Fernandes que vinham, havia alguns dias, sofrendo na pele o frio implacável das sucessivas noites da vigília que montaram cerca da janela da duquesa. Na sofreguidão de um longo beijo que mais se não prolongou porque um ruído estranho no jardim o surpreendeu, sobressaltando os amantes, a duquesa veio à janela e vendo um vulto na parede fronteiriça, perguntou quem ele era.

Uma voz respondeu:

«— Sou o Vasques.»

Era, com efeito, Pêro Vaz, o guarda-roupa do duque, que embora reconhecendo a voz de

quem o interrogara – a duquesa – logo adiantou, para não deixar dúvidas da disposição em que estava devido ao respeito e obediência ao encargo que D. Jaime lhe cometera:

«— O homem que aí entrou que não saia, nem se mova e se desobedecer eu o matarei. Melhor será que se entregue ao senhor duque.» Estas palavras soaram como um trovão aos ouvidos dos amantes!

Chegara, só agora, mas muito tardiamente o momento de eles se compenetrarem da situação que criaram ao longo de tanto tempo e à qual não souberam dar solução para evitar um fim horrível que se adivinhava.

A pedido da duquesa, para salvar o seu nível colo do calafrio da lâmina do terçado do algoz, o Alcoforado debruçou-se da janela para com voz angustiante pedir a Pêro Vaz que o deixasse sair, apresentando-se como filho de Afonso Pires, seu extremoso amigo.

A resposta, embora fingida, saiu revestida da crueldade não sentida mas à qual se via obrigado a recorrer Pêro Vaz, não sem que interiormente tanto custasse dizê-lo, pelo dó que lhe infundia a posição dos pais, de quem era amigo, face a tão trágico fim a que o acto alucinado praticado pelos dois jovens iria pôr termo.

E para descansar e aliviar o doido jovem do tormento que lhe começava a pesar, fez-lhe saber que tudo seria resolvido com alguns açoutes e não com a morte.

Sabia lá Pêro Vasques a que excessos de punição a honra ferida do duque era capaz de recorrer, se aos açoutes, ou se, em seu lugar, à degolação dos prevaricadores. Sim, porque D. Jaime não era só homem nem era só duque, era também o condestável de Portugal, e o grau da ofensa tem que ver com a hierarquia do Poder, pois na prática esta é proporcional e cresce com a qualidade social da pessoa sobre quem recai.

A inquietação pululava no seio da duquesa e a única forma de salvação que lhe ocorreu à

mente foi a de esconder o seu pajem, a fim de evitar a presunção de um acto de franco delito que do quadro cénico transparecia.

Escondido o Alcoforado e só depois encontrado, isto, julgava ela, a livraria, por escassez de provas, a pena condenatória a que o duque como ofendido e desonrado tinha direito, segundo a letra das Ordenações.

Mas a duquesa nunca lera o livro das Ordenações, e apenas sabia o que a Ana Camelo lhe contou sobre o direito dos maridos; o duque, sim conhecia-os de cor, pelo menos no capítulo em que se referiam ao adultério.

E disso não tenhamos a menor hesitação, iria usar das prerrogativas que ele lhe permitia, tal o estado de ânimo em que se encontrava face ao que sabia sobre o presumível entendimento dos amantes.

Ninguém tinha dúvidas, especialmente os que conheciam a trama amorosa e dramática em que se envolvera a dupla Guzmán-Alcoforado, sobre a sorte que lhes iria caber. Nem os próprios visados!

Entretanto, no quarto da duquesa, as damas de companhia acordadas de sobressalto já se vestiam e estavam sendo testemunhas do que se ia passando. Beatriz Anes e Ana Ferreira, solicitadas para ajudarem a duquesa na procura de esconderijo para o Alcoforado, preferiram afastar-se do local não acudindo aos rogos lancinantes, submissos e humilhantes da sua senhora.

Todas as precauções tomadas agora já seriam tardias. Tudo estava perdido e o clarão dessa angústia reflectia-se claramente no rosto dos dois comparsas do escandaloso romance.

Soaram pancadas fortes na porta de acesso interior à alcova da duquesa, vindas de baixo. O troante som foi o anúncio prévio da justiça que vinha, na sua hora tomar lugar no longo e infernal processo. Com medo de a enfrentarem esconderam-se no guarda-roupa a duquesa e o seu pajem, esmorecida neste, agora, a vontade de arroubos de galo pimpão, possesso de re-

ceio e configurado já com a punição que merecia toda a sua vida de escandaloso amor, dizia de si para consigo, que era chegada a hora da verdade e que a espada que cingia à cinta de nada lhe aproveitava, pelo que a deitou pela janela fora.

Este gesto é de pura aceitação do seu fracasso, da sua traição. Havia pois só que esperar e não fugir. Nesta hora de expiação, Deus não poderia acudir-lhe dada a gravidade dos pecados cometidos. Esperar era a única solução, pois todas as portas estavam fechadas.

Acordada ou não com as pancadas na porta de acesso directo à câmara, aparece Ana Camello, a vil, a pérfida, a fingida loba que anuncia à camareira da duquesa, Beatriz Anes, que vá abrir a porta onde o duque está farto de bater.

Lá dentro, num assomo instintivo de mãe a quem nada há que a despegue dos seus filhos Teodósio e Isabel, atirou-se a duquesa de repente contra a porta do quarto onde eles candidamente dormiam e, caindo ao chão na sequência do embate, foi a aia da pequena Isabel levá-la e lhe ouviu a frase, que mais tarde, viria reproduzida no Processo Sumário e Devassa:

«— Rezai todos por mim. Esta noite me hão-de cortar a cabeça.»

No quarto do duque ninguém dormia, porque a inquietação constante se apossara dele, o agitava e o remordia de ódio, ao mesmo tempo que de desejo de reparação da sua honra ofendida. A sua permanente espertina e o nervosismo mostrado pesavam no espírito do seu fiel camareiro, que aos pés do leito reprimia a custo as lágrimas e o soluço, por pensar que o amo estava piorando dos seus males.

Altas horas, alguém bateu à porta da câmara do duque.

Foi abri-la o velho e fiel Fernão Rodrigues.

«— Quem é?», indagou o duque.

E a resposta saiu como um bólido de fogo da boca do camareiro.

«— É Pêro Fernandes, o hortelão.»

«— Pois então que entre presto. E a que vem?», lhe perguntou o duque.

«— Para dizer a vossa senhoria que aquele a quem vigiávamos está dentro da câmara da senhora duquesa. A guardar a janela por onde subiu e já não poderá descer, porque lá ficou o Pêro Vaz de sentinela.»

Não se surpreendeu o duque, pois já adivinhara que o facto poderia acontecer de um momento para o outro. Excitou-se, contudo, e erguendo-se do seu leito, seminu, esbracejando e em voz alta, com rapidez não costumada, traçou a estratégia para que este momento se tornasse no último que, ensombradamente, pesava na sua vida doméstica.

Espalhou ordens, escolheu os apetrechos para o golpe, destinou os lugares para cada um dos servos que se encontravam no cenário do drama que se perspectivava.

«— Tu, Fernão Rodrigues, chama o escrivão e o Gaspar Vaz que se apresse também!», ordenava furibundo, excitado e movimentando-se em roupas menores e descalço, de lés a lés da câmara. Esperando que Pêro Vaz se despachasse, deu-lhe ordem para que fosse imediatamente para o pé de daquele que ficara de atalaia à janela da escalada e que levasse também o mensageiro hortelão Pêro Fernandes, para que os três não deixassem sair ninguém pela sinistra janela. E que matassem quem o tentasse fazer.

Foi chamar o porteiro, voltou para cima no momento em que acabara de chegar o seu velho camareiro acompanhado do escrivão Jorge Lourenço. Escolheu o duque as armas para ele e para o escrivão entre as de mais afiado gume.

Organizou-se a partir da câmara do duque o pequeno préstito, já com odores funéreos, levando à cauda D. Jaime e o escrivão Jorge Lourenço e, à frente, com o brandão a iluminar os espaços, o porteiro que por duas vezes atroou, com o som das aldrabas, o volumoso vão daquelas artísticas abóbadas quinhentistas.

Ninguém veio abrir.

Resoluto, D. Jaime pega na tranca da porta e com ela arremete furiosamente uma vez, duas vezes, todas as necessárias para que se abrisse o caminho que o levava à desafronta da desonra e também da morte do traidor. Até que uma voz vinda de dentro clamou.

«— Já cá vou para abrir a porta!»

Entrou de rompante o duque e, sem hesitação de qualquer espécie, dirigiu-se para a cama da duquesa. Fechou-se a porta por dentro com chave.

Num relance viu a cama vazia e logo imaginou o pior.

Teria a duquesa fugido? Mas para onde? Impossível.

Pávidas e acoradas a um canto estavam as três criadas e foram elas que indicaram ao duque o caminho para o quarto dos filhos, onde a duquesa estava com eles; talvez a saborear os deliciosos e últimos momentos da sua companhia, o que estava prestes a não mais acontecer.

«— E o António Alcoforado, digam-me, onde está?», inquiriu o duque.

«— Não o sabemos senhor!», respondeu a maquiavélica Ana Camelo, que dificilmente disfarçava o peso da emoção por se ver servida nos seus tremendos e infernais pensamentos.

A negra Francisca da Silva abriu a porta e porque o duque perguntasse quem ali tinha entrado, uma voz lhe respondeu:

«— Ninguém; sou eu, senhor, que estou acariciando a minha filha. Devia ter dito “a nossa filha”; isso lhe quedaria mais a preceito.»

Num relancear de olhos o duque perscrutou a câmara dos filhos e não encontrou o que procurava. Do Alcoforado, nem sequer o rasto lhe apanhara. Saiu do quarto recomendando ao porteiro que ninguém dali sáisse sem sua ordem expressa. Rebuscou por todos os cantos das casas; até aos aposentos das escravas negras foi. Em nova passagem do duque pela câ-

mara onde estava o grande e luxuoso leito da duquesa e de onde vinha saindo a pérfida Ana Camelo, nervosa e certa de que lhe parecia ter visto dissimulado um vulto humano por entre um rolo de alcatifa e os pendentos dos alvos mas impuros cortinados, dando o duque de caras com a coscuvilheira inquiriu:

«— Para onde se teria sumido o pajem da duquesa?»

A resposta cautelosa, descomprometida e cavilosa não se fez esperar saída daquela boca felina:

«— Não sei. Talvez pela câmara por onde entrou.»

Encorajado com o alvitre e tirando da mão do tabelião Jorge Lourenço a tocha que os alumia, decidiu-se ele próprio a percorrer de novo a dita câmara.

E aos primeiros passos que dava viu cair-lhe aos pés, arrojando de joelhos, pedindo-lhe perdão e chorando o doídivanas amoroso, o miserável do Alcoforado, que não soubera conservar a sua própria dignidade nem respeitar a honra daquele homem de quem era servo e se portara como um reles cachorro que morde a mão do dono em vez de lamber-lha.

«— Encomenda-te a Deus que vais morrer cachorro vil!», gritou o duque ofendido.

Nada que o Alcoforado não esperasse e que a sua cobardia ignóbil não pressentisse de há muito tempo a esta parte. Pediu apenas que o deixassem confessar-se.

Tardio arrependimento este e falso talvez; fora de tempo concerteza.

O perigo e o mal que arrostou e que fez durante tanto tempo, pecando contra os mandamentos divinos, foram mais do que suficiente para lhe dar ensanchas do arrependimento que agora manifesta. Ninguém lhe perdoaria a confissão inútil. Nem D. Jaime nem talvez o próprio Deus, cuja bondade é infinita. O inferno foi feito para os pecadores relapsos e não é o apetite tardio, surgido fora de horas, que os pode salvar. A confissão não é uma alternativa de momento,

para satisfazer uma conveniência pessoal. Necessita de um exame de consciência ponderado e de uma necessidade verdadeiramente sentida de emenda do pecado cometido.

Coisas estas que não se podem fazer nem acontecer em cima da hora negra em que nos pedem responsabilidades por aquilo que nunca devíamos ter feito. O cristão tem de compreender à luz da doutrina que professa, com antecedência em relação ao pecado que o atrai e, se cair na esparrela que ele lhe proporciona, tem de se soltar convictamente para que seja perdoado.

Deus é Pai e Onnipotente e Justo. Sabe perdoar o pecado quando a contrição é sã, sincera e não provém da conveniência momentânea do indivíduo.

D. Jaime, encolerizado e sequioso de vingança, correu à porta a chamar os três vigias cujo acesso guardavam, ordenou que subissem à câmara e com o tabelião Jorge Lourenço guardassem o delituoso.

É fácil de calcular o alvoroço que se espalhará por todo o paço. Todas as luzes acesas, todos levantados, o burburinho das vozes com os comentários! A surpresa, a hora da noite, o medo ligado às responsabilidades que a cada serventuário diziam respeito.

Só D. Jaime, com calma aparente tratava de ordenar todas as peças daquele complexo xadrez, para de imediato proceder com a aparência de legalidade justificativa em relação ao acto que já tinha premeditado e anunciado: mandar matar o culpado, o doidivas que nada nem a ninguém respeitou, cometendo o mal que cometeu.

Juntou as peças denunciadoras, os restos das cartas feitas em pedacitos com uma tesoura, para as tornar ilegíveis ou incompreensíveis pelo menos, as quais estavam à guarda da senhora duquesa mas com o conhecimento da própria Ana Camelo que as foi buscar a mandado do duque. Arrecadou-as este no bolso do seu pelote.

E de seguida berrou para dentro da câmara da esposa infiel, encolerizado:

«— Vinde cá, senhora! Esta é a minha doença, que há dez noites que não durmo, nem aquele que está lá fora.» — “aquele” era o seu velho e fiel camareiro Fernão Rodrigues — «E disto sois vós a culpada! andem chamar o capelão Lopo Garcia para que confesse estes dois, que estão em artigos de morte» E estavam de facto, segundo a lei ditada pelas Ordenações, o código penal em uso. E continuou:

«— Pêro Vaz e Gaspar Ferraz ficai aí para o que eu necessitar.»

A Beatriz Anes e Francisca da Silva arrastaram a duquesa o mais suavemente que puderam até ao guarda-roupa, a mandado do duque.

Parecia estar tudo disposto para o ágape que D. Jaime preparava para sua própria satisfação — diremos melhor vingança —, porque o era.

Entrementes, o Alcoforado acompanhado de Jorge Lourenço, com quem trocava palavras enquanto esperava a vinda do confessor, abriu-se com o tabelião e fez-lhe a confissão de todo o mal acontecido até ao ponto a que chegou. Não era preciso mais nada, tudo poderia acabar ali porque a verdade nua e crua do que se passara na troca de amores entre os dois perdidos, o Alcoforado e a D. Leonor de Guzmán, ficara perfeitamente explanada naquela conversação. Deviam ter sido as verdades mais precisas e concisas que se ouviram em todo este historial. Mais precisas e verdadeiras, do que muitas afirmações que durante o posterior inquérito às testemunhas na “Devassa” foram ditas, escritas e transmitidas à posteridade.

O perdão foi pedido de joelhos, aos pés do duque que voltava de novo à câmara da duquesa, mas não foi concedido.

A reposta foi de que se abraçasse com Deus, porque o seu corpo teria de padecer.

Mandou o duque a João Lourenço que saísse um pouco de tempo da sala. Então, em desabrido diálogo que serviu ao duque para insultar o

condenado tal como o sentia, anunciou que iria ser morto, não por ele, que teria nojo de o fazer. Quem o iria matar era um negro, o mesmo que já em criança metia medo ao Alcoforado quando ia ao paço em companhia do pai. E a ela a infamante duquesa, a essa, seria ele próprio que a assassinaria. Chegava o padre Lopo Garcia que ficou só com o penitente em confissão.

O duque aproveitou para dar ordens ao seu pessoal: as mulheres ficariam ali para testemunharem o acto justiceiro que se iria praticar, pelas mãos do negro Diogo, na pessoa do Alcoforado. Lá estava a Ana Camefo.

Gaspar Vaz foi dar recado ao escravo Diogo, a quem chamavam o “Sobreiro Negro”, tal era o seu porte físico. Que subisse de imediato e que levasse consigo o manchil aguçado «com que mata as raízes», ele que ainda não se esquecera do castigo que recebera naquele dia em que foi açoutado por ter metido medo ao pequeno Alcoforado, acenando-lhe com o mesmo manchil.

Quem havia de dizer que o iria agora utilizar de verdade?

Mas não queremos acreditar que o negro tomasse este acto como prova de vingança do que sofrera – tão leve teria sido o sofrimento, uns simples açoites distribuídos por aquela gigantesca corpulência –, porque se o acreditássemos teríamos de considerá-lo um monstro e não um homem.

O que se estaria passando no íntimo da Ana Camelo, a maldosa, a intrigante, a interesseira, a amante desprezada, testemunhando agora os preparativos do acto sangrento e ver a caminho a degolação do progenitor do filho que trazia no ventre? E, do mesmo modo, em relação à Guzmán.

O padre Lopo Garcia dera por finda a confissão do condenado, porque ao duque já tardava o tempo. Galvanizado por um ódio explicável, este era o único que se agitava e dava ordens, perante silencioso e incómodo recolhi-

mento que às pessoas causava a preparação daquele hediondo espectáculo. Num momento ordenou, seguro e satisfeito de poder sacudir da sua dignidade a mancha negra da ignominia que sofrera:

«– Diogo, avança e mata aquele homem!»

Qual homem? Aquele homem era um adolescente e a primeira vez que se portou como tal foi mesmo nessa hora última, em que teve a coragem de enfrentar a morte, solicitando o perdão do amigo Pêro Vaz, se alguma vez o tivesse ofendido e lhe fez o derradeiro pedido antes que o brilho do manchil aguçado do preto Diogo o amedrontasse:

«– Tape-me os olhos.»

E foi com um pedaço do lençol, rasgado da cama da duquesa que lhe colocaram a venda.

«– Amarra-lhe as mãos atrás das costas, Diogo.», acrescentou o duque.

la morrer como um homem, convicto e responsabilizado do mal que lhe acontecera, por tanto bem-querer aquela por amor de quem ia morrer, mas valia a pena morrer por aquele motivo.

Estava pronto o Alcoforado para receber o golpe certo e brutal do hercúleo negro a quem detestava.

Apertara Pêro Vaz o último nó da fita do lençol contra os olhos já cerrados do condenado. O dó na alma e o pranto nos olhos invadiram todos os que estavam assistindo ao horrendo espectáculo.

Num gesto, usando da força própria de um gladiador romano, aquela alta figura do negro Diogo inclinou a cabeça do Alcoforado, e pegando-lhe pelos cabelos com uma das mãos, pôs-lhe a grossura do pescoço a descoberto e marcou o sítio onde havia de, subitamente, desferir o golpe mortífero.

Ouviu-se a queda do corpo; o acto estava consumado. Morrera para sempre o tentador rapazola, o esbelto jovem de cabelo encaracolado e de olhos negros que sabia infundir chis-



pas de amor que incendiavam o coração das mulheres. Destas, a duquesa foi a sua eleita, aquela por quem era capaz de voltar a morrer se alguma vez mais pudesse voltar a viver.

Mas não estava terminada a sanha vingativa, aquela que havia de completar a lavagem da honra do ofendido duque que continuava ordenando cada coisa de sua vez.

Agora mandou que saísse da sala, para que se confessasse, a sua pérfida esposa, a duquesa espanhola D. Leonor de Guzmán.

Veio o padre; e à pergunta que antes de começar a confissão lhe fez a duquesa, indagando se já tinham morto o Alcoforado, o padre hesitante na resposta, acabou por mentir – não sem que ao mesmo tempo pedisse perdão a Deus dessa piedosa mentira – respondendo-lhe com um «ainda não».

D. Leonor confessou-se culpada da infidelidade e do desrespeito e abandono dos filhos. Lembrou ao confessor, a título de desculpa, que era uma esposa esquecida, mesmo desprezada, humilhada, desculpas que ela compreendia e aceitava que não seriam suficientes para justificar o seu crime, o seu crime de amor.

A confissão tornara-se longa e o duque já enfadado e impaciente de esperar, interrompeu-a pedindo que acabasse já.

Mas faltava só o último pedido da duquesa ao capelão: que após a sua morte pedisse ele perdão à mãe do Alcoforado e lhe oferecesse o cordão que, num gesto rápido e forte arrancara do seu pescoço, mostrando-o ao confessor, e lhe dissesse que fora tecido com o cabelo do filho decapitado e alguns fios de ouro, pela mão da duquesa que tanto o estimava.

Ainda o som dos passos do confessor não se sumira da vasta sala e já D. Jaime praguejava, como que endoidecido, em alta voz:

«– Chegou a minha hora, Leonor de Guzmán!».

Era a hora da vingança, da justiça como mandava a época, que se governava pela letra do código que dava pelo nome de Ordenações,

a hora que libertava a ele do escárnio da sociedade e aos seus dois filhos da indignidade a quem o comportamento leviano da mãe acarretaria o apodo de nomes impróprios de serem lançados no rosto de uma família de sangue real. Num último impulso de defesa, pretendeu ainda a duquesa negar o seu crime mas o seu ofendido marido atirou-lhe à cara, como resposta, os bocaditos retalhados das cartas que, ela, tardiamente, tinha feito em tiras para impedir que as lessem.

Não havia pois desculpa ou fingimento que pudesse deter o braço armado do duque. Avançou para ela – que em defesa, recuava amedrontada e envolvida no pensamento de que, ao menos, a sua alma se iria juntar à do Alcoforado, – agarrou-a pelos cabelos e desferiu três golpes fortes e profundos com a espada curta e larga que usava quando saía a cavalo.

Derrubou-a com o primeiro golpe no crânio, ergueu-a, puxou-a para o centro da casa e vibrou-lhe um segundo que quase a decapitou.

Findara o mal, a vida da duquesa foi a moeda que pagou o seu alívio.

Terminado este terrível acto, D. Jaime chegou à porta da sala contígua e ordenou:

«– Ide, a que foi duquesa de Bragança, está morta. Fui eu quem a matou.»

Mas a vida pacega iria continuar, para que o mais depressa possível naquela casa se apagasse a sombra e a memória daquela Guzmán que o traíra e do pajem, que não respeitou como era seu dever e obrigação a honra e a dignidade do seu amo e senhor.

Ditou ordens ao bacharel Gaspar Vaz para que, rapidamente, procurasse reunir o seu ouvidor Gaspar Lopes, o tabelião Álvaro Pacheco e o juiz ordinário da vila, João Álvares Mouro e que os trouxesse ao paço, porque tinha urgência em que se fizesse o Auto antes de o Sol nascer.

Voltando-se para João Gomes pediu-lhe que carregasse o corpo da duquesa para a outra sala e o colocasse ao lado do amante.

Esgotara-se a força no corpo do duque, cambaleava, sentia que iria sofrer do mal do costume, por isso mandou que chamassem o médico e meteu-se na cama.

E ao romper da aurora do dia 2 de Novembro de 1512, constatados os factos na presença das testemunhas e aceite a declaração espontânea do duque de se confessar o autor do crime, o auto ficou completo.

Mas não acabara ainda aqui o processo, nem sequer tinham começado as formalidades para a obtenção do cadáver do Alcoforado que de direito pertencia à sua família.

Por isso, logo que os sinos dobraram com a tétrica e cadenciada plangência com que os sinos grandes de Vila Viçosa sabem anunciar a morte de alguém, abrindo as portas ao silêncio e ao secretismo do que se passara durante a noite na alcova do paço ducal, onde acontecera um dos maiores romances de amor da Humanidade, é feita a denúncia sonora a toda a vila do drama que acabara de enlutar a família Alcoforado. E nesse momento nascia o tempo de pensar no funeral.

Ofereceu-se João Fernandes, o servo e grande amigo daquela fidalga família, envolvida na amarga treva do luto, para ir reclamar o cadáver ao paço e proceder ao enterro do ex-pajem António.

O ânimo de Maria Alcoforado ameaçava esgotar-se mas a sua íntima religiosidade recobrava-o quando ele diminuía. Bastava lembrar-se daquela mãe do Céu que na hora brumosa do Calvário, onde seu Filho espiava crucificado na cruz, dera ao Mundo o exemplo de quanto na morte de um filho, e demais nestas condições.

Era esse gesto dessa Mãe que Maria Alcoforado estava imitando, sem que ainda estivesse na presença do filho, que jazia decapitado no chão frio e pouco acolhedor da câmara da duquesa.

Não foi difícil obter o corpo do António, pois D. Jaime consentiu que fosse entregue à famí-

lia. Já quanto ao da duquesa foi mais exigente, por desejar que lhe não fosse dada jazida em Vila Viçosa.

Valeu na circunstância o criado particular que D. Jaime trouxera de Espanha quando lá estava alapardado para fugir aos actos de vingança cruel, manifestados pelo rei D. João II, após a execução que mandou se fizesse na pessoa de seu pai, D. Fernando II, no cadafalso da praça pública de Évora em 1493.

Francisco de Valderrama, se chamava ele, espanhol de origem e, ainda hoje o seu nome brilha numa das travessas da vila, conseguira, à custa de amizades que o corpo fosse para o convento da Luz, em Montes Claros, de onde muitos anos depois a transportariam para o convento da Esperança de Vila Viçosa, onde hoje jaz, à entrada do coro de baixo.

Tudo acontecia rapidamente ali no paço. Ainda os cadáveres não estavam inteiriçados e já o ouvidor, acompanhado das demais autoridades do burgo, começara o inquérito.

Enquanto a mula transportava o corpo da duquesa de Bragança por entre os olivais desertos que ligavam o paço à igreja de Montes Claros, a uns escassos quatro quilómetros de distância, desacompanhada de cortejo como era costume usarem os de Niebla e Guzmán, a caminho da esbelta catedral sevilhana de Santo Isidro, onde tinham túmulo perpétuo, dois homens carregavam também a modesta tumba da Misericórdia local, descansando a espaços, pelo meio da vila, desde o paço pelo Charqueirão até à rua da Freira, onde residiam os Alcoforados.

Entre choros e rezas se tinham passado estes últimos momentos em casa dos Alcoforados, Choros talvez já secos por esgotamento das lágrimas, rezas que talvez já cansassem os Santos a quem eram dirigidas!

Mal o cadáver entrou lá estava ao cimo da escada a Maria Alcoforado de vela acesa na mão, ao lado do marido e do filho Manuel, à

espera, até que, ao aproximar do cadáver as forças se lhe sumiram caindo de joelhos no chão.

Dado o que aconteceu com o enterramento da duquesa, fora e longe da urbe, na solitária igreja do convento de Montes Claros, temia-se que aos restos mortais do ex-pajem houvesse relutância em dar-lhe sete palmos de chão de uma igreja para o sepultar. E com razão o supunham, pois foram baldados os esforços do velho e fiel criado João Fernandes para achar quem autorizasse jazida para o filho do amo nas igrejas da vila.

Outras providências haviam que serem tomadas e rapidamente o teriam de ser, porque o tempo urgia.

Já se dispunha a própria Maria Alcoforado, acompanhada de alguém a tomar essa iniciativa; era necessário apenas esperar que anoitasse.

Chegada a noite ouviu-se baterem à porta. Quem era? Era o Frei João das Chagas, um eremita da Serra d'Ossa que vinha oferecer à mãe chorosa e morta de dor, a sepultura condigna para o seu filho e o enterramento feito com o devido preceito religioso dos cristãos. Desta forma não seria necessário expor o corpo desse amante à rapacidade das águias ou dos milhafres no alto do Outeiro da Forca, até à consumação da carne pecadora. Não, arranjar-lhe-ia um lugar condigno, sossegado e mais de acordo com o respeito que é devido ao ser humano mesmo quando ele é réu. Todo o homem é pessoa e toda a pessoa tem o direito a um mínimo de respeitabilidade, mesmo que esteja morto e decapitado. A jazida oferecida pelo padre franciscano, de acordo com os seus confrades do convento calipolense, seria numa igreja.

Desta forma se ofereceria o devido lugar ao cadáver de um moçoilo que no fim de contas não era a pessoa com mais culpas no cartório. Estas as deviam tomar contra si o rei que impôs o casamento, o agora dito ofendido duque

D. Jaime que não soube respeitar a sua jovem esposa, desprezando-a, atraíndo-a e sujeitando-a no alvor da vida a um enclaustramento impróprio, desumano, para uma jovem cheia de tudo o que Deus nos oferece para ser desfrutado. Não se pode encarcerar o fulgor de uma vida que floresce na alma de uma jovem de tão pouca idade, como era o caso de D. Leonor de Guzmán.

E numa alta, fria e enublada hora dessa noite, no curto préstito fúnebre que o velho e respeitador criado dos Alcoforados organizara, transportava-se, às cegas, por uma estrada cheia de covas, que o conduziria à igreja do convento dos Capuchos, o corpo do defunto, acompanhado pelo irmão Manuel que amparava os passos inseguros, curtos e cambaleantes da mãe chorosa, alquebrada pela dor, a quem uma réstia de ânimo permitiu que só tombasse à beira da térrea sepultura onde o filho se quedaria para a eternidade.

Demorada, por longa, foi a inquirição das treze testemunhas, cujos depoimentos encheram as trinta e oito folhas de papel que compõem o caderno contendo o seu exacto traslado.

Só Fernão Rodrigues e Fernão Velho tiveram palavras de lembrança para a gentileza e para as mercês que deveram em vida à duquesa, com a honestidade que convinha e era própria da sua conduta através de toda a sua vida.

O traslado, peça jurídica que tinha por objectivo tapar o buraco que as Ordenações exigiam de que a vingança – a morte – só pudesse considerar-se líquida quando exercida em flagrante delito, estava pronto no sexto dia e foi enviado ao Corregedor Régio e ao seu procurador em Évora, onde a Corte estava nesta data, assinalando cautelosa e propositadamente, que era sua intenção «livrar-se de ser acusado da morte horrenda que dera à duquesa, por lhe pecar na lei do casamento».

Esqueceu-se o duque, e aqui revelou o seu exacerbado machismo e desrespeito pela sua

consorte, que a razão por ele invocada agora, para se justificar do assassinio perpetrado na pessoa da duquesa D. Leonor de Guzmán se fundamentava, apenas, num direito, hoje arcaico, concedido só ao homem e não à mulher.

O duque tinha uma comborça fora de Vila Viçosa, na vila de Arraiolos, com quem, às temporadas ia divertir-se e trocar as delícias esponsais que à sua legítima esposa negava.

Se a lei civil, expressa nas Ordenações lhe reconhecia, referenciamento, esse exclusivo direito, só porque era Homem, nunca ao duque poderia esquecer-lhe aquela outra lei moral e de superior quilate que absolutamente lho vedava. E essa estava incluída nos mandamentos da lei de Deus a quem ele servia e adorava em orações e suplicios que a si próprio infligia – possivelmente só com intuítos teatrais e propagandísticos.

Estava lá, e bem compreensiva, em tudo o que se refere à castidade do cristão e ao respeito devido à mulher alheia e à própria.

D. Jaime, neste capítulo, era réu de maior traição do que a esposa o fora para ela própria. Se ela tem alguns pontos em que se apoie a fraca defesa de que se reveste a sua atitude amorosa para com o Alcoforado, o duque, esse não tem nenhuma base de sustentação moral para se defender do acto tresloucado que conscientemente cometeu.

No entanto, o corregedor e os desembargadores da Casa do Suplício acharam fundamento suficiente para que “do duque fosse concedida a prova por devassa pública”.

Afixaram-se os éditos nos lugares do costume e também nas povoações fronteiriças.

Este trágico acontecimento poderia ter transformado Vila Viçosa num oásis desabitado, pela corte ducal em fuga, à busca de melhor aconchego, onde pudessem apagar os ecos profundos dos amores e das mortes que denegriram o paço.

A debandada começa, indo os pequenos órfãos de mãe – os futuros herdeiros do riquís-

simo ducado – para a companhia da avó em Lisboa e o duque para o castelo de Evoramonte, levando consigo apenas o escol da criada-gem, acrescido de alguns de novo e deixando a escumalha restante e fraldisqueira ao abandono no paço do Reguengo, que assim se irmanava com o paço velho que fora a primeira residência dos Braganças.

Só a falsa amiga da duquesa, a Ana Camelo, desaparecera, logo denunciando a sua fuga a Francisca da Silva, para pôr tudo em pratos limpos ao acrescentar que o fazia porque estava de esperanças em virtude dos “adiantados amores” que trocara com o pajem ora decapitado. Sobre quem caiu a maior ruína deste desfecho desconcertante dos amores escondidos da duquesa e do seu pajem, foi precisamente a Maria Alcoforado, porque era a mãe do António e este era a luz da sua alma.

Os sonhos endemoninhados e as visões perturbaram-lhe o pensamento, até que um certo dia, já depois de ter visitado a campa rasa do filho na igreja conventual, dirigiu-se ao convento da Luz, onde jazia a duquesa, sobre cujo túmulo “chorou com piedosa resignação,” que não foi a suficiente para lhe diminuir os distúrbios mentais antes a atirou para a consulta do médico que também não encontrou remédio a dar-lhe para aquele penoso e hórrido sofrimento, pois só a piedade divina a poderia curar.

Correram os éditos reais o seu tempo legal e, que conste, nenhum português houve que ousasse mover acusação ao criminoso acto (legalmente justificado), perpetrado por D. Jaime. Nem mesmo a Ana Camelo teve coragem de apresentar os documentos de dívida, por empréstimos secretos que possuía assinados pela duquesa. E se os apresentasse nada ganharia com isso, porque o próprio texto das Ordenações lhe retirava o imputável valor que pareciam ter.

Mas se não apareciam os reclamantes portugueses, apareceram os espanhóis!

Quem eram eles?

Uma pequena embaixada de cavaleiros vestidos de luto, arvorando arrogantemente a insignia dos duques de Niebla e de Medina Sidónio. Vinham com a intenção de falar com o senhor D. Jaime.

Avisado o duque, mandou o alcaide-mor João de Eça como seu porta-voz. Apresentou-se na sua montada e de escolta de alabardeiros a cavalo, respondendo assim à letra e no mesmo tom com a altivez exigida pela circunstância, à arrogância inopinada do grupo espanhol.

«— Quem sois e ao que vindes?», perguntou o alcaide.

Da boca do inquirido, D. Pablo Muñoz de Mendonça, fidalgo espanhol de alta estirpe, se soltou um elogioso curriculum pessoal, que não desmereceu da fama de gabarolas e de blasonadores que se atribuiu jocosamente em Portugal aos naturais de Andaluzia.

Não se fez esperar a resposta do alcaide-mor João de Eça, em termos tais que lembraram ao autor do livro de que me estou servindo para descrever resumidamente esta cena, uma contenda entre um D. Quixote e um qualquer dos Doze de Inglaterra, entre os quais destacamos Álvaro Gonçalves Coutinho, o célebre “Magriço”, tal foi a jactância que ambos produziram verbalmente, durante o diálogo travado.

Mas a sem-cerimónia, a altivez e a sobrançeria excediam tudo o que se esperaria de tão luzida cavalgada andaluza: o desafio feito ao duque de Bragança para se bater em duelo com o Conde de Urenha, D. Pedro Cisneros de Girón, a fim de matando o Bragança, vingar D. Leonor de Guzmán ou, morrendo soltando gritos de maldição contra o mesmo duque.

Não quisera nem devera João do Eça dar a resposta à aleivosia proposta pelo andaluz. Por isso conduziu-o até à presença de D. Jaime que, com requintes de cerimonial gentileza, contrária à revelada pelo espanhol, o recebeu na Sala Grande.

Subiu D. Jaime ao trono ducal, à cabeceira do grande salão e, exprimindo-se em correcta língua castelhana, a qual aprendera quando exilado em Espanha, e chamando João de Eça lhe pediu que aceitasse ele a carta da mão do mandatário do conde de Urenha, que não lha quis entregar por razões não convincentes. Teria de fazê-lo ele, mão a mão, ao próprio duque que rejeitou recebê-la, respondendo-lhe:

«— Não preciso de lê-la. Já sei o que lá se diz que é o suficiente para a resposta que quero dar-lhe». Mostrou o duque estranheza por o ofendido, a 12 dias de viagem de Portugal, reptasse o ofensor para ir ter com ele. Não o faria «sem que fosse de categoria igual à dele. Nada mais.»

Mas o diálogo aqueceu a tal ponto que D. Jaime teve de invocar actos valerosos praticados pelos portugueses em desfavor dos espanhóis, para mostrar ao mandatário do conde de Urenha que na sua família não havia poltrões, exemplificando com actos meritórios praticados pelos nossos em Valverde de Mérida, Atoleiros e Aljubarrota.

E para que não ficassem dúvidas na cabeça do conde andaluz acerca das razões de D. Jaime, mandou que o alcaide-mor de Vila Viçosa lesse em castelhano o que nas Ordenações do Reino se especificava em relação à negativa do duque em aceitar o repto sem autorização do Rei.

Por sua vez o mandatário espanhol rejeitou ouvir essa leitura e no seguimento da acesa discussão travada com D. Pablo, voltando-se o duque para D. João de Eça lhe ordenou que acompanhasse o fidalgo andaluz para fora da sala.

Ninguém mais veio à barra do tribunal, reclamar direitos de contestação contra o bárbaro acto praticado por D. Jaime, o que o levou a recolher à Corte de Lisboa, não para se afastar do palco dos crimes que em Vila Viçosa tinham ocorrido, que essa imagem pouco ou nada deveria incomodar a sua ofendida honra, mas talvez porque conveniências de graves decisões a tomar pelo Rei, exigissem a sua presença na capital.

Com efeito, passados dias começaram a preparar-se alojamentos para lanceiros a pé, besteiros a pé e a cavalo e espingardeiros que em grande número aqui se iriam organizar e treinar com a chegada dos chefes militares destinados a instruí-los e comandá-los.

O que se preparava era, nada mais, nada menos, do que a tomada da cidade africana de Azamor e, para tal, seria necessário um numeroso exército que não podia ser de menos de vinte mil homens de desembarque e mais quatro mil de gente das naus e outras embarcações; e para tão elevado número contribuiria também a Casa Ducal dos Braganças com cerca de quatro mil homens a expensas suas.

O comando da expedição foi posto por D. Manuel I nas mãos de D. Jaime, não como castigo mas sim por mercê especial e, como imediato do duque lá estaria o experimentado D. João de Meneses, pois já tinha ido três vezes a Azamor.

Tudo estava preparado para a partida da Armada, por isso era chegada a hora de se despedirem os maioraís da Família Real.

No paço real de D. Manuel foram banqueteados com um serão vicentino, no qual se representou a peça «Exortação da Guerra» do insigne poeta Gil Vicente, com a assistência da Família Real e de toda a corte, enquanto, ali perto, no estuário do grande rio Tejo, a Armada estava pronta a largar soltando o seu branco velame ao vento, vento que se fez esperar até ao dia 17 de Agosto. No fim de Agosto estava a frota em frente de Azamor!

Uma situação bélica que se mostrava para nós de difícil solução, foi, graças a um simples acidente – o qual foi a morte de Cude-Mansor, chefe de guerra marroquino –, resolvida a nosso contento, atingido que ele foi em pleno peito por um pelouro de bombarda.

Foi o suficiente para que o desalento invadesse as hostes defensoras da fortaleza que os portugueses queriam invadir, tornando-se, deste modo, a operação fácil e sem prejuízos de grande monta.

Em glória entrou o duque D. Jaime na cidade mourisca, onde se demorou para receber os protestos de submissão dos chefes de outras pequenas cidades e povoados da região, que não tardaram a apresentá-los.

E, em glória, voltou a Portugal no princípio de Novembro.

Era precisamente no princípio de Novembro de 1513 que fazia um ano, que uma mulher de Vila Viçosa, alquebrada pelo desgosto do assassinio do seu filho, se tornara na única pessoa desta vila que não festejava a chegada do vitorioso D. Jaime, que inteira aclamava com festas cívicas e religiosas, em louvor e agradecimento pelo brilhante êxito alcançado com a expedição militar que regressava do norte de África.

E forte razão era a dessa mulher para assim proceder.

No dia seguinte ao do aniversário das mortes de D. Leonor e do Alcoforado, ao fim da manhã, bateu à porta de Afonso Pires Alcoforado, uma pessoa já nossa conhecida, o Francisco de Valderrama, que vinha acompanhado de uma mulher embocada, o que tornava difícil o seu reconhecimento.

Essa mulher era a enredadeira, a perversa Ana Camelo que vinha agora confessar à Maria Alcoforado, mãe do António, tudo o que se passou e desenrolar toda a trama de um idílio que ela conservou em segredo e atijou, até ao ponto de satisfazer todas as suas particulares ambições, desejos e vaidades e que, acicatada pelo ciúme provocador de ódios, fez chegar ao conhecimento de D. Jaime as cartas de amor que os dois amantes trocavam. E tais artimanhas empregou ao contar tudo o que na verdade se passara, que Maria Alcoforado ia criando uma certa receptividade e disposição para desculpar tanto mal acontecido ao seu filho.

Numa atitude beatífica de sentimentalismo talvez fingido, essa mulher anunciou que pensara em matar-se, acto que posteriormente tro-

cou por entrar num convento em Évora, como simples serviçal.

Amolecida já, pelo efeito de tão bem engendrado arrazoado, Maria Alcoforado perguntou:

«— E quem se compadece do filho que fica cá fora do convento?»

«— Senhora, é por isso mesmo que venho. Se obtiver o vosso perdão para o mal que fiz ao vosso filho, tudo se resolveria.»

Ana Camelo era ótima condutora de diálogos, persuasiva até ao limite; o coração de Maria Alcoforado era demasiado sensível e a dor da perda do filho enfraquecera-lho mais ainda, por isso acreditou na longa conversa da enredadeira arrependida, prometendo-lhe aceitar o neto e ser como sua segunda mãe. Algum consolo haveria de produzir na Maria Alcoforado esta decisão tão romanceada. E tão grande ela foi que a vida, em casa dos Alcoforados, passou a ter outro sabor desde o dia em que nela entrou o retratinho vivo da cara daquele que foi assassinado por força e razões de um grande amor.

EPÍLOGO

O tempo trata a todos de igual forma e no seu decurso permite que se esqueçam as coisas do passado e as personalidades se fundam em novos moldes. D. Jaime não constituiu excepção, porque pouco tempo decorrido se instalara no paço ducal, em Lisboa, e como Bragança que era, aí estadeava todas as grandezas da sua nobre e poderosíssima Casa.

A seu lado, ou por detrás dele, o Rei D. Manuel I não escondia a necessidade de o tornar a casar.

Ao seu pensamento ocorreu logo fazê-lo utilizando a via do interesse dinástico e, para isso, pensou em uni-lo à filha do marquês de Vila Real, cuja Casa, a dos Meneses, rivalizava em influência e opulência com a dos duques de Bragança. A presumível noiva era uma senhora dotada de predicados intelectuais pouco vulga-

res na época e chamava-se Leonor de Noronha, que veio a morrer inupta, como freira, num convento.

Mas este facto funcionou mais como elo de afastamento do que de ligação e a escolha veio a recair numa fidalga de nobreza modesta, filha do alcaide-mor de Mourão, de nome Joana de Mendonça.

O casamento aconteceu em 1520, oito anos depois do assassinio no paço ducal de Vila Viçosa. A noiva não era rica de bens materiais mas sobravam-lhe os de formosura física e os intelectuais, com suficiência bastante para inspirar poetas da época que retrataram em verso.

Toda a vida de D. Joana de Mendonça decorreu faustosamente, enriquecendo a vida da Corte com o seu ânimo e, familiarmente, foi esposa de um D. Jaime agora diferente, de quem teve nove filhos. Sobreviveu ao marido “vindo a morrer de velha e ainda formosa”, como nos conta o cronista Damião de Góis.

Aos seguidores desta lenga-lenga, causará certamente curiosidade o que aconteceu aos membros da família dos Alcoforados, após a tremenda tragédia que envolveu os que a viveram com maior ligação.

Mas a história é omissa neste ponto, para além da ligeira citação que Luciano Cordeiro faz no seu livro *A Senhora Duquesa*, de um parágrafo do testamento de D. Isabel, mãe de D. Jaime, em 1520: «Ao Alcoforado vinte e cinco réis». Também Campos Júnior, na obra que serve de apoio a este meu relato, *O Pajem da Duquesa*, ensina que na lista dos escudeiros do paço, no reinado de D. João III, constava o nome de um Manuel Alcoforado, possivelmente o filho mais velho de Afonso Pires.

Enquanto, como já sabemos, o corpo da duquesa jazia no Mosteiro da Luz, a uns escasos quilómetros de Vila Viçosa, onde fora apagamamente sepultada, o do seu primogénito D. Teodósio I, que ficou órfão de mãe ainda de tenra idade, era enterrado na igreja do convento dos Agostinhos, panteão Ducal, depois de ter

vivido serenamente como duque de Bragança. Sua irmã casava com o Infante D. Duarte, filho de D. Manuel I e ficou conhecida na História como a «Senhora Infanta viúva».

Da mãe do alegre António Alcoforado, daquela mártir que ficou com a auréola negra do sofrimento pela ominosa acção praticada pelo seu filho querido, dessa ninguém mais se importou e o seu nome – o nome daquela que fora a heroína de toda a tragédia, da sua dor de mãe, ninguém mais se lembrou.

O valor e os feitos dos netos de D. Jaime e de D. Leonor de Guzmán, D. João, sexto duque de Bragança e da intrépida D. Catarina e seu bisneto D. Teodósio II, fizeram esquecer um pouco o antigo ambiente de tristeza que enublou o espírito da Casa dos Duques e reacenderam a chama viva de uma notável e progressiva administração da mesma.

É a mesma D. Catarina quem – di-lo António Caetano de Sousa na sua *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* – manda instaurar um inquérito acerca do assassinio da avó para esclarecer toda a trama da tragédia e provar a inocência de D. Leonor de Guzmán.

Contudo nunca apareceu, até hoje, o documento que poderia constituir o acto de desagravo, a favor da duquesa, por todos tão apetecido.

Mantém-se assim a infamante dúvida que a Devassa mandada fazer por D. Jaime justifica, mas que era necessário que desaparecesse, para que se desfizessem as suspeitas que poderiam macular ou comprometer o direito sucessório de D. Catarina num processo de subida ao Trono.

Mas o que mais importa salientar não é o que aconteceu às pessoas que viveram a tragédia amorosa do paço, mas sim o que aconteceu ao seu país no período histórico que se seguiu ao assassinio do malfadado par amoroso D. Leonor-Alcoforado, e esses acontecimentos foram de infeliz memória.

Primeiramente veio o descalabro, consequência da aventureira e mal preparada sortida

do moço D. Sebastião ao norte de África, concretamente a Alcácer Quibir, onde os exércitos de Portugal foram esmagados pela moirama e, logo de seguida, a subida ao trono com a qual Filipe II de Espanha ganhou o direito de governar Portugal.

Em consequência surgiu o abrandamento do exercício desse vasto Império, causador de invejas a todo o Mundo que Portugal construiu em todos os continentes, à custa de sangue, suor e de lágrimas e aí começou o enfraquecimento do domínio dos portugueses em quase toda a área imperial.

A magnífica herança que Portugal deixava ao monarca espanhol era aliciante para ele mas ominosa para nós, que tivemos de sofrer durante largos e pesados sessenta anos o jugo dos espanhóis.

No final do ano de 1640, a 1 de Dezembro, as rédeas do poder voltaram às mãos dos portugueses. O duque de Bragança D. João II, tomou a coroa real com o nome de D. João IV e nova aurora rompeu então na governação do Reino.

BIBLIOGRAFIA

- BRANCO, Camilo Castelo. *Cavar em ruínas*.
CAMPOS JÚNIOR, António. *O Pagem da Duquesa* (sic), 6 volumes.
CORDEIRO, Luciano. *A Senhora Duquesa*.
ESPANCA, P^e. Joaquim José da Rocha. *Memórias de Vila Viçosa*, fasc. V, ed. da Câmara Municipal de Vila Viçosa, Vila Viçosa, 1983.
PALHA, Fernando. *O Casamento da Infanta*, Carta de marca, 1832.
GÓIS, Damião de. *Crónica*.
GONÇALVES, P^e. Alberto Augusto. *Portugal e a sua História*, Porto, 1939.
SOUSA, António Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*.
Revista Panorama. Quadro da Assistência em Portugal, VIII, vol. 11, 1838.

A Guerra da Restauração – Da Revolução Dezembrista à batalha de Montes Claros

Adriano Miranda Lima (Cabo Verde/Portugal)

É propósito do presente estudo, apresentar umas breves notas sobre a Guerra da Restauração, revisitando, em curtas sínteses, a historiografia dos acontecimentos mais relevantes, nacionais e internacionais, que contextualizam este período da nossa história. A atenção vai ser especialmente centrada no teatro de operações do Alentejo, na medida em que é corolário deste trabalho uma descrição tão completa quanto possível da batalha de Montes Claros.

Pensamos que a evocação desta batalha se ajusta ao interesse da revista *Callipole*, já que em boa verdade ela poderia também designar-se “Batalha de Vila Viçosa”, travado que foi o confronto bélico a poucos quilómetros da vila. A nossa vitória nesta batalha foi o canto de cisne das aspirações de Castela ao trono de Portugal, encerrando praticamente uma guerra de vinte e oito anos, razão por que se é óbvio o seu interesse como evento militar, relevantíssima é a sua importância histórica pelas consequências políticas que gerou.

SITUAÇÃO INTERNACIONAL NO SÉCULO XVII

Em 1640, quando Portugal restaura a sua independência, a Europa era já o centro estratégico do mundo, por obra e graça dos descobrimentos marítimos iniciados na era quinhentista, permitindo a concentração sucessiva no velho continente não só das mais importantes riquezas como as rédeas do controlo do comércio mundial. E é no mesmo século que eclode a Guerra dos Trinta Anos, conflito desencadeado por uma questão de liberdade religiosa, opondo católicos e protestantes, que se estende de 1618 a 1648 e provoca o desmantelamento do Sacro Império Romano do Ocidente. Mas agregando desde logo a disputa de interesses territoriais, comerciais e outros, o conflito envolve os Estados-Nação que então se consolidavam e viriam a ser reconhecidos internacionalmente pelo tratado de Vestefália, em 1648, que pôs fim à guerra. Esta evoluiu com outras implicações, ao disputar-se aos Habsburgos de Espanha a preponderância no

Continente, com a França no primeiro plano da contenda, e também o poder marítimo que detinha, com a Inglaterra, no último caso, a liderar o antagonismo. Contra a Espanha, formara-se uma grande coligação de Estados que puseram em segundo plano as suas divergências para, unidos, lhe disputarem o poder, numa guerra que se transferiu também para as possessões ultramarinas, por acção da Holanda e da Inglaterra.

O poder económico da Espanha decaiu em consequência das alterações da conjuntura política europeia e do comércio mundial, principalmente quando começaram a escassear os principais produtos que lhe tinham garantido grande prosperidade económica do século XVI e inícios do XVII. No entanto, com a absorção do império português desde 1580, passara a deter outros bens susceptíveis de manter o seu potencial económico, nomeadamente o açúcar e os escravos. Mas as doutrinas económicas mercantilistas, então em ascensão, viriam a promover a riqueza dos seus inimigos continentais (como a França) e o apogeu do comércio da Holanda e da Inglaterra.

Em suma, a França é a grande nação vitoriosa: anexa a Alsácia e consolida o caminho para sua expansão. A Inglaterra aumenta o seu poder marítimo. Por sua vez, a Espanha continuaria a luta contra a França até que, derrotada pela aliança franco-inglesa, aceita a Paz dos Pirinéus, em 1659, o que confirma o declínio de sua supremacia.

No contexto internacional em que se debatia e lutava para conservar a sua hegemonia, a Espanha viu-se alvo de acções de estratégia indirecta por parte das nações coligadas que se lhe opunham, como o fomento de rebeliões na própria Península Ibérica, visando a Catalunha e a Andaluzia, e mesmo Portugal.

E com estas pinceladas se traça a evolução do cenário em que Portugal restaura a sua independência.

PERDA E RECUPERAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

A morte do rei cardeal D. Henrique tinha deixado aberto o problema da sucessão ao trono de Portugal, dividindo os portugueses entre duas grandes facções, a dos que defendiam a autonomia e a dos iberistas, que desejavam a união com Castela, o que desde logo nos diz que não havia uma unidade nacional sobre o destino político do país.

Na complicada questão sucessória perfilavam-se os seguintes possíveis candidatos:

– D. António Prior do Crato, neto de D. Manuel I, por ser filho do infante D. Luís;

– D. Catarina de Bragança, neta de D. Manuel I, por ser filha do infante D. Duarte;

– Filipe II de Castela, neto de D. Manuel I, por ser filho da infanta Isabel, mulher de Carlos V.

Apesar das pretensões de D. António Prior do Crato, apoiado por alguns elementos da nobreza e, sobretudo, pelas camadas populares, os sectores mais altos da nobreza e do clero colocaram-se ao lado de Filipe II de Espanha,



Filipe II de Espanha, I de Portugal

que reclamou o seu direito ao trono, visualizando uma imperdível oportunidade histórica para a sempre ansiada união iberista, o que também lhe conferiria um importante ganho estratégico com a junção dos dois impérios ultramarinos, trunfo magistral para o reforço da sua preponderância na Europa e no mundo. A situação era momentaneamente favorável aos designios de Filipe II, porque o desastre de Alcácer Quibir deixara a nação portuguesa exangue e desmoralizada, tornando-a presa fácil do isco que representava o prestígio e a capacidade económica do país aglutinador, onde a próspera burguesia portuguesa passaria a aceder aos meios de pagamento (prata) então aí abundantes. E é assim que se segue um período de acalmia e prosperidade nos primeiros anos da monarquia dual. Com o triunfo obtido pelo monarca espanhol, em parte pelo direito sucessório e em parte pelo poder coercivo das armas e por uma passiva e comprometida atitude de certa nobreza portuguesa, Portugal passou a fazer parte da monarquia hispânica, perdendo a sua independência.

Contudo, por volta do primeiro quartel de seiscentos, os sectores influentes da nação sentem que o seu interesse deixou de passar pela manutenção desta situação. Com efeito, a prata viria mais tarde a escassear em Sevilha, com os portugueses a aperceberem-se de que passaram a ficar limitados ao açúcar e ao comércio de escravos. É notório o descontentamento daqueles que começaram a sentir a perda das vantagens iniciais, tanto mais que doravante é cada vez mais perceptível o desrespeito dos sucessores de Filipe II (I de Portugal) pelas promessas que este monarca tinha feito, e cumprido, nas cortes de Tomar (1581).

Mas nada acontece por acaso. As guerras travadas pela Espanha contra os países que contra ela se coligaram suscitaram medidas centralizadoras aos primeiros-ministros de Filipe III e Filipe IV, respectivamente o Duque de Lerma e o Conde-Duque de Olivares, penalizando os portugueses, sobretudo nas políticas fiscais. O sinal mais marcante de que a Espanha passara a meter tudo no mesmo saco foi a mobilização dos nobres portugueses para combater na Flandres e, posteriormente, na Catalunha. Acumularam-se as razões de descontentamento nacional.

A oposição em Portugal foi sucessivamente ganhando forma, radicada em certa nobreza, letrados, baixo-clero e povo, ainda que não reunindo unanimidade no pensamento e na acção conducentes aos objectivos. De facto, mesmo no seio dos inconformados com o domínio filipino, mantiveram-se interesses remanescentes e sensibilidades ainda apegadas à coroa espanhola, podendo dizer-se que só o povo, por nada ter a perder senão a vida, garantia a mesma adesão total e incondicional à causa nacional que demonstrara na crise dinástica de 1385-85. Amadurecida a decisão para a conjura, nada impediu a sua eclosão, mesmo quando à última hora os mais reflectidos recomendaram mais tempo de ponderação.

De facto, os dados já estavam lançados e era irreversível o seu curso sobre o tabuleiro dos acontecimentos, pois grande era a determinação e a perseverança de António de Mascarenhas, Antão de Almada, Miguel de Almeida, Pêro de Mendonça, Francisco de Melo, João Pinto Ribeiro e outros patriotas. Assim, em 1 de Dezembro de 1640, esses filhos da nação, num total de cerca de quarenta conjurados, apoiados pelo povo humilde, desembarcaram das suas carruagens e aguardaram que no relógio da Sé soassem as nove horas. Ao sinal acústico, irromperam pelo paço, prenderam a duquesa de Mântua e mataram o seu secretário, Miguel de Vasconcelos. Acto contínuo, aclamaram o duque de Bragança, D. João IV, rei de Portugal. Terminavam assim 60 anos de domínio espanhol e mudava-se o panorama político da Europa. Para Rafael Valladares, historiador espanhol especialista nesta época, o reaparecimento de Portugal como país independente foi um dos acontecimentos mais marcantes da história da Europa no século XVII.

Alguns autores consideram que o duque de Bragança ponderou e hesitou excessivamente antes de aceitar encabeçar a conjura, tendo até levado a que o movimento a certa altura pensasse em oferecer a coroa ao seu irmão, então



Coroação de D. João IV – Veloso Salgado, 1908, Museu Militar, Lisboa

residente em França. Admitiu-se mesmo, como última hipótese, a adopção da instituição republicana, à semelhança do que já existia em Itália. Mas outros absolvem D. João de qualquer atitude timorata, argumentado que a hora era grave e o desafio era por demais complexo para justificar uma atitude precipitada. Estava em risco não só o seu destino pessoal e o da sua família como o futuro do país, sobre o qual, em caso de insucesso, poderiam recair pesadas represálias que agravariam ainda mais a situação nacional. Além do mais, parece incontroverso que o rei se portou, em toda a sua trajectória posterior, à altura das suas responsabilidades e da confiança que os conjurados nele depositaram, identificando-se, em pleno e em todas as circunstâncias, com os ideais superiores da pátria.

O ESTADO DO REINO À DATA DA ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO IV

A situação do país era deveras preocupante, razão que poderá de algum modo explicar o tempo de que D. João IV terá necessitado para amadurecer a sua decisão. Com efeito, passado o arrebatamento emocional de um triunfo conseguido com relativa facilidade, cedo a poeira assentou e deu-se conta do estado do retrocesso em que o país tinha caído. Urgia superar dificuldades de ordem política, económica, financeira e militar, para consolidar o triunfo alcançado e empreender a reorganização que permitiria regressar à estabilidade de uma pátria consolidada.

O território metropolitano tinha-se tornado praticamente improdutivo. A agricultura, a tradicional riqueza, limitava-se ao arroteamento de insignificantes courelas em torno das vilas e povoações, enquanto a maior parte do país estava coberta de matagal bravo. Por outro lado, poucas indústrias importantes floresciam. O tesouro achava-se depauperado. Segundo o

censo de 1639, a população baixara a menos de 1.200.000 habitantes, dos quais apenas 200.000 poderiam teoricamente pegar em armas. A emigração para o Brasil despovoava comarcas inteiras. O antigo império ultramarino ficou a mercê da cobiça dos inimigos da Espanha, nomeadamente a Inglaterra e a Holanda, invejosas do poderio espanhol e da riqueza das possessões portuguesas, o que originou a perda de importantes parcelas e dos respectivos proventos económicos.

No âmbito da defesa, a situação não era menos caótica. O país estava desprovido de armas e cavalos, a marinha de guerra arruinada, as fortalezas da fronteira desmanteladas, e a própria organização das Ordenanças praticamente abolida, sem forças militares na verdadeira acepção da palavra, já que o Regimento da Nova Milícia, criado por D. Sebastião em 1570, fora votado ao completo esquecimento sob o regime dos Filipes. Deste modo, as forças militares com que se podia contar para as necessidades do imediato só podiam contar com soldados improvisados, sem instrução e sem comandos à altura, por não abundarem os oficiais aptos, experientes e refinados na nova arte de guerra que se desenvolvera ao longo da Guerra dos Trinta Anos.

Para complicar mais a acção do novo monarca, as tensões internas não estavam apaziguadas, não obstante o sucesso inicial da revolução e a dinâmica moralizadora que seria suposto resultar de uma pátria reconquistada. Embora a aclamação de D. João IV e o advento da dinastia de Bragança não resultassem de uma mera casualidade histórica, mas sim da assumida consciência colectiva de um povo, havia, no entanto, fracturas internas provocadas por sectores do clero e da fidalguia que punham os seus privilégios acima do interesse pátrio. Aparentemente submissos, mas no íntimo afectos à Espanha, muitos consideravam D. João IV um monarca usurpador, provisório,

e apenas aguardavam a oportunidade para facilitar à Filipe IV a reconquista de Portugal. Até porque, como bem pressentiam, a Espanha não iria desistir dos seus intentos de recuperar a coroa portuguesa.

Na verdade, a influência castelhana havia deixado marcas profundas no tecido nacional, pela intrincada relação de interesses e ligações pessoais entre os dois lados da fronteira, sob a forma de posições, cargos e regalias conquistados por fidelidade ao anterior monarca. Muitos não estavam na disposição de perder interesses que conflituavam claramente com o novo Estado. Bem procurou D. João IV promover uma política de apaziguamento, fechando mesmo os olhos à necessidade de rectificar, como aliás seria curial, benefícios auferidos à sombra do despotismo filipino. Mas era notória a clivagem na sociedade. Entre a nobreza havia facções distintas que se digladiavam. Em todo o caso, só a grosso modo se pode identificar uma directriz ideológica perfeitamente nítida em cada uma das várias facções, podendo, no entanto, dizer-se que os interesses e privilégios, ontem como hoje, eram o móbil da maior parte das disputas e querelas. Os comandos militares, os governos ultramarinos, os cargos diplomáticos, etc., eram disputados e ninguém queria perder. Mas se quisermos identificar duas tendências ideológicas, podemos dizer que uma seria representada pelos fidalgos mais antigos, que conservavam da monarquia uma ideia tradicional, e outra seria representada pela geração mais nova da nobreza, mais simpaticamente com a monarquia absoluta. E naturalmente havia os que se mantiveram fiéis a Filipe IV e desejavam a união das duas coroas.

A ACÇÃO DIPLOMÁTICA

A organização conspirativa que desencadeou o golpe palaciano sabia que podia contar,

de antemão e em todas as circunstâncias, com a adesão das massas populares, que à luz dos tempos actuais seria considerado o mais inequívoco selo de legitimidade da soberania reconquistada, pelo legado posterior de filósofos iluministas como Voltaire, John Locke, Montesquieu, Diderot e Rousseau. Na sequência do acontecimento revolucionário, o direito encarregar-se-ia, no entanto, de defender a legitimidade da nova dinastia. A mais importante tese jurídica procurou demonstrar que Filipe II de Espanha tinha usurpado a coroa portuguesa, visto que ela devia ter pertencido à D. Catarina de Bragança, neta de D. Manuel, por filha do infante D. Duarte. Daí entender-se como legítima a recuperação do trono pelo oitavo duque de Bragança, tanto mais que representante da mais antiga casa senhorial portuguesa.

Se no plano interno era necessário impor sem margem para contestação a nova autoridade do Estado, desarmando os argumentos dos que, de forma dissimulada, se opunham à D. João IV, no plano externo urgia uma dinâmica e proficiente acção diplomática para o reconhecimento do monarca perante as potências europeias e para o estabelecimento de acordos comerciais e de cooperação.

E é sob a pressão desta realidade que D. João IV empreende uma concertada acção diplomática dirigida principalmente à Santa Sé, à França, à Inglaterra e aos Países Baixos. Foi notável a acção das várias missões diplomáticas, contando D. João IV com embaixadores e agentes da diplomacia de elevada craveira. Firmaram-se acordos com a Catalunha, com a França, com a Inglaterra e mesmo com a Holanda, apesar da ocupação flamenga de uma parte do Brasil.

Com a Santa Sé foi tudo mais difícil. O Papa sentia constrangida a sua liberdade de acção, mercê do poderio e da influência da Espanha, cujas pretensões conflituavam com a aspiração de Portugal à sua independência. Não foi em

vão que Filipe IV alardeou pelas cortes europeias que a coroa portuguesa foi usurpada pelo duque de Bragança. Envolvido em guerra com a França, a pressão diplomática era um meio que o monarca espanhol tentava também explorar para conseguir atingir os seus fins com os menores custos possíveis, já que mesmo uma poderosa potência tinha dificuldades em envolver-se em várias guerras ao mesmo tempo.

Como se não chegasse, as relações entre Portugal e a Igreja eram também dificultadas por outras questões, nomeadamente o diferendo que se instalou desde 1616 com a disputa do espólio dos religiosos mortos fora dos conventos e que a Santa Sé entendia dever pertencer à Igreja.

A par disso, e não menos grave para a Restauração, a Inquisição perseguia sem tréguas os cristãos-novos que eram suspeitos de persistirem na prática do judaísmo, do que resultavam frequentes condenações com confiscação de bens para a Igreja, que atingiam vultuosos valores quando eram alvos de processo comerciantes e mercadores abastados. Só uma visão pueril da realidade nos inibe de relacionar a acção da famigerada Inquisição com o propósito deliberado de atingir cidadãos cuja condenação era à partida uma garantida fonte de receita para os cofres da Igreja. Como a classe dos comerciantes e mercadores era indispensável para o funcionamento da economia do país, ela gozou, no regime filipino, de protecção régia contra as ameaças inquisitoriais. Ora, D. João IV tinha boas relações com o mundo dos negócios e bem precisava de se socorrer da sua participação na Restauração, uma vez que era imperioso financiar as compras destinadas à reorganização militar e só a burguesia mercantil estava em condições de caucionar as encomendas do Estado, adiantando-lhe o financiamento.

Indiferente ao esforço nacional da Restauração, a Inquisição parecia ter como objectivo

atingir os homens de grossos cabedais com que o rei contava, situação que provocou a fuga de muitos deles para o estrangeiro, sem que aquele pudesse valer mesmo àqueles que eram das suas relações pessoais. Mas, por colocar em plano cimeiro o interesse nacional, D. João IV não alterou a lei dos confiscos a favor das pretensões da Inquisição, o que lhe valeu a excomunhão póstuma, embora não de todo confirmada. Razão tem o historiador Oliveira Marques para afirmar que “a Inquisição surge como uma instituição muito complexa, com objectivos ideológicos, económicos e sociais, consciente e inconscientemente expressos”. O que nos autoriza a concluir que, ao ignorar os limites do poder espiritual, promiscuando-o com o poder temporal, a Inquisição constituiu-se num verdadeiro empecilho ao esforço de uma nação que lutava pela sua independência.

Tantas foram as dificuldades nas relações diplomáticas com a Santa Sé que elas se arrastaram, enoveladas, por mais de 30 anos, só vindo a normalizar-se depois do acordo de paz entre Portugal e Espanha.

A DEFESA MILITAR DO REINO

Medidas imediatas

Ao longo de vinte e oito anos, Portugal teve de lutar obstinadamente pela sua independência, envolvendo-se numa guerra que se estendeu aos quatro continentes, dado que as operações militares não se restringiram ao território europeu. Com a posse do Brasil e dos territórios em África e na Ásia, Portugal detinha então um poderio político que não se formatava numa simples e anódina pátria ibérica, mas que se agigantava num prolongamento ultramarino que rivalizava com a Espanha e alimentava a cobiça da Holanda e da Inglaterra.

A traço largo, vejamos como reagiu D. João IV face à gravidade dos desafios que o aguardavam. Quando o monarca assumiu os destinos da nação, a capacidade militar do reino era muito limitada, pois, durante o regime filipino, a pouco e pouco fora sendo desguarnecido o dispositivo de defesa fronteiriça, muitas vezes com o pretexto de utilizar forças militares portuguesas nas guerras europeias em que a Espanha estava envolvida. Mas quando, em 1639, Filipe IV ordenou a entrega, nas sedes das comarcas, de todas as armas na posse das populações, ficou comprometida a possibilidade de o país poder aprontar uma força militar de um momento para outro. Só restava a organização das antigas Ordenanças que, aperfeiçoada na sua organização e apetrechamento, poderia polarizar o desenvolvimento de uma primeira resistência contra a arremetida do invasor. Mas a debilidade da defesa do país, forçada pelas conveniências do ocupante, tinha outros aspectos de não menor importância, consequência da obscuridade em que se vivia em relação ao que se passava lá fora. Com efeito, desconheciam-se as novas tácticas e processos de guerra já em uso na Europa, decorrente do desenvolvimento das armas de fogo, e não havia chefes e comandantes actualizados e capazes de assumir de um momento para o outro a defesa do país. Ora, a Guerra dos Trinta Anos se outro mérito não possuiu, pelo menos teve o de fazer evoluir a ciência da guerra.

Valendo-se dos recursos disponíveis do país e, muitas vezes, dos seus próprios bens, D. João IV procurou agir de imediato e, entre outras, tomou as seguintes medidas importantes:

- Restabeleceu a organização dos Terços que vigorava até 1570;

- Criou o Conselho de Guerra Permanente, constituído pelos fidalgos mais experientes em assuntos de milícias, e destinado a centralizar e superintender em todos os assuntos ligados à guerra;

- Criou os altos cargos de tenente-general da artilharia do reino e de tenente-general de cavalaria;

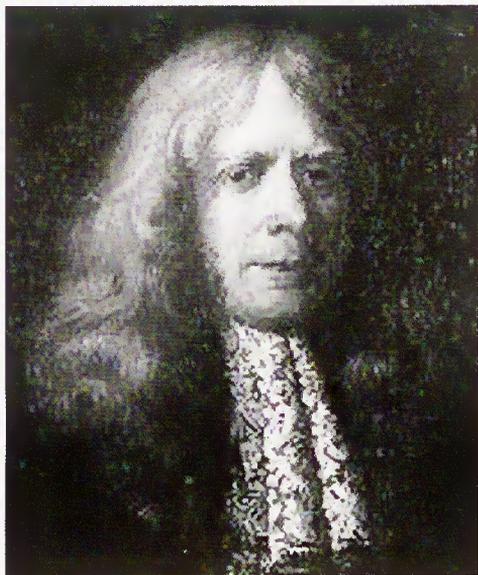
- Para assegurar o recrutamento, instrução e disciplina das tropas, criou os cargos de governadores das armas das províncias do Alentejo, Algarve, Beira, Trás-os-Montes, Minho e Estremadura, compreendendo estas um total de 25 comarcas e diversas capitánias, tendo à frente um capitão-mor e dois ajudantes;

- Reorganizou o sistema de “levas”, tornando o serviço militar obrigatório “para todos os homens válidos dos 16 aos 60 anos, mas com isenção dos lavradores e dos filhos das viúvas” que com elas coabitassem. Surge, assim, o primeiro Exército Permanente em Portugal com Terços Regulares e Terços Auxiliares, estes formando o segundo escalão territorial e sendo os oficiais nomeados entre os nobres e os graduados e soldados recrutados nas listas das Companhias de Ordenanças constituídas pelos restantes homens válidos;

- O Rei ordenou, além disso, a reparação de castelos e fortalezas e a abertura de caminhos, em especial na província do Alentejo, e fundou coudelarias e fábricas de material de guerra e munições.

A reorganização militar operada e o apetrechamento do país para todos os desafios futuros contaram com duas importantes figuras que viriam a ter papel de destaque na última fase da Guerra da Restauração, entrando em cena já no reinado de D. Afonso VI, a saber:

- O 3.º conde de Castelo Melhor, Luís de Vasconcelos e Sousa, filho do 2.º conde de Castelo Melhor, inicialmente valido de D. Afonso VI, governou o país de 1662 a 1667, a seguir ao golpe de estado de 21 de Junho de 1662 por si protagonizado. Empreendeu uma notável acção política e assegurou as condições para as vitórias militares finais da guerra da Restauração, não só dando continuidade às primeiras medidas da Restauração como ampliando-as e



Conde de Castelo Melhor

consolidando-as, mercê de hábil diplomacia e de um conjunto acertado de medidas na fase mais decisiva da guerra;

- O conde de Schomberg, general alemão contratado ao Exército Francês em finais de 1659, com mais 600 oficiais franceses, para servir no Exército Português. Teve primeiro o posto de mestre-de-campo-general e depois comandante geral de todas as forças estrangeiras presentes em Portugal. Apesar dos ciúmes e do despeito que o seu contrato causou entre os oficiais portugueses, Schomberg deu um grande contributo para o desenvolvimento da arte da guerra em Portugal, conseguindo, entre outras técnicas, adestrar o exército a acampar em formação de combate, com notáveis ganhos de rapidez na transição para a acção. Introduziu também a organização regimental francesa, com efectivos mais reduzidos, obrigando ao desdobramento dos antigos terços criados logo a seguir à Restauração, o que foi

imposto pela necessidade de compatibilização com a táctica utilizada pelas forças militares aliadas de Portugal, vindas de Inglaterra e França. E também, por sua influência, foi introduzida a moda francesa da casaca militar em vez do gibão, à *la Schomberg* como ficou conhecida em Portugal.

E é com estas medidas que Portugal se aprontou para fazer face aos diversos tipos de ameaça que sobre ele impendiam.

A acção do jesuíta padre António Vieira em todo este contexto não pode deixar de ser aqui



Conde de Schomberg

realçada. Regressado do Brasil em 1643, fez parte do Conselho de Defesa Privado de D. João IV e mais tarde de D. Afonso VI, tendo tido notável influência como político e como diplomata em toda a acção desenvolvida como conselheiro do Rei. Recomendou-lhe uma atitude defensiva generalizada, fortificando as povoações ao estilo "Vauban"¹, já ensaiado com sucesso em França, e recorrendo ao auxílio estrangeiro, em

¹ Sébastien Le Prestre, marquês de Vauban (1633-1707), também conhecido por Sébastien Le Prestre de Vauban, foi um arquitecto militar francês, introdutor do chamado "estilo Vauban" de fortificação. Especialista em poliorcética, diz-se que deu à França uma impenetrável cintura de aço. Foi nomeado marechal de França por Luis XIV.

particular a contratação de generais e oficiais com experiência adquirida na guerra que assolava a Europa desde 1618, sabedor do desfazamento em que se encontravam os oficiais nacionais em relação às mais modernas técnicas de guerra. Incorporou mesmo uma delegação a França para conseguir, junto do marechal Turenne, favorável à nossa causa, os apoios de natureza militar necessários, e é na sequência desta diligência que é contratado o conde de Schomberg e mais seiscentos oficiais franceses. Além disso, a sua figura moral foi um factor revitalizante das energias nacionais, mormente através dos seus célebres sermões, que muito contribuíram para a mobilização da defesa militar do país. Dir-se-á, sem reboço, que o padre António Vieira foi um importante factor de valorização do potencial estratégico quando Portugal equacionava os meios e os processos para salvar a sua independência.

Condicionamentos geográficos da estratégia militar

A defesa de Portugal englobava uma complexa dimensão pluricontinental, circunstância que D. João IV e os responsáveis pelo destino do país não ignoravam, quando sopesaram os factores da situação. Além do território nacional na Península Ibérica, importava igualmente defender o Brasil e todos os outros territórios em África e no Índico contra as incursões de espanhóis, holandeses e outros povos.

Contudo, a defesa no território metropolitano era a preocupação imediata, estando a ameaça logo ao virar da fronteira e o coração do império, Lisboa, a apenas 200 Km da fronteira. Se a reorganização das estruturas de defesa (estratégia estrutural) e a produção e obtenção de meios militares (estratégia genética) eram preocupações imediatas, a concepção geoestratégica da defesa não era um cuidado menos importante – bem pelo contrário, era factor decisivo, como de facto viria a ser.

Nesse ano de 1640, prevaleciam, e por largas dezenas de anos ainda se manteriam, as características geopolíticas e geoestratégicas que definiam os quatro teatros de operações distintos do território nacional na Península Ibérica, designadamente: o do Alentejo, o do Minho, o de Trás-os-Montes e o da Beira, que aqui se indicam por ordem decrescente da intensidade das acções que neles se haveriam de verificar. O de Trás-os-Montes é montanhoso, arborizado, bastante povoado, nomeadamente junto da fronteira, aberto a efectivos limitados e facilitando a defesa, em especial com o recurso a guerrilha. O do Minho apresenta sensivelmente as mesmas características físicas do anterior, mas mais povoado, dispondo de faixa litoral que facilita a progressão. O da Beira tem também as mesmas características do teatro transmontano em relação à parte física e humana, mas é aberto uma vez descido o planalto e atingida a planície litoral. Finalmente, temos o teatro do Alentejo, geralmente aberto a todas as investidas, em especial na sua metade norte, e muito menos povoado do que os outros, dificultando assim a defesa e permitindo o acesso mais fácil, curto e directo ao objectivo principal do território, Lisboa.

No historial dos nossos conflitos com a Espanha, o teatro de operações do Alentejo foi sempre dos mais utilizados para a entrada no nosso território, constituindo o último episódio histórico a ofensiva levada a efeito em 1580 pelo duque d'Alba. Este entrou por uma linha de invasão definida por Badajoz, Elvas, Estremoz e Montemor-o-Novo, e progrediu até atingir Setúbal. Aqui embarcou numa esquadra que, em manobra conjunta, tinha partido de Cádiz e desembarcou em Cascais, atacando Lisboa e derrotando as forças do Prior do Crato.

Com efeito, o teatro alentejano, sobretudo na sua região norte, é o mais fácil à invasão proveniente de Espanha que queira atingir a capital no mais curto espaço de tempo, por nele

serem escassos os acidentes do terreno que restrinjam a mobilidade, além de ser pouco povoado. Sendo o teatro que o inimigo teria toda a probabilidade de utilizar, a estratégia geral da defesa tinha de ser efectivamente orientada para ele, e com razão acrescida quando, na inventariação das necessidades, se aquilatou que era o mais carenciado em efectivos e fortificações capazes de conter o inimigo.

Os teatros de operações do Norte, com o seu terreno mais acidentado e arborizado e com maior densidade populacional, embora esta com menor expressão no de Trás-os-Montes, não eram os que mais facilitavam ao inimigo bons eixos de invasão e penetração no território nacional. As populações aí residentes, pelas características do terreno, dispunham de melhores condições para oferecer ao inimigo uma luta irregular de emboscadas, golpes de mão e incursões para assaltos além-fronteiras a objectivos inimigos, visando a destruição de meios de vida e recolha de despojos. Desta forma, as condições permitiam poupar forças para as empregar no teatro alentejano, onde o inimigo encontrava as condições ideais para a guerra geométrica e alinhada, imposta pelos dispositivos e formações tácticas das tropas regulares.

A Ciência Militar no Século XVII

Sendo o nosso tema central a Guerra da Restauração, faz sentido abordar sucintamente as técnicas e as tácticas de guerra que predominavam na Europa do século XVII, na altura em que Portugal reconstituía a sua capacidade de defesa e se preparava para enfrentar um dos mais modernos exércitos europeus. No século XVI, os exércitos europeus utilizaram nas suas guerras a **táctica hispano-italiana**, caracterizada pela preponderância e heterogeneidade da infantaria, complexidade das suas funções, bom emprego dos fogos, independência de ac-

ção dos arcabuzeiros e aproveitamento das condições do terreno. Mas, durante a guerra com os turcos, os capitães alemães introduziram alterações nessa táctica, procurando, com a superioridade de efectivos, compensar a qualidade inferior das suas tropas, o que deu origem a formações compactas de massas profundas, em que a artilharia fazia grandes estragos. Desta forma, os efeitos da artilharia e o crescente aumento das armas de fogo puseram em evidência a necessidade de adelgaçar as formações de combate pelo alargamento das frentes e diminuição da profundidade, para minimizar a dimensão dos alvos rentáveis para a artilharia.

Assim, iniciou-se uma nova tendência com Gonçalo de Córdova, Maurício de Nassau confirmou-a com as suas inovações, mas foi Gustavo Adolfo (1594-1632) que definiu os princípios da nova táctica como doutrina que havia de predominar no século XVII, precursora da era napoleónica.

As inovações introduzidas por Nassau, **táctica holandesa**, foram determinadas menos pelo aperfeiçoamento e generalização das armas de fogo portáteis do que pelas circunstâncias políticas em que foi obrigado a combater na Flandres os terços espanhóis (escola hispano-italiana). Sendo o seu conceito inovador vencer a massa com a mobilidade, as suas reformas abrangeram as três armas, mas foi a infantaria a que lhe mereceu especial atenção. Assim, resumidamente:

- Introduziu na infantaria a combinação do armamento, em vez da mistura de armas brancas e armas de fogo dentro das mesmas subunidades, promovendo a reiteração de esforços entre formações em três linhas, convenientemente distanciadas;

- Organizou a infantaria em batalhões de 500 homens, fraccionados em duas subunidades, um de 300 piqueiros e outro de 200 mosqueteiros, e cada grupo de 8 batalhões constituía uma espécie de brigada;

- Com esta inovação ao nível da organização e articulação das unidades e subunidades, e com a diferenciação na atribuição do armamento, a doutrina táctica consistia no apoio mútuo e na reiteração de esforços, mediante o avanço escalonado e alternado;

- Na cavalaria, Nassau também reduziu a massa em proveito da mobilidade, organizando-a em esquadrões de 200 cavalos, para empregar-la como cavalaria de batalha e cavalaria divisionária;

- Quanto à artilharia, ainda não organizada em formações regulares, Nassau dividiu-a em artilharia de linha e artilharia ligeira.

Gustavo Adolfo, rei da Suécia (1594-1632), grande admirador de Nassau, pegou na doutrina táctica por ele desenvolvida e aperfeiçoou-a em todos os detalhes – **táctica sueca**. Vejamos, grosso modo, os aperfeiçoamentos introduzidos:

- A infantaria foi organizada em unidades de maior dimensão (regimentos) que se distinguem pelas cores dos vivos – origem dos uniformes – com maior proporção de mosqueteiros, os quais passaram a dispor de mosquetes mais leves e já providos de cartucheiras e cartuchos de papel inventados pelo próprio Gustavo Adolfo. Vê-se que o progresso industrial é já um factor influente nas presentes reformas, as quais são particularmente valorizadas pela simplificação e aperfeiçoamento do armamento;

- A cavalaria foi diferenciada entre couraceiros e dragões, beneficiando também do aligeiramento do armamento: couraceiros, com elmo e simples couraça, espada, clavinha e pistolas; dragões, com arcabuz de mecha, espada e pistola;

- A artilharia foi dividida, em função dos calibres, em artilharia de batalha e artilharia de posição. A primeira acompanhava a infantaria e a cavalaria nas marchas.

Em função destes aperfeiçoamentos a nível do equipamento e da organização, Gustavo Adolfo tinha de aperfeiçoar e adequar a táctica:

- Na infantaria, as formações de combate agrupavam pequenas unidades independentes de piqueiros e mosqueteiros, com 3 ou 6 filas de profundidade. Os piqueiros combatiam em linhas cerradas, cotovelo com cotovelo; os mosqueteiros deviam guardar entre si os intervalos estritamente necessários para facilitarem o manejo de fogo, que podia ser por fileiras ou por pelotões;

- Para a cavalaria, ressuscitou a tradição medieval da carga, por entender o fogo como mero elemento auxiliar. A carga, iniciada a curto trote, ia acelerando gradualmente até se tornar em galopada de avalanche;

- Em conformidade com estas modificações ao nível da organização e da táctica, foram criadas novas ordens de batalha, em brigadas, meia-brigadas e quartos-de-brigada, por escalões alternados de piqueiros e mosqueteiros, apoiados e reforçados por cavalaria, em que havia uma conjugação inter-armas aproveitando os melhoramentos introduzidos.

Mas de todas as inovações, a que incidiu sobre os dispositivos e disciplina de marcha é que resultaram numa efectiva melhoria na manobra e, conseqüentemente, na mobilidade das tropas. Até então, as formações em marcha de batalha eram pastosas e lentas, dificultando o rápido desenvolvimento para a entrada em combate.

Gustavo Adolfo concebeu formações de costado para facilitar as marchas, permitindo passar rapidamente a ordem de batalha em frente do inimigo e no próprio terreno da batalha, sem confusões, atropelos ou evoluções morosas. No âmbito da estratégia, importa dizer que pouca evolução houve, mantendo-se a importância estratégica das praças-fortes em detrimento da batalha campal e decisiva, que eram evitadas em virtude de perdas pesadas em homens, equipamentos e mantimentos, difíceis de remediar. No entanto, Gustavo Adolfo rompeu com o *modus faciendi* anterior, adop-

tando decisões rápidas e evitando deter-se em assédio a praças, não respeitando a trégua do Inverno e procurando sempre a destruição do inimigo por acções ofensivas enérgicas e de grande mobilidade.

Este era em linhas gerais o quadro genérico da ciência militar da Europa em 1640, de que Portugal se encontrava afastado, por razões óbvias, quando pegou em armas para defender a sua independência. É exactamente por esta razão que a vinda do conde de Schomberg para Portugal foi uma medida acertada, ao permitir a introdução das mais avançadas técnicas e tácticas militares, discípulo que o conde tinha sido do marechal de França Turenne e este adepto da ciência militar de Gustavo Adolfo.

AS CAMPANHAS DA RESTAURAÇÃO

Resumo de 28 anos de campanha

Durante vinte e oito anos Portugal teve de pegar em armas para defender encarniçadamente a sua independência e ao mesmo tempo recuperar os seus territórios ultramarinos, parte dos quais havia sido ocupada.

Carlos Selvagem, na sua obra *Portugal Militar*, divide a guerra entre Portugal e Espanha em quatro fases, assim descrevendo as várias batalhas e empenhamentos bélicos. Abordaremos em brevíssima alusão a essas quatro fases, reservando à batalha de Montes Claros um tratamento posterior mais exaustivo, como é objectivo destas notas.

Numa 1.^a fase, que vai de 1641 a 1646, há a referir apenas ligeiras incursões fronteiriças de parte a parte, com a vitória das tropas portuguesas em Montijo, (pequena povoação na área de Badajoz), e os ataques, repelidos, das tropas espanholas às Linhas de Elvas (1.^a acção) e à povoação próxima de Santo Aleixo, que chegaram a tomar. A lentidão da condução das opera-

ções por parte dos dois exércitos levou à substituição dos respectivos comandantes.

Numa 2.^a fase, de 1647 a 1656, manteve-se o mesmo quadro de acções militares, mas agora conduzidas com maior iniciativa e espírito ofensivo por parte das tropas portuguesas, ainda que sem resultados compensadores.

Numa 3.^a fase, de 1657 a 1659, regista-se maior tendência ofensiva por parte dos espanhóis, que conseguem tomar Olivença e outras povoações menores. Tentativa análoga foi emprehendida, mas sem êxito, sobre a vila de Mourão, em 1658, e sobre as Linhas de Elvas (2.^a acção), em 1659. Por parte das tropas portuguesas, verificou-se o cerco e assalto à praça de Badajoz, sem êxito.

Numa 4.^a fase, de 1660 a 1668, ano em que terminaria o conflito, o conde de Schomberg está já nas funções militares para que fora contratado e o conde de Castelo Melhor à frente dos destinos do país. Nesta última fase da guerra, os espanhóis já tinham resolvido as dissensões que os opunham à França, à Itália e à Catalunha, estando livres, portanto, para empenharem muito mais potencial militar contra Portugal. Verificar-se-iam nesta fase as vitórias do Exército Português em Ameixial (8 de Julho de 1663) e Montes Claros (17 de Junho de 1665), as quais, em especial a última, conjuntamente com os êxitos que posteriormente também se obtiveram nos teatros do Minho e de Trás-os-Montes, decidiriam a nosso favor o termo da guerra.

A BATALHA DE MONTES CLAROS

Antecedentes

Em 1659, a Espanha libertou-se das guerras com a França, mediante o tratado dos Pirinéus, ao mesmo tempo que resolveu os conflitos na Catalunha e em Itália. Menos sobrecarregada, decidiu assim reunir todos os

esforços para uma derradeira tentativa de reconquistar Portugal. D. João de Áustria, filho bastardo de Filipe IV e comandante do exército espanhol na guerra contra Portugal, não vinha averbando sucessos militares e sofrera pesada derrota na batalha de Ameixial, deixando no campo de batalha mais de 4000 mortos, 6000 prisioneiros, toda a artilharia e consideráveis despojos. Desta forma, demitido das suas funções, foi chamado o general Caracena, o único até agora incólume de insucessos nesta guerra. Ao novo comandante foram garantidos todos os meios para poder triunfar no seu empreendimento. Simultaneamente, uma grande esquadra foi armada em Cádiz para, em conjugação com a invasão do Alentejo, atacar Setúbal e Lisboa, concebendo-se assim uma reedição do sucesso obtido pelo duque de Alba em 1580 contra as forças de D. António Prior do Crato.



Marquês de Caracena – Artus Quellinus I, 1664, Koninklijk Museum voor Schone Kunsten, Antuérpia, Bélgica

Mas o conde de Castelo Melhor, à frente dos destinos do reino, fazendo jus à energia e ao tacto político que vinha demonstrando, mal soube dos preparativos de Espanha, tomou importantes medidas político-estratégicas. Resolveu alguns desentendimentos entre os generais à frente das forças militares no Alentejo, reconciliando o marquês de Marialva, o conde de Schomberg, D. Luís de Menezes e outros; nomeou Schomberg chefe de estado-maior do Alentejo; guarneceu e fortificou eficazmente Lisboa e outros portos do mar; contratou novas tropas estrangeiras, alistou mais efectivos nacionais, aumentou os quadros e, em suma, providenciou para que Portugal dispusesse de um exército de tropas motivadas e bem instruídas; fez um profundo reajustamento do dispositivo militar do país, operando judicioso rateio dos efectivos nas guarnições fronteiriças e reforçando as forças militares no Alentejo pela percepção de que o esforço militar espanhol ia incidir nessa província. Em suma, agiu em devido tempo e com eficácia conforme as exigências da situação, a fim de poder resistir à invasão do exército espanhol, opondo-lhe forças restauradas e qualificadas e prontas para passar à ofensiva invadindo a Espanha.

Assim, no final da primavera do ano de 1664, após um período de aquartelamento de Inverno, o conde de Castelo Melhor materializou um plano que permitiu o reforço da guarnição de Estremoz com o maior potencial de combate possível. Desta maneira, em Maio de 1665, estavam posicionados em Estremoz cerca de 20.500 homens (15.000 infantes e 5500 cavaleiros) com 20 bocas de fogo de artilharia. É evidente que no Norte do país se manteve um adequado dispositivo militar, mas notoriamente o esforço da defesa foi estrategicamente dirigido para o teatro de operações do Alentejo.

No planeamento militar da actualidade, a decisão de um comandante deve ater-se aos seguintes factores; **missão, inimigo, terreno e**

meios. Naquele tempo, o planeamento militar nem por sombras se pautava pelo rigor e precisão das actuais técnicas de estado-maior. O campo de batalha contemporâneo é muito complexo, com intervenção de inúmeros variáveis, diferente dos tempos em que os meios de combate eram mais simples e as técnicas e tácticas procuravam, sobretudo, tirar partido do diferencial da massa das tropas de infantaria, da velocidade e do poder de choque da cavalaria e de uma artilharia que resultava mais pelo efeito moral das suas ainda muito rudimentares bocas de fogo.



Marquês de Marialva – Gravura existente na Biblioteca Nacional de Lisboa

O exército invasor, com um efectivo estimado em cerca de 25.000 homens, já se encontrava concentrado em Badajoz desde os últimos dias de Maio de 1665. O conselho de generais aprovou o plano de campanha de Caracena, que em linhas gerais consistia em: tomada de Vila Viçosa, para garantir as comunicações com a Espanha; marcha impetuosa em direcção a Lisboa, através de Setúbal, em con-

junção com o ataque marítimo a ser executado por uma esquadra que sairia de Cádiz; por último, tomada de Lisboa em coordenação com a acção da esquadra.

Entretanto, o marquês de Marialva, instalado em Estremoz com o seu exército de 20.500 homens, acompanhava o movimento de Caracena, aguardando o melhor “esclarecimento da situação”² do inimigo.

Podemos hoje interrogar-nos sobre o significado real de um potencial militar com os efectivos militares que se preparavam para entrar em combate. Um efectivo da ordem de 20.000 homens já era tido na idade moderna como um bom exército, a exigir recursos avultados para o seu levantamento e sustentação: armamento e equipamento adequados para o seu apetrechamento e meios humanos à altura para o preenchimento e enquadramento das várias organizações e escalões de força. Um dos problemas mais delicados era a inexistência de uma estrutura logística permanente e capaz de alimentar continuamente os exércitos, como é hoje normal em todos os exércitos e que só surgiria com carácter estruturante e permanente com Napoleão Bonaparte. Era frequentes os abastecimentos serem obtidos só à medida que as necessidades se impunham e conforme os recursos disponíveis nas áreas das operações. Com estes condicionamentos, os exércitos eram licenciados após atingidos os fins que determinaram o seu levantamento, por ser dispendiosa a sua manutenção e problemática a aquisição permanente dos abastecimentos.

Desta maneira, os exércitos colocados no campo de batalha pelos dois beligerantes representariam certamente o limite das suas possibilidades naquela conjuntura, não havendo, pois, razão para se pensar que Portugal abdicasse de colocar sobre a mesa todos os seus trunfos, estando em causa a sua indepen-

² “Esclarecer a situação”, no léxico militar, significa obter informações que permitam conhecer a intenção do inimigo.

dência, e que a Espanha não procedesse de modo idêntico quando decidiu jogar uma carta-final para unificar o seu reino.

Em 1 de Junho, o marquês de Caracena saiu de Badajoz à frente das suas forças, tendo ocupado Borba sem resistência, em 9 de Junho. Marchou contra Vila Viçosa, que se preparou para resistir, mas sem êxito, porque as fortificações cederam, tendo-se as forças de defesa concentrado no castelo. Em 11 de Junho, iniciaram-se os trabalhos de cerco contra as forças ali instaladas, que defenderam valerosamente a sua posição durante quatro dias, dando tempo a que em Estremoz o marquês de Marialva pudesse avaliar convenientemente a situação do inimigo e ultimar o seu plano em conformidade com as mais actualizadas informações.

Então, Marialva decidiu que tinha chegado o momento de pôr em marcha o seu exército. Em 17 de Junho saiu com todo o exército já formado em linha de batalha, seguindo pelo itinerário definido pelo lugarejo de Montes Claros, ao sul da serra de Ossa, onde a estrada se bifurcava. Com o sucesso das Linhas de Elvas alcançado dois anos antes, é bem provável que os generais portugueses sentissem o moral elevado e acreditassem que esta era uma cartada decisiva em que as armas portuguesas não podiam conceber senão a vitória. Era um embate que ia decidir a independência de uma nação, o destino da pátria portuguesa.

Não tardou Caracena a reagir de imediato, uma vez informado do movimento das tropas portuguesas, e, com efeito, decidiu marchar de imediato com o objectivo de destruir, num combate de encontro, a única resistência válida que acreditava encontrar na sua marcha em direcção a Lisboa. Em Vila Viçosa, deixou apenas um mínimo de forças para controlar o objectivo conquistado.

DESCRIÇÃO DA BATALHA³

«No dia 17 de Junho, os dois exércitos avistaram-se perto de Montes Claros. A vanguarda portuguesa, composta por alguns esquadrões, ia em reconhecimento do terreno por alturas da serra da Vigária quando avistou a guarda do marquês de Caracena, que vinha integrada na vanguarda do exército espanhol, em missão de reconhecimento, o que fez supor que o comandante espanhol pretendia, nessa fase das operações, avaliar pessoalmente a situação, para uma reacção rápida das suas forças.

Marialva, aconselhado logo por Schomberg, mandou tomar posições de batalha, segundo a formação clássica – infantaria escalonada em duas linhas paralelas e cavalaria nas alas. No flanco direito, porém, apoiado nos primeiros contrafortes da Serra de Ossa, fez-se concentrar demasiada cavalaria; ao centro, com a vasta planície em frente, postaram-se na primeira linha algumas companhias de cavalaria e vários terços de infantaria; na ala esquerda, que se estendia por um terreno de vinhedos, quase impraticável às manobras da cavalaria, outros terços de infantaria ficaram a cobrir o acesso a uma pequena colina, onde a maior parte da nossa artilharia tomara posições. Nas clareiras da vanguarda entremearam-se algumas peças; outras duas, guardadas por cem mosqueteiros, tomaram posição no cume de um pequeno outeiro à direita da linha de batalha. Assim disposto, o exército de Marialva contava 15.000 infantes, 5500 cavalos e 20 peças de artilharia.

Entretanto, em frente, Caracena fora dispondo também o seu exército de 25.000 homens, concentrando no flanco esquerdo grandes massas de cavalaria que deviam carregar na planície o nosso centro e cortá-lo do flanco direito; no seu flanco direito, a infantaria, tam-

³ SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar*, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1931.

bém em massa, devia atacar a esquerda portuguesa, cuja cavalaria, mal podendo manobrar por entre os vinhedos, se veria forçada a deixar à infantaria espanhola a vantagem da superioridade numérica.

O plano de Caracena era hábil, pois, valendo-se da rotineira separação da nossa cavalaria pelas duas alas (o que lhe dividia a força), contava esmagar-nos o centro e o flanco direito, antes que a nossa cavalaria da esquerda, imobilizada e inútil, tivesse tempo de acudir à direita da linha de batalha.

Schomberg, porém, apenas se desenhara o intento do general espanhol, fez transportar a cavalaria do flanco esquerdo (vinhas) para o flanco direito (contrafortes da Serra de Ossa). A maior parte desses esquadrões veio reforçar a massa da cavalaria da direita, sendo alguns esquadrões destacados para as duas peças instaladas no pequeno outeiro. E foi a rapidez dessa oportuna manobra, rapidez em que os soldados portugueses estavam já bem treinados, o que veio a garantir-nos o início da vitória.

Acto contínuo, os brilhantes esquadrões de cavalaria espanhola, tomando a iniciativa do ataque, carregaram com tal ímpeto a nossa infantaria do centro que os terços de Tristão da Cunha, Francisco de Moura e Furtado de Mendonça, com parte da nossa cavalaria da direita, ficaram logo desbaratados. Ao mesmo tempo, na nossa ala esquerda, os terços espanhóis abalavam a infantaria de António de Saldanha, rechaçavam dois regimentos franceses e um inglês e ameaçavam levar à segunda linha o mesmo impetuoso ataque. Schomberg, porém, infatigável, depois de ter levado a cavalaria da esquerda ao flanco direito, arrebanhara aí todos os terços disponíveis e voltava ao nosso flanco esquerdo, se não a sustê-la de todo, pelo menos a demorar o avanço da infantaria inimiga. Simultaneamente, as peças da vanguarda portuguesa metralhavam por seu turno, quase à queima-roupa, a cavalaria espanhola que nos carregara o centro

e a direita, rompendo-lhes a primeira linha da infantaria, sustendo-lhe a arrancada e inutilizando-lhe essa primeira vantagem.

Reconstituídos rapidamente, tanto a cavalaria espanhola como as nossas tropas da ala direita, a cavalaria inimiga deu segunda carga sobre o nosso centro e direita, rompendo-lhes a primeira linha da infantaria, destroçando a cavalaria e chegando no seu ímpeto ao contacto com os nossos terços da segunda linha. Foi a fase culminante crítica da batalha. Comandavam a segunda linha o próprio marquês de Marialva, comandante em chefe, o general de artilharia D. Luís de Menezes, o de cavalaria Dinis de Melo e Castro, e outros oficiais superiores. Schomberg, depois de ter restabelecido o equilíbrio na esquerda, acorreu a galope ao centro da segunda linha. Toda a artilharia da retaguarda rompeu também fogo e, enquanto no nosso flanco direito a segunda linha de infantaria sustentava desesperadamente todo o peso da refrega, Marialva, receando que o flanco esquerdo, não podendo aguentar a pressão da infantaria inimiga, se rompesse e acabasse por comprometer a brilhante defesa da nossa segunda linha do centro e ala direita, desguarneceu essa ala, por ser a menos provada desde o começo da acção, e correu ele mesmo à esquerda com alguns terços quase intactos, restabelecendo o combate em nosso favor.

Então, a cavalaria espanhola, já fatigada, pelas suas duas infrutíferas cargas, simulou uma retirada para contra-atacar terceira vez de certeza; mas o tenente-general D. João da Silva, inactivo na direita, com a sua cavalaria, pôde da sua posição observar os movimentos da cavalaria inimiga e avisar o general da cavalaria, Melo e Castro. Aproveitando o providencial ensejo, o general português lançou toda a sua cavalaria em perseguição da inimiga que, atacada assim de surpresa pela retaguarda, nada compreendendo dessa reviravolta, debandou completamente.



Padrão de Montes Claros

Foto: Joaquim Saial

Fora o golpe decisivo. Marialva, logo que soube do destroço da cavalaria espanhola, envolveu-lhe a infantaria, ainda empenhada na refrega com a nossa segunda linha ao centro e com a nossa vanguarda à esquerda; e, vendo-se derrotada, a infantaria espanhola, tomada de pânico, desordenou-se também. Milhares de prisioneiros caíram em poder dos portugueses; quatro terços espanhóis tentaram ainda retirar em boa ordem sobre a Serra da Vigária; mas, cercados pelas nossas tropas, depuseram as armas. Caracena, do alto da serra, vendo a batalha perdida, fugiu também com todo o seu estado-maior. A batalha durara cerca de sete horas.

Ao mesmo tempo, em Vila Viçosa, uma sorte feliz dos sitiados destroçava um corpo de 1800 arcabuzeiros, que tinham ficado de guarda aos acampamentos, e tomara-lhes toda a artilharia de sítio do exército espanhol.

Esta derrota dos espanhóis em 17 de Junho fora, pois, geral e inutilizava desde o começo a invasão desse ano (1665).»

Diversos elementos informativos sobre esta batalha estão em três anexos.

Esta importante vitória foi seguida por outras iniciativas ofensivas, de menor significado, levadas a cabo pelo exército português em Trás-os-Montes e, sobretudo, no Minho, que se tornaria no principal teatro de operações, e também dentro do território espanhol. O conflito chegava ao fim e pelo tratado de 13 de Fevereiro de 1668, assinado em Lisboa, a Espanha reconhecia a independência de Portugal e garantia a restituição recíproca das praças tomadas durante a guerra, à excepção de Ceuta, que continuaria pertença da coroa de Espanha. A paz foi recebida com alívio pelo povo, fustigado pelas provações de uma guerra tão longa como inclemente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a vitória em Ameixial seja um marco importante na fase derradeira da Guerra da Restauração, a batalha de Montes Claros é efectivamente a cartada final da estratégia militar concebida, tanto mais que assinala a derrota, aliás inequívoca, que levaria três anos depois à assinatura do acordo de paz entre os beligerantes.

A vitória obtida nesta batalha é assim o corolário de toda uma estratégia geral iniciada por D. João IV, que, em crescendo, e, tendo mais tarde à frente o 3.º conde de Castelo Melhor e o conde de Schomberg, viria a aprontar Portugal com as condições necessárias para se poder opor, decisiva e energicamente, aos desígnios unificadores da Espanha.

No âmbito da estratégia política interna, foi decisiva a política de afirmação da autoridade do monarca restaurador, em simultâneo com a

recuperação económica e financeira do país levadas a cabo com o lançamento do imposto de guerra e outras medidas paralelas. Não foi fácil vencer a oposição de indecisos, oportunistas e prosélitos remanescentes do rei de Espanha, que se manifestaram nos primeiros anos da Restauração, congeminando erupções conspiratórias. Por vezes, foi preciso usar de pertinácia e ductilidade táctica na relação com os sectores sociais mais influentes, em especial com a Igreja e a Inquisição, quando as prioridades do Estado colidiam perigosamente com interesses particulares ou quando a repressão religiosa se confundia sub-repticiamente com objectivos inconfessáveis.

Reorganizou-se a estrutura de direcção política do Estado, na metrópole e no ultramar, e retomou-se gradualmente o controlo militar e administrativo de todos os domínios, à excepção de Ceuta, que nunca se recuperou. Se tivermos em conta a diferença abismal entre as tecnologias do mundo de hoje (projectão de meios militares em teatros de operações distantes, comunicações, transportes, etc) e os recursos disponíveis no século XVII, a acção empreendida por Portugal parece-nos hoje como algo colossal, e de facto é, a fazer-nos reflectir, com rubor facial, sobre a nossa tibieza e frouidão de ânimo da actualidade, mormente quando pensamos num país que era de bem menor capacidade demográfica que alguns dos seus opositores contemporâneos na disputa dos interesses ultramarinos.

Mas a estratégia militar é seguramente a menina bonita do esforço realizado por Portugal ao longo da trajectória da Restauração. Passando de uma situação de manifesta vulnerabilidade e de potencialidades diminuídas, foi preciso mobilizar a nação, para pegar em armas e defender a sua independência contra um dos mais poderosos, experimentados e modernos exércitos da Europa. Portugal não possuía praticamente exército em 1640, pelo que foi

preciso recuperar os alicerces das antigas estruturas institucionais para partir sem demora para um aprontamento militar à altura das circunstâncias. A luta pela defesa da independência foi um *continuum* de esforço e de vontade que atingiram o cume quando o notável estadista, conde de Castelo Melhor, tomou nas suas mãos as rédeas do país. Uma das cartadas decisivas foi a escolha do Alentejo como o teatro de operações onde tudo se decidiria, bem como a contratação dos serviços do conde de Schomberg, para a modernização e actualização doutrinária do exército e mesmo para integrar a estrutura superior do seu comando nas batalhas finais e decisivas.

É certo que a Restauração ficou decisivamente a dever-se às elites sociais que nunca sentiram estiolar o seu amor pátrio, e que, junto do seu rei, fizeram a balança pender para o lado do Portugal livre, nos momentos em que alguns quiseram lançar a dúvida e semear o descrédito. Mas o povo anónimo, tal como já aconteceu na revolução de 1383-85, foi uma constante de patriotismo e generosidade em todas as horas críticas, desde o Terreiro do Paço, em 1 de Dezembro de 1640, ao campo de batalha, em Montes Claros, em 1665. O patriotismo pode, em certas conjunturas, andar aos baldões no coração de certas classes sociais, mas na alma do povo é nas horas difíceis que ele resuscita com mais vigor e energia.

Neste virar do século, os desafios que enfrentamos são incomparavelmente menos espinhosos do que os que arrostámos naqueles tempos dramáticos de outrora, quando o preço a pagar pela nossa indiferença ou pusilanimidade seria por certo a perda da independência. Hoje, as armas que queremos utilizar são para um campo de batalha diferente, porventura benigno mas nem por isso menos exigente, pois a vitória que almejamos é sobre a pobreza, a doença e a ignorância. Hoje, a Espanha é um país vizinho com o qual não rivalizamos senão na

porfia da inovação, do querer e da determinação, para construirmos, cada um a seu modo, sociedades humanas tão dignas e tão prósperas como as mais avançadas. Contudo, nesta encruzilhada para a construção do futuro, é importante ter sempre presente que as armas podem ser diferentes, mas a alma com que as brandimos em nada pode diferir daquela que agigantou os nossos antepassados naquele dia 17 de Junho de 1665, em Montes Claros.

BIBLIOGRAFIA

AAVV. *Genealogia dos Corpos do Exército*, Lisboa, Direcção do Serviço Histórico-Militar, 1991.

FERREIRA, Arnaldo M. de Medeiros. *História Militar*, III e IV Volumes, Serviços Gráficos da Academia Militar, Lisboa.

LOPES, Pedro M. A. Fonseca. *Batalha de Montes Claros*, Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), TI do CEM – 1995-97, Lisboa, 1996.

MARTINS, Ferreira. *História Do Exército Português*, Editorial Inquérito Lda., Lisboa, 1945.

MEDINA, João, HISTÓRIA DE PORTUGAL, Ediclube, Vol VII, Amadora, Ediclube.

MENEZES, D. Luís de, HISTÓRIA DE PORTUGAL RESTAURADO, TOMOS I e II, Lisboa.

SARAIVA, José Hermano. *História De Portugal*, Publicações Europa América, Lisboa, 1995.

SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar*, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1931.

SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*, Livraria Figueirinhas, Porto.

Estratégia. IAEM, Lisboa, 1983.

Geografia Militar, IAEM, Lisboa, 1982.

História Universal, Pedro Barbosa (trad.), Publicit Editora, Lisboa, 1982.

ANEXO A À DESCRIÇÃO DA BATALHA DE MONTES CLAROS (Ordem de batalha das forças portuguesas)

1. COMANDO

Comandante

Capitão-general do Reino⁴, D. António Luís de Menezes, 3.º conde de Cantanhede e 1.º marquês de Marialva

Adjuntos

General de artilharia do exército do Brasil, D. Pedro Opeffinga

Mestre-de-campo de auxiliares⁵ António da Silva de Almeida

Mestre-de-campo de auxiliares António Ferreira da Camara

Tenentes do mestre-de-campo-general⁶

Estado-maior

Mestre-de-campo-general⁷ – Conde de Schomberg

Sargento-mor da batalha⁸ – D. Miguel Carlos Távora

2. INFANTARIA

Comando⁹

Ala direita – Governador de armas da província de Trás-os-Montes¹⁰ – Conde de S. João

⁴ Equivalente ao actual posto de chefe de estado-maior do exército.

⁵ Equivalente ao actual posto de coronel.

⁶ Equivalente aos actuais oficiais ajudantes de campo.

⁷ Equivalente ao general responsável pelo comando de uma divisão ou comando militar.

⁸ Equivalente ao actual posto de major.

⁹ Colocado nos flancos da 1.ª linha.

¹⁰ Equivalente ao actual general comandante de região militar.

Ala esquerda – General de cavalaria da Beira
Pedro Jacques de Magalhães

Vanguarda

1 Terço de auxiliares com ferramenta¹¹ – Mestre-de-campo de auxiliares de Tomar, D. António de Saldanha

Alas com a cavalaria

Ala direita

Terço da Armada – Mestre-de-campo, Matias da Cunha

Terço de Cascais – Mestre-de-campo, José de Sousa Cid

Ala esquerda

1.º Terço de Trás-os-Montes – Mestre-de-campo, Manuel Pacheco de Melo
Regimento Inglês – Coronel Person

1.ª Linha¹²

1.º Esquadrão – Terço do mestre-de-campo Tristão da Cunha

2.º Esquadrão – Terço do mestre-de-campo Francisco da Silva Moura

3.º Esquadrão – Terço do mestre-de-campo João Furtado de Mendonça

4.º Esquadrão – Terço do mestre-de-campo Pedro César de Meneses

5.º Esquadrão – Terço do mestre-de-campo Aires de Saldanha

6.º Esquadrão – Terço do Algarve – Mestre-de-campo Manuel de Sousa de Castro

7.º Esquadrão – Terço do mestre-de-campo Jacques Alexandre Tolon

8.º Esquadrão – 1.º Terço da Beira – Mestre-de-campo Manuel Ferreira Rebelo

9.º Esquadrão – 4.º Terço de Trás-os-Montes – Mestre-de-campo Diogo de Caldas Barbosa

10.º e 11.º Esquadrões – Regimentos de fran-

ceses do conde de Schomberg, formados em dois corpos, comandados pelo tenente-coronel Defugère

12.º Esquadrão – Regimento de ingleses do conde de Schomberg

2.ª Linha

Comandos:

Na direita, sargento-mor de batalha – João da Silva de Sousa

Na esquerda, sargento-mor de batalha Diogo Campos de Figueiredo

1.º Esquadrão – Terço de Lisboa – Mestre-de-campo Gonçalo da Costa Meneses

2.º Esquadrão – Terço do mestre-de-campo Aires de Sousa

3.º Esquadrão – 3.º Terço de Trás-os-Montes – Mestre-de-campo D. Francisco de Morais Henriques

4.º Esquadrão – Terço do mestre-de-campo Martim Correa de Sá

5.º Esquadrão – Terço do mestre-de-campo Alexandre de Moura

6.º Esquadrão – 3.º Terço da Beira – Sargento-mor Jacinto de Figueiredo

7.º Esquadrão – 2.º Terço da Beira – Mestre-de-campo Baltazar Lopes Tavares

8.º Esquadrão – Um terço de franceses – Coronel Xéveri

9.º, 10.º e 11.º Esquadrões – Regimento de alemães e italianos do Coronel Claran

Reserva ou 3.ª Linha

1.º Esquadrão – Terço auxiliar de Aviz – Mestre-de-campo António Velez Castelo Branco

2.º Esquadrão – Terço de Valença – Mestre-de-campo Francisco Mendes

3.º Esquadrão – 2.º Terço de Trás-os-Montes – Mestre-de-campo Sebastião da Veiga Cabral

4.º Esquadrão – Terço de auxiliares de Évora – Mestre-de-campo Manuel de Lemos Mourão

¹¹ Composto por 500 auxiliares tirados de todos os terços e armados com ferramenta para abrirem caminho ao exército.

¹² Todo o escalonamento indicado é da direita para a esquerda. O total era de 12 esquadrões ou terços, como ainda se chamava.

3. CAVALARIA

*Ala direita*¹³

Na direita

Comandante – General de cavalaria – Diniz de Melo

Imediato – Tenente-general¹⁴ de cavalaria – Roque da Costa Barreto

Na esquerda

Comandante – Governador da cavalaria de Lisboa – Simão de Vasconcelos

Imediato – Tenente-general da cavalaria de Elvas – D. João da Silva

*1.ª Linha*¹⁵

1.º Troço – Cavalaria do Alentejo – Comissário geral João do Crato da Fonseca

2.º Troço – Cavalaria do Alentejo – Comissário geral Bernardo de Faria

3.º Troço – Cavalaria de Lisboa – Comissário geral Luís Lobo da Silva

4.º Troço – Cavalaria de Lisboa – Comissário geral Diogo Luís Ribeiro

5.º Troço – Cavalaria do Alentejo – António Coelho de Góis

6.º Troço – Cavalaria do Alentejo – D. Manuel Lobo

2.ª Linha

1.º Troço – Cavalaria do Alentejo – Comissário Geral Duarte Fernandes

2.º Troço – Cavalaria do Alentejo – Comissário Geral Bartolomeu de Barros

Companhias do quartel de Moura – Capitão Luís de Sanclá

*Ala esquerda*¹⁶

Comando – Comandante, general de cavalaria

do Minho e Trás-os-Montes Pedro César de Meneses

Imediato, tenente-general de cavalaria do Minho e Trás-os-Montes Francisco de Távora

*1.ª Linha*¹⁷

1 Regimento de cavalaria francês (a 2 batalhões), constituído pelas companhias da guarda do conde de Schomberg

1 Regimento de cavalaria francês (a 2 batalhões), do comando do conde de Maré

1 Regimento de cavalaria inglês (a 2 batalhões)

1 Regimento de cavalaria francês (a 2 batalhões), do comando do coronel Jovete

1 Troço de cavalaria de Trás-os-Montes (a 6 batalhões), do comissário geral Bernardino de Távora

2.ª Linha

Comandante – Tenente-general de cavalaria da Beira D. António Maldonado

1 Regimento de cavalaria francês (a 2 batalhões) do comando do coronel Briquimon

1 Troço de cavalaria da Beira (a 6 batalhões), do comissário geral de cavalaria Paulo Homem

Reserva ou 3.ª Linha

1 Troço de cavalaria do Alentejo (a 6 batalhões), do comissário geral António de Siqueira Pestana

4. ARTILHARIA

Comandante – General de artilharia D. Luis de Menezes, conde da Ericeira

¹³ Também comandava a sua 1.ª linha.

¹⁴ Equivalente ao actual posto de brigadeiro.

¹⁵ Todo o escalonamento é feito da direita para a esquerda. A cavalaria, organizada em batalhões, agrupava-se em troços de seis batalhões cada.

¹⁶ Também comandava a sua 1.ª linha. Estava colocada na esquerda do dispositivo (no flanco esquerdo das suas forças).

¹⁷ Todo o escalonamento é da direita para a esquerda. O facto de a cavalaria ter aqui apenas três troços, enquanto na direita tinha seis, deve-se à circunstância de toda a cavalaria se apresentar sobre esse flanco. Posteriormente, as forças deste lado chegam a ficar reduzidas a dois batalhões, indo as restantes reforçar o flanco direito.

15 peças de 4,6 e 7 libras¹⁸
 3 peças de 12 libras
 2 peças de 24 libras.

Síntese do efectivo das forças portuguesas

INFANTARIA

9 Terços do exército do Alentejo	4950
4 Terços de Trás-os-Montes	2200
3 Terços da Beira	1650
1 Terço de Lisboa	550
1 Terço da Armada	550
1 Terço de Cascais	550
1 Terço do Algarve	1100
2 Terços auxiliares	1000
2 Regimentos ingleses	1200
3 Regimentos franceses	400
1 Regimento alemão	14.700
Total – 28 esquadrões ou terços	

Com auxiliares e o terço de Valença que se esperava, o total rondaria os 15.000 homens

CAVALARIA

8 Troços de cavalaria do Alentejo (a 6 batalhões)	2880
2 Troços de cavalaria de Lisboa (a 6 batalhões)	720
1 Troço de cavalaria da Beira (a 6 batalhões)	360
1 Troço de cavalaria de Trás-os-Montes (a 6 batalhões)	360
4 Regimentos de Franceses (a 2 batalhões)	900
1 Regimento Inglês (a 2 batalhões)	300
Total – 82 batalhões	5520

A organização mostra que os nossos terços a 360 homens correspondiam sensivelmente aos regimentos estrangeiros. O regimento inglês tinha 300 homens e o francês cerca de 250.

ARTILHARIA

15 peças ligeiras
 5 peças pesadas

ANEXO B À DESCRIÇÃO DA BATALHA DE MONTES CLAROS (Ordem de batalha das forças espanholas)

1. COMANDO

Comandante – D. Luís de Benavides, marquês de Caracena

2. INFANTARIA

Comandante – Mestre-de-campo general D. Diogo Cavaleiro
 Sargentos-mores de batalha – D. Francisco de Alarcão
 D. Manuel Garrafa
 D. Francisco Roze Italiano
 Efectivo total – 15.000 infantes

3. CAVALARIA

Comandante – 1.^a e 2.^a Linha – Cavalaria estrangeira – D. Alexandre Farnésio
 3.^a e 4.^a Linha – Cavalaria espanhola – General de cavalaria, D. Diogo Corroa
 Efectivo total – 7600 cavalos

4. ARTILHARIA

Comandante - General de artilharia,
 D. Luiz Ferrer
 Efectivo total -14 peças de artilharia
 2 morteiros

¹⁸ As seis mais ligeiras marchavam na vanguarda da infantaria, indo as restantes mais pesadas na retaguarda da 2.^a linha.

ANEXO C À DESCRIÇÃO DA BATALHA DE MONTES CLAROS (Baixas ocorridas na batalha de Montes Claros)

Portugueses	Mortos	Feridos
	700	2000

Entre os feridos portugueses cita-se o valente capitão de cavalaria Francisco Albuquerque de Castro que recebeu 22 ferimentos, negando-se sempre a deixar de combater.

Espanhóis	Mortos	Feridos
	4000	6000

Entre os prisioneiros espanhóis citam-se:

- 0 comandante da cavalaria espanhola – General D. Diogo Corrôa
- 0 genro do marquês de Caracena, D. Gaspar de Ara
- 0 governador das guardas de Caracena
- Os sargentos-mores de batalha D. Manuel Garrafa e D. Francisco de Alarcão
- 0 príncipe de Xelê, comandante de um regimento francês de cavalaria
- D. Francisco Flanquet, comandante de um regimento francês de infantaria
- Os administradores gerais do Exército e do Hospital
- 2 tenentes-gerais de cavalaria
- 2 comissários gerais de cavalaria
- 2 mestres-de-campo
- 2 sargentos-mores de batalha
- 4 capitães de cavalaria
- 57 capitães de infantaria (dos quais 27 reformados)
- 19 tenentes de cavalaria
- 6 ajudantes de cavalaria
- 5 ajudantes de infantaria
- 79 alferes (dos quais 17 reformados)
- 14 furriéis e 62 sargentos.

Despojos tomados ao exército espanhol:

- 14 peças de artilharia
- 2 morteiros
- Inúmeras armas de infantaria
- Grandes quantidades de munições
- 86 bandeiras de Infantaria
- 18 bandeiras de cavalaria
- Os timbales do marquês de Caracena
- Os timbales do príncipe de Parma
- Fornos de ferro
- Ferramentas
- Inúmeros mantimentos

Açorianos na defesa da Metrópole, em finais do séc. XVIII¹

Luís Mendonça

Se é certo que existe uma estreita correlação entre as diversas dimensões da história (a internacional, a nacional e a local), quando navegamos nas águas mais agitadas da história política, diplomática e militar, estas interligações ainda se tornam mais óbvias. O assunto que nos trás aqui é disso um bom exemplo.

Em 1789 ocorria um dos acontecimentos mais marcantes da história contemporânea e, quiçá, de todos os tempos: a Revolução Francesa. O seu objectivo prioritário era o de pôr fim ao regime absolutista e à velha sociedade de ordens.

Na Europa, o acontecimento foi visto com alguma simpatia, mas também com muita apreensão. Com simpatia, porque significava o triunfo, no país mais absolutista da Europa Ocidental, dos ideais liberais (já em vigor na Inglaterra e nos Estados Unidos²) e, pelo menos teoricamente, de uma sociedade mais justa e igualitária. Com apreensão, sobretudo pelas monarquias mais conservadoras da Europa, que recebavam a difusão dessas ideias nos respectivos espaços nacionais, o que poria, eventualmente, em causa o *status quo* político e social vigente.

Depois de muitas expectativas, em 1791 era aprovada em França a nova Constituição, que consagrava a teoria da separação dos poderes (legislativo, executivo e judicial) e a insti-

tuição de uma monarquia liberal, em que o rei ficava desprovido de parte dos seus poderes tradicionais e os grupos privilegiados espoliados dos seus antigos privilégios.

Mas a situação não se ficou por aí. Na sequência de uma fase bastante conturbada da Revolução Francesa, o rei foi acusado de ter um comportamento contra-revolucionário. Mais do que isso, foi considerado um traidor da pátria³, sendo preso, primeiro, e depois julgado e decapitado em Janeiro de 1793⁴. Estávamos, então, no período da República Jacobina, a fase de maior radicalismo da Revolução Francesa.

A Europa, perplexa e estupefacta perante tais excessos revolucionários, que culminaram com a execução do rei, insurgia-se contra a França anti-monárquica. Ainda em Fevereiro de 1793, o rei Jorge de Inglaterra declarou guerra à França, no que foi imitado por outras monarquias europeias.

Portugal, secular aliado da Inglaterra, tinha cada vez menos condições para manter uma posição de neutralidade. Em Julho de 1793, o nosso País celebrava com a vizinha Espanha um tratado de mútuo auxílio contra a França revolucionária e, pouco depois, assinava em termos idênticos outro tratado com a Inglaterra. Na sequência do acordo com a Espanha, Portugal viu-se obrigado a participar militarmente com uma força de 6000 soldados na

¹ As ilustrações (excepto o gráfico) foram colocadas pela Direcção de *Callipole*.

² Em Inglaterra, o parlamentarismo tem já raízes medievais, mas ficou definitivamente consagrado com a Gloriosa Revolução de 1689. Os Estados Unidos adoptaram, igualmente, um regime liberal após a Declaração da Independência. Com a diferença de que princípios análogos só levaram nos Estados Unidos a uma alteração de governo e em França a uma subversão total da sociedade.

³ O rei foi acusado de manter contactos comprometedores com algumas cortes europeias, que previam a invasão da França, com o intuito de ai resgatar a monarquia absoluta.

⁴ Apesar de uma ala mais moderada do governo da Convenção (os girondinos) ter proposto o exílio do monarca, a verdade é que acabou por prevalecer a vontade do sector mais radical (os montanheses), liderado por Robespierre e Marat, que exigia a pena capital para o rei traidor.

Guerra do Rossilhão (1793-94), ao lado do exército espanhol, numa investida armada contra a França, que visava derrubar o governo da Convenção⁵.

Apesar de alguns êxitos pontuais, a “coligação peninsular” saldou-se militarmente num malogro e dela não retirou Portugal qualquer vantagem de natureza política. Muito pelo contrário. É que a Espanha não perdeu tempo e assinou um acordo de paz com a França (o Tratado de Basileia) e, sob a égide de Manuel de Godoy, o intitulado “príncipe da paz”, estreitou progressivamente os laços diplomáticos com aquele país.

Portugal encontrava-se numa situação de-
veras embaraçosa: «a Coroa portuguesa não tinha dúvida de que a França guardava o ressentimento da nossa presença na Guerra do Rossilhão. Por tal motivo, a política adoptada foi de consolidar a defesa terrestre e marítima, enquanto pelas vias diplomáticas o governo haveria de atenuar os efeitos da desastrosa participação⁶».

Com a consolidação da aliança franco-espanhola e o subsequente isolamento geopolítico de Portugal na Península Ibérica, a invasão do nosso país tornava-se uma possibilidade bem real. A solução poderia ser uma aproximação à França, mas tal implicaria, necessariamente, a animosidade da Inglaterra.

No Conselho de Estado e no Ministério dos Negócios Estrangeiros estavam claramente reflectidas duas sensibilidades antagónicas: uma, adepta da aproximação à França revolucionária, conhecida por «partido francês»; a outra, fiel à tradicional aliança luso-britânica, o chamado «partido inglês».

Em 1797, o empenho de António de Araújo de Azevedo, embaixador português em Paris, parecia produzir frutos no sentido de um acor-

do com a França. Esta exigia, como contrapartida, para além de uma pesada indemnização de 10 milhões de libras tornesas, a retirada do apoio militar e logístico de Portugal à Inglaterra e a interdição dos portos portugueses aos navios ingleses⁷.

A nossa velha aliada, desagradada com o curso dos acontecimentos, intrometeu-se no sentido de inviabilizar a assinatura do acordo. A França ripostou e, para além de declarar a nulidade do tratado, ordenou a prisão do bom do embaixador, António de Araújo de Azevedo.

A invasão do País por forças franco-espanholas parecia eminente, até porque o próprio Manuel Godoy, com grande proeminência na corte espanhola, a preconizava como essencial para fragilizar o poderio inglês.

A defesa do País tornava-se a palavra de ordem. Era preciso fortificar as regiões fronteiriças, reestruturar o exército e, sobretudo, aumentar consideravelmente os efectivos militares. Os recrutamentos generalizaram-se a todo o território nacional e o próprio arquipélago açoriano não passou incólume a tais imperativos de ordem nacional.

Aliás, os Açores, quer pelo seu potencial demográfico, quer pelas suas tendências migratórias, vinham já sendo alvo de sucessivos recrutamentos militares⁸ ao longo de toda a 2.^a metade do séc. XVIII, embora o objectivo desses recrutamentos fosse a defesa da nossa colónia brasileira, objecto da cobiça de várias potências europeias. Só a título de exemplo, em 1776 seguiam 200 recrutas da ilha de S. Miguel para o Rio de Janeiro e, em 1774, o arquipélago contribuía com mais 600 recrutas. Volvidos apenas dois anos, seguiam outros 890 recrutas das várias ilhas açorianas com destino à capital brasileira, com a ilha de S. Miguel, a mais populosa do arquipélago, a contribuir com metade desse contingente.

⁵ ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. “As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais”, in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. V.

⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*, vol. VI.

⁷ ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu.

⁸ MENDONÇA, Luís e ÁVILA, José. *Emigração Açoriana, sécs. XVIII a XX*, Lisboa, 2002.

O curioso é que as próprias autoridades locais vinham revelando uma grande sintonia com os referidos recrutamentos, como forma de aliviar a miséria das populações e de repor, até, uma certa ordem pública. Em 1753, o sargento-mor de S. Miguel, incumbido da tarefa de angariar soldados para as companhias do presidio de Sta. Catarina, sublinhava a oportunidade de tal recrutamento, alegando que a ilha estava «...cheia de gente inútil e mal procedida, que por serviço de Deos, e succego da República se podem della extrahir de pessoas graves, que não tem caza, nem rendas e só pasão com alguns ténues alimentos, que nem todos tem...»⁹. E em 1766, o Capitão-General dos Açores, confrontado com a tarefa quase ciclópica de recrutar nas ilhas mais de mil homens, preconizava o recurso a meios coercivos, até porque «nestas Ilhas habita hu grande número de moços solteiros, q' a sombra da sua mal entendida nobreza não tem occupação mais q' inquietar as Cazas de seus Pays, ou Irmãos, com infinitas demandas de alimentos, os quais depois de conseguidos dispendem em todos os vícios, q' são consequência infalível da reprovadíssima ociosidade em q' vivem. Sendo estes vadios, e alguns perturbadores escandalozos...»¹⁰.

Mas eis que surge em 1797 a ordem de recrutamento de 5000 insulares com destino à Metrópole. Um número verdadeiramente inusitado, mas justificado pela situação excepcional que se vivia no País. O Príncipe regente D. João fazia então saber ao governo dos Açores que, nas críticas circunstâncias nacionais, se tornava imperioso recorrer a «...todos os meios extraordinários e convenientes a conservar illeza a Dignidade do seu Real Trono, e salvar os

seus fieis e Leais Vassallos...» e que, por essa mesma razão, «...todas as partes da Monarchia concorressem à proporção das suas forças para a defeza do todo...»¹¹.

As autoridades insulares foram apanhadas de surpresa, tanto assim que a sua reacção foi bem distinta da que já haviam manifestado em ocasiões anteriores. É que os quantitativos em causa, para além de difíceis de atingir, até porque eram excluídos do recrutamento os privilegiados, os casados e também os que excedessem os 40 anos de idade¹², afectariam inevitavelmente a economia das ilhas. Na opinião dos representantes do governo açoriano, desviar 5000 homens, na força da idade, da cultura das terras representava um suicídio para a agricultura local e para a economia em geral.

Assim, os governadores interinos dos Açores reconheciam que os desejos de sua Majestade, por mais legítimos e justos que fossem, excediam largamente «...as forças destes habitantes, cujo Pais não offerecendo para a sua subsistência outros meijos mais que os da agricultura, que são as únicas producções destas Ilhas, aonde não há Fábricas, nem Manufacturas, que possam augmentar o seu comercio, e estando por consequência quazi todos os braços destes Povos empregados na Lavoura, extrahidos della, cinco mil homens, não pode a mesma deixar de experimentar huma grande decadência...»¹³. E isto porque, subtraindo estes, apenas restavam «...os decrépitos, os inválidos por enfermidades, e tenra idade, os privilegiados que sua Magestade manda izentar...»¹⁴.

Mas a Coroa é que não estava para contemplos e as instruções eram claras: que fossem lançados editais para convocar os volun-

⁹ Ofício do Sargento-mor da ilha de São Miguel ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, Arquivo Histórico Ultramarino, pasta 3, doc. 58.

¹⁰ AHU, Açores, Caixa 11, doc. 5, 22.Abril.1776.

¹¹ Carta do Governador Interino dos Açores de 14.Março.1797, in AHU, Açores, maço 25, doc. 10.

¹² AHU, Açores, Maço 25, doc. 10, 14.Março.1797.

¹³ AHU, Açores, Caixa 27, doc. 1.

¹⁴ Carta dos Governadores Interinos dos Açores..., AHU, Açores, caixa 25, doc. 10.

tários, aos quais seriam proporcionadas algumas vantagens, tal como a faculdade de se retirarem daquele serviço ao fim de quatro anos. Passados oito dias do concurso dos mesmos voluntários, recorrer-se-ia então ao «*recrutamento violento, que necessário fosse para compensar as que faltassem*»¹⁵. Com efeito, era necessário tudo fazer, «*...tentando os meios mais enérgicos, ainda que justos*»¹⁶, para que, num prazo de dois

a três meses, estivesse concluído o referido recrutamento, para que se pudesse iniciar o seu transporte para Lisboa. Entretanto, foi definido o número de recrutas que cabia a cada ilha, em função da sua população.

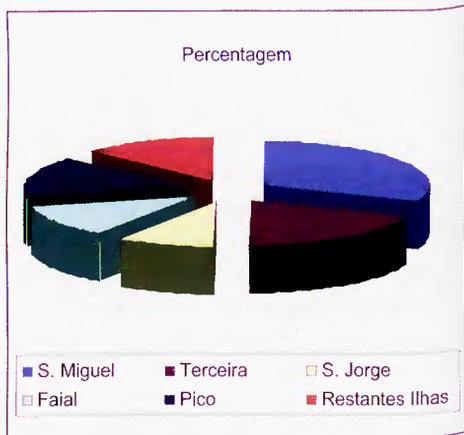
Só a título de curiosidade, diga-se que foi precisamente a ilha mais pequena e menos populosa dos Açores, o Corvo, a que participou com uma maior percentagem relativa de recrutas.

POPULAÇÃO DAS ILHAS E N.º DE RECRUTAS

Ilhas	População (1796) ¹⁷	Recrutas (1797)	% ¹⁸
Sta. Maria	3960	118	2,8%
S. Miguel	59.555	1563	2,6%
Graciosa	8093	237	2,9%
Terceira	27.184	962	3,6%
S. Jorge	14.953	466	3,2%
Faial	17.584	578	3,2%
Pico	23.172	784	3,3%
Flores	6626	248	3,7%
Corvo	818	39	4,7%
Total	161.945	4995	3%

Como se pode verificar, houve uma participação mais ou menos uniforme das diversas ilhas nessa gigantesca operação, com valores absolutos a atingir os 3% da população, se bem que este número seja tanto mais de realçar quando é um facto que o recrutamento incidia apenas sobre os homens com menos de 40 anos. Assim, partindo do pressuposto óbvio de que metade da população do arquipélago era do sexo feminino e admitindo que os homens com menos de 20 anos ou com mais de quarenta abrangiam cerca de 2/3 do universo masculino, restavam 25.000 homens entre os 20 e os 40 anos, dos quais 20% eram alvo do recrutamento em causa. Valor, a todos os títulos, impressionante.

PERCENTAGEM DE RECRUTAS DAS DIVERSAS ILHAS (EM TERMOS ABSOLUTOS)



¹⁵ AHU, Açores, caixa 27, doc. 1.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Artur Boavida Madeira, *População e Emigração nos Açores (1766-1820)*, Cascais, 1999.

¹⁸ Percentagem de recrutas sobre a população de cada ilha.

Nos princípios do Verão de 1797 seguiam para Lisboa os primeiros recrutas, 600 da ilha de S. Miguel e mais 970 das ilhas de S. Jorge, Pico, Faial e Graciosa¹⁹.

Na ilha de S. Miguel, já depois da saída dos tais 600 recrutas, a Câmara da Ribeira Grande procurava sensibilizar a Coroa, na esperança de ver reduzida a contribuição daquela ilha, apresentando, como argumentos, que «*a população da ilha se axa muito diminuta, já por outras levas antecedentes, já por várias moléstias epidémicas, que nela tem grassado em diferentes tempos...*», situações que afectavam seriamente a cultura dos campos e as exportações de viveres para o Continente²⁰.

E o governador interino de S. Miguel implorava mesmo a clemência de sua Majestade no sentido de suster o recrutamento daquela ilha, relembrando os sete recrutamentos a que a ilha já havia sido sujeita nos últimos 30 anos, bem como as epidemias fatais que a vinham fustigando, a pior das quais devorando mais de 7000 almas²¹.

O certo é que, nos começos de 1798, a ilha havia já conseguido aprontar 1374 recrutas, ainda um pouco aquém do que fora estipulado inicialmente (1500 recrutas) e mercê do recurso a medidas extremas, que passarão pela inclusão de «*... filhos de viúvas únicas e de lavradores privilegiados...*»²².

Também a Câmara de Angra requereu a suspensão parcial dos recrutamentos, invocando «*... a calamidade que fica experimentando esta Ilha, e sua agricultura com a falta de lavradores jornaleiros, que nesta ocasião vão recrutados para o Reyno*»²³. Mais ainda, a edilidade angrense constatava, pura e simples-

mente, que as únicas fábricas que naquela ilha moviam a produção de alimentos eram os braços dos homens e que, faltando estes, ficava seriamente comprometido todo o processo produtivo²⁴.

Ainda que sem efeitos práticos, os protestos eram pertinentes, e para além dos já previsíveis efeitos económicos, há que salientar os reflexos que se fizeram sentir imediatamente em termos demográficos, com a população do arquipélago a decrescer de uma forma bastante acentuada num curtíssimo espaço de tempo, passando de 161.945 habitantes em 1796 para 153.562 em 1800²⁵. A questão é que não foram somente os milhares de recrutas que partiram, na maioria jovens e viris. Foram, também, as muitas raparigas solteiras que, por esse motivo, ficaram por casar e as muitas mulheres casadas que ficaram sem maridos. É que esta requisição maciça de homens, no vigor da idade, provocava um natural desequilíbrio na relação quantitativa entre sexos, que se repercutia necessariamente na nupcialidade e, por conseguinte, na natalidade²⁶.

Mas o facto é que, por entre protestos e reclamações, a operação de recrutamento foi prosseguindo e chegou a bom porto. Não temos garantias de que tivessem mesmo seguido os 5000 recrutas que a Coroa estipulara, mas não andariam muito longe disso, tendo em conta a postura intransigente por esta revelada em todo o processo.

Na Primavera de 1798 esperava-se obter 29.864 recrutas para o exército em todo o território nacional, que incluíam, certamente, os recém-chegados ilhéus.

A receada e temida invasão do País não se concretizou no imediato. Mas, com a chegada

¹⁹ AHU, Açores, Maço 25, doc. 10.

²⁰ Ofício da Câmara da Ribeira Grande a sua Majestade, 21 de Junho de 1797, AHU, Açores, Maço 25, doc. 40.

²¹ Carta do Governador Interino de São Miguel ao monarca de 4 de Janeiro de 1798, AHU, Açores, Caixa 27, doc. 1.

²² AHU, Açores, Maço 25, doc. 38.

²³ Idem, Maço 21, doc. 9.

²⁴ Idem, ibidem.

²⁵ MADEIRA, Artur B., obra citada.

²⁶ ROCHA, Gilberta. "A emigração na ilha do Faial nos Finais do séc. XIX", in *O Faial e a Periferia Açoriana*.



D. João VI

de Napoleão Bonaparte ao poder em França (1799), tudo se complicava. Tornava-se claro, para Napoleão, que a vitória sobre a Inglaterra passava necessariamente pela neutralização de Portugal, seu velho aliado. Em carta dirigida a Talleyrand, Napoleão dizia: «É preciso que a República tire aos Ingleses o único aliado que lhes resta no continente»²⁷. No mesmo sentido convergiam os interesses do seu irmão Luciano, embaixador em Madrid, e do “Príncipe da Paz” (Godoy), desejosos de partilhar um reino à custa de Portugal²⁸. É retomado, então, o projecto da invasão de Portugal e o embaixador Luciano Bonaparte era incumbido da missão de vencer as renitências do rei Carlos IV quanto a esse propósito²⁹.

Mas se Carlos IV de Espanha se mantinha na expectativa, as imposições de França, aliadas à dupla ambição de Luciano Bonaparte e de Manuel de Godoy, conduziram ao envio de um Ultimato a Portugal, onde se expunham as seguintes condições: o nosso país deveria abandonar a aliança com a Inglaterra e fechar os portos aos seus navios, ao mesmo tempo que eram franqueados a franceses e espanhóis; também se previa o pagamento de uma pesada indemnização à França, ao passo que a Espanha reclamava a posse de algumas regiões fronteiriças como garantia da restituição pela Inglaterra das Ilhas de Trindade, de Mahon e de Malta³⁰.

Eram, sem dúvida, condições bem humilhantes para Portugal. Tão humilhantes que se tornavam inaceitáveis aos olhos do Príncipe Regente D. João, futuro D. João VI.

Em 27 de Fevereiro de 1801, Carlos IV, rei de Espanha, declarava guerra a Portugal. Em Maio, o Alentejo era invadido em quatro pontos diferentes pelas forças espanholas e o exército português, mal organizado e, sobretudo, deficientemente comandado³¹, não se mostrou capaz de dar-lhe uma resposta à altura. Senão vejamos: o nosso exército entregou, sem combate, as praças de Valença de Alcântara, Olivença, Juromenha, Portalegre e Castelo de Vide. Elvas e Campo Maior resistiram heroicamente, o mesmo já não sucedendo com Monforte, Arronches, Barbacena e Ouguela³².

O conflito durou apenas duas semanas e ficou conhecido pelo nome de Guerra das Laranjas³³. No dia 6 de Junho Portugal capitulava, assinando com a Espanha o Tratado de Badajoz. Nele se estipulava que a Espanha fa-

²⁷ BRASÃO, Eduardo. “História Diplomática de Portugal”, vol. I, p. 416, cit. por Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. VI.

²⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, obra citada.

²⁹ Idem, *ibidem*. Essas renitências até eram compreensíveis por razões familiares, uma vez que Carlos IV era pai de D. Carlota Joaquina, entretanto casada com o príncipe D. João de Portugal.

³⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, obra citada.

³¹ Só para termos uma ideia, o duque de Lafões, nomeado general-chefe do exército português, contava na altura com 82 anos, não possuindo nem a competência nem a firmeza que o alto comando requeria.

³² SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *idem*.

³³ O nome adveio do facto de Manuel Godoy ter enviado à Rainha de Espanha uns ramos com laranjas recolhidas às portas de Elvas, um dos poucos locais que, aliás, resistiu ao exército invasor.



Manuel Godoy retratado por Goya
Óleo s/tela, 180 x 267cm, pintado entre Julho e Outubro de 1801 - Museu da Real Academia de S. Fernando, Madrid

ria a restituição das diversas praças conquistadas, exceptuando a vila e território de Olivença, que ficaria irremediavelmente na posse dos nossos vizinhos. E porquê a insistência dos espanhóis em Olivença? Segundo Joaquim V. Serrão, para além de se tratar de uma região fértil do ponto de vista agrícola, pesava sobretudo uma razão de ordem geoestratégica: «estando na linha do Guadiana a fronteira natural sempre desejada pelo reino vizinho, Olivença constituía a base de um novo processo de limites que levasse outras terras da margem esquerda, como Mourão, Serpa e Moura, para a coroa espanhola»³⁴.

Pouco depois, era a vez de assinarmos um acordo com a França. O nosso país comprometia-se a fechar os portos à navegação inglesa, a pagar à França uma indemnização de 15 milhões de libras, a aceitar as fronteiras da Guiana até à foz do rio Arawani e permitir, ainda, a entrada de lanifícios franceses em condições favoráveis³⁵.

Não sabemos qual foi o destino dos 5000 recrutas que partiram dos Açores entre 1797 e 1798. Foram eles destinadas às praças fronteiriças do Alentejo, as mais vulneráveis aos exércitos invasores? É uma possibilidade que fica, por ora, em aberto.

³⁴ Portugal ainda tentou dissuadir os espanhóis, oferecendo como troca a ilha do Príncipe e uma indemnização em dinheiro, mas sem efeitos práticos. J. V. Serrão, obra citada.

³⁵ Idem.



Três visitas reais retratadas na revista madrilenha *Nuevo Mundo*: duas de D. Carlos de Bragança a Espanha (1902 e 1906) e uma de D. Afonso XIII a Portugal (1903)

Joaquim Saial

Não trata este texto de fazer um inventário de visitas de ambos os reis aos países recíprocos, mas tão-somente dar a conhecer a maneira como foram cobertas pela revista semanal *Nuevo Mundo* as três que no título se referem. Com textos diminutos, mas sempre simpáticos para ambos os monarcas, mais estas notícias nos interessam pelas imagens (34, na totalidade), em parte substancial feitas por fotógrafos próprios e por isso pouco conhecidas entre nós.

I

Começemos pela de D. Carlos, de 1902. O número de 12 de Dezembro da revista já dava conta da proximidade da visita real portuguesa à capital espanhola, dizendo-se ali que «na data em que este número for posto à venda, Madrid estará sendo honrada com a presença de um augusto visitante: D. Carlos I de Portugal». O monarca português ficaria alojado no palácio do Oriente, nas salas designadas pelo nome de Gasparini, prevendo-se em sua honra festas acordadas em conselho de ministros. Mas também se informava que o rei não vinha directamente de Lisboa, mas sim de um périplo que o levava a Inglaterra e França, onde o Presidente Loubet o presenteara «com magníficas caçadas nos bosques de Compiègne e com outros mimos semelhantes, muito do gosto de Sua Majestade Portuguesa, grande aficionado do desporto cinagético». E referia ainda a revista que se a visita a França aparentava não ter tido outra finalidade para além da turística, já a que

levava D. Carlos a terras britânicas dera muito que falar na imprensa local, pois coincidira com a do *kaiser* da Alemanha, dados os interesses das três potências coloniais no continente africano. E que essa mesma imprensa até falara numa possível cedência de Lourenço Marques à Grã Bretanha...

A reportagem de 19 de Dezembro é ilustrada com um desenho de abertura e dez fotografias. O desenho, a página inteira, mostra a chegada de D. Carlos à estação do Norte¹ e é da autoria de Vila Prades². Uma dama, um militar, o Rei Afonso XIII e diversas outras individualidades dão as boas-vindas ao soberano português, em imagem muito de uma época em que em geral se chegava (e partia) de paquete ou de comboio – aliás, este, servindo aqui de fundo à composição.

Dos festejos anunciados, «contra os quais conspirou o insistente mau tempo», haviam sido cortadas as manobras e a revista militar. E apontava a revista, não escondendo alguma amargura, que «não obstante o escasso efecti-

¹ A Estação do Norte tem entradas pelo Paseo de la Florida, Paseo de San Vicente e Paseo del Rey. Situa-se sobre parte dos terrenos da antiga possessão do Príncipe Pio, pelo que também é conhecida por este nome. A denominação de Estação do Norte deve-se a ter sido construída pela Compañía de los Ferrocarriles del Norte – de capital francês –, como topo de uma linha férrea que ligava Madrid com a fronteira francesa, através de Castela, Leão, Astúrias, Cantábria e o País Basco. Quando D. Carlos ali chegou, estava em obras de prolongamento da cobertura com mais duas naves, trabalhos que duraram de 1902 a 1906.

² Julio Vila Prades, pintor valenciano (1873 ou 75-1930).

vo que, por deficiências económicas, têm agora os corpos da guarnição, os actos em que eles tivessem participado teriam sido necessariamente brilhantísimos». Mas houve festas palatinas – o banquete e *soirée* e também função régia no Teatro Real. Eventualmente, mais terão interessado ao rei português as cinegéticas no couto real de Riofrío e na zona de caça de El Pardo. Sabeedor desse gosto do monarca vizinho, o articulista do *Nuevo Mundo* salientava: «O Rei D. Carlos, que goza fama universal de grande atirador, defendeu-a ali, fazendo tiros acertadíssimos e carambolas notáveis». Presentes, o príncipe das Astúrias, a infanta D. Isabel e o rei espanhol que também, segundo a revista, obtiveram muitas peças de caça – a qual poderia ter sido ainda mais substancial se os monarcas e respectivos acompanhantes não tivessem de regressar a Madrid em hora oportuna.

Em Madrid, D. Carlos dedicou «boa parte do seu tempo» a visitar os museus, sobretudo o do Prado, tendo-se ainda deslocado à exposição Amaré³ e ao estúdio de Mariano Benlliure⁴, onde admirou a estátua de Afonso XII⁵. Contudo, houve ainda lugar para um torneio de tiro na Casa de Campo. A pitoresca prosa do *Nuevo Mundo* acerca do evento merece aqui transcrição integral: «Nele mostraram as suas habilidades os mais aristocráticos aficionados madrilenos, exibindo perante o Rei de Portugal, também ele tão aficionado daquele género de *sport*, a certeza da sua pontaria e destreza extraordinária. Da do Rei D. Carlos pode julgar-se pelas gravuras que acompanham estas linhas: uma delas reproduz uma silhueta de homem,

em pé, em que o augusto atirador, de doze tiros acertou nove na região cardíaca, e outra de um coelho em que o rei fez de doze tiros outros tantos impactos.»

Como não podia deixar de ser, em ocasiões deste tipo, na festa da Casa de Campo «teve o rei mais uma ocasião para admirar a formosura e a gentileza das damas espanholas, que compareceram em grande número». Sem a Rainha D. Amélia presente, é de crer que a situação não tenha sido desperdiçada pelo soberano para fazer valer os pergaminhos que nessa área a História lhe atribuiu...

A resenha final, em que de novo se foca a vertente artística da visita, é de todo elogiosa para D. Carlos. Daí, que consideremos ser interessante transcrevê-la: «Os irmãos Amaré, a quem a Indústria e a Arte tanto devem, organizaram uma pequena exposição, em que figuravam obras de Pradilla⁶, Sorolla⁷, Viniégra⁸, Querol⁹, Moreno Carbonero¹⁰ e outros exímios artistas. A visita do Rei de Portugal à Exposição Amaré foi muito detalhada e durante ela demonstrou o monarca lusitano, não só o seu profundo gosto artístico como os seus profundos conhecimentos na matéria. D. Carlos de Bragança, pintor excelente, ficou desde logo gratamente impressionado e isso o manifestou aos irmãos Amaré. Diante de cada obra das que figuraram na exposição conversou afavelmente com os artistas, empregando linguagem técnica de quem está iniciado nos segredos dos pintores. O Rei de Portugal é um aquarelista excelente, como o demonstra o facto de ter sido premiado em várias exposições. Ultimamente, na exposição de Cádiz, foram objecto de distinção várias obras suas.»

³ Tratava-se de uma exposição organizada pelos industriais irmãos Amaré.

⁴ Escultor espanhol (Valência, 1862 – Madrid, 1947). Amigo do escultor português Teixeira Lopes, fez o busto deste, tendo havido reciprocidade da parte do autor de *A Viúva*. O monumento a Viriato, em Viseu, é de sua autoria.

⁵ Estátua equestre, que foi colocada no Parque del Retiro, Madrid, onde ainda se encontra. Realizada por subscrição popular, inaugurou-se em 1922.

⁶ Francisco Pradilla y Ortiz (Villanueva de Gállego, 1948 – Madrid, 1921).

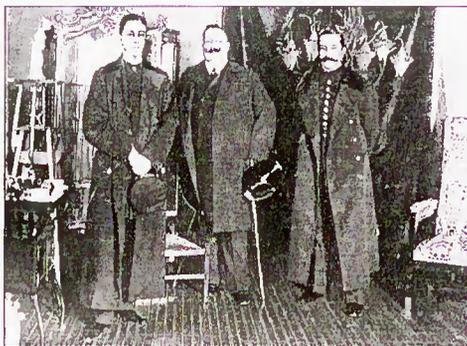
⁷ Joaquín Sorolla (Valência, 1863 – Cercedilla, Madrid, 1923).

⁸ Salvador Viniégra y Lasso de la Vega (Cádiz, 1862 – Madrid, 1915).

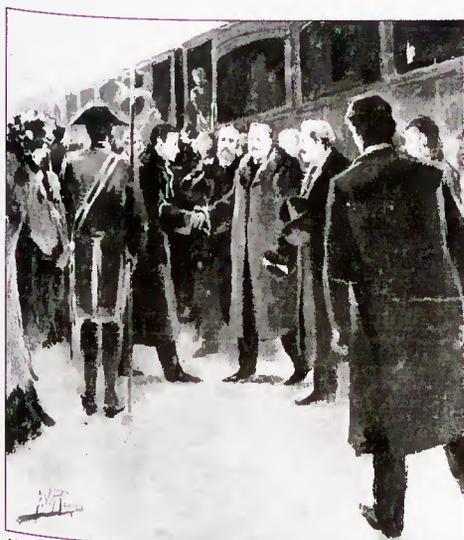
⁹ Pensamos que se trata do escultor Agustín Querol (Tortosa, Tarragona, 1860 – ?, 1909).

¹⁰ José Moreno Carbonero (Málaga, 1858 – Madrid, 1942).

O rei regressara a Lisboa segunda-feira dia 15 e o *Nuevo Mundo* desejava quatro dias depois que a visita do chefe de estado português tivesse sido proveitosa para ampliar as relações «que cada dia devem ser mais estreitas entre dois povos irmãos.» Palavras de circunstância e simpatia, ilustradas por uma bateria de fotografias em que D. Carlos surge três vezes – das restantes sete, duas mostram os alvos utilizados por ele e outras cinco, aspectos dos locais visitados. Duas das fotos são assinadas por Morilla e uma outra por Compañy.



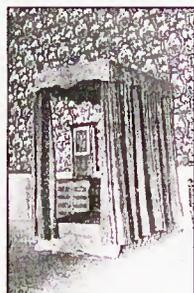
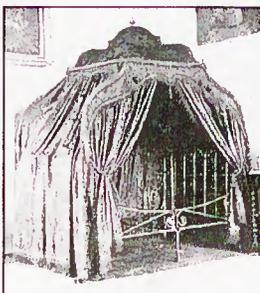
D. Afonso XIII, D. Carlos e o príncipe das Astúrias, na Exposição Amará



Na estação do Norte. Os reis de Portugal e de Espanha saudando-se, à chegada daquele a Madrid - Desenho de Vila Prades



Vista geral do palácio de Riofrio (fotografia de Morilla)



Camas do Rei D. Francisco de Asis¹¹ e do Rei D. Afonso XII



Os reis D. Carlos e D. Afonso, a entrarem na Exposição Amará

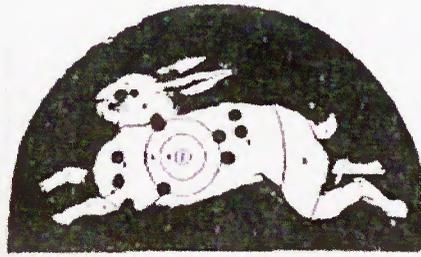
¹¹ D. Francisco de Asis foi o rei consorte de D. Isabel II, pai de Afonso XII e avô de Afonso XIII.

Três visitas reais retratadas na revista madrileña *Nuevo Mundo*: duas de D. Carlos de Bragança a Espanha (1902 e 1906) e uma de D. Afonso XIII a Portugal (1903)

Joaquim Saial



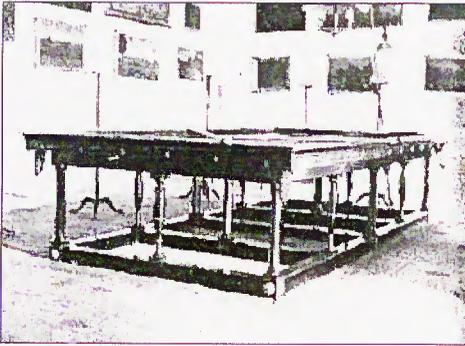
Escada principal do palácio de Riofrio



Cartão do Rei de Portugal:
12 balas a 16 metros



Cartão do Rei de Portugal:
33 pontos em 12 balas



Sala de bilhar do palácio de Riofrio (fotografia de Morilla)



Portão principal do palácio de Riofrio



Os reis de Portugal e Espanha e o príncipe das Astúrias dirigindo-se à zona de caça (fotografia de Compañy)

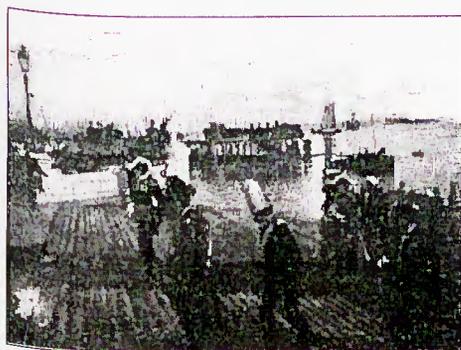
II

O *Nuevo Mundo* de 17 de Dezembro de 1903 noticiava a duas linhas, numa das suas primeiras páginas, que no dia 10 Afonso XIII tivera à sua chegada a Portugal um «acolhimen-

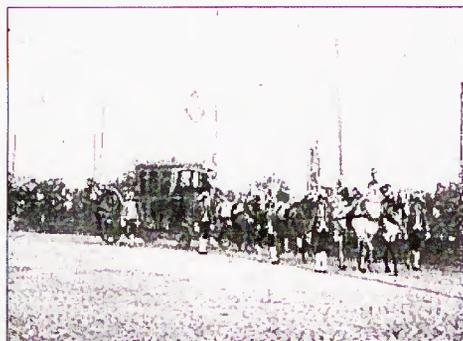
to entusiástico na Estação do Rossio». Mais adiante, a reportagem, com texto a um terço de duas escassas colunas, era ilustrada por dez fotografias, não assinadas, sendo que em cinco o rei está presente e noutras tantas apenas se mostram vistas gerais de Sintra e Lisboa.

Afirma-se que a visita fora «uma contínua série de triunfos. Afagos que na pessoa do rei se tributaram à Pátria querida» e que os espanhóis deviam agradecer. Segundo a revista, não tinha sido apenas o Estado português através do elemento oficial a render ao monarca homenagem e consideração. «O povo, o verdadeiro povo, tomou parte activa em todos os festejos, saudando com aclamações e com visível e sincero entusiasmo a presença da Afonso XIII na corte de Lisboa.», era outra das frases mais entusiásticas da curta resenha escrita. E a comunidade espanhola local também mostrara a sua simpatia, apesar do tempo muito chuvoso que se fizera sentir durante as cerimónias.

Nas primeiras cinco fotografias vêem-se o embarque dos reis (Afonso XIII e D. Carlos) no Arsenal de Marinha e o seu desembarque no cais da Praça do Comércio, os dois reis no Museu de Artilharia (a Santa Apolónia), a entrada do rei num coche em Lisboa e a tribuna colocada na Praça do Município, frente aos Paços do Concelho, onde Afonso XIII assinou o livro de ouro do município lisboeta. O palácio da vila, em Sintra, um aspecto do claustro do mosteiro dos Jerónimos, a fachada do Paço da Ajuda, a torre de Belém e o castelo (sic) da Pena completavam a reportagem sobre a visita do soberano espanhol à capital portuguesa.



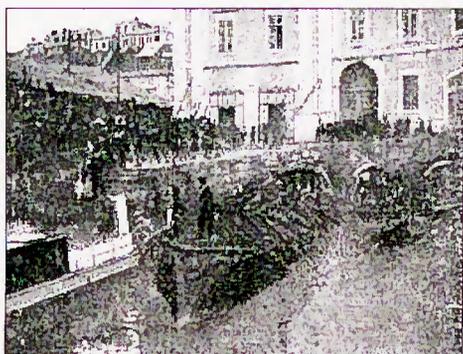
Desembarque dos reis na Praça do Comércio



Entrada do rei espanhol em Lisboa



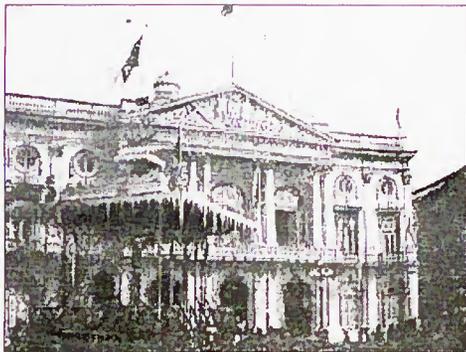
D. Carlos e D. Afonso XIII no Museu de Artilharia



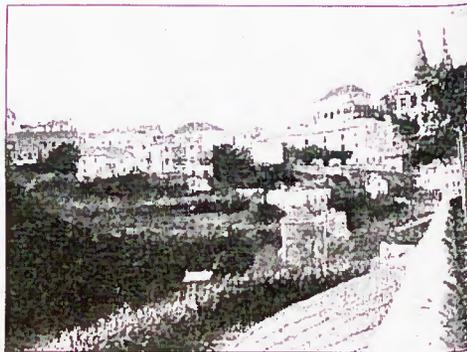
Embarque dos reis no Arsenal de Marinha

Três visitas reais retratadas na revista madrileña *Nuevo Mundo*: duas de D. Carlos de Bragança a Espanha (1902 e 1906) e uma de D. Afonso XIII a Portugal (1903)

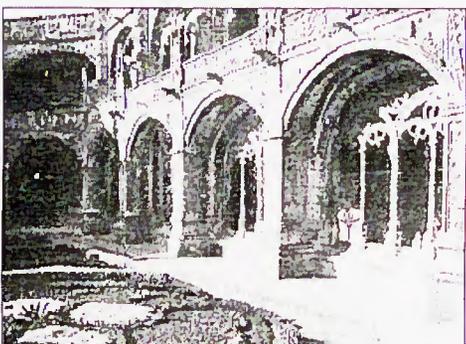
Joaquim Saial



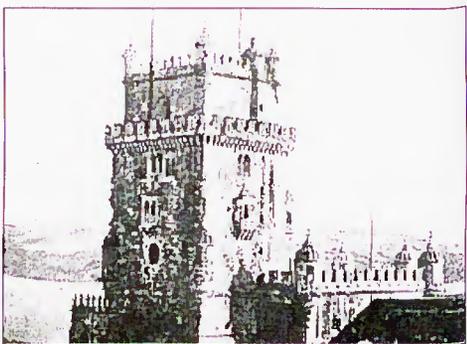
Tribuna onde D. Afonso assinou o livro de ouro



Sintra – O palácio real



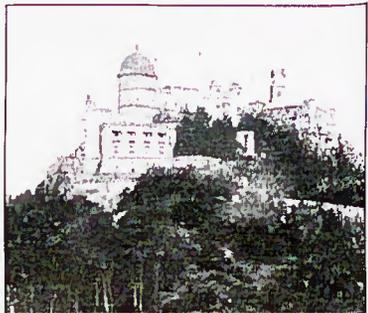
Detalhe do templo dos Jerónimos (claustro)



Torre de Belém



Palácio da Ajuda



Castelo (sic) da Pena

III

Na tarde de 12 de Março de 1906, D. Carlos chegava mais uma vez a Madrid, desta feita acompanhado pela rainha, entrando na cidade pela estação ferroviária de Atocha. O *Nuevo*

Mundo de dia 15 dava grande destaque ao acontecimento, ilustrando-o com 12 imagens, três delas de página inteira. D. Carlos surgia cinco vezes, D. Amélia três e havia ainda lugar para o presidente do Governo, José Luciano de Castro¹², e para Eduardo José Coelho, ministro

¹² O governo de José Luciano de Castro cairia escassos dias depois, a 19 de Março.

do Reino, António Eduardo Villaça, ministro dos Negócios Estrangeiros e Eduardo Valério Villaça, secretário daquele, os dois últimos como acompanhantes do monarca na viagem. Pelo menos seis das fotografias são do *Nuevo Mundo*. As restantes serão eventualmente fotografias oficiais, cedidas pelo *staff* português – por exemplo, a de D. Carlos com capa decorada com o sinal de Santiago e a de D. Amélia são sobejamente conhecidas e reproduzidas em muitas outras circunstâncias, inclusive em postais ilustrados.

Na estação de Atocha, engalanada, concentravam-se o governo espanhol e as autoridades locais. Uma companhia de Covadonga, com estandarte e banda de música, tinha a seu cargo as honras militares. Cerca das 16 horas chegava o casal real português. D. Carlos, em traje de capitão general, ostentava para além do colar da Torre e Espada e do Tosão de Ouro, a banda de Isabel a Católica – sinal óbvio de consideração pela nação espanhola. Depois das saudações e da revista protocolar às tropas em parada, organizou-se a comitiva que seguiu para o passeio e salão do Prado, calle de Alcalá, Puerta del Sol, calle Mayor e Baylén e Congresso, em cuja escalinata os deputados saudaram os reis. A fazermos fé na reportagem, por todas estas ruas, «a numerosa multidão que se apinhava por detrás das tropas que cobriam o percurso, não cessava de aclamar Suas Majestades.»

Quem ia no séquito da família real portuguesa? Já apontámos os nomes de alguns políticos. Para além deles, seguiam na comitiva as seguintes figuras: condessa de Figueiró e D. Isabel Saldanha, damas da rainha; os condes de Sabugosa, Ribeira (?), Tarouca, Figueira e Arnoso, este, secretário particular do rei; o vice-almirante Guilherme Capelo; o ajudante de campo Charters d’Azevedo; o capitão de cavalaria Timóteo Alvim e o tenente Francisco Figueira, oficiais às ordens de S. M.; o médico

D. António Lencastre. Iam ainda o embaixador de Espanha em Portugal, D. Barnabé de Ávila e o adido militar D. Rafael Aparício.

As duas fotografias finais são talvez as mais interessantes do conjunto. Numa delas vemos D. Amélia, ela própria aguarelista de mérito, sentada num banco do Museu de Arte Moderna, então instalado no edifício da Biblioteca Nacional. Cremos que esta designação de “moderna” se aplicava a pintura que sobretudo o era por ser recente e não por especiais qualidades de modernidade. Nesse ano, em Paris, como dissemos noutra texto de nossa autoria publicado neste número de *Callipole*, Picasso inventava algo de muito mais avançado que as pinturas de História, género, retrato ou paisagem que por detrás da rainha portuguesa mais se adivinham do que se vêem. Mas só esse título de Museu de Arte Moderna já é reconfortante, se pensarmos que o nosso mais expressivo se chamava de Arte Antiga... e que um lisboeta de arte contemporânea teria de esperar o fim da monarquia para ser criado – embora com director monárquico, num daqueles desacertos ideológicos e culturais em que a vida portuguesa sempre tem sido tão fértil. Na outra foto, os dois reis apertam as mãos, em cumprimento que sela pretendida amizade ibérica, certa... e acertada – Afonso XIII, de traje desportivo, contrasta com o sobretudo, a cartola e a bengala do nosso rei, mas isso também é coisa muito nossa, de levar o aspecto cerimonioso a um ponto que nem no ambiente descontraído do campo de tiro de Pichón foi negligenciado.

Seja como for, este nosso penúltimo soberano, oceanógrafo, agricultor, caçador, pintor e político – quando podia –, ficou para sempre como um rei moderno e de horizontes largos, de que as diversas viagens que fez, entre as quais as aqui descritas são significativo sinal. É que nos intervalos de cada dois tiros, no espaço entre exposições, no período que mediou entre cerimoniais diversos, bem como nos mo-

Joaquim Saial

mentos próprios, ele fez no estrangeiro o que pôde para implementar uma sempre difícil afirmação de Portugal no concerto das nações numa época de contornos delicados de gerir

por uma nação pobre e pequena como era a nossa. Deste modo, nenhum seu antecessor o tinha feito antes dele. E por isso, também, lhe devemos estar gratos.



D. Carlos, Rei de Portugal



D. Amélia, rainha de Portugal



José Luciano de Castro,
presidente do Governo
português



Eduardo José Coelho,
ministro português do
Reino



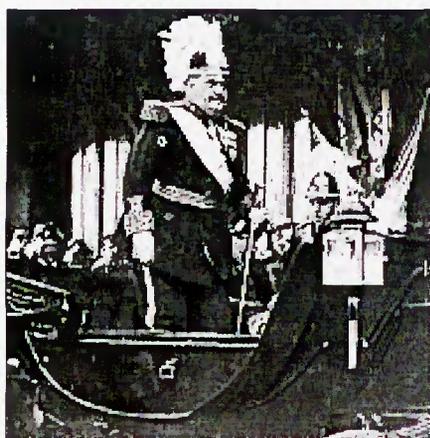
António Eduardo Vilaça,
ministro português dos
Negócios Estrangeiros



Eduardo Valério Vilaça,
secretário do ministro
português dos Negócios
Estrangeiros



Os reis D. Carlos e D. Afonso, saudando a bandeira espanhola na estação de Atocha



Os reis de Portugal e Espanha, subindo para a carruagem, na estação



D. Amélia e D. Maria Cristina saem da estação



Entrada dos reis de Portugal em Madrid – passeio da comitiva régia pela calle de Alcalá



A rainha D. Amélia, no Museu de Arte Moderna, estabelecido no Palácio da Biblioteca



Os reis de Portugal e de Espanha, D. Carlos e D. Afonso, saudando-se no Tiro de Pinchón, aquando da chegada do primeiro

A imprensa periódica regional calipolense na primeira metade do século XX

Noémia Serrano

As relações entre a imprensa e a sociedade são intensas e tornaram-se mais complexas ao longo do século XX. Como facto característico da modernidade, a imprensa escrita tornou-se de tal maneira presente que está colada à pele das sociedades contemporâneas, surgindo sob as mais variadas formas e nos mais variados lugares, não apenas nas grandes cidades.

Vila Viçosa, ao longo do século XX, não foi excepção à regra e também produziu alguma imprensa periódica que constituiu o fulcro deste trabalho.

As revistas culturais têm um papel importante e incontornável no universo das publicações. Fonte informativa inesgotável, elas são, também, um dado cultural onde se espelha a mundividência dos seus colaboradores, os seus valores estéticos e éticos e o imaginário poético, científico e literário de uma época. Como um caleidoscópio, as revistas contrapõem ideias e opiniões, permitindo por isso, reconstituir mentalidades e por vezes antecipar a teorização de alguns movimentos artísticos, literários e científicos. Também a demais imprensa periódica regional nos permite sentir o pulsar do tecido social em que opera. De facto, ela pode assumir ou não o papel de contra-poder, de recusa do *status*, veiculando posições que entram em rota de colisão com os poderes instituídos mas pode também servir o poder, ampará-lo e propagandear-lo de livre vontade ou por imposição.

Por estas razões, este artigo preocupa-se com dois problemas:

1.º – A inventariação do que se publicou, em termos de imprensa periódica, em Vila Viçosa, ao longo do século XX.

2.º – O papel dessas publicações no panorama cultural regional.

Privilegiou-se a primeira metade do século XX, embora a inventariação diga respeito a todo o século. A investigação feita foi realizada nas Bibliotecas Municipais de Évora, Estremoz e Elvas e utilizou como base de partida os trabalhos de Daniel Pires que estabelecem uma inventariação muito boa sobre revistas, boletins, periódicos literários e outras publicações periódicas com uma componente literária relevante¹ e os de Gil do Monte sobre o jornalismo no distrito de Évora².

No que diz respeito ao primeiro problema, a investigação realizada permitiu encontrar uma lista de doze títulos que aqui se enumeram:

*O ALMANACH HISTÓRICO E ILLUSTRADO
DE VILLA VIÇOSA
REVISTA PORTUGUEZA
DOM NUNO
O BADALO
A ALMA ALENTEJANA
A VOZ ALENTEJANA
NOTÍCIAS DE VILA VIÇOSA
NOTICIAS DO ALENTEJO*

¹ PIRES, Daniel. *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX*. Grifos, Lisboa, 1966.

² MONTE, Gil do. *Achegas para a História do jornalismo no distrito de Évora*, Gráfica Eborense, Évora, 1984; *A imprensa regional eborense*, 1955 (fotocopiado); *O jornalismo eborense: 1846-1954*, Minerva Comercial, Évora, 1955; *O jornalismo eborense 1846-1976*, Gráfica Eborense, Évora, 1978.

CALLIPOLE (início em 1934)

O CALYPOLENSE

CADERNOS CULTURAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA

CALLIPOLE (início em 1993; em 2007, vai no n.º 15)

Em Vila Viçosa, nos primeiros 50 anos do século XX, surgiram apenas duas revistas de curta duração: *O Almanach Histórico e Illustrado de Villa Viçosa*, publicado de 1909 a 1910, e a *Revista Portuguesa*, de 1928.

O Almanach Histórico e Illustrado de Villa Viçosa foi uma publicação anual coordenada por António Alberto Gonçalves, prior da freguesia de Nossa Senhora da Conceição e por Joaquim José Amaro. Este *Almanaque* apresenta-se como repositório dos usos, costumes e tradições populares de Vila Viçosa, divulgando muitos dos hábitos quotidianos da população calipolense, as suas festas, em particular as religiosas, e também muitos aspectos da história da vila. Nomes como Dr. Francisco Augusto Pousão, José Cordovil, Alfredo da Cunha, Mário Florival e o P.º Joaquim Espanca foram seus colaboradores.

A *Revista Portuguesa* era uma publicação trimestral, ilustrada, de propaganda regionalista. Esta revista de 1928 copia o título da *Revista Portuguesa*, dirigida por Vítor Falcão, que acompanhou o movimento intelectual modernista, revelando um estado de espírito de alguma inconformidade, onde se juntava tradição, eterno retorno e simultaneamente a procura do “novo”. No caso da *Revista Portuguesa* de Vila Viçosa, que teve como directores Lopes Manso e Emídio Amaro e como editor José Dias de Oliveira e de que apenas se publicou um número, também se procura “inovar” a tradição, sem contudo se encontrar nela qualquer referência ao movimento modernista. Esse “inovar” é conseguido através da participação de alguns intelectuais da região que escrevem artigos de

divulgação das belezas e história de Vila Viçosa, como se pretendessem torná-la uma estância turística, numa espécie de cruzada cívica que se afirmava contra a aridez cultural e o desalento. Entre os intelectuais que escrevem nesta revista, destacam-se Florbela Espanca, Celestino David, Artur Bivar, Manuel Múrias e o Dr. Pereira Picão Tello.

Não encontramos em Vila Viçosa revistas culturais temáticas sobre literatura, arte, ciência, filosofia ou política. Os movimentos artísticos, culturais e científicos de vanguarda não aparecem nestas revistas que absolutamente integradas no imperativo “Pró-Vila Viçosa”, ao qual obedece o seu aparecimento, acabam por estabelecer imagens, valores e mensagens que nos permitem verificar como se posicionavam face à tradição e inovação, à cultura e à própria ciência. As duas revistas, vindas a lume na primeira metade do século XX, reflectem sobretudo uma vontade de divulgar a vila, evidenciando um comum sentir bairrista, mas reflectem também a postura de um grupo de intelectuais locais que sentem necessidade de escrever e criar.

A inventariação feita mostra-nos que se fizeram outras publicações em Vila Viçosa, quase todas sob a forma de folha semanal ou quinzenal. É o caso do *Dom Nuno*, *O Badalo*, *A Voz Alentejana*, *A Alma Alentejana*, *Notícias de Vila Viçosa*, *Notícias do Alentejo* e de *Callipole*.

O *Dom Nuno* foi uma folha quinzenal que surgiu em 1. Janeiro.1925, como quinzenário católico de distribuição gratuita, tendo como redactor e editor José Emídio Amaro, como secretário da redacção o P.º Rafael Pimentel e como administrador Joaquim Veiga Neves. Deixa de ser gratuito no seu número 11. No número 23 tem um novo redactor, Lopes Manso, e em Maio de 1929 tem como redactores Maria Guiomar, José da Silva Pereira e Bento Amaro. Quando em 25. Janeiro.1931 publica o seu último número, já era um semanário regionalista e independente que tinha como director Artur Bivar

var e como administrador Fernando Bivar. Surge com o objectivo de conseguir erigir um monumento em honra do Santo Condestável D. Nuno Alvares Pereira, objectivo que nunca foi concretizado. Possui desde o seu início muitos artigos culturais e históricos, (publica extractos da obra do P.^o Joaquim Espanca) alguns sobre a situação religiosa calipolense, sobre a Biblioteca Municipal de Vila Viçosa, sobre educação e publica quase sempre poesia (no seu n.^o 15 tem uma secção intitulada “Galeria de Poetas” onde, para além de outros, se publicam três poemas inéditos de Florbela Espanca). Aliás, quando termina, este semanário que tal como toda a imprensa periódica dessa época, já é visado pela Comissão de Censura e apenas relata acontecimentos culturais com destaque para a agenda cultural de Vila Viçosa, com referências ao cinema, teatro, festas, espectáculos musicais, livros recebidos, poesia, bailes e piqueniques. Entre os seus colaboradores, destacamos Artur Bivar, António Sardiinha, Dr. Alberto Osório, Dr. João da Silva Figueiredo, Maria Amália Vaz de Carvalho, Hipólito Raposo, Estevam Mendonça, o arcebispo de Évora, Mário Florival, Sousa da Câmara, professor Oliveira Charrua, Eduardo Knopfl e Silva Parracha.

O Badalo, que apareceu no dia 18. Novembro. 1926, intitula-se folha quinzenal humorística, literária e independente. Tinha como director e editor Afonso Henriques Vieira Ramos, como administrador Tibério Ramos e como redactores Armando Calapez, Leonel Trindade e Hernâni Pereira e foi visado pela Comissão de Censura. A vida desta folha, que na realidade possuía quatro páginas, foi difícil e conturbada. Desde o seu início que esta publicação pretendia utilizar, com alguma graça, a crítica mordaz a alguns acontecimentos e pessoas de Vila Viçosa, o que nem sempre era bem recebido. Por isso mesmo, os apoios a esta iniciativa foram escassos, a publicidade que ocupava a última

página foi rareando e as dificuldades económicas subindo de tom. Em momentos mais difíceis suspendia-se a sua publicação, até que desapareceu de vez em Abril de 1928. Os artigos humorísticos sobre pessoas conhecidas de Vila Viçosa surgiam sob os mais variados títulos. «Repiques», «Inventos», «Arranca-bancos», «Culto aos Cavalheiros», «Ferro em Brasa» e «Culto às Sogras» são os mais utilizados para dar conta de alguns acontecimentos verdadeiramente picarescos que ocorriam naqueles tempos em Vila Viçosa. Provavelmente, porque a crítica foi muitas vezes entendida como má-língua, a publicação assistiu à demissão de Hernâni Pereira e Leonel Trindade logo no seu n.^o 4, os quais foram substituídos por Carlos Martinho – o qual também sairia em 5. Maio. 1927, sendo então substituído por José Lapa. Muitos dos colaboradores desta folha escreveram sob pseudónimo, dos quais podemos destacar: «Tagarela Júnior», «Rabustiana», «Repórter Z», «Mató lá», «Rebimba» e «Carequinha», o que também é compreensível. Num outro tipo de estudo seria interessante investigar os nomes e as pessoas por detrás dos pseudónimos. Esta publicação que se intitulava humorística e literária, publicava quase sempre um poema. Na secção da poesia e nos primeiros números os títulos mais utilizados eram «Poesia Futurista» e «Versos Futuristas», se bem que os poemas impressos nada tivessem a ver com este movimento de Marinetti.

A Voz Alentejana, também publicada em Vila Viçosa entre 1929 e 1930, surgiu no verão de 1929, com quatro páginas e teve também curta duração pois desapareceu ao n.^o 19. Esta folha, que era semanal e que tinha como director Alberto Gonçalves, como redactor principal António José Barbosa e como editor Santana Crato, foi visada pela comissão de censura de Elvas e não pela de Évora. Apresentou sempre uma página sobre literatura, uma página de história regional, outra sobre notícias da zona (que

a partir do n.º 10 passou a ter como título “interesses regionais”) e uma de publicidade. Era uma folha essencialmente cultural, publicou a novela *O mistério do Carrascal*, elaborava e divulgava uma lista de livros publicados na época, a qual incluía livros estrangeiros (uma das listas que mais nos chamou a atenção foi a que indicava o livro *Les deux Europes*, publicado pela Payot de Paris). A sua duração foi efémera e nesta investigação ainda não foi possível determinar com rigor os motivos do seu desaparecimento.

O Notícias de Vila Viçosa foi uma folha semanal que se proclamava independente e regionalista e que surgiu em 1930 e desapareceu nesse mesmo ano. Tinha como director Joaquim Soeiro, como editor Santana Crato e como redactor principal António Paracana. Referimo-lo aqui porque a sua história revela uma relação atribulada com a censura. Logo ao n.º 23, o jornal foi suspenso e apreendido por publicar um artigo sobre a participação portuguesa na Batalha de La Lys e criticar o exército por não assinalar mais convenientemente este dia. O redactor principal António Paracana foi preso e apesar de o jornal ter voltado a ser publicado, a sua existência tornou-se complicada e acabou mesmo por desaparecer.

Callipole foi uma folha quinzenal, nascida a 20. Outubro. 1934. Era propriedade do Grémio de Acção Calipolense, tinha como director Saraiva Palmeiro, como redactor e editor Bonfilho Faria e como administrador Costa Ramos. Na sua primeira página e no cabeçalho podia ler-se a frase “Por Vila Viçosa, a bem da Nação”. Era pró-regime, facto que se pode verificar nos artigos que publicou sobre a visita de Salazar, sobre o elogio de João Ramalho Ortigão como continuador da obra de Salazar ou ainda nos de propaganda da União Nacional e sobre o Estado Novo e o Secretariado da Propaganda Nacional. Teve como colaboradores Maria Guiomar, Bon-

filho Faria, Artur Bivar, Azinhal Abelho, o arquitecto Raul Lino, Celestino David, Dr. João Figueiredo, engenheiro Constantino Silva e António Caeiro Júnior. Alguns dos seus números estão cheios de notas etnográficas e publicam palavras e expressões populares calipolenses. Esta folha pretende definir Vila Viçosa como estância de turismo e como enlevo dos artistas. Aborda muitos assuntos culturais (destaque para a homenagem ao Dr. Sousa da Câmara, director do Instituto Superior de Agronomia, para a notícia sobre a declamação de poesia de Florbela Espanca no Teatro Municipal de Lisboa, com a presença do Sr. Presidente da República e do ministro da Instrução e para o noticiar da Feira de Paris) e aborda temas históricos, sempre na perspectiva dos gloriosos feitos portugueses como a formação do império, a Restauração e os acontecimentos nacionais mais relevantes. Era visada pela censura de Évora. Desapareceu em Novembro de 1935.

As publicações que ainda não foram referidas neste estudo são *A Alma Alentejana*, o *Notícias do Alentejo* – que durou de 1931 a 1947 – e *O Callipolense*, ainda em fase de estudo e que pela sua estrutura farão parte de um outro trabalho de diferente envergadura.

Apesar de a segunda metade do século XX não constituir objecto de estudo deste trabalho, em termos de simples inventariação, é de referir que se assiste ao aparecimento dos *Cader-nos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa*, publicação que se iniciou em 1983 e que trouxe finalmente à luz a obra inédita do P.^o Joaquim José da Rocha Espanca intitulada *Memórias de Vila Viçosa*. É um trabalho meritório que serve de base a muitos estudos já realizados e possui informação preciosa sobre a vivência da região, merecendo por isso estudo diferente da simples inventariação. Assiste-se também à publicação da revista *Callipole*, que começou a ser editada em 1993³ e que detém

³ Reformulada em 2004.

inegável importância no panorama cultural regional e nacional. Também esta revista possui já uma história a todos os títulos notável, com a colaboração de muitos intelectuais de prestígio e qualidade.

Quando nos interrogamos sobre o papel destas publicações no panorama cultural regional, chegamos a algumas conclusões gerais:

1.º – Na primeira metade do século XX, as revistas e demais imprensa periódica tiveram duração efêmera, mostrando que eram obra de um pequeno grupo de intelectuais que uniam os seus esforços para as publicar. Todas essas publicações, com excepção do semanário *Notícias do Alentejo* (1931-47), estão longe de poder ser consideradas obras de uma empresa estruturada e organizada para sobreviver economicamente.

2.º – Os intelectuais da região escreviam em quase todas as publicações regionais e por isso encontramos muitas vezes os mesmos nomes como colaboradores das diversas revistas, folhas e semanários. São os casos de Artur Bivar, Celestino David, Mário Florival, José Cordovil, Oliveira Charrua, José Emídio Amaro e Florbela Espanca. Por outro lado, alguns vultos da cultura nacional apareciam também nestas publicações. Para além de Florbela, surgem António Sardinha, António Ferro, Fernanda de Castro (esposa de António Ferro) e Artur Portela, entre outros.

3.º – Nesta primeira metade do século não encontramos revistas temáticas mas as duas que se publicaram pretendem fazer uma propaganda regionalista, de divulgação de tradições, festas e costumes da região. Num período temporal tão cheio de transformações políticas, as publicações vindas a lume em Vila Viçosa tiveram de moldar-se e interiorizar uma adesão à ordem imposta, primeiro pela censura prévia, depois pela censura legalizada e instituída pelo Estado Novo

4.º – A partir dos dados obtidos, é possível reconstruir dois discursos nesta imprensa estudada. O discurso maioritário é de propaganda regionalista, perfeitamente enquadrado na perspectiva do patriotismo e do bairrismo. O discurso minoritário é um discurso cultural, atento sobretudo à literatura e à história e a um certo progresso tecnológico. Exercido livremente o direito de informar e de tomar posição através de artigos de opinião, a imprensa periódica regional seria verdadeiramente um poder no seio do poder. Enquadrada pela censura, continuou a ser um poder no seio do poder mas um poder conivente, consentido e orquestrado. Sob a pressão da censura, foi interiorizada a adesão a uma nova ordem e o discurso desta imprensa periódica identificava-se cada vez mais com a “verdade conveniente à nação”.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Cândido. *A censura de Salazar e Marcelo Caetano*, Caminho, Lisboa, 1999.

BAPTISTA, Jacinto. «À procura do espírito na política do espírito do Estado Novo», in *História de Portugal* (dir.) João Medina, vol. XIII, Ediclube, Lisboa, 1998.

CARVALHO, Alberto Arons de. *A censura e a lei de imprensa*, Lisboa, Seara Nova, Lisboa, 1973.

GALRÃO, Carlos. *Imprensa Regional*, Tipografia Liberty, Mafra, 1937.

GÂNDARA, Alfredo. *A imprensa regional ao serviço da nação*, Lisboa, Tipografia Sivas, Lisboa, 1956.

MARQUES, Pedro, «A imprensa: as suas dificuldades e responsabilidades», in *Rumo*, ano XII, Agosto, 1958.

MONTE, Gil do. *A imprensa regional ebo-rensense*, 1955 (fotocopiado).

MONTE, Gil do. *Achegas para a História do jornalismo no distrito de Évora*, Gráfica Eborense, Évora, 1984.

MONTE, Gil do. *O jornalismo eborense: 1846-1954*, Minerva Comercial, Évora, 1955.

MONTE, Gil do. *O jornalismo eborense: 1846-1976*, Gráfica Eborense, Évora, 1978.

PIRES, Daniel. *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX*, Grifos, Lisboa, 1996.

RODRIGUES, Graça. *Breve História da cen-*

sura literária em Portugal, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1980.

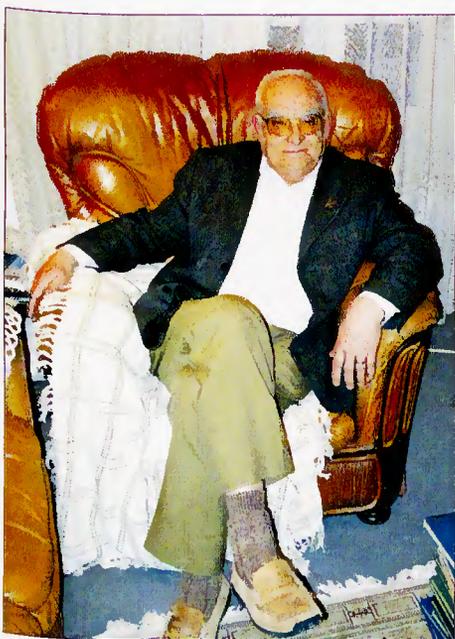
ROSAS, Fernando. «O Estado Novo», in *História de Portugal*, vol VII, pp. 268-283 e 291-295, Estampa, Lisboa, 1994.

SALGADO, Joaquim. *Virtudes e Malefícios da Imprensa*, Portucalense, 1945.

TENGARRINHA, José Manuel. *História da imprensa periódica portuguesa*, Lisboa, Portugália Editora e Editorial Caminho, Lisboa (1.^a ed. 1965 e 2.^a ed. 1989).

Memórias de um piloto de aviões

Rui Miguel da Costa Pinto



Jerónimo Martins Cardoso Perestrelo, em sua casa

Jerónimo Martins Cardoso Perestrelo nasceu em 1932, na freguesia de Figueira e Barros, concelho de Avis, no Alentejo. Filho de professores, o pai era natural de Fronteira e a mãe de Portalegre. Vão viver para Sousel e mais tarde para Portalegre, onde acabam por se fixar.

Desde muito jovem que sob a influência da 2.^a Guerra Mundial Jerónimo Martins desejava ser piloto militar. Durante a guerra era normal as luzes apagarem-se à noite, o que o levava a comentar “Isto lá em cima deve ser muito giro”.

Entusiasmado por um colega, concorrem ao concurso de pilotos aviadores em Sintra. Os pais não gostaram da ideia, pois desejavam que o rapaz se tornasse professor, tal como eles.

Na hora das inspecções, em Sintra, “nada se fazia a não ser girarem numa cadeira, fazeres perguntas e pouco mais. Nem enfermarias tinham...”

Mais alguns jovens de Portalegre vieram para a Força Aérea (rondando todos a média de idades de 18/19 anos) e de outras partes do Alentejo.

Foram apurados em Março e entram no curso em Junho. Nesse mesmo mês começaram a adquirir formação. Em Sintra são-lhes distribuídas as fardas e recebem ordens para se apresentarem em Espinho. Cinquenta e dois jovens enchem o comboio e rumam cheios de esperança em direcção ao norte.

Aí chegados, realizam a primeira parte da instrução de pilotagem em *Tiger Moth* (mais ou menos durante 6 meses) mas nem todos passam.

Em 17 de Junho Jerónimo efectua o seu primeiro voo.

Em Novembro acabam o curso e vêm todos para a Base Aérea de Sintra onde voam no *North American T-6 G*, a partir de Janeiro de 1953. Em seguida deslocam-se para Tancos onde passam a operar nos *Supermarine Spitfire*, entre Dezembro de 1953 até Julho de 1954. Os voos com este aparelho acabam nesse mesmo ano até porque há muito que não se voava com ele na Europa – tratava-se de restos obtidos da guerra. Houve muitos acidentes, mas não mortes, “partimos muitos” “o trem não descia” – relembra o aviador.

Em Julho vem para a Ota, para o *Thunderbolt P-47* (Base Aérea n.º 2) onde permanece até Novembro de 1957.

De Novembro de 1957 até 1961 voa nos *Republic F-84G Thunderjet*.



Curso em Espinho

Com a guerra do Ultramar, a Força Aérea vai para Angola a 25 de Julho de 1961. Os pilotos deslocam-se para Luanda em *Douglas DC-6B*, tendo os aparelhos seguido de barco antes deles.

À chegada, nada estava preparado. Devido ao reduzido tamanho da pista usavam garrafas auxiliares para poderem proceder à descolagem. As instalações onde ficaram alojados pertenciam à aeronáutica civil. Começam a realizar voos a partir de 19 de Agosto – cerca de 13 pilotos da Esquadra 93¹. O comandante da esquadra era o major Costa Gomes.

Os *Republic F-84G Thunderjet* já “estavam tão velhos que ninguém pensava que fossem para lá”. Mas foram a Alverca e descobriram 36 motores novos em depósito “ninguém sabia daquilo, foi a salvação”.

Também já lá estavam as aeronaves *Lockheed PV-2 Harpoon* e os *Noratlas*.

As primeiras missões são logo de combate, de acompanhamento às tropas no terreno. Cobriam e varriam com metralhadora e bombas “íamos abrindo as estradas, íamos a frente

a bater (...) os homens não andavam para a frente sem nós”.

No final do ano foram revezados quatro pilotos, para que estes pudessem regressar e frequentar o curso de oficiais pilotos. Entram em Janeiro de 1962 e terminam em Maio/Junho de 1963.

Depois do curso, Jerónimo Perestrelo, José Pinto, José Patrício, Fernando Alpalhão² e Carlos Barros são colocados em Monte Real. Fa-



Jerónimo Perestrelo à esquerda e José Pinto (pai do autor) à direita, junto ao Cessna T-37

¹ “Magníficos” da BA9 em Luanda.

² Primo do director de *Callipole*, Joaquim Saial. A mãe do piloto, Maria das Dores Alpalhão, era natural de Vila Viçosa.

zem então a preparação para *North American F86F*. Quando estão prestes a terminar o curso, em finais de 1963, são enviados para Sintra, como instrutores de *Cessna T-37*, onde dão instrução a 42 Aspirantes Tirocinantes, da Academia Militar.

O primeiro curso em *Cessna T-37* teve o seu início em 1 de Outubro de 1963, iniciando-se assim a História de mais uma das prestigiadas Esquadras de Instrução da Força Aérea Portuguesa.

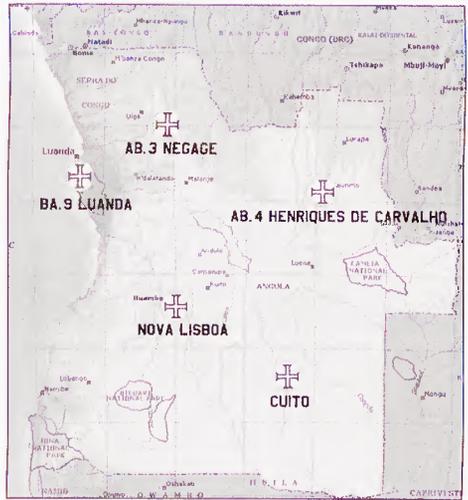
COMANDANTE DE ESQUADRA EM 1963

Cap. Pilav. Aníbal Branco (até Abril de 1963)
Cap. Pilav. Hélder Freitas

Instrutores

Cap. Pilav. Moura de Carvalho
Cap. Pilav. Hélder Freitas
Ten. Pilav. Castelo Branco
Ten. Pilav. Guedes Pinto
Ten. Pilav. António Retorta
Alf. Pilav. Pedroso de Almeida
Alf. Pilav. Fernando Fernandes
Alf. Pilav. António Tomé
Alf. Pilav. Morais Sarmento
Alf. Pilav. Fernando Alpalhão
Alf. Pilav. José Patrício
Alf. Pilav. Jerónimo Perestrelo
Alf. Pilav. Encarnação Pinto

Aí esteve colocado até 1965, enquanto instrutor. Mas em Fevereiro desse ano é enviado novamente para Angola e quatro anos depois regressa a Monte Real, para os *Republic F-84G Thunderjet*.



Bases da Força Aérea Portuguesa em Angola

De imediato lhe pedem para regressar a Angola, no sentido de dar instrução aos pilotos no Aeroclube do Huambo, em Nova Lisboa, entre 1969 e 1971 em aparelhos do Aeroclube e nos *Auster D-5/160* da Força Aérea³. As suas missões eram sobretudo de reabastecimento às tropas.

Em 1969 é condecorado com a medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma.

Em 1971 regressa e fica colocado na Portela, nos *Douglas DC-6B* e em 1973 torna a Angola, para ficar nos *Noratlans*, até Agosto de 1975.

Quando se dá o 25 de Abril, “ninguém queria acreditar (...). Angola estava mais do que controlada, digam o que quiserem (...) eu é que sei bem o que aquilo era e a guerra em Angola estava a acabar (...) infelizmente muitos ficaram por lá (...) estávamos a negociar com África do Sul para termos os aviões que eles lá tinham.”

³ As Formações Aéreas Voluntárias (FAV), conhecidas também informalmente por Forças Aéreas Voluntárias, foram organizações de milícias aéreas criadas em 1962 como corpo auxiliar da Força Aérea Portuguesa na guerra do Ultramar. As FAV eram constituídas por civis (pilotos e pessoal de terra), normalmente pertencentes a aeroclubes, que operavam aeronaves ligeiras pertencentes aos aeroclubes ou a própria Força Aérea, sob o comando de um oficial militar. As FAV estavam adidas a unidades da Força Aérea, na dependência operacional dos Comandos das Regiões Aéreas. A primeira FAV a ser criada foi a Formação Aérea Voluntária N.º 201 (FAV 201) em Luanda, organizada pelo Aeroclube de Angola e adida à Base Aérea N.º 9, a partir da Esquadrilha de Voluntários do Ar (EVA) que tinha sido constituída por pilotos civis voluntários que auxiliaram as Forças Armadas Portuguesas nas operações anti-guerrilha no norte de Angola em 1961.

In http://pt.wikipedia.org/wiki/Forma%C3%A7%C3%B5es_A%C3%A9reas_Volunt%C3%A1rias



Em formação, com o Republic F-84G Thunderjet

A seguir ao 25 de Abril não os deixavam sair, porque tinham que assegurar a transição de poder. Ao nível das aeronaves, ficou quase tudo em Angola. Apenas trouxeram os aparelhos que ainda estavam bons e é neste contexto que Jerónimo Perestrelo traz o último *Noratlas*.

Quando chega a Lisboa, é encaminhado novamente para o *Cessna T37*.

Em 1977 faz o último voo com os Asas de Portugal já com a propecta idade de 45 anos. Os seus camaradas chamavam-lhe carinhosamente “O Velho”, uma vez que a exigência do ponto de vista físico era muito grande dentro da acrobacia aérea.

Em 1977 regressa ao *Douglas DC-6B* e quando esta aeronave estava prestes a deixar de estar ao serviço da FAP é colocado no Estado-Maior da Força Aérea. Mas assim que se apresenta no EMFA, diz: “venho aqui apresentar-me, venho já meter o papel para me ir embora (...) ou fico nos aviões ou vou para casa”.

Assim, acaba por ser transferido para o Montijo, para a esquadra 501, onde vai voar nos então recentes *Lockheed C-130 H* e aí fica até 1984.

Colocam-no então no comando operacional da Força Aérea, depois de uma “pequenina guerra com o comandante da base”, que não o queria deixar de voar.

O Comandante da BA1 leva-o para Sintra para comandar a esquadra onde fica até 1988.

Reforma-se então com 36 anos de serviço na Força Aérea, mas não deixa os aviões. De tal forma que nesse mesmo ano vai dar instrução para a escola de aviação Aerocondor de onde só sai em Dezembro de 1993.

Recentemente foi recuperado o último *Noratlas*, com a matrícula da Força Aérea Portuguesa número 6403, trazido por Jerónimo Perestrelo de Luanda para Lisboa em 1974. A este propósito, o nosso biografado deu o seguinte relato aquando da apresentação da aeronave recuperada a 9 de Outubro de 2006⁴.

Foi em Dezembro de 1974 e a viagem começou mal, pois descolámos para S. Tomé sem as autorizações para prosseguir para Bissau. Tivemos mesmo que voltar a Luanda para nova partida dois dias depois. Outra vez em S. Tomé descolámos para Bissau por volta da meia-noite para passarmos a FIT no período de menor intensidade. Por outro lado, de noite podiam ver-se os grandes cumulus nimbus (com as faíscas) uma vez que o avião não tinha radar. Viagem dura, sobre o mar, atravessando as linhas de borrasca com muita cacetada e os dois pilotos agarrados ao manche.

Depois da chegada a Bissau, preparar a saída para Lisboa. Descolagem com dificuldades continuadas: sempre dentro de “*porrada*” e com navegação a rumos, já que o *NDB*⁵ não era aplicável naquelas paragens. Os seis depósitos suplementares de combustível que haviam sido montados a bordo permitiram as nove horas de voo necessárias para alcançar Lisboa. O avião voou ainda depois para Alverca onde suportou trinta anos de sol e chuva.

Quero enaltecer a fiabilidade desta aeronave, e a confiança que inspirava a quem a voava; num avião que vinha para IRAN (e não para abate), todos os sistemas funcionaram na per-

⁴ Tivemos oportunidade de visitar os trabalhos de recuperação desta aeronave, sempre acompanhados pelo tenente-coronel Jerónimo Perestrelo.

⁵ Rádio Farol não Direcçãoável.

feição. É um avião que deixa saudades a quem viveu dentro dele muitas horas nas mais diversas latitudes. É um dos “*meninos bonitos*” entre as mais de quatro dezenas de aviões diferentes que pilotei em toda a minha vida.

O Museu do Ar fica muito enriquecido com o 6403, ainda por cima equipado com dois motores novos; pena é que não haja dinheiro para o pôr mesmo a voar.

PERCURSO NA ACROBACIA AÉREA

Entre 1958 e 1960 faz parte da recém-criada patrulha acrobática “São Jorge”, com as aeronaves *Republic F-84G Thunderjet*, juntamente com o major João Miguel Castro Correia do Amaral, que a comandava, com o tenente António Luís Marques de Figueiredo e com 2.º sargento Carlos Amaro Barros, que mais tarde e por motivos de saúde veio a ser substituído pelo furriel Alberto Augusto Pereira Gomes Covas.

Realizam exposições relacionadas com as visitas de Estado a Portugal do Imperador da Etiópia, Hailé Selassié, e do Presidente do Brasil, João Fernandes Campos Café Filho.

Mas é no 1.º Festival Aeronáutico de Sevilha, a 19 de Outubro de 1958, frente a um conjunto de trezentas mil pessoas, e perante as formações de Espanha, Estados Unidos (*Skyblazers*) e Itália (*Diavoli Rossi*) que a patrulha ganhou a Taça Ayuntamiento de Sevilha.



Disticos

A 4 de Julho de 1960 a patrulha acaba por ser decomposta devido à saída do Major Correia do Amaral para o Estado-Maior da Força

Aérea e de seguida para o comando estratégico da NATO, SACLANT de Norfolk, Virgínia.

Em 1963 é criada a Esquadra de Instrução Básica de Pilotagem 2 (EIBP2) com os novos aparelhos chegados a Alverca, *Cessna T-37C*. O capitão Aníbal Branco vai buscar os pilotos instrutores, alferes Jerónimo Perestrelo e o alferes José Serafim da Encarnação Pinto a quem se juntam mais dois homens, o alferes Fernando Pedrosa de Almeida e o capitão Pelágio Manuel de Abreu Castelo Branco – este último, apesar da patente mais elevada, era mais jovem e com menor experiência de voo que os dois primeiros, que já haviam vivenciado a guerra do Ultramar. Ficariam conhecidos pelo nome “Los Panchos” (ver apêndice), dístico ainda hoje utilizado pela Força Aérea.

O alferes José Serafim da Encarnação Pinto viria a falecer a 16 de Maio de 1964 no despeñamento do seu *Cessna T-37*, durante um treino para as comemorações do cinquentenário da Aviação Militar Portuguesa, em Alverca por razões inimizáveis, quer ao piloto, quer à aeronave, quer às condições atmosféricas.

Em consequência deste acidente, a exposição acrobática dos “Panchos” é cancelada.

Em 1967, durante a guerra colonial o então tenente Jerónimo Perestrelo, forma uma Patrulha Acrobática em *Republic F-84G Thunderjet*, em Luanda a partir da Esquadra 93 da Base Aérea n.º 9 de nome os “Magníficos”, exibindo-se na própria cidade, bem como em Nova Lisboa e outros locais. Faziam parte, para além deste os sargentos-ajudantes Jesus Neves, Eugénio Bolais Mónica e João Roda.

Quase dez anos depois, em 1976 na Base Aérea n.º 1, na Esquadra de Instrução Básica de Pilotagem 2, em *Cessna T-37* o major Rolando Santo, seu comandante, recupera o sentido anterior de “Los Panchos” recriando juntamente com os instrutores tenente Jorge Vasco Ferreira Sardinha da Costa Moura, capitão José Damásio e o já capitão Jerónimo Perestrelo uma nova Patrulha Acrobática que viria se co-

nhecida por "Asas de Portugal" (Foi extinta em 1991 – não confundir com uma parelha de aviões que presentemente utiliza o mesmo nome; trata-se de diferentes aparelhos de uma outra esquadra, de uma outra base aérea e com formação totalmente diferente. Poderão criar-se outras formações baseadas no espírito das suas congéneres, mas nunca serão as mesmas). O sistema de fumos, à semelhança de 1963, era artesanal.

Com o envolvimento da Força Aérea Portuguesa na acrobacia em formação pela Royal International Air Tattoo, juntam-se os capitães António Gomes e João Manuel Mendes de Oliveira.

Com apenas dez voos de treino, quatro pilotos dos "Asas" – o tenente-coronel Rolando Santos e os capitães António Gomes, José Damásio e Jerónimo Perestrelo deslocam-se ao Reino Unido para visitar os "Red Arrows" da Royal Air Force, na sua base em Kemble.

OUTROS REGISTOS

- 1958 – 1977 faz acrobacia aérea.
- Provavelmente o piloto que mais horas tem de voo do mundo, em *F 84*.
- 15 mil horas de voo na totalidade.
- Carreira de 36 anos na FAP.
- Voa até aos 62 anos.
- 46 tipos de aviões pilotados:

1. De Havilland DH 82A Tiger Moth
2. North American T-6 G
3. Hawker Hurricane IIc
4. Supermarine Spitfire Mk IX
5. Miles Martinet
6. Magister M-14
7. Thunderbolt P-47
8. Republic F-84G Thunderjet
9. De Havilland DHC-1 Chipmunk
10. Piper Pa - 18 (L21B) Super Cub
11. Junkers Ju 52/3m g3e
12. Cessna T-37

13. Dornier Do 27 A4
14. Lockheed T-33A Silver Star
15. Nordatlas 2501
16. Auster D-5/160
17. Douglas DC-3 (C-47) Dakota
18. Beechcraft AT-11 "Kansan"
19. M.H.1521 Broussard
20. Douglas DC-6B
21. De Havilland D.H. 89-A Dragon Rapide
22. Mooney S-21
23. Casa C-212-100
24. Aviocar
25. North American F 86 F "Sabre"
26. Cessna FTB-337 G Skymaster
27. Lockheed C-130 H / H-30 Hercules
28. Piper Colt
29. Piper Tripacer PA-22
30. Cessna 180
31. Piper Cherokee
32. Cessna 152
33. Cessna 414
34. Piper Apache
35. Yankee
36. Cessna 172
37. Cessna 172-RG
38. Beech Baron
39. BE-76
40. Dornier DO-228
41. Mooney M-20
42. Oxford
43. Lockheed PV-2 Harpoon
44. Lockheed P2V-5
45. Gulfstream Jet Prop
46. Commander

Documento

1961

Comandante de esquadra – Cap. Costa Gomes

Pilotos

Cap. Fernando Santos
Tem. Seabra Dias

Alf. Ramos Pereira
1.º sarg. Fernando Alpalhão
1.º sarg. José Pinto
1.º sarg. C. Marcelino
2.º sarg. C. Carneiro
Ten. Alcino Roque
Alf. F. Navarro
1.º sarg. Carlos Barros
1.º sarg. J. Perestrelo
1.º sarg. A. Guerreiro
2.º sarg. F. Guerra

Adidos para voos

Tenente-coronel Diogo Neto – Tenente-coronel
Galvão de Melo

Oficial de manutenção

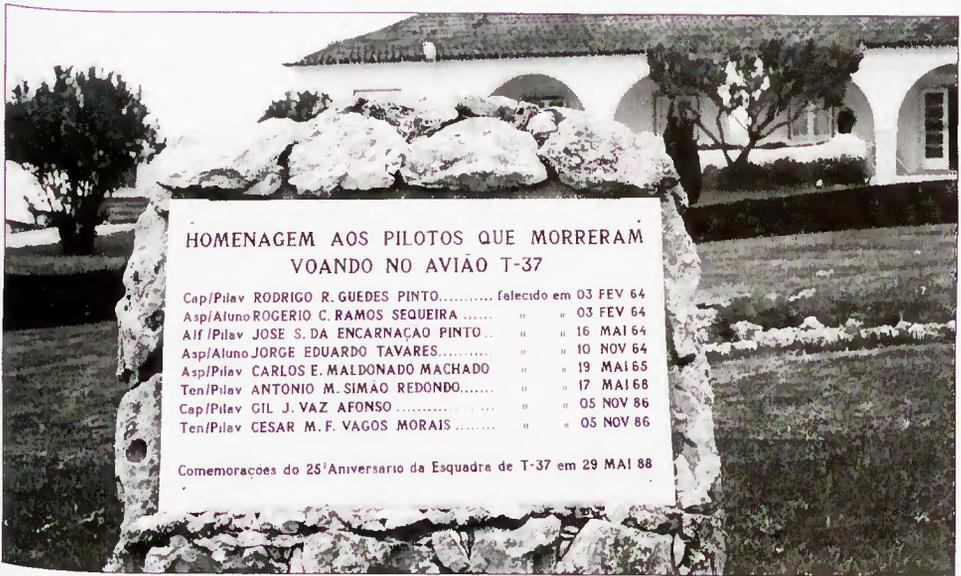
Alferes. Carlos da Conceição

Chefe da linha da frente

2.º Sargento José Cruz

Agradecimentos:

Jerónimo Martins Cardoso Perestrelo



Lápide existente na Base Aérea n.º 1 de Sintra

BIBLIOGRAFIA

CORREIA, José Manuel. "São Jorge - Na esteira dos Dragões" in *Mais Alto*, ano XXXIX, n.º 331, Maio-Junho.2001.

GONÇALVES, J. Munkelt. *Asas de Portugal*,

Associação Museológica Aero-Fénix , Lisboa, 2003.

Boletim da Associação da Força Aérea Portuguesa, n.º 35, Outubro-Dezembro, Lisboa, 2006.

Arquivo Fotográfico de José Serafim da Encarnação Pinto.

Comportamiento socialista y comunista en la reforma agraria de España y Portugal. Su reflejo en Extremadura y Alentejo

Moisés Cayetano Rosado (Espanha)

El “hambre de tierras” y la necesidad de la Reforma Agraria son constantes históricas, que en la Península Ibérica se vieron acentuadas por el sistema de encomiendas de la reconquista en la Edad Media y las desamortizaciones del siglo XIX, que concentraron la propiedad cada vez en menos manos, poco dispuestas a una producción racional y social.

Durante la II República, en España (y concretamente en Extremadura, destacando especialmente la provincia de Badajoz), la Federación Nacional de Trabajadores de la Tierra (de la socialista UGT, bajo el potente liderazgo de Francisco Largo Caballero) y la CNT protagonizarán las movilizaciones en el campo, inclinándose por la explotación colectiva de la tierra. El Partido Comunista – de escasa influencia – defiende la entrega a pequeños campesinos, como forma de implicarlos en el Régimen, sobre todo iniciada la Guerra Civil.

En Portugal, y mayoritariamente en Alentejo – que es donde se realizaría más del 90% de la Reforma Agraria tras la Revolução dos Cravos –, el Partido Comunista impulsa las acciones. Apenas se contará con otras fuerzas, de escasa presencia en Alentejo, incluido el Partido Socialista, fundado un año antes. El PCP – liderado incuestionablemente por Álvaro Cunhal – defiende la colectivización como fórmula preferente.

Ostenta en Extremadura el protagonismo durante todo el proceso la socialista FNTT, acentuando su idea colectivista en la Guerra Civil, reforzada por el PSOE. En Alentejo lo hará el comunista PCP; tras el periodo revolucionario – que acaba en noviembre de 1975 –, se procede a una Contrarreforma, pese a la oposición combativa comunista: devolución de tierras y destrucción de Unidades Colectivas de Producción, que ocupa más de una década de luchas activas.

1. LA LUCHA POR LA TIERRA: CONSTANTE HISTÓRICA

La lucha por la tierra, por la propiedad y explotación agroganadera de la tierra, ha sido una constante en la historia de la Humanidad. Y aunque en el mundo posindustrial del siglo XXI perdió importancia como fuente de trabajo, riqueza y motivo de confrontaciones, sólo es así en los países desarrollados de Europa Occidental y Norteamérica, pues en otros – y en especial Iberoamérica – continúa siendo motivo de levantamientos de masas e intereses empresariales contrapuestos.

Ya en el Antiguo Testamento, en los Libros III y IV de Moisés, leemos que *La tierra pertenece a Jehová*, dictándose un retorno a la igual-

dad cada 50 años, así como la prescripción de deudas cada 7 años. En el Levítico se expone taxativamente:

Las tierras no se podrán vender a perpetuidad y sin limitaciones porque la tierra es mía (de Jehová) y vosotros sois en lo mío huéspedes y extranjeros. Por tanto, en todo el territorio que vosotros ocupáis, las tierras conservarán el derecho de rescate.

Fuera de la cultura judeo-cristiana antigua también hay importantes ejemplos de lo que podríamos llamar “correctivos a la acumulación de propiedades”. Ocurre en Oriente Próximo, bajo el liderazgo de Urakagina en Summer y de Sargón en Acad, frenando la propiedad expansiva de los templos y los grandes dominios, en el siglo XXV a.C., sin que fatten

importantes contraofensivas, entre las que destacan la del renombrado legislador Hammurabi (siglo XX a.C.), representando a la oligarquía.

Más cerca en el espacio y en el tiempo, contamos con la labor sistematizada de reparto de tierras de Licurgo (s. IX a.C.) en Esparta. Las Reformas Agrarias de los hermanos Graco (s. II a.C.) en Roma, que tantos enemigos, tensiones y luchas les granjeó, como le ocurre un siglo después a Marco Livio Druso. Los grandes discursos de Cicerón se enmarcan en esa defensa de los poderosos terratenientes romanos, en contra del reformista Catalina.

En toda la Edad Media, se asistirá a una continuada batalla por el control de la tierra. Conquistas y reconquistas, hechas o no en nombre de unos ideales religiosos, llevan consigo una amplia actividad de reparto y encomiendas, de lo que se beneficiará a la postre finalmente la nobleza y la Iglesia (con sus Órdenes Militares, sus Obispos y ricas abadías y monasterios). De esta actividad de reconquista, repoblación, asentamientos, fijación de fronteras, construcción de fortalezas y delimitación de zonas de influencia, surgirá por el Centro y sobre todo Sur de la Península Ibérica un modelo de explotación agro-ganadera esencialmente latifundista, cerealística y de pastos para ganadería lanar, dominado por el estamento nobiliario y las Órdenes Militares participantes en la reconquista contra los musulmanes.

Así, la Edad Moderna nos ofrece un escenario condicionado por los dominios feudales en Europa y un modelo peninsular hispánico que participa del anterior, más una fuerte presencia como propietarios de los monasterios, el alto clero y las Órdenes Militares, tan presentes en Ribatejo, Alentejo, Extremadura y Andalucía: las zonas latifundistas, de gran concentración de la propiedad, e la Península. ¡No es extraño que los grandes descubrimientos geográficos y colonizaciones en África y América,

en los siglos XVI y XVII cuenten con tantos nombres propios oriundos de estas zonas, que ya empezaban a ser emisoras de mano de obra, caballeros de fortuna, emigrantes que dejaban atrás la miseria, buscando un destino mejor!

En toda Europa se vivirán durante estos siglos, y también en el XVIII, importantes rebeliones campesinas, causadas por esa polarización de la población: unos cuantos propietarios inmensamente poderosos y unas ingentes masas campesinas en la miseria, a merced de los primeros, de las epidemias y las hambrunas, sin el mínimo cotidiano para subsistir.

Pero las ideas liberales del siglo XIX, el empuje de las iniciativas empresariales, comerciales, industriales, no significarán ninguna tabla de salvación para los campos del Sur. Las iniciativas y actuaciones de los gobiernos liberales de mediados del siglo XIX, desamortizando propiedades eclesiásticas y bienes comunales con la excusa de hacerlos más productivos al pasar a manos privadas, “democratizando” las posesiones, llevarán a una mayor concentración de la propiedad: compra el que tiene dinero para hacerlo, en especial la burguesía ascendente y la aristocracia ya poseedora de grandes fortunas. Estas reformas, fundamentalmente de Mouzinho da Silveira, en Portugal, y Mendizábal y Madoz, en España, sirven para enjugar la Deuda Pública Nacional en buena parte, para pagar los gastos de la implantación de las emergentes líneas de ferrocarril, para dinamizar macro-económicamente a ambos países, pero dejando como víctimas a la inmensa mayoría de las poblaciones del Centro y el Sur, ahora ya desposeídas hasta de bienes comunales y el auxilio de los trabajos eventuales en las posesiones de los monasterios y las parroquias, movidos en épocas de hambrunas por un sentido misional y caritativo.

Alentejo en Portugal y Extremadura (junto a Andalucía) en España serán las regiones más afectadas por esta reestructuración y concen-

tración de la propiedad, que nos aboca a un siglo XX en que los grandes propietarios de la tierra (más de 100 hectáreas) no suben del 2% de la población y detentan el 60% de la riqueza, quedando el 98% restante en una situación dificultosa. Y si exceptuamos un 8% con un nivel de propiedad y de riqueza pasable, el 90% restante vive habitualmente entre la penuria y el hambre. No es una situación distinta, al llegar ese siglo XX, a la que tenían países que de inmediato harían sus grandes revoluciones agrarias, como Rusia y México. O la que más adelante llevaría a la lucha por la tierra en Chile, en Cuba, en Nicaragua, en Brasil...

El "hambre de tierras" o más bien la lucha por obtener satisfacción de las necesidades de subsistencia a través de la posesión de la tierra, ha marcado y marca aún la historia de los pueblos, fundamentalmente preindustriales. Y esa situación es la que aflora en los tiempos prerrevolucionarios de España y Portugal en el siglo XX, destacando Extremadura y Alentejo como grandes zonas de concentración latifundista de la propiedad en los respectivos periodos históricos revolucionarios que les tocó vivir en los años treinta y setenta respectivamente.

2. EL HAMBRE DE TIERRA EN EXTREMADURA Y ALENTEJO

El recurso a la literatura de la época nos hará entender mejor la situación de las dos regiones latifundistas por excelencia de nuestra Península. Así, para el caso extremeño, nos son de utilidad estos fragmentos de la novela *Jarrapellejos*, del escritor de Villanueva de la Serena Felipe Trigo, escrita en 1914:

¡Pobre Patria, tanto más digna de cariño cuanto más decaída a la presente condición por torpezas de sus hombres!... Leguas y leguas de rañas, de estériles jarales, que se pudieran roturar; tierras que debieran cambiarse

de cultivo; latifundios a repartir entre los pobres; saltos de agua en futura industria utilizables, y puntos de la ribera de más sencilla acometida para el riego de los campos.

Está, Felipe Trigo, denunciando lo que ve, como escritor realista que era: latifundios (*leguas y leguas*) sin cultivar, o mal explotados; necesidad de Reforma Agraria en el sentido social (*repartir entre los pobres*), y apuesta por la transformación productiva (*saltos de aguas, riego de los campos*). O sea, anticipa todo un programa que más adelante será bandera en tiempos de cambio y apuesta revolucionaria.

En tanto, el novelista muestra la situación del campesinado con escenas como ésta:

Sobre un camastro, una extenuadísima mujer se abrasa al calor de la terciana, procurando acallar con sus flácidos pechos, agotados, el llanto de dos mellizos; la abuela, cojeando por los reumas y por sus setenta y cinco años, haciendo a la lumbre de taramas caldo de peces y morcilla. El médico se renegó. Aquello, que a un sano le haría echar el estómago por la boca, mal podía servir para la enferma. ¡No disponían de otro alimento!

Ello dará lugar a revueltas espontáneas, desesperadas, que marcarán la historia contemporánea del campesinado extremeño cuando no encontraba el arreglo desesperado de la emigración, tan constante en la historia de Extremadura. Así, leemos más adelante en la citada obra:

Pedían: ¡Pan! ¡Pan! ¡Abajo los ricos miserables! ¡Abajo las limosnas!... ¡Que nos entreguen el pósito...! Y, efectivamente, uniendo la acción a la palabra, contra el pósito, anejo de la misma edificación municipal, concentraban las pedradas y el asalto.

Estamos más que ante una narración, ante un reportaje de acontecimientos cotidianos y... secuenciados: abandono de tierras por parte de sus poderosos propietarios; hambre y miseria del pueblo; desesperación y acciones

contendientes para subsistir. Todo preparado, de encauzarse y darse las circunstancias políticas adecuadas, para una actuación revolucionaria.

En Portugal, en Alentejo en concreto, la situación es similar. Y hay un texto, de gran belleza literaria, altamente expresivo de lo que es el "hambre de tierras", escrito por Manuel Ribeiro, natural de Beja, de su obra *Planície Heróica*, publicado en 1927, que dice:

A todos roía uma ambição: – ter. Ter terra, uma morada de casas, carro e parelha de bestas. Mas, por desgraça, a terra estava ainda em regime latifundiário. Alguns lordes dominicais, que ninguém conhecia, que nunca ninguém vira, senhoreavam as maiores herdades das redondezas, todas grandes como condados, e estendiam o temor da sua soberania absoluta por tudo quanto a vista abarcava, léguas e léguas quadradas de montado e lavra. Ninguém se insurgia. Tudo achava legítima a posse: cada um é senhor daquilo que é seu. Mas roía-os o desespero desta sina maldita que lhes fechava a eles e a seus filhos, como fechara já a seus pais, a posse daquela terra que era o seu sangue e vida, e que um qualquer que a não conhecia nem andava nela, podia orgulhosamente dizer: É minha! – e deitá-los para fora dela, quando muito bem quisessessem.

Es el problema de los grandes hacendados absentistas, que ni siquiera conocen sus enormes posesiones, en tanto los que las trabajan, los que viven en ellas como siervos, no dejan a los suyos ni el derecho a poder seguir como tales sujetos amarrados a la servidumbre, pues en cualquier momento pueden ser arrojados de la misma. Y esa es su ambición: *Ter terra, uma morada de casas, carro e parelha de bestas*, es decir, morada para resguardarse, instrumentos para trabajar y la tierra de la que sacar el pan para vivir, no más que eso: garantizar la dignidad del pan y el techo, desde el trabajo honrado.

Más adelante, denuncia ese acaparamiento de la tierra por unos pocos, ajenos a las necesi-

dades de la inmensa mayoría: cada vez más ricos, más poderosos, en medio de la miseria de los otros:

A terra não se mexia, não se repartia, vinculada para todo o sempre a orgulhosos barões feudais que morriam e a legavam a seus herdeiros, cada vez mais anchos e poderosos por alianças.

La ocasión era propicia para intentar un cambio radical. Los campesinos (*raça à parte – esquivia, fugidia, melancólica e concentrada, moída pelo inferno duma aspiração sem esperança*, escribía Manuel Ribeiro) podían ser la vanguardia de ese cambio, y lo iban a ser, sin duda, cuando en sus respectivos países se den las condiciones adecuadas: la II República en España y la Revolução dos Cravos en Portugal, rupturistas ambas con respecto a la situación que les precedía, de poder oligárquico, caciquil, monarquía autoritaria en el primer caso y dictadura presidencialista en el segundo, dotadas de importantes fuerzas policiales represivas, que serán desmontadas con el cambio.

3. LA SITUACIÓN PREVIA A LOS GOBIERNOS RUPTURISTAS EN EXTREMADURA Y ALENTEJO

Cuando en 1931 se instaura en España la II República, la situación socio-económica en general y la extremeña en particular no puede ser más extrema. Con datos de Pascual Carrión – el máximo estudioso contemporáneo de los hechos, protagonista de los principales informes elaborados para el Gobierno, participante en los borradores de leyes de Reforma Agraria –, observamos que en Extremadura:

- Los grandes propietarios (de más de 100 hectáreas) constituían el 2,2% del total. Pero detentaban el 58,7% de la riqueza. Y tenían el 58% de la superficie agraria.

- Los medianos propietarios (de entre 10 y 100 ha) eran el 7,4%. Tenían el 23,2% de la riqueza y el 22% de la superficie agraria.

- Los pequeños propietarios (de menos de 10 ha) eran el 90,4%. Ellos tenían el 18% de la riqueza y el 23% de la superficie agraria.

- Ahora bien, de toda la población activa, esos grandes y medianos propietarios que acaparaban el 82% de la riqueza, representaban el 14,2%. Los pequeños propietarios eran el 16% de dicha población activa. Otro 16% eran arrendatarios y aparceros. Un 1,8% eran de diversos oficios y profesiones. Pero el 52% restantes eran jornaleros, trabajadores sin tierras.

De los datos anteriores podemos extraer que, exceptuando a ese 14,2% de grandes y medianos propietarios, el resto (85,8%) tenían serios problemas para subsistir. Las pequeñas propiedades, de secano en su mayoría y con buena parte de explotación ganadera extensiva, eran insuficientes para mantener a las familias poseedoras, que buscaban temporalmente empleo en otras propiedades mayores en épocas de recolección y siembra. Los arrendatarios y aparceros estaban hipotecados por las rentas que habían de satisfacer o la parte de los beneficios obtenidos que entregaban a cambio de la ocupación en aparcería, y también recurrían a otros empleos complementarios. En cuanto a los jornaleros, que en épocas de trabajo intenso podían encontrar regularmente empleo — con salarios de miseria —, pasaban largas temporadas sin ocupación, malviviendo con la caza, labores marginales o saltándose la legalidad; recogían leña, bellotas y otros frutos para su familia o sus animales domésticos, por lo que eran rigurosamente perseguidos por los guardas particulares y la Guardia Civil, dando lugar a veces a terribles castigos por robos menores a que estaban obligados para no morir literalmente de hambre ellos y los suyos.

Por lo que respecta al Alentejo de 1974, la situación es bastante parecida, e incluso peor, pasados más de 40 años y tras un tremendo

proceso migratorio que expulsó de la región a la mitad de sus habitantes. Así, según el Instituto Nacional de Estadística, tenemos:

- Explotaciones de más de 500 ha: 0,5% del total, acaparando el 47% de la superficie.

- Explotaciones entre 10 y 500 ha: 6,5% del total, con el 34% de la superficie.

- Explotaciones de menos de 10 ha: 93% del total, con el 19% de la superficie.

- Sin embargo, los medianos y grandes propietarios, siendo el 10% de la población activa ostentaban la propiedad del 81% de la tierra.

- Los jornaleros constituían el 80% del total de la población agrícola. No existían, a diferencia de Extremadura, yunteros, aparceros y arrendatarios en porcentajes significativos, con lo que la “proletarización” del campo era incluso mayor.

La vida de buena parte de los pequeños propietarios, así como la de los jornaleros, era similar a la de los extremeños: dependientes de una tierra poco productiva en los primeros y de un empleo posttemporadas miseramente remunerado en los segundos. Necesitados de recurrir a la “rebusca” en los campos abandonados o tras ser cosechados los productivos, y practicar la caza furtiva o los pequeños hurtos, muy perseguidos igualmente por los guardas particulares y la Guardia Nacional Republicana, aún más dura si cabe que la Guardia Civil de los años veinte en España, con el recurso frecuente a la prisión indiscriminada, el maltrato y la tortura.

Otro agravante: en los momentos prerrevolucionarios españoles el movimiento obrero gozaba de cierta tolerancia, al menos intermitentemente; tanto los sindicatos (sobre todo la UGT, fundada en 1888) como los partidos, incluido el PSOE, que desde su creación en 1879 era la única fuerza política obrera; en Portugal, la prohibición era absoluta y la persecución intensa, en especial de la única fuerza disidente organizada: el Partido Comunista, fundado en 1921, y que ya desde 1930 tuvo que pasar a la clandestinidad.

4. PROMESAS Y REALIDADES EN LOS MOMENTOS INICIALES DEL CAMBIO POLÍTICO

4.1. En España

Tras caer la monarquía autoritaria de Alfonso XIII en España, por los resultados adversos para sus apoyantes en las elecciones municipales del 12 de abril de 1931, el Gobierno Provisional formado dos días después significó una gran esperanza para las capas populares y mayoritarias de la población en general y para los campesinos pobres (la inmensa mayoría) en particular. El que el Ministro de Trabajo nombrado fuese Francisco Largo Caballero lo reforzaba; él representaba la línea revolucionaria dentro del PSOE y lideraba la UGT, que junto a la CNT controlaba el movimiento proletario organizado.

Ahora, la Guardia Civil, que había tenido un papel decisivo en la represión del movimiento campesino y fue la principal barrera protectora de los grandes latifundistas extremeños y andaluces, iba a contar con el freno de un Gobierno que tenía entre sus prioridades el solucionar los graves problemas de los campos del Sur. Si bien ni para el Presidente de la República, Niceto Alcalá Zamora, ni para el Presidente del Gobierno, Manuel Azaña, los problemas del campo estaban entre sus prioridades, para Largo Caballero constituían una preocupación de primer orden. No en vano la UGT, de la que era líder carismático, había creado una rama sindical especial en 1930 para abordar estas cuestiones: la Federación Nacional de Trabajadores de la Tierra (FNTT), que en el verano de ese año ya tenía 36.600 afiliados.

El 20 de abril se publicaba el Decreto de Términos Municipales, por el que no podían ser contratados trabajadores de otro lugar, en tanto hubiera parados en la localidad, para impedir la bajada de salarios y la importación de mano de obra más dócil ante conflictos. El 29 de abril se

decretó una Prórroga de Arrendamientos, que impedía la indiscriminada rescisión de contratos por parte de latifundistas boicoteadores. El 8 de mayo, se estableció el Decreto de Jurados Mixtos patronos-trabajadores para dirimir paritariamente los conflictos. Un día antes se publicaría una importante Ley: "de Laboreo Forzoso", para fincas insuficientemente explotadas, completándose así una serie de medidas, elaboradas desde el Ministerio de Trabajo de Largo Caballero, y desde el Ministerio de Justicia, también bajo otro titular socialista: Fernando de los Ríos.

Aunque la propiedad seguía intacta, ya se trazaban las primeras líneas de una cobertura socio-política que permitiera una redención de las clases más oprimidas y chantajeadas del país: la del campesinado sin tierras, jornaleros, arrendatarios y aparceros, que hasta ahora sólo conocían la inestabilidad económico-laboral y el hambre.

La Constitución, aprobada el 9 de diciembre de 1931, bajo el mismo Gobierno, establecía en su artículo 44:

Toda la riqueza del país, sea quien fuese su dueño, está subordinada a los intereses de la economía nacional y afecta al sostenimiento de las cargas públicas, con arreglo a la Constitución y las Leyes.

La propiedad de toda clase de bienes podría ser objeto de expropiación forzosa por causa de utilidad social mediante adecuada indemnización, a menos que disponga otra cosa una ley aprobada por los votos de la mayoría absoluta de las Cortes.

Con los mismos requisitos, la propiedad podrá ser socializada.

Sin embargo, el Gobierno se va a encontrar con la resistencia activa de los grandes propietarios, que desobedecen y boicotean las normas cuanto pueden, incumpliendo leyes, decretos, acuerdos, etc., lo que lleva a graves enfrentamientos locales, saldados algunos con muertes; las Fuerzas Armadas colaboran mu-

chas veces en la represión de las protestas campesinas, colocándose al lado de los propietarios, con una inercia de siglos, que en el caso de la Guardia Civil no es más que la consecuencia de la razón de su creación: proteger la propiedad y el “orden” en los campos.

La CNT efectúa en diciembre de 1931 invasiones de fincas no explotadas en La Vera y Campo Arañuelo, y la UGT realiza diversas huelgas, en protesta por el incumplimiento de las normas gubernamentales y la actuación de las Fuerzas Públicas. Gabriel Jackson, que ha estudiado con detenimiento esta etapa, habla de *descontento en el campo extremeño, con quemas de cosechas, cortijos, etc.* Y Paul Preston recuerda la aspiración que ya desde la época de la Dictadura de Primo de Rivera tiene la UGT: *colectivización de las tierras que deben expropiarse a los latifundistas*, lo que es una declaración de principios de acción (expropiaciones) y gestión (explotación colectiva de los recursos).

En cualquier caso, el año se cierra sin que los problemas del campo hayan entrado en vías de solución. Y seguirá pasando el tiempo sin que la situación mejore. Como escribe el novelista extremeño Pedro de Lorenzo en su novela *Gran Café*, publicada en 1974:

Otra vez se fueron a las fincas. Y otra vez la Guardia Civil levantó atestado. Todo parecía igual. Pero a la mañana siguiente, la Guardia Civil mandó desalojar las tierras ocupadas. Había terrenos que no se cultivaban desde mediados del siglo XIX. Fincas de pastos y encina. La más parcelada ese año fue Las Golondrinas, lindera a La Quintana. Las Golondrinas es una dehesa enorme. Se les aconsejó, al echarlos, que aguardasen la reforma agraria. Y lo que ellos decían:

– Para entonces ya se ha pasado el tempero.

4.2. En Portugal

La Revolução dos Cravos, iniciada el 25 de abril de 1974, fue igualmente un estallido de

ilusión para el pueblo portugués en general y el alentejano en particular. Casi cincuenta años de cruel dictadura, con unos servicios secretos (la PIDE) acostumbrados a la tortura sistemática de los disidentes, y con una guardia rural (la GNR) al servicio de los grandes propietarios, tenían a los trabajadores amordazados.

Sólo un partido, el Partido Comunista Portugués (PCP), había conseguido mantener una amplia actividad política y social desde la clandestinidad, con logros tan importantes como la consecución de la “Jornada de 8 horas”, tras sistemáticas y masivas huelgas en el campo alentejano en abril y mayo de 1962, en las que participaron más de 250.000 trabajadores. Desde entonces, acabaron las jornadas de sol a sol, que en verano significaban más de 12 horas de trabajo por una paga de miseria. La represión de líderes campesinos y cuadros dirigentes del PCP fue grande, pero el camino de la consecución de resultados satisfactorios quedó abierto.

Así, el Golpe Militar de 25 de Abril fue inmediatamente apoyado en la calle por el pueblo, y los tanques se vieron rodeados de multitudes en Lisboa que gritaban por la libertad. En Alentejo, los destacamentos de Estremoz y Vendas Novas contaron con el apoyo entusiasta de los campesinos. En su mente estaba el sueño que ya vimos en las palabras de Manuel Ribeiro: *Ter, ter terras*. Y lo que la UGT había defendido desde la Dictadura de Primo de Rivera en España, lo hará el PCP en Portugal desde el primer momento: apoyar la colectivización como fórmula de acceso a la propiedad.

El I Gobierno Provisional lo preside un civil: Adelino da Palma Carlos, siendo Presidente de la República el General Spínola, conservador, neocolonialista (icundo el “Golpe de los Capitanes de Abril” se había hecho contra todo colonialismo, sangrante del pueblo y la economía del país!), que hubo de dimitir en septiembre de 1974. Ninguna medida importante se

toma respecto al cambio social y al tratamiento del problema de la tierra; los litigios inmediatos de tensiones militares internas y en las colonias africanas acaparan toda la atención de militares y políticos.

Ya el II Gobierno Provisional cuenta como Presidente de la República al General Costa Gomes, hombre progresista, inteligente, democrata; preside dicho Gobierno el Coronel Vasco Gonçalves, un hombre muy comprometido con la lucha obrera, partidario de nacionalizar los medios de producción y realizar una profunda Reforma Agraria. Vasco Gonçalves no ocultó nunca su simpatía por el marxismo, y estuvo siempre muy cercano al PCP. ¡Curioso comportamiento de buen número de militares de carrera en un Portugal despótico, dictatorial, cercano al fascismo en múltiples aspectos, colonialista, jerarquizado y clasista!

El 12 de octubre de 1974 se publicó el Decreto-ley de Arrendamiento Rural (forzoso para tierras abandonadas o subaprovechadas), pero el boicot de los propietarios era feroz. Se dejaron grandes fincas por cultivar, incendiaron cosechas, vendieron ilegalmente ganado a España y se acentuó ese otoño el paro y la miseria campesina, viéndose el Gobierno impotente ante la férrea resistencia de los latifundistas, a la que se unía la de los empresarios industriales. A ello se sumaban los problemas del proceso descolonizador: gran número de portugueses regresaban de África, buscando acomodo, casa y trabajo en la metrópolis. Por esa época comienzan las primeras invasiones de fincas abandonadas, en Beja (Monte Outeiro, de 775 ha y Dona Maria, de 1.200 ha) impulsadas por el PCP.

Un III Gobierno Provisional, igualmente presidido por Vasco Gonçalves (Costa Gomes será Presidente de la República en todos los restantes Gobiernos Provisionales) tampoco es capaz de abordar con eficacia el problema del campo, y en febrero de 1975 continúa la acción de invasiones de fincas, que se iniciaron en el

distrito de Beja, extendiéndose a los de Évora y Portalegre, es decir, a todo el Alentejo interior.

El 9 de febrero de 1975 tiene lugar en Évora la "I Conferencia de Trabajadores Agrícolas", auspiciada por el PCP, con la participación en la manifestación de clausura de más de 30.000 personas, presidida por el Secretario General de los comunistas, siempre líder incuestionable, Álvaro Cunhal. Cuando Spínola realice el fallido Golpe de Estado del 11 de marzo, contra la "política revolucionaria" del Gobierno de Vasco Gonçalves, la gran aspiración del campesinado acelera un ritmo que hasta entonces había sido pausado y tuvo importancia secundaria en el Parlamento: las Bases Generales de la Reforma Agraria se aprobarán el 15 de abril de 1975 bajo un IV Gobierno Provisional, siendo Ministro de Agricultura Fernando de Oliveira Baptista, claramente convencido de la necesidad de una Reforma Agraria radical y del reparto de las tierras expropiadas. (parecido a lo que había ocurrido en España, pues tras el levantamiento reaccionario del General Sanjurjo de 10 de agosto de 1932, se aceleran los trámites de la Ley de Bases de la Reforma Agraria, publicándose el 9 de septiembre de 1932).

Ha pasado un año desde el comienzo de la Revolução, y aparte de normas, decretos y Ley de Bases, el campesinado no logró más que la realización por cuenta propia de ocupaciones de fincas al margen de los preceptos legales. Como en el caso español, el hambre y el desempleo siguen siendo los grandes protagonistas cotidianos. "¡Comed República!", les dirán los propietarios españoles a los jornaleros. "¡Comed palha!", les dirán los propietarios portugueses a los campesinos sin tierra que demandan empleo.

Lo ha descrito muy bien José Saramago en su novela *Levantado do Chão*, de 1980, ambientada en Alentejo:

Estaba el trigo en la tierra y no lo segaron, no lo dejan segar, cosechas abandonadas, y

cuando los hombres van a pedir trabajo, No hay trabajo, qué es esto, qué liberación fue ésta, se va a acabar la guerra de África y no se acaba ésta del latifundio [...] andan ahí la radio y la televisión predicando democracias y otras igualdades, y yo quiero trabajar y no tengo dónde, quién me explica qué revolución es ésta.

Sí, un primer año de ambos procesos, con unos primeros "tanteos legales" y algunas ocupaciones de fincas "a la desesperada". El PSOE y la UGT en España y el PCP en Portugal, como preponderantes fuerzas de izquierda, en el Gobierno, inclinadas por la Reforma Agraria. Pero enfrente, unos propietarios con fuerza secular enfrentándoseles, sabiéndose aún fuertes de hecho todavía.

5. REALIZACIONES DE LA REFORMA AGRARIA

Queda claro de entrada: en la España de 1931 sólo hay dos movimientos fuertes organizando la acción contestataria de los campesinos: la CNT y la FNTT. Anarquista la primera, con más apoyo en los momentos iniciales; socialista la segunda, sección de la UGT, en crecimiento continuo por el referente de Largo Caballero, Ministro de Trabajo y claro partidario de una Reforma Agraria radical.

En Portugal, en 1974, sólo hay un movimiento revolucionario organizado: el PCP, fundado en 1921, igualmente partidario de una Reforma Agraria radical. El Partido Socialista (PS) fue fundado en Alemania, en 1973, con el apoyo de la Internacional Socialista, ya de moderada línea socialdemócrata, bajo el liderazgo de Mario Soares, resistente antifascista en el exilio, pero su organización era aún muy pobre un año después.

Curiosamente, tanto la FNTT-UGT (y toda la línea "caballerista" del PSOE, hegemónica) como el PCP, apostaban en sus países respec-

tivos por un reparto de tierras a colectividades, no a individuos. Ya veremos, en cambio, como los comunistas en España y los socialistas en Portugal invierten los papeles: ambos apuestan por el reparto con formación de pequeños propietarios, pensando que estratégicamente conviene contar con la cobertura de una pequeña burguesía en el proceso de cambio.

Bajo estos postulados y tensiones se desarrollará la Reforma Agraria de ambos procesos revolucionarios peninsulares.

5.1. Proceso en España

De la Ley de Bases para la Reforma Agraria publicada el 9 de septiembre de 1932 dijo inmediatamente Largo Caballero: *Es como una aspirina para curar una apendicitis*. No andaba desencaminado, pues a finales de 1973, cuando el gobierno de centro-izquierda – formado tras las elecciones de 28 de junio de 1931 – pierde el poder, con una vigencia de la Ley de 15 meses, sólo 24.203 ha de tierra habían sido ocupadas, asentándose únicamente 2.500 campesinos.

Ese tiempo se dedicó a establecer el listado de fincas expropiables, con un mecanismo burocrático desesperante. En tanto, y como fórmula de ocupación provisional, se publicó el 1 de noviembre de 1932 un Decreto de Intensificación de Cultivos que si fue eficaz dentro de sus limitaciones temporales (un año) para aliviar el problema del paro y la subsistencia campesina: en 12 meses fueron asentados 40.100 trabajadores en 123.300 ha, acaparando Extremadura 32.600 de los asentamientos (el 81,3%) y 99.100 ha (el 80,4%). No puede así extrañar que si en el verano de 1930 la FNTT contaba con 36.600 afiliados, en el verano de 1933 subieran a 451.000; Largo Caballero, que continuó como Ministro de Trabajo en el Bienio de Centro-Izquierda (de 15 de diciembre de 1931 a 12 de diciembre de 1933), había sido un factor clave de estas medidas.

Cuando las elecciones de 19 de noviembre de 1933 dan el poder a la derecha, se pasará a un escenario temporal con dos etapas: una primera en que la marcha de la Reforma Agraria sigue el ritmo marcado, e incluso se acelera, y otra de Contrarreforma traumática.

En los dos primeros gobiernos de la coalición conservadora, presididos por Lerroux (hasta el 1 de mayo de 1934) y Samper (hasta el 1 de octubre de 1934), será Ministro de Agricultura Cirilo del Río Rodríguez, tras dos meses de gestión de Ramón Feced. La presión socialista y anarquista dan sus frutos y la Ley de Bases sigue adelante. Incluso en los primeros meses de un segundo gobierno de Lerroux, siendo Ministro de Agricultura el militante de la CEDA (Confederación Española de Derechas Autónomas) Manuel Giménez Fernández (octubre de 1934 a mayo de 1935) continúa el ritmo expropiatorio, ritmo no obstante manifiestamente lento. La situación a 31 de diciembre de 1934 era la siguiente:

Número de fincas	Hectáreas	N.º de asentamientos
Expropiadas: 468	89.113'5	8.609
Ocupadas: 61	27.704'3	3.651

No hay que olvidar que Lerroux había apoyado en su momento la Ley de Bases para la Reforma Agraria y que Giménez Fernández era un convencido de que el reparto de tierras aliviaría la tensión social en el campo, al tiempo que sus convencimientos católicos le llevaban a una actuación de reparto "por razones de conciencia".

Pero la presión cada vez mayor de los grandes terratenientes, obliga a un retroceso en el proceso expropiatorio, a pesar de su lentitud y escasa eficacia, llevando a la dimisión de Giménez Fernández y su sustitución por el ul-

traconservador diputado del Partido Agrario Nicasio Velayos, que pone en marcha el 1 de agosto de 1935 una lacerante Ley de Reforma Agraria, auténtica contrarreforma que lleva a la expulsión de yunteros en fincas ocupadas, al cumplirse la prórroga anual del Decreto de Intensificación de Cultivos hecha por su antecesor.

La situación entre los campesinos era desesperada. *Se ofrecían* – escribe Francisco Olaya – *simplemente por la comida, especialmente en Extremadura*. Además, una huelga nacional de campesinos convocada en junio de 1934 por la FNTT (sin el apoyo, en este caso, de la UGT ni de Largo Caballero), declarada ilegal, había sido durísimamente reprimida, y el movimiento sindical quedó bastante mermado por el resto del bienio.

Sin embargo, cuando las elecciones del 16 de febrero de 1936 den el poder al Frente Popular, la situación experimenta un vuelco absoluto. De inmediato, otro Decreto de Intensificación de Cultivos, de 3 de marzo, llevará a la masiva ocupación de tierras por razones sociales. Y el 25 de marzo 60.000 campesinos de la provincia de Badajoz ocupan unas 3.000 fincas, procediendo a ararlas de inmediato; el Presidente del Gobierno, Azaña, primero envió al ejército e hizo arrestos, pero los acontecimientos le desbordaron y tuvo que ceder y legalizar la situación.

Con un protagonismo intenso de la FNTT, entre marzo y julio de 1936 se asentaron en España 114.343 campesinos, ocupando 573.190 ha; 83.767 trabajadores correspondían a Extremadura (el 73,3%), así como 297.165 ha (el 69,3%). El 11 de junio de 1936 se había reimplantado la Ley de Bases para la Reforma Agraria de 1932, pero las ocupaciones de hecho la superaban con creces. Ahora sí podemos hablar de una Reforma Agraria revolucionaria y marcadamente colectivista, en la que la FNTT contaba con el apoyo de la CNT.

Una vez el Golpe de Estado de 18 de julio de 1936 inicie el cruel proceso de la Guerra Civil, la Reforma Agraria será desmantelada en las zonas conquistadas por los sublevados. Pero en la Zona Republicana las actuaciones serán contundentes. Destacan: el Decreto de Fincas Abandonadas (de 8 de agosto de 1936) y el de Expropiación a Insurrectos (de 7 de octubre de 1936). Ya la FNTT había ocupado las tierras y pidió que además se expropiara a los *propietarios antisociales y hostiles al movimiento obrero*.

De julio de 1936 a diciembre de 1937 se expropiaron 4.500.000 ha, ascendiendo en agosto de 1938 a 5.400.000 ha, de las que el 54% fueron colectivizadas, bajo la alianza FNTT-CNT, como ha estudiado E. Malefakis. Medio millón de trabajadores estima Hugo Thomas que se vieron involucrados en el proceso. Pero Vicente Uribe, dirigente del PCE, Ministro de Agricultura desde el 4 de octubre de 1936 hasta el final de la guerra, nunca legalizó a las colectividades permanentemente, sino "por años agrícolas", tal como dictaba el Decreto de Legalización de Explotaciones Colectivas, de 8 de junio de 1937, lo que mantenía una "provisionalidad" incompatible con una racionalización de las explotaciones a largo plazo.

Con la derrota a manos del Ejército sublevado, los campos expropiados y ocupados vuelven al poder de sus antiguos dueños, y los yunteros (protagonistas esenciales de la Reforma Agraria en España) y jornaleros son cruelmente represaliados, fusilados en gran número, encarcelados otros, despojados de la tierra y la libertad todos.

5.2. Proceso en Portugal

El golpe reaccionario del General Spínola de 11 de marzo de 1975, fracasado en la raíz de su propio intento, llevó como vimos a una aceleración de la publicación del Decreto-ley de Reforma Agraria, que presentó sus Bases Generales el 15 de abril de 1975. Pero también

veíamos que la situación calamitosa del campesinado continuaba, a pesar de estas normas y de un Decreto-ley de Arrendamiento Rural de la misma fecha. Esto hizo que el PCP (como ocurriera casi 40 años antes en España con la FNTT y la UGT socialistas) iniciara ocupaciones de hecho de fincas mal explotadas, con un total, hasta finales de julio de 1975 de 156.000 ha: *Respuesta puntual* – escribe Afonso de Barros – *contra el paro, sobre heredades en estado de abandono*. Esa cantidad es el resultado de la lucha de 7 meses en los campos del Sur.

Pero va a ser a partir de julio cuando se acelere el proceso de forma contundente. Una nueva crisis de gobierno, por el rechazo de socialistas y los partidos de centro y derecha a la política – que tildaban de "radical" – de Vasco Gonçalves, lleva a la formación del V Gobierno Provisional, en el que a pesar de la oposición socialista y de derechas se refuerza la presencia comunista, continuando Fernando de Oliveira Baptista de Ministro de Agricultura. En la Región Militar del Sur (Alentejo) se contará como Comandante-Jefe a otro convencido de la necesidad de una Reforma Agraria firme: el General Pedro Pizarat Correia, que en los momentos tensos de las masivas ocupaciones de la segunda mitad de 1975 estará a favor de la actuación campesina.

El día 5 de julio de 1975 se saca un Decreto-ley sobre la creación de los Consejos de Reforma Agraria y los días 29 y 30 de julio se publican los Decretos-leyes números 406-A y 407-A en que se nombran por primera vez las Unidades Colectivas de Producción (UCP) y se da paso a las bases específicas para la inmediata expropiación, mediante decretos concretos, que van dando lugar a la legalización de tierras ya ocupadas, al tiempo que se programan otras nuevas. Estamos con ello ante el proceso legislativo más revolucionario de todo el periodo, que precisamente se llamará de marzo a noviembre de 1975 "PREC": Proceso Revolucionario en Curso.

En dos meses (agosto y septiembre) se ocupan 309.000 ha más, con lo que se llega a un total de 465.300 ha. Y ahora sí, Vasco Gonçalves es apartado de la Presidencia del Gobierno, por presiones del PS y los demás partidos a su derecha. Para esa fecha, el área expropiada legalmente es de 401.226 ha.

El Presidente de la República, Costa Gomes, nombra Presidente del VI Gobierno Provisional al Almirante Pinheiro de Acevedo, iniciándose un periodo más consensuado con socialistas (PS), socialdemócratas (PSD) y derecha (CDS), que en las elecciones a la Asamblea Constituyente de 25 de abril de 1975 habían obtenido el 71,81% de los votos y 213 de los 250 diputados, en tanto el PCP sólo logra el 14,39% de los votos y 30 diputados (proporciones y números que más o menos seguirán repitiéndose en posteriores comicios), si bien en Alentejo la hegemonía del PCP es notable, con más del 50% del apoyo popular.

El nuevo gobierno – último provisional –, que tendría como Ministro de Agricultura a un socialista, António Lopes Cardoso, nombra como Secretario de Estado de Estructura Agraria a un miembro del PCP: António Bica, que ejercerá este papel desde el 19 de septiembre de 1975 a mediados de enero de 1976, y es sustituido por otro militante comunista, Vítor Louro, que ostentará esta Secretaría clave para el proceso de la Reforma hasta la formación del I Gobierno Constitucional, el 23 de julio de 1976.

Tanto Lopes Cardoso como los Secretarios de Estado sucesivos continúan la línea iniciada de expropiaciones, en vista de que los decretos concretos han sido elaborados en los meses anteriores y los registros de fincas están en la práctica completados. El área real ocupada por los campesinos en los 3 últimos meses del año es de 695.300 ha, y así sube a 1.160.527 las hectáreas ocupadas, mientras la expropiada legalmente llega a 521.980 ha. La acción directa – siempre impulsada por el PCP – ha duplica-

do el proceso expropiatorio, logrando un ritmo de ocupaciones sin precedentes.

Cuando el VI Gobierno Provisional acabe sus funciones habrá en Portugal 1.200.000 ha ocupadas, siendo 1.078.770 las expropiadas (si bien no coinciden con exactitud, pues muchas ocupadas no llegaron nunca a ser expropiadas y otras expropiadas por ley no fueron nunca ocupadas por los campesinos). Para esas fechas se habían constituido unas 550 UCP, el 82,6% en Alentejo, región que llegó a acaparar el 92,5% del área total; en ellas trabajarían unos 72.000 campesinos, cuando en los años anteriores no encontraban empleo más allá de 20.000.

A mediados del mandato del último Gobierno Provisional, el 2 de abril de 1976, se aprueba la Constitución Portuguesa, que en su artículo 80 dice:

A organização económico-social da República Portuguesa assenta no desenvolvimento das relações de produção socialistas, mediante a apropriação colectiva dos princípios meios de produção e solos.

Y el artículo 96:

A reforma agrária é um dos instrumentos fundamentais para a construção da sociedade socialista.

Posse útil da terra e dos meios de produção directamente utilizadas na sua exploração para aqueles que a trabalham.

Aunque, eso sí, ese mismo días se publica un Decreto-ley de Reforma Agraria que limita las normas para la expropiación, y se completa con otro el 23 de junio que en el fondo no sólo paraliza las ocupaciones sino también las expropiaciones.

El I Gobierno Constitucional va de 23 de junio de 1976 a 7 de diciembre de 1977, siendo Presidente de la República el Teniente Coronel Ramalho Eanes (que lo será por 10 años) y Presidente de Gobierno Mario Soares, con todos los ministros socialistas. Tomará decisio-

nes aún más drásticas que las de los últimos meses del anterior gobierno. Lopes Cardoso es destituido en noviembre como Ministro de Agricultura, "por no conseguir impedir el control del PCP en Alentejo", según sus propias confesiones; su sustituto, António Barreto, elabora la Ley más famosa del periodo de revisión de la Reforma Agraria: la 77/1977, de 29 de septiembre, conocida como "Ley Barreto". En ella, *subyace la intención de implantar un sector capitalista económicamente fuerte en las mejores tierras, dejando las peores a las UCP*, según Carlos Amaro. Se imponen muchas más limitaciones a las expropiaciones, revisando todas las ya realizadas y anulando muchas, y se otorgan más reservas a los antiguos propietarios.

A partir de ahí, se inicia un proceso de revisión permanente, que continuarán los sucesivos gobiernos: el II Gobierno Constitucional (7.12.1977 a 27.8.1978), presidido por Mario Soares de nuevo; los III, IV y V (28.8.1978 a 2.1.1980), de concentración de centro-izquierda; el VI y VII (3.1.1980 a 24.4.1984), socialdemócratas, y los posteriores en alternancia socialistas/socialdemócratas, hasta la actualidad.

En 1982, una revisión constitucional (la primera) suaviza los términos de la Reforma Agraria, y otra de 1989 (la segunda) los hace desaparecer, hablando de *explorações agrárias, política agrícola e incentivo à actividade empresarial, em particular das pequenas e médias empresas* (artículo 86), olvidándose de las UCP.

Así, en el artículo 92, indica que *as terras expropriadas serão entregues a título de propriedade ou de posse, nos termos da lei, a pequenos agricultores, de preferência integrados em unidades de exploração familiar*. En cualquier caso, "papel mojado" pues ya no se expropiará más, sino que se acabará el proceso de devolución de lo ocupado por las UCP, las cuales – las pocas que sobreviven en los años

noventa – se transformarán en lo que la Constitución y las normas priman – además de las explotaciones individuales: cooperativas tradicionales.

En ese año de 1982 ya sólo quedan 355 UCP, con un área útil de 473.000 ha de tierra de mediana y mala calidad, y 20.300 trabajadores efectivos. En 1989 las UCP son únicamente 225, teniendo bajo su control 236.000 ha y componiéndolas 12.000 trabajadores. En los años 90, como decía, van desapareciendo, desmantelándose por inanición, falta de tierras, denegación de subvenciones y préstamos, etc.

En el proceso de despojo e incautación se aplicó la GNR con todo tipo de materiales anti-disturbios, recurriendo a los antiguos métodos represivos del salazarismo: tanquetas, armamento pesado, perros de presa, porras eléctricas, helicópteros, etc. que no dudaban en utilizar, para devolver tierras, ganados, maquinaria, incluso el beneficio producido por las UCP en forma de embalses, naves industriales de transformación, centros sociales, culturales y asistenciales, etc.

Más de 500 sentencias del Tribunal Supremo de lo Administrativo favorables a las UCP han sido incumplidas, y una nueva Ley de Bases de la Reforma Agraria (ley 109/89) acabó con todo el sueño utópico de una *Revolução dos Cravos* que tuvo en la Reforma Agraria revolucionaria su seña de identidad más progresista y radicalmente social.

6. ESTRATEGIAS SOCIALISTAS DIFERENCIALES

6.1. El papel del PSOE y la UGT. La FNTT

Como ha quedado expuesto, el papel de las organizaciones socialistas fue crucial en el proceso de Reforma Agraria radical de la II República española. Francisco Largo Caballero, líder

del PSOE y principal dirigente de la UGT, tiene una visión clara de lo que ha de hacerse en los grandes latifundios del Sur: reparto de tierras, colectivizándolas entre yunteros y jornaleros, que acaben con la injusta concentración de la propiedad, con el latifundismo improductivo y absentista.

Su actuación como Ministro de Trabajo en el Gobierno Provisional (14 de abril a 14 de diciembre de 1931) y en el Bienio de Centro-Izquierda (15 de diciembre de 1931 a 12 de diciembre de 1933), así como Presidente de Gobierno de 4 de noviembre de 1936 a 18 de febrero de 1937, fue contundente, tanto en labor legislativa como en impulso y apoyo a las actuaciones del campesinado. Algo que no siempre contó con el beneplácito de otros dirigentes de primera línea, cual es el caso de Indalecio Prieto, que lo calificaba de “irresponsable”, e incluso de “fanático arrebatado” (en unas declaraciones a Mijail Koltzor, corresponsal especial de “Pravda”, el 26 de agosto de 1936).

Largo Caballero, en sus memorias publicadas (*Mis recuerdos*), correspondía a Prieto con estas observaciones: *Indalecio nunca ha sido socialista... ni por sus ideas, ni por sus actos*. Y aún más: *Ha sido envidioso, soberbio, orgulloso; se creyó superior a todos*. Es decir, la controversia interna socialista estaba al más alto nivel; téngase en cuenta que tampoco el muy respetado y prestigiado Julián Besteiro concordaba con Largo Caballero. Pero éste dominaba la UGT, el movimiento socialista juvenil, la mayoría de las secciones locales del PSOE, y era la voz más atendida, admirada y seguida entre los trabajadores del campo y la poderosa FNTT. O sea, la postura mayoritaria de toda la “familia socialista” era: *defensa de la explotación agraria colectiva y oposición a la división de las grandes fincas*, como ha demostrado Burnett Bolloten en su denso estudio *La Guerra Civil española: Revolución y contrarrevolución*,

y ha expuesto reiteradamente Edward Malefakis en sus abundantes trabajos sobre la Reforma Agraria en la II República.

De ninguna manera se permitirá que se haga reparto ni distribución de tierras, ganados y otros enseres, ya que es propósito de aplicar la colectivización a todas las fincas incautadas para que el trabajo y los beneficios sean distribuidos equitativamente entre las familias campesinas, publicaba *El Obrero de la Tierra*, órgano de la FNTT el 30 de agosto de 1936. Un año después, Ricardo Zabalza, como Secretario General de la FNTT, declaraba: *Hoy, nuestra ilusión más cara está en afianzar las conquistas de la Revolución, sobre todo las Colectividades organizadas por nuestras secciones*, reprochándole a los comunistas que se mostraran favorables a un reparto entre pequeños propietarios, favoreciendo así la mentalidad y las prácticas pequeño-burguesas, y favoreciendo a *arrendatarios y aparceros de derechas*, en palabras de Zabalza.

En su momento estudiaremos los argumentos comunistas, pero quede claro, como insiste Malefakis, que *los socialistas apoyaban incuestionablemente la Revolución Agraria, organizando muchas más colectividades que la CNT*. El mismo investigador y máxima autoridad en el estudio del campesinado del siglo XX, subraya en su trabajo sobre *La revolución social* (pg. 216): *En cuanto al grado de colectivización, si exceptuamos el caso especialísimo de Portugal en 1975, no hay comparación posible en la historia, porque en todos los casos en que poseemos datos —el ruso y el chino, por ejemplo— la colectivización fue impuesta por el Estado una vez finalizada la revolución, y no realizada espontáneamente al hilo de aquella*. Importante afirmación, y curiosa trasposición de papeles: impulso socialista en España, con la oposición comunista (que *representaban casi la exacta antítesis*, remarca Malefakis), y combate comunista en Portugal, con la oposición socialis-

ta, de los que podremos también afirmar que “representaban casi la exacta antítesis”.

6.2. La posición portuguesa. El Partido Socialista

El Partido Socialista Portugués había surgido en el exilio. Fue fundado en Alemania, en abril de 1973, bajo el mecenazgo de la socialdemocracia europea y llegó a la Revolução dos Cravos con un año de vida organizativa. Su líder, Mario Soares, dominaba el aparato del partido, sin rivalidades, y así iba a ser por todo el resto del siglo XX. Y aunque en los primeros meses su discurso era incendiario, revolucionario, e incluso marxista, como quedó patente en su intervención en Lisboa el 1 de mayo de 1974, celebrando junto al PCP el “Día de los Trabajadores”, pronto comenzarán las discrepancias. Ya un año después, no se le deja subir a la tribuna de oradores e incluso desde comienzos de 1975 hace declaraciones matizando mucho su postura general y de la Reforma Agraria en particular.

Sobre ésta, llegaría a decir en 1976 que fue “un robo de tierras”, y su Ministro de Agricultura en 1977, António Barreto, declaró que “las ocupaciones de tierras fueron conquistas al margen de la ley”. Barreto sería el autor de la controvertida Ley n.º 77/77, de 29 de septiembre, que revisó todo el proceso y dio base a las devoluciones de fincas y desmantelamiento de colectividades.

El Partido Socialista estuvo, además, detrás de las reformas constitucionales de 1982 y 1989 que acabaron con el Título de “Reforma Agraria”, transformándolo en el Título de “Políticas agrícola, comercial e industrial”, eliminando las colectivizaciones, que cambiaron – en el artículo 94.2 – por *pequenos agricultores, de preferência integrados em unidades de exploração familiar*.

Se trataba de cambios indispensables para entrar en la Comunidad Europea, tan ajena a

veleidades socializantes y no digamos de reparto colectivo de los bienes de producción con actuación autogestionaria. En definitiva, el PS hizo una transición a la democracia liberal donde no tenían cabida conceptos y actitudes que correspondían a una etapa revolucionaria, como ellos dirían: “ultrapasada”.

7. ESTRATEGIAS COMUNISTAS DIFERENCIALES

7.1. El papel del Partido Comunista en España

El Partido Comunista Español no tuvo una presencia decisiva en cuestiones agrarias durante toda la II República. El protagonismo absorbente de la CNT y de la FNTT fue absoluto, con lo que en la lucha campesina de ocupaciones no tomó como tal fuerza política ninguna relevancia. Tampoco tenía una fuerza sindical pareja que pudiera servirle de apoyatura, por lo que sus simpatizantes e incluso militantes habían de servirse de las anteriores. En cualquier caso, el respaldo popular al comunismo, en las tierras latifundistas del Sur, no tenía peso cuantitativo ni cualitativo suficiente como para poder condicionar algún proceso. Tampoco en el plano institucional y de gobierno tuvo presencia como para alcanzar un papel decisivo.

Sin embargo, iniciada la Guerra Civil, desarrollará una importante actuación tanto institucional como de movilización de masas, que le llevará a un protagonismo de primera línea. Y ahí es donde se encuadra su política agraria decisiva, que ya hemos ido conociendo en páginas anteriores.

Vicente Uribe, miembro del Comité Central del Partido Comunista, es nombrado Ministro de Agricultura el 4 de septiembre de 1936, al tomar posesión de la Presidencia de Gobierno Largo Caballero, y permanecerá en el cargo

hasta el final de la guerra. Él, en consonancia con todo el Comité Central del Partido, expresa una postura inequívoca sobre el modelo de Reforma Agraria que pretenden: *Decimos que la propiedad del pequeño campesino es sagrada y al que ataca a esta propiedad o a este trabajo tenemos que considerarlo como adversario del régimen*, declaraba el 1 de diciembre de 1936. Y ya vimos que nunca legalizó a las colectividades de forma permanente, sino por renovación de ocupaciones temporales.

Mariano Vázquez, secretario del Comité Nacional de la CNT, les acusaba en abril de 1937 (periódico *Castilla Libre*) de *atizar la pasión egoísta de cada ser humano, por prometerles ventajas personales a los trabajadores y por excitarles al reparto de una tierra que ya están trabajando en colectividad*.

El citado Malefakis afirma que *el ascendiente comunista comenzó en octubre de 1936 con la formación de la Federación Provincial Campesina, a la que se incorporaron en gran número los pequeños propietarios y colonos con el fin de protegerse de la presión colonizadora que ejercían la CNT y la FNTT*. Y es que, dice igualmente Malefakis: *la revolución agraria y la colectivización asustarían a las clases medias en España y fuera de ella, debilitándose con ello las posibilidades de crear un amplio frente unido contra las fuerzas del fascismo en todo el mundo* (*La revolución social*, pg. 215). O sea, el PCE utilizaría una estrategia en este caso de doble objetivo: por un lado, hacerse un “hueco” en el mundo campesino, copado por anarquistas y socialistas... aunque fuera comenzando con la pequeña burguesía de pequeños propietarios y colonos; por otra parte, ganar para la causa republicana – asediada por el golpe militar – a capas medias de la población española, garantizándoles el acceso y la conservación de la pequeña y mediana propiedad individual.

Incluso Dolores Ibárruri lo había dicho, en nombre del Comité Central del PCE, en fecha

tan temprana como el 30 de julio de 1936, declarando a *Mundo Obrero*: *Nosotros, comunistas, defendemos un régimen de libertad y democracia*, subrayando la defensa de los derechos de propiedad privada y de la revolución como *democrático-burguesa*. Evidentemente, con la radicalización del proceso bélico y la inequívoca postura golpista de buena parte de la burguesía, esta defensa “democrático-burguesa” desaparecería, al tiempo que suavizan su postura desfavorable a las colectivizaciones, en especial cuando necesitan unir fuerzas con la CNT o comienzan sus fricciones con Indalecio Prieto en 1938, y tras reconocer que el enfrentamiento entre colectivistas y pequeños propietarios estaba debilitando gravemente la necesaria unión ante el avance imparable de los militares rebeldes.

7.2. El papel del Partido Comunista en Portugal

La Reforma Agraria en Portugal, y especialmente en Alentejo, que se lleva el 90% del protagonismo del proceso, fue impulsada, mantenida y efectuada en su práctica totalidad por el PCP.

Su Secretario General y líder indiscutible y carismático, Álvaro Cunhal, ha dicho y repetido en escritos y discursos que *A Reforma Agrária é uma realização revolucionária de alcance histórico dos trabalhadores agrícolas alentejanos e ribatejanos, organizados nos seus sindicatos, tendo à frente o seu Partido – o Partido Comunista Português –* Asimismo, ha mantenido que *é uma das maiores conquistas, se não a maior, da Revolução portuguesa*. Y siempre ha querido dejar sentado el protagonismo del pueblo: *O proletariado rural teve sempre simultaneamente o papel de realizador, de dinamizador e de dirigente*, si bien es claro que corresponde al PCP ese carácter decisivo, que él mismo reivindica: *Sem o PCP não teria havido Reforma Agrária*.

Álvaro Cunhal arremete contra el resto de las fuerzas políticas representativas portuguesas, especialmente PS (socialistas), PSD (social-demócratas) y CDS (centro derecha), acusándolas de contrarias a la Reforma Agraria y en especial a las UCP. En su obra *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*, le atribuye cinco objetivos fundamentales a la ofensiva contra ella:

1. *A recuperação imediata de terras pelos agrários.*
2. *A degradação e desintegração das Unidades Colectivas de Produção.*
3. *O estrangulamento das cooperativas e unidades colectivas por escassez e recusa de meios financeiros indispensáveis.*
4. *Impedir o seu prosseguimento, mesmo na área marcada, e não permitir o alargamento a novas regiões.*
5. *Desviar esta para uma perspectiva capitalista.*

En el IX Congreso del PCP, celebrado del 31 de mayo al 3 de junio de 1979, el dirigente sindical campesino y miembro de la Comisión Política del Comité Central del PCP, António Gervasio, denuncia que *a destruição da Reforma Agrária é uma das exigências da reacção interna e do imperialismo a través do FMI, da*

CEE e da NATO, denunciando especialmente la actitud colaboracionista del Partido Socialista. Y en diversas intervenciones de responsables locales y comarcales del Partido, se abunda en esta denuncia, al tiempo que se anima a la resistencia comunista a favor de las ocupaciones de tierra y las colectivizaciones.

A lo largo de doce *Conferências da Reforma Agrária*, celebradas entre 1976 y 1989, las UCP hacen balance de sus logros y de la ofensiva gubernamental contra ellas, defendiendo en todo momento la conveniencia del sistema y denunciando la actitud de todas las fuerzas políticas, opuestas a su existencia, excepto – claro está – el PCP, que es quien las sustenta organizativa y políticamente. Tras 1989, el fenómeno revolucionario prácticamente queda cortado, y ya no se producirán más Conferencias de coordinación, malviviendo desmanteladas y descapitalizadas las colectividades que quedan, apoyadas por un PCP que también fue perdiendo fuerza y apoyo popular.

En esta etapa, en el Alentejo y Setúbal el PCP tendrá un amplio respaldo, en especial para la elección de los cargos políticos municipales: câmaras (ayuntamientos), que en estos años convulsos tienen la siguiente representación:

% de votos	Presid. de Câmaras (alcaldes)									
	1976	1979	1982	1985	1989	1976	1979	1982	1985	1989
Coalición liderada por PCP	47,3	54,4	55,1	54,0	54,1	37	39	43	36	37
Todas las demás fuerzas	52,7	45,6	44,9	46,0	45,9	19	17	13	20	19

En resumen, mantienen más del 50% de los votos y más de 2/3 de presidencias de las Câmaras Municipales, cuando en el total del Estado no subían del 20% de los votos y 1/6 de las Câmaras.

Con los años, esta hegemonía se quebrará ligeramente y así, en las elecciones municipales de 2005, la coalición liderada por el PCP obtendría en Alentejo y Setúbal un 45% de los votos, que le suponen 26 presidencias de Câma-

ra (el 47%). Aún es una representación muy respetable y significativa, y más si la comparamos con los resultados estatales, donde sólo logra el 11% de los votos y el 13% de las Câmaras. Y es que en “el corazón de la Reforma Agraria” el PCP ha sido, y aún sigue siendo, la referencia de la lucha por la tierra y la explotación y usufructo para los que directamente la trabajan, sin otro objetivo que vivir dignamente de ella... ¡y colectivamente!, repiten los comunistas portugueses todavía.

8. CONCLUSIONES

Si el “hambre de tierras” es una constante histórica en todo el mundo, en el sur de la Península Ibérica se ve subrayado por el sistema de ocupación y reparto medieval, cuando la conquista cristiana se efectúa cediendo a grandes señores y Órdenes Militares enormes territorios en propiedad. Las desamortizaciones liberales del siglo XIX completan la concentración de latifundios en pocas manos, dejando a las masas campesinas sin el recurso de subsistencia de tierras comunales y eclesiásticas.

Las luchas por conseguir un reparto de tierras y un orden social en el campo, son bandera reivindicativa de las fuerzas políticas y sindicales emergentes que en el siglo XX se organizan pese a la represión del poder constituido y su aparato policial. En Portugal se distinguirá por su fuerza y representación popular el PCP desde los años veinte; en España, el PSOE y los sindicatos CNT y UGT ya contaban con importante afiliación y respaldo campesino desde comienzos de siglo.

Con la instauración de la II República española en 1931, la reivindicación de una Reforma Agraria radical es asumida por el PSOE y la UGT (y dentro de ella, su poderosa sección agraria, la FNTT), bajo el liderazgo de Francisco Largo Caballero, además de por la CNT. El modelo de

reparto y gestión de la tierra que defienden es la colectivización de la propiedad, el trabajo, la producción y la generación de actividades derivadas: comercialización, industrialización, etc.

Extremadura, y sobre todo la provincia de Badajoz, adquieren en el proceso un papel preponderante, por el activismo de la lucha agraria, por las ocupaciones reales afectadas y por las expropiaciones decretadas.

Con el estallido de la Guerra Civil en 1936 comienza a cobrar importancia la presencia del PCE, cuyo dirigente Vicente Uribe será Ministro de Agricultura. El Partido Comunista aboga por la entrega de tierras a pequeños campesinos y arrendatarios como forma de implicar a las clases medias en el proceso revolucionario, oponiéndose a la legalización permanente de las colectividades.

Surgen así dos posturas enfrentadas: la socialista, encabezada por la FNTT, cuyo Secretario General, Ricardo Zabalza declara la *necesidad de afianzar la Revolución, sobre la base de las Colectividades*, y la comunista, que defiende la propiedad del pequeño campesino como “sagrada”, en palabras de Uribe. El triunfo de los militares golpistas en 1939 acabará con este conflicto interno no resuelto, pero inclinado al modelo colectivista, por la mayor importancia de las fuerzas implicadas.

Con la Revolução dos Cravos en 1974, la lucha por la ocupación de latifundios improductivos o en abandono o semiabandono la asume casi en exclusiva el PCP, liderado incuestionablemente por Álvaro Cunhal. La defensa comunista del modelo colectivista es “sin fisuras”, al contrario que el partido homónimo español. En cambio, el Partido Socialista, surgido en el exilio, en Alemania, un año antes, y liderado por Mário Soares, prefiere un modelo de pequeños propietarios autónomos y de empresas familiares o pequeñas cooperativas tradicionales, al tiempo que no apoya la ocupación de tierras alentada por el PCP, desesperado por

procesos de expropiación que se entelocen en medio de las necesidades básicas del campesinado.

Cuando los Gobiernos Provisionales den paso a los constitucionales en 1976, el poder popular del PCP será sustituido por el poder electoral del PS y el PSD, revisándose el proceso de ocupaciones y expropiaciones, así como desmantelándose las más de 550 UCP creadas. La Ley 77/77, elaborada por el Ministro de Agricultura, el socialista António Barreto, marca el cambio de ritmo, adaptándose al modelo capitalista, amparado, subvencionado y regulado por el Mercado Común Europeo, con la oposición del PCP, cuya resistencia activa es reprimida por las Fuerzas de Orden Público. Por el año 1989, el proceso de Reforma Agraria revolucionaria no era ya más que recuerdo histórico en el Sur de Portugal, donde se había desarrollado mayoritariamente en esos años setenta y ochenta.

BIBLIOGRAFÍA

ESPAÑA. EXTREMADURA.

Fuentes

Diario de Sesiones de las Cortes Españolas, 1931-1936.

Gaceta de Madrid, 1931-1936.

Selección legislativa

Decreto de Términos Municipales, de 20 de abril de 1931.

Decreto contra desahucios de campesinos arrendatarios, de 29 de abril de 1931 (Prórroga de Arrendamientos).

Decreto de Laboreo Forzoso, de 7 mayo de 1931.

Decreto de Jurados Mixtos, de 8 de mayo de 1931.

Proyecto de la comisión técnica agraria Para la solución del problema de los latifundios, de 20 de julio de 1931.

Proyecto de la Comisión Parlamentaria, de 3 de Octubre de 1931, 26 de noviembre de 1931 y 24 de marzo de 1932.

Constitución Española, de 9 de diciembre de 1931.

Ley de Bases para la Reforma Agraria, de 9 de septiembre de 1932.

Decreto sobre Intensificación de Cultivos, de 1 de noviembre de 1932.

Ley de Cultivos, del Parlamento catalán, de 12 de abril de 1934.

Ley de Reforma Agraria, de 1 de agosto de 1935 (contrarreforma).

Decreto de Intensificación de Cultivos, de 3 de marzo de 1936.

Decreto de Incautación de Fincas Abandonadas, de 8 de agosto de 1936.

Decreto de Expropiación a insurrectos, de 7 de octubre de 1936.

Decreto de legalización de explotaciones colectivas, de 8 de junio de 1937.

Libros

BENNASSAR, Bartolomé. *El infierno fuimos nosotros. La Guerra Civil española. 1936-1942*, Taurus, Madrid, 2005.

BOLLOTEN, Burnett. *La Guerra Civil española. Revolución y contrarrevolución*. Alianza Editorial, Madrid, 1989.

CARRIÓN, Pascual. *La Reforma Agraria de la II República y la situación actual de la agricultura española*, Ariel, Barcelona, 1973.

GALLARDO MORENO, Jacinta. *La Guerra Civil en La Serena*, Servicio de Publicaciones de la Diputación de Badajoz, Badajoz, 1994.

GARCÍA PÉREZ, Juan. "La II República: nueva ocasión perdida para la transformación del campo extremeño", en *Historia de Extremadura*, Tomo IV, Universitas Editorial, Badajoz, 1985.

GUTIÉRREZ CASALÁ, José Luis. *La II República en Badajoz*, Universitas Editorial, Badajoz, 1998.

LÓPEZ LÓPEZ, Alejandro. *El boicot de la derecha a las reformas de la II República (La minoría agraria, el rechazo constitucional y la cuestión de la tierra)*, Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentarios, Madrid, 1984.

MALEFAKIS, Edward. "La revolución social", en *La Guerra de España. 1936-39*. Editorial El País, Madrid (fascículos).

MALEFAKIS, Edward. *Reforma Agraria y Revolución campesina en la España del siglo XX*, Austral, Madrid, 2001.

MAURICE, Jacques. *La Reforma Agraria en España en el siglo XX (1900-1936)*, Siglo XXI, Madrid, 1978.

OLAYA MORALES, Francisco. *Las verdades ocultas de la Guerra Civil Las conspiraciones que cambiaron el rumbo de la República*, Norma, Barcelona, 2005.

PAYNE, Stanley G. *El colapso de la República*, La Esfera de los Libros, Madrid, 2005.

PRESTON, Paul. *Revolución y Guerra en España. 1931-1939*. Alianza Editorial. Madrid, 1986.

ROSIQUENAVARRO, Francisca. *La Reforma Agraria en Badajoz durante la II República*, Servicio de Publicaciones de la Diputación de Badajoz, Badajoz, 1988.

SÁNCHEZ JIMÉNEZ, José. *La España Contemporánea. De 1931 a nuestros días*, Istmo, Madrid, 1991.

SÁNCHEZ MARROYO, Fernando (director). "Tensiones sociales en la II República. La cuestión agraria", en *Extremadura. La Historia. Tomo II*, Edit. HOY, diario de Extremadura. Badajoz, 1977.

THOMAS, Hugo. *La Guerra Civil Española*, Grijalbo Mondadori, Barcelona, 1995.

PORTUGAL. ALENTEJO.

Fuentes

Conferências da Reforma Agrária (da 1.^a à 12.^a). Secretariados das UCP/Cooperativas

dos Distritos de Évora, Beja, Portalegre, Santarém e Setúbal. 1976, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87 y 89.

Diário da República. Comissão Nacional de Eleições. 1975-2006.

Programas do Partido Comunista Português, do Partido Socialista, do Partido Social-Democrático, do Partido Popular Democrático e do MDP/CDE.

Selección legislativa

Decreto-lei 573/74, de 31 de Outubro, dos Contratos do Arrendamento Rural.

Decreto-lei 653/74, de 22 de Novembro, do Arrendamento Rural.

Decreto-lei 660/74, de 25 de Novembro da Intervenção do Estado em Empresas Privadas Mal Exploradas.

Decreto-lei 201/75, de 15 de Abril, do Arrendamento Rural.

Decreto-lei 203-C/75, de 15 de Abril, do Início da Reforma Agrária.

Decreto-lei 351/75, de 5 de Julho, de Criação de Conselhos Regionais da Reforma Agrária.

Decreto-lei 406-A y 407-A/75, de 29 y 30 de Julho, da Reforma Agrária.

Decreto-lei 541-B/75, de 17 de Setembro, de Expropriação.

Constituição da República Portuguesa, de 2 de Abril de 1976, y Reformas de 1982, 1989, 1992 y 1997.

Decreto-lei 236-A y 236-B/76, de 5 de Abril, da Reforma Agrária.

Decreto-lei 407-A/76, de 7 de Abril, de Nacionalizações.

Decreto-lei 493/76, de 23 de Junho, da Reforma Agrária.

Lei 76, de 1977, do Arrendamento Rural.

Decreto-lei 260/77, de 21 de Junho, da Venda de Cortiça.

Lei 77/77, de 29 de Setembro, da Reforma Agrária.

Lei 80/77, de 26 de Outubro, das Indemnizações.

Decreto-lei 111/78, de 27 de Maio da entrega de terras nacionalizadas e expropriadas.

Lei 119, de 1979, da Cortiça.

Lei 109, de 1989 de Bases da Reforma Agrária (reconstituição do latifúndio).

Livros y otros

ALMADA, Teresa. *Diário da Reforma Agrária*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1983.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. *Portugal, 1975. Os campos*, Afrontamento, Porto, 1978.

BARRETO, António. *Anatomia duma revolução: a Reforma Agrária em Portugal: 1974-1976*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1983.

BARRETO, António. *Memória da Reforma Agrária*, Publicações Europa-América. Lisboa, 1983.

BARROS, Afonso de. *A Reforma Agrária em Portugal*, Instituto Gulbenkian de Ciência, Oeiras-Lisboa, 1981.

CAYETANO ROSADO, Moisés. "La Reforma Agraria en Alentejo tras la Revolución de los Claveles", en *Conferencia Internacional de Historia y Cultura en la frontera*. Universidad de Extremadura, Cáceres, 2000.

CAYETANO ROSADO, Moisés. "Abril de Portugal: balance de una Revolución", en *Crónica Agora*, el debate peninsular, Gabinete de Iniciativas Transfronterizas de la Junta de Extremadura, Badajoz, 2001.

CAYETANO ROSADO, M. y CAYETANO RODRÍGUEZ M. *Abril 25: el sueño domesticado*, Fundación de Investigaciones Marxistas, Madrid, 1999.

CUNHAL, Álvaro. *A Revolução Portuguesa. O passado e o futuro*, Edit. Avante!, Lisboa, 1994.

CUNHAL, Álvaro. *A verdade e a mentira na Revolução de Abril*. Edit. Avante!. Lisboa, 1999.

GOMES, Adelino y CASTANHEIRA, José Pedro. *Os dias loucos do PREC*. Expresso/Público. Lisboa, 2006.

MESQUITA, Mário y REBELO, José (Coord.). *O 25 de Abril nos media internacionais*, Afrontamento, Porto, 1994.

MURTEIRA, António (direcção). *Uma Revolução na Revolução. Reforma Agrária no Sul de Portugal*, Campo das Letras, Lisboa, 2004.

NAVARRO, António Modesto. *Memoria alentejana. Resistência e Reforma Agrária no Distrito de Évora*. Edit. Avante! Lisboa, 2001.

NOGUEIRA PINTO, M.^a José. *O direito da terra*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1984.

PEREIRA, José Pacheco. *Conflitos sociais nos campos do Sul de Portugal*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1984.

RODRIGUES PINTO DE SÁ, Carlos Manuel. *O Emprego Agrícola numa zona de grande propriedade fundiária*, Edit. Revista Almansor, Montemor-o-Novo, 1994.

SERRA, Jaime. *O abalo do Poder... Do 25 de Abril de 1974 ao 25 de Novembro de 1975*, Edit. Avante!, Lisboa, 2001.

Bibliografía

España-Portugal. Extremadura-Alentejo

CAYETANO RODRÍGUEZ, Moisés. *La Reforma Agraria en la Extremadura de la II República y en el Alentejo Portugués de la Revolución de los Claveles*, Edit. O Pelourinho, Badajoz, 2003.

CAYETANO RODRÍGUEZ, Moisés. *De las dictaduras a la utopía: el verano caliente del 75 en Alentejo y Extremadura*, Lusitania Ediciones y GIT de la Junta de Extremadura, Badajoz-Mérida, 2001.

CAYETANO ROSADO, Moisés (Coord.). *Encuentro de relaciones Alentejo-Extremadura en el siglo XX*, Edit. O Pelourinho, Badajoz, 1994.

ESTEBAN DE VEGA, Mariano y MORALES MOYA, Antonio (editores). *Los fines de siglo en España y Portugal*, Universidad de Jaén, Jaén, 1999.

SÁNCHEZCERVELLÓ, Joseph. *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição es-*

pañola (1961-1976), Assírio & Alvim, Lisboa, 1993.

VARIOS: *Gran Propiedad y política agraria en la Península Ibérica*, Universidad de Granada, 1992.

Tempo de Artes & Letras

Cerâmica espanhola nas colecções do Paço Ducal de Vila Viçosa

Maria de Jesus Monge

A proximidade geográfica e os numerosos enlaces com a nobreza espanhola sugerem que as artes decorativas do país vizinho deveriam ser presença frequente nos interiores portugueses. Os duques de Bragança casaram frequentemente com senhoras da nobreza de Espanha: D. Afonso casa em segundas núpcias com D. Constança de Noronha, filha do conde de Gijón; D. Jaime contrai matrimónio com D. Leonor de Mendonça, da Casa de Medina Sidónia; D. Teodósio I com D. Isabel, filha do conde de Lemos; D. Teodósio II casa com D. Ana de Velasco e D. João II com D. Luísa de Gusmão. Durante a última dinastia são sobejamente conhecidos os enlaces realizados, designadamente os que são conhecidos como 'troca de princesas', realizados no Caia, em 1729 e 1785. Em Vila Viçosa, a proximidade geográfica facilitaria também os contactos culturais e intercâmbios económicos.

Não existem, no entanto, muitos estudos sobre estes intercâmbios, designadamente no respeitante a património móvel. Se exceptuarmos a cerâmica de revestimento, apenas as exposições realizadas nos últimos anos no Museu Nacional do Azulejo têm dado a conhecer a produção cerâmica espanhola.

A colecção de azulejos do Paço Ducal é rica e variada, incluindo exemplares de numerosas origens e proveniências. Parte integrante dos interiores portugueses, foram aplicados sobretudo em paredes, menos utilizados ao nível dos pavimentos e tectos. É das manufacturas de Sevilha que vêm os azulejos de padrão profusa-

mente utilizados nos interiores sacros e profanos de Quinhentos. A atestar estas encomendas precoces os painéis de azulejos de aresta com as armas de D. Jaime, IV duque de Bragança, datados de c. 1510, de que existem pelo menos dois exemplares: o que se conserva no PDVV e o que integra as colecções do Museu Nacional do Azulejo.



Foto PDVV

Painel com as armas do duque D. Jaime, c. 1510

Neto dos infantes duques de Beja a quem se atribuem as primeiras importações de azulejo para Portugal¹, residente na sua juventude na

¹ PEREIRA, João Castel-Branco. As colecções do Museu Nacional do Azulejo. Instituto Português de Museus, Lisboa, 1995.

corte dos Reis Católicos, é possível que não fosse esta a única encomenda, mas as sucessivas campanhas de obras, com programas decorativos diversos, terão apagado essa memória. Pouco depois D. Teodósio I encomenda em Antuérpia os painéis assinados e datados (1558), em faiança decorada com o motivo bíblico da história de Tobias e motivos heráldicos, que ainda hoje podemos admirar na Saleta de Música.

Em 1602 celebra-se o casamento do duque D. Teodósio II com a filha do Condestável de Castela, D. Juan de Velasco. A decoração dos aposentos destinados à nova duquesa inclui silhares de azulejos de faiança de Talavera de la Reina, oferecidos pelo pai. Esta série atribuída a Lazoya, reflecte continuidade de gosto, já que a técnica utilizada terá sido introduzida em Sevilha e Talavera por artífices flamengos. Destas mesmas manufacturas saíram as peças de cerâmica de que trataremos adiante.

Os revivalismos oitocentistas trazem o gosto pela herança hispano-mourisca patente nas produções de Triana, em Sevilha.

A Família Real acompanhou o gosto da época através da decoração de interiores em que aparecem elementos historicistas, mas também na produção artística, como são os



Painel com as armas de D. Carlos e D. Amélia, 1898

desenhos e pinturas de modelos norte africanos pelo rei D. Carlos.

Os estudos sobre cerâmica registam escasas referências a documentação de arquivo, ocupando-se de unidades de produção e, cada vez mais, resultados de campanhas arqueológicas.

No caso específico de peças cerâmicas pertença da Casa de Bragança, tanto como bem utilitário como bem artístico e/ou de aparato, encontramos no *Inventário do Duque D. Teodósio...* (1564) várias referências, por exemplo:



Silhares de azulejos de Talavera de la Reina, 1602

Malegua de Veneza branca:

Cinco pratos brancos de auguas as mãos de Malegua de Veneza foram avaliadas em mil réis. (...)

Alabastro:

(...) Dois púcaros de pedra de Estremos cobertos com seus pratos foram avaliados em trezentos réis.

Duas escudelas de persolanas de alabastro, e hum bacio de augoas mãos foi avaliado em outocentos réis.

Malegua de Pisa:

Dous pratos de cosinha foram avaliados em cento e cincoenta réis. (...)

Duas talhas de Malegua de Valença foram avaliados em cento e cincoenta réis.”²

Já na *Memória sobre um Inventário Artístico do ano de 1564 do Paço dos Duques de Bragança em Lisboa*:

“(...) dyse q tẽ três talhas grades de castella q servẽ de cal e de agoa q achou na orta as quais foraõ avalljadas por serẽ velhas....

I diyse q quando deyxou a cauadorya deyxou nella três talhas de castella q serujão dazeyte metydas no chaõ e outras três aleuantadas q serujão de paõ...”³

É curiosa a designação recorrente de *malegua*, que remete para Málaga, mas designará mais uma técnica cerâmica que proveniência geográfica; enquanto as referências a Veneza e

Pisa terão a ver com aspectos técnicos e decorativos e, mais uma vez, não tanto com origem geográfica⁴.

Tradicionalmente, a cerâmica de reflexos dourados de Manises, os pratos hispano-mourosos que existem em vários museus e colecções nacionais, terá gozado de grande popularidade desde o século XV⁵. As peças de Manises e de outros centros cerâmicos espanhóis são presença obrigatória nas colecções oitocentistas, que reúnem o que de mais significativo se produziu nas Artes. É portanto natural que o rei D. Fernando II⁶, coleccionador apaixonado, tenha reunido um número significativo de peças de cerâmica espanhola. Não nos é, ainda, possível saber se algumas destas peças já se encontravam nas colecções reais ou se foram todas adquiridas na segunda metade do século XIX. Este estudo poderá revelar-se interessante para a história do coleccionismo em Portugal, sobretudo se se vier a concluir que a cerâmica espanhola, enquanto objecto de interesse artístico, só aparece fruto do interesse de um príncipe alemão.

Nos registos fotográficos do Real Paço das Necessidades, realizados c. 1880, aparecem peças dispostas na Sala de Jantar, em conjunto com faiança europeia de vária origem e porcelana da China. O leilão que se realizou por morte de D. Fernando II teria incluído a quase totalidade destas peças, não fora a intervenção do rei D. Carlos, que retira parte significativa das peças cerâmicas⁷. Tal como aconteceu com a majólica italiana, também a cerâmica espanhola vem discriminada nas *Licitações de Sua Magestade El-Rei O Senhor Dom Carlos*.

² *Inventário dos Bens do Duque D. Teodósio continuando com a Duquesa sua Mulher D. Brites...*, 1564, BDMI Res. Ms. 18.

³ SARAIVA, José Mendes da Cunha. *Memória sobre um Inventário Artístico do ano de 1564 do Paço dos Duques de Bragança em Lisboa*. Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Lisboa, 1948.

⁴ OLIVEIRA, Luiz Augusto de. *Exposição Retrospectiva de Cerâmica Nacional em Vianna do Castello no anno de 1915*, Oficinas de 'O Comércio do Porto', Porto, 1920; SANTOS, Reynaldo dos. *Faiança Portuguesa. Séculos XVI e XVII*, Livraria Galaica, Porto, 1960.

⁵ *Catálogo No Tempo das Feitorias. A Arte portuguesa no tempo dos Descobrimentos*. Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, 1992. Catálogo da exposição comissariada por Pedro Dias.

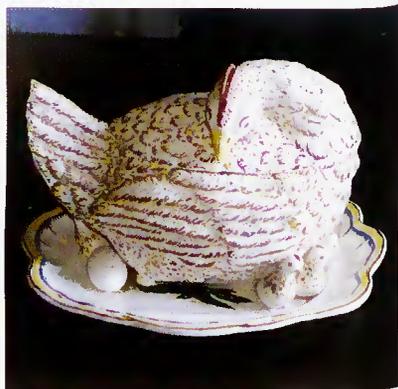
⁶ D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha nasceu em Coburgo em 18... e morreu em Lisboa em 1885. Casou com D. Maria II, de quem teve numerosa descendência e, em segundas núpcias, contraiu matrimónio com Elise Hensler, condessa de Edta.

⁷ Esta questão foi tratada em MONGE, Maria de Jesus, em "A colecção de faiança italiana da Família Real" in revista *Callipole* n.º 14, Vila Viçosa.

A forma como estas peças são indicadas nas *Licitações*... revela conhecimentos, não só da proveniência, como de evolução estilística, quando afirma “Uma salva com pé, de faiança de Alcora (...) magnífica composição, um dos mais belos exemplares q se tem visto d’esta fabrica” (n.º 1259, PDVV 936) ou “uma poncheira da 1.ª época de Talavera de la Reina” (n.º 1412, talvez PDVV 457). Havia um conhecimento das peças e do respectivo valor, até porque o que se conhece do processo de aquisição de peças por D. Fernando II permite supor que muitas terão

sido adquiridas no mercado antiquário internacional. O Rei tinha agentes nas principais capitais europeias e contactos privilegiados que visitava nas suas deslocações ao estrangeiro. Tal como com a majólica italiana, não dispomos de documentação que explique porque decidiu D. Carlos retirar estas peças de leilão, mas será lícito supor que as apreciava particularmente já que algumas se encontravam na sua Biblioteca pessoal quando dos Arrolamentos republicanos: a *Terrina em forma de galinha*, de Alcora (PDVV 1245, Lic. N.º1322)⁸.

Fotos PDVV



Biblioteca do Rei D. Carlos no Paço das Necessidades / Terrina em forma de galinha, PDVV 1245

São oitenta e quatro entradas, em que vêm discriminadas dezasseis peças hispano-árabes ou hispano-mouriscas, quinze peças de Talavera de la Reina, doze de Alcora e oito de Triana; as restantes trinta e três peças em faiança têm referência a Toledo, ilhas Baleares e Catalunha ou não têm designação de origem. São poucas as indicações cronológicas, pontualmente aparece a indicação de que é obra ‘moderna’, o que remete todas as restantes peças para períodos considerados antigos.

Este conjunto ilustra alguma da melhor produção cerâmica de Espanha, inclui quase todos os principais centros produtores, sendo de estranhar a ausência de peças aragonesas.

O grande número de peças hispano-mouriscas de reflexos metálicos, mostra uma apetência particular por parte de D. Fernando II. Atente-se, por exemplo, no significativo número de pratos que figuraram na *Exposição Ornamental de 1882*⁹, propriedade designadamente deste monarca e da Academia Real de Belas Artes, para aferirmos da popularidade e estima em que eram tidos. Este gosto foi partilhado por D. Carlos e a Rainha Dona Amélia que, para além das peças adquiridas antes do referido leilão, como demonstram as *Licitações*..., reuniram muitos mais exemplares (eventualmente através da mediação de Guerra Junqueiro) actualmente nas colecções públicas que albergam a antiga Colecção Real¹⁰.

⁸ Remessa da Bibliotheca de D. Carlos n.º 7000 – Cx. 272 /Arquivo Histórico.

⁹ *Catálogo Ilustrado da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola*. Imprensa Nacional, Lisboa, 1882.

¹⁰ MONGE, Maria de Jesus. “Colecções Reais no Museu-Biblioteca da Casa de Bragança” in *Boletim da Rede Portuguesa de Museus*, n.º 9, Setembro.2003.

O fascínio do exótico dominou o século XIX: a Rainha Dona Amélia efectuou uma visita ao Norte de África (Egipto, Tunísia, Argélia), em 1903, com os filhos, o Príncipe D. Luís Filipe e o Infante D. Manuel, e terá adquirido cerâmica hispano-mourisca; o Rei D. Carlos desenhou inúmeras vezes motivos mouriscos e orientalizantes¹¹, mas esse deslumbramento está patente sobretudo na decoração promovida por D. Fernando no Paço da Pena.

Nenhuma das peças hispano-mouriscas veio para o Paço Ducal: o Museu Nacional de Arte Antiga possui vinte e quatro exemplares de reflexos metálicos¹², o Palácio Nacional da Pena tem um e o Palácio Nacional de Sintra várias dezenas. Esta dispersão será fruto da popularidade mesma destas peças que assim foram distribuídas entre os museus e palácios nacionais, seguindo a postura museológica então defendida (segundo quartel do século XX) de que cada um dos antigos paços reais deveria funcionar como 'quadro histórico' de uma época específica¹³. Existe no acervo uma única peça, cuja atribuição a um centro de fabrico ainda está em estudo e que, embora sem reflexos metálicos, poderá ser de Manises.



Taça, PDVV 1583

Peças do Museu Biblioteca da Casa de Bragança (MBCB)¹⁴ manufacturadas em Talavera de la Reina:

Designação	Datação	N.º inv.	Licitações
Prato c/ unicórnio	XVII	760	
Prato c/ felino	XVII	761	
Prato (fundo)	XVII/XVIII	753	1534
Prato (fundo)	XVII/XVIII	754	1535
Pote	XVII/XVIII	765	
Prato	XVIII	755	1068
Prato	XVIII	756	1069
Prato c/ cão (?)	XVIII	757	1094
Prato	XVIII	759	1094
Prato caça ao leão	XVIII	762	
Taça caça ao leão	XVIII	457	1245
Taça c/ leão	XVIII	763	1412
Tinteiro	XVIII	766	
Jarro	XVIII	767	1220

Em Talavera (Toledo) produzem-se entre o Renascimento e o século XVIII peças de grande qualidade, com abundante decoração naturalista¹⁵. Esta longa laboração, permeável às evoluções estilísticas, desenvolveu-se por fases classificadas como tricolor (PDVV 760 e 761), policroma (PDVV 457, 753, 754...) ou azul.

Os pratos são de longe a tipologia mais representada, tal como para outras manufacturas, mas tendo Talavera um leque de formas significativo, a colecção espelha a tentativa de ilustração dessa diversidade. Através da variedade decorativa destes pratos é possível seguir a evolução estilística que esta manufactura foi sofrendo. A obra mais interessante é o *Pote com cenas galantes* (PDVV 765) da série policroma, que figurou já na *Exposição Retrospectiva* de 1882; as asas acentuam a inspiração barroca que a concepção geral da peça denun-

¹¹ SILVA, Raquel Henriques da e MONGE, Maria de Jesus. *El-rei Dom Carlos, Pintor. 1863-1908*. Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 2007.

¹² Agradecemos as colaborações de Maria Antónia Pinto de Matos, conservadora da colecção de Cerâmica do MNAA, de José Martins Carneiro, director, Constança Azevedo Lima, técnica superior do Palácio Nacional da Pena, e de Inês Ferro, directora do Palácio Nacional de Sintra.

¹³ MONGE, Maria de Jesus. *Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: de Paço a Museu*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de Évora, 2003.

¹⁴ Para efeitos de inventário foi adoptada por anteriores responsáveis a sigla PDVV (Paço Ducal de Vila Viçosa), que se mantém.

cia e a forma sugere filiação em modelos de peças em metal. Esperamos que o estudo comparativo com colecções de outras instituições museológicas permita retrair o paradeiro da totalidade desta colecção.

Fotos PDVV



Sala dos Vidros

A manufactura de Alcora foi fundada pelo conde de Aranda em 1727 e labora até princípios de Oitocentos¹⁶. A sua criação é contemporânea de outras iniciativas semelhantes em vários países, designadamente em Portugal. Pretendia-se produzir peças de qualidade com decoração que obedecia aos padrões eruditos, difundidos pelas manufacturas francesas. As séries mais conhecidas foram justamente as *Berain*, *chinoiseries* e, numa segunda época, o fabrico de peças com a forma de animais.

Peças do MBCB manufacturadas em Alcora

Embora reduzida, a série de peças da colecção inclui alguns exemplares emblemáticos da melhor produção desta manufactura. A *Sal-*

Designação	Datação	N.º inv.	Licitações	Observações
Prato	1760-80	1749		
Prato de enganos	1770-80	1323	1323	
Travessa	1760-80	1325		
Salva com pé	1727-43	936	936	Cristobal Cros
Terrina galinha	c. 1790	1245	1245	
Tinteiro	1736-75	1332		
Placa	XVIII	1464		

va com pé de Cristobal Cros (PDVV 936), que apresenta na aba decoração Bérain, é ilustrada com uma Alegoria à Pintura(?) à semelhança de

uma outra salva do Museo de Cerâmica de Barcelona em que figura a Alegoria à Arquitectura¹⁷, é de superior qualidade pela finura da pasta cerâmica, do vidrado e do desenho.



Salva com pé, PDVV 936

Uma década depois, foram realizadas peças como o *Tinteiro com chineses* (PDVV 1332) que nos parece lícito associar às referidas por Cármen Mañueco: "La escribanía con zócalo, cuerpo octogonal y cubierta a cuatro vertientes (...) aparece descrita como 'escribanía de dos cuerpos' y 'escribanía nueva moda china' en una relación de las producciones de la Fábrica que

¹⁵ Catálogo *Cerâmica espanhola, dos árabes a Miró*. Museu Nacional do Azulejo, Lisboa, 1996. Exposição comissariada por Trinidad Sánchez-Pacheco.

¹⁶ SANTARTÚN, Cármen Mañueco. *Cerâmica de Alcora (1727-1827)*. La colección del Museo Arqueológico Nacional, Madrid, 2003; ALMARCHA, Elvira Gual. *El sistema ornamental de la cerámica de Alcora*, Publicaciones de la Universitat Jaume, Castelló de la Plana, 1998.

¹⁷ SÁNCHEZ-PACHECO, Trinidad, CASANOVAS, M. Antónia e GIRAL Maria Dolores, *Museo de Cerâmica, IberCaja*, 1993.



Tinteiro, PDVV 1332

fueron remetidas como muestras a la Real Junta de Comercio y Moneda en 1753."¹⁸; esta obra conjuga as duas influências, a tarja Bérain com motivos de *chinoiserie*.

Também o fabrico de peças com forma de animais se encontra bem representado pela *Galinha com pintos* (PDVV 1245) que mencionamos acima. A moda de reproduzir de forma naturalista todo o tipo de animais, designadamente domésticos, conheceu grande voga no século XVIII, quer através dos muitos exemplares em porcelana importada da China, quer executados nas manufacturas de faiança que as várias nações da Europa Mercantilista procuraram incrementar nos seus territórios.

A terceira manufatura que se encontra bem representada nas colecções do Paço Ducal é Sevilha. É sobejamente conhecida a mestria dos artesãos andaluzes no fabrico de azulejos, numa primeira fase com utilização de técnicas e decoração hispano-mourisca, fruto da prolongada presença moura, posteriormente com a vinda de artistas flamengos adoptam outras técnicas e a paleta de cores alarga-se. O maior número de peças corresponde a canudos de decoração azul, dos séculos XVII-XVIII que, para além de produção abundante na época, foram particularmente apreciados pelos coleccionadores portugueses. Aparentemente este gosto não era par-

tilhado por D. Fernando II, já que não se encontram referências na documentação sobre os seus bens que foi consultada. A peça que destacamos desta série é o *Tabuleiro com cena de toureiro* (PDVV 1243), uma obra que representa uma arte maior da Andaluzia, com uma figuração graciosa e equilibrada.

Do final do século XIX princípio do XX surgem peças fruto eventualmente das frequentes deslocações da Família Real à Andaluzia, ofertas de amigos e familiares ou de visitas às manufacturas de Triana. Continuam a ser sobretudo peças decorativas, sendo que para fins utilitários eram preferidas produções nacionais ou inglesas (por exemplo, loiça para conjuntos de *toilette*, trem de cozinha comum...). Não são também peças de grande aparato e, com raras excepções não aparecem em lugar de destaque nos arranjos domésticos ou de espaços onde se dispunham objectos de particular valor.

Não estão identificadas quaisquer peças da manufatura de Buen Retiro e o século XIX não conheceu em Espanha outras produções eruditas merecedoras de figurar em colecções de conhecedores. Este apagar das artes cerâmicas poderá ser a razão da menor atenção que tem despertado a produção cerâmica espanhola até ao advento da 'cerâmica de autor' que domina o século XX.



Sala do século XVII

Fotos PDVV

¹⁸ SANTARTÚN, Cármen Mañueco. *Cerâmica de Alcora (1727-1827). La colección del Museo Arqueológico Nacional, Madrid, 2003*

Os museus mais antigos, designadamente os nacionais, todos têm grandes colecções de cerâmica que incluem peças portuguesas e realçam entre as peças estrangeiras as de Delft, a produção espanhola raramente merece menção. Nas edições mais recentes dos roteiros das colecções apenas as produções de Manises, no Museu Nacional de Soares dos Reis, e Talavera, no Museu Nacional de Arte Antiga, aparecem sumariamente referidas.

No Paço Ducal de Vila Viçosa, a exemplo do que acontecia nas Colecções Reais, a cerâmica espanhola nunca foi apresentada de forma individualizada. Integrada junto de peças que se lhe consideravam aparentadas pela temática, a museografia adoptada espelha ao longo das décadas o apreço que a cerâmica sempre teve em Portugal. Actualmente o percurso do museu contempla núcleos de cerâmica, integrada em conjuntos coequentes com as restantes artes decorativas.

Fotos Alivão



Sala de Medusa, c. 1940 / Sala das Loijas, c. 1950

BIBLIOGRAFIA

Manuscritos

Inventário dos Bens do Duque D. Teodósio continuando com a Duquesa sua Mulher D. Brites..., 1564, BDMII Res. Ms. 18 (cópia de 1667).

Licitações de Sua Magestade El Rei O Senhor Dom Carlos., s/autor e s/data. AHCB, Núcleo D. Fernando, II, MS 3090. NNG.1740, 167.

Remessa da Bibliotheca de D. Carlos n.º 7000 – Cx. 272/AHCB

Impressos

Catálogo Ilustrado da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola. Imprensa Nacional, Lisboa, 1882.

Catálogo *No Tempo das Feitorias A Arte portuguesa no tempo dos descobrimentos.*

Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, 1992. Catálogo da exposição comissariada por Pedro Dias.

Catálogo *Cerâmica espanhola, dos árabes a Miro.* Museu Nacional do Azulejo, Lisboa, 1996. Exposição comissariada por Trinidad Sánchez-Pacheco.

FERRO, Inês e FLORES, Ana. *Colecção de Cerâmica do Palácio Nacional de Queluz.* Ministério da Cultura, IPPAR, Lisboa, 2002.

GUAL Almarcha, Elvira. *El sistema ornamental de la cerámica de Alcora.* Publicaciones de la Universitat Jaume, Castelló de la Plana, 1998.

MAÑUECO Santurtún, Carmen. *Cerâmica de Alcora. 1727-1827. La colección del Museo Arqueológico Nacional,* 2003.

MONGE, Maria de Jesus. "Colecções Reais no Museu-Biblioteca da Casa de Bragança" in *Boletim da Rede Portuguesa de Museus*, n.º 9, Setembro.2003.

MONGE, Maria de Jesus. *Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: de Paço a Museu*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de Évora, 2003.

MONGE, Maria de Jesus. "A colecção de faiança italiana da Família Real" in revista *Callipole* n.º 14, Vila Viçosa.

OLIVEIRA, Luiz Augusto de. Exposição Retrospectiva de Cerâmica Nacional em Vianna do Castello no anno de 1915, Oficinas de 'O Comércio do Porto', Porto, 1920.

PEREIRA, João Castel-Branco. *As colecções do Museu Nacional do Azulejo*, Instituto Português de Museus, Lisboa, 1995.

SANCHEZ HERNANDEZ, M. Leticia. *Catálogo de Porcelana y Ceramica Española del Patrimonio Nacional en los Palácios Reales*, Editorial Patrimonio Nacional, Madrid, 1989.

SANCHEZ-PACHECO, Trinidad, CASANOVAS, M. Antonia e GIRAL, M. Dolors, *Museo de Cerâmica. Palacio de Pedralbes*. Ludion S. A., Barcelona, 1993.

SANTOS, Reynaldo dos. *Faiança Portuguesa. Séculos XVI e XVII*, Livraria Galaica, Porto, 1960.

SARAIVA, José Mendes da Cunha. *Memória sobre um Inventário Artístico do ano de 1564 do Paço dos Duques de Bragança em Lisboa*. Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Lisboa, 1948.

SILVA, Raquel Henriques da e MONGE, Maria de Jesus. *El-Rei Dom Carlos, Pintor. 1863-1908*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 2007.

TEIXEIRA, José. *D. Fernando II Rei-Artista, Artista-Rei*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1987.

Nos 250 anos do edifício dos Paços do Concelho de Vila Viçosa

Túlio Espanca e Manuel Lapão

Neste ano em que se comemora o 250.º aniversário do edifício dos Paços do Concelho de Vila Viçosa, nada melhor que oferecer aos leitores da terra um texto sobre o mesmo, escrito pelo historiador calipolense Túlio Espanca. É claro que antes dele, o P.º Joaquim José da Rocha Espanca, seu avoengo, já o fizera. Mas como a obra do sacerdote foi recentemente publicada e está bastante divulgada em muitos lares da vila, optámos pela republicação deste, de menor facilidade de acesso por aqueles que tenham desejo de conhecer o historial da sua Casa da Câmara.

Reproduz-se o texto integral, dado à estampa em 1978, no *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, Volume IX, edição da Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa.

Callipole procurou também obter uma leitura actual do edifício por um arquitecto – no caso, o também calipolense Manuel Lapão, muito ligado sentimental e profissionalmente à terra e por consequência a esta obra barroca que tanto marca a praça em que se situa.

PAÇOS DO CONCELHO [DE VILA VIÇOSA]

Túlio Espanca

A primitiva DOMUS MUNICIPALIS levantava-se na almedina mediévilica, em local imprescindível, até ser mudada, também em época desconhecida, para a PRAÇA VELHA, ao ocidente da cerca, junto da TORRE DE HOMENAGEM, com as demais oficinas do Concelho, açougues e Celeiro Comum do trigo.

Todas estas dependências, abstraindo o PELOURINHO, sofreram total demolição em Abril de 1664, por terem sido englobadas nas obras exteriores da fortificação do Castelo, segundo planos do general alemão Conde de Schomberg, aprovadas pelo Conselho de Guerra. Dois anos antes haviam sofrido o mesmo destino a Cadeia Comarcã, que ficava encostada ao muro exterior, sobranceira à capelinha de N.ª S.ª dos Remédios, por ordem do Governador da Praça Cristovão de Brito Pereira, quando o Exército de D. João de Áustria assolou a re-

gião, conquistando Borba e Juromenha e destruindo Terrugem e o Forte de Ferragudo.

Desde esse ano de 1664 até 1757, data da inauguração da actual Câmara, os serviços municipais funcionaram sempre em imóveis arrendados, nas ruas da Cadeia, Cambaia e Corredoura, e ultimamente no Adro de S. Bartolomeu, estes situados precisamente defronte, num edifício de quatro janelas de sacada, com o número 43, que em Novembro de 1728 pertencia a Miguel Cabral de Quadros, residente em Lisboa, representado pelo procurador P.º Manuel Vidigal Salgado, de Évora, o qual, por sua vez mantinha como seu delegado nas vilas de Borba e Vila Viçosa António Gomes Soares. Todavia, a edilidade calipolense solicitava, constantemente, junto d'el-rei, pela reconstrução dos Paços do Concelho e casa de correcção, que se haviam sacrificado por utilidade nacional e menoscabos¹ pelos interesses concelhios, não havendo um cárcere seguro para os réus de alta traição, porque a cadeia corrente, situada em casas baixas de aluquer na esquina ocidental da Rua de Baixo da

¹ Desprezo (nota da Redacção de *Callipole*).

Aldeia, no Rossio, desde a paz geral de 1668, era imprópria e insegura.

Reconhecida a justiça da pretensão, D. Pedro II, em 1675, ordenou a escolha do local para o novo edifício, que caiu, por expressa vontade da Vereação de 13 de Dezembro, no Rossio de S. Paulo, na altura enobrecido com alguns palácios, o convento dos paulistas e a igreja municipal de S. Sebastião. Todavia, suspendeu-se a ideia por motivos desconhecidos, até que o Tesouro Nacional, em 1734, reinando D. João V, ordenou a instalação da cadeia no sítio das casas térreas de António de Abreu de Góis, sitas na Praça de S. Bartolomeu, que se transformaram radicalmente a partir de 1739, como consta da escritura outorgada em 25 de Novembro, em Lisboa, ao mestre empreiteiro Manuel da Costa Negreiros, morador nesta cidade. Na mesma empreitada se associaram José Mendes Brochado, como tesoureiro e apontador da obra e Francisco Gonçalves Paes, escrivão, também oficiais de pedraria, que se obrigaram a entrar cada com 100.000 rs., depositados em cofre de três chaves. Na mesma sociedade se incorporaram Domingos Timóteo e Salvador Ferreira, canteiro.

Esta primeira construção, a mais urgente, e embora provisória, parece que teve efeito, como se conclui dos Acórdãos de 1744 e 1751, segundo requerimento do Corregedor do Concelho, até que o Decreto de 12 de Março de 1754, dirigido por el-rei D. José ao Ouvidor Miguel de Oliveira Guimarães e Castro autorizou, com força de lei, a expropriação dos terrenos necessários para se alargar a cadeia e fazer a nova Casa da Câmara e Auditório Judicial, havendo já em depósito do imposto do cabeção de toda a Comarca, para o efeito, mais de dois mil escudos.

Realizadas as expropriações de cinco moradas de casas contíguas, do património da

confraria das Almas da Misericórdia (representada pelo ministro João Rodrigues do Prado), de João Pedro de Sousa Carvalho e Melo de Abreu, residente em Borba, e do dr. Luís Ferreira da Costa Avelar, casado com D. Maria de Figueirôa, que nomearam avaliador o alvaneu Manuel Palmeiro, estas alcançaram o montante de 880.000 rs.

A arrematação da importante obra, realizada em acto público no dia 28 de Fevereiro de 1754, foi entregue pelo lanço de 22 mil cruzados (8.800.000 rs.), ao mestre de pedraria José Francisco de Abreu, morador em Elvas, com a condição de respeitar a planta anexa e entregar o imóvel acabado de todo, no espaço prefixo de três anos, estipulando-se, na escritura, o pagamento em quartéis: o primeiro, na assinatura do contrato (29 de Março); o segundo, em Janeiro seguinte; o terceiro, em igual mês do ano de 1756; e o quarto e último na cerimónia da entrega das chaves dos Paços. O mestre responsável, que todavia não foi autor do debuxo, associou, na empreitada, os seus colegas do mister, José Mendes Brochado, calipolense, e António de Sequeira Ramalho, de Elvas, este mais tarde, os quais se aparceraram, em 10 de Abril de 1756, com o mestre de carpintaria Joaquim Morato, de Portalegre, para lhes fazer todas as portas, janelas e frestas, interiores e exteriores, pela verba de 404.300 rs².

O desembargador Pedro Libório de Amorim estava, na altura, provido por sua majestade nos cargos de corregedor, provedor da Comarca de Évora e Estremoz, almoxarife dos residuos, capelas, albergarias, confrarias, hospitais e contador da real fazenda. Da vereação faziam parte – além do ouvidor Miguel de Oliveira e Castro, que exercia o lugar interino de juiz de fora –, Henrique de Melo Lobo, Manuel Diogo da Silveira e Meneses e o procurador do conce-

² Os abonadores da empreitada foram: José Mendes Brochado, mestre de pedraria; António Martins, oficial de ferreiro; João Manuel Ribeiro, mercador, todos exercendo o seu mister na vila, e João António Sequeira, de Elvas.

A escritura, lavrada pelos tabeliães de notas de Elvas e Vila Viçosa, respectivamente Francisco Pereira Godinho e Nicolau da Silva de Azevedo, teve como testemunhas Francisco Inácio de Azevedo, escrivão de armas; José da Silva, barbeiro; António Fernandes, quartel-mestre; Custódio da Silva e Araújo Salazar; Manuel Ribeiro; Manuel Correia Saial, procurador do concelho e intervenientes José Francisco de Abreu e José Mendes Brochado.

lho, Manuel Correia Saial. Estava como escrivão da Câmara Francisco Ferreira de Magalhães.

A inauguração solene do edifício verificou-se no dia 2 de Julho de 1757, dentro do prazo contratual, depois de concluída a procissão da Visitação da Virgem, e realizou-se, de seguida, com grande aparato, a sua primeira sessão pública.

Ao presente e depois de vultuosas melhorias na década de 1930, orientadas pelo arq.^o Rebelo de Andrade, os Paços estão ocupados pelos seguintes serviços administrativos (piso nobre): Câmara Municipal, Biblioteca e Repartição do Registo Civil e Predial. Corpo térreo: Tribunal Judicial, Repartição de Finanças e Tesouraria da Fazenda Pública³.



Foto Joaquim Saial

DESCRIÇÃO: O edifício mostra no todo arquitectónico, a unidade imposta pelo plano integralmente cumprido do caderno de encargos, de responsabilidade do mestre elvense José Francisco de Abreu, oficial de pedraria muito competente, que pelos anos seguintes, praticamente fixado na vila, nela deixou obras artísticas de grande merecimento, sobretudo no Panteão dos Agostinhos e no santuário mariano de N.^a S.^a da Lapa.

Implantado em ponto dominador da antiga Praça Nova de S. Bartolomeu, com faces libertas para o primitivo TERREIRINHO DOS AÇOU-GUES DOS CLÉRIGOS e para o quintal da Câmara, encimado este pelo desadornado campanário de alvenaria do sino de correr (actual casa dos tabuleiros do mercado), a fachada axial olha ao noroeste, dominada por majestosa empena, com teoria regular de dez balcões de sacada, adintelados, nos sobrados, e nove portas e janelas nas lojas, grupo do tipo de bandeira integrada, para melhor iluminação interior. Rodapé e friso alto, graníticos, este separando a cornija, abraçam todo o pavilhão, que é coberto por telhado de quatro águas e angularmente protegido por cunhais de aparelho almofadado e de cinta fendida, enobrecidos, junto da arquitrave, pelos escudos de armas do reino, ao oriente e no oposto, da vila, cinzelados ambos em mármore branco. Aquele esteve alguns anos despojado da coroa, no período mais aceso das lutas políticas após a implantação da República.

Os balcões do andar nobre estão protegidos por sacadas férreas, batidas, de balaústres cilíndricos e anelados, com esferas terminais, sendo os dois últimos voltados para a Igreja da Misericórdia, de grades modernas, em substituição das antigas, da Cadeia.

A portada principal rasga-se em assimetria no bloco construtivo, disposta em arco ligeiramente abatido e seccionado em meias canas nascentes de golfinhos geminados e fecho de tabela ornamental. Duas pilastras perspectivadas, de capitéis palmares, suportam o frontão de opulentas vieiras estilizadas, de volutas com enrolamento, centrando uma cartela de lambréquim barroco, com a inscrição laudatória, latina, da fundação:

IOSEPHVS I.
PORT.ET.ALG.REX FIDELISS.

³ Lembramos ao leitor que este texto foi publicado em 1978. Desde aí, diversas alterações se verificaram nas valências do edifício – por exemplo, a transferência do Tribunal para novo espaço, feito de raiz (nota da Redacção de *Callipole*).

P.F.A.
DVCE BRIGANT.
MARIA BRASIL.PRINCIPE
PATRIS O.M. MAIORE NATV FILIA
COLLECTA E SOLITIS ISTIVS TERRITORII
CABELLARVM
VECTIGALIBVS OPERIQ.ATRIBVTA PECVNIA
VETERIS
SENATVS PVDERIBVS AMPLIATAE ARCI
SVBSTRACTIS
NOVVUM HOC
IVSTITIAE AVGVSTALE
PONI IVSSIT
ET
IVRI DICVNDQ
FORVM STATVI
ANNO A PARTV VIRGINIS
M.DCC.LVII.



Foto Joaquim Sáral

As necessárias obras de adaptação dos serviços públicos modificaram bastante, no nosso século, a distribuição das dependências térreas da Câmara, as quais foram destinadas, inicialmente, a TRIBUNAL JUDICIAL e suas dependências. Era considerada a melhor casa do corpo

inferior e serviu de Celeiro Comum ou casa do trigo. Diminuída nas proporções originais, pois ocupava todo o espaço correspondente às duas primeiras janelas da frontaria e a ala dos quintais laterais e posterior, está ocupada pela Sala das Audiências e por anexos da mesma, que se prolongam através de cubículos que serviam para arrecadações camarárias e de acomodação das forças policiais e de infantaria do serviço das feiras concelhias. A teia de mármore branco, de balaústres esquinados e pilastras terminais, veio da sala das sessões do município.

A Secretaria do mesmo departamento ocupa o antigo AÇOUGUE DA CARNE, que no ano de 1877 sofreu importantes beneficiações no seu interior, com revestimento pavimentar, de lajes marmóreas (parte subsistente) e lambrequim azulejar ultimamente desaparecido, por recolha de despojos do convento de S. Paulo.

O corpo seguinte, também de porta para o exterior – hoje Repartição de Finanças do Concelho –, era o AÇOUGUE DO PEIXE, incluindo as duas derradeiras janelas de peitoril, outrora fortemente gradeadas da enxovia inferior. Parte da mesma Cadeia está adaptada a Tesouraria da Fazenda Pública – para a Rua do Cambaia –, com a grande casa da guarda militar ou paisana, que teve um espaçoso arco redondo, formando dois tramos, actualmente obstruídos.

Transposto o largo vestíbulo térreo dos Paços, fechado por abóbada de penetrações e pavimento de cantaria grossa, do sítio, alcança-se a escadaria de dois lanços bem proporcionados, com seu amplicíssimo arco apilstrado e de volta plena, tendo os prospectos, na correspondência do rodapé, outrora caiados de branco, actualmente recobertos por silharia azulejar imitando o padrão rococó de folhagem e albardadas de azul e branco. É obra moderna do tempo do presidente da Câmara capitão Ramalho Ortigão (década de 1930).

O andar principal sofreu menores atropelos na divisão, mas perdeu todas as composições murais dos fundamentos, como veremos.

Alcançado o patamar fronteiro, que se rasgou com novo lanço de escadas em tempos do administrador bacharel Joaquim Tainer de Moraes, vê-se uma portada de mármore, com lintel e jambas direitas, de fins do quinhentismo, ali colocada no ano de 1863, por aproveitamento da demolida ermida de S. Sebastião, guarnecida, posteriormente, pelo escudo de armas municipais, também de pedra local, executado pelo marmorista mestre Pedro (c.^a de 1940). Esta face está utilizada pelo Registo Civil. No século passado servia os Tribunais da Administração do Concelho e Repartição da Fazenda Nacional, mas anteriormente esteve integrado nas dependências da Aposentadoria dos delegados da Coroa.

A sala vaga, sobranceira, de abóbada de barrete de clérigo, também com escalinata de mármore, iluminada por duas janelas da fachada, comunica, pela banda esquerda, com a Biblioteca e pela paralela com a Secretaria da Câmara.

O primeiro corpo foi concebido para APOSENTADORIA DOS PROVIDORES E CORREGEDORES DA COMARCA, e esteve longos anos mobilado a cargo da Câmara⁴. No ano de 1819, com licença real, sofreu uma grande adaptação para ser atribuída a residência do Juiz de Fora Lopo José Pereira e Moura, mas pouco depois de 1836 a grande sala voltou às suas dimensões originais para nela se instalar a Biblioteca do Povo, decorada com as grandes estantes aproveitadas da Livraria monástica de Santo Agostinho, que havia sido doada em 1825 pelo

tenente-coronel Cristovão Avelino Dias, primeiro a esta casa religiosa e depois, respeitando a sua vontade testamentária, ao fundo cultural do concelho calipolense⁵.

No ano de 1860, outra alteração substancial se fez na vasta sala, que se dividiu pelo meio, ficando no corpo posterior a Biblioteca, somente, e na face da entrada a Secretaria Municipal, esta iluminada pelas duas janelas de sacada da Praça e mais uma de peitoril, que deita para o quintal do sino de correr (hoje obstruída).

A actual Secretaria ocupa o antigo AUDITÓRIO DOS JUÍZES DE FORA e cumulativamente a Sala de Audiências dos Juizes de Direito e do Ordinário, das mais belas dos Paços, dantes ornamentada, no fundo, sobre a Cadeira do magistrado, com o escudo de armas reais de Portugal. Estava composta com dignidade, e o seu recheio mobiliário, em 1880, ainda conservava muitas peças da época da fundação de 1756: mesas de escritvães, bancos de espaldar em alto escabelo, destinados ao delegado da procuradoria-geral da Coroa e advogados; e ainda outros bancos encoirados e de espaldar, mais baixos, para os jurados e membros do Conselho de Família, e mochos singulares para os réus.

A sala mantém as proporções originais, de planta rectangular e alto pé direito, com cobertura de penetrações, portas e janelas com bates leves ligeiramente almofadados e com reforço de pregaria estanhada. A presente teia, marmórea, que separava o tribunal do povo, composta por balaustrada de base quadrada, em pers-

⁴ Conhece-se o contrato de execução de um serviço de estanho para a mesa da Aposentadoria, celebrado no dia 15 de Março de 1787, entre a Câmara e o fundidor António Rodrigues Prates.

⁵ A Biblioteca teve como primeiro conservador e simultaneamente continuo, o ex-frade Agostinho Inácio Moreira, que elaborou o primeiro catálogo manuscrito, no ano de 1841, e teve, na arrumação dos livros, o concurso de alguns homens ilustres da vila: Caetano Alves, avô do Pintor Henrique Pousão; Cristóvão Maria dos Santos e Fr. Joaquim da Veiga.

A abertura pública do estabelecimento cultural verificou-se no dia 31 de Dezembro de 1842. Outro zelador extremoso foi o escrivão da Câmara Manuel Maria Matroco.

Desaparecido o catálogo primitivo durante as vultuosas obras de 1860, Agostinho Augusto Cabral solicitou o auxílio do P.^o Joaquim da Rocha Espanca, então prior da freguesia de S. Bartolomeu, o qual, auxiliado pelo P.^o Joaquim Inácio Tarana, elaborou o novo repertório, ainda subsistente, que dividiu em quatro volumes manuscritos e um quinto de duplicados, que registou, depois das perdas anteriores, um núcleo de 3204 obras impressas, incluindo 246 vols. de duplicados, dos sécs. XVI-XIX.

Ulteriormente, outros livros antigos e modernos, com interesse bibliográfico, aumentou o recheio da Biblioteca. Do seu fundo geral, também constam os dois volumes mss.: Noticiário de Vila Viçosa, do Dr. Francisco Nunes Pousão, oferecidos pelo seu primo M. Matroco; cinco vols. das Memórias de Vila Viçosa, do P.^o J. Espanca, obra máxima sobre a história calipolense (1874-1882) e as Poesias, inéditas, do Pe. Figueiredo e Maio, prior da Matriz de Borba.

pectiva, parece excrescência feita em fins do séc. XIX, talvez recolhida do coro da igreja de S. Paulo, porquanto a primitiva, segundo diz o P.^o Espanca, era feita de cancelos de pau. Ligada por portais adintelados, de pedra branca do sítio, com a dependência anterior e a primitiva sala livre dos contínuos e serventes, comunica, também, de seguida, com o Salão Nobre ou Sala das Sessões da Câmara, antigo CONSISTÓRIO DO SENADO. De dimensões iguais à anterior era outrora e do mesmo modo, dividida em duas partes – a da entrada, para o povo e requerentes, e a segunda, elevada em dois degraus, para a Vereação, com sua mesa e cadeiras de altos espaldares encoirados e bancos também de espaldar correndo pelas paredes e destinados, essencialmente aos nobres é misteres que constituíam o antigo Conselho Municipal ou gente da governação da vila, mantém, hoje, apesar do seu pretensso aparato, grande segura ornamental.

A sua riqueza decorativa era de tal maneira condigna das tradições artísticas e culturais da vila, que mereceu ao cronista Padre Espanca a seguinte apreciação exarada em 1882: “Os ornamentos desta sala Consistorial do Município são dignos dela e da Cúria dum povo ilustre; e pena é que não tenham os Vereadores moderanos mandado retocá-los visto que o precisam.”

E mais adiante, referindo-se aos trabalhos artísticos, pictóricos, da responsabilidade do Ouvidor da coroa Miguel de Oliveira Guimarães e Castro, afirma que na... obra se esmerou em deixá-la digna de si e da terra em que era erigida.

Constava deste recheio sumptuário, além do mobiliário próprio, julgamos que coevo de D. José I, um núcleo de cinco panos de Arrás, naturalmente mais antigo e quiçá do património quincentista da Câmara, representando episódios alusivos às justiças terrenas: Débora ministrando justiça aos hebreus no Monte Ephraim; Moisés e seu sogro Jethro no Mar Vermelho, esco-

lhendo o conselho de Juizes do povo (tapete notável pelas dimensões e pela figuração de extensíssima fileira de litigantes israelitas, abarbadados uns nos outros aguardando a vez de exporem os seus pleitos); Justiça de Salomão na disputa do menino pelas duas mulheres; O Julgamento de Susana, e, finalmente, Samuel concedendo justiça a vários requerentes de cabeças descobertas e arrimados aos seus bordões. Todos os panos de armar possuíam, em filacteras tecidas, inscrições latinas, apropriadas, algumas de difícil leitura pela pronunciada ruína das bordaduras.

Pendentes dos alçados da sala, estavam, ainda, um brasão de armas da vila, sustentado pelo Anjo Custódio do Reino, e o retrato de D. José I, pintado a óleo sobre tela, como fundador dos Paços (de que subsistem fragmentos recolhidos no Arquivo).

O tecto estava, do mesmo modo, decorado artisticamente com pinturas e fresco, de autor desconhecido, onde preluziavam entretecidos com ornatos musicais, temas civis, guerreiros e naturalistas, da mais expressiva manifestação barroca e ainda as figuras da FAMA, voando e tocando uma trombeta; a JUSTIÇA, de espada e balança; a TEMPERANÇA, manuseando as rédeas de um freio; a CARIDADE, afaçando crianças; a PRUDÊNCIA, de serpente na mão, e a FORTALEZA, de cabeça acastelada.

Perdida completamente esta curiosa composição de pintura alegórica, no eixo da cobertura se fez, de óleo, modernamente, o escudo da casa real brigantina saído das mãos do pintor-decorador borbense Manuel da Silva Rato. As bandeiras das portas, setecentistas, conservam os espelhos solidários, originais.

O actual Gabinete do Presidente da Câmara, fazia parte integrante da Cadeia, assim como os anexos que correm na frente do antigo TERREIRINHO DO AÇOUGUE DOS CLÉRIGOS⁶, in-

⁶ Este açougue particular de carne e peixe dos clérigos da Colegiada Ducal, situado no adro de S. Bartolomeu, na faceira da boca das Ruas de Trás e do Cambaia, foi alcançado por D. Teodósio II, em alvará passado por Filipe II, em 8 de Julho de 1623 e funcionou até 1834. No ano de 1870, a Casa de Bragança aforou o imóvel, do seu património, a Francisco José Farrifa, que lhe subiu frontaria de três janelas de peitoril, para habitação rentável.

cluindo o Cartório-Arquivo Municipal, moradia do carcereiro, prisões celulares de homens e mulheres e a CASA FORTE.

De uma janela dantes gradeada, nos domingos e dias de preceito, assistiam os presos à santa missa celebrada em seu benefício no PASSO sobranceiro, encostado à fachada lateral da Igreja da Misericórdia.

Do mobiliário antigo dos históricos Paços do Concelho, pouquíssimo escapou aos constantes atropelos da incultura estética das vereações dos primeiros anos da presente centúria, pelo que somente anotamos os seguintes objectos dignos de serem referenciados neste INVENTÁRIO.

BIBLIOTECA. Núcleo de seis cadeiras de costas altas – tipo de lira – pintadas de vermelho, com assentos fixos, pernas recurvas, entalhadas e douradas, e pés de garra capripede. Época de transição D. João V - D. José I; Mesa, de madeira de castanho, igualmente pintada de vermelho, com tampo ondeado e pernas de balanço, do conjunto anterior. Comp. 2,10 x alt. 80 cm; larg. 90 cm; Caixa-padrão de pesos, de bronze fundido, da reforma manuelina, decorado pelo escudo real, duas esferas armilares, bestiário-pega, punções de Lisboa e a inscrição gótica rebordando duas linhas concêntricas:

ME + MANDO + FAZERE + DOM + EMANVEL + REI + DE + PVRTUGAL + ANO + D. + 1499.

GABINETE DO PRESIDENTE. Relógio de caixa alta, com mostrador de metal esculpido. Modelo inglês de pêndulo e pesos exteriores. Séc. XVII. Muito curioso; Dois bufetes, de pau-santo, de tremidos e torneados. Estilo clássico português dos sécs. XVII-XVIII; Escrivaninha, de prata branca, constituída por seis peças de rebordo perolado; tabuleiro, em oval muito pronunciado, assente em bases capripedes, estilizadas; campainha, tinteiros e areiro. Época de D. Maria I. Marcas de Lisboa, último quartel do séc. XVIII até 1804. Dimen. máx. 32 cm; tinteiro,

de latão amarelo, formado por quatro peças: bandeja, tinteiro, areiro e porta-pena, de base circular, lisa. Peça do tempo de D. José I. Decerto da inauguração do novo edifício. Diâm. 32 x 19 cm;

«Retrato da prima», *grisaille* de Henrique Pousão, datada, 1869. Pertenceu ao benemérito médico calipolense Dr. João do Couto Jardim. Alt. 28 x 21 cm.

BIBLIOGRAFIA

ESPANCA, P.º Joaquim José da Rocha. *Memórias de Vila Viçosa*, vol. IV; *Compêndio de Notícias de Vila Viçosa*;

ESPANCA, Túlio. “Evolução Artística dos Paços do Concelho de Vila Viçosa”, in *A Cidade de Évora*, n.º 56.

UMA VISÃO ACTUALIZADA DOS PAÇOS DO CONCELHO DE VILA VIÇOSA

Manuel Lapão

Levantado na segunda metade do século XVIII sobre a terra a tremer, continua hoje, tal como há 250 anos, sólido e a permanecer o (e no) centro. O centro da vila não mudou e uma das razões é porque ele está bem ancorado e fundado por este edifício.

Continua assim, dominante pela representatividade de funções e pelo seu carácter nobre (valor arquitectónico, escala, construção) reservando contudo uma aparência monolítica e estática.

A abertura das Avenidas (Duarte Pacheco, anos 40) alterou radicalmente a escala do espaço público preexistente – a Praça Nova –, cujo protagonismo dominante era assegurado pelo monumental edifício dos Paços do Concelho.

A sua nova integração numa longa avenida-alameda alterou-lhe a escala e passou a figurar

Foto Joaquim Saial



Brasão antigo de Vila Viçosa

num plano de fachada contínuo, focalizado agora pelos pontos de fuga extremos – respectivamente, o castelo e a igreja de S. João Evangelista⁷.

Era na Praça Nova que toda a vida social colectiva se passava (e se passeava) das festividades ao comércio e mercados de levante. O próprio edifício dos Paços do Concelho assegurava apoio logístico e serviços complementares (açougue, recolha de bancas, limpeza, etc.)

Com esta abertura, perdeu-se assim o ‘terreiro’ do Paço do Concelho.

Neste sentido perdeu, ao longo dos 250 anos de vida que leva, algum do seu protagonismo.

Ao contrário do piso superior (nobre) que na generalidade sempre tem mantido as mesmas funções – administração, secretariado, arquivo, salão nobre, presidência, etc. –, o piso térreo tem funcionado como uma plataforma, reflexo da evolução das funções e serviços públicos prestados.

A sociedade, os hábitos de consumo, a natureza e dimensão dos serviços (em número e complexidade) muito mudaram. Nesta casa, também diversas modificações se fizeram sentir: por ali passaram estabelecimentos comerciais,

apoio de mercado, casa do povo, cárcere, serviços de tesouraria, de obras e de administração urbanística e juntas de freguesia, assim como outros serviços públicos da administração central, por exemplo, o Tribunal e as Finanças.

PROSPECTIVA

As novas competências das autarquias, em geral transferidas da administração central ao longo dos tempos, a complexidade e a dimensão dos serviços têm nas últimas décadas implicado novas estruturas orgânicas, a autonomização dos serviços e a sua conseqüente localização fora dos edifícios sede centrais. É incontornável que assim seja.

Esta evidente incapacidade física, neste caso ainda mais relevante, dada a grande limitação espacial do imóvel e inflexibilidade funcional, implicam sempre um cíclico processo de reordenamento e expulsão de serviços.

Se bem que ter ‘à mão’ os serviços de administração urbanística, por exemplo, será sempre uma boa ocupação, não podemos deixar de considerar que, a curto prazo, dado o aumento exponencial daqueles, a sua saída acontecerá, tal como em outros similares, para edifício autónomo.

É um movimento, dir-se-ia natural, de procura de sintonia com as dinâmicas da sociedade contemporânea.

Ao processo de expulsão, contrapõe-se o oposto de assimilação.

Parece assim fazer sentido integrar outras valências emergentes, de carácter cultural e representativo do concelho.

No limite, tendencialmente, abrir-se-ão novos espaços de comunicação. Não os funcionais e administrativos de prestação de serviços em que o ‘cliente’ é sempre passivo, mas outros de carácter representativo e evocativo do

⁷ Também chamada de S. Bartolomeu, por ser sede da freguesia do mesmo nome, ou Colégio, neste caso, por memória jesuíta.

concelho, interactivos por natureza, onde a informação e participação cívica podem ganhar protagonismo.

O valor único deste imóvel, enquanto protagonista urbano e social, reserva-lhe um papel mais interactivo com a sociedade.

A hipotética libertação de todo o piso térreo, poderia dar início a uma nova etapa deste imóvel na vida colectiva de Vila Viçosa: do mercado, à participação e à cultura.

A sua salvaguarda garantirá sempre a melhor sala de representação do concelho.

EXERCÍCIO DE PROGRAMA (4 DIMENSÕES)

Uma dimensão pública supra-regional, através de um 'posto de turismo' em sentido lato, integrando informação, orientação e conhecimento do concelho direccionada para diversos públicos, assegurando também a venda de artigos e publicações.

Uma dimensão instrumental e estratégica pela exibição de exposições públicas das diversas propostas de intervenção cívica e em particular dos instrumentos de administração urbanística (nas várias fases) com especial relevância para o 'Centro Histórico' e PDM, utilizando diversos suportes, nomeadamente digitais interactivos. Procurar uma maior participação, directa, com a população, assegurando também um maior envolvimento e participação nas opções, objectivos e compromissos colectivos, parece ser um importante desígnio para este imóvel.

Uma dimensão cultural, evocando o relevante papel na história nacional e a história urbana, a sua interpretação e ponto de partida para a descoberta e experiência viva, são igualmente campos incontornáveis de identidade do concelho e em particular da vila que aqui poderiam ter assento.

Por outro lado, é também este o palco privilegiado e único para a evocação permanente da

prolífica cultura calipolense, a começar pela obra de Florbela Espanca e de Henrique Pousão.

Uma dimensão patrimonial, passa pela recuperação e renovação do imóvel. Para além



Foto Joaquim Saial

Armas nacionais (época monárquica)

das questões urgentes de carácter infra-estrutural, igualmente importantes, esta operação poderia traduzir-se numa intervenção de requalificação do imóvel que se apresenta com uma fachada poderosa, com destaque para o portal de entrada, cantarias, cunhais, ritmo dos vãos, hierarquia dos pisos, etc., mas que se revela no entanto pouco interessante no espaço interior nomeadamente no complexo e desequilibrado movimento das escadas, na luz e na relação com o exterior. Parece uma planta 'cega', sem outro alcance que o funcional.

Já reformado na década de 30, continua no entanto desconfortável ao nível das acessibilidades e com uma presença e expressão 'dura' e fechada.

Igualmente a expressão arquitectónica da cobertura 'pesada' e do piso térreo 'fechado'

poderiam com vantagem ser revistos, através de um programa reformista como o atrás exposto, de abertura e exposição ao exterior.

À preservação do extraordinário porte palaciano deverá associar-se também uma constante procura de adequação do imóvel aos va-

lores culturais contemporâneos, assim como a serviços públicos modernos que possam reflectir e acompanhar a vida económica, cívica e cultural do concelho garantindo deste modo uma alavanca única para o seu desenvolvimento, visibilidade, grandeza e representatividade.

Breve nota sobre a presença de *O Sobreiro, Paisagem Alentejana*, de D. Carlos de Bragança, na V Exposição Internacional de Arte de Barcelona, em 1907

Joaquim Saial

O *Album Salon*¹ é, como se diz na capa, a primeira revista ilustrada espanhola a cores. Não totalmente, mas com 26 imagens a duas páginas (uma das deste tipo ostenta três imagens em simultâneo), 38 a página inteira e 4 com algum texto, ou seja, cerca de 70 a cores, contra quase 170 a preto e branco – estas, em geral, de pequena dimensão. Era editada por Miguel Seguí, na Rambla de Cataluña, 126, Barcelona. Isto em 188 páginas, no exemplar que nos interessa, o de 1907, de há 100 anos, 10 após o primeiro da série.

A página 70, a revista dá desenvolvida conta da V Exposição Internacional de Arte que na altura se estava a realizar na cidade², organizada por uma comissão reunida para o efeito, no Palácio de Belas Artes. Foram citados no discurso do Sr. Sanllehy, presidente do Ayuntamiento³, países como Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e Itália, como estando presentes, mas não Portugal e Japão «cujas obras não chegaram ainda, mas que chegarão de um momento para o outro».

Sanllehy, que no seu discurso agradecia às diversas entidades que se haviam comprometido a comprar obras e às figuras da área da decoração que gratuitamente haviam feito os arranjos das salas, era algo premonitório quanto ao futuro da sua cidade, declarando: «Barcelo-

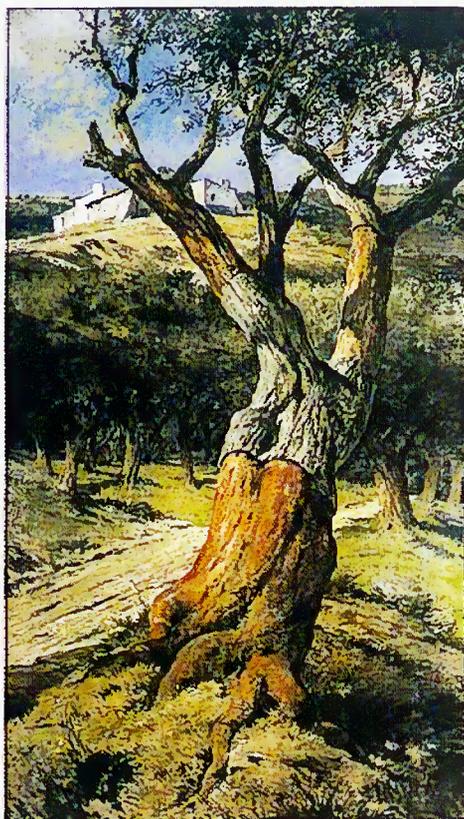
na realiza com este certame de artistas espanhóis e estrangeiros um acto de enorme cultura que honrará a nossa cidade e toda a Espanha e que provará uma vez mais que aqui, hoje como em épocas longínquas, nos nossos dias como na Idade Média, o sentimento artístico e literário marcham em harmonia com o sentimento de progresso e de avanço industrial; e que agora, a par do renascimento artístico, literário e científico que se vem notando de há alguns anos para cá, a nossa cidade, apesar das contrariedades com que tem de lutar, marcha e prossegue, e tudo faz augurar que quando terminarem as grandes obras, começadas umas e preparadas outras, será uma grande urbe industrial e operária e ao mesmo tempo um grande centro de cultura (...)

É pois numa Barcelona em ebulição cultural que tem lugar a V Exposição Internacional de Arte, motivo deste texto. O que a revista nos apresenta em 28 fotografias de meia página, pintura naturalista de paisagem, género e retrato, parece não diferir muito do que se fazia em Portugal pela mesma altura, abstraindo naturalmente Amadeo, Almada e o inefável Santa-Rita Pintor, ou em paragens parisienses o espanhol Pablo Picasso – este, que entre 1895 e 1904 vivera intermitentemente na cidade catalã, agora por França, a braços com umas *De-*

¹ *Salon* na capa, *Salón* nos textos.

² No texto diz-se: «A inauguração oficial, que teve lugar no passado sábado, dia 20...». Neste ano de 1907 só houve dois sábados, que calharam em dia 20: um em Abril e outro em Julho. A capa da revista apenas refere o ano de 1907 e a data de ficheiro na Biblioteca Nacional de Espanha (edição digitalizada) é a de 1. Janeiro.1907 (!).

³ Câmara Municipal.



O Sobreiro, Paisagem Alentejana – D. Carlos de Bragança, 1905, Paço Ducal de Vila Viçosa

moiselles d'Avignon que com estes materiais barceloneses nada tinham a ver... Ou seja, o tipo de pintura e escultura e a maneira amontada e sufocante de a exibir são quase idênticos ao que no género se encontra, entre outros, nos catálogos da lisboeta Sociedade Nacional de Belas Artes e nos jornais dessa época.

Que nomes sonantes ali tinham então obras? Na secção belga, havia uma sala exclusivamente dedicada ao escultor Meunier, com gessos e bronzes em forma de baixos-relevos, estátuas e

bustos, para além de algumas estatuetas; na francesa sobressaíam um tríptico de Puvis de Chavannes e a estátua *Idade do Bronze*⁴, de Rodin – a que tivera o ferrete de ter sido feita a partir de molde vivo, anátema apenas eliminado com uma encomenda da peça feita pelo Estado francês, em 1880; na inglesa, podemos salientar quadros do pré-rafaelita Burn-Jones e de Whistler; na espanhola, duas salas dedicadas a Zuloaga, ambas “decoradas” com uma escultura de Rodin... Não é citado Pablo Gargallo, mas parece que o seu *Yo Pecedor*⁵ também se expunha no Palácio de Belas Artes.

E Portugal? Ao nosso País apenas era dedicada escassa foto⁶ de uma sala onde se podem ver alguns exemplares de pintura e um de escultura. Mas essa raríssima e significativa foto evidencia o pastel sobre cartão *O Sobreiro, Paisagem Alentejana*, de 1905, de El-Rei D. Carlos de Portugal. Tratava-se pois de obra recente (com cerca de dois anos), do monarca que viria a ser assassinado em 1 de Fevereiro do ano seguinte ao da mostra. Dada a notória singularidade do documento, ele aqui fica, como contributo para a fixação da ocorrência no historial artístico de um Rei que tanto amava Vila Viçosa, terra em cujo Paço Ducal o quadro ainda hoje pode ser visto. Desde sempre gabada pela superior qualidade técnica, esta «peça notável na pintura portuguesa do tempo»⁷ representa de modo vivíssimo, pleno de energia plástica, dir-se-ia quase humanizado, uma das mais comuns árvores alentejanas – tornada aqui, através deste telúrico sobreiro, dramática e sensualmente retorcido, em autêntico ícone de toda a grande província do Sul.

No catálogo «Arte Portuguesa do Século XX», que ilustra a exposição do mesmo nome

⁴ Inicialmente conhecido como *O Vencido e Homem Despertando para a Natureza*, só a partir do Salon de 1877 passou a ter a designação de *A Idade do Bronze*.

⁵ <http://cmisapp.zaragoza.es/ciudad/museos/es/gargallo/obras/gargallo.htm>

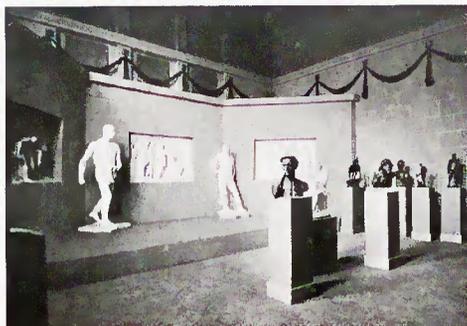
⁶ A nota alusiva ao atraso da chegada da participação portuguesa a Barcelona – que no início deste texto reproduzimos – não terá sido actualizada aquando da publicação da peça de reportagem. Embora o alcaide tenha dito isso, a foto já as mostra penduradas na parede.

⁷ FRANÇA, José-Augusto. *A Arte em Portugal no Século XIX*, vol. 2.º, Livraria Bertrand, Lisboa, 1966

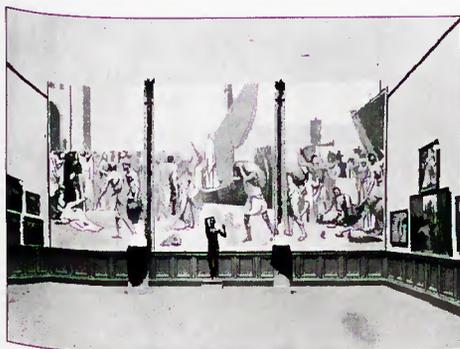
realizada na antiga galeria de pintura do Rei D. Luís do Palácio da Ajuda, Lisboa, de Março a Maio de 1988⁸, embora se fale de participações internacionais da obra carlista⁹ não é referida a exposição de Barcelona no percurso biográfico do Rei. No recente, a todos os títulos brilhante¹⁰ e de há muito necessário livro «El-Rei Dom Carlos, Pintor. 1863-1908», indica-se que o quadro recebeu uma Menção Honrosa em Barcelona, mas não em que exposição ou circunstâncias.

Tratava-se, pois, de acontecimento algo esquecido ou incompletamente lembrado esta presença do famoso *Sobreiro* em Barcelona – que agora aqui se recupera e da qual se relatam mais alguns pormenores, os possíveis.

Na legenda da fotografia do *Album Salon* dizia-se que na sala se podiam ver quadros do Rei D. Carlos, da rainha D. Amélia (talvez os dois pequenos – aguarelas? – que estão sob o *Sobreiro*), de Malhoa, Carlos Reis, A. Prat (?),



Secção belga: sala dedicada ao escultor Meunier



Secção francesa: ao centro, *A Idade do Bronze*, de Rodin



Outro aspecto da secção francesa

⁸ A qual fora vista com enorme sucesso no Museu do Petit Palais, em Paris, de 20. Outubro.1987 a 3. Janeiro.1988, sob o título «Soleil et Ombres» – ambas organizadas pelo Prof. José-Augusto França. O autor deste texto foi um dos três mestres em História da Arte que realizaram visitas guiadas durante todo o tempo da exposição de Lisboa, sempre com grande afluência de público. Também pertencentes à Fundação da Casa de Bragança, estavam expostos os quadros *Retrato do Príncipe D. Luís Filipe* (José Malhoa, 1892) e *Dançaína ou Mulher de Preto* (José de Brito, c. 1891). De Henrique Pousão, provenientes do Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto, exibiram-se oito quadros: *Paisagem – Saint-Sauves* (1881), *Cecília* (1882), *Senhora Vestida de Negro* (1882), *Casas Brancas de Capri* (1882), *A Casa das Persianas Azuis* (1883?), *Escada em Ruínas*, *Parede e Degraus* e *Rua de Capri* (estes três, entre 1882 e 1883).

⁹ Exposição Industrial de Lisboa (1888), salões do Grémio Artístico (década de 90), Exposição Universal de Paris (1900), Sociedade Nacional de Belas Artes (de 1901 a 1906), Exposições Internacionais de St. Louis e Rio de Janeiro (1904 e 1908).

¹⁰ SILVA, Raquel Henriques da e MONGE, Maria de Jesus. *El-Rei Dom Carlos, Pintor. 1863-1908*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 2007. Trata-se de obra fundamental para a compreensão do trajecto artístico do Rei-Pintor, pela qualidade dos textos e profusão de ilustrações, quase 600, a maioria a cores. Comparativamente com a de Barcelona, deve ser observada a fotografia da p. 104 deste livro, em que se vê o quadro numa exposição da Sociedade Nacional de Belas Artes, Lisboa, em 1905 (a SNBA fora fundada em 16. Março.1901).

Joaquim Saial

Colombo (sic, Columbano, ao que supomos) e esculturas de Costa (Tomás Costa?). Haveria outros participantes portugueses, pois descobrimos uma indicação relativa ao escultor Costa Mota (Sobrinho)¹¹ que para isso aponta. O quadro (ou um dos quadros) de José Malhoa, imediatamente à esquerda do *Sobreiro*, é *Amanhã os Arranjarei*, óleo sobre tela, não assinado e não datado, que em 1983 estava na posse do Dr. Arnaldo Brenha, no Rio de Janeiro. Na sec-

ção «Quadros nas Exposições» do catálogo da grande mostra retrospectiva editado por ocasião do cinquentenário da morte de José Malhoa, desse mesmo ano¹², e para a data de 1907, este quadro não é dado como tendo estado em Barcelona.

Existe na Biblioteca de l'Ateneu Barcelonès um catálogo desta exposição¹³, que não conseguimos consultar e decerto poderá ampliar bastante as informações aqui trazidas.



Secção portuguesa, vendo-se o quadro de D. Carlos

¹¹ Site do Museu Nacional do Azulejo, Lisboa – www.mnazulejo-ipmuseus.pt

¹² CINQUENTENÁRIO DA MORTE DE JOSÉ MALHOA (vol. «Pintor de Costumes, de Paisagem e de História»); publicou-se outro volume, intitulado «Pintor de Retrato»), ed. do Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, 1983.

¹³ <http://biblioteca.ateneubcn.org/ateneu/es/consulta/registro.cmd?id=56935>

A influência do Impressionismo na dança moderna¹

António Cadima

O desenvolvimento das artes nem sempre se processa de uma forma sincrónica. Não é possível em determinados momentos históricos, e até talvez não seja desejável, encontrar simultaneamente as mesmas linhas estéticas que habitam um determinado projecto numa outra forma de expressão artística.



Isadora Duncan

Contrariamente à opinião de Marinetti, que no «Manifesto da Dança Futurista» de 1917 defende que Isadora Duncan se encontra próxima do universo impressionista, consideramos que

não existe uma dança impressionista. O que não significa que o Impressionismo não tenha influenciado indirectamente os grandes pioneiros da dança moderna. A *décalage* existente entre os dois eventos (o Impressionismo nas artes plásticas emerge sensivelmente no último quartel do século XIX e a dança moderna no dealbar do século XX) não impediu que o Impressionismo, de uma forma pouco ruidosa, em flagrante contraste com o *modus faciendi* das vanguardas do princípio do século XX, deixe, pelo seu questionamento, marcas indeléveis no pensamento, na arte e na cultura do seu tempo.

Aos valores reinantes desde o Renascimento (um olhar centrado sobre a tradição, sobre aquilo que é perene, imutável e eterno), o Impressionismo contrapõe o regresso à natureza e ao seu esplendor, à realidade multicor que fervilha lá fora, ao cavalete portátil, à apologia da transitoriedade, do instante, do momento, da(s) perspectiva(s). Este regresso à natureza, ao contacto com o ar livre, longe do ambiente claustrofóbico dos *Salons*, este olhar de um modo sempre novo, cativo de um tempo que se esvai e de um espaço mutante provocado pela centelha de uma nova luz, constitui, por um lado, a apologia de uma nova visão e, simultaneamente, uma contestação dos valores reinantes desde o Renascimento.

Aquilo que o Impressionismo questionou, a repetição de uma ordem secular/académica que se perpetuava e, por isso, definhava, e a

¹ Este trabalho é uma das comunicações presentes ao conjunto de conferências «Pousão e o Impressionismo», realizado no Cine-Teatro Florbela Espanca, Vila Viçosa, em Novembro de 2006. Não tendo chegado à *Callipole* em tempo útil, só agora foi possível publicá-lo. No n.º 14 da revista encontram-se os restantes. As imagens que ilustram o texto foram colocadas pela Direcção de *Callipole*.

afirmação (a outra face da moeda) de uma nova ordem emergente onde o momento, o aqui e agora, as *nuanças* que fragmentariamente inundam a realidade, as palpitações e fulgurações do quotidiano, nessa afirmação solene de que a vida não se deixa enclausurar em categorias definidas por um tempo morto (até porque este, e parafraseando um autor clássico, “é a imagem móvel da eternidade”), constituiu a grande lição impressionista, e foi assumido pela dança, mais tarde é certo, de uma forma inequívoca. Não era possível permanecer imune a essa febre revolucionária que abalou os alicerces estético/filosóficos sobre o qual se tinha constituído o edifício pós-renascentista.

II

Há lugares que têm a particularidade, e nalguns casos a fatalidade, de despoletarem situações de uma importância extrema para a História Universal. Lembremo-nos, por exemplo, no século XX, de S. Petersbourg, Paris, Hiroshima ou Sarajevo.

Esta história tem três personagens, passa-se algures na nascente ainda por descobrir do Nilo, e é importante porque nos relata o singular destino da dança no Ocidente. Duas das personagens são-nos familiares: uma é Livingstone, explorador a soldo do Império britânico que procura a nascente do Nilo e, simultaneamente, sedimentar o velho projecto imperialista de ligação do Cabo ao Cairo; a outra é Stanley, explorador favorito do mais sibilino dos imperialistas europeus – Leopoldo da Bélgica. A última das personagens é um indígena sem nome, sem rosto.

Quando Stanley encontrou Livingstone nas margens do rio formulou-lhe a célebre pergunta: ‘– Dr. Livingstone, I presume?’. O anónimo indígena, noutra ocasião, também não resistiu à curiosidade e quando avistou Livingstone perguntou-lhe: ‘– O que é que danças?’

Reparemos no modo diferenciado de questionar: um rosto com nome pergunta a outro rosto com nome pela sua individualidade, pela egoidade, pela singularidade – o nome como marca da pessoalidade; o rosto sem nome, o indígena, pergunta não pelo querido “eu”, mas pelo modo como o outro se relaciona com o mundo, com a transcendência, com a comunidade. A pergunta é enorme, convenhamos.

A origem etimológica do vocábulo dança (*Tanz*, em sânscrito), tensão, ilustra bem a pergunta do indígena e dá-nos conta ainda daquilo que foi a dança em tempos pretéritos – tensão no homem, tensão entre o homem, a natureza e os deuses, entre o homem e a comunidade.

Tensão quer dizer, utilizando uma metáfora estoica, não tanto atingir o alvo com a flecha lançada pelo arco, mas a persistência no lançamento. Porque o alvo é móvel e sempre novo, porque este exercício “eks-tático” de nos ultrapassarmos quotidianamente é sem fim, sem resolução, resta-nos a persistência no exercício. Esta saída de nós é ainda, e sempre, dado que a egoidade só se constitui na relação com outrém, tensão com a comunidade e com os “valores” espirituais que a suportam.

A dança não é só entusiasmo, sentimento de presença e partilha dos Deuses, nem graça. É também relação com a comunidade, com os outros homens – no trabalho, na folia, na alegria, na dor e na morte. Ela é a expressão da vitalidade de um povo, da relação fantasmática e criativa que os homens têm com o seu semelhante. Daí a afirmação lapidar de Confúcio: “Mostrem-me como dança um povo e eu vos direi se a sua civilização está de boa saúde”.

Como é visível na história precedente, a categoria que a dança sempre privilegiou foi a vida. A vida entendida, por um lado, nos vários ângulos que a realidade encerra, isto é, a relação “nua e crua” com uma realidade que não se esgota num olhar. Por outro lado, a vida compreendida e vivida como celebração, como um conjunto de rituais que nos permitam celebrar a existência nas suas múltiplas variáveis.

A dança perdeu paulatinamente, já durante o mundo grego, esta ligação com a vida. A história é conhecida: algumas mundividências, nomeadamente as de cariz platónico, sobrevalorizaram o pensamento como modo de acesso privilegiado à realidade, em oposição a esse compósito corpo/mente que a dança sempre valorizou.

O recalçamento do corpo, a que o judaico-cristianismo não é alheio, trouxe como consequência o “esquecimento” da dança como operador heurístico central na desocultação da realidade. A dança, porque o seu modo de expressão é o corpo, e com excepção das práticas profanas do imaginário popular, fica condenada, quanto muito, a desempenhar um papel marginal em todo este processo. Durante a Idade Média esta tendência intensifica-se e, a título de exemplo, ainda no século XVII era proibido sepultar em *campo santo* actores de teatro, pantomima ou dança².

O bailado clássico, nascido nas cortes italianas, desenvolvido no século XVI e codificado a partir do tempo de Luís XIV, no século XVII, num outro contexto histórico-social, vem, de uma forma parcial, restaurar a dignidade que a dança teve. Aquele, nas suas múltiplas accepções e tendências, torna-se, cada vez mais, menos criativo e mais académico, tendo como desiderato a perfeição técnica como um fim em si. Paulatinamente, transforma-se numa linguagem morta que expressa em formas estilizadas os rituais de corte e, posteriormente, com o advento do romantismo, evasão de uma realidade que nos esmaga. Todas as grandes temáticas dos bailados desta altura expressam justamente esta aspiração etérea, fantasiosa, a um “outro mundo” habitado de seres irreais

(faunos e fadas, seres seráficos; a mulher ideal, etc.) que não partilham connosco o drama da existência.

Ora, é precisamente este o estado da dança aquando da irrupção do Impressionismo. Não admira que, face a esta linguagem cada vez mais afastada do quotidiano, incapaz de dar conta do frémito que percorre toda a existência, os pioneiros tenham decidido, entre outras coisas, e em primeiro lugar, a recusa da técnica do bailado clássico. Isadora Duncan, apesar do apreço e admiração que nutria pelos intérpretes, nomeadamente a grande bailarina clássica Pavlova que apreciou aquando da sua visita a São Petersburgo, numa afirmação clara de que os caminhos que o bailado clássico trilhava estavam deslocados no tempo, afirmava: “sou uma inimiga do *ballet*, considero-o um género falso e absurdo, fora do domínio da arte.”³ Aquilo que Duncan anseava, “[...] uma dança que fosse, pelos movimentos do corpo, a expressão divina do espírito humano”⁴, nada tinha em comum com uma técnica e uma linguagem anquilosada e fossilizada⁵.

Foi contra este movimento que “separa claramente o corpo da alma” que Duncan pugnou – “É justamente o contrário destas teorias, aquilo sobre o qual fundei a minha escola, na qual o corpo se torna transparente, ele é apenas a manifestação da alma e do espírito.”⁶

Todos os pioneiros tentam descortinar uma técnica e uma linguagem que permita destronar o código abstracto inerente ao clássico e, simultaneamente, suportar uma nova expressão: o abandono das vestes típicas do clássico; os pés descalços, em contacto mais carnal com a terra, em oposição ao desiderato aéreo do clássico; a criação de espaços cénicos ao ar livre,

² Cf. Roger Garaudy, *Danser Sa Vie*, Éditions du Seuil, Paris, 1973.

³ Isadora Duncan, *Ma Vie*, Éditions Gallimard, Paris, 1932.

⁴ *Idem*.

⁵ “O centro, o foco, encontra-se no centro das costas, na base da coluna vertebral. É deste eixo, dizem os mestres do ballet, que partem os movimentos livres dos braços, das pernas, do tronco e o resultado dá a impressão de uma marioneta articulada. Este método produz um movimento mecânico, artificial, indigno da alma”. *Ibidem*.

⁶ *Idem*.



Mary Wigman

p. ex., na Acrópole (Duncan) e no Monte Verità (Laban e Wigman); o tactear em busca de um princípio a partir do qual pudessem ser erigidos os princípios básicos de uma nova linguagem. Duncan esboçou-os, mas esta tarefa foi realizada pelos seus sucessores: Rute Saint-Dennis, Ted Schawn, Von Laban, Marta Graham, entre outros.

Em segundo lugar, a recusa das temáticas que habitavam esse mesmo bailado clássico. Procuraram outras fontes de inspiração, à semelhança de outros movimentos estéticos europeus, particularmente nas artes plásticas, sempre tendo como referente a aludida ligação com a vida. Inspiraram-se na natureza e no mito (Duncan); nas danças orientais do Bali, da Indonésia e da Índia, em temáticas de cariz universal como forma de recuperar o profundo significado mítico-religioso das origens (Ted Schawn e Rute Saint-Dennis); no drama da existência e da guerra, e na criatividade como forma de catarse (Mary Wigman); recriando e expressando, através do movimento, os dramas que percorrem o indivíduo, o país e a época histórica (Marta Graham).

Em terceiro lugar, na relação da música com a dança. Esta, autonomiza-se em relação à música. Ou porque a música é feita de impro-

viso, recorrendo muitas das vezes ao corpo, pés e mãos, ou porque é feita simultaneamente ou *a posteriori*, ou porque recorre quase exclusivamente a outros cenários musicais, nomeadamente, a música africana e oriental.

Finalmente, a transformação da dança. De um espectáculo que visava quase exclusivamente o entretenimento e a diversão, os criadores da dança moderna foram capazes de restaurar aquele elo de ligação com a vida, há muito perdido⁷. Ao fazê-lo, trouxeram de novo para a ribalta aquela dimensão do homem ostracizada pela tirania de uma cosmovisão centrada num mundo que se deve evitar a todo o custo, mal frequentado por natureza, e do qual nos temos de evadir. A partir de agora, na linguagem sempre plástica e simbólica de Duncan, "Preparai-vos, Musas, para dançar de novo! Os nossos cantos vão acordar Diónisos e suas bacantes adormecidas."⁸

Em síntese, o que estes autores fizeram foi restituir a dignidade à dança, ligá-la com a vida, fazer do acto criador algo que reflecta os possíveis modos de habitar o mundo com autenticidade. Ao realizá-lo, romperam com uma tradição que assentava na defesa da perenidade dos valores e inscreveram-se numa corrente crítica dessa mesma tradição que tinha como

⁷ "A dança, a meu ver, tem por objectivo exprimir os sentimentos mais nobres e mais profundos da alma humana. [...] E constitui uma injúria ver nela somente um divertimento frívolo ou agradável." E mais à frente: "Foi à ressurreição desta arte perdida que é a dança que dediquei a minha vida." Op. cit.

⁸ Op. Cit.

autor de referência F. Nietzsche, autor recorrente em quase todas as vanguardas do princípio do século XX. Ao realizá-lo, ainda, prestaram tributo a essa vanguarda surda, como dissemos atrás. O Impressionismo, independentemente do seu valor intrínseco, que é aliás inquestionável, pelas suas propostas, e tomado de empréstimo uma expressão de Nelson Goodman, inaugurou 'modos de fazer mundo', e este legado, além de possuir um valor inestimável, é uma dívida que a arte e o pensamento têm para com o Impressionismo.

BIBLIOGRAFIA

BOUCIER, Paul. *História da Dança no Ocidente*, Livraria Martins Fontes Editora, São Paulo, 1987.

BOURGAT, Marcelle. *Technique de la Danse*, P.U.F., Paris, 1948.

DUNCAN, Isadora. *Ma Vie*, Éditions Gallimard, Paris, 1932.

GARAUDY, Roger. *Danser Sa Vie*, Éditions du Seuil, Paris, 1973.

LEVINSON, André. *1929 Danse D'Aujourd'hui*, Hubert Nyssen Editeur, 1990.

MICHAUT, Pierre. *Histoire du Ballet*, P.U.F., Paris, 1948.

PARTASCH-BERGSOHN, Isa e BERGSOHN, Harold. *The Makers of Modern Dance in Germany - Rudolf Laban, Mary Wigman e Kurt Jooss* -, Book Company, Publishers, Princeton, 2003.

NIJINSKY. *Cadernos - O Sentimento*, Assírio & Alvim, Lisboa, 2004.

WIGMAN, Mary. *The Mary Wigman Book*, Wesleyan University Press, Middletown, CT, 1975.

VÁRIOS, Marta Graham. in *Choreography and Dance*, vol. 5, part 2, OPA (Overseas Publishers Association), 1999.

Florbela Espanca: uma escritora além e aquém do seu tempo¹

Fabio Mario da Silva² (Brasil)

Este trabalho explicita as possíveis convenções literárias nas quais Florbela Espanca poderia estar inserida, valorizando-a como um grande “Poeta”; para isso faremos a análise do soneto *Ser Poeta*, como exemplificação das nossas considerações, mostrando as qualidades poéticas desta calipolense.

As espectaculares invenções do começo do século XX rapidamente alteraram o modo de ver a realidade: surgiram o automóvel, o cinema e as máquinas voadoras. Inaugurou-se a época da velocidade, que resultou num progresso material espantoso e numa disputa acelerada pelo poder entre as potências mundiais.

A crise da sociedade liberal-burguesa culminou na I Guerra Mundial, que reflectiu as profundas modificações políticas e económicas ocorridas na Europa. A proclamação da República Portuguesa, em 1910, modificou a sociedade lusitana. Os primeiros anos do século XX foram de crise. É nesse contexto histórico que surge em Portugal o movimento modernista que se associou à instabilidade político-social da primeira república. Com ideias fundamentadas nas luzes das modernas vanguardas europeias, jovens como Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, Raul Leal, Almada Negreiros e outros fundaram a revista *Orpheu* – publicação das ideias de renovação futurista desejada pelo grupo, que também era adepto de um ideário atento a irracionalidade de Henri Bergson, cuja linha de pensamento era voltada para o conhecimento natural e espontâneo e dizia “não” à ciência e à técnica.

Florbela surge num contexto histórico e literário desligada de preocupações de conteúdo

humanista ou social, inserida apenas em seu mundo individual, como percebemos nos vários retratos que de si faz ao longo dos seus escritos. É uma evidência presente no *Diário do Último Ano* (1930):

*Que me importa a estima dos outros se eu tenho a minha? Que me importa a mediocridade do mundo se Eu sou Eu? Que importa o desalento da vida se há a morte? Com tanta riquezas porque sentir-me pobre? E os meus versos e a minha alma, e os meus sonhos, e os montes e as rosas e a canção dos sapos nas ervas húmidas e a minha chameca alentejana e os olivais vestidos de Gata Borralheira e o assombro dos crepúsculos e o murmúrio das noites... então isto não é nada? Napoleão de saias, que impérios desejas? Que mundos queres conquistar? Estás, decididamente, atacada de delírios de grandezas!...*³

Apesar disso, não se coloca como observadora distante, mesmo quando parece, exterior a factos, ideias e acontecimentos de sua época, pois colabora, em 1930, época do surgimento de movimentos feministas, com contos e poemas, na recém-fundada revista *Portugal Feminino*⁴.

Tendo uma obra que dificilmente se enquadra numa única corrente literária, os versos florbelianos mostram-se com uma aparência

¹ A imagem que ilustra o texto foi colocada pela Direcção de Callipole.

² A presente grafia deve-se ao facto de o nome do autor ser de origem italiana.

³ *Diário do último ano*, Bertrand, Lisboa, 1981.

⁴ A primeira colaboração de Florbela foi no exemplar n.º 2, de 1930, com o conto *À margem dum soneto*

simbolista, como afirma o *Jornal de Letras e Artes e Ideias*, o estudioso e poeta Nuno Júdice "...enquadrar a estética da 1.ª fase poética de Florbela (*Livro de Mágoas*, 1919⁵): o simbolismo, na sua vertente mais pura, tendo como elemento fundamental a imagem concreta que explicita a ideia."⁶

Já José Rodrigues de Paiva faz alusão ao Neo-Romantismo de Florbela: "um certo estado de espírito baudelairiano, do *spleen*, do tédio, da angústia, da languidez, da Dor"⁷, imprimindo ao eu poético as "razões do coração" e a "rebelia individual". Porém, também encontramos algumas características próximas do Modernismo Português, quando Nuno Júdice afirma a proximidade de Florbela com o poeta modernista:

... a única forma que o poeta tem de conseguir afirmar e na sua subjectividade é anular o seu Eu e projectá-lo no Outro (o que Mário de Sá-Carneiro, com mais clareza do que Pessoa, já fizera – e sem dúvida há em Florbela ecos do drama de Sá-Carneiro)⁸.

Florbela encontra-se além do seu tempo, pois não está enquadrada nas convenções poéticas suas contemporâneas, mas também se encontra aquém do seu tempo por estar presa, como diz Jorge de Sena, ao "soneto" (estilo clássico), e, ao mesmo tempo, segundo Renata Junqueira, aparentada aos modernistas de seu tempo:

*E uma análise mais cuidadosa do aparato das máscaras, das poses e dos artifícios retóricos na obra de Florbela poderá mostrar que tanto a sua poesia quanto a sua prosa se revestem daquela mesma teatralidade que constitui uma das mais importantes características dos movimentos de vanguarda no princípio do século XX*⁹.



Florbela Espanca, em fotografia de 1910, realizada por seu pai, João Maria Espanca (1866-1954), existente no espólio da poetisa, na Biblioteca Nacional de Lisboa

E é por causa de sonetos como esse que Florbela surge como um grande "Poeta" na Literatura em Língua Portuguesa:

Ser Poeta

Ser poeta é ser mais alto, é ser maior
Do que os homens! Morder como quem beija!
É ser mendigo e dar como quem seja
Rei do Reino de Aquém e de Além Dor!

É ter de mil desejos o esplendor
E não saber sequer que se deseja!
É ter cá dentro um astro que flameja,
É ter garras e asas de condor!

⁵ Ressalva e grifo nosso.

⁶ Uma linguagem poética, JL, 26. Outubro.1994.

⁷ PAIVA, José Rodrigues de. «O tecer da poesia em Florbela Espanca», in PAIVA, J. Rodrigues de (org). *Estudos sobre Florbela Espanca*, Associação de Estudos Portugueses Jordão Emerenciano, Recife, Brasil, 1995.

⁸ Uma linguagem poética, JL, 26. Outubro.1994.

⁹ JUNQUEIRA, Renata Soares. *Florbela e Almada*, in *Scripta*, Belo Horizonte, Brasil, 2001.

É ter fome, é ter sede de Infinito!
 Por elmo, as manhãs de oiro e de cetim...
 É condensar o mundo num só grito!

E é amar-te, assim perdidamente...
 É seres alma, e sangue, e vida em mim
 E dizê-lo cantando a toda a gente!

No soneto em questão sobressaem os versos decassílabos, sendo os mais frequentes aqueles com acento na 3.^a, 6.^a e 10.^a sílaba; esse tipo de verso é um dos mais utilizados na poesia florbeliana. É importante notar a reiteração do verbo conectivo (é... é... é...) repetido onze vezes no soneto. Assim, faz mover o período para adiante, clareia a exploração semântica do sujeito comum, Poeta, fazendo com que a repetição pressione o leitor a conhecer o signo que não volta (*Ser poeta é ser mais alto*): as diferenças, as partes moveis, a surpresa do discurso poético.

Nas três primeiras estrofes, os versos deixam clara a certeza de que ser poeta é ter um “olhar” diferente para contemplar a vida. É ser e sentir as coisas muito mais do que os homens comuns: “...é ser maior/ Do que os homens”, isto é, compreender melhor a vida porque o poeta ultrapassaria a visão de senso comum. Perceber a grandiosidade da vida; entregar-se para encontrar um beijo apaixonado e, chegando profundamente ao interior da alma humana – alma quente a desejar o além – perceber-se de mil desejos que não cabem em si mesmo(a): “É ter de mil desejos o esplendor”.

O anseio de liberdade que sente o poeta é sugerido pelo eu lírico através do voo do condor. O **eu** sente a necessidade de libertar-se dos preceitos da vida para entender-se como poeta, pois, para os poetas não existiria finitude: “É ter fome, é ter sede de Infinito!”

No último terceto a voz lírica admite que “*Ser poeta*” é amar um Alguém-Objecto de de-

sejo – mas por inexperiência do próprio **eu** não há a compreensão de que, talvez, o amor não pudesse proporcionar-lhe a liberdade que tanto quer. O psicólogo Leo Buscaglia diz acerca do amor que “*viver no amor é viver na alegria*”¹⁰, isto é, uma das responsabilidades do amor é criar alegria. E assim percebe a voz poemática: “É dizê-lo cantando a toda a gente!” A alegria é parte integrante do amor e em vários actos da vida, mas como ser poeta é sentir uma sede infinita de liberdade, o amor poderia incluir o sentimento de angústia, pois a alegria do **eu** dependeria sempre de uma outra figura – a figura do abjecto de desejo (amor) – e não estaria livre como um condor.

Vejamos que os símbolos construídos nos dois primeiros quartetos e no primeiro terceto do soneto fazem, veiculam, materializam e corporizam imagens fortes impregnadas por substantivos masculinos (*poeta, alto, homens, mendigo, Rei, Reino, Aquém, Além, desejos, astro, condor, Infinito, elmo, oiro, cetim, mundo, grito*). As metáforas constroem uma imagem que se visualiza num jogo de caça e caçador: “...a caça é imagem, o discurso o caçador.”¹¹ Assim, o sujeito lírico constrói a imagem do poeta através das figurações que tenta buscar. Porém, diferentemente do poema *Poetas*, que o sujeito lírico não se assume como tal, apenas se compara, no soneto *Ser poeta* a voz poemática, considera poeta pois o amor trouxe essa possibilidade: “*E é amar-te, assim perdidamente...*”; as reticências e o amor trazem ao texto um ar de leveza, depois das imagens fortes que foram impregnadas. Então podemos lê-lo assim: “*Ser poeta é ser mais alto, /.../ E é amar-te, assim perdidamente.../ É seres alma, e sangue, e vida em mim*”. O amor que é vivenciado, como nos referencia o advérbio de modo *assim*, mostra que as pessoas que amam com “alma”, “sangue” e “vida”

¹⁰ BUSCAGLIA, Leo. *Amor*, Record, Rio de Janeiro, Brasil, 1972.

¹¹ BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*, Cultrix, São Paulo, Brasil, 1990.

podem ser um poeta, pois a essência dos poetas é só alcançada pelo amor.

Assim, podemos constatar que dentro de um selecto grupo de escritoras poetisas que fazem parte da História da Literatura em Língua Portuguesa – seja a portuguesa, africana ou brasileira – Florbela destaca-se, apesar de algumas ressalvas. Pois, sonetos como o *Ser poeta* demonstra as capacidades poéticas que possui, o que nos faz concordar com Jorge de Sena quando diz que: “Florbela não era um génio –, era, e é uma notável poeta.”¹²

Texto dedicado ao caríssimo casal eborense,
Carlos Ferreira e Maria Rosa Calhau

BIBLIOGRAFIA DE FLORBELA ESPANCA

Livro de Mágoas, Lisboa, 1919.

Livro de Soror Saudade, Lisboa, s. d. (1923?).

Charneca em Flor, Livraria Gonçalves, Coimbra, 1931.

Charneca em Flor, 2.^a edição, com 28 sonetos adicionais *Reliquiae*, Livraria Gonçalves, Coimbra, 1931.

Juvenília, ed. por Guido Batelli, Livraria Gonçalves, Coimbra, 1931.

As Máscaras do Destino (contos), 2.^a ed., Bertrand, Lisboa, 1979.

O Dominó Preto (contos), Bertrand, Lisboa, 1982.

Diário do último ano, Bertrand, Lisboa, 1981.

Obras Completas de Florbela Espanca (contos), vol. III, Dom Quixote, Lisboa, 1987.

Contos e Diário, v. IV, 2.^a ed., Dom Quixote, Lisboa, 1987.

Poesia (1903-1917), vol. I, 4.^a ed., Dom Quixote, Lisboa, 1992a.

Poesia (1918-1930), vol. II, 4.^a ed., Dom Quixote, Lisboa, 1992b.

Poemas de Florbela Espanca, Martins Fontes, São Paulo, Brasil, 1996.

Florbela Espanca Trocando Olhares, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1994.

BIBLIOGRAFIA GERAL

BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*, Cultrix, São Paulo, Brasil, 1990.

BUSCAGLIA, Leo. *Amor*, Record, Rio de Janeiro, Brasil, 1972.

JÚDICE, Nuno. “Uma linguagem poética”, *JL*, 26. Outubro.1994, p.18.

JUNQUEIRA, Renata Soares. *Florbela e Almada*, in *SCRIPTA*, p. 346-350, Belo Horizonte, Brasil, 2001.

NÉMESIO, Vitorino. *Conhecimento de poesia*, Universidade da Bahia, Salvador, Brasil, 1958.

PAIVA, José Rodrigues de. “O tecer da poesia em Florbela Espanca”, in PAIVA, J. Rodrigues de (org). *Estudos sobre Florbela Espanca*, p.19-23, Associação de Estudos Portugueses Jordão Emerenciano, Recife, Brasil, 1995.

SENA, Jorge de. *Estudos de Literatura Portuguesa II*, Edições 70, Lisboa, 1988.

¹² SENA, Jorge de. *Estudos de Literatura Portuguesa II*, Lisboa, Edições 70

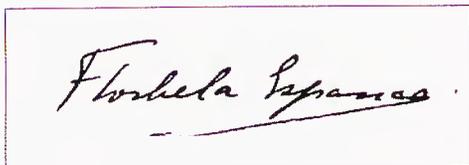
O amor e o trágico na vida de Florbela Espanca

Manuel Serrano

Vários factos marcaram a vida de Florbela Espanca desde muito cedo. De uma sensibilidade incomensurável, a sua vida, em nada foi comum, aos padrões vigentes na época. Vivida entre o “amor e a Amância” entre a euforia da vida e a morte, a vida de Florbela foi marcada pela tragicidade, ora por excesso, ora por falta de amor e esse “ser trágico” tão visível na sua vida e na sua obra tornou-a conhecida em Portugal e posteriormente além-mar.

Segundo Fernanda de Castro, a vida da poeta calipolense, chamada de “Soror Saudade” pelo poeta Américo Durão, a quem Florbela muito estimava, percorre caminhos inesperados.

Desde o seu nascimento (concebida e nascida fora do casamento tradicional), Florbela viverá o amor e o trágico na sua vida. Antónia Lobo¹, mãe de Florbela, entregou-se perdidamente ao amor dum homem sedutor e inquietante, João Maria Espanca. Antónia trabalhava como criada de servir na casa de Diogo Borba, chefe dos correios na rua da Corredora, em Vila Viçosa, (actualmente rua Florbela Espanca). João Espanca mantém um relacionamento amoroso com Antónia da Conceição Lobo, do qual nascem dois filhos: Flor Bela (sic) e Apeles². Quando Florbela nasce logo nos primeiros meses vai para a casa do pai e a mãe biológica que trabalhava então como empregada doméstica na casa de João Espanca, é sempre a “outra”, a



Autógrafo de Florbela

criada, a estranha, e é durante uma limpeza e outra que amamenta a filha, tudo com o consentimento da esposa “oficial”, Mariana Inglesa.

Anos mais tarde, o sedutor João Espanca tem mais um filho com Antónia Lobo: Apeles da Rocha Espanca, nascido em 10 de Março de 1897, que só vai morar definitivamente com o pai, a partir dos quatro anos de idade.

Tanto Florbela como Apeles são registados como filhos de pai incógnito. A perfilhação só vem a acontecer em 1949. Neste ano, um conjunto de pessoas influentes, alguns deles fundadores do Grupo Amigos de Vila Viçosa, pedem a João Maria Espanca para tornar oficial a relação da paternidade de Florbela e de Apeles. Assim no dia treze do mês de Junho de 1949 João Espanca tendo como testemunhas o Dr. Rui Manuel Sanches da Gama, o Dr. João de Couto Jardim e José Coelho Madureira, faz entrar no Tribunal de Vila Viçosa um pedido de perfilhação de Florbela e Apeles Espanca, alegando que ainda que, na altura do seu registo, se tenha declarado serem filhos de pai incógnito,

¹ Antónia da Conceição Lobo, filha de uma outra Antónia que nunca chegou a conhecer, tal como o seu pai. É confiada aos cuidados de uma mulher de apelido Lobo, que vive no castelo, em Vila Viçosa, que a cria num ambiente de grande pobreza. Esta dá-lhe o seu apelido, Lobo. Quando adolescente vai servir para a casa do chefe dos correios, Diogo Borba, na rua da Corredora, n.º 45. Junto da casa de João Maria Espanca, este com dotes de D. Juan, que a leva para o seu estabelecimento e depois monta-lhe casa na rua Angerino. Antónia da Conceição Lobo é um exemplo de mulher que foi talhada para sofrer. Foram-lhe retirados todos os direitos, não pôde ser mulher, nem sequer mãe dos seus filhos. Quando Apeles tem quatro anos vai para junto do pai e ela parte para Évora, regressando a Vila Viçosa para morrer no hospital da Misericórdia.

² Apeles, oficial da aeronáutica naval, nasceu a 10. Março. 1897 e morreu em 6. Junho. 1927 de acidente aéreo, frente à Torre de Belém. O seu corpo nunca foi encontrado.

João Espanca sempre assumiu os deveres e responsabilidades para com estes dois filhos. E por assim ser, foi-lhe concedida a paternidade, tanto de Florbela como de Apeles. Há especulações que dizem que os direitos de autores foram o único motivo desta perfilhação. De facto, tratou-se sobretudo de uma reposição da verdade e um acto de justiça que só peca por ser tardio e que representa mais um drama na vida de Florbela. A má sorte e a triste sina também a carregou nos ombros Antónia da Conceição Lobo ao nascer, já que a transformou numa mulher fadada para o sofrimento, impedida de ser a mãe dos seus filhos e que na vida foi sempre “a outra”.



Florbela Espanca, em 1930. Foto Medina, Porto.

É essa falta maternal que vai percorrer a vida de Florbela. Da mãe, de quem herdou uma doença perigosa na sua época, a neurastenia, Florbela herda ainda o sabor amargo de estar “fadada” para a dor e sofrimento. *“As mães adivinhavam sempre não sei porque miraculosa intuição, o mistério que no mistério das suas entranhas foi gerado, e nunca se enganam”*, “A

minha pobre mãe tão branca e fria deu-me a beber a Mágoa no seu leite” – Florbela, com apenas oito anos, escreve um poema **A Vida e a Morte**.

Em toda a tragicidade da sua vida há um factor que é realmente determinante, que vai provocar-lhe mais sofrimento: o não conseguir ser mãe, tendo em vista os dois abortos involuntários que sofre e que levam a agravar a sua saúde por si só já debilitada. Fica registada na lembrança do sujeito lírico essa referência à mãe que segundo Florbela, “morreu de uma doença que ninguém sabe o que é”, facto que ela compartilha com “um grande poeta de Portugal”, António Nobre:

A maior Tortura

A um grande poeta de Portugal

Na vida, para mim, não há deleite.
Ando a chorar convulsa noite e dia...
E não tenho uma sombra fugidia
Onde poise a cabeça, onde me deite!

E nem flor de lilás tenho que enfeite
A minha atroz, imensa nostalgia!...
A minha pobre Mãe tão branca e fria
Deu-me a beber a Mágoa no seu leite!

Poeta, eu sou um cardo desprezado,
A urze que se pisa sob os pés.
Sou, como tu, um riso desgraçado

Mas a minha tortura ainda é maior:
Não ser poeta assim como tu és
Para gritar num verso a minha Dor!...

Depois de terminar os seus estudos em Vila Viçosa, frequentou o Liceu de Évora para realizar exames como aluna externa. Em 1908, a família Espanca decide mudar para Évora a sua residência, com vista a possibilitar os estudos de Florbela.

É em Évora que Florbela continua os seus estudos no liceu, edifício da actual Universidade de Évora. Florbela sente por Évora uma admiração e um carinho muito especial, pois várias circunstâncias dramáticas aí tenham ocorrido. O Eu florbeliano era demasiado grande para o ambiente “demasiado tradicional eborense”. Com efeito, chegou a ser apedrejada num jardim público, pelo facto de usar uma saia travada, desajustada à mentalidade eborense.

Neste período de tempo, é de realçar que Florbela, enquanto aluna do liceu, foi uma estudante sem grande importância, com resultados normais, não se destacando a sua sensibilidade poética e a sua capacidade de trabalhar um soneto como poucos o sabem fazer. É ainda neste liceu que Florbela é confrontada por parte de alguns professores com a mentalidade conservadora e tradicional, herdada da monarquia, resistente e persistente durante a 1.ª república e desenvolvida pelo Estado Novo, face ao papel das mulheres na sociedade, que devem desempenhar o papel de “fada do lar” em casa e na cozinha a preparar tudo para os seus esposos, muito mais do que um lugar na intelectualidade da época.

Num tempo em que o ensino, apesar do esforço republicano, se encontrava completamente controlado e enquadrado em parâmetros tradicionais, a escola não soube estar atenta à genialidade poética e linguística que havia em Florbela, desvalorizando-as e ignorando-as. A sensibilidade estava ausente dos “bancos” do liceu.

O amor surgiu-lhe cedo, em Évora por um tal de “José” que se conhece através de cartas. Esse terá talvez sido o motivo por que Florbela, abalada emocionalmente, reprovou um ano no Liceu. O primeiro namorado de Florbela, Alberto Moutinho, será o seu primeiro marido, tendo o casamento sido realizado no civil no dia de

seu aniversário 8 de Dezembro de 1913. Para tal precisou-se de uma autorização judicial, pedida por Florbela, que atestava a sua emancipação para poder casar. A boda é realizada em Vila Viçosa, na rua de Três, actualmente rua Gomes Jardim.

Por causa de dificuldades financeiras, o recente casal muda-se para o Redondo. Florbela e Alberto Moutinho passam a dar aulas, mas continuam sempre sem dinheiro, e por isso retornam a Évora, onde ficam na casa do pai de Florbela, dando aulas. Dali mudam-se para Quelfes, concelho de Olhão, no Algarve, dedicando-se ambos ao ensino. Florbela decide que quer estudar em Lisboa, na Faculdade de Letras, mas seu marido é contra. Mesmo assim vão e passam alguns dias na casa de amigos e familiares. Não se sabe o porquê mas Florbela matricula-se no curso de Direito, no qual tem contacto directo com vários poetas. Com o relacionamento desgastado e encantada pela vida em Lisboa, decide ficar na cidade e seu marido volta para o Algarve. Foi nesse intervalo que conheceu o oficial do exército António Guimarães, por quem se apaixonou perdidamente. Pede para divorciar-se em 30 de Abril de 1921 e alega aos pais descontentamento e o desgaste na relação. Assim, casa-se com António Guimarães em 29 de Junho de 1921 sendo necessária autorização da hierarquia militar, passada em 30 de Maio de 1921. Este segundo casamento de Florbela rapidamente perde o encanto. António Guimarães, Alferes de Artilharia, é um homem habituado à disciplina militar, trazendo esta disciplina e este comportamento para o seio do matrimónio. Homem violento e com pouca capacidade de entender a sensibilidade de Florbela, transforma a sua vida num pesadelo, chegando mesmo a bater-lhe. Florbela fica com a saúde fragilizada³. O amor tornou-se uma amargura na sua vida.

³ A saúde de Florbela ficou fragilizada não só pelos problemas conjugais, mas também pela ocorrência do segundo aborto involuntário. O primeiro teve lugar em 1918 e o segundo em 1923.

Neste espaço de tempo conhece o Dr. Mário Lage, médico que a acompanhou no seu período de convalescença. Seria o "Prince Charmant" que tanto declamou nos seus versos? Por causa desses factores pede o divórcio, acusando o marido de maus tratos. Em 23 de Junho de 1925 é decretado o divórcio de Florbela e António Guimarães.

Todas estas circunstâncias reflectem-se negativamente na família de Florbela e a sua relação com o pai e o irmão fica um pouco abalada.

Mário Lage, homem de 36 anos, casa-se civilmente com Florbela, em 15 de Outubro de 1925. O casamento religioso efectua-se em 29 de Outubro do mesmo ano, altura em que se mudam para Matosinhos. Mário Lage foi o único homem na vida de Florbela que verdadeiramente a "amou". Contudo, não apoiou Florbela na publicação dos seus livros, mesmo tendo possibilidades para o fazer. Era o anonimato que ele queria, mas Florbela pretendia mais do que isso. O "mundo" que lhe estava "destinado" não era o seu e não lhe matava a sua sede de infinito.

Florbela Escreve no dia 2 de Novembro de 1930, no seu *Diário do último Ano*: "e não haver gestos novos nem palavras novas!"⁴

Percebemos a partir desta frase que no dia 8 de Dezembro foi a morte corporal, mas Florbela já se sentia morta mesmo antes.... Num dado momento da sua vida expressou o desejo de ser sepultada junto ao mar. Tal aconteceu, tendo encontrado em Matosinhos a sua primeira sepultura, cumprindo-se assim a sua vontade.

Por outro lado, o soneto seguinte atesta bem o apego ao Alentejo da sua infância e adolescência, à terra que a viu nascer, Vila Viçosa.

Minha Terra

Ó minha terra na planície rasa,
Branca de sol e cal e de luar,
Minha terra que nunca viu o mar
Onde tenho o meu pão e a minha casa...

Minha terra de tardes sem uma asa,
Sem um bater de folha... a dormir...
Meu anel de rubis a flamejar,
Minha terra mourisca a arder em brasa!

Minha terra onde meu irmão nasceu...
Aonde a mãe que eu tive e que morreu,
Foi moça e loira, amou e foi amada...

Truz... truz... truz... Eu não tenho onde me
acoite,
Sou um pobre de longe, é quase noite...
Terra, quero dormir... dá-me pousada!

Foi este poema e a grande admiração pela obra de Florbela que levaram o Grupo Amigos de Vila Viçosa, a pedir autorização ao Dr. Mário Lage para a transladação dos restos mortais de Florbela de Matosinhos para Vila Viçosa, pois esta seria a única terra que filosoficamente poderia dar-lhe guarida: "Terra, quero dormir... dá-me pousada!".

Desta forma cumpriu-se também o seu desejo e a terra que a viu nascer deu-lhe assim abrigo eterno.

BIBLIOGRAFIA

Livro de Mágoas, Lisboa, 1919.

Livro de Soror Saudade, Lisboa, s. d. (1923?).

Charneca em Flor, Livraria Gonçalves, Coimbra, 1931.

Charneca em Flor, 2.^a edição, com 28 sonetos adicionais *Reliquiae*, Livraria Gonçalves, Coimbra, 1931.

Juvenília, ed. por Guido Batelli, Livraria Gonçalves, Coimbra, 1931.

As Máscaras do Destino (contos), 2.^a ed., Bertrand, Lisboa, 1979.

⁴ *Diário do último ano*. Lisboa, Bertrand, 1981.

O Dominó Preto (contos), Bertrand, Lisboa, 1982.

Diário do último ano, Bertrand, Lisboa, 1981.

Obras Completas de Florbela Espanca (contos), vol. III, Dom Quixote, Lisboa, 1987.

Contos e Diário, v. IV, 2.^a ed., Dom Quixote, Lisboa, 1987.

Poesia (1903-1917), vol. I, 4.^a ed., Dom Quixote, Lisboa, 1992a.

Poesia (1918-1930), vol. II, 4.^a ed., Dom Quixote, Lisboa, 1992b.

Poemas de Florbela Espanca, Martins Fontes, São Paulo, Brasil, 1996.

Florbela Espanca Trocando Olhares, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1994.

O trinco da minha infância

Rosário Fernandes

Crescemos e neste fluir inexorável do tempo ficam sempre ancorados na memória fragmentos de uma época distante, em que a inocência e o sonho eram a lâmpada de Aladino da nossa vida, que nos permitia acesso a portais dos mais ínfimos e mágicos universos. Hoje, ao recordar esses inigualáveis anos da infância, descubro que certos pormenores ainda me acompanham... quem sabe, para tornar mais suave e doce a realidade, tantas vezes cruel, absurda e violenta que nos rodeia na sociedade actual.

O trinco da porta dos fundos da casa da minha avó materna é um desses pormenores que inexplicavelmente guardo na lembrança. Localizava-se a meio da grande porta verde de madeira. Era de ferro e tinha uma aparência que exercia um certo fascínio sobre mim, criança de tenra idade. No exterior, apresentava uma espécie de tecla redonda, do tamanho de uma moeda grande, onde tínhamos de carregar com o polegar, enquanto segurávamos o puxador. Ao pressioná-la, accionava-se um mecanismo no interior que permitia levantar um ferro comprido encaixado dentro de outra parte fixa e assim facultar a abertura da porta. Tudo isto acompanhado de um som elegante e rápido, característico de quando o metal se toca por instantes.

A porta era de madeira de carvalho, dividida em duas partes, podendo abrir-se toda ou somente a parte superior. Tinha marcados alguns sulcos e aprimorados nós. Deduzi mais tarde que esses nós correspondiam a ramos cortados da árvore que um dia viu sua vida transmutada sem apelo nem agravo pelas criaturas humanas. E assim se tornou porta. A porta da

minha infância, a minha preferida para entrar na casa da minha avó, por ostentar um trinco que dava gosto abrir e contemplar.

Por vezes, imaginava-o como um pequeno *basset*, em que a tecla redonda era o nariz do cachorrinho e o ferro comprido no interior a cauda que levantava numa saudação amigável à minha passagem. Ele era o guardião entre mundos, o da casa e o da horta. Horta que a Primavera transformava num jardim enfeitante, cujo conteúdo me inebriava com intensidade. Tinha variadas árvores de fruto, mas também muitas flores, insectos, aves e odores a natureza, à Terra-Mãe que eu ia descobrindo aos poucos e me fornecia as primeiras bases de conceitos tão valiosos como sabedoria, harmonia e beleza.

Mesmo quando um dia a depressão ameaçou forte em determinada fase da vida, uma das formas de a afastar da minha mente, de lhe resistir energeticamente, foi apelar para essa minha infância e mentalizar a imensa linha horizontal de altos pés de alecrim florido que se estendia numa parte da horta, poiso de inúmeras abelhas e borboletas nas manhãs soalheiras de Primavera. Depois havia também as flores "Meios-Dias", cor-de-laranja, matizadas de pequenos laivos negros que caprichosamente só abriam quando o sol os acariciava com doçura, ou a nespereira que a cada ano espalhava o seu peculiar e agradável perfume numa extensa área ao redor, quase até à enorme figueira onde se localizava o balouço de corda que me embalava horas a fio. Retornando à porta verde, mas já no interior da habitação, meus olhos dirigiam-se de imediato para a mesa antiga, também ela de madeira, e para as cadeiras

altas, com assento de vime, nas quais adorava instalar-me. Minha avó colocava um copo de laranjada (não, ainda não havia a Coca-Cola nem a panóplia de refrigerantes de fraca qualidade que existem hoje por tudo quanto é sítio!) e algumas bolachas na mesa, sentava-se ao meu lado e ali ficávamos conversando, ela sorrindo e fixando-me com seus límpidos olhos claros, sem nos preocuparmos com horários ou outras banalidades semelhantes.

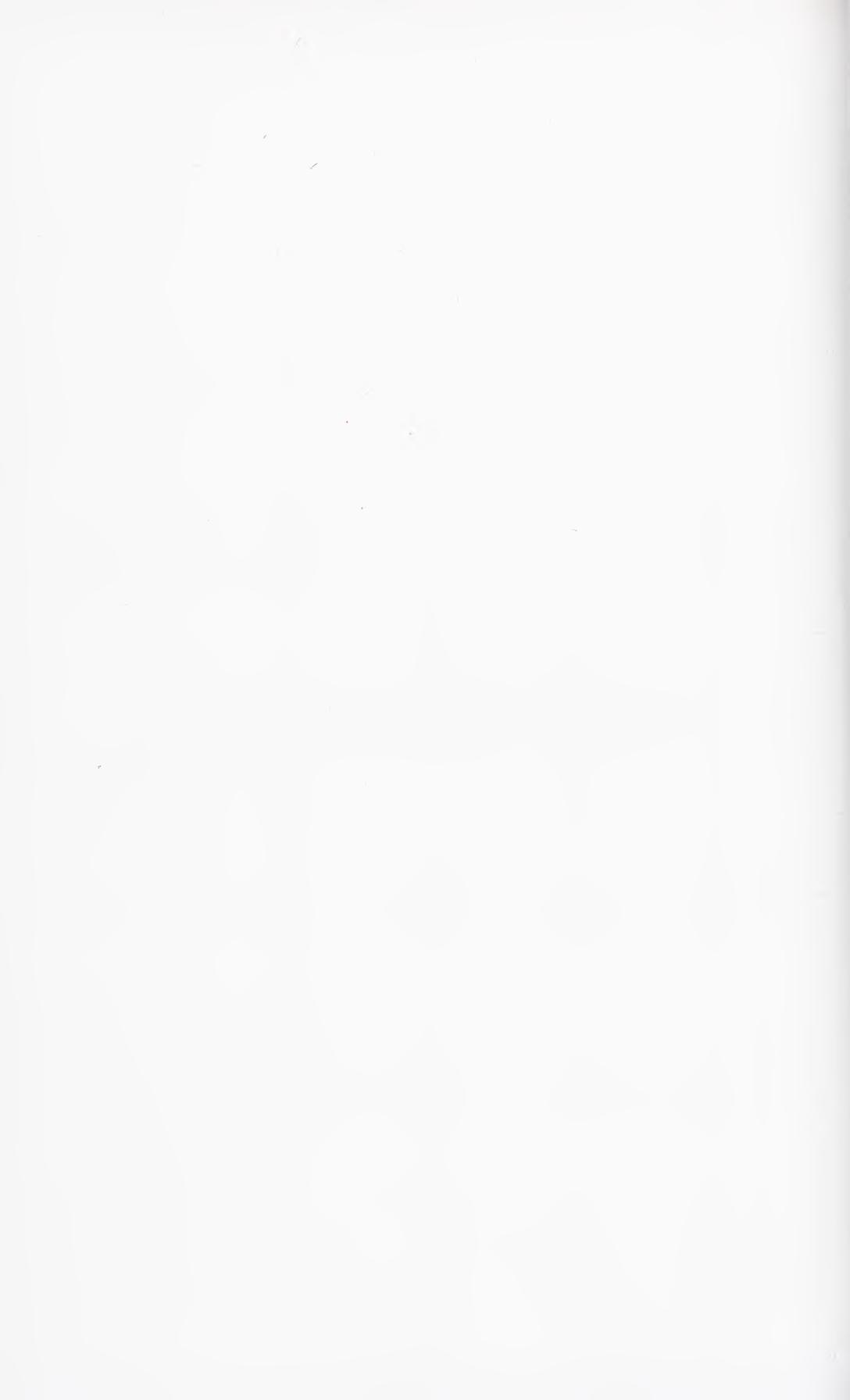
À noite, reinava a mais pura tranquilidade naquele espaço. No alto da eira, onde décadas atrás se preparava o trigo, examinava as estrelas, os cometas e os satélites que percorriam a imensidão do céu. Sentia-me feliz nesse mundo tão grande e ao mesmo tempo tão limitado que era o da infância. Olhava para a planície que se estendia mais além e onde, quase na linha do horizonte, cintilavam numerosos pontinhos de

luz que meu pai me ia explicando serem aldeias e vilas, ensinando-me o nome delas e contando histórias triviais que ali tinham tido lugar.

Então pensava, dentro da minha ingenuidade de criança prestes a entrar na escola primária: “Será que um dia vou chegar tão longe? Que aspecto terão as suas casas? Como serão as suas pessoas? Haverá árvores grandes e belas como aqui? E flores?... animais?”

Um dia cresci e obtive todas essas respostas, visitei essas localidades e descobri algo incrível: tais aldeias e vilas situavam-se somente a vinte, trinta, quarentaquilómetros da casa da minha avó, o que na época era distância imensa para mim e hoje nada significa, face às viagens de muitas horas de avião, de largos milhares de quilómetros que fiz para outros lugares, nesta nossa grande casa comum que é o planeta Terra.

Tempo de Fotografia



Gente do Alentejo

José Gema



Cercal, 2006



Sines, 1978



Alentejo, 1983



Mértola, 2006



Herdade do Barão – Alvão, 2007



Vila Nova de Baronia, 2007

Motivos alentejanos

Anabela Dores



Arraiolos



Serpa



Terena



Vila de Frades I



Via de Frades II



Tempo de Poesia



Lira Vária

SETE POEMAS DO SUL

Alentejo: os largos horizontes da poesia

No comboio para Beja

Esta manhã mesmo com
chuva e nevoeiro Beja
é a minha estrela d'alvorada.
Busco o seu espaço
com fome de terra.
A alma pede-me luz
a luz do meu Alentejo
a luz dos olhos dos amigos e
os horizontes largos da poesia.
Venho beber palavras verdes
cristais de alegria nos prados
de Fevereiro.
Esta manhã deixo tudo
para lambe feridas
na minha casa que é o Sul.

Os velhos montes

S. Manços

Nos velhos montes
entre ruínas só as
cegonhas fazem ninho.
Há muito que os homens
partiram... por isso este
poema é uma respiração
que a memória
embala...

Acordar no Sul

À Maria Amélia Sobral Bastos - Beja

Acordar no azul
num jardim de árvores
e cágados matinais.
Acordar entre paredes
de cal numa teia
de gestos suaves.
Acordar no azul
com uma língua de sol.
Acordar num quintal
de luz entre vozes
e chilreios.
Acordar!
Acordar no Sul!

Monforte – Penúltima manhã de Setembro

O vento apalpou a terra,
a chuva aveludou o verbo,
a palavra incendiou a manhã.

Quantas estrelas

Quantas estrelas
há nesta noite
de Estremoz?

Para lá das nuvens,
alguns vultos e o lago
onde o Gadanha conta cabeças,
marcam o compasso
que o silêncio escreve...

Quantas estrelas
há no poema?
Quantas estrelas
luzem sobre o mármore?
Quantas estrelas
respiram nos lábios
da cidade?

Beja, tarde de brasas

Entras na tarde
pela leira dos lumes
um tractor lava
solidões, queixumes.

Horizontes de feno
com breves oásis
fogo e frescura
onde o silêncio arde.

E chegas a Beja
na hora de brasas
a cal da sede
na pele das casas...

Baleizão

Lembram sombras
de corvos
na cai das paredes;
guardiás do silêncio,
parece que vão levitar...
porém, fugindo
do sol

t-r-a-n-s-f-o-r-m-a-m-

-s-e

no vulto que vê tudo
e tudo escuta
por detrás
dos postigos...

Raízes

O orvalho estremece
onde as romãs se abrem

Bagas afagam a folhagem
no segredo das margens

A fremência esbate
as sombras

Os lírios desabam
sobre o rosto.

O acolhimento das raízes, perturba.

Clareira azul

Os meus sonhos dançam
na clareira azul
da minha infância.

Véus serpenteantes de tule:

a lareira acesa
a chama dos diospiros
na mesa

lá onde o teu regaço
me acolhe com rosas

e a palavra Mãe
é a raiz
da música.

Sarcasmo

Sobrevive nos meus ombros
uma agressão reclinada.

No olhar a mesma sede
de andorinhas verdes.

E o tempo dança,
com o sabor de líquenes
à margem
de frutos de seda.

Um sarcasmo; vestido de amor e violetas.

É um facto a ebulição da cal;
e nesta distância o meu Alentejo,
quase morre.

É à sombra dos álamos
que oscilo,
uma música suave, pega-me ao colo.

Arte em Campo Maior

Como quem vem de alpergatas
quase sem se dar por isso
chegam floridas as festas
trazendo a cor, o bulício.
Há um zunzum pelas ruas
de segredos bem guardados
ruas brancas seminuas
à espera de seus brocados.
Brocados de papel colorido
arte de um povo que sente
que a imaginação faz sentido
e transforma a nossa gente.
E a Vila sai do pousio
floresce novo jardim
enquanto um povo de brio
olha um paraíso sem fim.

Eu quero

Eu quero

eu quero soltar este grito sufocado
molhar meu rosto com a lágrima da alegria
dizer o verso pelo tempo aprisionado
e gargalhar por enfim chegar o dia

Eu quero

eu quero cortar amarras e sentir a liberdade
dizer palavras, sem ter medo de as dizer
olhar de frente, sem receio, sem falsidade
apertar a mão e abraçar quem eu quiser

Eu quero

eu quero subir às alturas e tocar os céus
lançar meus sonhos em busca de horizontes
abrir minha alma e orar a Deus
agradecendo a graça de me saciar nas fontes

Eu quero

eu quero correr descalça p'lo campo, p'la cidade
amar o rico, amar o pobre e ser feliz
contar verdades a crianças sem idade
e dizer bem alto, fiz assim só porque quis.

nocturno

escasseiam
os dias
para o fim de mais um ano

noite esplendorosa
lunar intenso e prateado/frio
estranho branco o do casario

fumam nos telhados
as altas chaminés fállicas
da minha terra

cheira
a lenha queimada
e a lagar em laboração

ressoa
no imaginário a toada
de uma cantiga de grupo

resta na boca um forte sabor
a fritada de carne do alguídar
e a vinho novo

dói
a desmemorização
do povo da planície

provavelmente
está chegando a hora
do fim da longa viagem

só mais um pai

bastante falaram
e até escreveram
sobre o filho dele
(como se soubessem coisas que nem o próprio sabe)

também o podiam ter feito sobre o pai
ou até mesmo sobre os netos
e à escala (vá-se lá saber qual) até já o fizeram

mas sobre ele
pouco disseram/dizem
e nada escreveram/escrevem

ele
o vertical
o cultivador do carácter
o artista discreto
o sonhador em tempo de escuridão
o alentejano

é sempre assim

ao almoço

com amigos
e outros que tais

ao almoço

tempo de culto
e desabafos sem peias

ao almoço

quase acreditamos
que a fraternidade é possível

TRÊS POEMAS

Um olhar neste espaço que vai
da terra ao céu. O grito daquilo que vive.
Perante um silêncio constante, nesse
momento que se confunde com
a solidão, mas abraça o
mundo inteiro, e que nos dá a nós
a dimensão da vida.
Tão imensa, tão intensa, diante
do tempo, que talvez nem na paixão
possa encontra a sua desejada
desmedida. Tão grande que convoca o divino,
o sentido – memória de corpos, de encontros.
Memórias do tempo.

•

Descubro à beira do caminho
o sono adocicado das palavras
a luminosidade intacta da existência.

•

A chuva penetra nas pedras da calçada
cai para dentro da terra
até que a terra lhe diz que não.
E é em cada pedaço de tempo
que por entre a chuva dança
que te lembro.
E lembro-te no avanço que
a ausência já leva.
E lembro-te quando o sol
sorri, e é um sorriso do
tamanho da luz
a luz que aquece o sonho
de ter-te quase perto.

Da Guiné ao Algarve

Em memória de Aires Tinoco, navegante português do séc. XV

Morreu na costa de África o navegante
Nuno Tristão, vítima de arrojo louco;
deixou sós, em aflição angustiante
três rapazinhos e o grumete Tinoco.

Não desanimou o jovem infante,
e, apesar do seu saber ser pouco,
atreveu-se a levar a nau avante,
aos medos fazendo ouvido mouco.

Conseguiu alcançar mar português
após dias e semanas de solidão
teimando no rumo com altivez!

Aires Tinoco, desta epopeia artesão,
filho de Olivença: a tua intrepidez
valeu-te na História eterna alusão

História de um músico

Vicente Lusitano, o maior músico português do séc. XVI

Com a tua música maravilhosa
em Roma o Papa emudeceste,
Vicente Lusitano, vida aventureira,
mulato de Olivença, onde nasceste.

Homem de sabedoria pasmosa,
insatisfeito, pouco tempo ficaste,
e saíste, sem música melodiosa,
e na Alemanha te instalaste.

Pois mudaste a tua concepção,
a tua Fé tornou-se luterana
e em Roma perdeste afeição.

Gerado na terra alentejana,
não desapareceste, na recordação
da tua música, filho do Odiana.

Poeta? Isso não!

Não, não sou poeta.
Serei talvez danação
Ou privação
Poeta, não!
Não, não sou poeta
Antes átomo
Perdido
Assomo transviado
Em convulsão
Poeta, não!
Não, não me queiram poeta.
Um poeta burila
O desespero
Oscila
Entre o real
E o suposto.
Eu quero ser
Só isto:
Um rosto
Visto
Um corpo
Gasto
Uma resignação
Poeta? Isso não!

Da vida colada ao chão

Na porta de entrada do meu santuário
Quando vou rezar
(Quando vou penar)
Ponho um calendário.

Na porta de entrada do meu coração
Pedinte que sou
Pago o que ficou
Sobra-me um tostão.

À porta de entrada procuro por mim
Bato devagar
E uma voz vulgar
Responde-me assim:

*Calendário que foi tempo
Em tempo se quis tornar
Soltou-se a folha perdida
Nada mais pôde contar*

*Tostão de liga ralé
Não capitaliza juro
Espreitando pelo furo
Verás só o que não é.*

Na porta de entrada do meu santuário
Na porta de entrada do meu coração
As folhas do calendário
Os juro do meu tostão
Dão fé da sorte mofina
Dos que cumprem esta sina
Da Vida colada ao chão.

ANTERO REVISITADO

A um poeta

Tu, que dormes, espírito sereno,
Posto à sombra dos cedros seculares,
Como um levita à sombra dos altares,
Longe da luta e do fragor terreno,

Acorda! É tempo! O sol, já alto e pleno,
Afugentou as larvas tumulares...
Para surgir do seio desses mares,
Um mundo novo espera só um aceno...

Escuta! É a grande voz das multidões!
São teus irmãos, que se erguem! São canções...
Mas de guerra... e são vozes de rebate!

Ergue-te pois, soldado do Futuro,
E dos raios de luz do sonho puro,
Sonhador, faze espada de combate!

(poema de Antero de Quental)



A un poeta

Tú que fuiste Soldado del Futuro
y escuchaste la voz de las legiones
famélicas, los himnos, las canciones

de guerra, y con la luz de un sueño puro
del paria te lanzaste al rescate
tu verso haciendo espada de combate...

¡despierta, es hora! El sol, alto y ajeno,
muestra los mismos perros con collares
diferentes, las larvas tubulares
sin prisa alguna por ceder terreno.

Descansa pues, espíritu sereno,
a la sombra de cedros seculares,
como un levita al pie de los altares
sin importarte del fragor terreno.





Lira Calipolense

Apenas...

Não temos nada... verdadeiramente!
E um bem que nos pareceu ter conquistado,
não é mais que aparente... que emprestado,
como uma luz que morre num poente!

E a tudo nos prendemos, cegamente...
como os senhores feudais, no seu condado...
e até um grande amor... imaginado
vai ficando p'ra trás... serenamente.

Chegamos e partimos inocentes...
filhos de Deus... mortais e simples crentes,
perante um Universo desconhecido...

O que é nosso é o amor à Natureza
e tudo o que é perfeito e tem grandeza,
e a graça de nascer... e ter vivido!

Outra visão

Melhor será não mais voltar atrás,
lutas inúteis... solidão... cansaço
das cinzas que restaram... o que hoje faço
no passado não fiz, não fui capaz.

E a riqueza que a vida ainda traz
é experiência que surge a cada passo,
duras realidades, como um laço
que prende o ser humano e a própria paz.

Eu vivo em espaços que ninguém conhece,
cercada de quimeras esfarrapadas...
numa existência vã, feita de nada

acompanhando a Terra que envelhece,
guiada pela luz duma mensagem,
em que enfrentar a vida é ter coragem.

Virgem Padroeira

Ditosa Mãe de Deus, Senhora minha
coroada por el-Rei de Portugal
que um dia te chamou "Mãe e Rainha"
pondo a teus pés, o seu poder real!

Brilhava perto, a coroa cintilante
numa almofada linda, valiosa
no meio de uma corte, deslumbrante
vinda de longe... talvez Vila Viçosa!?

E D. João, solene se curvou...
ajoelhando, com fé, naquele altar
e o coração da Pátria lhe deixou,
p'ra Nossa Mãe divina abençoar!

A Senhora, sorriu enternecida
com o Menino ao colo, que sorria,
aceitou ser "Rainha"... ser "Mãe querida"
do Povo Português que a elegia!

Olhai por nós, Senhora, eternamente,
tirai às almas escuras todo o mal...
e dai a Paz ao mundo... à nossa gente
ao Povo que te reza em Portugal.

Tempo de Museologia

A igreja de Santa Cruz, Vila Viçosa: museu entre o passado e o futuro

Tiago Salgueiro

INTRODUÇÃO

A igreja de Santa Cruz de Vila Viçosa e o seu conjunto conventual primitivo, com origem no séc. XVI, constituem uma estrutura essencial para a compreensão da evolução urbana de Vila Viçosa. Por outro lado, o espólio que se encontra contido na igreja justifica uma reflexão mais aprofundada sobre a sua origem e futuro. É neste contexto que se insere este artigo, como consequência da importância patrimonial do imóvel e das suas colecções. Salienta-se que esta sinopse surge como resultado da Dissertação da Tese de Mestrado em Museologia, apresentada pelo autor ao Departamento de História da Universidade de Évora, em Novembro de 2006.

Os conjuntos conventuais, agregados muitas vezes a igrejas, tal como neste caso específico, oferecem aspectos que merecem atenção particular. Tais conjuntos, de vincado carácter simbólico e acompanhando durante a sua longa existência o pulsar espiritual, cultural e social dos aglomerados urbanos envolventes, constituem verdadeiro documento histórico.

Nos casos mais frequentes, os edifícios desafectados foram aproveitados para instalar quartéis e hospitais. Muitos espaços foram também utilizados para fábricas, no contexto do processo de industrialização que se prolongou pelo séc. XIX, e muitos outros ainda para universidades, museus, asilos e serviços de administração pública.

O estudo desenvolvido permitiu um conhecimento da globalidade das vertentes deste espa-

ço, que se prendem com a sua fundação monástica, com os principais acontecimentos da sua história, na relação do edifício com o local de implantação e com a área envolvente, com o entendimento da organização funcional e espacial, com o modo como se estabeleceram as diferentes fases de construção, com os materiais e sistemas construtivos em presença, com as diferentes funções que actualmente desempenha e com o seu estado de conservação.

1. O CONVENTO E A IGREJA DE SANTA CRUZ

Integrado na Ordem de Santo Agostinho, o convento de Santa Cruz implantou-se no casario da vila nos inícios do séc. XVI, mais precisamente no ano de 1525 ou de 1529, graças às doações de umas casas pertencentes ao Padre Mendo Rodrigues de Vasconcelos, capelão do Duque de Bragança D. Jaime. Ocupou vasta zona central da vila, compreendida entre a Rua da Corredoura (actual Rua Florbela Espanca) – para onde dá a fronteira – e as travessas de Santo António e de Santa Cruz. Trata-se de um conjunto actualmente dividido por vários proprietários, revelando vários momentos construtivos, desde a sua génese até aos nossos dias, dos quais se encontram sinais explícitos nas suas formas e no volume da actual igreja. Devemos salientar que a edificação de um convento, quer no interior do tecido urbano consolidado, quer na periferia, representava sempre um elemento de qualificação do espaço em que

se inseria. Esta situação é perfeitamente visível na concepção da malha urbana envolvente ao edifício.

Por outro lado, é curioso verificar que, quer como pólos dinâmicos, quer como barreiras, a generalidade dos edifícios conventuais, tal como acontece neste caso específico, constituem sempre espaços a um tempo rígidos – na medida em que marcam fortemente as malhas, não sendo fácil alterar as dimensões e o edificado – e flexíveis, pois permitem vários usos, em sucessão temporal ou em simultâneo, através da segmentação.

A estrutura inicial da construção do convento teve início no local onde se encontra a portaria e onde está edificada a igreja. Este aspecto reveste-se de capital importância, na medida em que, tal como acontece em relação à maioria das implantações conventuais, a relação dos edifícios com as vias de comunicação é factor primordial. De facto, a construção deste espaço localizou-se precisamente na Rua da Corredou-

ra, um dos percursos de comunicação mais importantes deste período, devido ao facto de estabelecer a ligação entre o castelo e o paço ducal. Outro factor que é primordial em qualquer estabelecimento, a água, não constituía problema, uma vez que a zona em que se implanta a vila (e particularmente o espaço ocupado pelo convento) é nela abundante.

As primeiras religiosas vieram do mosteiro de Santa Mónica, de Évora, e foram as madres Margarida de Jesus Nunes, sua sobrinha Leonor da Cruz, que se recolheram, inicialmente, na clausura das Chagas, em construção. A tipologia espacial presente na igreja e nos coros insere-se nas características arquitectónicas dos mosteiros femininos do início do séc. XVI em Portugal, definindo-se estas características pela localização dos coros em frente ao altar, em dois pisos sobrepostos, com grande profundidade, realizando-se a entrada dos fiéis pela parede lateral da nave.

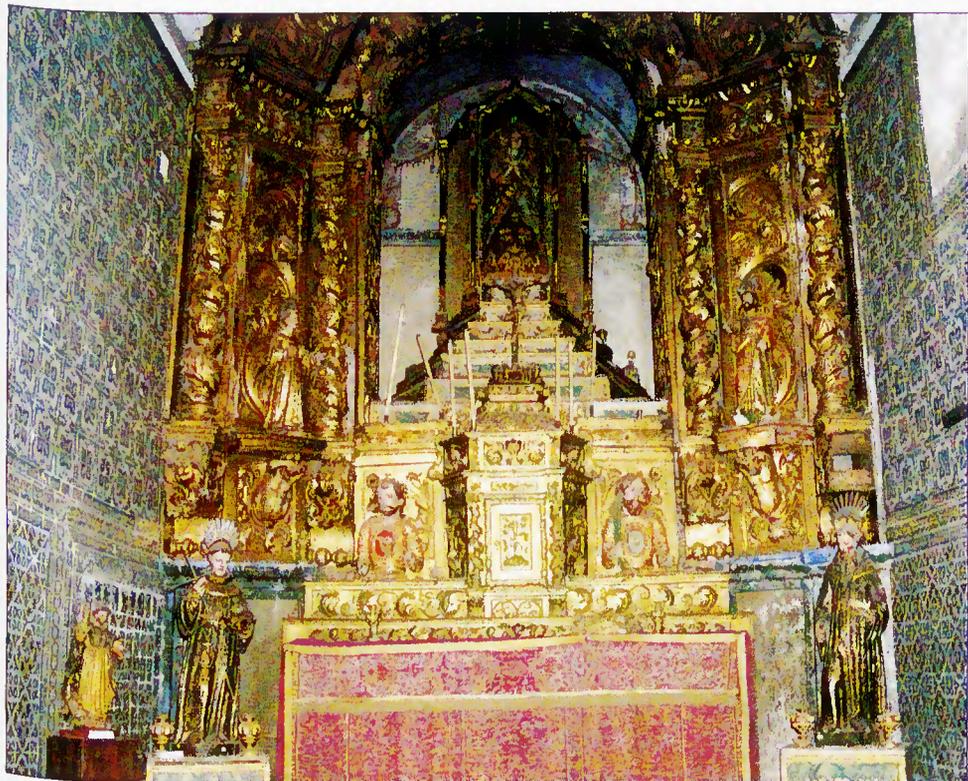
Em 27 de Dezembro de 1529 realizou-se a cerimónia da primeira profissão, na pessoa de Leonor da Cruz, e no dia 1 de Janeiro do ano seguinte começou a funcionar regularmente em comunidade claustral. A superfície ocupada pelo convento ocupou uma área considerável no centro urbano de Vila Viçosa, compreendido entre a Rua Florbela Espanca (onde se situa a frontaria axial), Rua de Santo António e Rua de Santa Cruz, e em 1598 foi obtida autorização do conselho de Filipe II para proceder à anexação da Rua da Torre.

No ano de 1678, conseguiram as freiras, através de doações e por compra, estender a cerca até à Travessa do Valderrama. As principais empreitadas do edifício tiveram a protecção do duque D. Teodósio II, que contribui para o início da construção do dormitório grande, para a Rua Florbela Espanca, o mirante, e a torre da igreja. A conclusão final do referido espaço (dormitório) teve efeito segundo contrato firmado no dia 4 de Fevereiro de 1653 pelo ta-



Foto Joaquim Satal

Portal da igreja de Santa Cruz, Rua Florbela Espanca
(antiga Corredoura)



Altar-mor

belião Francisco Durães e os oficiais de pedraria Pedro Ledo e Francisco Gonçalves, pela verba de 450.000 reis.

Os dormitórios gerais foram ampliados em 1707, sob a direcção do mestre Domingos Nunes, em acordo firmado com a comunidade, sem dispêndio de verbas, mas somente pela condição de aproveitamento de materiais de demolições feitas nas casas adquiridas em espaços anexos e na admissão claustral, de sua filha Inês Maria Cordeiro e da neta Catarina Maria Furtado, filha de João Proença. Outras obras importantes efectuadas em relação ao convento se realizaram durante este período, nomeadamente em 1767, sendo priora Maria Rosa de Santa Rita: em 1774, procedeu-se a uma

empreitada de carpintaria no noviciado, reparos na botica e no muro do quintal velho; no período compreendido entre 1776 e 1778 foi efectuada a rectificação da frontaria do convento e instalados novos telhados; de 1785 a 1788 foram construídas as varandas, os dormitórios grandes, o ante-coro e o dormitório das noviças¹.

Em 1794 procedeu-se a outra intervenção nos dormitórios com o custo de 12.825 reis e ainda a conclusão do restauro das varandas, onde se gastaram 29.115 reis. Os imóveis comprados para as ampliações de 1640, 1678 e 1699, incluindo o ferragal que se transformou em cerca, haviam pertencido a Gonçalo Mendes Mergulhão, assistente na Índia (este

¹ ESPANCA, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal* (Distrito de Évora), Vol. I, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1978.

grupo foreiro a D. Luís de Noronha e sua esposa D. Violante da Cunha) e a Francisco de Abreu. Os dados retirados do *Inventário Artístico de Portugal* permitem constatar que de facto, desde a sua fundação, o convento de Santa Cruz ocupou uma importância significativa no tecido urbano de Vila Viçosa, que foi complementado no séc. XVI e XVII, o que confirma o seu desenvolvimento em termos arquitectónicos e um número crescente de religiosas a integrarem este espaço.

De facto, professaram nesta casa até 1826 trezentas e quarenta e cinco monjas de véu negro, sendo a derradeira madre Henriqueta Máxima Peregrina do Céu, existindo catorze religiosas em 1834, aquando da publicação do decreto que extinguiu as ordens religiosas em Portugal. No ano de 1754, professavam no convento noventa e cinco monjas, sob o priorado de soror Mariana Micaela de Jesus.

O estabelecimento religioso foi encerrado oficialmente no dia 13 de Julho de 1883, por morte da última professa do hábito, Soror Rosa Adeodata de Santo Agostinho Regalo, tendo ficado devoluto depois da saída de todas as criadas e educandas. Este facto constituiu uma consequência directa da aplicação do decreto de Extinção das Ordens Religiosas, em 1834.

A igreja, na eminência de perder o culto regular, foi cedida a título definitivo pela Câmara Eclesiástica de Évora e pelo administrador do concelho de Vila Viçosa, Diogo de Castro, às Confrarias das Almas, erectas no templo do Espírito Santo, após diligências generosas dos habitantes da vila João António Correia Fusco, Mariano da Boa Morte Rosa e Francisco José Farrifa².

Esta cedência causou a delapidação, a posterior adaptação, a reconstrução, a divisão e a mutilação do espaço. No entanto, foi a ocupação leiga, laica e asfixiante que salvou, em

última instância, o convento de Santa Cruz da destruição total. No entanto, como já foi referido, este lugar regular foi profundamente remodelado após a extinção da ordem religiosa, por imposição de novas utilizações dos espaços. De facto, tal como salienta Nuno Teotónio Pereira³, durante os cem anos após a extinção das ordens religiosas, Portugal não necessitou de proceder à construção de grandes edifícios públicos. A preocupação era adaptar esses inúmeros espaços distribuídos por todo o território nacional às mais diversas utilizações.

A cerimónia de entronização das respectivas imagens nos altares colaterais da nave teve efeito com grande solenidade, no dia 4 de Novembro de 1883. O convento, cedido à Câmara após hasta pública deserta e dividido em três secções pouco depois de 1890, converteu-se em Escola Régia, moradia de professores primários e de empregados municipais e nela ainda funcionaram dois teatros populares, o posto de polícia, a sede dos Bombeiros Voluntários (que se mantém na actualidade), a estação dos Correios Telégrafos e Telefones e, em todo o piso térreo do claustro, a Sociedade Artística Calipolense.

Este facto é comprovado com a emissão de um documento (carta de lei), emitido pelo Ministério dos Negócios da Fazenda, datado de 16 de Julho de 1889, onde está referida a concessão do extinto convento de Santa Cruz, para a instalação de escolas do ensino complementar e suplementar, assim como para outros estabelecimentos de utilidade municipal. Também estava indicada no documento a autorização para alargamento da Rua da Torre, na ala sul do edifício do convento.

Segundo análise do documento, comprova-se que a Câmara Municipal do concelho de Vila Viçosa já tinha obtido anteriormente a posse provisória do edifício, por decreto do poder

² ESPANCA, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal* (Distrito de Évora), Vol. I, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1978.

³ PEREIRA, Nuno Teotónio. "Que fazer com os Conventos?" in revista *Pedra e Cal*, Lisboa, ano II, n.º 6 (Abril/Junho), 2000.

executivo. A única cláusula referida no documento que revoga a anterior decisão tomada em relação ao edifício indica que este espaço retornaria para a posse do Estado português caso não fossem cumpridas as indicações referidas anteriormente, e seria dada uma nova aplicação ao convento que não estava prevista no decreto referido.

A partir de Maio de 1891, foi igualmente inaugurado neste espaço o Clube Literário e Recreativo, consagrado à oficialidade da guarnição da vila, com um teatro privativo, que recebeu o nome de Duque de Bragança, sendo seu presidente o coronel Júlio César Ferreira Quaresma e tesoureiro o almoxarife do Paço Ducal, António da Conceição e Silva. Estes factos confirmam a elevada dimensão do convento, na medida em que a sua divisão deu origem a um conjunto significativo de instalações de diversos serviços e instituições que em alguns casos subsistem até à actualidade (nomeadamente, o caso da Sociedade Artística Calipolense e o Quartel dos Bombeiros Voluntários de Vila Viçosa).

Contudo, a estrutura básica da igreja e do convento manteve-se até hoje, com alguns reajustamentos e adaptações efectuadas de modo a permitir a funcionalidade de cada área de acordo com a função que fosse estabelecida. A partir de 1911, dá-se nova vaga de ocupação destes espaços, com a intervenção em locais onde a função continuara a ser semelhante à da sua vocação original. Desta forma, o mapa dos conventos coincidia (na maioria dos casos, de forma definitiva) com o de muitas escolas, hospitais, quartéis, asilos, museus ou demais estabelecimentos da administração pública.

À excepção da igreja, cuja propriedade pertence à Fábrica Paroquial da igreja de São Bartolomeu, os outros sectores do convento que iremos analisar e que são propriedade da Câ-

mara Municipal de Vila Viçosa, estão neste momento cedidos a diversos organismos da terra, nomeadamente e como já foi referido, à Sociedade Artística Calipolense (toda a área envolvente ao claustro do piso térreo), à Associação Juvenil Dr. Jardim, ao Instituto Português da Juventude, ao Lions Clube de Vila Viçosa, ao Calipolense – Clube Desportivo de Vila Viçosa e à Sociedade Filarmónica Calipolense, nos pisos superiores.

Todas estas entidades procederam a algumas alterações em relação à original concepção arquitectónica do edifício.

As referências históricas efectuadas em relação ao convento e igreja de Santa Cruz podem encontrar-se em diversos títulos bibliográficos, nomeadamente através da descrição elaborada por António de Oliveira Cadornega (capitão reformado, cidadão de São Paulo de Assunção e Juiz Ordinário, que era natural de Vila Viçosa), em 1683. Este autor descreveu de igual modo todo o património edificado deste contexto, salientando as suas principais características.

Esta obra foi oferecida ao Conde de Ericeira, D. Luís de Menezes. As indicações relativas ao convento de Santa Cruz são as seguintes:

“... O último Convento que aí naquela dilatada Vila é o Convento da Evocação de Santa Cruz, que, como sinal e bandeira tão excelente da nossa redenção se fala nele, tendo-se falado dos mais. Mas como sempre quem vai no extremo da procissão, ou acompanhamento que seja, leva o melhor lugar, não haverá que pôr culpa ao escritor desta narração o parecer que houve nisso descuido, sendo que não foi senão de passado por mais excelência. É este dito convento subordinado ao Convento de Nossa Senhora da Graça, daquele grande Doutor da Igreja militante Santo Agostinho...”⁴

Estas indicações são referidas e provam que o autor possuía conhecimento muito vasto

⁴ CADORNEGA, António de Oliveira. *Descrição de Vila Viçosa*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1982 (ed. fac-similada a partir de texto de 1683).

sobre o contexto calipolense, nomeadamente no que concerne a acontecimentos e edifícios importantes de Vila Viçosa. A sua análise sobre o convento de Santa Cruz contém ainda as seguintes indicações:

“... Tem esta clausura gente de muita nobreza e qualidade, sendo mais geral ao comum que, como apelido e vocação é de quem foi o principal estromento de redenção do género humano, rezão era que este sagrado convento fosse a todos comum, não havendo pera a entrada nele exceção de pessoa, sendo de pais cristãos e católicos do Grémio da Santa Madre Igreja de Roma.”⁵

Para a elaboração deste trabalho, surgiram algumas dificuldades relativamente à descrição contemporânea da igreja de Santa Cruz, na medida em que a sua fundação data do início do séc. XVI, e a primeira referência ao referido espaço surge em 1683, através da obra que acabámos de citar.

Consolidada após o terramoto de 1755, verifica-se que as frontarias encontram-se hoje muito modificadas, apenas se mantendo o carácter original da silhueta da igreja voltada ao ocidente, onde se destaca a torre quadrada – que se deve ao duque D. Teodósio II – e a portada do templo, de mármore estilo Renascença, com frontão triangular pousado sobre colunas dóricas estriadas⁶.

O corpo interior mantém a estrutura original de uma só nave, de planta rectangular. A capela-mor, profundamente alterada no séc. XVII, apresenta retábulo de talha dourada, de interessante traça barroca, ladeado por altares colaterais dedicados a Nossa Senhora dos Prazeres e Santa Mónica, decorados por frontais de azulejos policromos.

Relativamente ao modelo arquitectónico definido relativamente aos conventos de religio-

sas e na opinião de João Miguel Simões, na obra *Conversas à volta dos Conventos* é referido que o convento de Santa Clara de Évora, edificado em 1610 estabeleceu o protótipo contra-reformista para os conventos femininos em que a igreja deixava de ter qualquer ornamento exterior, excluindo mesmo a fachada do edifício, passando a entrada do templo a ser feita por uma porta lateral⁷.

Contudo, esta ocorrência verifica-se na igreja do convento de Santa Cruz – no entanto, a data de edificação deste espaço remonta a 1525. O mesmo autor refere que, a partir de 1610, as religiosas passavam a assistir ao culto na retaguarda ou no coro alto, separadas do público por pesadas grades de ferro.

Em contrapartida, o despojamento do exterior era compensado com o interior, ricamente ornamentado com azulejos, talha e pinturas, numa dialéctica corpo/alma: o corpo da freira devia ser simples, despojado e sem vaidade, como a fachada do seu convento, enquanto que a alma (interior) devia ser cheia de virtudes, bela e rica, tal como a igreja do mesmo edifício. Desempenhando, de forma surpreendente, um programa devocional para o qual concorre a pintura, a talha e o azulejo, a Arte organiza e hierarquiza a assembleia: a nave, destinada aos fiéis, a capela-mor, num plano mais elevado, destinado ao clero e, num registo superior, presentes na audição da cerimónia, mas ausentes do seu espaço físico, o coro alto onde se reuniam as freiras, reforçando o aspecto contemplativo do ramo feminino da Ordem dos Agostinhos.

Como na maior parte dos conventos femininos de clausura, o coro situado no fundo da nave da igreja em plano superior e por isso designado coro alto, separava a assembleia monástica do mundo exterior. De facto, a planta, a

⁵ Idem.

⁶ ESPANCA, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal* (Distrito de Évora), Vol. I, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1978.

⁷ SIMÕES, João Miguel. “Arte e Espiritualidade no Convento das Flamengas ao Calvário, em Lisboa” – *Conversas à volta dos Conventos*, coordenação da edição de Virginia Fróis, Casa do Sul Editora, 2002.

altura dos corpos edificados, o tipo e distribuição de aberturas, os principais percursos internos, e até aspectos importantes da decoração resultam, nestes espaços, de um objectivo principal: assegurar a separação entre mulheres e homens e garantir que só se encontrem em sítios ritualizados e vigiados. A igreja conventual constituía, deste modo, o lugar mais problemático destes locais, do ponto de vista de separação dos sexos.

O acesso do celebrante e dos leigos à igreja fazia desta um potencial lugar de contactos entre mulheres enclausuradas e homens. A porta pública é lateral ao corpo da igreja porque está tomado pelos coros o enfiamento do eixo longitudinal do corpo edificado. Entrando de lado, o leigo é imediatamente atraído para o altar mor, aqui situado à direita, desviando portanto o olhar

e a atenção dos coros das freiras – cujos arcos gradeados estavam, além disso, semi-encobertos por panejamentos. A separação entre freiras e leigos, era, desta forma, muito efectiva.

2. A CRIAÇÃO DO MUSEU DE ARTE SACRA DA IGREJA DE SANTA CRUZ

No ano de 1955, alguns responsáveis eclesiásticos de Vila Viçosa optaram então pela igreja de Santa Cruz como local de salvaguarda de um espólio constituído por aproximadamente cerca de 500 peças de Arte Sacra.

A iniciativa da recolha de peças e da posterior criação do Museu de Arte Sacra foi da responsabilidade dos párocos António Pacheco de Barbosa Mendonça e José Inácio Dias Duar-



Núcleo expositivo de imagens (corredor claustral)



Órgão positivo ou realejo, de características indo-europeias, do final do séc. XVIII, em madeira de carvalho e marfim (zona expositiva do coro alto)

te. O local escolhido para colocação das peças foi precisamente a igreja de Santa Cruz, por recomendação do Arcebispo de Évora na época, D. Manuel da Conceição Santos. Este espaço oferecia garantias de segurança e não era necessário para o culto religioso regular. Tais argumentos estiveram na origem da escolha para a concretização do museu e apresentação da colecção.

Foi desta forma iniciada a recolha de alfaias religiosas já referidas e que não eram utilizadas em termos litúrgicos, em várias igrejas de Vila Viçosa e de concelhos adjacentes (Borba e Alandroal). Entre a vasta colecção depositada na igreja de Santa Cruz destacavam-se peças de imaginária, paramentaria, mobiliário, ourivesaria e pintura, sobretudo dos séculos XVII e XVIII. A pesquisa e recolha do acervo foram concebidas pelos párocos já indicados, com a colaboração, em termos de organização, dos

párocos João António de Deus e (posteriormente) Edmundo Alves. Todo o processo foi seguido pelo Grupo Amigos de Vila Viçosa.

A fase de aplicação e concretização do museu foi acompanhada pela elaboração de documento que continha uma série de normas e cláusulas a aplicar, e relação de todas as peças integrantes da colecção à data de abertura do museu ao público. Este documento continha uma série de cláusulas que regulamentavam a exposição e o armazenamento das peças no espaço da igreja (aliás, único espaço disponível para a colocação dos objectos).

Entre as referidas normas, podemos destacar a futura recolha de objectos que já não fossem necessários para a realização do culto religioso nas igrejas de Vila Viçosa ou nas suas arrecadações, evitando-se assim o risco da sua perda ou degradação, a possibilidade de integração de depósitos de particulares e a hipótese de requisição de objectos, desde que fundamentada a sua necessidade de utilização para o culto divino. Deste modo, ficou definido que recolheriam ao museu todos os objectos que já não servissem para o culto e se encontrassem em vias de se perderem.

Foi elaborado um Livro de Tombo, com o registo de todos os bens do museu, a indicação da sua proveniência e a sua datação histórica. Este documento foi autenticado com as assinaturas dos párocos envolvidos no processo e os selos das freguesias de São Bartolomeu e Nossa Senhora da Conceição, tendo-se procedido posteriormente à elaboração de três cópias, que ficaram na posse de cada um dos párocos, um exemplar no Arquivo do Museu e o original enviado à Câmara Eclesiástica de Évora.

Também poderiam dar entrada no museu outras alfaias de culto, dignas de serem expostas, quer fossem pratos ou paramentos em uso, que poderiam ser requisitadas pelos párocos ou reitores das igrejas a que pertenciam, sempre que fossem necessárias para o culto

divino. Nenhuma das igrejas perderia o direito às suas peças que se encontrassem expostas no museu. Também poderiam recolher ao museu objectos de proprietários particulares, que ficariam em depósito nas mesmas condições das alfaias pertencentes às diversas igrejas aí representadas.

Cumpridas todas as regras, procedeu-se à cerimónia de abertura do museu ao público com a designação de Museu de Arte Sacra D. Manuel Mendes da Conceição Santos, arcebispo de Évora entretanto falecido. O acontecimento teve lugar no dia 8 de Dezembro de 1955, dia da Festa de Nossa Senhora da Conceição.

O espaço foi inaugurado pelo então nomeado Arcebispo de Évora, D. Manuel Trindade Salgueiro, na presença das autoridades civis e religiosas e da população da localidade. Esta conjugação de esforços dos párocos de Vila Viçosa para juntar no museu peças de várias igrejas e instituições, que continuavam aliás a ser pertença dos respectivos proprietários, constitui uma realização nem sempre fácil de conseguir e que mereceu e merece continuar a ser apoiada.

A colecção subdivide-se nas secções de ourivesaria, escultura, pintura, mobiliário e paramentaria. As obras de arte sacra que constituem o acervo do museu possuem uma intenção específica e bem delineada, na medida em que ultrapassaram um carácter meramente ornamental, definindo decisivamente a espiritualidade simbólica deste espaço.

Os objectos que formam o conteúdo das colecções do Museu de Arte Sacra foram recolhidos de diversas igrejas da área eclesiástica circundante e estão colocados arbitrariamente e, por questões de dificuldade científica, distribuídas por todo o edifício, que não reúne as mínimas condições em termos museográficos, que permita a adequada exposição das peças ao público.

De facto, o edifício apresenta diversas deficiências em termos de infiltrações e degrada-

ção de estruturas, factor que tem contribuído, de forma decisiva, para a deterioração dos exemplares que constituem as diversas colecções e que necessitam de uma intervenção rápida em termos de restauro. A secção de ourivesaria, a mais notável de todo o conjunto, com algumas peças de pintura e imaginária, está reunida no coro alto, área do conjunto edificado que reúne as condições mais favoráveis em termos de preservação e segurança.

Os núcleos de escultura, paramentaria, pintura e mobiliário estão distribuídos pelos corpos térreos da igreja, salientando-se a existência de exemplares que possuem merecimento artístico, histórico e patrimonial que deverão ser salvaguardados e preservados. Relativamente ao corpo da nave, podemos destacar a existência de vários objectos de imaginária, provenientes sobretudo do período barroco. As peças encontram-se distribuídas pela nave, apoiadas em suportes museográficos de madeira, que se encontram em estado avançado de degradação. Estes objectos compõem actualmente o acervo do Museu de Arte Sacra e são o resultado da recolha efectuada durante os anos 50.

Devemos salientar a imagem de São João Evangelista, de madeira intensamente policromada, de estilo barroco e do período inicial de D. João V, padroeiro da igreja da casa professa dos Jesuítas de Vila Viçosa. Também existe uma imagem de São João Baptista, concebida em madeira policromada bem esculpida, data da do séc. XVII, proveniente da igreja da Matriz de Vila Viçosa. Destaque também para as imagens de Nossa Senhora da Graça de madeira estofada do séc. XVII e Nossa Senhora do Rosário, de madeira policromada do séc. XVIII, antiga titular da Confraria erecta na igreja do Espírito Santo.

Devemos referir também a existência de uma imagem gótica de São Sebastião, padroeiro da ermida municipal de seu nome, que foi des-

truída em 1858 e estava situada na Rua da Aldeia de Cima. Esta peça foi retirada da igreja em meados dos anos 70 e encontra-se actualmente no Museu de Arte Sacra da Sé de Évora. Segundo as informações recolhidas, trata-se da peça com maior antiguidade do original acervo do Museu de Arte Sacra da igreja de Santa Cruz.

O coro alto contém numerosos exemplares de diversas categorias, que foram aí inseridos por questões de segurança, na medida em que este espaço tem melhores condições para a salvaguarda das peças.

A colecção de ourivesaria também se encontra exposta neste espaço, distribuída por vitrines de madeira e vidro de forma rectangular.

As peças de ourivesaria constituem o núcleo mais valioso da colecção de arte sacra incluída no museu e é também o conjunto que se mantém em melhores condições de preservação. À semelhança do que sucede em relação aos outros objectos do museu, a proveniência destas peças é variada e a sua origem pode ser encontrada nas diversas igrejas de Vila Viçosa e áreas circundantes, devido ao facto de não serem utilizadas no culto religioso. Entre as peças que compõem esta categoria destaca-se a Cruz Relicário da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos que terá sido provável oferta do duque D. Teodósio II – devoto e desvelado protector da Confraria da Cruz de Nosso Senhor Jesus Cristo, erecta no Mosteiro de Santo Agostinho –, executada por ourives anónimo no ano de 1598, data que se encontra gravada na parte inferior interna da base. Destinava-se essencialmente, ao cortejo solene das procissões da penitência e das Cinzas.

O discurso expositivo encontra-se imutável desde a concepção do museu em 1955, na medida em que não foram verificadas quaisquer alterações à disposição inicial das peças, ordenadas segundo critérios puramente baseados em aspectos formais ou cronológicos, consoante a matéria ou a datação.

Infelizmente, por impossibilidade de manutenção, o museu encerrou as suas portas durante 20 anos, de 1957 a 1997. Durante este longo período temporal, e dadas as condições ambientais do edifício (valores elevados de humidade relativa e temperaturas não adequadas à preservação da colecção), os objectos sofreram um processo de degradação de elevadas proporções, o que originou a necessidade de se proceder a uma intervenção em termos de restauro em relação à maioria das peças aí contidas. Durante o ano 2001 e 2002, o museu encontrava-se aberto ao público, através da aplicação de um protocolo de cooperação entre a entidade tutelar (Paróquia de São Bartolomeu) e a Região de Turismo de Évora. Contudo, a parceria estabelecida entre as duas instituições finalizou e o museu encontra-se actualmente fechado.

Passados mais de 50 anos, sem que tenha havido qualquer tipo de intervenção, quer a nível da conservação do edifício, quer da manutenção ou adaptação museográfica, o museu apresenta um aspecto degradado, com carência urgente de remodelação.

3. A ACTUALIDADE

Integrado num ambiente urbano secular, constituído por notáveis exemplares de arquitectura vernácula, militar, senhorial e religiosa, que constituem precioso registo histórico da importância patrimonial de Vila Viçosa, é notório que esta peça arquitectónica e o seu conteúdo devem ser recuperados com a maior brevidade possível. Este trabalho pretende também constituir um contributo válido para a compreensão da história local e para a caracterização integral do edifício em questão.

A actual pretensão de instalar uma unidade museológica no interior do espaço que forma a igreja de Santa Cruz, capaz de responder às

solicitações da comunidade local e que cumpra com eficácia todas as funções inerentes à pesquisa museal, surge na sequência da perda do culto religioso e no facto de o aproveitamento do edifício para a integração, preservação e exposição de peças de Arte Sacra ocorrer desde 1955.

Deste modo, a intenção de revitalizar este espaço tem em conta o seu passado remoto e recente e tem como objectivo preservar e salvaguardar o património móvel e imóvel que compõe o conjunto. Desta forma, a acção de aí conceber um espaço museológico terá como directriz a instalação adequada de uma colecção patrimonial de carácter sacro, que possibilite a conservação, investigação, divulgação e exposição de uma herança que constitui parte integrante da história calipolense, salvaguardada e mantida num ambiente reabilitado, recuperado e adaptado em pleno às suas novas funções.

O objectivo consiste sobretudo na abertura do museu à comunidade e com ela interagir, numa dinâmica sócio-cultural enriquecedora que não se limite somente às funções já referidas, na medida em que não deverá o museu restringir a sua acção à concepção estática de conservar, restaurar e expor o património tangível – também será importante valorizar a vertente intangível, que remete para a identidade, a personalidade e a história do Homem.

Devemos salientar também que os museus, independentemente da sua vocação ou tutela, surgem cada vez mais como pontes de diálogo

entre a diversidade cultural das diferentes sociedades e regiões, como sustentáculos da memória e da consciência da sociedade e assumem-se como verdadeiros habitáculos vivos do património cultural.

BIBLIOGRAFIA

CADORNEGA, António de Oliveira. *Descrição de Vila Viçosa*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1982 (ed. fac-similada a partir de texto de 1683).

CALADO, Frei Manuel. *O valeroso lucideno, e triumpho da liberdade*. Oficina de Domingos Carneiro, Lisboa, 1668.

CUNHA, Mafalda Soares da. *Redes clientelares da Casa de Bragança: 1560-1640*, Universidade de Évora, 1997 (tese de doutoramento, policopiada).

ESPANCA, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal* (Distrito de Évora), Vol. I, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1978.

ESPANCA, Túlio. *Mosteiros de Vila Viçosa*, Évora, 1970.

PEREIRA, Nuno Teotónio. "Que fazer com os Conventos?" in revista *Pedra e Cal*, Lisboa, ano II, n.º 6 (Abril/ Junho), 2000.

SIMÕES, João Miguel. *Arte e Espiritualidade no Convento das Flamengas ao Calvário, em Lisboa* – Conversas à volta dos Conventos, coord. de edição de Virginia Fróis, Casa do Sul Editora, 2002.

Tempo de Ciência, Indústria e Tecnologia

A «Fábrica de Refrigerantes Serra d'Ossa», do Redondo

António Rei

1. PRIMÓRDIOS: A «EMPRESA DE REFRIGERANTES SERRA D'OSSA»

A «Empresa de Refrigerantes Serra d'Ossa» foi criada em Redondo e destinava-se, como o seu nome indica, à produção de bebidas refrigerantes em que a matéria-prima das mesmas era a água da Serra d'Ossa – a qual, mercê das obras de canalização levadas a cabo entre 1897 e 1903¹, era então a fonte de abastecimento público de água da vila.

A empresa foi constituída inicialmente por uma sociedade que integrava quatro sócios investidores, dos quais destacaremos dois: Joaquim Brandoa Furtado, o sócio maioritário, e João Martins Barrancos. Este, acabou mais tarde por vir a ter uma relação de proximidade familiar com a família Charrua da Silva Botas, posterior detentora da mesma fábrica, através do casamento de uma das suas filhas, Maria Antónia Barrancos, com Eugénio de Sousa Botas, neto de Francisco da Silva Botas.

A «Serra d'Ossa» constituiu-se depois de o abastecimento de água ter deixado de ser exclusivamente público e gratuito, altura em que era feito através de vários fontanários e de um charfaz e passou a ser também privado, domiciliário e taxado. Tudo isto ocorreu a partir de 1928.

Desta forma, já se tornava possível contabilizar e gerir o gasto de água consumida na produção dos refrigerantes, ou seja, qual era o preço da matéria-prima.



Francisco da Silva Botas (1869-1939)
Fotografia de 1898

A fábrica onde deveriam ser produzidos os refrigerantes foi estabelecida, desde o início, num espaço situado entre a Travessa dos Valérios e a Rua de Montoito, na vila de Redondo, e aí se manteve desde a sua fundação, ainda pela sociedade inicial, até ao início da década de 70, já há muito nas mãos dos Botas.

A primitiva «Empresa de Refrigerantes Serra d'Ossa» começou a ter problemas ainda em 1929, quando a publicidade que fazia propaganda aos «pirolitos» e que surgia no jornal local *Serra d'Ossa*, acabou sendo suspensa a partir de Março desse ano². Sem lucros ou deficitária, penosamente e sem solução arrastou a sua existência até ao ano de 1932, quando foi adquirida pela firma «Francisco da Silva Botas & C.^{ia}».

Entrava assim a chamada “fábrica dos pirolitos” na posse da família Botas, na qual ficaria

¹ Sobre este período da história local, v. António Rei, *O Abastecimento de Águas da Serra d'Ossa à Vila de Redondo (1893-1903)*, Redondo, 1997 (policopiado), texto galardoado no Prémio EPAL 1996-97, Lisboa, que esteve exposto na Mãe d'Água das Amoreiras, em Junho-Setembro de 1997.

² Durante Fevereiro e grande parte do mês de Março, a publicidade está presente. Nos números do final do mês foi suspensa e não mais se voltou a encontrar (v. *Serra d'Ossa*, os números do jornal relativos aos meses de Fevereiro e Março. 1920-1929, na posse de nossa mãe, Maria Adelaide da Silva Botas Rei).

durante cerca de meio século, e iria tornar-se numa grande divulgadora do nome familiar através da incorporação da peça “falante” de um par de botas na insígnia empresarial da fábrica.

2. A «FIRMA FRANCISCO DA SILVA BOTAS & C.^{ia}» – BREVE RESUMO

Sendo a firma «Francisco da Silva Botas & C.^{ia}», a detentora e a gestora da «Fábrica de Refrigerantes Serra d'Ossa», convém que nos detenhamos um pouco na sua trajetória. É que entre 1932 e 1963 trata-se de uma história conjunta, ainda que não completamente idêntica, pois se toda a história da fábrica, naquele período, é parte integrante da história da firma, a da firma não se compunha, no entanto, exclusivamente da da fábrica.

A firma «Francisco da Silva Botas & C.^{ia}» foi criada em 1925, por Francisco da Silva Botas e por dois dos seus filhos, designadamente João Francisco Charrua Botas e José Maria Botas³. A constituição teve lugar em Redondo, poucos meses antes do casamento de José Maria Botas, em Lisboa, em Novembro de 1925, e do seu posterior regresso a Redondo, pois residia, havia anos, na capital. Desta forma, a firma passava a exercer uma gestão conjunta de todos os negócios familiares e manter-se-ia como tal até à primeira metade da década de 60.

A «Francisco da Silva Botas & C.^{ia}», no seu início, entre 1925 e 1932, apenas se dedicava ao sector comercial, gerindo a “Casa Confiança”⁴. Foi a partir de 1932 que passou a ter também um sector industrial, em paralelo com o comercial, que já vinha de trás.

Após o falecimento de Francisco da Silva Botas, ocorrido em 1939, a firma continuou a ser gerida pelos mesmos dois filhos, João Fran-

cisco Charrua Botas e José Maria Botas, que conjuntamente com o pai a tinham constituído em 1925.

A composição da gerência da firma só se veio a alterar, por apenas alguns anos, e já na fase final da sua existência, em princípios de 1959, passando a integrar, além daqueles dois sócios fundadores, mais dois: um filho de João Francisco Charrua Botas, Eugénio de Sousa Botas, a quem caberia a gestão dos negócios em Évora; e um genro de José Maria Botas, António Rei, contabilista e técnico de contas, casado com a filha mais nova de José Maria Botas, Maria Adelaide da Silva Botas, a quem caberia a responsabilidade pela escrita contabilística da firma.

Esta nova composição não se manteve por muito tempo, pois em finais de 1963, a «Francisco da Silva Botas & C.^{ia}» teve o seu epítogo, com a conseqüente separação completa dos sectores industrial e comercial da mesma, que passaram, respectivamente o industrial para João Francisco Charrua Botas e o comercial para José Maria Botas.

3. GESTÃO DA «FÁBRICA DE REFRIGERANTES SERRA D'OSSA» ATRAVÉS DA FIRMA «FRANCISCO DA SILVA BOTAS & C.^{ia}»

A gestão da «Fábrica dos Refrigerantes Serra d'Ossa» através desta firma pode ser repartida em três fases:

1.^a – 1932-39

Uma primeira fase, correspondendo ao período em que Francisco da Silva Botas ainda era vivo.

Tem início logo neste primeiro período 0 que chamaremos de ‘heráldica da empresa’, 0

³ Francisco da Silva Botas casara em 1892 com Maria Vitória Charrua, filha de João Francisco Charrua, de Redondo, e de Teresa de Jesus, de Pardais (Vila Viçosa). Deste casamento houve quatro filhos: Rosa da Conceição da Silva Botas (1893-1978), João Francisco Charrua Botas (1896-1968), José Maria Botas (1898-1976) e Virgílio Augusto da Silva Botas (1904-1976).

⁴ «Casa Confiança», casa comercial que no início pertencera ao sogro de Francisco da Silva Botas, João Francisco Charrua, pai de sua esposa Maria Vitória Charrua.

seu emblema ou símbolo, ou o que modernamente poderíamos chamar o seu 'logótipo'.

Foi inicialmente de forma circular, e sempre do tipo "falante", pois ostentava na parte superior do círculo um par de botas, alusivas ao nome da família⁵, e na destra, fundo e sinistra do mesmo círculo, e por aquela ordem, as iniciais «R. S. O.» de «Refrigerantes Serra d'Ossa».

O emblema surgia nas caixas das garrafas, nos papéis e facturas da fábrica, veículos de distribuição, e, durante muito tempo, até 1964, numa pequena medalha metálica que vinha presa à garrafa dos «pirolitos».

A fábrica produzia os «pirolitos», que eram engarrafados em garrafa de vidro, fechada à pressão, com um berlinde de vidro.

A época de produção prolongava-se de Maio a Outubro, não indo muito além da Feira de S. Francisco, que tradicionalmente, ainda hoje decorre entre 4 e 6 de Outubro.



Logótipo da fábrica

2.^a – 1939-59

O falecimento de Francisco da Silva Botas não veio dar origem a nenhuma alteração significativa na dinâmica da fábrica. Foi durante este período que começou a expansão do negócio no distrito de Évora.

Em 1957, a fábrica dos «pirolitos» fez 25 anos nas mãos da família Botas. Tal facto deu origem a celebrações, entre elas a participação de um dos veículos automóveis de distribuição dos refrigerantes, devidamente engalanado, no



Camioneta que participou no Corso do Carnaval de 1957

curso carnavalesco desse ano. Os mais jovens da família, vestidos com réplicas das fardas dos operários e operárias da fábrica, foram nesse carro. Note-se que ostenta as duas datas, 1932 e 1957, incorporadas na decoração.

Aquando desta efeméride de um quarto de século da fábrica nas mãos da firma «Francisco da Silva Botas & C.^{ia}», a expansão comercial da mesma cobria praticamente todo o distrito de Évora, estendendo-se ainda a Elvas, no distrito de Portalegre.



Familiares dos proprietários da fábrica, fardados a rigor, por altura do corso carnavalesco de 1957

⁵ O desenho inicial do par de botas foi da autoria de Arminda Gomes da Silva Botas, esposa de José Maria Botas.

3.^a – 1959-63

Foi neste período que a composição da gerência da firma veio a sofrer alterações, já na fase final da existência da «Francisco da Silva Botas & C.^{ia}».

As mudanças na gerência não se traduziram em quaisquer inovações substanciais, quer na dinâmica quer nos ritmos de produção, quer nas áreas abrangidas pela distribuição dos refrigerantes.

GESTÃO DE JOÃO FRANCISCO CHARRUA BOTAS (1964-1967)

Com o fim da «Francisco da Silva Botas & C.^{ia}» deu-se uma mudança na gestão, que deixou de ser colegial, para passar a individual, modelo que se manterá até ao final, se exceptuarmos o pós-25 de Abril de 1974.

Entre 1964 e 67, durante a gestão de João Francisco Charrua Botas, houve significativas alterações e inovações na produção da fábrica.

Deu-se o abandono definitivo das velhas garrafas dos «pirolitos», e a adopção da garrafa de 'carica', considerada mais higiénica do que as anteriores.

Além desta alteração relativa ao vasilhame, o qual se mantivera inalterado desde o início da fábrica, deu-se uma inovação na feitura do produto, e que foi o início da produção de laranja.

Esta era obtida a partir de concentrados de sumo de laranja importados de Espanha, sendo a abastecedora a firma Lucta, S. A., de Madrid⁶.

Durante este período, o emblema das 'botas' passou a cobrir completamente a superfície da carica e o par de botas surgia também no centro de um género de rótulo estampado na garrafa. As botas lisas surgiam nas garrafas

usadas nas gasosas, enquanto as que tinham as botas ponteadas se destinavam à laranja.

As iniciais «R.S.O.» surgem então sobre o par de botas e por cima da palavra «Redondo», como na imagem reproduzida no presente texto, a partir de uma garrafa deste período.

Este tipo de rótulo e uma informação sobre a composição da bebida em causa, no lado oposto ao do rótulo são também inovações deste período, totalmente inexistentes durante o período mais longo, de 1932 a 1963.

Este período termina com o falecimento do proprietário e gestor João Francisco Charrua Botas, em 1967, passando esta função para o filho Eugénio de Sousa Botas.

GESTÃO DE EUGÉNIO DE SOUSA BOTAS (1967-1976)

Desde o falecimento de João Francisco Charrua Botas, e apesar de Eugénio de Sousa Botas ser, de facto, o gestor, a propriedade da fábrica ficou sempre em nome da mãe deste último, Isália de Sousa Botas, aparecendo documentalmentemente sempre sob a forma «Viúva de João Francisco Charrua Botas».

Eugénio de Sousa Botas procurou dar à empresa um novo dinamismo, projectando-a decididamente para além do Alentejo.

Assim, e no seguimento, da inovação que fora introduzida já antes por seu pai, a laranja, Eugénio de Sousa Botas em 1970 lançou uma nova bebida, chamada *Fruti-Sol*, numa clara concorrência às produções da *Sumol*.

Era o mesmo género de garrafa de vidro verde-escuro e em que apenas se distinguia se o *Fruti-Sol* era de laranja ou de ananás, pela cor das caricas. Enquanto as caricas das gasosas

⁶ O colapso das fontes da Serra d'Ossa traduziu-se em vários anos de falta de água em Redondo, que se prolongaram desde os finais da década de 60, toda a década de 70 e inícios da de 80. Para obstar a essa falta, as pessoas avariaram-se de todos os vasilhames possíveis. O 'Tio João', forma familiar de tratamento de João Francisco Charrua Botas pelos sobrinhos e sobrinhos-netos, deu a nossa mãe, Maria Adelaide da Silva Botas Rei, alguns bidões de 30 litros, que eram os da Lucta, S.A., onde vinham os concentrados de laranja para as laranjadas da Fábrica. Ainda temos um bidão desses em nosso poder.

e laranjadas foram sempre com o desenho em negro, nestas a cor vermelha identificava a laranja e o verde o ananás.

O lançamento deste novo produto foi feito durante uma festa organizada pela «Refrigerantes Serra d'Ossa» que teve lugar na Praça de Touros de Redondo, e na qual o ponto alto foi a actuação de Amália Rodrigues e seus guitarristas.

No ano seguinte, 1971, iniciaram-se as obras de construção das novas instalações da fábrica na zona do Poço da Faia, junto à saída para Évora. Esta alteração logística foi a primeira e única, em toda a história da «Refrigerantes Serra d'Ossa» e que levaram à mudança da fábrica do local onde tivera o seu início e onde se mantivera desde 1928.

Também desde este mesmo ano e até 1974, deu-se uma grande expansão económico-espacial da empresa que conseguiu cobrir todo o sul e parte do centro do País: os refrigerantes eram vendidos nos distritos de Lisboa, Setúbal, Santarém, Castelo Branco, Portalegre, Évora, Beja e Faro. Mantinham-se regulares exportações para a Madeira e para a Guiné e chegaram a ser equacionadas possibilidades de exportação também para Angola.

A produção é ampliada também às garrafas de litro, quer de gasosa quer de laranjada, e chegaram a aparecer, embora em menor número, também de *Fruti-Sol*.

As de gasosa tinham as letras e símbolos em azul e as de laranjada em vermelho, sendo as garrafas transparentes. As garrafas de *Fruti-Sol* eram verdes, como as mais pequenas, e com as letras e símbolos em branco.

Estas garrafas de litro dos 'Refrigerantes Serra d'Ossa' foram as primeiras em Portugal, com patente registada, a apresentarem tampas de enroscar, e já não caricas.

Na sua fase final as tampas de enroscar perderam o par de botas e apresentavam apenas um estilizado "B".

Outros objectos foram produzidos para complementar a produção de bebidas. Foram produzidos copos, alguns modelos diferentes, que eram disponibilizados aos clientes para neles servirem as respectivas bebidas da marca. Além de diferentes legendas, ligadas às diversas produções, traziam o par de botas.

Foram ainda produzidos talheres, que levavam o par de botas inscrito num círculo e sobreposto às iniciais "R.S.O."⁷. Eram também facilitados aos clientes, tal como os copos; ou ainda eram oferecidos em ocasiões que tal justificassem.

Para esta fábrica, que estava então apostada preferencialmente na exportação para os territórios em África, o 25 de Abril de 1974 acabou por ser bastante penalizante, tendo vindo a coarctar aquele movimento de expansão.

A partir deste momento, a gestão da fábrica encaminhou-se para a sua fase final, em que Eugénio de Sousa Botas associou à gestão da dita a recém-constituída Comissão de Trabalhadores.

Foi esta a situação, entre meados de 74 e 76. Era a solução social possível, mas na realidade não resolvia economicamente a situação.

Foi-se dando uma cada vez maior diminuição de vendas, que levou a uma cada vez menor competitividade. A incapacidade de se manter no mercado, entretanto ocupado por outras marcas, levou a «Refrigerantes Serra d'Ossa» à falência em 1976, depois de 44 anos de existência da mesma fábrica nas mãos dos Botas.

As últimas instalações desta fábrica, as que tinham sido construídas junto à saída para Évora, mais tarde, após a falência da mesma, vieram a ser adquiridas pela Adega Cooperativa de Redondo, e são hoje parte integrante da mesma. Com ligeiras alterações, os edifícios mantêm a traça exterior original.

⁷ Antigos empregados da fábrica, alguns que abriram mais tarde restaurantes, ainda não há muito tempo tinham ainda em uso nos seus estabelecimentos talheres 'dos Botas'.

Assim terminou um projecto industrial ligado à água, num concelho que tradicionalmente gravita, desde a segunda metade do século XIX, entre os cereais e o vinho.

Em jeito de remate, agradecemos a todos os membros da família Botas que nos forneceram documentação, informações, objectos e imagens que possibilitaram este pequeno trabalho,

apenas circunscrito à fábrica de 'Refrigerantes Serra d'Ossa'⁸: nossa mãe, Maria Adelaide da Silva Botas Rei; tia Maria Arminda da Silva Botas Baleizão; prima-irmã Maria da Graça Botas Baleizão; 3.ºs primos João José Barrancos Botas e Rui Eduardo Barradas da Silva Botas, e por último, e os últimos são os primeiros, o 2.º tio, o último proprietário e gestor da fábrica de '*Refrigerantes Serra d'Ossa*', Eugénio de Sousa Botas.

⁸ Pela natureza do mesmo, e pelas normas da publicação em que se insere, não será possível utilizar todas as potencialidades iconográficas que temos vindo a reunir.

SOCIEDADE FABRIL ALENTEJANA (SOFAL)

O passado glorioso de uma grande unidade industrial de Vila Viçosa – 2.ª parte

António Rosa

Como prometido no número anterior desta revista, vou continuar a descrição da actividade da SOFAL, Sociedade Fabril Alentejana, L.^{da}, grande empresa transformadora de produtos agrícolas que laborou em Vila Viçosa entre 1923 e 1982. Conforme anteriormente referi, a sua

actividade era bastante diversificada, estendendo-se do lagar de azeites e refinaria à moagem de cereais, passando até pela saboaria, de modo a fazer o integral de todos os sub-produtos dos sectores principais, deste modo rentabilizando globalmente a sua actividade.



Foto. Joaquim Saial

SOFAL

Não tendo ficado, no número anterior, de modo algum esgotados os assuntos releccionados com o sector dos azeites, talvez o mais florescente desta empresa, prometi-vos que neste número da *Callipole* vos iria falar do sector da moagem, que em dada época não foi menos importante, e é isso que terei de fazer, dadas as limitações de espaço que a publicação impõe.

Como já tive ocasião de referir, dada a ausência de documentação escrita, todas as minhas fontes assentam na descrição detalhada que esse poço de conhecimentos que é o senhor João Garcia Correia me vai pacientemente fornecendo. Assim, não sou eu que vos conto. É ele que, com todo o seu entusiasmo, apesar da idade avançada, vos relata os pormenores como se os estivesse a viver na actualidade. O seu co-

nhecimento de todos os sectores da extinta empresa era profundo, dado que aí passou quase toda a sua vida, desde os 12 anos de idade, e a sua memória é prodigiosa.

Quando a Sociedade Fabril Alentejana se constituiu, a moagem de cereais era o seu principal objectivo, tendo a sua instalação prevista para o edifício da Martim Afonso de Sousa (dita Rua da Guarda), muito embora nunca aí tenha funcionado, pois com a aquisição do edifício do Convento de São Paulo melhoravam substancialmente as condições de laboração neste novo/velho espaço, permitindo até o alargamento da fábrica a outros sectores de produção que já estavam na mira dos proprietários, como na realidade veio a acontecer.

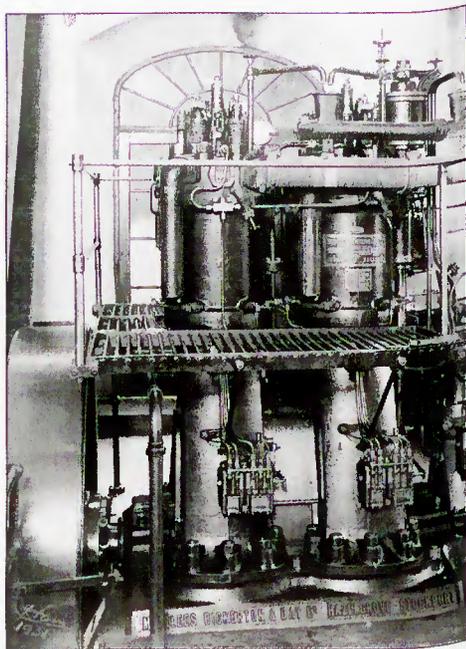
A moagem foi feita sob as orientações de Ângelo Garcia e Garcia (tio do meu entrevistado), que era filho de um engenheiro basco que no século XIX instalou as principais moagens no nosso país e com quem muito aprendera. Acabou por ficar em Vila Viçosa, com a responsabilidade técnica das instalações da SOFAL.

Em 1950 foram feitas obras no antigo convento de São Paulo que servia as instalações fabris da SOFAL desde o início da sua laboração, para as tornar mais desafogadas e principalmente porque a remodelação da refinaria o exigia. Essas obras recaíram essencialmente no coro da igreja, tendo no entanto também o corpo da capela, dada a considerável altura da sua nave central, permitido o desdobramento vertical em dois espaços, ficando também a secção de moagem beneficiada, visto que a parte superior ficou destinada à embalagem e ao armazém da farinha e do farelo.

A energia motriz de toda a fábrica era assegurada, nos primórdios da empresa, por um motor monocilíndrico, de concepção muito antiga, a funcionar a gás pobre, com potência útil de 75CV. Este motor tinha uma fornalha vertical, com capacidade de cerca de 800 litros, onde era queimado carvão vegetal. Apesar dos

longos anos de serviço continuado, manteve sempre o seu pistão de origem, sem desgastes excessivos e sem necessidade de substituições, o que é verdadeiramente admirável.

Um pouco mais tarde, foi comprado um motor inglês mais evoluído, da marca “MIRRLEES BICKERTON & DAY, L^{td}” fabricado em Hazelgrove, com uma potência de 150CV e já de dois enormes pistões verticais, a funcionar em ciclo *diesel*, cuja fotografia parcial se apresenta. É curioso referir que a recepção e entrada em funcionamento deste motor obrigou às primeiras obras no edifício do convento, tendo sido necessário rasgar um janelão e transformá-lo em porta para dar acesso a uma máquina de tal volumetria, além da escavação no solo da caixa para a metade inferior do seu enorme volante.



Motor da SOFAL

Este motor estava instalado na zona do altar-mor da igreja e accionava um veio colocado um pouco mais à frente, na zona do cruzeiro, que era o veio geral de todo o movimento, o coração da fábrica. A este veio estavam aco-

plados tambores de ferro fundido, com cerca de 1m de diâmetro e 30cm de lastro, para transmissão do movimento por correias de couro aos quatro pisos da instalação, servindo a moagem, o lagar e a refinaria.

Dada a necessidade de garantir a ausência de vibrações e também de assegurar a solidez ao conjunto, o assentamento do moente deste veio estava numa zona subterrânea, construída especialmente para o efeito, com os necessários *fixes* de fixação, cuja obra esteve a cargo do Sr. Nogueira.

Ainda a propósito da utilização deste motor *diesel*, convém dizer que quando passou a ser feito o fornecimento e distribuição de energia eléctrica em Vila Viçosa, a ele foram acoplados dois geradores de corrente contínua, que trabalhavam em simultâneo, sendo a SOFAL a abastecer a rede de iluminação pública e a rede dos clientes domésticos com corrente a 220v de tensão, situação esta que se manteve por vários anos até à distribuição pela Hidroeléctrica do Alto Alentejo.

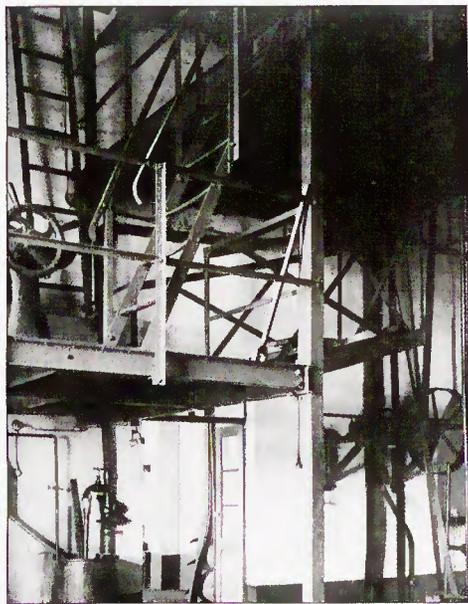
Quando ocorreram as obras que já atrás referi e em que foi dividido o corpo da igreja em altura, os pisos passaram a ser acedidos por escadas de madeira com corrimão e lanços sobrepostos, de acesso aos quatro pisos da instalação.

Descrição da moagem

O sistema utilizado na moagem assentava essencialmente na trituração do cereal em moinhos mecânicos, cujo accionamento era conseguido por transmissão do movimento a partir do veio motor acima referido. Mas antes da operação de moagem propriamente dita, o cereal a ser trabalhado percorria uma série de circuitos de preparação que constavam de lavagem, com eliminação das impurezas que trazia da ceifa, secagem e regulação do seu grau de humidade, com tempos de estágio até atingir as boas condições de ser processado.

Assim, mediava uma série de dias, que poderiam ir de três a uma semana, entre a recepção e a trituração, para que se atingissem condições de trabalho que permitissem uma boa qualidade para o produto acabado, a farinha. Durante este período ocorriam por vezes várias passagens pelo sistema de depuração e limpeza que passo a descrever, dependendo do número de operações do grau de pureza do cereal recepcionado.

O cereal, essencialmente trigo, de varias variedades como trigo mole, trigo tremês, trigo rijo, etc., era deslocado entre os vários locais onde iria sofrer cada uma das operações que o preparavam para a operação final da moagem. O manuseamento do trigo era facilitado pela configuração dada ao sector da moagem, isto é, pela arquitectura e *layout* do processo, que aproveitava um desenvolvimento da fábrica em altura, com quatro planos verticais, que se desenvolviam entre a cave e o 2.º andar, para otimizar custos energéticos tirando partido da gravidade, com muitos circuitos de queda livre do cereal, nos quais não havia consumo de energia.



Planos verticais

Foto Bonifino Faria, 1931

Preparação para a moagem

O trigo que era descarregado num teigão de recepção ao nível do rés-do-chão, descia até à cave para daí ser elevado num sistema de nora com alcatruzes até ao 2.º andar, onde era pesado numa balança de descarga automática, que pesava 50 Kg entre cada abertura para descarga, despejando para um **torno decantador**. O prato da balança possuía um espigão que, no momento da descarga, accionava um contador mecânico.

O torno decantador, que trabalhava associado directamente à balança automática, não era mais do que um crivo cilíndrico rotativo, com três joeiros internos, de malha diferenciada, paralelos aos seus topos, que faziam a separação do grão pelo seu calibre dimensional. Este torno decantador tinha o eixo inclinado para facilitar a operação de crivagem selectiva, sendo as três zonas de queda do cereal crivado a primeira separação por calibres.

O trigo aqui joeirado no 2.º andar, passava então por gravidade ao 1.º andar onde se continuava a operação de limpeza num aparelho designado por **tarara**, que utilizava a diferença de peso e de volume dos grãos sãos e dos grãos mirrados e pouco desenvolvidos (o chamado *trigo falido*) e também de corpos estranhos que ainda trazia misturados mesmo após as operações anteriores. A tarara tinha uma tremonha de recepção superior, em forma de grande funil, de onde caía naturalmente o cereal, sendo interceptado na sua queda por uma corrente de ar transversal provocada por um ventilador mecânico de pás de madeira que sopravam as palhas, os grãos partidos e outros corpos estranhos mais leves para uma zona de recepção de impurezas mais afastada, caindo o cereal de qualidade imediatamente por debaixo da tremonha, num peneiro horizontal, animado de movimento oscilatório.

Junto da tarara, por ser uma das zonas mais poluídas por poeira, foi colocado um enorme ex-

tractor/exaustor que encaminhava o pó por condutas até dois ciclones de dispersão de poeiras colocados em cima do telhado, na parte mais elevada da construção. Não havendo ainda legislação que a tal obrigasse, é curioso reparar nos cuidados desses gestores que, há quase um século atrás, já demonstravam algumas preocupações de ordem ambiental e tinham a noção exacta de como as coisas deveriam ser feitas.

Descia então o cereal, por queda livre à cave, onde era recepcionado numa **bandeja** que alimentava uma outra nora que por sua vez o elevava novamente ao 2.º andar da instalação, para a passagem pelo **trior**.

Uma das grandes vantagens da circulação rápida do cereal entre os vários pontos desnivelados onde era trabalhado, com quedas por gravidade entre os vários patamares, era a perda do teor de humidade do grão, pelo seu íntimo e prolongado contacto com o ar seco do ambiente da fábrica, além da separação natural de algumas poeiras ainda a ele agregadas.

É talvez curioso referir aqui o modo de concepção destas noras que faziam a elevação do produto a trabalhar. Eram constituídas por dois tambores colocados nos extremos do desnível a vencer, sendo o tambor mandante o mais próximo do veio motriz e a ele ligado por correia de transmissão e o tambor mandado o que ficava no ponto mais afastado. Entre os tambores circulavam cintas, de cerca de 20cm de largura, fabricadas em tela especial de elevada resistência, do tipo da lona, e tinham, a espaços regulares na cinta, pares de ganchos, um junto de cada bordo, para encaixe dos alcatruzes que eram feitos de folha-de-flandres e facilmente substituíveis. O sistema funcionava no interior de uma conduta quadrangular de madeira, para evitar que se dispersassem quaisquer grãos de cereal em queda. Assim, havia sempre o retorno à bandeja da cave, sem nenhuma perda. Em todos os pisos da instalação atravessados pela nora existiam escotilhas na referida conduta, de modo

a permitir a eventual substituição de um alcatruz ou qualquer outra operação de manutenção deste sistema de elevação do cereal.

Continuando a acompanhar o circuito que o cereal descrevia nesta fase de preparação para a moagem, chegado ao trior era novamente crivado. Este aparelho era constituído por um sistema duplo em que havia um trior superior, com três crivos internos e com uma determinada inclinação e um outro trior inferior, também de três crivos, com inclinação contrária, sendo o cereal obrigado a passar sequencialmente pelos seis crivos. O accionamento desta máquina era feito por carros que obrigavam a que o movimento dos triores fosse simultâneo mas de sentido inverso.

O cereal, depois da passagem pelo trior duplo, vinha então à **lavadora-secadora** que se localizava no rés-do-chão, num anexo para o efeito construído. Descia em tubagem, por gravidade, e caía no sem-fim da lavadora, que trabalhava com circulação de água em contracorrente até ao meio, isto é, até ao nível do eixo do sem-fim. Havia na parte inferior da meia-cana da caixa do sem-fim furação fina para escoamento da água de lavagem.

Após a lavagem, o cereal entrava, ainda molhado, no sistema da máquina secadora, que lhe era contígua e constituída por três cilindros de rede, sobrepostos verticalmente. A rede era de malha muito fina, com escamas imbricadas pela face interna. O conjunto tinha um veio vertical que animava a secadora com alta velocidade de rotação, entrando o cereal a secar pela parte inferior da máquina e subindo por acção da força centrífuga.

A projecção violenta do grão contra as escamas imbricadas da rede provocava inclusivamente o descasque deste, além da sua secagem. A velocidade de rotação era tal que o cereal saía projectado pela parte superior do último cilindro, sendo posteriormente encaminhado por um outro sem-fim para os teigões de secagem.

Os **teigões de secagem**, onde se fazia a separação dos lotes dos trigos pelas qualidades e condições de secagem, em função do teor de humidade que ainda retinham, funcionavam também como silos de armazenamento do cereal a aguardar moenda (recorde-se que a este tempo ainda não existiam os grandes silos exteriores de que todos nos recordamos).

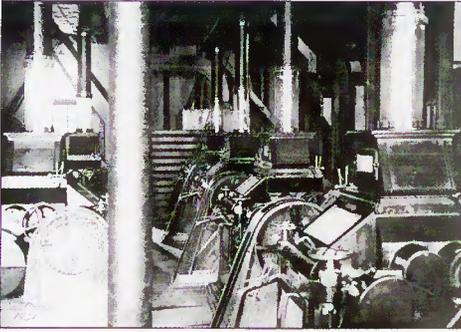
Estes teigões, em número de nove, sendo três por cada piso da instalação e sobrepostos em altura, tinham a capacidade de cerca de 60.000 kg de cereal cada um. Tinham forma cúbica, com aresta de cerca de 2,5m, e eram construídos em chapa de ferro, tendo a face inferior a configuração de tremonha para descarga directa no teigão correspondente do piso abaixo.

A operação do controlo do grau de humidade do trigo era feita no laboratório da empresa por solicitação do responsável pela moenda, sr. Ângelo Garcia e Garcia e mais tarde pelos senhores Estêvão Pereira e sr. Joaquim Ramalho Passão, que recolhiam em proveta graduada amostras do cereal, sendo determinado o seu peso específico a frio e a quente, bem como a humidade residual após o aquecimento. Em função dos dados e da experiência prática dos moleiros, definia-se a ocasião exacta de iniciar a moenda.

Moagem

A operação de moagem propriamente dita, a trituração dos grãos do cereal e a sua consequente passagem a farinha, era feita em sete moinhos mecânicos, agrupados em três grupos e todos se localizavam ao nível do rés-do-chão. Havia na SOFAL três moinhos trituradores, três moinhos de compressão de farinhas e um moinho de desagregação.

Entre as passagens pelos vários grupos de moinhos, sofria a farinha outras operações de peneiração para limpeza e purificação, sendo a operação final o *ensaque*.



Moinhos trituradores

Os **moinhos de trituração** eram moinhos duplos, colocados verticalmente um sobre o outro, com dois tambores de aço estriado na sua superfície exterior, que giravam em sentidos contrários, esmagando os grãos entre as estrias. O sistema de regulação de aperto dos tambores era feito por um fuso de passo muito fino, que permitia grande precisão.

A passagem pelos três moinhos deste grupo de trituração era sequencial, sendo o aperto em cada um deles cada vez maior, de modo a atingir a pulverização. Passava então a farinha (farinha integral pois não estava ainda separada do farelo) ao 2.º e último andar da instalação, numa outra nora, para dar entrada nos **planchisters**¹ que eram uns peneiros constituídos por tabuleiros sobrepostos, com crivos de malha sequencialmente mais fina, suspensos nos quatro cantos por varas fixas ao tecto da instalação e que tinham movimento oscilatório através de um veio excêntrico colocado ao meio dos **planchisters** duplos.

Entre cada tabuleiro e o imediatamente seguinte havia uma tira de nastro grosso, em todo o seu contorno, a separá-los, de modo a que não se perdesse farinha e se criassem condições de flexibilidade no sistema, de modo a facilitar a oscilação e a melhorar as condições da peneiração.

Estes **planchisters**, em número de três, eram de origens diferentes, sendo um de construção alemã, de marca “Miag”, que executava a operação mais rápida e mais eficientemente e dois de construção espanhola (ou francesa?), de marca “Buler”, mas todos com o mesmo princípio de funcionamento.

Depois desta operação, a farinha descia em tubagem até ao 1.º andar para entrar no **sassor** que era um aparelho de separação e divisão de sêmolas, que podemos ver na fotografia anexa. Esta máquina, também de corpo duplo, de configuração muito semelhante à anterior, fazia mais uma peneiração à farinha e separava-a do farelo, sendo recolhidas dos primeiros tabuleiros as **sêmeas grossas** e dos últimos as **sêmeas finas**.



Sassor

Cada um destes produtos seguia para a secção de ensaque do farelo, que era feito em sacas de serapilheira de 50 kg.

Continuando a acompanhar o percurso da farinha, após a passagem pelos **sassores**, descia esta ao rés-do-chão para dar entrada no grupo de **moinhos de compressão**, em tudo semelhantes aos anteriormente descritos, excepto nas estrias, que aqui não existiam. Neste local, a farinha era gradualmente compactada, de modo a reduzir o seu volume específico, transformando-se em placas que era necessário voltar a desagregar, para permitir a operação final de **ensaque**.

¹ É esta a pronúncia, mas não consegui saber se corresponde à grafia.

Passava de seguida ao **moinho de desagregação** (a que eu preferiria chamar cilindro de descompactação), onde um único cilindro provido de espigões rompia a precária solidez das placas de farinha. Estava então concluído o processo da moagem.

Convém referir que a moagem da SOFAL produzia dois tipos de farinha: de 1.^a qualidade (Farinha Flor) e de 2.^a qualidade. Também em relação ao farelo havia as sêneas finas e as sêneas grossas, como atrás referi.

Embalagem

Depois de feita a desagregação, descia a farinha (sempre por gravidade no interior de condutas) até uma bandeja na cave de onde era elevada novamente por sistema de nora até à secção de **ensacagem**, no 2.^o andar. Aí passava ainda por um último peneiro, o **peneiro de segurança**, que assegurava o controlo de qualidade, evitando que fosse ensacada farinha com algum corpo estranho ou qualquer bicho que eventualmente tivesse entrado no circuito. Só então era pesada em balança automática, que abria directamente para sacas de serapilheira de 75 kg, com o logótipo da SOFAL estampado na face exterior. Numa fase mais tardia da laboração da empresa, adoptou-se a ensacagem em sacas de papel, com o mesmo peso.

Armazenamento

O armazém da farinha e do farelo distribuía-se pelo 1.^o e 2.^o andares da instalação.

É curioso referir, pela solução engenhosa e bem idealizada, o sistema que foi concebido para a distribuição e entrega da farinha ao cliente, que consistia numa rampa metálica transportadora das sacas, por gravidade, a uma boca de descarga localizada na fachada lateral

exterior do edifício Largo D. João IV (ou Rosio). Assim, os camiões que vinham fazer o carregamento, aparcavam na estrada, junto da parede, e recebiam directamente os sacos da farinha que um operário, num dos pisos superiores, colocava no “escorrega”, que era constituído por uma caixa metálica que se desenvolvia em espiral, formando um “caracol” de modo a travar os efeitos da aceleração causados pela inércia do movimento.

UTILIZAÇÃO DE SUBPRODUTOS

Da moagem:

A partir de todas as máquinas que atrás descrevi, no circuito de preparação do cereal para a moagem (excepção feita à lavadora), se fazia o aproveitamento dos resíduos extraídos para ensacar e vender como “*limpadura*” destinada a alimentação de animais domésticos. Para o efeito, existia também uma tubagem junto de cada máquina, com um bocal de aperto rápido por cinta e mola, designado por “**bouquet**”, onde eram colocadas sacas para recepcionar as impurezas extraídas do processo, que quando cheias iam para um local separado. Nada então se perdia e tudo se aproveitava.

Da refinaria: SABOARIA

O espírito de rentabilidade que estava sempre presente em todas as decisões e determinações emanadas pela gerência da SOFAL, particularmente nas decisões do senhor Raimundo Ortigão, cedo levou a que a empresa viesse a tirar partido de um dos subprodutos da laboração da refinaria, que era de difícil escoamento, os ácidos gordos contidos no óleo de bagaço e nos resíduos da refinação do azeite.

O processo de saponificação era simples e acessível, não exigindo avultados investimen-

tos nem equipamentos especiais, e a procura do produto, o sabão, era enorme dado que, com o dealbar da guerra civil espanhola e com a escassez de importações ocasionada pelo embargo feito a Portugal durante a 2.^a Grande Guerra, o sabão não aparecia nas mercearias. O mercado estava portanto assegurado e podia até passar a fronteira pela mão furtiva dos contrabandistas.

A sessão de saboaria foi instalada na cerca anexa ao lagar e refinaria, tendo duas caldeiras gémeas, preparadoras de água quente para o processo de neutralização dos ácidos gordos por uma base, que no caso concreto era a soda cáustica, e que era favorecido pela acção da temperatura.

As duas caldeiras eram cilíndricas, verticais, com uma capacidade de 2000 litros cada, com fornalha inferior e alimentadas a lenha de azinho. A meia altura do seu corpo havia uma plataforma de trabalho, ao nível de um 1.^o andar, onde estava localizado o depósito da soda cáustica, numa posição central, para servir simultaneamente ambas as caldeiras. Era nesta plataforma que laborava o mestre saboeiro, vigiando directamente sobre as bocas das caldeiras o decorrer da saponificação e acrescentando a soda cáustica, a balde, à medida que se tornava necessária.

Quando a neutralização dos ácidos gordos estava concluída, abriam-se as bicas, que ficavam na parte inferior de cada caldeira, para fazer jorrar o sabão líquido para os moldes. A moldagem do sabão, até atingir o seu formato tradicional de barra, era feita numa zona anexa, devidamente ventilada por corrente de ar, entre um portão e um janelão oposto e demorava vários dias de arrefecimento, até que se atingisse a solidificação que permitia o corte.

O equipamento de moldagem e prensagem do sabão era constituído por seis moldes grandes e quatro pequenos, que eram constituídos por um estrado inferior que tinha soldados va-

rões roscados, verticais, para guiar a colocação de tabuleiros que se iam sobrepondo e enchendo com o sabão em massa, no estado pastoso.

Os tabuleiros não eram mais do que caixilhos de madeira, chapeados a folha-de-flandres, com uns olhais no exterior do aro, para encaixe correcto nos varões que nasciam do estrado do fundo, e que lhes permitiam que a sobreposição ficasse certa, sem derrames de massa entre tabuleiros. Depois do enchimento de cada um deles era sobreposto o seguinte, até atingir uma altura de cerca de 1,5m com 12 tabuleiros.

Após o enchimento do último tabuleiro eram colocadas umas porcas de orelhas nos varões roscados, para fazer o aperto dos moldes. Iniciava-se a fase da “*enxuga*” que poderia demorar dois a três dias, até à solidificação plena. É de notar que no período do Inverno, devido às baixas temperaturas ambientais, tal operação era mais rápida.

A última fase de preparação do sabão, o corte, era feito por dois operários que, com um fio de aço que tinha nas duas extremidades umas pegas, cortavam primeiro horizontalmente placas à medida que iam retirando os respectivos tabuleiros. Depois, com o arame de aço encostado aos varões verticais, para guiar o corte, cortavam placas no sentido vertical, sendo os cortes finais das barras efectuados à faca. Faca essa que tinha uma guia lateral em madeira, para encosto, ao jeito de um graminho, para manter sempre o corte rectilíneo.

Dado que este processo de saponificação dos óleos gordos não era rigorosamente controlado, acontecia por vezes um excesso de soda cáustica que não chegava a intervir na reacção e que, por efeito da sua maior massa específica, ficava por baixo do sabão, junto ao estrado de assentamento dos moldes. Por essa razão neste existiam furos, tamponados com tacos de madeira, para se fazer a drenagem da lixívia de soda cáustica.

A saboaria da SOFAL não funcionava em regime contínuo, mas apenas nos períodos em que as solicitações do mercado o justificavam e quando havia subprodutos suficientes para a sua laboração, tendo encerrado definitivamente o seu fabrico cerca de 1950, não sem que tenha produzido, embora a nível meramente experimental, sabões especiais do tipo "Offenbach" e sabões finos utilizando gorduras vegetais exóticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O administrador da Sociedade Fabril Alentejana, senhor capitão João Falcão Ramalho Ortigão, sempre pôs grandes expectativas expansionistas nesta, pretendendo construir aqui uma unidade industrial, com utilização de tecnologias de ponta, que estivesse ao nível das melhores da Europa desse tempo. Assim, por cerca de 1955, terá encomendado a uma empresa francesa instaladora de moagens, da qual era representante em Portugal o seu filho Eng.º Rui Ortigão, um estudo prévio para as grandes obras que se adivinhavam na cerca nova da SOFAL.

Enquanto os estudos não chegavam, não perdeu tempo e começou a construir em 1956 os memoráveis silos amarelos que tinham uma capacidade instalada verdadeiramente notável para a nossa região (2.320.000kg de trigo)². Eram dez silos cilíndricos geminados, em dois grupos de cinco, com capacidade individual de 202t e ainda quatro inter-espacos iguais com a capacidade de 75t de trigo cada. A sua altura rondava os 25 a 30m, tendo na parte inferior, na caixa de descarga, um enorme sem-fim que poderia trazer o cereal mesmo dos últimos silos até à porta de entrada.

Na parte frontal dos silos, virada para o convento, havia um edifício alto, mais alto do

que os próprios silos, onde estava instalado o sistema de elevadores, visto que a carga se teria necessariamente que fazer pela parte superior, como é óbvio.

Como medida de segurança, existia um grande depósito de água ao nível da cobertura dos silos, que garantia a descarga sobre a zona da recepção dos cereais, onde o perigo de inflamação espontânea, devido a temperaturas mais elevadas, se tornava maior.

A obra foi executada por uma empresa de fora, que os nossos pedreiros não arriscavam em obras de tal envergadura. Antes desta se iniciar foi feito um exame ao subsolo que confirmou a existência de água a apenas 3 m de profundidade, o que obrigou a que fosse aberto um poço nas proximidades das fundações para recepcionar a água em excesso no solo. Foi-me referido que enquanto decorreram as obras esteve uma bomba, em funcionamento contínuo, a despejar o poço para o ribeiro que corria nas proximidades.

Mas os problemas com esta obra não se ficaram por aqui, visto que após concluída começaram a surgir infiltrações da água da chuva na parte superior dos silos, o que obrigou a empresa construtora a obras de impermeabilização.

Quanto ao projecto de construção da nova moagem, ficou-se pelos estiradores, pois os sonhos do sr. Ramalho Ortigão não tiveram quem os concretizasse.

Os filhos dos outros administradores também não seguiram as pisadas dos pais e as suas vindas à província eram apenas para caçadas e outros devaneios, ao que me constou, pouco se importando com a gestão de tão grande empresa.

Deste modo, de desaire em desaire, com a perda do monopólio da distribuição de energia, com alterações de conjuntura desfavoráveis no sector dos azeites, com a obsolescência do sector da moagem, enfim, com o envelheci-

² Concluídos em 1958.

mento dos mentores deste grande projecto e sem continuadores imbuídos do mesmo ideal, foi-se afundando este império da indústria alentejana do século passado.

A SOFAL, que atingia com frequência produções de 8250 kg em turnos de oito horas de laboração; que era sócia destacada das “Moagens Associadas”, o organismo mais relevante do sector; que foi galardoada pelo governo de então com a medalha de “Mérito Industrial”, bem como todos os seus empregados da mo-

agem, fechou as suas portas em 1982. Nela trabalhavam cerca de 35 empregados efectivos e cerca de 80 empregados sazonais.

O autor das presentes linhas recorda com saudade o som embalador dos engenhos desta moagem, que entravam pelas janelas de sua casa nas noites quentes de verão, tão nostálgico e balsâmico como o cantar dos grilos ou o coaxar das rãs. O som da SOFAL faz parte do meu maravilhoso infantil, mas infelizmente já não faz do dos seus filhos.



Painel de azulejos na frontaria da fábrica

Foto. Joaquim Saal

PIC-NIC: a paisagem e a pedra

Susana Barradas

PIC-NIC é um projecto de design industrial baseado num trabalho de investigação realizado para uma tese de Mestrado na Universidad Politécnica de Valencia.

Será também título de livro em língua portuguesa, que explica e apresenta métodos de aplicação do design à indústria da pedra ornamental.

Mas, na realidade, este projecto é mais que um trabalho de investigação e do que um livro – é a concretização de um sonho: o de trabalhar para Vila Viçosa, com a utilização e aplicação dos seus activos.

Sendo a autora calipolense de coração e alma, e designer por vocação e profissão, sempre ambicionou desenvolver projectos para a indústria da pedra mármore, eventualmente com carácter pedagógico mostrando como se pode utilizar esta disciplina aplicada ao citado material.

Nesse sentido, e procurando dar ênfase pedagógico ao presente artigo, descreve-se com maior detalhe o método e o processo que leva ao desencadear de novas ideias, trabalhando para um conceito e para um determinado fim.

A PAISAGEM: VILA VIÇOSA

Vila de múltiplos encantos... recheada de cultura, história, arte e beleza. A ela associamos nomes de batalhas importantes na história de Portugal, diversos reis de distintas dinastias, pessoas ligadas às artes e à cultura da sociedade portuguesa. D. João IV¹, os duques de Bragança², Púbia Hortênsia de Castro³, Florbe-

la Espanca⁴, Henrique Pousão⁵... são algumas dessas personalidades que marcaram a história da terra e do país.

Em Vila Viçosa nota-se que a preocupação pelo urbanismo foi uma antiga constante na planificação de uma vila remodelada por um visionário. Graças ao engenheiro Duarte Pacheco⁶ que “inventou” nos anos 40 a actualmente chamada Avenida Bento de Jesus Cara-

¹ D. João IV nasceu em Vila Viçosa, a 19.Março.1604 e morreu em Lisboa, a 6.Dezembro.1656. Era filho de D. Teodósio II, 7.º duque de Bragança, e de sua mulher, D. Ana de Velasco. Depois da sua aclamação como rei, a 15.Dezembro.1640, D. João IV fez frente às dificuldades com um vigor que muito contribuiu para a efectiva manutenção da restauração da independência de Portugal que teve lugar em 1640. Da actividade global do seu reinado, deveremos destacar o esforço efectuado na reorganização do aparelho militar – reparação das fortalezas das linhas defensivas fronteiriças, fortalecimento das guarnições, defesa do Alentejo e Beira e obtenção de material e reforços no estrangeiro; a intensa e inteligente actividade diplomática junto das cortes da Europa, no sentido de obter apoio militar e financeiro, negociar tratados de paz ou de tréguas e conseguir o reconhecimento da Restauração; a acção desenvolvida para a reconquista do império ultramarino, no Brasil e em África; a alta visão na escolha dos colaboradores; enfim, o trabalho feito no campo administrativo e legislativo, procurando impor a presença da dinastia nova. In SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Volume V, “A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)”, Verbo, Lisboa, 1980.

² O título de Duque de Bragança é um dos mais importantes da Família Real Portuguesa. Desde a ascensão ao trono da dinastia de Bragança, em 1640, o herdeiro da Coroa Portuguesa usa o título de Duque de Bragança, tradição que prevaleceu mesmo depois da implantação da República, a 5 .Outubro.1910.

³ Púbia Hortênsia de Castro (Vila Viçosa, 1548 – Évora, 1595) – Erudita do Renascimento português e grande oradora lusa nascida em Vila Viçosa, que se disfarçou de homem e conseguiu frequentar a Universidade de Coimbra, tomando-se, segundo parece, na primeira mulher diplomada em Portugal.

⁴ Florbela Espanca (Vila Viçosa, 1894 – Matosinhos, 1930), baptizada com o nome Flor Bela de Alma da Conceição, foi uma poetisa portuguesa. Precursora do movimento feminista em Portugal, teve uma vida tumultuada, inquieta, transformando seus sofrimentos íntimos em poesia da mais alta qualidade, carregada de erotização e feminilidade.

⁵ Henrique Pousão (Vila Viçosa, 1859 – Vila Viçosa, 1884) – Henrique Pousão faz-se pintor na Academia Portuense de Belas-Artes. Considerado um dos maiores da pintura portuguesa da segunda metade do séc. XIX, Henrique Pousão morre aos 25 anos, desenvolvendo toda a sua produção artística em fase de formação.

⁶ Duarte Pacheco (Loulé, 1899 – Setúbal, 1943) – Engenheiro e estadista português. Ministro das Obras Públicas de Salazar, Duarte Pacheco modernizou o País. Hábíl a fintar os esquemas asfixiantes do regime, reestruturou os serviços dos correios e telecomunicações e revolucionou o sistema

ça e a dos Duques de Bragança, marcando o centro da malha urbana, Vila Viçosa obteve o enquadramento perfeito.

Em Vila Viçosa, desde sempre se soube aproveitar a melhor matéria-prima que ela tem: o mármore, inconfundível e reconhecido pelo mundo fora. Com a quantidade de pedreiras que existem hoje à volta do município, vemos as marcas que este material tem deixado na vila, em múltiplos edifícios, nos interiores e exteriores das igrejas, nos passeios e no mobiliário das ruas.

Diversas construções de grande riqueza arquitectónica marcam o estilo e o desenho da vila – significativos factores de orgulho dos seus habitantes e de admiração dos forasteiros. O castelo, tal como o paço ducal ou outras construções laicas ou religiosas nela disseminadas, mantêm activa a vivência do passado histórico: lembram as lutas mas também as histórias de amor, os passeios em coche, o som dos cascos dos cavalos, a presença dos duques, duquesas, reis e rainhas, frades e monjas, dos burgueses, do povo...

É importante continuar a pensar e a ver Vila Viçosa como uma vila de passado que se projecta no presente e no futuro de progresso que todos ambicionamos. Por isso, cada um de nós a deve preservar, cuidar e mimar na medida das nossas possibilidades.

A vila de hoje é uma vila colorida, florida, cheirosa e arranjada. Dá gosto passear pelas pequenas ruelas, pela avenida, pela praça, pelo

paço ducal e pelo castelo. Vê-se que com o passar dos anos houve uma evolução muito positiva para o seu melhoramento. O castelo, que tinha zonas que pareciam abandonadas, agora está calcetado, com flores e árvores cuidadas, com esculturas, com as casas caiadas (salvo uma ou outra excepção)... vê-se vida... alegria, movimento.

No entanto, há aspectos a melhorar. Quando pensámos no nosso projecto, onde e como o podíamos apresentar, lembrámo-nos que fazia sentido aproveitar uma das zonas do castelo que consideramos em desvantagem em relação a tantas outras, às quais se deu mais atenção.

Pensamos que este espaço, esperado por nós... necessita de um projecto que atraia gente, necessita de partilhar a sua vida com as pessoas da terra ou de fora, com pessoas que saibam apreciar a natureza, a sombra das suas árvores e o aroma das suas flores.

A ideia é a de criar um espaço de merendas, dedicado às pessoas que visitam Vila Viçosa: pessoas que procuram conhecer outros locais de Portugal, que gostam de conviver; pessoas que vêm de longe porque têm fé e querem conhecer o santuário da Padroeira de Portugal – Nossa Senhora da Conceição⁷; pessoas que trazem a sua merenda para partilhar com outras.

É também um espaço para as pessoas da vila: para as crianças, para os jovens, para os adultos, para os idosos. Um espaço didáctico, junto da natureza para dar aulas às crianças das escolas ali de perto. Um espaço recreativo,

rodoviário. Executou obras essenciais na cidade de Lisboa, como o Parque de Monsanto e o Aeroporto. Falar de Duarte Pacheco é falar, ainda, de uma nova política de habitação, planos de urbanização, ensino, cultura. É o exemplo de como a modernidade é sempre factor de progresso. Uma obra de "actualidade desconcertante", diz Maria de Assunção Júdice, bibliotecária da Câmara Municipal de Cascais. Redacção Quidnovi, com coordenação de José Hermano Saraiva. *História de Portugal, Dicionário de Personalidades*, Volume XVIII, Ed. QN – Edição e Conteúdos, S.A., 2004

⁷ O Santuário de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa é também conhecido por Solar da Padroeira, por nele se encontrar a imagem de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Portugal. A igreja, que é simultaneamente Matriz de Vila Viçosa, fica situada dentro dos muros medievais do castelo da vila, não se podendo porém precisar a data exacta da sua fundação, sendo que a existência da matriz é já assinalada na época medieval. A mesma imagem teve a honra de, por provisão régia de D. João IV, referendada em cortes gerais, ter sido proclamada Padroeira de Portugal, em 25. Março. 1646. A partir de então não mais os monarcas portugueses da dinastia de Bragança voltaram a colocar a coroa real na cabeça. A notável imagem, em pedra de ançã, encontra-se no altar-mor da igreja, estando tradicionalmente coberta por ricas vestimentas (muitas delas oferecidas pelas rainhas e demais damas da Casa Real). Neste santuário nacional estão sediadas as antigas Confrarias de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição. O Papa João Paulo II visitou este santuário durante a sua primeira visita a Portugal, em 14. Maio. 1982. A grande peregrinação anual ao santuário de Vila Viçosa celebra-se a 8 de Dezembro, solenidade da Imaculada Conceição, Padroeira Principal de Portugal, Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa foi também declarada padroeira da arquidiocese de Évora.

para que os idosos possam jogar às cartas e tomar o sol nas tardes de primavera. Um espaço de entretenimento para que os jovens possam estar a conversar, a jogar e a desfrutar as noites calmosas de verão.

Falamos de um espaço versátil, onde se pode fazer um pic-nic, estar na natureza, apanhar ar e conviver com as árvores e as flores. Parece-nos importante criar condições deste tipo para que as pessoas possam aprender a estar, a respeitar e a saber cuidar do património que lhes ofereceram, os seus antepassados e a própria natureza. Assim aprendemos, divertindo-nos!

Pretendemos oferecer, com este projecto, o melhor que a nossa vila e a sua natureza têm: um pic-nic de pedra! Pretendemos fazer renascer um espaço que tem sabor a passado.

A PEDRA: O MÁRMORE

A atracção da pedra ornamental está na sua beleza, nas suas características técnicas e tecnológicas, provadas com o desgaste no tempo, nas suas propriedades estéticas, no seu valor e no seu brilho.

Por ser um fruto da natureza, compartilha os mesmos valores de unicidade, de inimitável, tal como todos os elementos que nascem desta como as flores, as árvores, os frutos, os animais, o ser humano.

Existe em várias zonas do mundo, mas todas elas marcam na sua pedra as suas origens. Podemos identificar a proveniência de qualquer

bloco de pedra porque todas elas são diferentes – apesar de parecerem iguais, não escondem a sua pátria.

O mármore, em especial, é uma pedra que mostra pureza, apresenta diferentes tonalidades, muito suaves, é discreta e adapta-se a todos os meios sem interferir nem romper com a estética que a rodeia.

A pedra mármore de Vila Viçosa é muito clara. Pode ter veios mais ou menos acentuados de tons rosado ou cinzentos, mas é identificável pela intensidade e pureza da sua cor base, seja o branco, o bege ou o rosa claro.

O mármore “aurora”, o “pele de tigre” o “branco” e o “rosa”, são as pedras mais conhecidas e apreciadas internacionalmente.

Portugal está numa das zonas de maior produção de pedra de todo o mundo, conhecido sobretudo como um dos mais importantes exportadores de pedra mármore. É interessante, por isso, explorar este material, não só levando-o em bloco e em chapa a outros países mas dando-lhe corpo e vida dentro do nosso país e dentro da nossa vila.

São vários os exemplos da aplicabilidade deste material, desde as fachadas das igrejas e monumentos, às casas caiadas com cal, às estátuas e esculturas, ao mobiliário urbano e funerário e à calçada das ruas. Vila Viçosa veste-se de branco, tornando-se um exemplo para o uso e formas da pedra natural. No entanto, é importante levar este exemplo a outros lugares de Portugal e do mundo. Saber exportar a pedra mármore como produto final é um objectivo que devemos alcançar porque é importante para a

⁸ A expressão Natureza aplica-se a tudo aquilo que tem como característica fundamental o facto de ser natural: ou seja, envolve todo o ambiente existente que não teve intervenção antrópica (derivados de actividades humanas). Dessa noção da palavra, surge o seu significado mais amplo: a Natureza corresponde ao mundo material e, em extensão, ao Universo físico: toda sua matéria e energia, inseridas num processo dinâmico que lhes é próprio e cujo funcionamento segue regras próprias (estudadas pelas ciências naturais).

⁹ Em Portugal, o aproveitamento de rochas ornamentais incide primordialmente sobre os mármore e afins (79% em volume, segundo o nosso último estudo) e os granitos e similares (21%), propiciando a detenção de blocos esquadrejados para ulterior processamento nas fábricas nacionais ou estrangeiras. Encontra-se bem patente o nosso enquadramento no panorama extractivo e mercantil mundial das rochas decorativas. No campo da extracção útil figuramos, em 2004, no nono lugar, frisando que há bem poucos anos ocupámos o quinto, à frente do Irão, da Turquia, do Brasil e do Egipto. Em matéria de fornecimentos internacionais, o nosso país consegue, em 2004, deter ainda uma honrosa sétima posição, o que atesta notável vocação exportadora, traduzida pela arrecadação em divisas (números provisórios) do elevado montante de 206,291 milhões de Euros (41.357.632 contos). Fonte: Professor Octávio Rabaçal Martins “Evolução económica e enquadramento nacional e mundial” para a Revista *Engenium*, da Ordem dos Engenheiros.

economia deste sector industrial que tanta tradição e história tem.

É um esforço que todos temos que fazer!

Primeiro, é necessário acreditar na qualidade da nossa matéria-prima, vê-la como produto de rara beleza, único e desejável nos quatro cantos do mundo. Depois, fazer jus à capacidade técnica dos nossos engenheiros, que trabalham na construção e na investigação de máquinas e técnicas que resultam em métodos mais eficientes para a extrair e transformar e ao esforço e qualidade técnica dos operários que se aplicam para fazer trabalhar todos os equipamentos disponíveis.

Falta-nos acreditar e pôr à prova a capacidade e o conhecimento dos nossos *designers* e *marketeers* para desenvolver novos produtos, para criar objectos em pedra, dotados de funcionalidade e de estética, e para saber vendê-los noutros países com o valor da diferenciação e da inovação, que são sinónimo de sabedoria e marcam a história, a cultura e o desenvolvimento de um país.

Made in Portugal é a referência que falta na etiqueta dos produtos, cujo material é extraído das nossas terras.

O PROJECTO DE DESIGN PIC-NIC

Ao estudarmos o material, ao vermos as suas capacidades, a tecnologia e os métodos de trabalho que utilizam as nossas empresas, sem esquecer de apreciar a beleza e riqueza dada pela sua unicidade, ao estudarmos o sector industrial que envolve este material natural da nossa terra, e que tem repercussões em todo o país e em todo o mundo, observámos e analisámos a possibilidade de traçar uma linha que unisse estes três pontos: Vila Viçosa, a pedra e o *design*.

Vila Viçosa, porque é a terra de origem, ou uma das mais importantes, onde se extrai esta matéria-prima, no país¹⁰; a pedra mármore, porque é um material lindíssimo de trabalhar, que tem possibilidades, tradição e história; o *design*, porque é a disciplina que pode levantar e dar-nos de volta o reconhecimento como líderes na produção e exportação deste sector económico tão importante¹¹. É o valor acrescentado a uma marca, é a distinção de um produto, é o que reforça e marca a diferença de um produto português, com a sua cultura e os seus conhecimentos.

¹⁰ No capítulo das receitas em divisas, a primazia cabe ao mármore e rochas afins, portador de alta quota de 51,3% e dominando assim o nosso panorama pétreo decorativo. Tendo um lugar cimeiro o vasto e rico anticlinal de mármore de Vila Viçosa – Borba – Estremoz. Fonte: Professor Octávio Rabaçal Martins "Evolução económica e enquadramento nacional e mundial" para a revista *Engenium*, da Ordem dos Engenheiros.

¹¹

Principais Extractores				Majores Exportadores			
	País	1000 Ton.	Incidência (%)		País	1000 Ton.	Incidência (%)
1	China	18.000	22,2	1	China	7.534	22,9
2	Índia	9.500	11,7	2	Índia	3.875	11,8
3	Itália	7.650	9,4	3	Itália	3.089	9,4
4	Espanha	6.250	7,7	4	Turquia	2.633	8,0
5	Irão	5.250	6,5	5	Espanha	2.460	7,5
6	Turquia	4.200	5,2	6	Brasil	1.800	5,5
7	Brasil	4.000	4,9	7	Portugal	1.147	3,5
8	Egipto	3.200	3,9		Outros	10.309	31,4
9	Portugal	2.450	3,0				
10	E.U. América	2.300	2,8				
11	Grécia	1.400	1,7				
12	França	1.300	1,6				
13	África do Sul	1.100	1,4				
14	Bélgica	1.000	1,2				
	Outros	13.650	16,8				
	TOTAL	81.250	100		TOTAL	32.847	100



Proposta de mobiliário resultante da investigação PIC-NIC: A PAISAGEM E A PEDRA
Susana Paixão Barradas. Renders de Enric Rovira

É muito importante entender o que é o *Design* para se saber como surgiu este projecto e como se obteve este resultado final.

O *Design* é a disciplina que estuda a utilidade de um objecto, seja gráfico, industrial ou de interiores, dando-lhe forma e valor estético para satisfazer uma necessidade humana.

De outras disciplinas, como seja da Ergonomia¹², da Engenharia, da Gestão, da Psicologia, da Antropometria¹³, etc. o *designer* reúne conhecimentos para poder criar um produto dotado de alma que venha a preencher uma falta que está latente num determinado espaço.

Numa empresa, o *design* tem que ser encarado como ferramenta flexível, que actua com rigor e com métodos para potenciar os esforços empresariais e não como algo transitório que se relaciona com as modas.

O *design* acompanha e desenha, junto de outros departamentos, uma estratégia empresarial que contribua para a rentabilidade dos investimentos e dos gastos, fazendo aumentar os lucros de uma empresa. Não é somente uma disciplina que faz o bonito, que faz a parte de fora do produto e que entra na última fase do projecto, mas é uma disciplina que está sensível a toda a problemática que envolve a criação

desse produto. É todo um processo, que vai desde o estudo da necessidade da criação do produto, abarcando as condicionantes técnico-produtivas da empresa que o vai produzir, assim como da tecnologia envolvente.

As questões da funcionalidade e da estética estão sempre juntas, em qualquer processo de *design*¹⁴. Não podemos dissociá-las, porque a criação de um objecto tem que ter sempre presente o seu usuário, o seu consumidor, a pessoa que vai dar vida ao produto e usufruir desse bem. Temos que atraí-la, agradá-la, dar-lhe prazer, fazendo-a sentir-se cómoda e confortável. Ao dissociar estes conceitos falamos de engenharia, de arquitectura ou discutimos sobre arte, escultura, pintura, estilismo e alta-costura.

Para este trabalho quisemos apresentar todo o processo de *design* que leva à criação de um novo produto dentro de uma empresa. Apresentamos um resultado que é fruto de um exercício proposto e condicionado por nós. Para ser levado à prática necessitamos adaptá-lo às necessidades de uma empresa real, empresa que o vá produzir e colocar no mercado.

O conceito surgiu de uma necessidade que observámos que estava latente numa área bem definida nossa vila. Criar um parque de merendas, pensado para as pessoas que a vêm visitar¹⁵.

¹² A ergonomia é a disciplina científica relacionada ao entendimento das interações entre seres humanos e outros elementos de um sistema, e também é a profissão que aplica teoria, princípios, dados e métodos para projetar a fim de otimizar o bem-estar humano e o desempenho geral de um sistema. Esta é a definição adotada pela Associação Internacional de Ergonomia (International Ergonomics Association – IEA), 2000.

¹³ A antropometria foi definida como a ciência de medida do tamanho corporal (NASA, 1978). A antropometria é um ramo das ciências biológicas que tem como objectivo o estudo dos caracteres mensuráveis da morfologia humana.

¹⁴ Fonte: BRANCO, João. "Marketing e Design" para a revista *Cadernos de Design*, do Centro Português de Design.

¹⁵ De há muito que existe um muito frequentado parque de merendas na Mata Municipal de Vila Viçosa que, contudo, não obedece a conceitos de *design* profissional.

Um espaço urbano, criado e pensado para pessoas que querem comer ao ar livre, que querem partilhar e falar de interesses comuns, de vivências e das suas histórias de vida – ao fim e a o cabo, um espaço de convívio!

A procura da forma final, teve em conta esta ideia mas foi beber inspiração a outras fontes, a outras ideologias: a artistas que desenharam para outros conceitos, a *designers* que projectaram para outros propósitos.

A limpeza do objecto adquire-se, colocando à prova tudo o que estudamos sobre o material, sobre as técnicas para o trabalhar, sobre a ergonomia, sobre a estratégia da empresa.

O local que escolhemos para apresentar o projecto, a implementação do parque de merendas, é meramente especulativo. Reflecte-se no projecto como um lugar de inspiração, que é a apresentação de uma necessidade que existe numa zona específica de Vila Viçosa e que pode ser interpretada como solução real e possível.

Temos que dizer que este projecto poderia ser para qualquer espaço que careça destas necessidades, em qualquer vila, cidade, ou em qualquer recanto de um parque natural. Foi pensado para servir umas necessidades e reforçámo-lo “vendendo-o” a Vila Viçosa porque é uma forma de promover e reabilitar aquele espaço em concreto.

O projecto foi terminado, foi entregue e cumpriu a sua função inicial. Por confiarmos no seu conteúdo, apresentámo-lo e divulgámo-lo em diversos sítios e junto de várias pessoas. Pensávamos que, como uma normal investigação académica, a entrega do trabalho na secretaria da universidade seria a última fase desta tese de mestrado. Realmente este capítulo ter-

minou, mas abriram-se portas a outros sonhos e a nossa ambição faz com que estes cresçam dia após dia.

Se um dos nossos intuitos é ser *designer*, a nossa razão para o ser é a de podermos ter a oportunidade de criar objectos verdadeiramente úteis para as pessoas, respeitando a natureza, os meios de produção, pensando no desenvolvimento sustentável e ajudando a simplificar a vida de todos.

O que mais nos fascina, no facto de podermos trabalhar para esta indústria (a da pedra ornamental) é o respeito que se pode ter por todos estes princípios. Pode-se viver com muita dignidade, sabendo que estamos a contribuir para a evolução e o crescimento de um país, respeitando a natureza em todo o momento.

Temos a agradecer a diversas pessoas que nos têm ajudado e apoiado nesta crença, contribuindo para que esta ilusão não pare de crescer. À parte os nossos amigos e a nossa família – que sempre estão do nosso lado e que acreditam incondicionalmente nas nossas capacidades e qualidades – sentimo-nos grata pela confiança e pela motivação que a Câmara Municipal de Vila Viçosa, nomeadamente o departamento da Cultura, sobretudo o professor Licínio Lampreia, sempre nos transmitiram para continuarmos em frente e mantermos com entusiasmo a defesa desta ideia. Sem o acreditar dele, não teria sido possível apresentar esta investigação, que começou por ser escrita em castelhano, a uma publicação em língua portuguesa, para os portugueses e sobretudo para os callipolenses e dedicada a Vila Viçosa.

Obrigada pela oportunidade!

Tempo Vário

Dois cruzeiros de pedra na terra da tarde

Carlos Aurélio

I

Em nossos dias do bimilénio e das multidões, quando tudo é passível de *divulgação*, deliberadamente se omite a inferioridade consentida pelo significado da palavra *vulgarização*. Até à pessoa escolhida pela musa Ihe é imposta a violência de descer aos critérios do *vulgo*, exigindo-se-Ihe a cegueira do intelecto e o entorpecimento da alma. Ao pouco povo e ao diminuto escol que ainda resistem à hecatombe plebeia e consumista, resta-lhes a contemplação das velhas raízes do culto religioso para, a partir delas, refazerem em cultura as copas das árvores antigas.

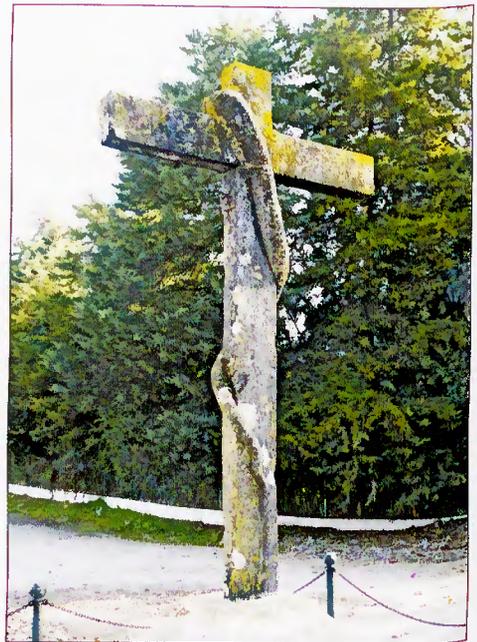
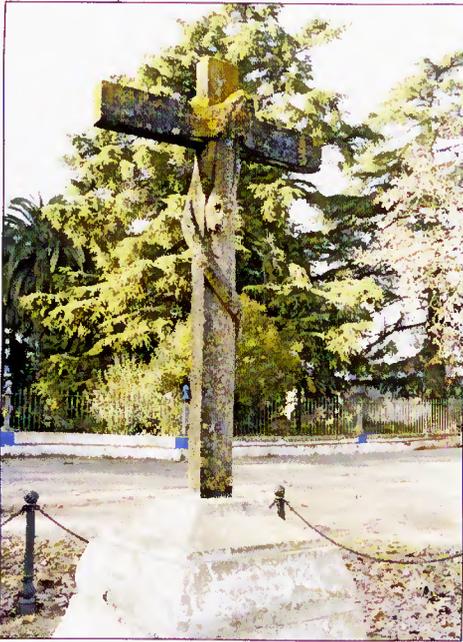
Escrevo propositadamente assim para falar de *cruzes*, esse vulgar e divulgado símbolo cristão, tão desoladoramente incompreendido em nossas terras outrora cristãs. Direi antes, que quero falar de *cruzeiros*, essas cruzes de pedra erguidas em nossos caminhos e encruzilhadas, em adros e terreiros. Acrescento e particularizo melhor que apenas me proponho apresentar tão somente dois cruzeiros, todavia especialísimamente raros, diria mesmo, *invulgares*.

Há de facto no Alentejo dois cruzeiros invulgares e, por isso mesmo, susceptíveis de ainda despertarem os olhos do vulgo, tão anestesiado que anda ao alto poder dos símbolos. Um dos cruzeiros levanta-se em Vila Viçosa, no Largo do Carrascal, e é fronteiro à elegante igreja barroca de N.^a Sr.^a da Lapa. O outro está em Viana, dentro do recinto do castelo, à ilhar-

ga da igreja manuelina de N.^a Sr.^a da Anunciação. Ambos os cruzeiros terão sido esculpidos, muito provavelmente, nos alvores do século XVI e sob evidente traça manuelina.

A **cruz de pedra de Vila Viçosa**, está onde está desde 1850, e foi para aí trazida desde o Quartel de Cavalaria n.º 3, então sedeadado no convento de Santo Agostinho, antigo local da fundação cristã do burgo (1267). Compõe-se o cruzeiro de uma cruz latina¹ levantada sobre soco de alvenaria e, em sua haste, representa-se uma serpente enrolada desde a base posterior, para aparecer em seu lado anterior e ultrapassando o transverso. No ofídio são bem expressivos os dois olhos arregalados, as narinas escancaradas e a língua, exposta, sai da boca em sua forma sagitária. Digo ofídio porque é serpente alada mas podia dizer, similarmente, dragão, no qual são visíveis as duas patas, fixas à haste e cada qual por cinco garras, patas que são paralelas ao corpo cilíndrico do animal, bem como surgem também como evidentes as membranas ou asas que se justapõem à trave superior da cruz. Vários orifícios onde entra um dedo estão abertos sobre o corpo da serpente (10 ao todo), notoriamente os seis que desenhavam uma linha longitudinal e antecedente à cabeça (os outros quatro abrem-se nas asas). O movimento da *bicha* – assim Ihe chama o povo mais humilde e menos vulgar que a diz voadora – descreve uma sinuosidade elegante e ofidiana, bem apropriada portanto ao conjunto escultórico. Logo ao primeiro olhar

¹ A cruz latina é composta por duas peças de mármore, julgo que em *ruína* claro, pois a patina do tempo e os fungos insalubres destroem, desde há muito, a natural leitura da peça escultórica. Anotei com alguma suficiência as medidas por mim tomadas: altura total com o soco de alvenaria: 360 cm; cruz em pedra: 240 cm de altura por 147 cm de largura. Impõe-se o necessário restauro da peça e o seu resguardo no local pois detectam-se evidentes marcas de vandalização.



Cruzeiro de Vila Viçosa

nos suspendemos da surpresa e nos entendemos com o essencial: ali, aquela serpente não simboliza o Mal, não está vencida pelo poder da Cruz; ao invés, ela transcende-se, vitoriosa, aos sinais patibulares da morte e surge como evidência de Cristo, o crucificado.

Nas escassas linhas que fazem referência a tão extraordinário cruzeiro, nomeadamente nas obras vastíssimas quer do P.^o Joaquim Espanca quer na de Túlio Espanca e, mesmo na mais recente de Paulo Pereira², sobrepõe-se e repete-se a meritória informação prestada pelo sacerdote e historiógrafo calipolense: a escultura de mármore, figura típica de Cristo crucificado e assente em pedestal de alvenaria, veio em 1850 da cerca dos graciosos no convento dos Agostinhos e, desde aí foi deslocada, sob decisão do coronel José Júlio Amaral e pelo trabalho dos

grilhetas ou prisioneiros que então conjugavam as suas penas com as obras de melhoramento no Largo da Carrascal, hoje chamado da Restauração. Paulo Pereira situa-lhe a feitura entre 1498 e 1532 em quase coincidência com o reinado de D. Manuel I e o P.^o Joaquim Espanca obteve no seu tempo a informação oral de que nos Agostinhos «servia ali de cascata, sendo furada a haste e saindo a água em dois fios pelas ventas da serpente»³. Chegou, segundo ele, a ser colorida com tintas a óleo. Todas estas referências confirmam o óbvio: a serpe prefigura a crucificação de Cristo, simbolizada desde o *Livro dos Números* no episódio bíblico das serpentes ardentes do deserto. Todo este meu deambular serpentina pelos documentos do passado tem um claro propósito: justificar a nomeação desta invulgar peça escultórica como *Cruzeiro da Serpente* tal

² ESPANCA, P.^o Joaquim. *Compendio de Notícias de Villa Viçosa*, Redondo, 1892; *Memórias de Vila Viçosa*, vol.17 e vol. 25, Cadernos da Câmara Municipal de Vila Viçosa; ESPANCA, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal (Distrito de Évora)*, Vol. 1, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1978; PEREIRA, Paulo. *Enciclopédia Lugares Mágicos de Portugal*, vol. 5.

³ ESPANCA, P.^o Joaquim. *Memórias de Vila Viçosa*, Cadernos da Câmara Municipal de Vila Viçosa, vol. 25.

como aliás o faz, ainda que uma só vez, o P.^o Esplanca, e não a de Cruzeiro da Lapa ou da Carrasqueira ou ainda do Carrascal, tal como ultimamente tem acontecido. E a razão quase deixa de exigir demonstração, sabendo-se como se sabe, ter sido o seu local próprio e de origem o Convento dos Agostinhos, longe do Carrascal ou do campo de carrascos para onde foi transferida.

Sob uma perspectiva cristã falemos então sobre o *Cruzeiro da Serpente*.

Narra o quarto livro do *Pentateuco* bíblico (Nm. 21, 4-9) que, num dos muitos murmúrios de revolta do povo hebreu contra Moisés por este lhe ter proposto o deserto para a libertação do jugo egípcio, perdido assim o ânimo, enviou o Senhor «serpentes ardentes» que mordiam e matavam. Arrependeram-se contudo os peregrinos do êxodo e Moisés, intercedendo por eles, recebeu do Senhor as palavras seguintes: «Faze uma serpente ardente e coloca-a sobre um poste. Todo aquele que for mordido, olhando para ela, viverá». Moisés fez «uma serpente de bronze» e fixou-a no alto de um poste. E assim, todos os judeus mordidos pelas cobras, olhavam a serpente de bronze e salvavam-se. Adiantemos que esse ícone salvífico se manteve materialmente até à época do Rei Ezequias que o mandou despedaçar e, lembremos que já antes a vara de Aarão, irmão de Moisés, se havia transformado em serpente para devorar as serpentes dos magos do Faraó vencendo-os em prodígios e encantamentos. Finalmente, é no próprio Novo Testamento (Jo. 3,14-21) que Jesus Cristo ao ensinar o mestre Nicodemos, um dos poucos fariseus próximo do Nazareno, lhe afirma o quanto tem o homem que nascer de novo da água e do Espírito para assim poder entrar no Reino de Deus. Finaliza então o divino Mestre o seu testemunho com as seguintes palavras: «Assim como Moisés levantou a serpente no deserto, assim também tem de ser levantado o Filho do Homem a fim de que todo aquele que n'Ele crer tenha a vida eterna».

Tudo dito a este modo, torna simples a interpretação do *Cruzeiro da Serpente*, invulgar peça escultórica que se ergue em Vila Viçosa: aquele dragão ou serpe alada representa Cristo crucificado, anunciado desde o êxodo judaico, manifestado como Messias e salvador dos homens. A serpente de bronze no alto do poste salvou da morte os judeus do deserto, Cristo no alto da cruz salva os homens para a vida eterna. Tal evidência interpretativa é, aliás, confirmada por discreto mas notável grafismo, inscrito no lado posterior deste *Cruzeiro da Serpente* em sua haste e braço horizontal. Por esse grafismo se assinalam as chagas do Salvador do Mundo: três marcas lineares e irradiantes para mãos e pés e uma outra, a meio da haste vertical, significando por um pequeno traço horizontal a abertura feita no lado de Cristo pelo centurião no Calvário. O cruzeiro foi esculpido por gente cristã e, portanto, parece óbvia a presente leitura simbólica. Há todavia um “mas”, um “mas” que naturalmente adverte e suspende, vislumbrando mais larga hermenêutica.

Nasce a advertência de legítimas suspensões, ainda que mais próprias à natureza humana do que à teologia: a primeira tem origem na verificação de que, afinal, *aquilo que mata também pode curar*, pois do êxodo judaico no deserto fica-nos a perplexidade meditativa de como uma imagem daquilo que aniquila ascende a remédio que salva; a segunda adversativa ganha sentido com a auto-identificação de Cristo com a serpente de bronze, e isto no contexto do Judaísmo, no qual, é também decisivo o símbolo da serpe amaldiçoada por Deus na queda adâmica eclodida no Jardim do Paraíso. O que terá levado o mestre escultor do século XVI português a preferir para Cristo uma representação de serpente, ainda que bíblica, ao invés da natural e humana do crucificado? As subtilezas teológicas conduzem, neste caso, a dúvidas iconológicas e a paradoxos simbóli-

cos. Mas de dúvidas e paradoxos, caminho serpentino que formam, falarei a seu tempo. Agora, vamos para Viana.

O **Cruzeiro de Viana do Alentejo** tem nos livros pouca história mas é de enorme formosura. Sobre ele encontrei apenas quatro pequenas linhas, impressas num dos muitos e detalhadíssimos estudos do calipolense Túlio Espanca, estudos aliás de relevo inigualável na História da Arte a sul do Tejo⁴. Nessas linhas aparece o adjectivo «formoso» para qualificar a

escultura em causa, adjectivo ao qual como se vê adiro em eco redobrado, e linhas onde não li o nome, ouvido algures, e que aqui repeti: *Cruzeiro de Nossa Senhora do Leite*. Assenta ajustadamente a beleza do nome na belíssima imagem gótico-manuelina, pois traz consigo doçura esta referência da Virgem como Mãe da Terra e do Céu, esta amplitude de manto azul como *Anima Mundi*.

Façamos-lhe a descrição: a planta do castelejo em Viana é pentagonal, em cinco vértices

Fotos Carlos Aurélio



Cruzeiro de Viana do Alentejo

que são torres cilíndricas as quais, com muralhas de porte mediano, defendem e ocultam verdadeiras pérolas artísticas: a igreja manuelina de Nossa Senhora da Anunciação e seu harmonioso portal, o adro térreo, os dois lanços de escadaria antiga que descem para o conjunto do vetusto casario que já foi igreja (N.^a Sr.^a da Misericórdia), botica e leprosário. Precisamente, sobre uma cunha empedrada que aponta o

vértice ao antigo hospital de leprosos, ergue-se este belo cruzeiro de duas frentes: Cristo dolorosamente pregado na cruz enfrenta o lado norte e a morte, a d'Ele e a de cada doente que a lepra rouba; a Virgem olha o sul, mostrando divinamente ambos os seios redondos e nus, oferecendo o da direita ao Menino que, contemplando o nosso mundo, também o segura numa das mãos. Duas cordas ao modo manue-

⁴ ESPANCA, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal* (Distrito de Évora), Vol. I, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1978.

lino circundam duas cabeças de anjo na base, enquanto uma terceira figura angélica coroa desde o Alto a Virgem, que assim, é Mãe e também Rainha. A cruz assume-se como cruzeiro ao prolongar-se sobre uma coluna cilíndrica, a qual se sobrepõe a um pedestal subdividido em duas partes, uma superior e mais antiga e a outra, inferior e mais recente. Tudo está executado em pedra clara de mármore.

Foi há largos anos que vi pela primeira vez este *Cruzeiro de Nossa Senhora do Leite*, numa tarde de festa campestre entre flores, fogueiras e cavalos, na planície onde domina o santuário de peregrinação a Nossa Senhora de Aires. Vinha com a alma encantada pela pujança colorida com que a natureza regenera anualmente o Alentejo e, então, só tive olhos de espanto para aquela espécie de Deusa-Mãe dos tempos imemorais que, com os seios desnudados, os oferecia como fontes naturais e sobrenaturais para assim saciar a fome de alimento e a sede de amor, necessidades de que tanto padece o mundo. Fez-me a ocasião e a sorte daquela tarde, de ter a grata companhia do meu já falecido sogro, o senhor Licínio, magro de corpo mas bem nutrido em educação e probidade, homem muito atento e certamente mais sóbrio e experimentado do que eu perante as surpresas da vida. Tão atento que o provou então e, de tal forma, que a minha atenção ele chamou para o facto bem significativo de naquele cruzeiro de pedra o Cristo crucificado, Ele próprio, encarnar ali o sofrimento, as dores e a degradação de cada leproso. Eu que viesse ver no outro lado da escultura a evidência das pernas deformadas, do tronco retorcido e das mãos – sinal notável! – já sem as pontas dos dedos, perdidas na doença da putrefacção até à morte. E fui ver! Não a erosão do tempo na pedra porventura desgastada, mas a limpidez intuída na direcção do olhar do mestre escultor medieval: Cristo que salva pela assumpção da dor e da morte humanas, transfigurando no Calvário a nature-

za maternal inserta na Criação. Vimos Ele erguer-se desde o abismo da lepra que desfaz a carne para nos refazer em Corpo de Glória. Vimos-o levantar-se da morte até elevar-se a Rei do Mundo, enquanto a hierarquia angélica nos anuncia, já nesta vida, a Mulher como Mãe e Rainha.

Em Vila Viçosa, a 25 de Março de 1646 (data da *Anunciação*), Nossa Senhora da Conceição é elevada a padroeira e Rainha de Portugal. A nação portuguesa reconhece que a sua coroa reinante está nos Céus e, assim, prescinde de a colocar sobre cabeças humanas na Terra. O *Cruzeiro da Serpente* em Vila Viçosa e o de *Nossa Senhora do Leite* em Viana do Alentejo, ambos de há cinco séculos passados, confirmam mutuamente a sua singularidade, entoam entre si uma conjugação interpretativa que exige hermenêutica mais remota e mais ampla.

II

Cristo assim representado como serpente no alto da cruz e em toda a vastíssima iconografia cristã conheço, quanto muito, uma dúzia de exemplos entre raras esculturas e algumas ilustrações em livros antigos. Basta que se consultem as obras de destacados hermeneutas do Cristianismo como Louis Charbonneau-Lassay, Émile Mâle ou mesmo René Guénon. O *Cruzeiro da Serpente*, elegante escultura em pedra exposta num largo urbano de Vila Viçosa, eleva-se assim à categoria de raridade.

A Mãe do Céu expondo na Terra *ambos* os seios desnudados em exuberância de vida e em contraponto à morte de seu Filho, o Salvador do Mundo, conheço, ainda que em minha vasta ignorância, este exemplar único do *Cruzeiro de Nossa Senhora do Leite* em Viana do Alentejo.

Não nos fechemos em falsas modéstias: ambos os exemplos merecem subir a raridades mundiais e carecem de investigação liberta de

preconceitos. É tese do presente texto que a necessária e evidente interpretação cristã se deve ampliar numa universalidade anterior ao Cristianismo na qual se engendrou, muito matematicamente, a idiosincrasia artística portuguesa, nomeadamente a do período do manuelino. Só como comparação rápida e próxima de nós, veja-se a divergência de sensibilidades entre as manifestações plásticas espanholas do tema da *Paixão de Cristo* ou da *Mater Dolorosa*, martirizadas no sangue humano do sofrimento e da morte, e as expressões na arte portuguesa quase sempre mais hieráticas como no *Ecce Homo* de Nuno Gonçalves, ou declaradamente, apelando à vida na típica relação maternal entre a *Mãe e o Menino*. Isto não belisca, evidentemente, o vulcão criador das artes plásticas na cultura espanhola, muito menos esquece esse rio poético, pleno de lirismo e de transcendência, que é o da cultura portuguesa. Agora, e de momento, deixemos entre parênteses os dois cruzeiros.

Desde meados do século XIX que a modernidade nos trouxe numerosos autores e inúmera literatura, simbólica e esotérica ou não, que à ilharga de Antropologia e Cosmologia, de História e Religião, de Filosofia e Teologia, se colocou dentro daquilo que a letra maiúscula esclarece na palavra *Tradição*, longe da pequenez que se fecha no conceito de tradicionalismo. Na *Tradição* radica e emerge a *filosofia perene*, uma corrente de saber imperecível que, desde os confins dos tempos, subsiste e se transmite “iniciaticamente” dentro de religiões ou em operativas escolas do pensamento que ensinam a bater à porta do Espírito. Como exemplos claros que sempre acompanharam as três religiões reveladas do Ocidente – Judaísmo, Cristianismo e Islamismo – atente-se no alcance trazido à exegese cristã pela *Tradição* da antiguidade clássica desde o Pitagorismo a Platão, ou de Aristóteles à Cabala judaica. Dito de outro

modo, o pensamento cristão actual ganhará profundidade na esteira, por exemplo dos Cardeais Romano Guardini e Joseph Ratzinger, do P.^o Henri Stéphane, de Paul Claudel e, enfim, de tantos outros, se perceber o alcance de Cristo tomado como realidade espiritual meta-histórica. Aliás, afirma o *Credo* em que todo o cristão crê, a verdade de um «Jesus Cristo (...) nascido do Pai antes de todos os séculos» e pelo qual «todas as coisas foram feitas».

Achei imprescindível tocar no tema da *Tradição* para abrir caminho mais desafogado a um livro especial: *Da Serpente à Imaculada*, de Dalila Pereira da Costa⁵. Trata-se de livro incontornável nos estudos simbólicos em Portugal, um entre outros em tão vasta e sábia obra, de uma autora que muito tem intuído e discernido, inspiradamente, os sinais ainda vivos de um país que parece querer desmemoriar-se e desaparecer. Tanto que desaparece que talvez – quem sabe? –, se o símbolo do nevoeiro sebastianista não envolve antes este país físico, economicista e tacanho, para que a Ilha Afortunada do jovem Rei surja assim em transparências de luz nítida, tão só àqueles que da espessura da estupidez quisessem de cá fugir. Digo isto pelo desconforto frente ao ódio quase evidente e absurdo que, tantos dos actuais portugueses parecem padecer por Portugal! Afinal, que sabemos nós das novas viagens para a nova Índia?

Seria estultícia respigar o livro em questão, pois ficaria grosso o ramalhete de espigas a abraçar. Ponho antes em duas jarras o que me interessou colher.

A autora articula, no seguimento aliás dos estudos da *Tradição*, duas antropologias, cosmologias e teologias absolutamente complementares, por vezes até contrárias em sua expressão: a lunar e a solar.

As civilizações lunares – situemo-las, *grosso modo*, na pré-história – vêm desde o fim do símbolo do Homem Primordial (Paraíso no Gé-

⁵ COSTA, Dalila Pereira da. *Da Serpente à Imaculada*, Lello e Irmão Editores, Porto, 1984.

nesis bíblico, Idade do Ouro e Jardim das Hespérides nos mitos gregos) até ao neolítico e ao megalitismo. Estas civilizações têm a Terra (Gaia ou Geia) como Mãe, a Grande Deusa, e retiram do ciclo da Lua o ritmo, a cosmogonia e a teogonia que as funda e sacraliza. Este fundamento matricial da fertilidade e do feminino chegou até nós na relação das quatro semanas de cada mês e das quatro fases da Lua, no ano de doze meses e doze luas, tudo em correspondência com o ciclo menstrual da mulher. Terra e mulher alimentam os homens desde a puerícia, regeneram-nos e curam. Emerge daqui um panteísmo em que a natureza é inteiramente sacralizada, ciclo divino em origem e fim. Tudo o que ela nos dá a ela deve regressar. É por esta perspectiva que nos temos acostumado a interpretar as pinturas rupestres nas cavernas pré-históricas como expressão de ritos que sacralizam a reposição de graças recebidas. Cada gesto pictórico é uma oblata sagrada à Grande Mãe, um regresso da semente de vida a fecundar dentro da Gruta, qual útero maternal ou templo da Terra. A tese repetida que vê nessas pinturas actos mágicos prévios às caçadas não convence totalmente, pois está actualmente provada a discrepância clara entre os animais representados e os das ossadas arqueológicas encontradas. A civilização que tem a Lua como arquétipo central, confirma também a cosmogonia hermafrodita, tomando os menires como *phalus* do masculino fecundando a Terra, concebendo as antas e suas esclarecedoras mamoas também como o regresso ao útero após a morte, a descida ao seio e ao mamilo da Grande Mãe. Neste entendimento, os croméleques delimitam lugares sagrados ou Templos abertos, nos quais, as grandes pedras se alinhavam por vectores de ligação na hierogamia cósmica da Terra, realizada entre a Lua, o feminino, e o Sol, o masculino. Às civilizações lunares se lhes chama de ctonianas, qualificação aliás comum a serpentes, dragões e a toda a

natureza e subnatureza afim, isto é, subterrânea. Todos os povos pré-indo-europeus parecem ter sido ctonianos e chegaram ao extremo ocidental da Europa alguns milénios antes do Cristianismo. Toda a sua simbólica evidencia o cariz matriarcal, na qual podemos verter os conceitos e as palavras de *lua* e *feminino*, *noite* e *oito*, talvez *reencarnação* e *alma* e, muito portuguesemente, *saudade*!

Acresce dizer que este princípio civilizacional gerado na Grande Mãe sacraliza não só a Terra como também a matéria, em seu sentido superior, já se vê. A palavra *matéria* nasceu de útero latino na palavra *mater*, mãe, e encerra em si o conceito clássico entre os gregos de *hylê* ou de substância virginal, potência primordial da qual foi criado o mundo. Não andamos longe da Virgem Imaculada, Mãe de Cristo que, por Ele, também o é de todos os homens.

Do *Sol* vem o acto puro, o inteligível, a semente masculina e criadora.

As civilizações solares são, em contraponto com as lunares, simbolizadas na pujança apolínea e no masculino, no *dia* e no *nove*, emergindo como patriarcais e guerreiras. Quando os aqueus, povos indo-europeus, venceram os cretenses minóicos e fizeram eclodir a civilização micénica e depois com os dórios a helénica, iniciaram assim a ocultação, talvez o desaparecimento, das remotas civilizações lunares. Com Homero e Heródoto entrou a Europa pela porta da História, enquanto a Filosofia e o Teatro traziam ao prosaénio do continente a transfiguração que dos velhos mitos se fez símbolos e ritos, tendo interiorizado nos antigos Mistérios, como os de Delfos ou os de Eléusis, a transmissão e também a ocultação da ancestral sabedoria lunar. Não esqueçamos que em Delfos a sibila, virgem que profetizava sentada sobre o tripode, também se chamava *pitonisa* por via da serpente *Piton*. A arte grega, semente do conceito de artista em sua expressão individual, tal como a filosofia grega em sua interrogação humana ao *logos*

divino, ambas se coadunam na atmosfera propícia a acolher e desenvolver o Cristianismo. Cristo veio aos homens, recordemos, como o Sol do mundo.

Dalila Pereira da Costa demonstra Portugal como a terra europeia onde mais permanecem evidentes os antigos sinais ofidianos. Prova-o por inúmeros testemunhos e deduções, através de fundamentos em arqueologia, religião e literatura tradicional, seja popular ou erudita. Em Portugal, extremo da Eurásia, converge toda a simbólica do *Ocidente*, terra da morte do sol, da noite e das vésperas da futura madrugada e ressurreição. Terra de poesia e profecia, aqui se reserva a ocultação de algo imperecível e também o início de futuras transcendências. Somos o lugar do Ocidente por excelência ou o Finisterra capaz de resolver contradições e intuir sínteses superiores. Terra da Serpente ou da *Ophiussa* assim chamaram os antigos gregos a este nosso ocidente ibérico do qual nasceu Portugal. *Ophiussa* chamavam à serpente e, é por esse nome que várias referências helénicas designam a nossa terra, como é o caso da descrição de um périplo geográfico do século VI antes de Cristo. Quem o narra e confirma, já no século IV da nossa era, é o escritor latino Rufo Festo Avieno em sua *Ora Maritima*. O mesmo autor acrescenta que aqui viviam povos adoradores de serpentes chamados de Saefes e Draganis.

Ora, ter sido ctoniana e lunar parece não haver dúvidas quanto à civilização minóica de Creta. Mereceria estudo sério, que aqui não cabe, a relação que imaginamos como profundíssima entre aquela ilha de nautas mediterrânicos e Portugal. Basta que nos lembremos o que meditou Almada Negreiros e basta que aqui assinale algumas marcas da minha lavra e que bem podem apontar, modestamente, um caminho: a tipologia arquitectónica dos palácios cretenses em sua organicidade e assimetria labiríntica, as expressões plásticas em suas

formas marítimas, ondulantes e fluidas, os frescos e sua temática de golfinhos e tauromaquias com danças femininas, a cerâmica e, mas não só, as impressionantes sacerdotisas em estatuetas de marfim exibindo, quer ambos os seios redondos e nus, quer manipulando serpentes vivas em seus braços e mãos. Não se trata aqui de justificar os dois Cruzeiros alentejanos por superficial associação imagética. O que antes convém não perder de vista é a natureza profundamente feminina e ctoniana das duas culturas, a cretense e a portuguesa, geminadas por remotos fios espirituais.

III

Em Portugal, finisterra do Ocidente, deita-se e morre o sol e também aqui parecem convergir todos os sinais de despedida desta nossa civilização ocidental, outrora tão confiante e orgulhosa tal como o astro-rei que a fez nascer e brilhar. Ainda que mais a ocidente em geografia, não anulam as Américas esta verificação, e isto se ousarmos tomar as culturas ultra-atlânticas como continuidades imediatas da Europa. Nelas, não há radical filosofia que altere ontologicamente o cordão umbilical europeu.

É comum e triste verificarmos no quotidiano actual quanto os “portugueses” que cá vivem desprezam e até odeiam...Portugal! Há neles um masoquismo suicidário ou então uma malquerença e uma maledicência inesgotáveis, pelas quais se martirizam por sermos em modernidade e em progresso, e sermos sempre!, o país último entre os últimos. Olham e invejam as potências estrangeiras, assim como passarinhos hipnotizados e indefesos perante o olhar das cobras e ficam nisso, petrificados e sujeitos à morte por paralisia mental. Como somos sempre os últimos, até dizem que estamos na cauda ou no rabo da Europa, indigno lugar anatómico onde tudo se escoia. Camões e Fer-

nando Pessoa, figuras superiores que eles hipocritamente fingem admirar, afirmam exactamente o contrário, como sabemos: Portugal é, para os dois poetas, a cabeça ou a face da Europa. Outros olhares e outras anatomias!

Mas também é factualmente verdade que há um certo *tudo* que aqui chega sempre em último lugar. Só que este *tudo* actual tem muito de vazio, de evanescente e de efémero, sórdido às vezes, e faz parte da putrefacção em que se afunda o Ocidente. É pois natural que os dejectos saiam pela cloaca. Este nosso lugar geográfico onde o sol se apaga, ascende assim, a símbolo de alteração civilizacional. Somos o lugar da Ophiussa ou da serpente cuja boca morde a cauda para nela acontecer o fim do que há e o princípio do que está para vir. Somos um lugar entre-dois, uma terra de fronteira, propícia à união e transcensão de contrários. Em Portugal, terra de paradoxos, tudo morre para que tudo volte a nascer. Vivemos sempre num ponto de passagem adiado, numa zona prévia ao salto para as profecias que nunca, aparentemente, se realizam.

Tem a serpente, simbolicamente, várias caras. Se na Árvore do Éden fala astutamente para fazer perder Adão, no deserto e com Moisés é elevada numa haste para regenerar os homens. No Novo Testamento ela é o próprio Cristo Redentor na cruz e, também, o divino Mestre ensina os discípulos a serem simples como as pombas e prudentes como serpentes (Mt. 10,16). Desde Asclépio o grego, Esculápio nos latinos, que também a serpente se enrola duplamente no bastão medicinal do Caduceu, qual via regeneradora por Hermes, ou se desenrola na coluna dorsal humana indo, das inferiores vértebras sagradas (!) até ao crânio ou coroa que ao céu se liga. Seria curiosa e estra-

nha a *Procissão da Serpente* que se realizava até às fontes baptismas em plena semana depois da Páscoa e que, na idade medievá cristã, revelava assim Cristo como a nova e derradeira serpe mosaica⁶. Mostra-se a serpente sinuosa, oscilante, tal como a vida!

Diz Teixeira de Pascoaes, o poeta dos versos saudosos: «A saudade inclui a esperança; e por isso, a lembrança visa também o futuro. Estas duas forças (uma criadora e outra perpetuadora) são a essência e o corpo da Saudade»⁷. Desde esta terra que é a grande praia do Ocidente e da Saudade, nós olhamos o mar Atlântico e o futuro, meditando a transfiguração que da morte faz nascer a vida. Sabemos que precisamos de perder a pele para ganhar outra, imitando as cobras, morrer para nascer de novo em espírito como ensina Cristo, esse Sol do mundo crucificado e ressuscitado. Precisamos de olhar o Ocidente que se desfigura no exemplo esculpido de Jesus Cristo no cruzeiro de pedra em Viana, velando e transcendendo a desgraça que exala de um leprosário. Para isso confiamos na mediação da Mãe Celeste, Rainha no Solar da Padroeira em Vila Viçosa. Aliás, a iconografia de Nossa Senhora da Conceição, não por acaso, faz reinar a Mãe de Deus sobre um crescente lunar, para com a sua sobrenaturalidade ajudar maternalmente no caminho transitório da natureza, no qual, tudo o que nasce, se corrompe e morre.

Desde os remotos tempos de antes e de após a Lusitânia que nos chegam os fios de lembranças que o inconsciente guarda: os antigos cultos à deusa Atégina, a Proserpina, ao Endovélico; da Idade Média recebemos lendas de fadas, de fontes e de mouras encantadas, também de trovas passadas. Tudo isso vem dentro de um rio subterrâneo, serpentino e ma-

⁶ MÂLE, Émile. *L'Art Religieux du XIIe siècle en France*, Librairie Armand Colin, Paris, 1998.

⁷ PASCOAES, Teixeira de. *Os Poetas Lusíadas*, Assirio & Alvim, Lisboa, 1987.

tricial. Aqui e ali irrompe em nascente de água, ora lunar, suave e nocturna, ora solar, heróica e diurna, como o fez com Camões em sua iniciação apolínea na Ilha dos Amores. Todavia, o mundo continua, a vida permanece e, Portugal, medita o limite das contradições. Há também um lado terrível, porque obscuro e ligado à terra inferior, nos resíduos dos cultos lunares: os Lusitanos, por exemplo, faziam sacrifícios humanos com os seus prisioneiros, acrescentando vaticínios e adivinhações conforme o modo como eles tombavam no acto da morte sacrificial. Há também placas votivas lusitanas que a arqueologia nos mostra com precisas indicações de vingança e de magia negra. As *pedras oscilantes* na Irlanda (*bulideiras* entre nós) imolavam, esmagando as vítimas. Tudo isto assinala o negrume de medos e terrores pânicos, pois viviam as gentes dos remotos tempos, intensamente o mundo invisível, tanto o *sobre* como o *infra*-natural.

Entretanto, foram as culturas lunares sendo substituídas pelas solares, tal os símbolos de passagem significados, por exemplo em Abraão no sacrifício anulado a Isaac, seu filho, ou pelos trabalhos de Hércules, vitoriosos contra imolações humanas cruentas, ou ainda o heroísmo de Teseu, vencedor do Minotauro que em Creta exigia jovens virgens como alimento. Penso que todos estes símbolos se equivalem, pelo menos no sentido em que marcam a transição entre os sacrifícios humanos e os que passaram a imolar animais. O sacrifício de Cristo, humano e cruento, suporta numa única entrega e morte todo o mundo que ascende, redimido, até à santa Origem. Não tem que haver mais sangue, só o Amor é colocado sobre o altar e sobre o mistério universal. Tudo isto ganhará significado real depois da tarde e da noite, quando o Sol que se deita no mar a Ocidente se levantar de novo... a Ocidente.

Trouxe a civilização solar e ocidental, tão denegrida em nossos dias, os benefícios irradiantes da filosofia e, por ela, eclodiu a luz interrogante da arte e da iniciativa heróica, o veio transformador e vital do ciclo do sol. Entretanto, em Portugal, terra última e dos últimos, se foi ocultando o suave olhar da Deusa Mãe que nos fez falar como poetas que profetizam. O Sol de Cristo iluminou esse olhar até fazê-lo subir ao da Virgem, protectora especialíssima. Nós viemos desde a *Terra da Serpente* para sermos a *Terra da Santa Maria*, como os nossos reis da fundação nos confiaram. A tal ponto que esses monarcas levantaram uma serpe alada ou dragão como timbre sobre o escudo de Portugal. É notável essa figuração e pode ser admirada no antigo *Livro da Nobreza e perfeição das armas*, e também justificada no comentário que Manuel de Faria e Sousa tece a *Os Lusíadas* ainda nos finais do século XVI⁸. Segundo o autor, o brasão de Portugal ostentava a serpente por actos de milagre e zelo paralelos com os de Moisés, sucedidos com Afonso Henriques na fundação do reino, qual êxodo lusitano. Esta Terra de Santa Maria fez-se vassala da Rainha Celeste nas Cortes do Reino em 25 de Março de 1646, dia da Anunciação.

Os dois cruzeiros de pedra, o da *Serpente* e o de *Nossa Senhora do Leite*, sendo o que são, guardam mais do que aquilo que parecem. Levantam-se dentro do veio da ancestralidade portuguesa numa visibilidade que oculta uma enorme e densa riqueza invisível. Recordemos que ambos coincidem na era da grande gesta portuguesa dos Descobrimentos marítimos, ambos se erguem como gajeiros no alto das naus ou como padrões assinalando terras, tanto rasgam horizontes como demarcam territórios desconhecidos. Estes dois cruzeiros carregam em si lembranças passadas e apontam esperanças de futuro, são dois sinais da Saudade neste nosso

⁸ *Lusíadas de Luís de Camoens ... comentados por Manuel de Faria e Sousa*, Tomo II, Madrid, 1939.

tempo de vésperas e de crepúsculo. São duas pedras religiosas no futuro da *Terra da Tarde*, avisando que aí virá a manhã.

Diz o *Livro do Génesis* bíblico: «(...) Deus chamou dia à luz e às trevas noite. Assim, sur-

giu a tarde, e em seguida, a manhã: foi o primeiro dia». Afinal, também no princípio dos princípios tudo começou ao crepúsculo da tarde! Afinal, dois cruzeiros podem ser alma viva em vez de pedra morta!

A linguagem das portas de Vila Viçosa

Luís Filipe Maçarico

DADOS ESTATÍSTICOS ACERCA DAS PORTAS E DOS SEUS ARTEFACTOS

Este artigo é o produto de uma investigação que enquadrou três núcleos de arruamentos, num total de dezassete artérias: o **núcleo I**, integrando as ruelas medievais do castelo, o **núcleo II**, abrangendo as ruas em torno da Câmara Municipal e da Misericórdia e o **núcleo III**, envolvendo as vias em redor do Paço dos Duques de Bragança.

Foram inventariadas cerca de 571 portas (62 no núcleo I, 265, no núcleo II e 244 no núcleo III), constatando-se que existiam na data da recolha – Março/Abril de 2007 –, 288 portas de madeira (50,4%), 130 de alumínio (22,8%), 54 de vidro (9,5%), 47 de ferro (8,2%), 25 de alumínio e vidro (4,4%), 21 de ferro e vidro (3,6%) e 6 de madeira e vidro (1,1%).

Encontraram-se 58 portas de alumínio, sem qualquer artefacto, havendo 32 de cor castanha, 21 verdes, 14 em alumínio cru, 6 brancas e 2 pintadas de vermelho. No núcleo I, havia 2 artefactos em portas de alumínio, 10 no núcleo II e 9 no núcleo III.

Observaram-se 66 portas de alumínio que possuíam puxadores, 16 com caixas de correio, 13 com postigos, 10 com maçanetas, 7 com batentes em forma de ampulheta, 4 com batentes diversos, 4 com lanternas, 2 com mão e 2 com argola.

De entre as cerca de 8 centenas de elementos constitutivos da linguagem das portas de Vila Viçosa, encontraram-se 166 batentes, nas quase duas dezenas de ruas visitadas.

Apurou-se que, de entre os objectos utilizados para bater à porta, o batente em forma de

mão é o mais popular, num total de 52 exemplares, sendo a Rua António José de Almeida a que possui mais artefactos destes (15).

Depois, há 51 batentes diversos (incluindo golfinho-tritão, faisão, cisne, lanternim e outros), sendo a Rua Florbela Espanca a que apresenta mais quantidade e variedade (13). Seguem-se os batentes em forma de aldraba (35), que existem em maior número na Rua dos Combatentes da Grande Guerra (10). Os batentes em forma de ampulheta também apresentam um número de exemplares relevante (28), sendo a Rua Florbela Espanca a principal detentora destes materiais (8).

Os martelos em forma de osso (20) surgem em maior porção nas Rua dos Combatentes da Grande Guerra e Dr. António José de Almeida (4 em cada). Os martelos que lembram brincos de princesa aparecem mais na Praça da República (6) num total de 11.

Finalmente, verifica-se que das 25 aldrabas existentes nas portas observadas, 9 pertencem ao Terreiro do Paço. Os espelhos de fechadura são quase residuais neste mais de meio milhar de portas observadas: 20. Os martelos não especificados são em número de 21 e as caixas de correio 123.

Quanto aos outros elementos da linguagem simbólica das portas de Vila Viçosa, há a considerar os postigos: 199, com 33 na R. dos Combatentes da Grande Guerra e número análogo na Rua António José de Almeida.

Os puxadores totalizam 163 exemplares, havendo mais na Rua Florbela Espanca (37).

As maçanetas, em número de 33, aparecem mais também na Rua Florbela Espanca e Rua dos Combatentes da Grande Guerra.

A PORTA E A LINGUAGEM DOS OBJECTOS BIOGRÁFICOS

A porta abre-se aos amigos e às informações felizes da vida. Ao invés, fecha-se a indivíduos e notícias perturbantes, que desestabilizam o equilíbrio necessário ao bem-estar dos moradores.

Alguns indícios, através dos espelhos de fechadura, dos batentes, aldrabas ou puxadores, complementam a concepção da porta, prevenindo os eventuais invasores da intimidade, da presença de um *escudo* contra más intenções.

O poder, a segurança, a posição social, podem estar bem expressos na linguagem evidente do artefacto que nos interpela.

A cabeça de leão, o cisne, o golfinho-tritão, o faisão, o mastim e outros símbolos afins, anunciam *status* e privilégio, suficientes para fazer recuar incautos e impor respeito.

O postigo insere-se nessa preocupação de vigilância, sublinhando a fronteira entre espaço público e privado.

As portas podem dizer imenso acerca dos habitantes das casas.

A decoração, a manutenção dos velhos objectos de metal (em consonância ou não com campainhas), o material utilizado na própria porta (madeira, alumínio) constituem o primeiro cartão de visita do proprietário.

A madeira de castanho, usual nas casas dos abastados, proporciona distinção, pois a porta com estas características está associada à Arte.

O alumínio abastarda a linguagem das portas, pela vulgaridade e anarquia de formas e cores, mais estridente num contexto de espaços históricos, como é o caso da antiga Rua da Corredoura¹, apresentando uma disparidade de modelos, sem regras, que não contribuem para a salvaguarda patrimonial.

Em anteriores trabalhos acerca da presente temática, foi referida a relação dos indivíduos com alguns artefactos que as portas exibem e que podemos inserir na galeria dos objectos biográficos.

Estes utensílios acompanham as pessoas ao longo da sua vida, sendo inseparáveis do percurso dos humanos. O som (apetece dizer identitário) do batente, é uma referência comum nos testemunhos recolhidos. Os depoimentos realçam a nostalgia sentida pela ausência de parentes, que respondiam ao batimento da aldraba ou do batente, abrindo a casa ao visitante.

Tal como um álbum de fotografias, ou uma jóia de família, a ancestral aldraba, que a campainha e a porta de alumínio substituíram, é por vezes procurada no antiquário, ou se foi possível salvá-la, guarda-se numa gaveta ou caixa de saudades, com a intenção de vir ainda a ser útil numa porta interior.

Pelo mundo fora, estes objectos têm despertado algumas manifestações de salvaguarda, como na França, onde se publicaram alguns estudos (*Heurtoirs de Bordeaux*, de Marie Françoise Lacoue-Labarthe) e de inúmeros sites na Internet, ou na Tunísia, através da edição de postais que chamam a atenção para esse património "invisível". Foi esta preocupação que esteve na génese da fundação, há dois anos, da Aldraba – Associação do Património e Espaço Popular.

UM PATRIMÓNIO CULTURAL DE RELEVO

O caminho para Vila Viçosa, quer entre Estremoz e Borba, quer entre Redondo e Bencatel, anuncia abundantemente o filão de mármore que é a principal riqueza da região. Vamos encontrar esta pedra decorativa por todo o lado. Estremoz e Veiros, por exemplo, usam-na tanto na fachada dos edifícios, como no chão que pisamos.

¹ Rua Florbela Espanca.

No contexto patrimonial de Vila Viçosa, em que a madeira de castanho das portas apresenta vários artefactos de ferro, o mármore também enriquece a beleza dos imóveis, complementando um *design* que anuncia a posição dos proprietários das diversas habitações, que por vezes são mansões.

Percorrer Vila Viçosa é um desafio.

Manuel Lapão conclui que “parece ser consensual em Vila Viçosa a ideia que existe um património cultural de relevo, de grande significado; importa interiorizar e identificar melhor esses valores, assim como a ideia colectiva de salvaguarda, associando-a ao progresso.”²

A MADEIRA NAS PORTAS DE VILA VIÇOSA

Nos palácios e casas senhoriais, a madeira trabalhada, mantém-se, embora José Rocha nos tenha chamado a atenção para as janelas da casa paroquial, sita no 99 da Rua Florbela Espanca, já não serem de madeira, mas em alumínio³.

Desde almofadas geométricas até opções que revelam a minúcia do entalhador, produziram-se em Vila Viçosa⁴ autênticos rendilhados, prodígios que extasiam o olhar do visitante.

Por vezes, o espelho de fechadura é rematado com a coroa real e, sendo região de caça, a silhueta do faisão, pode patentear-se num batede de bom gosto, estilizado, como notou Manuel José Graça da Silva⁵.

Nas ruas da zona histórica de Vila Viçosa, maioritariamente, as portas estão pintadas de verde ou vermelho, em tons escuros, o que nos pode remeter para um símbolo nacional, a bandeira portuguesa, num território várias vezes cobigado por estrangeiros (espanhóis e franceses) que a usurparam.

Nas portas das igrejas, os artefactos integram um sistema de signos, que atinge o expoente nos espelhos de fechadura rematados e coroados por uma cruz⁶.

Os batentes destes edifícios fazem lembrar (quando não são aldrabas), ferragens utilizadas em mobiliário antigo, cómodas e arcas, para abrir gavetas.

O mármore emoldura inúmeras portas e por vezes com símbolos religiosos gravados na ombreira, conforme foi estudado por Margarida Borrega⁷.

Finalmente, na Rua de Estremoz, há duas portas ogivais, que segundo Manuel Maria são geralmente conotadas com o judaísmo, mas terão a ver com D. Nuno Álvares Pereira, o qual teria tido residência naquele lugar.

ALGUMAS PORTAS DE MONUMENTOS

A Porta do Ferro (Castelo)

A robustez de uma porta emblemática, como a do Ferro, no Castelo, é realçada duas vezes por António de Oliveira Cadornega, na sua *Descrição de Vila Viçosa*: “A primeira porta que entravam para o castelo era muito forte,

² Para Além do Paraíso.

³ “Estas portas estão todas a ser substituídas por alumínio, e depois os carpinteiros levam as portas de madeira e tiram as ferragens...” José Joaquim dos Reis Rocha, proprietário do restaurante Florbela Espanca. Depoimento em 25.3.2007.

⁴ “Aqui em Vila Viçosa, há um velhote com quase 80 anos... O ‘Penco’... é daquelas alcinhas antigas... ele dedica-se mais à marcenaria, e continua a trabalhar... Em Vila Viçosa não há outro!”, Manuel Maria, depoimento recolhido em 25.3.2007.

⁵ Colaborou no primeiro levantamento destes materiais, em 25.3.2007.

⁶ “Havia o mestre João Caldeirilha, o mestre João Catela e o mestre Rabito. Todas as aldeias tinham ferreiros e abegões. Em Vila Viçosa há um indivíduo abegão que tem 96 anos, o mestre Lidório. Ainda existe o mestre Cuco, também à volta dos noventa anos.” Informação de Manuel Maria em 25.3.2007, que prosseguir: “O mestre Amado Rabito, esse indivíduo, fazia prodígios. Fez numa casa, que é hoje do Paulo Portas, uma gradaria, com a policia a guardá-lo, porque ele bebia bem e digo-lhe mais: como músico, guitarrista, nunca vi! Tocava as czardas de Monti, num lata de salsichas. Punha aquilo atrás das costas, com uma palheta... era um especialista. Apanhava bebedeira, punha a guitarra na cabeça. Fazia daquilo gravata...”

⁷ “Simbologia Religiosa nas Casas e Espaços Públicos de Vila Viçosa”, in *Callipole*, n.ºs 7/8, 1999-2000, Câmara Municipal de Vila Viçosa.

chapeada e cingida de vergas de ferro.”⁸ Mais adiante, Cadornega relembra os atributos da porta “a que está para a banda da vila se chamava a do Ferro, por ser forte e chapeada deste metal.”⁹

Porta do Nó

O conde de Arnoso aborda assim a porta do Nó, um dos ícones de Vila Viçosa: “Existe ainda a porta do Nó, assim chamada por estar perto da porta dos Nós do paço. Esta porta, porém, foi reedificada em tempo de El-rei D. João IV para celebrar a sua aclamação (...) Aos lados lêem-se as seguintes curiosas inscrições, escritas em latim: “Esta é a fatal porta do Nó. João com o poder de sua espada me livra do Nó de Espanha (...) 1654”¹⁰.

Portas de conventos

Importa evocar neste trabalho o magnífico levantamento de Túlio Espanca, em *Mosteiros de Vila Viçosa*¹¹.

Diz o mestre que na porta do Mosteiro de Santo Agostinho “os batentes são de madeira almofadada e de pregaria brônzea, possivelmente os primitivos, restaurados.”¹²

No convento de S. Francisco dos Capuchos há uma “porta de dois batentes de pau-santo, almofadado e pregueado, de estilo barroco.”¹³

A Casa Professa de S. João Evangelista, actual sede da freguesia de S. Bartolomeu, apresenta “portas de madeira almofadada e de pregaria metálica, estanhada, são de 1713.”¹⁴

No Real Convento das Chagas de Cristo “os batentes, de madeira apainelada, têm ban-

deira guarnecida por ornatos simbólicos da ordem clarissa, centrados pelo escudo real de D. João VI.”¹⁵

Túlio Espanca acrescenta que “A portada de verga direita e jambas de ângulos salientes, é encimada por majestoso arranjo marmóreo, relevado em forma de panóplia enconchada, dos atributos da casa religiosas, terminados com as cruces de Malta, símbolo provável de qualquer protector da Comunidade.

Deste período são, também, os batentes da porta, de madeira de castanho, almofadada e de espelhos e fechaduras metálicas.”¹⁶

Descrevendo o Convento de Santa Cruz, o ilustre calipolense informa:

“A porta interior de mármore branco, verga e jambas arredondadas, de junta fendida, tem batentes almofadados, de pau-brasil e pregaria de metal amarelo do séc. XVIII.”¹⁷

TIPOLOGIA DA PORTA COMUM

A porta mais comum em Vila Viçosa apresenta as seguintes características:

- Dois postigos, resguardados com decoração de ferro forjado, geralmente com motivos florais e renda, quando o postigo não é de madeira.

- Caixa de correio.

- Utensílio para bater à porta (Mão/s; martelo de porta, com design que lembra um osso; martelinhos, em forma de lágrima, terminando com uma bola, ampulhetas esguias ou arredondadas, que neste caso podem também fazer lembrar lanternins).

⁸ Op. Cit.

⁹ Idem.

¹⁰ *Vila Viçosa*, Fundação da Casa de Bragança, 1958.

¹¹ *A Cidade de Évora*, 1970.

¹² Op. Cit.

¹³ Idem.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ ESPANCA, Túlio. “Mosteiros de Vila Viçosa”, *A Cidade de Évora*, 1970.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Ibidem.

- Por vezes, puxadores compridos ou maçanetas com idêntica função.

- Em alguns casos, campainhas.

Estes complementos da linguagem da porta podem apresentar-se de forma isolada ou em conjuntos.

Esta porta tipo encontra-se em toda a vila. O material utilizado é repartido, em quantidades semelhantes, entre a madeira e o alumínio. Este, assenhoreou-se de sítios especiais, como as ruas do castelo, a emblemática artéria que ostenta o nome da poetisa de *Charneca em Flor*, Rua dos Combatentes da Grande Guerra e Praça da República.

O MÁRMORE E O BATENTE: SALVAGUARDA E DECADÊNCIA

José Manuel Fernandes afirma que “Em Vila Viçosa tudo nos surge construído em pedra, num mármore luminoso, que parece translúcido e quase (...) uma “pele” lançada sobre toda a vila”, pois “são de mármore (...) as soleiras das portas dos edifícios”¹⁸.

António Rosa, num bellissimo texto, traduz o que sentimos pelas memórias familiares, evocando com nostalgia uma porta da Rua de Santa Luzia: “Chego finalmente ao número 10. À casa dos meus avós. O batente da porta é uma mãozinha (com anel no dedo e tudo) segurando uma esfera (...) Bato. Duas pancadas, como é usual. Aquele som do martelo na porta

arrepia-me de satisfação. Que toque maravilhoso! Havendo tantos martelos iguais, este parece ter um timbre diferente. Maravilhosamente diferente.”¹⁹

No início do século XXI, técnicos do Gabinete Técnico Local (GTL) de Vila Viçosa, reflectiram acerca da necessidade de um Plano de Salvaguarda: “Mecanismos de actuação que visam a salvaguarda e a revalorização do património cultural de Vila Viçosa (...) postura de quem teve o direito de receber toda uma herança cultural e, por isso mesmo, tem direito de usufruí-la, e a de quem tem simultaneamente o dever de transmitir essa herança às gerações futuras, o que nos exige a sua preservação, que é, em suma, absolutamente fundamental para que a memória de um povo não se perca.”²⁰

Durante a abordagem inicial, constatou-se que dezenas de edifícios particulares, alguns de interesse público, como é o caso do prédio onde a poetisa Florbela Espanca viveu²¹, apresentavam um estado de abandono que põe em causa intenções meritórias de preservação patrimonial, referenciadas no texto anterior, da autoria de técnicos do GTL.

Efectivamente, no n.º 5 da Praça da República, encontramos “uma cartela em mármore. Casa do avô de Henrique Pousão, também pintor, embora de menor importância que a do neto. Muito mal estimada, como se vê.”²²

A degradação dos imóveis é visível no Largo José Sande, com vários prédios aviltados. Na Rua dos Combatentes da Grande Guerra en-

¹⁸ “A Cidade de Mármore”, *Callipole*, n.º 12.

¹⁹ “Memórias Calipolenses”, *Callipole*, n.º 14.

²⁰ TAVARES, Sofia e SEIXAS, Marcelo. “Análise de experiência de Conservação do Património Urbano de Vila Viçosa”, *Callipole*, n.ºs 7/8, 199/2000.

²¹ Num encontro fortuito, na tarde de 25.3.2007, Maria Ilda Pio Bilro contou: “trabalhei tanto na casa do pai dela (Florbela), arranjava o quarto dela todas as semanas, já faço 70 anos, trabalhei lá 50 anos!” Depois recitou de cor este poema que terá criado para celebrar a autora de *Soror Saudade*:

*“Vila Viçosa fresca e bela
O que tinha de bom se perdeu
Perdeu a nossa Florbela
Que há tantos anos morreu.
E outra erva já não pisa
Aquele grande escritora
E que grande poetisa”.*

²² Comentário do Dr. Joaquim Saial, a uma fotografia, enviado por *mail*, em 27.3.2007; Manuel Maria, ao passarmos em 25. Março pela porta do n.º 5 da Praça da República, a propósito daquela espécie de brasão no frontispício, disse que era um “embelezamento, conforme a hierarquia da fidalguia” e que seria uma casa de 1500-1600... Acrescentou ainda que várias casas de Vila Viçosa têm “as marcas dos canteiros” – eles tinham o seu “selo branco”...

contramos edifícios que carecem de obras e há mesmo um com várias teias de aranha. No diário de campo, a propósito desta rua ficaram estas notas: “alguma decadência, abandono...”

Este trabalho pretende chamar a atenção para o património “invisível” e para a necessidade de haver regras que impossibilitem a desaparecimento das portas de madeira e consequente perda de todos os elementos que as enriquecem.

Nesse sentido, parece-nos pertinente apresentar a ideia de uma proposta de classificação de algumas portas, que possam vir a constituir fundamento de paragem, motivando observa-

ção mais cuidadosa e a reflexão, no âmbito da criação de um roteiro das portas de Vila Viçosa, que poderia incluir folheto (documentação base antes do início do roteiro) e placa colocada junto de cada porta.

Quem manteve a porta até hoje, preservada, não reagiria mal. Ganharia até um estímulo, prestígio, apenas devendo conservar a porta, continuando a fazer a manutenção e não substituir os materiais.

É, digamos, uma nota final, que deixamos à consideração da autarquia, para agir, enquanto é possível.

Artefactos para bater à porta			
Batentes	166	Mão	52
		Diversos	51
		Forma Aldraba	35
		Ampulheta	28
Martelos de Porta	52	Forma Osso	20
		Brinco Princesa	11
		Não Especificado	21
Aldrabas			25
Total			243

Material	N.º de Portas	%
Madeira	288	50.4
Alumínio	130	22.8
Vidro	54	9.5
Ferro	47	8.2
Alumínio e Vidro	25	4.4
Ferro e Vidro	21	3.7
Madeira e Vidro	6	1.1
Total	571	100.0

Apetrechos Complementares da Porta	
Postigos	199
Puxadores	163
Maçanetas	33
Caixas de Correio	123

ANEXO I

A porta na poesia alentejana. Brevíssima antologia

Na poesia recolhida de autores alentejanos, a porta aparece associada a quatro situações distintas:

- A porta que se abre, em sinal de hospitalidade e apoio a desvalidos (António Sardinha), para a transformação dos dias (Raul de Carvalho), ou como sinal identitário, num contexto tradicional festivo (Rosa Dias²³).

- A porta como suporte, para se assistir a acontecimentos ou para passar o tempo (Manuel da Fonseca).

- A porta que se fecha aos ganhões (Azinhal Abelho, Manuel da Fonseca) mas também ao sol que queima (Silva Tavares).

- A porta enquanto protecção contra a Dor, a Morte e o Vento, que naturalmente perturbam o decorrer da existência, no sossego do lar (Florabela Espanca, Luís Amaro).

²³ Rosa Dias colabora pela primeira vez em *Callipole*, com dois poemas, no presente número.

ANTÓNIO SARDINHA

António Sardinha evoca a porta, como passagem entre a transcendência e a vida, efémera.

“Versos do trinco da porta,
- Louvado seja o Senhor!
A casa é Deus quem ma guarda,
Ninguém a guarda melhor!”

Batem os pobres à porta,
- Batem com ar de humildade.
“Eu sei que é pouco irmãozinho!
É pouco, mas de vontade!”

Quem é que a porta abria,
Com modos de atrevimento?
São coisas da criadagem!
Não foi ninguém - é o vento!

Mexem no trinco da porta.
- “Levante, faça favor!”
A entrada nunca se nega
Seja a visita quem for!

Não vês a porta batendo?
Que aragem essa que corta!
Em toda a volta do dia,
Não pára o trinco da porta!

Trinco da porta caindo
Sobre a partida de alguém...
“Oh, quantos vão e não voltam?!
São os que a morte lá tem!”²⁴

AZINHAL ABELHO

Orlando Neves organizou uma antologia de poesia alentejana, onde, além de Sardinha, incluiu Azinhal Abelho:

“Já bati a sete portas
Por mais de mil e uma vez:
- Vá-se embora seu ganhão,
Disseram com altivez...”²⁵

FLORBELA ESPANCA

No *Livro de Mágoas*, Florbela Espanca escreve:

“Não sabem que passou, um dia, a Dor
À minha porta e, nesse dia, entrou.”²⁶

Na obra da poetisa calipolense, a porta aparece relacionada com o sofrimento, a tristeza, o abandono...

“Beijos de amor que vão de boca em boca,
Como pobres que vão de porta em porta!”²⁷

No livro de Soror Saudade, insiste:

“A sombra duma cruz à tua porta...”²⁸

E mais adiante:

“Abri todas as portas par em par”²⁹

²⁴ NEVES, Orlando. *Antologia de Poetas Alentejanos*, Câmara Municipal de Vila Viçosa (inicialmente publicado no livro de António Sardinha “Quando as Nascentes Despertam”), 1986.

²⁵ NEVES, Orlando. *Antologia de Poetas Alentejanos*, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1986.

²⁶ Escrito em 1919. “Sem Remédio”, in *Sonetos*.

²⁷ Princesa Desalento?

²⁸ Escrito em 1923. “Princesa Desalento”, in *Sonetos*.

²⁹ “Deixai entrar a morte”, in *Sonetos*.

E ainda:

“Silêncio!

Sou o vento que geme e quer entrar,
Sou o vento que vai bater-te à porta”

“Supremo Enleio

Folhas murchas de rojo à tua porta...”

DOMINGOS CARVALHO

No poema “Atalhos”, dedicado a Manuel da Fonseca, Domingos Carvalho conta:

“Então abriram-se as portas,
Acenderam-se fogueiras”³⁰

Em *Viagem*, aparecem:

“os mesmos velhos sentados pelas portas”³¹

Num dos poemas da *Última Gaveta*, encontramos:

“A chave na porta,
Os versos na rua...”³²

Desta série, é “Secas”, onde se pode ler:

“Caso não bata à porta um outro engano”³³

LUÍS AMARO

Na poesia de Luís Amaro, a porta não se abre para a fruição da felicidade:

“A alegria passou à minha porta
Sem olhar para mim”³⁴

No “Poema dos 20 Anos”, dedicado a Reinaldo Ferreira, Amaro revela:

“Uma sombra passou na noite morta
(...)
Vindo passar depois à minha porta”³⁵

MANUEL DA FONSECA

Em Manuel da Fonseca, a porta é o lugar onde se pára para assistir a qualquer acontecimento, ou o espaço interdito:

“Parava o comércio pelas portas”³⁶

“ia-me de ‘monte’ a ‘monte’ ”
Chegava à porta e dizia
(...)
Os homens saíam
Para as portas das tabernas”³⁷

“As mães chamaram os filhos
Bateram portas fechadas!”³⁸

ORLANDO NEVES

Em *Morte Minuciosa*, o poeta Orlando Neves apresenta a porta, como metáfora de um recomeço:

“Derradeira, a porta

³⁰ *Antologia Poética*, Margem, 1997.

³¹ *Idem*.

³² *Ibidem*, “Protesto”; em “Registo”, esta frase repete-se.

³³ *Idem*.

³⁴ In “Dádiva”, 1949.

³⁵ NEVES, Orlando. *Antologia de Poetas Alentejanos*, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1986.

³⁶ “Estradas”, in *Antologia Poética*, Diabril, 1976.

³⁷ *Idem*, “Canção”.

³⁸ *Ibidem*, “Maltês”.

Alisa o vento de faro no suporte
Das nossas palavras, as novas”³⁹

RAÚL DE CARVALHO

No poema “Vem Serenidade”, de Raul de Carvalho, a porta é o símbolo da expectativa, espera-se que dela surja outra vida:

“Há famílias inteiras com o jantar na mesa,
Aguardando que batam, que empurrem, que
irrompam
Pela porta levíssima
E que a porta se abra e por ela se entornem
Os frutos e a justiça”⁴⁰

ROSA DIAS

Natural de Campo Maior, Rosa Dias, poetisa de raiz tradicional, no seu livro *Toadas Alentejanas* mostra a hospitalidade do povo camponês e raiano, na maneira como este utiliza a porta. No primeiro dos dois poemas recolhidos, sentimos a tradição e a hospitalidade:

“As portas pintadas
Ao meio um postigo
Heranças deixadas
Por um povo antigo

Na porta do pobre
Todos podem ver
Toda a gente pode
Entrar sem bater.”⁴¹

O segundo poema sublinha a atitude atrás descrita:

“As largas portas abertas mostram riqueza do pobre

(...)

São as cortinas de riscas nas portas dos camponeses”⁴²

Rosa Dias, respondeu favoravelmente a um desafio, enviando-nos por *e-mail* um poema novo, onde aborda o tema da porta, com a riqueza etnográfica e vocabular que caracterizam a sua poesia. Reproduzimos na íntegra, agradecendo a esta autora, que alia ao verso a maneira de dizer, ímpar no panorama da poesia popular alentejana:

“Na Vila de Campo Maior, perdura o branco caído
com seu rodapé em cor, e um pezinho apurado

Minha casa meu abrigo, de velha porta em madeira
a mais do meio, um postigo, e rente ao chão
uma gateira

Um simples trinco a fechava, movido com aldraba velhinha
fosse quem fosse a rodava pois a porta era baixinha

Se a rua quisesse ver, ao postigo me assomava
se me quisesse esconder, p’las fisguinhas espreitava

Fisgas da porta encobertas, com uma cordice às risquinhas
proibindo as moscas tontas, e o calhandrar das vizinhas

³⁹ NEVES, Orlando. “Morte Minuciosa”.

⁴⁰ NEVES, Orlando. *Antologia de Poetas Alentejanos*, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1986.

⁴¹ DIAS, Rosa. *Toadas Alentejanas*, “As Vilas do Alentejo”, 1988.

⁴² Idem, “Festas do Povo de Campo Maior”.

Nossa gatinha matreira, sempre que na gana
lhe desse
lá entrava pela gateira, como se dona da casa
fosse

Pela Vvla também havia, quem altas portas ti-
vesse
uma mão fechada pendia, p´ra quem à porta
batesse

A vila se transformou, características foi per-
dendo
mas nem tudo o tempo levou, porque os poetas
vão gravando

Até ter memória e vida, contarei ao pormenor
da característica perdida, do belo Campo
Maior⁴³.

SILVA TAVARES

Na poesia de Silva Tavares, a porta fechada
está relacionada com o calor e a intensidade da
luz, que obrigam as pessoas a protegerem-se
do sol excessivo.

“(o sol queima)
Fecham-se portas”⁴⁴

ANEXO II

A porta no imaginário popular alentejano

O antropólogo Paulo Lima, em *Artes da Fala*,
apresenta um poeta popular do Baixo Alentejo
onde a porta surge, enquanto espaço privile-

giado de fruição visual, e uma recitadora: Lucí-
lia Dias da Silva, de S. João dos Caldeireiros –
em cujo texto a porta é a fronteira entre pobres
e ricos.

“Stando eu à porta assentado,
Gozando do fresco, sem ser namorado”⁴⁵

“O pobre foi à porta do rico e pediu as sobras de
seu jantar.”⁴⁶

No jornal “A Tradição,” M. Dias Nunes, citou
alguns “Provérbios e Dictos”, da tradição oral,
em Serpa:

“- Porque entram os cães nas igrejas?
- Porque encontram a porta aberta”
“Depois de roubado, portas novas.”⁴⁷

No número seguinte do mesmo periódico, Dias
Nunes publica estes versos do Cancioneiro Po-
pular do Baixo Alentejo:

“Todas as noites eu vou
Assentar-me à tua porta,
Espalhar lyrios na campa
D’uma saudade morta.”⁴⁸

Na mesma edição, Ladislau Piçarra, revela uma
superstição de Brinches:

“A parte restante do madeiro que ardeu na noite
de Natal, Anno Bom ou Reis, posta à porta da
casa, livra do raio da trovoada.”⁴⁹

Nos primórdios daquele jornal, aparecera este
provérbio:

“Sogra, nem de pão à porta”⁵⁰

⁴³ Escrito e enviado em 19.Março.2007.

⁴⁴ NEVES, Orlando. *Antologia de Poetas Alentejanos*, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1986.

⁴⁵ LIMA, Paulo “Artistas da Fala a sul do Tejo”, in *Artes da Fala*.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ *A Tradição*, ano VI, n.º 1, Serpa, Janeiro.1904, volume VI.

⁴⁸ *A Tradição*, ano VI, n.º 2, Serpa, Fevereiro.1904, volume VI.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ *A Tradição*, ano I, n.º 5, Serpa, Maio.1899, série I.

Ainda em 1899, "A Tradição" divulgara estas quadras em louvor de S. João:

"San João à minha porta?
Eu não sei que lhe hei-de dar!
(...)
San João à minha porta?
Hei-de lhe dar a Capella"⁵¹

Em 1900, Dias Nunes publica esta moda-estribilho alentejana:

De noite batem à porta,
ó filha, vae vêr quem é!
Se for teu amor primeiro,
vae aquecer o café.

Vae aquecer o café,
vae aquecer o ch'colate.
De noite batem à porta,
ó filha, vae ver quem bate⁵²!

Em Maio de 1904, Dias Nunes recolhe esta quadra:

Quem quizer ouvir cantar,
vá à porta de quem cria;
com vontade ou sem vontade,
canta de noite e de dia⁵³.

Completam-se estas breves notas sobre o imaginário popular, patente na poesia e nos ditos

dos alentejanos, com uma quadra, recolhida em Campo Maior, por Luísa Freire:

Nossas casas têm portas,
mas não precisas bater;
porque elas estão abertas,
para todos receber⁵⁴.

Dos diversos textos patenteados, podemos então concluir que a porta é um sítio primordial, enquanto espaço de fruição, no imaginário popular dos alentejanos. Lugar esse que no quotidiano actual dos calipolenses, vai perdendo alguns dos seus atributos decorativos e simbólicos, que valorizavam sobremaneira o património colectivo e de que é exemplo o número considerável de portas de alumínio.

Agradecimentos:

Ana Isabel Carvalho

Dr.^a Graça Silva

Ilda Pio Bilro

Dr. Joaquim Saial

José Joaquim dos Reis Rocha

Manuel José Graça da Silva

Manuel Maria

Maria Conceição Baleizão

Mariana Pires

Dr.^a Vanda Oliveira

Dr. Vítor Mila

Zélia Borralho

⁵¹ *A Tradição*, ano I, n.º 6, Serpa, Junho.1899, série I.

⁵² *A Tradição*, ano II, n.º 1, Serpa, Janeiro.1900, volume II.

⁵³ *A Tradição*, ano VI, n.º 5, Serpa, Maio.1904, série I.

⁵⁴ FREIRE, Luísa. *O Feitiço da Quadra*, Veja, Lisboa, 1999.



Rua de Estremoz, castelo – Porta medieval



Rua Florbela Espanca
Batente em forma de cisne



Praça da República – Batente em forma de mão da porta da casa do avô do pintor Henrique Pousão.



Praça da República – Palacete da família Sousa da Câmara, aspecto geral do portão (1 batente e 3 aldrabas)



Rua Florbela Espanca – Para Manuel Silva, este batente lembra o perfil de um faisão; Para Conceição Baleizão, parece um cisne estilizado. E para o leitor?



Rua Florbela Espanca – Aspecto de uma porta com dois postigos e um batente.

Fotos Luís Filipe Maçarico



Terreiro do Paço – Portão com três aldrabas.



Terreiro do Paço – Paço dos Duques de Bragança. Batentes onde se podem vislumbrar silhuetas de cavalos em cortesias...

BIBLIOGRAFIA

Livros

- AAVV. *As Idades do Fogo. Formas e Memórias das Artes e Ofícios dos Metais*, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Lisboa, 2005.
- AAVV. *Estói, Um Olhar Sobre o Património*, In Loco, 2000.
- AAVV. *Saberes da Vida Memórias de Antigas Profissões*, Câmara Municipal do Bombarral e Museu do Bombarral, 2000.
- AAVV. *El Trabajo en la Antigüedad: Útiles y Herramientas*, Museo Arqueológico Nacional, Madrid, 1999.
- AAVV. *O Património Local e Regional Subsídios para um Trabalho Transdisciplinar*, Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário, 1998.
- AAVV. *Urbanidade e Património*, IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, 1998.
- AAVV. *Manual de Reabilitação do Património de Faro*, Câmara Municipal de Faro, Faro, 1997.
- AAVV. *Enciclopédia Einaudi, 1 – Memória-História: Memória*, por Jacques Le Goff, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1997.
- AAVV. *As Idades do Ferro*, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Lisboa, 1995.
- AAVV. “Ojos de Cerradura en la Ribera del Duero”, in *Certamen Nacional de Fotografía sobre Artes y Tradiciones Populares*, Ministerio de Cultura, Dirección General de Cooperación Cultural, Madrid, 1990.
- AAVV. *Artes e Tradições da Região do Porto*, Direcção Geral de Comunicação Social, 1985.
- AAVV. *Artes e Tradições de Bragança*, Direcção Geral de Divulgação, Lisboa, 1984.
- AAVV. *Artes e Tradições de Vila Real*, Direcção Geral de Comunicação Social, Lisboa, 1984.
- AAVV. *Signes & Symboles dans l'Art Populaire Tunisien*, Société Tunisienne de Diffusion, Tunis, 1976.
- AAVV. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, volume I, Enciclopédia Lda, Lisboa-Rio de Janeiro, s.d.
- ALEGRIA, José Alberto. *Itinerários da Terra Inventariar o Património de Arquitectura em Terra Contributo para um inventário no concelho de Silves*, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 2002.
- ALERO, Aurelio Cid e GRAMMATICO, Daniel, *L'Alhambra vue de près*, Edilux, 2000.
- ALMEIDA, José Augusto de. *Espelhos de Portas de Ovar*, Museu de Ovar, s.d.
- ALVES, Adalberto. *A Herança Árabe em Portugal*, CTT, Lisboa, 2001.
- APPADURAI, Arjun. *The Social Life of Things Commodities in cultural perspective*, Cambridge University Press, 1986.
- ARNOSO, Conde de. *Vila Viçosa*, Fundação da Casa de Bragança, 1958.
- AUGÉ, Marc. *As Formas do Esquecimento*, Íman Edições, Almada, 2001.
- AUGÉ, Marc. *Não Lugares – Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Lisboa, Bertrand, Lisboa, 1994.
- BRITO, Joaquim Pais de. “Patrimónios e Identidades. A difícil construção do Presente”, in PERALTA, Elsa e ANICO, Marta (org.) *Patrimónios e Identidades Ficções Contemporâneas*, Celta, Oeiras, 2006.
- CADORNEGA, António de Oliveira. *Descrição de Vila Viçosa*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1982.
- CAEIRO, Baltazar de Matos. *Ferros de Lisboa*, edição do autor, 1999.
- CANDAUI, Jöel. *Antropologie de la Mémoire*, Presses Universitaires de France, Paris, 1996.
- CARVALHO, Domingos. *Antologia Poética*, Margem, 1997.
- CIRLOT, Eduardo. *Dicionário de Símbolos*, D. Quixote, Lisboa, 2000.

- COELHO, António Borges. *Portugal na Espanha Árabe*, vol. 1 e 2, 2.^a edição, Lisboa, Caminho, Lisboa, 1989.
- COELHO, António Borges. *Questionar a História*, Caminho, Lisboa, 1986.
- CHEVALIER, J. GHEERBRANDT, A. *Dicionário dos Símbolos*, Teorema, Lisboa, 1994.
- CORREIA, Alberto. *Arnaldo Malho Ferros Forçados de Viseu*, Comissão da Feira de S. Mateus, s.d.
- DERCKEL, Philippe. *Des Portes à Ouvrir*, Pèzènas, Domens, 2001.
- DIAS, Rosa. *Toadas Alentejanas*, edição de autor, 1988.
- ELIADE, Mircea. *Ferreiros e Alquimistas*, Relógio d'Água, Lisboa, 1987.
- ESPANCA, Florbela. *Sonetos*, Bertrand, Lisboa, 1978.
- ESPANCA, Túlio. "Mosteiros de Vila Viçosa", in *A Cidade de Évora*, 1970.
- FONSECA, Manuel. *Antologia Poética*, Diábril, Lisboa, 1976.
- FLORES, Joaquim de Moura. in AAVV "Urbanidade e Património", IGAPHE, 1998.
- FREIRE, Luísa. *O Feitiço da Quadra*, Veja, 1999.
- GOURHAN, André-Leroi. *O Gesto e a Palavra. Memória e Ritmos*, Edições 70, Lisboa, 1987.
- HOSKINS, Janet. *Biographical Objects. How Things Tell the Stories of People's Lives*, Routledge, New York and London, 1998.
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. "Objects of Memory: Material Culture as Life Review" in *Folk Groups and Folclore Genres: A Reader*, edited by E. Oring, 1989.
- JACOB, José Manuel Nunes. "O Ferro Forjado em Trás-os-Montes. A Arte do Ferro em Trás-os-Montes", in AAVV, *As Idades do Fogo. Formas e Memórias das Artes e Ofícios dos Metais*, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Lisboa, 2005.
- JORGE, Vítor Oliveira. *Olhar o Mundo como Arqueólogo*, Quarteto, Coimbra, 2003.
- LACQUE-LABARTHE, Marie France e GÉMIN, Pierre. *Heurtoirs de Bordeaux*, Princi Réguer, Pau, 2000.
- LAPÃO, Manuel. *Para Além do Paraíso: contributo para uma candidatura de Vila Viçosa a património mundial da Humanidade*, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2004.
- LIMA, Augusto César Pires de. *A Arte e os Ofícios nas Tradições Populares*, Portucal, Porto, 1947.
- LIMA, Fernando de Castro de Pires de. *A Arte Popular em Portugal*, 1.^o volume, s.d.
- LIMA, Paulo. "Artistas da Fala a sul do Tejo", in *Artes da Fala*, Celta, Oeiras.
- MACHADO, Francisco Valente. *As Ruas de Vila Verde de Ficalho Depois da sua Última Restauração Cerca de 1670*", Biblioteca-Museu de Vila Verde de Ficalho, 1977.
- MACHADO, José Pedro. *Vocabulário Português de Origem Árabe*, Editorial Notícias, Lisboa, 1991.
- MAUSS, Marcel. *Manual de Etnografia*, D. Quixote, Lisboa, 1993.
- MORRIS, Desmond; COLLET, Peter; MARSH, Peter; O'SHANGHNESSY, Marie. *Os Gestos Suas Origens e Significado*, Publicações Europa-América, s.d.
- MOUTINHO, Mário Canova (1994) "A Construção do Objecto Museológico", in *Cadernos de Museologia*, vol. 4, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1994.
- NEVES, Orlando. *Antologia de Poetas Alentejanos*, II Série dos Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, n.º 1, s.d.
- NUNES, M. Dias e PIÇARRA, Ladislau. *A Tradição*, 2.^a edição em fac-simile, 2 volumes, Câmara Municipal de Serpa, 1997.
- PEIXOTO, Paulo. "O Património Mata a Identidade", in *Patrimónios e Identidades. Ficções Contemporâneas*, Oeiras, Celta, Oeiras, 2006.
- PEIXOTO, Paulo. "Os meios rurais e a descoberta do património", comunicação apresentada na actividade *Conversas à volta das*

estrelas, 18 pp. policopiadas, Souto Bom, Tondela, 1998.

PERALTA, Elsa e ANICO, Marta (org.). *Patri-mónios e Identidades. Ficções Contemporâneas*, Celta, Oeiras, 2006.

SETHOM, Samira. "Khomsa et poisson", in *AAVV Signes et Symboles dans l'Art Populaire Tunisien*, 1976.

TENGARRINHA, Margarida. *Da Memória do Povo*, Colibri, Lisboa, 1999.

TORRES, Cláudio. *A Civilização Islâmica – última síntese Mediterrânica*, Museu de Mértola. Arte Islâmica, Campo Arqueológico e Câmara Municipal de Mértola, 2001.

TORRES, Cláudio e MACIAS, Santiago. "Apogeu da Civilização Islâmica no Ocidente Ibérico" in *Memória de Portugal O Milénio Português*, coordenação de Roberto Carneiro, Círculo de Leitores, Lisboa, 2001.

TORRES, Cláudio e MACIAS, Santiago. *O Legado Islâmico em Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1998.

TRESIDDER, Jack. *Os Símbolos e o seu Significado*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2000.

TREASE, G. *O Relógio da História*, Verbo, Lisboa, 1986.

VARANDA, Fernando. *Mértola no Alentejo. Tradição e Mudança no Espaço Construído*, Assírio & Alvim, Lisboa, 2002.

VASCONCELLOS, J. Leite de (1983) "Etnografia Portuguesa", volume II (1983), VI (1983) e X (1988), Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa.

Artigos

AAVV. "Architecture Méditerranéenne Tunisie La Medina de Tunis Ville du Patrimoine Mondial (vieux quartiers vie nouvelle)", RK, Marseille, 1997.

BALESTEROS, Cármen. "Marcas de Simbologia Religiosa Judaica e Cristã – para um levantamento prévio em povoações da raia portuguesa e espanhola", *Callipole* n.ºs 3/4, 1995-96, Câmara Municipal de Vila Viçosa.

BAPTISTA, Augusto. "Salvem os Batentes", *Visão*, 10. Março.1990.

BARRIO, Pilar e ZULOAGA, Pablo (1994) "Aldabas e Llamadores Golpe de Mano", *Nuevo Estilo*, n.º 192, Marzo.1994.

BENFOUGHEL, Tatiana. "Entre Tradition et Modernité", *Qantara*, n.º 20, Julho/Setembro.1996.

BORREGA, Margarida. "Simbologia Religiosa nas Casas e Espaços Públicos de Vila Viçosa", *Callipole*, n.ºs 7-8, 1999-2000, Câmara Municipal de Vila Viçosa.

BRITO, J. Pais de. "Arquitecturas Efémeras", *Cultus*, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa, 2001.

BRITO, J. Pais de. "Objectos com pessoas", in *Normas de Inventário: Alfaia Agrícola*, IPM, Lisboa, 2000.

BRITO, J. Pais de. "O Museu, Muitas Coisas", *Museus e Museologia em Portugal*, s.d.

BRITO, J. Pais de. Intervenção in *Actas do 9.º Encontro Nacional Museologia e Autarquias*, Câmara Municipal de Loures, 1999.

CAEIRO, Maria do Rosário. "Em casa de ferreiro, espeto de salgueiro, uma abordagem ao ofício de ferreiro", *Almansor*, n.º1, 2.ª série, 2002.

CORREIA, Vergílio. "Arte Popular Portuguesa III Construções e objectos em que se manifesta", *Águia*, n.º 48, 2.ª série, 1915.

CHEVALLIER, Denis. "Les nouveaux territoires du patrimoine", 15 pp. policopiadas, Lisboa, 11.4.2002.

FELGUEIRAS, Guilherme. "Velha Indústria de Ferraria Escudetes Antigos", *Portucale*, vol. IX, Maio/Agosto, n.ºs 51-52, 1936.

FELGUEIRAS, Guilherme. "Estremadura e a sua velha indústria de Ferrarias A Arte nas obras de Forja", "Estremadura", boletim da Junta de Província, série II, n.º VI Maio/Agosto.1944.

FERNANDES, José Manuel. "A Cidade de Mármore", *Callipole*, n.º 12, 2004, Câmara Municipal de Vila Viçosa.

LOPES, Pedro. "Algumas Notas sobre as Artes do Ferro", *Vilas e Cidades*, Julho. 1999.

MAÇARICO, Luís Filipe; SILVA, Graça; OLIVEIRA, Vanda e COSTA, Leonel. "Da Vivência à Patrimonialização: Aldrabas e Batentes no Núcleo Histórico da Freguesia de Santa Maria dos Olivais", comunicação apresentada ao XI Colóquio dos Olivais, Escola Secundária Eça de Queiroz, 5.4.2005.

MAÇARICO, Luís Filipe; OLIVEIRA, Vanda e COSTA, Leonel. "O Património Invisível e a Preservação da Memória: Aldrabas e Batentes em 3 freguesias de Loures", comunicação às V Jornadas de Cultura Saloia, organização da Câmara Municipal de Loures, Auditório do Museu da Cerâmica, Sacavém, 2-3.Dezembro.2004.

MAÇARICO, Luís Filipe. "A Propósito da "Vergonha do Património", in <http://aaldraba.blogspot.com> pesquisado em 13.11.2006.

MAÇARICO, Luís Filipe. "Aldrabas e Batentes de Montemor-o-Novo: Um Olhar Antropológico", *Almansor*, n.º 4, 2.ª série, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Abril.2006.

MAÇARICO, Luís Filipe. "Aldrabas e Batentes", *Aldraba*, boletim n.º 1 da Aldraba – Associação do Espaço e Património Popular, Abril.2006.

MAÇARICO, Luís Filipe. "A Função Antropológica da Aldraba. Da Origem Simbólica à Morte Funcional", *Arqueologia Medieval*, n.º 8, Afrontamento, Porto, 2003.

MAÇARICO, Luís Filipe. "Preservação do Património, salvaguarda da identidade: o caso das aldrabas", *Memória Alentejana*, n.º 8, Primavera.2003; *Alma Alentejana*, n.º 14, Agosto/Novembro.2003.

MAÇARICO, Luís Filipe. "Aldrabas: Jóias do Património e da Identidade", "Gesto", Revista do Círculo Artístico e Cultural Artur Bual, n.º 4.

MAÇARICO, Luís Filipe. "As Aldrabas de Lisbuna", *A Voz do Operário*, n.º 2859, Janeiro.2001.

MAÇARICO, Luís Filipe. "Aldrabas e Globalização", *Memória Alentejana*, n.º 2, Verão.2001.

MAÇARICO, Luís Filipe. "Um Património Quase Invisível", *Jornal do Fundão*, 9.Fevereiro.2001.

MAÇARICO, Luís Filipe. "Moreanes e as suas Aldrabas", *Alentejo Ilustrado*, suplemento do "Diário do Alentejo", 22.Junho.2001.

MAÇARICO, Luís Filipe. "Os Segredos da Aldraba", *Rosa Albardeira*, n.º 6, Outubro/Novembro.2001.

MAÇARICO, Luís Filipe. "Aldrabas e Globalização", *Folha de Montemor*, n.º 138, Outubro.2000 e n.º 6 do "Fanal", suplemento cultural de *O Distrito de Portalegre*, 20 de Outubro. 2000.

MAÇARICO, Luís Filipe. "A Personalidade Poética do Alentejano", *Arquivo de Beja*, vol. X, série III, Câmara Municipal de Beja, Abril. 1999.

MENDES, José Amado. "O Ferro na História: Das Artes Mecânicas às Belas Artes", in *Gestão e Desenvolvimento*, n.º 9, 2000.

NOBRE, José António. "Os Pica - Puortas em Terra de Miranda", *Brigantia*, volume XXIII, n.ºs 1/2, Janeiro/Maio.2003.

OLIVEIRA, Catarina. "Ferreiros e Ferradores em Montemor-o-Novo. A Memória e o Futuro", *Memória Alentejana*, n.º 8, Primavera.2003.

OLIVEIRA, Marta Maria Peters Arriscado de. "Vila Viçosa: Temas de Ordenamento da Forma Urbana", *Callipole*, n.º 12, 2004, Câmara Municipal de Vila Viçosa.

PEIXOTO, Rocha. "Arte Popular Portuguesa", *A Águia*, 2.ª série, 48, 1915.

ROSA, António. "Memórias Calipolenses", *Callipole*, n.º 14, 2006, Câmara Municipal de Vila Viçosa.

SILVA, J. Palminha. "Portas de Évora", *Diário do Sul*, 21 Agosto.2001.

TAVARES, Sofia e SEIXAS, Marcelo (1999-2000) "Análise da experiência de Conservação do Património Urbano de Vila Viçosa", *Callipole*, Câmara Municipal de Vila Viçosa n.ºs 7-8, 1999-2000.

VASCONCELLOS, J. Leite. "Aldravas de Ferro", *Boletim de Etnografia*, n.º 1, Imprensa Nacional, Lisboa, 1920.

VASCONCELLOS, J. Leite. "Espelhos de portas", *Boletim de Etnografia*, n.º 2, Imprensa Nacional, Lisboa, 1923.

VASCONCELLOS, J. Leite. "O Archeólogo Português", volume VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.

VIANA, Abel. "Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo", *Arquivo de Beja*, vol. XIII, Beja, 1956.

Locais de Pesquisa

Vila Viçosa (25.Março e 5.4.2007)

Biblioteca Nacional de Lisboa (2.5.2007): foram consultados todos os números da revista *Callipole*.

OS NOSSOS COLABORADORES

Este espaço está sempre em aberto e portanto em transformação, podendo a qualquer momento ser ampliado e/ou actualizado desde que cheguem a Callipole elementos que o permitam. Lacunas nas biografias, como local e ano de nascimento ou outras, deverão desejavelmente ser completadas pelos autores.

ABALROADO, Argumundo

Vila Viçosa (Portugal), 1936

Licenciado pela Facultad de Educación de la Universidad de Extremadura, Badajoz, Espanha. Curso de Contabilista no Instituto Lusitano de Comércio, Lisboa. Curso de Guia Turístico da Comissão Municipal de Turismo de Vila Viçosa.

Investigador de Genealogia e História.

Artigos publicados na revista *Aula Magna*, Badajoz

Colaborador de *Callipole* 3/4 e 15.

AURELIO Carlos

Vila Viçosa (Portugal), 1956

Licenciatura em Artes Plásticas/Pintura, pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Possui o Curso de Gravura da Galeria Diferença, Lisboa (1985), sob orientação de Maria Irene Ribeiro.

É docente do Ensino Secundário.

Realizou as seguintes exposições individuais: Pintura e desenho – **Mortos ou Vivos?** – Seixal (1982); Pintura – **La duda en torno a las vértebras** – Galeria Acuarela, Badajoz (1987); Fotografia – **Cibachrome** – Galeria Diferença, Lisboa e Museu de Évora (1989); Pintura – **Ex Umbr Lux** – Centro de Arte SOCTIP, Lisboa (1990); Desenho – **A Lápis** – Miga's, Terena (1995); Pintura – **O Mapa de Portugal** – Convento de Cristo, Tomar, e Casa de Cultura D. Pedro V, Mafra (1996); Fotografia – **Saudade** – Festival de l'Image, Le Mans, França (1997); Fotografia – **O Céus** – Grupo Pró-Évora, Évora; Fotografia – **O Céus** – Galeria Municipal Artur Bual, Amadora (1999); Pintura – **Pater Noster** – Instituto Camões, Vigo, Espanha, Forum da Maia, Museu Martins Sarmiento, Guimarães, Ponte da Barca, Tondela, Paço de Arcos e Vila Viçosa (2003).

Participou em cerca de duas dezenas de exposições colectivas

É autor de edições em artes gráficas como postais, fotografias, cartazes, brochuras para fins comerciais e para diversos eventos públicos, para além de capas e ilustrações em livros.

Obteve menções honrosas na I Mostra Portuguesa de Artes e Ideias (Lisboa, 1987) e no Prémio Literário Cidade de Almada, com o Romance **Amor e Roma** (1994).

Colaborou com prefácios, artigos e ilustrações em diversas publicações.

Participante, desde 1986, no “Grupo de Estremoz” de Filosofia Portuguesa ligado a António Telmo. Conferencista em colóquios sobre Filosofia (Lisboa, 1996; Alenquer, 1999; Coimbra, 2004; Sesimbra, 2005). Autor de artigos e ilustrações em diversas iniciativas no âmbito da Filosofia Portuguesa, nomeadamente na revista *Teoremas de Filosofia* (Porto).

Co-autor dos seguintes livros: **António Telmo e as Gerações Novas**, ed. Hugin, Lisboa, 2003; **O Pensamento e a Obra de Pinharanda Gomes**, ed. Fundação Lusíada, Lisboa, 2004; **Messianismo Português**, ed. Fundação Lusíada, Lisboa, 2005; **O Pensamento e a Obra de Afonso Botelho**, ed. Fundação Lusíada, Lisboa, 2005.

Publicou **Mapa Metafísico da Europa**, ed. Fundação Lusíada, Lisboa, 2003.

Colaborador de *Callipole* 14 e 15.

BALTARDO Eugénio

Estremoz (Portugal), 1951

Viveu na sua terra natal, até aos 20 anos.

Colaboração, dos 14 aos 19 anos, no jornal *Campo Aberto* (Alunos de Estremoz). Fez parte do Círculo Cultural Estremocense, nos anos 1969/70.

Publicou o livro **Madeixas Silvestres**, com poemas seus e serigrafias ilustrativas de Artur Bual, em edição dos autores (Atelier de António Inverno), Lisboa, 1991.

Participou em *Viola Delta* – *Cadernos de poesia* (Coordenação de Fernando Grade), Edições Mic, Estoril; volumes: XXXI – Julho.2001; XXXII, Dezembro.2001; XX-XIII, Maio.2002; XXXVIII, Setembro.2004. *Cadernos de Poesia 1*, Círculo Cultural Artur Bual, Amadora, 2001.

Tem textos em *Modas e Bordados, Diário de Lisboa, Jornal de Leiria, Jornal de Alferrarede, Suplemento* (Água-Mel, Mem Martins), *Terras Brancas* (Borba), *Diário do Sul* (Évora), *Brados do Alentejo* (Estremoz) e *Petrinha* (Alpedrinha).

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

BARRADAIS Susana

Lisboa (Portugal), 1978

Passou a infância e adolescência em Vila Viçosa.

Mestre em Design, Gestão e Desenvolvimento de Novos Produtos, pela Universidad Politécnica de Valência, Espanha. Licenciada em Design Industrial, pelo IADE (Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing), Lisboa.

Trabalha como *designer* numa empresa de produtos cerâmicos em Espanha (Valentina Cerâmicas), projectando lojas e espaços comerciais e realizou trabalhos de *designer* de Merchandising Visual para diversas lojas e hipermercados nacionais e como *designer* de Produto para diversas empresas portuguesas. Participou num projecto de *design* de mobiliário exposto na feira Salone di Milão, no ano de 1999.

Prepara publicação em português do que será o seu primeiro livro: **Pic-nic: a Paisagem e a Pedra**.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

CADINA António

Não forneceu biografia.

Docente do ensino superior.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

DIAS Rosa

Campo Maior (Portugal), 1947

Publicou três livros: **O Sentir do Alentejo** (1985), **Todas Alentejanas** (1989, 2.^a ed. 2001) e **Anexins e Nomes Engraçados de Campo Maior** (1997)

Participou em variadíssimas antologias poéticas.

Tem artigos em revistas diversas, tendo começado na já extinta *Crónica Feminina*.

Letras suas foram musicadas e editadas em cassette e CD, por/para fadistas e cantores portugueses bem conhecidos do grande público, como António Pinto Basto.

Tem também participado em muitos espectáculos em Portugal, nos teatros S. Luis, Maria Matos, Trindade e Almadense, no Padrão dos Descobrimentos, Casa do Alentejo e em várias outras casas regionais, em Portugal e no estrangeiro, como por exemplo na Casa de Portugal em Campinas, Brasil.

Ganhou vários prémios em jogos florais a nível de todo o País, nas modalidades quadra, poesia e conto.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

DORES Aracélia

Évora (Portugal), 1968

Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas.

Bacharel em Línguas e Turismo, pelo Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA) de Lisboa.

Exerce as funções de Técnica de Turismo.

Tem dedicado alguma atenção à fotografia, sempre como amadora. O Alentejo tem sido um dos seus temas favoritos.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

ESPANCA Túlio

Vila Viçosa (Portugal), 1913 – Évora (Portugal), 1983

Familiar de outros dois famosos calipolenses, o P^o e historiador Joaquim José da Rocha Espanca e a poetisa Florbela Espanca, este autodidacta de reconhecidos méritos, na área da História e da História da Arte, frequentou em 1939 um curso de cicerones em que foi 1.^o classificado. Em 1953 obteve bolsa estatal que lhe permitiu estagiar em França e Itália. Em 1959 tornou-se membro da Academia Nacional de Belas Artes e em 1976 sócio correspondente da Academia Portuguesa da História. A Universidade

de Évora atribuiu-lhe o título de Doutor *Honoris Causa*, a Câmara Municipal da mesma cidade a medalha de ouro do Município e, em 1982, o Presidente da República, Ramalho Eanes, a comenda da Ordem de Santiago da Espada. Tem nome de rua, que saibamos, em Cuba, e de avenida, em Vila Viçosa e Évora.

Da sua larga obra escrita destaca-se, sem dúvida, o *Inventário Artístico de Portugal*, com os volumes dedicados aos distritos de Évora (1978) e Beja (póstumo, 1992).

Túlio Espanca colaborou no n.º 1 de *Callipole*, em 1993, com o texto *José Francisco de Abreu - Mestre de pedraria do barroco alentejano*; no n.º 2, em 1994, com ele já falecido, o seu amigo de sempre, Dr. Joaquim Torrinha, dedicou-lhe sentido texto de saudade.

FERNANDES Rosário

Portalegre (Portugal), ?

Concluiu o Curso Superior de Jornalismo (Master of Arts in Journalism) em 1994, na Faculdade de Jornalismo da Universidade Estatal de Moscovo, M.V. Lomonosov, com a defesa da dissertação intitulada: «Liberdade de Imprensa em Portugal – História e Actualidade». Actualmente, trabalha como Técnica Superior de 1.^a classe no Departamento de Comunicação e Relações Externas da Câmara Municipal de Évora. O primeiro artigo que escreveu, ainda na adolescência, foi para o jornal alentejano *Fonte Nova*. Já na Faculdade, estagiou no jornal russo *Megapólis Continent* e ao regressar a Portugal pertenceu, em Lisboa, à redacção do jornal *Opinião, Voz de Portugal*. Posteriormente, trabalhou em Beja na rádio *Voz da Planície* e no jornal *Diário do Alentejo*, até ingressar na Câmara Municipal de Évora. Tem artigos publicados na imprensa regional, em diversos jornais, tais como *Diário dos Açores, Notícias do Alentejo, O Interior, O Primeiro de Janeiro, Oeste Online* e *Jornal do Algarve*, entre outros.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

GEMA José

Lisboa (Portugal), 1953

Frequenta o curso de Sociologia, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE).

É projectista especialista na Câmara Municipal de Lisboa.

Desenvolve actividades em áreas diversas – é Presidente da Direcção da Associação Pró-Infância da Mouraria (IPSS) e membro do Conselho Fiscal da Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa.

Ao longo dos anos já participou em dezenas de exposições colectivas e expôs individualmente no Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Palácio dos Coruchéus, Câmara Municipal de Lisboa (Centro de Documentação) e

Associação Portuguesa de Arte Fotográfica. Nesta última instituição ministrou na década de oitenta diversos cursos básicos, de iniciação e técnicas fotográficas.

Nos IV Encontros de Fotografia de Coimbra apresentou a comunicação "Fotografia não profissional – Que filosofia?", bem como o diaporama "Elegia fotográfica", composição sobre quadras do poeta popular António Aleixo. Premiado por diversas vezes, possui trabalhos publicados em vários jornais e revistas, encontrando-se, ainda, representado nas edições de 1982 e 1983 do Anuário Português de Fotografia.

Integrou o conselho artístico da extinta Galeria Nova Opinião e actualmente é membro do Círculo Artístico e Cultural Artur Bual.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

HONEM, Amadeu Carvalho

Sátão, Viseu (Portugal), 1945

Doutor em História.

É professor associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Há longos anos que alcciona, em regência integral, a cadeira de História Contemporânea de Portugal, e em co-regência, a de História de Portugal, na licenciatura em Jornalismo. Foi responsável pela criação do mestrado em História das Ideologias e das Utopias Contemporâneas, que actualmente dirige. É um dos coordenadores do grupo de trabalho dedicado ao estudo da «História das Ideias Políticas e Sociais», em funcionamento no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS 20), da Universidade de Coimbra.

Foi distinguido com a Cruz de Mérito Humanitário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Sociais (S. Paulo, Brasil) e pelo Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.

Tem numerosos artigos espalhados pelas principais revistas portuguesas da especialidade e também em estrangeiras, sobretudo no Brasil.

São de sua autoria os livros **A Ideia Republicana em Portugal. O Contributo de Teófilo Braga. O Primeiro Conde de Arnoso e o seu Tempo e Da Monarquia à República**. Encontra-se a escrever a **História da Fundação Eng. António de Almeida** (de que já foi publicado o Vol. I).

Colaborador de *Callipole* 14 e 15.

JORDÃO, Luís

Mourão (Portugal), 1945

Dirigente da Casa do Alentejo e presidente da Assembleia Municipal de Mourão.

Publicou dois livros.

Tem textos em vários jornais e revistas regionais, tendo sido director da *Revista Alentejana*, dos *Cadernos CA* e do *Almanaque Alentejano* (ainda na rua).

São de sua autoria os livros **Apontamentos Datados e Palavras Ajun-tadas**.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

LANTIERA, M.ª

Moura (Portugal), 1953

Licenciado em História (Ensino), pela Universidade de Évora.

Professor dos Ensinos Básico e Secundário. Desempenha actualmente as funções de Técnico Superior da Câmara Municipal de Vila Viçosa, na Área do Património.

Tem publicado diversos artigos na área da História e História da Arquitectura.

Membro do Conselho de Redacção de *Callipole*.

Colaborador de *Callipole* 9, 12, 13, 14 e 15.

LAPAR, Nuno

Vila Viçosa (Portugal), 1961

Mestre em Urbanismo, pela Universitat Politècnica de Catalunya (UPC)/Centre de Cultura Contemporània de Barcelona/Laboratori d' Urbanisme de Barcelona (1.º ano: Ciutats/Projectar la Periferia; 2.º ano: La Gran Escala – La arquitectura de los nuevos entornos, em 1997). Licenciado em Arquitectura pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, Departamento de Arquitectura/Universidade Técnica; Faculdade de Arquitectura de Lisboa, em 1986 – área de Renovação Urbana.

Bolseiro da Fundação da Casa de Bragança, da Universidade Politécnica da Catalunha e equiparado a bolseiro pela Secretaria de estado da Cultura e pelo IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico). Também teve bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian que, por razões pessoais, não pôde usufruir

Frequentou os seguintes cursos e seminários: (1987) Curso de «Patologia, Reabilitação e Manutenção de Estruturas e Edifícios», no Instituto Superior Técnico, em Lisboa (24 Semanas) Estágio: «Estudo de reabilitação da Cadeia da Relação», no Porto; (1988) II Curso de Especialização em Engenharia Municipal (Évora/Coimbra) promovido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses; (1990) Conferência Internacional sobre Alojamento promovida pela URBE; (1991) Seminário sobre «Arquitectura Abaluartada» em Almeida, com apresentação de uma Comunicação conjunta; (1992) Encontro «Mercado de Arquitectura», promovido pela AAP e 5.º Encontro Nacional dos GTLS (Gabinetes Técnicos Locais) – «Experiências de reabilitação urbana portuguesa e galega», em Chaves; (1993) Seminário «Pensar o Ordenamento do Território – Ideias, planos, estratégias», promovido pela Universidade Nova de Lisboa e Seminário Damião de Góis / Conferências do Convento da Arrábida «Reabilitação do património urbano»; (1994) Encontro sobre Património Classificado IPPAR/Universidade Católica Portuguesa; (2004) I Seminário IAPXX, Arquitectura do séc. xx Identificação e Inventário, Centro Cultural de Belém, 1.º Encontro Ibérico «Gestão do Património Mundial», Mosteiro dos Jerónimos, 14/15 Maio, Seminário «Lusocunza: estado da arte em soluções para projecto – Território e SIG», Lisboa, 16 Junho e Seminário Collegi d'Arquitectes de Catalunya, COAC: «L'explosió de la ciutat», integrado no Fórum

Universal de les Cultures 04, Barcelona, 18/19 Junho; (2005) 14 Junho no LNEC, em Lisboa, FÓRUM PDM Lisboa – «Visão estratégica e o novo Plano Director Municipal» promovido pela Câmara Municipal de Lisboa; (2006) 3 e 4 de Março, no Auditório da Torre do Tombo, em Lisboa, Seminário «A Cidade para o Cidadão. O Planeamento de Pormenor em Questão» promovido pela Ordem dos Arquitectos, 8 de Março na Fábrica da Pólvora, Barcarena – Oeiras, Seminário «Crescimento Económico e desenvolvimento Sustentável» – Nelson Lourenço, Planeamento Estratégico e Planeamento Urbanístico – António Fonseca Ferreira e Luís Bruno Soares, Promovido pela Universidade Atlântica, 29 de Março no Edifício da Alfandega, no Porto, Conferência Ibérica de Marketing das Cidades «Oporto City Marketing», Organizada pelo Instituto Português de Administração de Marketing – IPAM de Matosinhos e pelo IDIM (Instituto de Desenvolvimento e Investigação em Marketing).

Vasta obra, na área da arquitectura unifamiliar, restauração e obras públicas, em Lisboa, no Alentejo (sobretudo em Vila Viçosa), e noutros locais do país.

Trabalhou no IPPAR e foi durante vários anos Director Regional de Lisboa desta instituição.

Publicou o livro **Para Além do Paraíso: contributo para uma candidatura de Vila Viçosa a património mundial da Humanidade**, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2004.

Tem textos da sua especialidade em diversas revistas. Membro do Conselho de Redacção de *Callipole*. Colaborador de *Callipole* 12 e 15.

LIMA ANTONIO MENEZES

Mindelo, ilha de S. Vicente (Cabo Verde), 1943

Coronel do Exército português, na reserva.

Tem publicado artigos na área de História e relações internacionais, em jornais de Cabo Verde, como *Terra Nova* e *Liberal*.

Coordenador e co-autor da História do Regimento de Infantaria N.º 15 (Tomar) e coordenador e redactor do boletim da mesma unidade militar.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

LIMA CARLOS

Lisboa (Portugal), 1956

Licenciado em História. Professor.

Em 1994, publicou a primeira edição do seu livro **Nos Caminhos de Olivença**, que já conheceu três reedições.

Escreve para vários jornais, locais e nacionais, bem como para revistas, incluindo algumas estrangeiras. Os temas variam muito, embora uma parte substancial seja dedicada a Olivença.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

MACARICEL LUIS FERRE

Évora, (Portugal), 1952

Mestre em Antropologia (Patrimónios e Identidades) pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.

Técnico Superior da Câmara Municipal de Lisboa.

Poesia: **Da Água e do Vento**, 1991; **Mais Perto da Terra**, 1992; **A Essência**, 1993; **Lisboa, Asas de Água**, 1994; **Os Pastores do Sol**, versão trilingue (português, francês e árabe), 1995; 2.ª ed. Escola Profissional Fundão, 1996; 3.ª ed., 2001; **Intim(a)ldade**, 1996; **Vagabundo da Luz**, Liga dos Amigos e Junta Freguesia de Alpedrinha, 1997; **O Sabor da Cal**, ed. da Câmara Municipal de Beja, 1997; **Os Peregrinos do Luar**, 1998; **Lisboa, Cais das Palavras**, C. M. de Lisboa / Cultura, 1998; **A Celebração da Terra**, ed. das C. M. de Évora e Montemor-o-Novo, Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Vila e Delegação Regional de Cultura do Alentejo, 1999; **Lisboa, Pegadas de Luz**, C. M. Lisboa/Cultura, 2000; **A Secreta Colina**, C. M. Lisboa / Cultura, 2001; **Caligrafia do Silêncio**, 2004.

Antologias (selecção): **Cadernos Despertar I**, com Eduardo Olimpio e José Carlos Ary dos Santos, Amadora, 1982; **Antologia de Homenagem a Cesário Verde**, C. M. Oeiras, org. Orlando Neves, Oeiras, 1991; **Cântico em Honra de Miguel Torga**, coord. António Arnaut e Rui Mendes, com António Ramos Rosa, Eugénio de Andrade, Sophia de Mello Breyner, ed. Fora do Texto, Coimbra, 1996; **Cerejas Poemas de Amor de Autores Portugueses Contemporâneos**, selecção de Gonçalo Salvado, ed. Tágide e C. M. Fundão, 2004; **Vento – Sombra de Vozes / Viento – Sombra de Vocês**, coord. Pedro Salvado e Juan Gonper, Ed. C. M. Fundão / Celya, 2004.

Ensaios (selecção): **A Personalidade Poética do Alentejano**, *Arquivo de Beja*, volume X, série III, Abril 1999, pp. 111-124; **O Alentejo, O Cante e os seus Poetas**, *Arquivo de Beja*, vol. XIII, série III, Abril 2000, pp. 13-36; **A Função Antropológica da Aldraba: Da Origem Simbólica à Morte Funcional**, *Arqueologia Medieval*, n.º 8, Campo Arqueológico de Mértola, Afrontamento, Maio 2003; **Aldrabas e Batentes de Montemor-o-Novo: Um Olhar Antropológico**, *Almanson*, n.º 4, 2.ª série, 2005, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

Biografia: **Com o Mundo nos Punhos – Elementos para uma biografia de José Santa Camarão**, CML, Lisboa, 2003, resultado da tese de mestrado.

Dirigente associativo voluntário de colectividades, nos mais diversos cargos, entre 1997 e 2006, Membro da Comissão Promotora, Fundador e Presidente da direcção da «Aldraba» – Associação do Espaço e Património Popular (Abril.2005).

Colaborador de *Callipole* 9, 10/11, 12, 14 e 15.

MENDONÇA LUIS

Povoação, Açores (Portugal), 1963

Licenciado em História e Ciências Sociais pela Universidade dos Açores.

Professor do Ensino Básico e Secundário, leccionando actualmente em Almada.

Tem já alguns livros publicados no âmbito da História açoriana: **História dos Açores, Visão Geral (sécs. XV-XX)**, 1.ª ed. 1996, 2.ª ed. 2001; **Aspectos da Vida Quotidiana nos Açores – Perspectiva Histórica**, 1998; **Histó-**

ria da Povoação, ed. da Câmara Municipal da Povoação, 2000; **Emigração Açoriana, sécs. XVIII a XX**, 2002.

Colaborador de *Callipole* 14 e 15.

MONGE, Maria de Jesus

? (Portugal), ?

Mestre em Museologia pela Universidade de Évora.

Directora do Museu do Paço Ducal de Vila Viçosa (Fundação da Casa de Bragança).

Participou em vários congressos da sua especialidade e tem obra publicada, por exemplo, o livro **500 Anos da Santa Casa da Misericórdia de Estremoz**, 2002; co-autora, com Raquel Henriques da Silva de **El-Rei D. Carlos Pintor. 1863-1908**, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 2007.

Colaboradora de *Callipole* 13, 14 e 15.

PEREIRA Diar

Mértola (Portugal), 1973

Mestre em Teorias da Arte pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa (2006), com a dissertação *Ilustração da "Guerra e Paz" – Júlio Pomar. Pensamento Estético, crítica e imagem plástica*.

Licenciatura em Educação Visual e Tecnológica, Escola Superior de Educação de Lisboa (1997/2001).

Curso de Desenho, Sociedade Nacional de Belas-Artes (1995/2000); 2.º *Workshop* de Ilustração Científica, Desenho de História Natural, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa (2005); Curso de Verão "Retrato" Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa (2003); Curso de História da Arte "Da Pré-História ao Maneirismo", Ar.Co. (2003); Curso "Temas de Estética e Teorias da Arte Contemporânea", Sociedade Nacional de Belas-Artes (2002/2003).

Actividade artística desde 1990, tendo participado em exposições colectivas e individuais, e ganho diversos prémios e menções honrosas, com representação em diversas colecções em Portugal e no estrangeiro. Participação com ilustrações na publicação *Aldraba – Boletim da Associação do Espaço e Património Popular*. Actividade no campo da ilustração científica, com participação na Exposição de Ilustração Científica, Sala Bocage, Museu Nacional de História Natural, Lisboa (Julho.2006).

Autora do Daily Collage Project, um projecto em contínua evolução, cujo objectivo é criar e disponibilizar em <http://dailycollageproject.blogspot.com/> uma colagem inédita de pequeno formato todos os dias.

Escreve poemas desde 1989, mantendo-se, no entanto, inéditos até ao presente.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

PINTO, Rui Miguel da Costa

Vila Franca de Xira (Portugal), 1962

Mestre em História dos Descobrimentos e da Expan-

são Portuguesa. Licenciado em História (Variante em História da Arte), pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. Possui também os cursos de História da Náutica, Qualificação em Ciências de Educação e Técnicas Documentais e Tecnologias de Informação.

É professor do 2.º e 3.º ciclos, formador do Centro de Formação da Associação de Escolas da Amadora, membro da Academia da Marinha, presidente da Secção de História da Sociedade de Geografia de Lisboa, vice-presidente da Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses e membro da Secção de História e da Comissão de Estudos Odisipenses da mesma associação. Foi presidente da Comissão Científica do Colóquio "Portugal-Brasil, 500 Anos" promovido pela Secção de História da SGL e organizou a Conferência do Prof. Dr. Valentim Alexandre "António Enes e a Questão Colonial" também promovida pela SGL (ambas em 2000); organizou o seminário «O Império Colonial Português nos Séculos XIX e XX», promovido pela Secção de História da SGL (2002); fez parte da Comissão de Homenagem Comemorativa do 1.º Centenário do Nascimento de Francisco Assis de Oliveira Martins; foi comissário científico para as comemorações dos 130 anos da SGL. É relator do Boletim da SGL.

Publicou o livro **A Costa Oriental Africana (1640-1668)** – Estar-Editora, Lisboa, 2002; como colaborador, participou no Glossário de Termos de Arte – Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, e no Grande Dicionário Enciclopédico Universal – Lisboa, Ediclube. Também em colaboração, escreveu "A MissionaçãO Durante o Século XVII na Costa Oriental Africana" in *Para além da Taprobana – De Lisboa a Nagasaki*, ed. da Secretaria de Estado da Cultura – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1993, e "Plataforma da Fortaleza de Moçambique" e "Documentação Manuscrita sobre o Brasil dos Séculos XVII e XIX" in *Tesouros da Sociedade de Geografia de Lisboa*, ed. Inapa, Lisboa, 2001. Em 2004 escreveu, para o boletim da Academia da Marinha, "A Rota do Cabo e a Ilha de Moçambique (1640-68)".

Tem textos nas revistas *Brotéria*, *Arqueologia e História*, *História e Mare Liberum* e nos boletins da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Academia da Marinha.

Colaborador de *Callipole* 2, 5/6, 7/8, 10/11, 13, 14 e 15.

PIRIZ, Luis Alfonso Lirio

Olivença (Espanha), 1958

Licenciado em Ciências da Informação.

Director do Museu Etnográfico Extremeño "Gozález Santana", Olivença; Bibliotecário-Arquivista da Câmara Municipal de Olivença

Publicou o livro **Olivenza, Antologia Esencial. Elementos para su História** – Editora Regional de Extremadura, 1994; são também de sua autoria os seguintes trabalhos: **El Caso Oliventino, para una Investigación Cultural** (Memoria de la licenciatura dirigida por el doctor

D. Ramón Valdés del Toro) – Universidad Autónoma de Bellaterra, 1983; **Catálogo del Fondo Bibliográfico y Documental Oliventino**, 1984; **Olivenza: ciudad abierta a dos culturas** – Editora Regional de Extremadura. Consejería de Educación y Cultura, 1985; **Catálogo del Archivo Histórico Municipal de Olivenza**, 1987; **Olivenza: del nacionalismo al iberismo**, 1988; **Olivenza: Entre España y Portugal** (catálogo crítico da bibliografia espanhola e portuguesa sobre Olivença) – Badajoz, 1989; **Memorial del Antiguo Convento de la Concepción en la Villa de Olivenza**, Badajoz, 1999.

Colaborador de *Callipole* 1, 5/6, 13, 14 e 15.

REI, António

Évora (Portugal), 1958

Doutor em História Cultural e das Mentalidades Medievais.

Mestre em História Medieval pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa. Licenciado em História pela Universidade de Évora. Especialista em língua árabe pela Universidade de Tunes I, Tunísia.

Investigador/Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia; exerce a sua actividade profissional principal no Instituto de Estudos Medievais da FCSH da UNL; docente de História da Cultura Medieval e de Língua Árabe na FCH da Universidade do Algarve e Fundação Luis de Molina, Universidade de Évora. Director do Grupo de Estudos da Serra d'Ossa (GEO) (1990-1998); Investigador/Bolseiro PRAXIS XXI (1997-2000); Consultor para a Área Histórico-Cultural da Comunidade Islâmica de Lisboa (2000-2002); Director do Centro de Estudos Luso-Árabes – Silves (2002-...).

Publicou o livro **Pesos e Medidas de Orígem Islâmica em Portugal** – Câmara Municipal/Casa da Balança, Évora, 1998.

Tem textos nas revistas *Arqueologia Medieval*, *Ibn Maruán*, *Patrimonia*, *Xarajib* e nos jornais *Diário do Sul* (Évora) e *Brados do Alentejo* (Estremoz).

Colaborador de *Callipole* 7/8, 9, 10/11, 13 e 15.

ROSA, António

Vila Viçosa (Portugal), 1951

Depois de ter passado pelo antigo Colégio João das Regras (Vila Viçosa), fez em Lisboa o bacharelato em Engenharia de Máquinas, tendo mais tarde vindo a licenciarse em Engenharia Térmica Industrial.

Exerce actualmente a profissão de professor. É projectista de redes de gás e já foi formador de cursos profissionais, credenciado pelo IEFF.

Pertence ao Conselho Fiscal do Grupo Amigos de Vila Viçosa, tendo já assumido a Direcção por vários anos. É sócio fundador do Lions Club de Vila Viçosa, onde exerceu as funções de secretário, sendo actualmente colaborador do departamento de comunicação social deste clube. Foi

presidente da Assembleia-Geral da Confraria da Santíssima Trindade de Vila Viçosa. É tesoureiro da Régia Confraria e Confraria dos Escravos de N.ª Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa.

Colaborou esporadicamente com alguns artigos técnicos sobre o tema "energia" no jornal *Zona dos Mármore*, na década de noventa.

Colaborador de *Callipole* 14 e 15.

RUSADO, Moisés Cayetano

Roca de la Sierra, Badajoz (Espanha), 1951

Licenciado em Geografia e História. Licenciado em Filosofia e Ciências da Educação. Doutor em Geografia e História.

Professor dos ensinos primário e secundário. Professor colaborador da Universidad Nacional de Ensino a Distância (Espanha), da Escuela de Administración Pública de Extremadura e dos Centros de Formação de Professores da Extremadura.

Participou em diversos congressos de História, Literatura, Pedagogia e Ciências Sociais em Espanha, Portugal, França, Cuba e Argentina, sendo actualmente membro do Comité Organizador e do Comité Científico do "Congreso de Estudios Extremeños".

Poeta, com seis livros de poemas publicados – o mais recente é **Amanecer y Otros Poemas de la Raya**, ed. O Pelourinho, Badajoz, 2006. Narrador, com duas novelas e um livro de contos publicados. Ensaísta e investigador, com quase uma dezena de livros editados, destacando-se: **Alquimia: antología de narradores extremeños** – Editora Regional, 1985; **Emigración Extremeña durante el desarrollismo español** – UNED, 1990; **Cuba: la boca del caimán** – Servicio de Publicaciones de la Diputación de Badajoz, 2000; **Abril 25: el sueño domesticado. Revolución portuguesa de los claveles** – Fundación de Investigaciones Marxistas, 2001; **Un paseo por la raya** – Gabinete de Inicativas Transfronterizas, 2003.

É director do Serviço de Publicaciones Transfronterizas *O Pelourinho* e da *Revista de Estudios Extremeños*. Colaborador da imprensa periódica, nomeadamente nos diários espanhóis *ABC*, *Hoy*, *El Periódico*... ou no nicaraguense *Nuevo Amanecer*; tem mantido colaborações em diversas publicações alentejanas, como o *Diário do Alentejo*, *Linhas de Elvas* e *Revista Alentejo* (da Casa do Alentejo, Lisboa).

Colaborador de *Callipole* 13, 14 e 15.

SAIAL, Joaquim

Vila Viçosa (Portugal), 1953

Mestre em História da Arte, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Licenciado em Ciências Humanas e Sociais, pela FCSH da UNL. Licenciado em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa. Prossegue doutoramento em

História, de dupla titulação, pela Universidade Autónoma de Lisboa e pela Universidade de Salamanca (Espanha) cuja temática se situa no âmbito da escultura pública portuguesa da segunda metade do século XX; possui os diplomas de Estudos Superiores e Estudos Avanzados da dita universidade espanhola.

Entre 1986 e 2005 foi docente das cadeiras de História da Arte I e II (Arte Portuguesa e Internacional), na Licenciatura em Turismo do Instituto Superior de Novas Profissões, para além de igualmente leccionar, desde 1980, no 2.º e 3.º ciclos do ensino oficial. Tem realizado múltiplas actividades ligadas à área em que se especializou, entre as quais se destacam conferências nas Universidades de Évora, Nova de Lisboa, Internacional para a Terceira Idade e Portucalense (Porto), Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, Sociedade de Geografia de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian (da qual foi bolseiro em 1985-86), e, na área da Literatura, no Centro Cultural Português do Mindelo (ilha de São Vicente) e Palácio da Cultura, Praia (ilha de Santiago), Cabo Verde (com patrocínio do Instituto Camões), trabalhos para o Departamento de Documentação e Pesquisa do Centro de Arte Moderna da FCG, ACARTE da FCG, ex-Instituto Português do Património Cultural e Centro Nacional de Cultura, organização das comemorações do primeiro centenário da morte do pintor Henrique Pousão, em Vila Viçosa, e docência de cursos de História da Arte e de Cultura Portuguesa para diversos organismos públicos e privados. É consultor e formador do Centro de Formação de Professores Rui Grácio (Seixal). Membro de vários júris de prémios de pintura e literatura. Membro da equipa com base na Universidade do Minho que desenvolve o projecto apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia "Impacto histórico-económico-urbanístico de estatuária em espaço público. Aplicação a Portugal nos séculos XIX e XX".

Publicou cerca de 200 textos de arte e literatura, sob a forma de livro, em catálogos de exposições de arte e noutras publicações, nomeadamente revistas e jornais. Bibliografia em livro: **Estatuária Portuguesa dos Anos 30 (1926-40)** – Bertrand Editora, Lisboa, 1991; **Manuel Gamboa. A Arte por Vida** – Encomenda da Câmara Municipal de Lagoa (Algarve), 1998; **Capitania. Romance de S. Vicente de Cabo Verde** (lançado em Portugal e Cabo Verde) – Editorial Notícias, Colecção «Escrito em Português», com patrocínio do Instituto Camões/Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2001. Livros em que colaborou: **Henrique Pousão. 1859-1884 – Textos das Alocuções Proferidas Durante as Comemorações do 1.º Centenário da Morte do Pintor** – II Série dos Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1984; **A Sétima Colina. Roteiro Histórico-Artístico** (Coordenação do Professor José-Augusto França), encomenda da Sociedade Lisboa 94 – Capital Europeia da Cultura, para o Programa "A 7.ª Colina", roteiro histórico-artístico do per-

curso urbano Cais do Sodré/Rato, Lisboa, Junho.1994; **Hein Semke – O Livro da Árvore** – Encomenda do ACARTE da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1995.

Tem textos na revista *Artes Plásticas* e nos jornais *Diário de Notícias*, *Jornal de Letras*, *O Distrito de Portalegre*, *Expresso das Ilhas* (Praia, Cabo Verde), etc. Mantém desde 9.Sentembro.2005 uma coluna semanal no jornal digital cabo-verdiano *Liberal* sobre assuntos diversificados da história e da cultura daquele país.

Administra um sítio na Internet, com vários conteúdos, entre os quais se destacam a História, a Arte, Cabo Verde, Vila Viçosa e a revista *Callipole*: www.saial.info

É director de *Callipole* desde o n.º 12 e seu colaborador constante desde o primeiro número.

SALGUEIRO, Tiago

Évora (Portugal), 1975

Mestre em Museologia pela Universidade de Évora. Licenciado em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Tem colaborado com algumas revistas de grande informação do Alentejo e Extremadura espanhola.

Desempenha actualmente as funções de Técnico Superior no Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, em Vila Viçosa.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

SERRANO, Manuel

Vila Viçosa (Portugal), 1963

Licenciado em Filosofia, pela Universidade de Évora. Investigador inscrito na FCT; Investigador do Centro de Educação e Psicologia da Universidade de Évora.

Presidente da Direcção do Grupo Amigos de Vila Viçosa.

Comunicação na Biblioteca Pública de Évora "Amor e Tragidade em Florbela Espanca"

Dinamizador das seguintes actividades: lançamento do livro de poemas *Á Procura da Ítica Perdida*, de Maria Helena Varela; Celebração da homenagem a Florbela Espanca (2005, Vila Viçosa); Centenário de Agostinho da Silva (2006, Vila Viçosa); Comissário da Exposição «Flor-bela, Ecos de Errância» (2006, Vila Viçosa).

Participação nos seguintes congressos / conferências / colóquios / cursos / jornadas / encontros; 1.º Colóquio do PEPT: «Violência, Diferentes Perspectivas» (1998, Vila Viçosa); «Mestiçagens Culturais: um Paradigma em Construção» (2003, Évora); «Filosofia e Tragédia em Miguel de Unamuno», (2003, Universidade de Évora); «Filosofia e Hospitalidade»; Seminário de Bioética «Entre o Desejo e o Interdito»; Congresso Internacional «Culturas Metáforas e Mestiçagem»; Colóquio Internacional «A Morte e a Origem – Homenagem a Heidegger e a Freud» (2006, Fórum da Fundação Eugénio de Almeida, Évora); Organização de Cursos Livres sobre o pensamento de Agostinho da Silva (2006, Vila Viçosa); Jornadas da Can-

didatura de Vila Viçosa a Património da Humanidade; I Jornada de História (2005, Vila Viçosa); I Encontro Transfronteiriço de Revistas de Cultura em Vila Viçosa; «Prof. Rómulo de Carvalho – O Homem e o Pedagogo» Comemoração do 1.º Centenário do Nascimento do Prof. Rómulo de Carvalho (2006, Évora).

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

SERRANO, Nuzema

Arronches (Portugal), 1958

Mestre em Estudos Históricos Europeus, pela Universidade de Évora. Licenciada em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigação para doutoramento em curso, com a temática «Imprensa e poder em Espanha e Portugal nos anos trinta», pela Universidade de Évora.

É docente do Ensino Secundário. Tem participado em conferências e encontros no âmbito da História Contemporânea e da imprensa periódica, com destaque para os seguintes: Colóquio «O Século XX em Évora», organizado pela Universidade de Évora e pela Câmara Municipal de Évora; «Del periódico a la sociedad de la información en España», Madrid, organizado pela Sociedad Estatal «España Nuevo milenio»; 1.º Congresso Internacional do Caia e Guadiana «História e vida Quotidiana», organizado pela Câmara Municipal de Elvas; «La prensa durante la segunda República», organizado pela Universidad de Extremadura e Ayuntamiento de Badajoz; «1.º Encontro transfronteiriço de revistas de Cultura», organizado pela Câmara Municipal de Vila Viçosa.

Escreveu vários artigos distribuídos pela *Revista de História, A Cidade e Mais Alentejo*.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

SILVA, Fábio Mario da (grafia de origem italiana)

Caruaru, Pernambuco (Brasil), 1979

Licenciado em Letras, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru-PE-Brasil. Mestrando em Estudos Lusófonos pela Universidade de Évora, desenvolve pesquisa sobre a poesia de Florbela Espanca, com a orientação da Professora Doutora Ana Luísa Vilela e do Professor António Cândido Franco.

Possui resumos publicados em Anais de Encontros de Ensino, Pesquisa e Extensão da FAFICA, com os seguintes temas:

ENTRE O BEM E O MAL: a visão da condição humana através do conto “A igreja do diabo” de Machado de Assis; AFRODITE, LILITH E EVA: as vozes míticas na poesia de Florbela Espanca; Importância da Literatura Infantil em Projetos Comunitários de Educação, In V Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão da FAFICA, 2006, Caruaru. Anais do V Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão da FAFICA, 2006.

Uma proposta diferente da Escola Regular em Projetos de Educação Comunitária, In IV Encontro de Ensino, Pesquisa

e Extensão da FAFICA, 2004, Caruaru. Anais do III Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão da FAFICA, 2004.

Leitura e escrita através do universo vocabular da criança: experiência na periferia, In III Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão da FAFICA, 2003, Caruaru. Anais do III Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão da FAFICA, 2003.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

TORRINHA, Joaquim Francisco Sotiro

Vila Viçosa (Portugal), 1918

Licenciado em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto e em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Membro da Sociedade Brasileira de História da Farmácia (S. Paulo, Brasil) e da Real Sociedade Arqueológica Lusitana.

Tem vasta produção de conferências sobre Cerâmica Geral e, em especial, dedicada ao capítulo da Azulejaria, em congressos.

Publicou **A Azulejaria de Vila Viçosa – Évora, 1962 e 1.º Centenário da Farmácia Torrinha (1902-2002)**, ed. de autor, Porto, 2002.

Escreveu longa série de biografias sobre figuras eminentes nascidas em Vila Viçosa que foram lidas na sua maior parte na Rádio Campanário (Vila Viçosa). Tem colaborado em inúmeras revistas, com artigos sobre cerâmica e azulejo.

Co-fundador, membro do Conselho de Redacção e colaborador constante de *Callipole* desde o primeiro número.

TRINDADE, Leonina

Vila Viçosa (Portugal), ?

Formou-se na actual Escola Superior de Educação de Évora, em 1961, e realizou o Curso Complementar de Acordeão do Instituto Matono. Estudou pintura com o professor Manuel Bentes, com subsídio da Fundação da Casa de Bragança.

Foi organista no Paço Ducal de Vila Viçosa e tem actuado em espectáculos musicais. Realizou diversas exposições de pintura individuais e participou em colectivas.

Tem colaborado em jornais alentejanos.

Já recebeu vários primeiros prémios de poesia, bem como medalhas e menções honrosas.

Colaboradora de *Callipole* 5/6, 7/8, 9, 10/11, 12, 14 e 15.

VIENA, Rui Rosado

Campo Maior (Portugal), ?

Licenciado em História, pela Faculdade de Letras de Lisboa. Pós-graduado em História Regional e Local, pela mesma Faculdade.

Autor de cerca de três dezenas de estudos históricos, publicados em livro e em revistas da especialidade.

Colaborador de *Callipole* 12 e 15.

12 NORMAS MÍNIMAS DE EDIÇÃO DE ESCRITA PARA PUBLICAÇÃO EM *CALLIPOLE*

Solicita-se vivamente aos colaboradores que cumpram estas normas, de modo que se tornem menos complicados os trabalhos de edição

1 – Os textos para *Callipole* (publicados em disquete, CD-Rom ou enviados por e-mail) entregam-se escritos no sistema Microsoft Word, com a seguinte formatação:

Configuração da página: superior/inferior (2,5 cm); esquerda/direita (3 cm).

Fonte: Times New Roman

Tamanho do tipo de letra do texto: 12

Tamanho do tipo de letra das notas: 10

Parágrafos: 1,25 cm (o padrão do Word).

O espaço entre linhas é simples.

Não há espaços entre parágrafos.

Há dois espaços entre capítulos.

2 – As páginas não são numeradas.

3 – Não há cabeçalho de página nem rodapé (não confundir com *notas de rodapé*).

4 – As *notas de rodapé de página* deverão ser reduzidas ao mínimo indispensável.

5 – Com a formatação apontada em 1, os textos não deverão ultrapassar o número de 25 páginas. Em caso de ultrapassagem deste limite, só haverá publicação se o Conselho de Redacção se pronunciar por unanimidade relativamente à mesma.

6 – Devido ao custo elevado que implica a inclusão excessiva de **imagens a cores**, estas só terão lugar quando se tratar de fotografias de peças de pintura, escultura (desde que policroma) azulejo, faiança, tapeçaria, cartografia ou similares, em que o visionamento da cor dos objectos referidos no texto seja determinante para a compreensão do mesmo. Em casos especiais, poderá haver lugar a retratos fotográficos a cores, de pessoas.

Como por motivos de economia o número total de páginas a cores da revista não deve exceder o número aproximado de 20, quando tal se verifique necessário *Callipole* fará a gestão das imagens a cores (reduzindo as suas dimensões, juntando várias na mesma página, retirando algumas, etc.), de modo que o limite se mantenha – pelo que se solicita a compreensão dos autores na escolha contida desse género de imagens.

7 – Por questões de equilíbrio na relação texto/imagem, **por cada bloco de cinco páginas de texto o autor terá a possibilidade de incluir três imagens**. Por cada fracção de bloco a mais, poderá incluir mais três. Isto é, se por exemplo o artigo tiver seis, sete, oito ou nove páginas, o autor poderá incluir até seis imagens. Excepcionalmente, em função do interesse e raridade do assunto, este número poderá ser aumentado.

8 – As indicações bibliográficas devem limitar-se ao essencial - os artigos de *Callipole* não são teses de mestrado nem de doutoramento... Evitar duplicá-las nas notas de rodapé e em fim de texto e seguir preferencialmente os seguintes modelos:

BASTOS, João Luis. *A Arte Francesa no Século XIX*, Livraria Paisagem, Lisboa, 1972. (sem número de página, bem como nas versões seguintes, para não tornar as notas demasiado confusas e fastidiosas para o leitor).

SARAIVA, Duarte. *História da Cerâmica Portuguesa*, 3 vols., 2.ª ed., Editorial Clássica, Porto, 1985.

SILVA, Cândido e MAIA, Maria Júlia. *Camões*, Publicações Nacionais, Évora, s.d.

9 – **Siglas** não devem levar pontos entre letras. Ex.: BNL (e não B.N.L.)

10 – N.º (e não N°), 15.º (e não 15°), Sr.ª (e não Srª).

11 – **Datas** são grafadas como segue: 27.11.2007 ou 27.Novembro.2007.

12 – **Agradecimentos** são feitos imediatamente a seguir ao final do texto e antes da bibliografia.

Nota especial – A partir deste número, os textos para *Callipole* deverão ser redigidos impessoalmente ou na primeira pessoa do plural; na primeira pessoa do singular, apenas em caso de ficção, crónica, entrevista ou poesia.



Quadro vencedor do III Prémio de Pintura
Henrique Pousão - 1998

Autor: Manuel Casa Branca Santos

Título do Quadro: "Sobreiro, 2H, 1; Adua"

Ano: 1998

Júri:

Dr. Joaquim Saial

Representante da Câmara Municipal de Vila Viçosa

Pintor Carlos Aurélio

Representante da Assembleia Municipal de Vila Viçosa

Pintor Manuel Botelho

Representante da Faculdade de Belas Artes de Lisboa

Em Callipote 14, neste mesmo local, o título do quadro vencedor do II Prémio de Pintura Henrique Pousão, de João Casaca, saiu como *Madruga*. A grafia correcta seria *Madrugada*.



Câmara Municipal de Vila Viçosa
Alto Alentejo - Portugal